



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1621

Segunda-feira - 24 de Novembro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	2	Lindóia do Sul	414
Anchieta	3	Luzerna	414
Antônio Carlos	4	Mafra	421
Atalanta.....	4	Maravilha.....	422
Balneário Rincão	5	Massaranduba.....	504
Barra Velha.....	5	Meleiro	507
Bela Vista do Toldo.....	7	Modelo	507
Biguaçu	8	Navegantes.....	509
Blumenau	10	Nova Trento	512
Bom Jesus do Oeste	16	Novo Horizonte	517
Bom Retiro	17	Palhoça	517
Brusque.....	18	Palmitos	538
Caçador.....	25	Passo de Torres.....	561
Camboriú.....	139	Passos Maia	563
Campo Alegre	168	Paulo Lopes	569
Campos Novos	170	Penha.....	571
Canoinhas.....	195	Petrolândia	572
Capinzal	202	Pinheiro Preto	572
Chapadão do Lageado	203	Pomerode	574
Concórdia	206	Porto Belo.....	591
Cordilheira Alta	209	Porto União.....	591
Coronel Freitas.....	209	Rio do Sul.....	597
Coronel Martins.....	210	Santa Rosa do Sul	601
Correia Pinto.....	232	Santa Terezinha do Progresso	602
Corupá	232	São Bento do Sul.....	609
Curitibanos	235	São Carlos	611
Dionísio Cerqueira	235	São João do Sul	642
Forquilha.....	236	São José.....	644
Fraiburgo.....	240	São José do Cedro.....	645
Frei Rogério	266	São Lourenço do Oeste.....	674
Garopaba.....	266	São Miguel do Oeste.....	677
Garuva	270	São Pedro de Alcântara.....	679
Gaspar	270	Schroeder	686
Governador Celso Ramos	277	Siderópolis.....	707
Grão Pará	278	Sombrio.....	707
Guaramirim.....	282	Timbó	709
Herval d'Oeste	282	Três Barras	715
Ibiam	309	Treze Tílias	719
Imbituba	311	Vargem Bonita	725
Indaial.....	314	Videira.....	725
Ipumirim	314	Xaxim.....	737
Irineópolis	317		
Itapiranga.....	332		
Itapoá	340		
Jacinto Machado	352		
Joaçaba.....	353		
Lages	411		
Lauro Muller	413		
Lebon Régis.....	413		

Associações

AMAUC	738
AMMVI	738
GRANFPOLIS.....	739

Consórcios

AGIR	740
CIMVI.....	740
CIS/AMAUC.....	741
CIS/AMFRI.....	741
Consórcio Lambari.....	742

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Alto Bela Vista

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 61/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA
Processo de Licitação nº 061/2014
Pregão nº 045/2014

A Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, tipo menor preço global, para aquisição de materiais gráficos para os setores da Administração Municipal, tudo conforme descrição detalhada no objeto do Edital, conforme as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e consoante com as normas elencadas do Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até à 13h50min horas, do dia 08 de dezembro de 2014. Na mesma data, às 14h, em sessão pública, dirigida por pregoeiro designado, haverá a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital e informações, pelo telefone (49) 3455-9022 e no sítio: www.altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista (SC), em 21 de novembro de 2014.
Catia Tessmann Reichert
Prefeita Municipal.

DECRETO Nº 1927 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

DÉCIO GRATNER, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando a conclusão do Processo Seletivo Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 1.918/2014, que preencheu a vaga de Psicólogo - 40 horas;

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, à partir da presente data, a Sra. NÉRCIA MERI SGANDERLA, para exercer o cargo de ASSISTENTE SOCIAL - 40 HORAS, em caráter temporário, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A Contratação ora realizada, dar-se-á através e nos termos do processo seletivo 002/2014, homologado através do Decreto n. 1.918, de 07 de novembro de 2014, que preencheu a referida vaga.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Alto Bela Vista/SC, em 18 de Novembro de 2014.
DÉCIO GRATNER
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 1926 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

DECIO GRATNER, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando a conclusão do Processo Seletivo Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 1.918/2014, que preencheu a vaga de Psicólogo - 40 horas;

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, à partir da presente data, a Sra. NÉRCIA MERI SGANDERLA, ocupante do Cargo de ASSISTENTE SOCIAL - 40 HORAS, nomeada através do Decreto nº 1.829, em caráter temporário, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Alto Bela Vista/SC, em 18 de novembro de 2014.
DECIO GRATNER
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 1924 DE 17 NOVEMBRO DE 2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

DÉCIO GRATNER, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando a conclusão do Processo Seletivo Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 1.918/2014, que preencheu a vaga de Psicólogo - 40 horas;

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, à partir da presente data, a Sra. CLEUSA BEATRIZ SILVA BORGES, para exercer o cargo de PSICÓLOGO - 40 HORAS, em caráter temporário, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A Contratação ora realizada, dar-se-á através e nos termos do processo seletivo 002/2014, homologado através do Decreto n. 1.918, de 07 de novembro de 2014, que preencheu a referida vaga.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Alto Bela Vista/SC, em 17 de Novembro de 2014.

DÉCIO GRATNER

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 1923 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

DECIO GRATNER, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando a conclusão do Processo Seletivo Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 1.918/2014, que preencheu a vaga de Psicólogo - 40 horas;

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, à partir da presente data, a Sra. CLEUSA BEATRIZ SILVA BORGES, ocupante do Cargo de PSICÓLOGO - 40 HORAS, nomeada através do Decreto nº 1.827, em caráter temporário, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Alto Bela Vista/SC, em 17 de novembro de 2014.

DECIO GRATNER

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 053_2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 053/2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de gêneros alimentícios para a Alimentação Escolar - Setor de Educação, para ser utilizado pelas Escolas Municipais do Ensino Creche/PNAEC. Pagos com recursos do Programa Brasil Carinhoso. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 08/12/2014. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 21 de novembro de 2014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO AVISO PREGÃO FMAS N. 018_2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASS SOCIAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 018/2014

A Gestora do FMAS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de materiais para os trabalhos de fim de ano desenvolvidos pelas crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, pagos com recursos do SCFV. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:00 horas do dia 08/12/2014. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 24 de novembro de 2014.

Ivonete Recalcati

Gestora FMAS

Antônio Carlos**PREFEITURA****DECRETO Nº 123/2014**

DECRETO Nº 123/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 5.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 -SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS

03.01 -SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS

03.01.04.122.0001.2.003-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 5.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair Superavit Financeiro de Outras Fonte 5.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 20 de Novembro de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 124/2014

DECRETO Nº 124/2014

Remanejamento entre despesas no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 1.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.027-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 1.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 21 de Novembro de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Atalanta**PREFEITURA****EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2014

A Prefeitura Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, torna público no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art. 21, da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 15/07/2009, torna público para conhecimento dos interessados, que está realizando aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, Prefeitura Municipal de Atalanta, SC, durante o período de 21 de novembro a 09 de dezembro de 2014, com finalidade de apresentar Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e habilitação dos fornecedores.

Atalanta, 21 de novembro de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão Presencial nº 19/2014, para o seguinte objeto: LOCAÇÃO DE TRÊS SALAS COMERCIAL, COM DEVIDAS INSTALAÇÕES HIDRAULICAS E ELÉTRICAS EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, CRAS E O CONSELHO TUTELAR. Julgamento: Menor Preço por item. Abertura dia 05 de dezembro de 2014, às 09:00 horas. Informações e/ou copia na integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo e-mail compras@atalanta.sc.gov.br ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 21 de novembro de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Balneário Rincão**SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 029/ SAMAE/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO
SAMAE DE BALNEÁRIO RINCÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 029/SAMAE/2014
OBJETIVO O Samae de Balneário Rincão torna público que procede, na forma do artigo 25, inciso I, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Inexigibilidade de Licitação para a contratação de empresa do ramo pertinente, para prestação de Serviço de Telefonia Fixa Digital (Digitronco e DDR) e Telefonia Inteligente, dos Setores Administrativos do Samae Balneário Rincão/SC.

CONTRATADA: OI S.A.

CONTRATANTE: Samae de Balneário Rincão - SC, através da Secretaria de Administração e Finanças.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso I, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 17/11/2014, por Antônio Carlos Ghisi - Diretor Administrativo e Financeiro

RATIFICAÇÃO: em 17/11/2014, por João Iris Raupp Junior - Diretor Presidente.

Balneário Rincão 17 de Novembro de 2014.

ANTONIO CARLOS GHISI

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Barra Velha**PREFEITURA****PP 071/2014 PMBV**

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 100/2014 - Pregão Presencial nº 071/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para aquisição de sapatos e tecidos para confecção dos trajes do Grupo Folclórico Ama Açoriana do Município, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 04/12/2014 às 08:15 horas. Data da Sessão Pública: 04/12/2014 às 08:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 21 de novembro de 2014.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

PP 072/2014 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 101/2014 - Pregão Presencial nº 072/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para confecção e colocação de brasão e letra caixa para identificação de Escolas e CEIS da rede municipal de ensino do Município, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 04/12/2014 às 09:15 horas. Data da Sessão Pública: 04/12/2014 às 09:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 21 de novembro de 2014.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

PP 073/2014 PMBVPREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 102/2014 - Pregão Presencial nº 073/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para aquisição e serviço de manutenção dos parques das Escolas e CEIS da rede municipal de ensino do Município, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 04/12/2014 às 10:15 horas. Data da Sessão Pública: 04/12/2014 às 10:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 21 de novembro de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PP 074/2014 PMBVPREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 103/2014 - Pregão Presencial nº 074/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para aquisição ferramentas material elétrico e de construção para reparos de infra-estrutura, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 04/12/2014 às 14:15 horas. Data da Sessão Pública: 04/12/2014 às 14:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 21 de novembro de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PP 075/2014 PMBVPREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 104/2014 - Pregão Presencial nº 075/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para aquisição de utensílios de copa e cozinha para as Escolas e CEIS da

rede municipal de ensino, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 04/12/2014 às 15:15 horas. Data da Sessão Pública: 04/12/2014 às 15:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 21 de novembro de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PP 076/2014 PMBVPREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 105/2014 - Pregão Presencial nº 076/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para serviço de recapagem dos pneus da frota do município, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 04/12/2014 às 16:15 horas. Data da Sessão Pública: 04/12/2014 às 16:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 21 de novembro de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

LEI Nº 1405, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 1405, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

AUTORIZA A PERMUTAR ÁREA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; Faço Saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a permutar área de terras de propriedade do Município, situada no Bairro São Cristóvão, nesta Cidade e Comarca, assim descrita e caracterizada:

I - UMA ÁREA DE TERRAS, sem benfeitorias, contendo aproximadamente 150,00 metros quadrados, de forma irregular (triângulo), situado a Rua Eulália Moraes Michereff, Bairro São Cristóvão, neste Município.

Parágrafo Único - A regularização da área será de responsabilidade exclusiva do adquirente, isentando o Município de qualquer responsabilidade.

Art. 2º A área descrita no artigo anterior será permutada com ELI JOÃO DE AVIZ e sua mulher FABIANA MORAES DE AVIZ, pelo

seguinte imóvel:

I - UM TERRENO, sem benfeitorias, constituído pelo Lote nº 180, do Loteamento Parque Residencial Ana Carolina, com a área de 300,00 metros quadrados, com inscrição imobiliária nº 01.03.109.0052.001, com as demais características e confrontações constantes da Matrícula nº 26.491, do R.I. desta Comarca de Barra Velha - SC.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 20 de novembro de 2014.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

LEI Nº 1406, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 1406, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

“Denomina de ODORICO BORBA, a Academia da Saúde, da Localidade do Sertãozinho, neste Município”

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de “ODORICO BORBA”, o espaço físico, do Programa Academia da Saúde, do Ministério da Saúde, dotado de equipamentos, estrutura e profissionais qualificados, com o objetivo de contribuir para a promoção da saúde e produção do cuidado e de modos de vida saudáveis da população, situado nos fundos do PSF da Localidade do Sertãozinho, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha, 20 de novembro de 2014.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO 18 - PREF

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 038/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2014

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial - do tipo menor preço por item. O objeto é a Aquisição de retroescavadeira com potência mínima de 100 cvs e uma grade aradora hidráulica com no mínimo 26 polegadas basculante em conformidade com os recursos oriundos do contrato de repasse nº 808640/2014/mapa/caixa.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 09h00min do dia 03/12/2014.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 03/12/2014 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 24 de Novembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

PP 234/2014 PMB E OUTRAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 234/2014 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPRESSÃO PERSONALIZADA DE CARNÊS DE IPTU 2015, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 5 dezembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 5 dezembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 24 de novembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 249/2014 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CENTÍMETRO DE COLUMA EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO ESTADUAL, E JORNAL LOCAL COM PUBLICAÇÃO NO MÍNIMO DE 04 VEZES POR SEMANA, OBJETIVANDO A PUBLICAÇÕES DOS AVISOS DE LICITAÇÃO, BEM COMO: CONVOCAÇÕES, CONTRATOS, DECRETOS E PORTARIAS DESTA MUNICIPALIDADE NO ANO DE 2015

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 5 dezembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 5 novembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 24 de novembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 2692/2014

PORTARIA nº 2692 de 21 de novembro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) FABIO CARVALHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de VIGIA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do

Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FABIO CARVALHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de VIGIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/11/2014 a 12/11/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/11/2014.

Biguaçu, 21 de novembro de 2014.

JOSE CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2693/2014

PORTARIA nº 2693 de 21 de novembro de 2014

Nomeia o servidor Altamiro Miguel de Barros, detentor do cargo de provimento efetivo de Motorista II, inscrito na matrícula funcional nº 7190, para exercer a Função de Confiança de Coordenação Executiva dos Conselhos, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e fixa para o exercício o valor indicado no Anexo X da Lei Complementar nº 47/2011 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor Altamiro Miguel de Barros, detentor do cargo de provimento efetivo de Motorista II, inscrito na matrícula funcional nº 7190, para exercer a Função de Confiança de Coordenação Executiva dos Conselhos, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Função de Confiança concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a R\$ 400,00 (quatrocentos reais), observada a aplicação do art. 215, caput e do Anexo X da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/11/2014.

Biguaçu, 21 de novembro de 2014.

Jose Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO PP 236/2014 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REPUBLICAÇÃO DO PP 236/2014 PMB

Devido à falta de empresas interessadas no PP 236/2014 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE FILTROS DE ÁGUA PARA AS CEIMS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU", fica republicada a mesma para a seguinte data:

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 08/12/2014, até 15:45 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 08/12/2014, às 16:00 horas.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010

e 3279-8019

Biguaçu, 24 de novembro de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 65/2014 - FMS

AVISO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2014 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A UPA 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 25/11/2014, às 13h59min do dia 05/12/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 05/12/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (05/12/2014), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (05/12/2014), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 25/11/2014.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados - CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 21 de novembro de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 69/2014 - FMS

AVISO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2014 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE PROTETOR SOLAR PARA USO DOS FUNCIONÁRIOS DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL E VIGILÂNCIA SANITÁRIA E TUBO GEL ATIVADOR DE COÁGULO PARA O ATENDIMENTO AOS PACIENTES DO PROGRAMA DST/HIV/AIDS E HEPATITE VIRAIS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 25/11/2014, às 15h59min do dia 05/12/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 16h00min do dia 05/12/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (05/12/2014), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (05/12/2014), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 25/11/2014.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados - CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser

realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 21 de novembro de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.044/2014

LEI Nº 8.044, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

INSTITUI MEIA ENTRADA PARA PROFESSORES NAS SESSÕES DAS CASAS DE ESPETÁCULOS QUE ESPECIFICA, LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É assegurado aos professores de educação infantil, de ensino fundamental, médio e superior das instituições de ensino públicas e privadas, estabelecidas no município de Blumenau, o direito a meia entrada nas sessões de cinema, teatro, shows e outros eventos culturais ou de entretenimento, exibidos em arenas ou casas de espetáculos localizadas no Município.

Parágrafo único. A meia entrada de que trata esta Lei corresponderá sempre a metade do valor do ingresso cobrado, ainda que se trate de preço promocional ou com desconto sobre o valor normalmente cobrado.

Art. 2º Os documentos hábeis para a concessão do benefício de que trata esta lei são a Carteira de Identidade do Professor, expedida pelo educandário onde atua, e o contracheque de sua remuneração mensal.

Art. 3º Consideram-se arenas e casas de espetáculos, para efeitos desta Lei, os locais e estabelecimentos onde se realizem ou se exibam espetáculos musicais, circenses, teatrais, cinematográficos, culturais, artísticos e de entretenimento em geral.

Art. 4º O descumprimento ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator ao pagamento de multa, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a ser aplicada em dobro no caso de reincidência.

Parágrafo único. Compete aos agentes públicos vinculados ao PROCON Municipal, a fiscalização ao disposto nesta lei, por ato de ofício ou mediante denúncia comprovada.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 04 de novembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.047/2014

LEI Nº 8.047, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE PEDÁGIOS BENEFICENTES NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS MUNICIPAIS, PELAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A realização de pedágios beneficentes, nos logradouros públicos municipais, para arrecadação de quaisquer valores pelas entidades sem fins lucrativos, sediadas em Blumenau, deve observar os seguintes requisitos em relação às beneficiárias desta Lei:

I - serem declaradas de utilidade pública municipal;

II - promoverem atividades filantrópicas, esportivas e educacionais, de caráter geral ou indiscriminado;

III - estarem em efetivo e contínuo funcionamento nos 02 (dois) anos imediatamente anteriores, com a exata observância dos estatutos; e

IV - estarem registradas nos órgãos competentes nas esferas federal, estadual e/ou municipal.

V - estarem inscritas nos respectivos conselhos municipais setoriais:

a) CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social;

b) CME - Conselho Municipal de Educação;

c) CMI - Conselho Municipal do Idoso;

d) CMS - Conselho Municipal de Saúde;

e) COMEN - Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas.

Parágrafo único. As entidades protetoras de animais deverão estar inscritas junto ao órgão municipal de bem estar animal.

Art. 2º Os pedidos de reserva de datas para a realização de pedágios beneficentes devem ser encaminhados para a Praça do Cidadão, com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência ao início de cada ano, para constar no calendário oficial de eventos do Município.

Parágrafo único. A realização de pedágios de que trata esta lei fica restrita a 1 (uma) entidade por final de semana.

Art. 3º As pessoas que estiverem realizando as ações do pedágio deverão estar uniformizadas ou identificadas, sob qualquer forma, pela entidade beneficiada.

Parágrafo único. A identificação poderá ser realizada através do uso de colete, camiseta, material adesivo ou crachás, de fácil visualização e ou sinalização nas vestimentas.

Art. 4º Crianças e adolescentes são proibidos de realizar e permanecer nos locais dos pedágios, salvo os adolescentes a partir dos 16 (dezesesseis) anos desde que acompanhados de seus responsáveis legais ou com autorização por escrito.

Parágrafo único. A autorização deverá permanecer com o coordenador do ponto de pedágio em que estiver inserido o adolescente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de novembro de 2014.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 947/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 947, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE SILÊNCIO URBANO - PSIU E DETERMINA PROVIDÊNCIAS CONEXAS.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece regras de polícia administrativa de ruídos não industriais, comerciais ou institucionais, tendo por objetivo garantir a saúde psíquica dos cidadãos e o sossego e bem-estar públicos no âmbito do Município de Blumenau.

Art. 2º É proibida a emissão de ruídos, sons ou vibrações de natureza não industrial, comercial ou institucional, provenientes de imóveis e veículos automotores estacionados, que causem incômodo ou perturbação ao sossego ou ao bem-estar públicos.

§1º A infração prevista no caput deste artigo será comprovada por declaração circunstanciada do agente público autuador, acompanhada do relato e assinatura de duas testemunhas.

§2º Alternativamente, a infração poderá ser constatada por qualquer dispositivo capaz de medir níveis de pressão sonora, considerando-se presumivelmente incômoda ou perturbadora a emissão de ruídos, sons ou vibrações que ultrapassem:

I - no horário compreendido entre 7 e 19 horas - 75 dB(A);

II - no horário compreendido entre 19 e 23 horas - 65 dB(A);

III - no horário compreendido entre 23 e 7 horas - 55 dB(A).

§3º A medição dos níveis de pressão sonora, quando realizada, será indicada no auto de infração pelo agente autuador.

Art. 3º A infração ao disposto no art. 2º desta Lei, além da obrigação de cessar a transgressão, sujeita o infrator às seguintes penalidades:

I - advertência por escrito;

II - multa, no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), na hipótese de nova transgressão antes de decorridos 12 (doze) meses da data da infração anterior.

§1º O valor da multa prevista no inciso II, do caput, deste artigo, será triplicado caso sejam constatadas 3 (três) ou mais infrações dentro do período de 12 (doze) meses.

§2º Considera-se infrator o proprietário, o possuidor ou o detentor do imóvel ou automóvel de onde provém os ruídos, sons ou vibrações.

§3º O valor da multa de que trata este artigo será atualizado, anualmente, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado no exercício anterior.

§4º No caso de extinção do INPC, será adotado outro índice criado por legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

§5º A aplicação das sanções previstas neste artigo não impede a adoção de outras providências nas esferas cível e criminal previstas na legislação.

Art. 4º Terá competência para aplicação das penalidades previstas nesta Lei Complementar, a Autoridade Municipal designada em regulamento pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. A constatação da infração poderá ser realizada por servidor público municipal ou, mediante convênio com a União ou com o Estado de Santa Catarina, por servidores públicos dos respectivos Entes Federados.

Art. 5º Constatada a infração ao disposto no art. 2º, desta Lei, lavrar-se-á o auto de infração, do qual constará:

I - tipificação da infração;

II - local, data e hora do cometimento da infração;

III - identificação do infrator;

IV - identificação do imóvel ou do veículo automotor em que praticada a infração;

V - declaração do agente público atuador acerca da ocorrência da infração;

VI - identificação do agente público atuador e das 2 (duas) testemunhas;

VII - na hipótese de medição do nível de pressão sonora, descrição do dispositivo utilizado e indicação do nível registrado.

Art. 6º Lavrado o auto de infração, será ele remetido à Autoridade Municipal referida no art. 4º, desta Lei Complementar, a qual, após possibilitar o exercício do contraditório e da ampla defesa pelo infrator em prazo não inferior a 15 (quinze) dias, julgará a consistência do auto e aplicará a penalidade cabível.

Parágrafo único. O auto de infração será arquivado e seu registro julgado insubsistente se considerado inconsistente ou irregular.

Art. 7º Aplicada a penalidade, será expedida notificação ao infrator, por remessa postal ou por qualquer outro meio tecnológico hábil que assegure a ciência da imposição da penalidade.

Art. 8º O pagamento da multa deverá ser efetuado até a data do vencimento expressa na notificação, que não será inferior a 20 (vinte) dias contados da data de entrega, sob pena de inscrição em dívida ativa.

Art. 9º Durante o prazo para pagamento, o infrator poderá recorrer da aplicação da penalidade à Autoridade imediatamente superior aquela designada pelo Poder Executivo para aplicação da infração, a qual decidirá no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Na hipótese de aplicação da penalidade de advertência, o prazo para recurso será de 20 (vinte) dias contados da entrega da notificação.

Art. 10. O infrator será notificado do resultado do recurso, sendo que, no caso de não provimento quanto à penalidade de multa, constará da notificação novo prazo para pagamento.

Art. 11. Na hipótese de celebração de convênio, fica o Poder Executivo autorizado a atribuir parte da receita arrecadada ao conveniente ou parceiro, com a finalidade de cobrir os custos de execução do ajuste.

Art. 12. A receita arrecadada com o pagamento das multas será recolhida em conta especial aberta com a exclusiva finalidade de receber recursos desta natureza.

Parágrafo único. A movimentação da conta será realizada em

conjunto por dois servidores públicos municipais designados em regulamento.

Art. 13. Os recursos auferidos e depositados na conta especial de que trata o art. 12 desta Lei Complementar poderão ser utilizados para:

I - repasse de contrapartida à União ou ao Estado de Santa Catarina, na hipótese de celebração de convênio, nos termos do art. 11 desta Lei Complementar;

II - aquisição de bens e materiais de expediente a serem utilizados na execução do Programa;

III - capacitação dos agentes de fiscalização;

IV - campanhas de divulgação do Programa e de conscientização da população quanto à necessidade de se manter níveis toleráveis de emissão de ruídos.

Art. 14. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 15. Esta Lei Complementar não se aplica aos tempos religiosos, aos clubes de caça e tiro, às reuniões sindicais e aos eventos constantes no Calendário Oficial do Município de Blumenau.

Art. 16. O caput do art. 5º da Lei Complementar nº 655, de 06 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º Para os efeitos desta Lei, os níveis máximos de sons e ruídos, de qualquer fonte emissora e natureza, decorrentes de atividades comerciais, de serviços, institucionais, industriais ou especiais, públicas ou privadas, serão determinados por zona e horário segundo normas da ABNT e do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, conforme:"

Art. 17. Fica revogada a Lei nº 8.009, de 07 de agosto de 2014.

Art. 18. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de novembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.454/2014

DECRETO Nº 10.454, DE 09 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 7.941, de 16 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 457.247,20 (quatrocentos e cinquenta e sete mil duzentos e quarenta e sete reais e vinte centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0009.2167 - Manut. Ativ. de Assistência e Gestão

Modalidade 3.3.90 (10) Aplicações Diretas

R\$ 258.724,00

Fonte de Recursos 0102.00000

Atividade 31.01.10.301.0009.2170 - PAB - Est. de Saúde da Fam/Cofinanc.

Modalidade 4.4.90 (113) Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0364.00000

Atividade 31.01.10.301.0009.2173 - Assistência Farmacêutica Básica

Modalidade 3.3.90 (26) Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 0167.00000

Atividade 31.01.10.302.0009.2183 - CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

Modalidade 3.3.90 (65) Aplicações Diretas

R\$ 111.040,00

Fonte de Recursos 0165.00000

Atividade 31.01.10.305.0009.2192 - Vig. Epidemiológica e Amb. em Saúde

Modalidade 4.4.90 (94) Aplicações Diretas

R\$ 17.000,00

Fonte de Recursos 0166.00000

Atividade 31.01.10.305.0009.2194 - Programas de DST/HIV/AIDS

Modalidade 3.3.90 (96) Aplicações Diretas

R\$ 35.000,00

Fonte de Recursos 0166.00000

Atividade 31.01.10.301.0009.2231 - CIS - Cons. Intermunicipal de Saúde

Modalidade 3.3.71 (42) Aplicações Diretas

R\$ 10.483,20

Fonte de Recursos 0102.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0009.2167 - Manut. Ativ. de Assistência e Gestão

Modalidade 3.1.90 (8) Aplicações Diretas

R\$ 250.000,00

Modalidade 4.4.90 (12) Aplicações Diretas

R\$ 8.724,00

Fonte de Recursos 0102.00000

Atividade 31.01.10.301.0009.2170 - PAB - Est. Saúde da Fam/Cofinanc.

Modalidade 3.3.90 (112) Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0364.00000

Atividade 31.01.10.301.0009.2173 - Assistência Farmacêutica Básica

Modalidade 4.4.90 (27) Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 0167.00000

Atividade 31.01.10.302.0009.2183 - CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

Modalidade 3.1.90 (64) Aplicações Diretas

R\$ 111.040,00

Fonte de Recursos 0165.00000

Atividade 31.01.10.305.0009.2192 - Vig. Epid. e Ambiental em Saúde

Modalidade 3.3.90 (93) Aplicações Diretas

R\$ 17.000,00

Fonte de Recursos 0166.00000

Atividade 31.01.10.305.0009.2194 - Programas de DST/HIV/AIDS

Modalidade 4.4.90 (98) Aplicações Diretas

R\$ 35.000,00

Fonte de Recursos 0166.00000

Atividade 31.01.10.301.0009.2231 - CIS - Cons. Intermunicipal de Saúde

Modalidade 4.4.71 (46) Aplicações Diretas

R\$ 10.483,20

Fonte de Recursos 0102.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.485/2014

DECRETO Nº 10.485, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 7.941, de 16 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 171.960,00 (cento e setenta e um mil, novecentos e sessenta reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

29 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2901 - Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.243.0004.2156 - Man. Imp. Serv. Prot. Soc. Méd. Comp. à Crianças/Adolescentes

Modalidade 3.3.90 (12) Aplicações Diretas

R\$ 86.000,00

Fonte de Recursos 0152.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2159 - Man. Imp. Serv. Prot. Esp. Alta Complexidade c/ Famílias.

Modalidade 3.3.90 (56) Aplicações Diretas

R\$ 22.000,00

Fonte de Recursos 0152.00000

Modalidade 4.4.90 (58) Aplicações Diretas - Invest.

R\$ 53.960,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2223 - Proj. Esp. p/ Exec. de Ações do FMAS

Modalidade 3.3.90 (66) Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0152.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

29 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2901 - Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.243.0004.2156 - Man. Imp. Serv. Prot.

Soc. Méd. Comp. à Criança/Adolescente
Modalidade 4.4.90 (15) Aplicações Diretas - Inv.
R\$ 86.000,00
Fonte de Recursos 0152.00000
Atividade 29.01.08.244.0010.2159 - Man. Imp. Serv. Prot.
Esp. Alta Complexidade c/ Famílias.
Modalidade 3.3.50 (53) Aplicações Diretas
R\$ 22.000,00
Fonte de Recursos 0152.00000
Modalidade 3.3.90 (55) Aplicações Diretas - Invest.
R\$ 53.960,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 29.01.08.244.0010.2223 - Proj. Esp. p/ Exec. de
Ações do FMAS
Modalidade 4.4.90 (70) Aplicações Diretas - Inv.
R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0152.00000

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 837

DECRETO LEGISLATIVO Nº 837
APROVA AS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2008.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de Blumenau, referentes ao exercício financeiro de 2008.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
Vanderlei Paulo de Oliveira Roberto Tribess
Presidente Vice-Presidente

Marcos da Rosa Jens Juergen Mantau
1º Secretário 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 838

DECRETO LEGISLATIVO Nº 838
APROVA AS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de Blumenau, referentes ao exercício financeiro de 2009.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
Vanderlei Paulo de Oliveira Roberto Tribess
Presidente Vice-Presidente

Marcos da Rosa Jens Juergen Mantau
1º Secretário 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 839

DECRETO LEGISLATIVO Nº 839
APROVA AS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de Blumenau, referentes ao exercício financeiro de 2010.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
Vanderlei Paulo de Oliveira Roberto Tribess
Presidente Vice-Presidente

Marcos da Rosa Jens Juergen Mantau
1º Secretário 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 840

DECRETO LEGISLATIVO Nº 840
APROVA AS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de Blumenau, referentes ao exercício financeiro de 2011.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
Vanderlei Paulo de Oliveira Roberto Tribess
Presidente Vice-Presidente

Marcos da Rosa Jens Juergen Mantau
1º Secretário 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 841

DECRETO LEGISLATIVO Nº 841
APROVA AS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de Blumenau, referentes ao exercício financeiro de 2012.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

Vanderlei Paulo de Oliveira
Presidente

Roberto Tribess
Vice-Presidente

Marcos da Rosa
1º Secretário

Jens Juergen Mantau
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2180

RESOLUÇÃO MD Nº 2180

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 30 de novembro de 2014, a servidora pública Rosi Aparecida Scheidt, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador José de Souza - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Assessoria Administrativa da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA
Presidente

ROBERTO TRIBESS
Vice-Presidente

MARCOS DA ROSA
1º Secretário

JENS JUERGEN MANTAU
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.181

RESOLUÇÃO MD Nº 2.181

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 30 de novembro de 2014, a servidora pública Maria Luiza Barni, ocupante do cargo de Coordenador Político, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador José de Souza - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Assessoria Administrativa da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA
Presidente

ROBERTO TRIBESS
Vice-Presidente

MARCOS DA ROSA
1º Secretário

JENS JUERGEN MANTAU
2º Secretário

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 232/2014 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 232/2014, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.
EXONERA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA Servidora Municipal Sra. ELISANE JULCI VARGAS OLLMANN, matrícula nº 691-2, portadora do CPF sob. nº 029.300.509-50, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil, com carga horária de 20 horas, contratada em substituição a servidora efetiva Sra. Marilei S. O. Horn que estava de atestado médico, sendo a exoneração a partir do dia 21/11/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 21 de novembro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 233/2014 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 233/2014, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. SILVIA ENDLER, inscrita na matrícula nº 344-1, ocupante do cargo de Professora, conforme Atestado Médico, no período de 17 de novembro de 2014 a 01 de dezembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 21 de Novembro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2698/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2698/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 062/2014

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 04 de Dezembro de 2014, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a Contratação de empresa para recuperação de Retroescavadeira New Holland LB0110.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93, e 10520/02 e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: com-pras@bomjesusdoeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 24 de Novembro de 2014.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2699/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2699/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 063/2014

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 11:30 horas do dia 04 de Dezembro de 2014, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a Contratação de empresa para recuperação de ensiladeira JF C 120.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93, e 10520/02 e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: com-pras@bomjesusdoeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 24 de Novembro de 2014.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

Bom Retiro**PREFEITURA**

967.11.14 - P.LIC. MOT. P. FAM. MARIA L. HERARDT
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 967/14 de 21.11.14
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 18 de novembro de 2014, a funcionária Maria de Lourdes Herardt, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de novembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

968.11.14 - P.LIC. MOT. P. FAM. ADRIANA Z. CAPISTRANO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 968/14 de 21.11.14
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 17 de novembro de 2014, a funcionária Adriana Zapelini Capistrano, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, 20 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de novembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

RESULTADO HABILITAÇÃO TP 04/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

RESULTADO DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2014

A Comissão de Julgamento de Processo Licitatório torna público no julgamento da documentação (envelope nº 1) relativa à Habilitação da Tomada de Preço 04/2014, cujo objeto é Contratação de empresa para construção de uma escola com duas salas de aula, projeto FNDE, na localidade de Barbaqua, decidiu:

a) HABILITAR AS EMPRESAS: Caprixo Construtora Ltda. EPP, CNPJ: 09.056.644/0001-76 e Serra Sul Engenharia e Construções Ltda. EPP, CNPJ: 15.459.791/0001-90. Fica designado o dia 27/11/2014 às 10h00min para o comparecimento das empresas habilitadas na primeira fase do certame, para a segunda fase do mesmo, abertura da Proposta de Preço (envelope nº2).

Bom Retiro, 21 de novembro de 2014.
Comissão de Julgamento de Processo Licitatório

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 45, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014 LEGISLATIVO

Portaria Nº 45, de 20 de novembro de 2014.

Nomeia Funçãoária.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Nomear no Cargo Efetivo de Recepcionista do Quadro Único dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal de Brusque, aprovado em segundo lugar no Concurso Público nº 01/2014, a Senhora SILVANA VENTURA, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade nº 5.004.487 e CPF nº 058.178.289-52, com todas as vantagens e obrigações inerentes ao cargo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 20 de novembro de 2014.

Guilherme Marchewsky
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Rogério Gamba
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2175/2014

PORTARIA Nº 2175/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. HEIDI TERESINHA KLUTSKE POTURA, matrícula nº 447285, exercendo as funções de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 06/10/2014 por prazo indeterminado, sendo seu afastamento no dia 21/10/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de outubro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2270/2014

PORTARIA Nº 2270/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o servidor Sr. CARLOS EDUARDO CERVI, matrícula nº 765341, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Transito e Mobilidade, em decorrência do atestado do dia 20/10/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 04/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de outubro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2307/2014

PORTARIA Nº 2307/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. SABRINA DE SOUZA NUNES, matrícula nº 1005642, exercendo as funções de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 24/10/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 08/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de outubro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2316/2014

PORTARIA Nº 2316/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o afastamento decorrência de licença - Acidente de Trabalho - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, e suspender do Estágio Probatório, o servidor Sr. FÁBIO MARTINS VIDAL, matrícula nº 103405.7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 25/10/2014 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 25/10/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 25/10/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2339/2014

PORTARIA Nº 2339/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, o servidor Sr. AMARILDO BUNDE, matrícula nº 725250, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 29/10/2014.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2342/2014

PORTARIA Nº 2342/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. MAIARA BINA CORVO CHIERICI, matrícula nº 946770, exercendo as funções de Professor, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 30/10/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2343/2014

PORTARIA Nº 2343/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o afastamento decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. EDSONIA DE MORAIS, matrícula nº 472972, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 30/10/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 30/10/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2344/2014

PORTARIA Nº 2344/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. DARCI LUIZ SEBERINO, matrícula nº 1303.0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Especiais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 30/10/2014 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 14/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2345/2014

PORTARIA Nº 2345/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. LETICIA CAROLINE VIEIRA, matrícula nº 88298.4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 30/10/2014 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 14/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2354/2014

PORTARIA Nº 2354/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. GISLAINE CARDEAL ALFLEN, matrícula nº 397520, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando

às atividades laborais a partir de 31/10/2014.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2385/2014

PORTARIA Nº 2385/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. ELIANE MONTIBELLER, matrícula nº 67637.9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, em decorrência do atestado do dia 05/11/2014 de 90 (noventa) dias, sendo seu afastamento no dia 20/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2408/2014

PORTARIA Nº 2408/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. ANTONIO FURTUNATO, matrícula nº 439371, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 23/10/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 07/11/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2014 - AD03.2014
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO n. 02/2014 FIRMADO
ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E O HOSPITAL ARQUIDIOCE-
SANO CÔNSUL CARLOS RENAUX, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E
CONDIÇÕES SEGUINTE:

PREÂMBULO

1. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o número 11.188.015/0001-41, vinculado ao Município de Brusque, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o número 83.102.343/0001-94, com sede na Praça das Bandeiras, 77, em Brusque, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Secretária de Saúde ANA BEATRIZ BARON LUDVIG, ao final assinado;

2. CONTRATADO: HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Azambuja, 1.089, Bairro Azambuja, em Brusque, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o número 82.986.985/0001-30, neste ato representado por seu Diretor Administrativo, Pe. NÉLIO ROBERTO SCHWANKE, brasileiro, portador do RG n. 4/C.193.688 SSP/SC e inscrito no CPF sob o n. 093.550.819-7, abaixo assinado,

Considerando, que a Portaria GM/MS n. 2.360, de 27 de outubro de 2014, estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado e Municípios de Santa Catarina - Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, referente ao custeio de leitos de enfermaria clínica de retaguarda, previstos nas Etapas I e IV dos Planos de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Santa Catarina e Município, conforme Portaria n. 2.011/GM/MS, de 2012 e Portaria n. 2.941/GM/MS de 2013, respectivamente,

RESOLVEM, com base no presente termo aditivo, alterar o contrato original firmado em 01/07/2014, nas condições a seguir pactuadas.

3. Este termo aditivo tem como fundamento legal o artigo 58, I, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1.0. O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de quantitativo do valor global do contrato, em consonância com o artigo 58, I, da Lei 8.666/93, para a inclusão dos valores constantes na Portaria GM/MS n. 2.036, de 27 de outubro de 2014, que estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado e Municípios de Santa Catarina - Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, referente à inserção de leitos de enfermaria clínica de retaguarda no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos

de Saúde (SCNES), previstos nas Etapas I e IV dos Planos de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Santa Catarina e Município, conforme forma de pagamento descrito no artigo 3º da citada Portaria Ministerial.

1.1. A forma de pagamento dos valores ocorrerá conforme descrito no artigo 3º da Portaria GM/MS n. 2.036, de 27 de outubro de 2014, observando-se:

a) O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor estabelecido, em parcelas mensais, ao Fundo Municipal de Saúde, sistematizado de acordo com a Tabela I abaixo:

TABELA I - RECURSOS DO BLOCO DE ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE (MENSAL)	VALOR UNITÁRIO DA PARCELA (R\$)	VALOR ANUAL (R\$) 12 MESES
Portaria GM/MS n. 2.036/2014	1	129.270,83	R\$ 1.551.250,00
TOTAL			R\$ 1.551.250,00

1.1.1. Os valores constantes na Tabela I serão repassados mensalmente ao CONTRATADO depois de efetivado o crédito pelo Ministério da Saúde ao Fundo Municipal de Saúde de Brusque.

CLÁUSULA SEGUNDA VALOR CONTRATUAL

2.0. O valor anual do total do presente Termo Aditivo ao Contrato n. 02/2014 é de R\$ 1.551.250,00 (um milhão, quinhentos e cinquenta e um mil, duzentos e cinquenta reais), para pagamentos pós-fixados do item acima citado.

CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.0. As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo serão efetuadas a conta do seguinte recurso financeiro: 2501.2273.33903950/16.500

CLÁUSULA QUARTA DISPOSIÇÕES GERAIS

4.0. As demais cláusulas e condições contratuais permanecem inalteradas, restando ratificado todo o conteúdo do instrumento firmado em 01/07/2014.

4.1. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Brusque (SC), em 01 de novembro de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE

CONTRATANTE

ANA BEATRIZ BARON LUDVIG

HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX

CONTRATADO

Pe. NÉLIO ROBERTO SCHWANKE

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 6, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014 LEGISLATIVO

Resolução Administrativa Nº 6, de 18 de novembro de 2014.

Nomeia Membros para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, para investigar supostas fraudes na execução de contratos de prestação de serviços automotivos firmados por empresas mecânicas com o Município.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os Vereadores Alessandro André Moreira Simas, Célio de Souza, Ivan Roberto Martins, Jean Daniel dos Santos Pirola e José Isaias Vechi, para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, criada pelo Requerimento s/ nº, protocolado sob o nº 1057, para investigar supostas fraudes na execução de contratos de prestação de serviços automotivos firmados por empresas mecânicas com o Município.

Art. 2º A Comissão criada na forma do art. 1º, reunir-se-á na data de 25 de novembro de 2014, às 15 horas, no Plenário da Câmara Municipal para eleição e posse do Presidente.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução Administrativa, correrão à conta de dotações do Poder Legislativo.

Art. 4º Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 18 de novembro de 2014.

Guilherme Marchewsky

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Rogério Gamba

Diretor Geral

DECRETO Nº. 7.534, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 7.534, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 1.036.130,00 (Hum milhão, trinta e seis mil, cento e trinta reais), para atender a programação abaixo especificada:

03.00	Procuradoria Geral do Município
03.001	Procuradoria geral do Município
0004.0062.0005.2005	Manutenção da Procuradoria geral do Município
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 40.000,00
05.00	Secretaria de Comunicação Social
05.001	Secretaria de Comunicação Social
0004.0131.0145.2006	Manutenção da Secretaria de

Comunicação Social

3.3.90.00

Correntes

0.1.00.00

VALOR

09.00

09.001

0012.0361.0025.1013

colas Ens. Fundamental

3.3.90.00

Correntes

0.1.58.00

VALOR

00012.01220005.2022

Educação

3.3.90.00

Correntes

0.1.01.00

- Educação

VALOR

3.1.91.00

Despesas Correntes

0.1.01.00

- Educação

VALOR

0012.0365.0020.2020

3.3.90.00

Correntes

0.3.58.00

VALOR

4.4.90.00

0.3.58.00

VALOR

0012.0365.0020.1005

colas Ens. Infantil

4.4.90.00

0.3.58.00

VALOR

13.00

13.001

0018.0451.0320.1002

Obras de Contenção de Cheias

3.3.90.00

Correntes

0.1.00.00

VALOR

14.00

14.001

0028.0843.0180.2055

terna, Precatórios

4.6.90.00

Dívida

0.1.00.00

VALOR

15.00

15.003

Social 0016.0482.0130.2075

Habitação

4.4.90.00

0.1.00.00

VALOR

0016.0482.0130.2324

3.3.90.00

Correntes

0.1.00.00

VALOR

19.00

19.001

Aplicações Diretas - Outras Despesas

Recursos Ordinários

R\$ 26.800,00

Secretaria Municipal de Educação

Secretaria Municipal de Educação

Construção Ampliação e Reformas Es-

Aplicações Diretas - Outras Despesas

Salário Educação

R\$ 200.000,00

Manutenção Administrativa da Sec. De

Educação

Aplicações Diretas - Outras Despesas

Rec. De Impostos e de Transf. De Imp.

R\$ 15.000,00

Aplic. Direta Dec. Ope. Entre Órgãos -

Rec. De Impostos e de Transf. De Imp.

R\$ 30.000,00

Manutenção da Educação Infantil

Aplicações Diretas - Outras Despesas

Salário Educação

R\$ 110.000,00

Aplicações Diretas - Investimentos

Salário Educação

R\$ 78.900,00

Construção Ampliação e Reforma Es-

Aplicações Diretas - Investimentos

Salário Educação

R\$ 156.000,00

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Secretaria de Obras e Serviços Públi-

cos

Macro Drenagem, Saneamento e

Obras de

Aplicações Diretas - Outras Despesas

Recursos Ordinários

R\$ 20.000,00

Encargos Gerais do Município

Encargos Gerais do Município

Amortização e Encargos da Dívida In-

terna, Precatórios

Aplicações Diretas - Amortização da

Dívida

Recursos Ordinários

R\$ 170.000,00

Secretaria de Assist. Social e Habitação

Fundo Municipal Habitação e Interesse

Desenvolv. Ações e Progr. De

Aplicações Diretas - Investimentos

Recursos Ordinários

R\$ 7.800,00

MCMV - Minha Casa Minha Vida

Aplicações Diretas - Outras Despesas

Recursos Ordinários

R\$ 16.500,00

Secretaria de Orçamento e Gestão

Secretaria de Orçamento e Gestão

0004.0122.0005.2013	Manutenção da Administração Geral
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 100.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 47.300,00
23.00	Secretaria da Fazenda
23.001	Secretaria da Fazenda
0004.0129.0010.2014	Manutenção do Depto. De Tributação e Fiscalização
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 4.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 500,00
40.00	Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
40.001	Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
0018.0541.0160.2252	Manutenção da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 10.000,00
50.00	Instituto Brusquense de Planej. E Mobilidade
50.001	Instituto Brusquense de Planej. E Mobilidade
0015.0122.0005.2018	Manutenção Ativ. Do Instituto Brusquense de Planej. E Mobilidade
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 2.200,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 1.000,00
75.00	Fundação Municipal de Meio Ambiente
75.001	Fundação Municipal de Meio Ambiente
0018.01255.0160.2216	Manutenção Administrativa da Fundação
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 130,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

03.00	Procuradoria Geral do Município
03.001	Procuradoria geral do Município
0004.0062.0005.2005	Manutenção da Procuradoria geral do Município
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 40.000,00
05.00	Secretaria de Comunicação Social
05.001	Secretaria de Comunicação Social
0004.0131.0145.2006	Manutenção da Secretaria de Comunicação Social
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários

VALOR	R\$ 26.800,00
09.00	Secretaria Municipal de Educação
09.001	Secretaria Municipal de Educação
0012.0361.0025.1013	Construção Ampliação e Reformas Escolas Ens. Fundamental
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.58.00	Salário Educação
VALOR	R\$ 200.000,00
00012.01220005.2022	Manutenção Administrativa da Sec. De Educação
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.01.00	Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
VALOR	R\$ 45.000,00
13.00	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0018.0451.0320.1002	Macro Drenagem, Saneamento e Obras de Contenção de Cheias
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 20.000,00
14.00	Encargos Gerais do Município
14.001	Encargos Gerais do Município
0028.0843.0180.2055	Amortização e Encargos da Dívida Interna, Precatórios
3.2.90.00	Aplicações Diretas - Juros e Encargos da Dívida
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 100.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 20.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 50.000,00
15.00	Secretaria de Assist. Social e Habitação
15.003	Fundo Municipal Habitação e Interesse Social
0016.0482.0130.2075	Desenvolv. Ações e Progr. De Habitação
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 7.800,00
0016.0482.0130.2324	MCMV - Minha Casa Minha Vida
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 16.500,00
19.00	Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001	Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0122.0005.2013	Manutenção da Administração Geral
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 147.300,00
23.00	Secretaria da Fazenda
23.001	Secretaria da Fazenda
0004.0129.0010.2014	Manutenção do Depto. De Tributação e Fiscalização
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 4.500,00
40.00	Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
40.001	Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque

Brusque
0018.0541.0160.2252 Manutenção da Fundação Ecológica e
Zoobotânica de Brusque
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 10.000,00
50.00 Instituto Brusquense de Planej. E Mo-
bilidade
50.001 Instituto Brusquense de Planej. E Mo-
bilidade
0015.0122.0005.2018 Manutenção Ativ. Do Instituto Brus-
quense de Planej. E Mobilidade
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 3.200,00
75.00 Fundação Municipal de Meio Ambiente
75.001 Fundação Municipal de Meio Ambiente
0018.0125.0160.2216 Manutenção Administrativa da Funde-
ma
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 130,00

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de novembro de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON ROGRIGO RIFFEL
Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário de Orçamento e Gestão

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe Gabinete do Prefeito

II - superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibi- lidade em 31/12/2013
21.493-0	B.BRASIL C/ SAL. EDUCAÇÃO	0.1.58.00 0.3.58.00	216.062,89 1.800.020,02
TOTAL GERAL			2.016.082,91
Valores Comprometidos		Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar		0.1.58.00/0.3.58.00	0,00
DDO à Pagar		0.1.58.00/0.3.58.00	3.714,69
Restos à Pagar		0.1.58.00/0.3.58.00	212.348,20
TOTAL		0.1.58.00/0.3.58.00	216.062,89
Saldo		Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro		0.3.58.00	1.800.020,02
Valor Utilizado – Decreto 7474/2014		0.3.58.00	185.000,00
Valor Utilizado – Decreto 7480/2014		0.3.58.00	198.237,00
Valor Utilizado – Decreto 7486/2014		0.3.58.00	300.000,00
Valor Utilizado – Decreto 7492/2014		0.3.58.00	100.000,00
Valor Utilizado – Decreto 7501/2014		0.3.58.00	158.877,16
Valor Utilizado – Decreto 7513/2014		0.3.58.00	169.247,37
Valor Utilizado – Decreto 7523/2014		0.3.58.00	343.000,00
TOTAL			1.454.361,53

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18/11/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 17/2014 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2014

O Município de Caçador/SC torna pública a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2014, para LOCAÇÃO DE PARTE DE UM TERRENO RURAL SEM BENFEITORIAS, COM ÁREA DE 211.220 M2 SITUADO NA LINHA SANTANA, DE PROPRIEDADE DE RENI PEDRO PELICER CPF 148.036.909-87 PARA RETIRADA DE CASCALHO, pelo valor total de R\$ 9.000,00 (NOVE MIL REAIS), pelo período de 12(doze) meses, nos termos do artigo 25, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador/SC, 18 de novembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 16/2014 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2014

O Município de Caçador/SC torna pública a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2014, para LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL LOCALIZADO ÀS MARGENS DO RIO DO PEIXE, NA RUA LUIZ CARAMORI Nº 10, DE PROPRIEDADE DA Sra. Neide Maria Driessen Baú CPF - 831.489.499-00 PARA INSTALAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E DITTESC, pelo valor total de R\$ 51.120,00 (Cinquenta e um mil cento e vinte reais), pelo período de 12(doze) meses, nos termos do artigo 25, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador/SC, 14 de novembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO 127-2014 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR
REVOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2014

O Município de Caçador/SC, torna público a REVOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 13/2014, Processo de Licitação nº 127-2014, Objeto. CREDENCIAMENTO DE IMOBILIÁRIAS PARA AVALIAÇÕES DE TERRENOS URBANOS E RURAIS CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 5.541 DE 08 DE MAIO DE 2013 Nº 13/2014, Com prazo Máximo para entrega da documentação para o Credenciamento Até as 18:00hrs do dia 12/11/2014. Motivo: Nenhuma Empresa protocolou o Credenciamento, Caracterizando uma Licitação Deserta, Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 13 de novembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO 129-2014 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

REVOGA-SE O PROCESSO DE LICITAÇÃO 129/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2014 TIPO: MENOR PREÇO OBJETO - REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA A SEREM UTILIZADOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO NO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR CONFORME PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO - CAÇADOR, SC.COM PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h 05min do dia 19/11/2014.- MOTIVO Nenhuma Empresa protocolou Proposta, Caracterizando uma Licitação Deserta, Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 20 de novembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PR 86-2014 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2014
TIPO: MENOR PREÇO
OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TOLDOS PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAÇADOR, SC.
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 16/12/2014.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h05min do dia 16/12/2014.
Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 22 de novembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 285/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 285, de 19 de novembro de 2014.
Dá nova redação ao § 2º, do art. 15, da Lei Complementar nº 168, de 16 de abril de 2010, que dispõe sobre o zoneamento, o uso e a ocupação do solo do Município de Caçador, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte
LEI:

Art. 1º O § 2º, do art. 15, da Lei Complementar nº 168, de 16 de abril de 2010, que dispõe sobre o zoneamento, o uso e a ocupação do solo do Município de Caçador, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15.

§ 2º Fazem parte integrante da Zona Residencial Quatro - ZR4 os terrenos cuja testada frontal seja feita para as ruas Herculano Coelho de Souza, Carlos Coelho de Souza, Domingos Sorgatto, Benjamin Gioppo, Silvio Gioppo (trecho compreendido entre as ruas Benjamin Gioppo e Antônio Bombassaro), José Ioos Junior (trecho compreendido entre as ruas Silvio Gioppo e Av. Albino Phelippe Potrich), Antônio Bombassaro (lado par da rua), Antônio Vivan, Odelir Godino, Frei Rogério, Bahia, Amazonas (trecho compreendido entre as ruas Visconde de Rio Branco e Sergipe) e Nelson Eugênio Busatto. (NR)”

Art. 2º O mapa de zoneamento, uso e ocupação do solo mencionado no parágrafo único, do art. 7º, da Lei Complementar nº 168, de 16 de abril de 2010, passa a vigorar na forma do mapa em anexo, que fica fazendo parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de novembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 284/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 284, de 19 de novembro de 2014.
Dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte
LEI:

TÍTULO I DOS FUNDAMENTOS CONCEITUAIS DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, DO MODELO DE GESTÃO E DA CULTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

CAPÍTULO ÚNICO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 1º A estrutura organizacional da Administração Pública Municipal deverá desburocratizar, descentralizar e desconcentrar os circuitos de decisão, melhorando os processos, a colaboração entre os serviços, o compartilhamento de conhecimentos e a correta gestão da informação, para garantir a prestação eficiente, eficaz, efetiva e relevante dos serviços públicos, visando tornar o Município de Caçador referência em desenvolvimento sustentável, nas dimensões ambiental, econômica, social e tecnológica, promovendo a redução das desigualdades entre cidadãos, elevando a qualidade de vida da sua população.

TÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO PODER EXECUTIVO

CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I

Do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Caçador
Art. 2º O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado pelos Secretários Municipais.
Parágrafo único. O Vice-Prefeito, além das atribuições que lhe são conferidas por lei, auxiliará o Prefeito Municipal quando convocado para missões especiais.

Seção II

Das Atribuições dos Cargos de Secretários Municipais
Art. 3º Os Secretários Municipais, auxiliares diretos e imediatos do Prefeito Municipal, exercem atribuições constitucionais, legais e regulamentares, com o apoio dos servidores públicos titulares de cargos efetivos e de provimento em comissão a eles subordinados direta ou indiretamente.
Art. 4º No exercício de suas atribuições cabe aos Secretários Municipais:
I - expedir portarias e ordens de serviço disciplinadoras das atividades integrantes da área de competência das respectivas Secretarias, exceto quanto às inseridas nas atribuições constitucionais e legais do Prefeito Municipal;
II - respeitada a legislação pertinente, distribuir os servidores públicos pelos diversos órgãos internos das Secretarias que dirigem e cometer-lhes tarefas funcionais executivas;
III - ordenar, fiscalizar e impugnar despesas públicas;
IV - assinar contratos, convênios, acordos e outros atos administrativos bilaterais ou multilaterais de que o Município participe, quando não for exigida a assinatura do Prefeito;
V - revogar, anular e sustar ou determinar a sustação de atos administrativos que contrariem os princípios constitucionais e legais da Administração Pública;
VI - receber reclamações relativas à prestação de serviços públicos, decidir e promover as correções exigidas;
VII - decidir, mediante despacho exarado em processo, sobre pedidos cuja matéria se insira na área de competência das secretarias que dirigem; e
VIII - exercer outras atividades situadas na área de abrangência da respectiva secretaria e demais atribuições delegadas pelo Chefe do Poder Executivo.

TÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DA ORGANIZAÇÃO DE SEU FUNCIONAMENTO

CAPÍTULO I DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 5º A Administração Pública Municipal compreende:
I - a Administração Direta, constituída pelos órgãos integrantes da estrutura organizacional administrativa do Gabinete do Prefeito, do Gabinete do Vice-Prefeito e das Secretarias Municipais; e
II - a Administração Indireta, constituída pelas seguintes espécies de entidades dotadas de personalidade jurídica própria:
a) autarquias;
b) fundações públicas;
c) empresas públicas; e
d) sociedades de economia mista.
§ 1º As entidades da Administração Indireta adquirem personalidade jurídica:
I - as autarquias e as fundações públicas, com a publicação da lei que as criar;
II - as empresas públicas e as sociedades de economia mista, com o arquivamento e registro de seus atos constitutivos na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC.
§ 2º As entidades de direito civil cujos objetivos e atividades se identifiquem com as competências das Secretarias Municipais ou com as das entidades da Administração Indireta e que recebam contribuições de natureza financeira, a título de subvenções ou transferências à conta do Orçamento do Município, em caráter permanente, com vistas à sua manutenção, ficam sujeitas à

supervisão governamental.

§ 3º O Chefe do Poder Executivo disporá sobre a organização e o funcionamento dos órgãos da Administração Direta e, no que couber, das entidades da Administração Indireta de que trata esta Lei Complementar.

CAPÍTULO II

DO FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 6º O funcionamento da Administração Pública Municipal, observado o que determina a Lei Orgânica do Município, obedecerá ao disposto nesta Lei Complementar e na legislação aplicável, relativamente ao planejamento, à coordenação, à descentralização, à desconcentração, à execução, à delegação de competência e ao controle governamental.

§ 1º O Poder Executivo deverá implementar modelo gerencial sintonizado com as modernas técnicas de planejamento público, primando pela flexibilidade da gestão, qualidade dos serviços públicos e prioridade às demandas do cidadão.

§ 2º A Administração Pública Municipal deverá atuar estrategicamente com relação ao processo de gestão, priorizando a ação preventiva, aliada à descentralização e desconcentração dos programas e ações e à capacitação dos recursos humanos, com amparo na tecnologia da informação como suporte aos processos operacionais.

§ 3º O Município estimulará a profissionalização do servidor público, incentivando-o a participar de programas de capacitação internos e externos que o habilitem a desenvolver as várias competências inerentes ao seu cargo e às novas demandas exigidas pela sociedade.

§ 4º A Administração Pública Municipal primará por maior eficiência, eficácia, economicidade e transparência administrativas, bem como pela participação da sociedade nas decisões governamentais.

§ 5º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe uma ação planejada e transparente para a prevenção de riscos e correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Seção I

Da Ação Governamental de Planejamento

Art. 7º A ação governamental obedecerá a um processo sistemático de planejamento que vise a promover o desenvolvimento do Município, a democratização dos programas e ações com amplo engajamento das comunidades e a transparência administrativa.

§ 1º A ação governamental de que trata o caput deste artigo, será efetivada mediante a formulação dos seguintes instrumentos básicos:

I - Plano Plurianual do Município;

II - Programas gerais e setoriais de duração anual e plurianual;

III - Diretrizes Orçamentárias;

IV - Orçamento Anual; e

VI - Programação Financeira e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso.

§ 2º A ação governamental de planejamento guardará perfeita coordenação e consonância com os planos, programas e projetos dos Governos da União e do Estado.

Seção II

Da Ação Governamental de Coordenação

Art. 8º As atividades da Administração Pública Municipal e os programas e ações de Governo serão objeto de permanente coordenação.

§ 1º A ação governamental de coordenação será exercida em todos os níveis administrativos mediante a atuação das chefias individuais e a realização sistemática de reuniões com a participação

das chefias subordinadas e dos servidores, bem como por intermédio da instituição de comissões de coordenação em cada nível, se necessário.

§ 2º No nível superior da Administração Pública Municipal, a ação governamental de coordenação será assegurada por meio:

I - de reuniões do secretariado, com a participação de titulares de cargos ou funções, convocados pelo Prefeito;

II - de reuniões de Secretários Municipais e titulares de cargos ou funções, por áreas afins;

III - da Secretaria Municipal de Governo, no que tange às ações políticas e às ações programáticas que envolvam a participação de mais de uma Secretaria Municipal ou entidade da Administração Indireta Municipal.

§ 3º Os Secretários Municipais não poderão encaminhar à decisão do Prefeito Municipal assuntos que não tenham sido objeto de análise prévia por outros setores afins da municipalidade em cujas áreas de competência a matéria tenha implicações ou repercussões, a fim de se evitar encaminhamentos administrativos desarticulados.

Seção III

Da Ação Governamental De Execução

Art. 9º Os atos de execução, singulares ou coletivos, obedecerão aos preceitos legais e às normas regulamentares, observados os critérios de eficiência, eficácia, efetividade, relevância e a interseccionalidade.

Parágrafo único. Os responsáveis pela execução dos programas, projetos e ações de governo respeitarão os princípios da Administração Pública, os métodos participativos, as normas e critérios técnicos, o planejamento estabelecido pelos órgãos.

Seção IV

Da Delegação de Competência

Art. 10. A delegação de competência será utilizada com o objetivo de assegurar rapidez às decisões.

Art. 11. Poderão ser delegadas aos Secretários Municipais as competências não exclusivas do Chefe do Poder Executivo estabelecidas na Lei Orgânica do Município.

§ 1º É facultado ao Chefe do Poder Executivo e aos Secretários Municipais delegar competência aos dirigentes de órgãos por eles supervisionados, coordenados, orientados e controlados, para a prática de atos administrativos, conforme disposto em regulamento.

§ 2º O ato de delegação indicará o embasamento jurídico, a autoridade delegante, a autoridade delegada e a competência.

§ 3º O exercício de funções em regime de substituição abrange os poderes delegados e subdelegados ao substituído, salvo se o ato de delegação ou subdelegação, ou o ato que determina a substituição, dispuser em contrário.

Seção V

Da Ação Governamental de Controle Administrativo

Art. 12. O controle das atividades da Administração Pública Municipal será exercido em todos os níveis, órgãos e entidades compreendendo, particularmente:

I - pela chefia competente, a execução dos programas, projetos e ações, e a observância das normas inerentes à atividade específica do órgão ou da entidade vinculada ou controlada; e

II - pelos órgãos de cada sistema, a observância das normas gerais que regulam o exercício das atividades administrativas.

Parágrafo único. O controle da aplicação do dinheiro público, a fiscalização e supervisão dos Fundos Municipais e a guarda dos bens do Município serão feitos pelos órgãos dos Sistemas de Administração Financeira, de Controle Interno e de Gestão Patrimonial.

Art. 13. As tarefas de controle, com o objetivo de melhorar a qualidade e a produtividade serão racionalizadas mediante revisão de processos e supressão de meios que se evidenciem puramente formais ou cujo custo seja evidentemente superior ao benefício.

Seção VI

Da Ação Governamental de Supervisão

Art. 14. Os Secretários Municipais são responsáveis perante o Prefeito, pela supervisão dos serviços dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta enquadrados em sua área de competência.

Parágrafo único. A supervisão a cargo dos Secretários Municipais é exercida por meio de orientação, coordenação, controle e avaliação das atividades dos órgãos subordinados ou vinculados e das entidades vinculadas ou supervisionadas.

Art. 15. A supervisão a cargo dos Secretários Municipais, com o apoio dos órgãos que compõem as estruturas de suas Secretarias, tem por objetivos, na área de sua respectiva competência:

I - assegurar a observância das normas constitucionais e infra-constitucionais;

II - promover a execução dos programas, projetos e ações de Governo;

III - coordenar as atividades das entidades vinculadas ou supervisionadas e harmonizar a sua atuação com a dos demais órgãos e entidades;

IV - avaliar o desempenho das entidades vinculadas ou supervisionadas;

V - fiscalizar a aplicação e a utilização de recursos orçamentários e financeiros, valores e bens públicos;

VI - acompanhar os custos globais dos programas, projetos e ações setoriais de Governo;

VII - encaminhar aos setores próprios da Secretaria Municipal da Fazenda os elementos necessários à prestação de contas do exercício financeiro.

Art. 16. No que se refere à Administração Indireta, a supervisão visa a assegurar:

I - a realização dos objetivos fixados nos atos de institucionalização ou de constituição da entidade;

II - a harmonia com a política e a programação do Governo no setor de atuação da entidade;

III - a eficiência, a eficácia, a efetividade e a relevância administrativas;

IV - a diminuição dos custos e das despesas operacionais;

V - a autonomia administrativa, operacional e financeira da entidade.

Art. 17. A supervisão a que se refere o art. 16 será exercida mediante a adoção das seguintes medidas, além de outras estabelecidas em regulamento:

I - recebimento periódico de relatórios, boletins, balancetes e informações que permitam ao Chefe do Executivo Municipal acompanhar as atividades da entidade e a execução do orçamento anual, da programação financeira e dos contratos de gestão aprovados pelo Governo;

II - aprovação de contas, relatórios e balanços, diretamente ou por meio dos representantes;

IV - fixação, em níveis compatíveis com os critérios de operação econômica, das despesas com recursos humanos e custeio da Administração;

V - fixação de critérios para a realização de gastos com publicidade, divulgação e relações públicas; e

VI - realização de avaliações e auditorias periódicas de desempenho.

Art. 18. A entidade da Administração Indireta deverá estar habilitada a:

I - prestar contas de sua gestão, na forma e nos prazos estabelecidos, ao Chefe do Executivo Municipal;

II - apresentar os resultados de seus trabalhos, indicando suas causas e justificando as medidas postas em prática ou cuja adoção se impuser, no interesse do serviço público.

TÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Art. 19. A estrutura organizacional básica da Administração Direta compreende:

I - Gabinete do Prefeito Municipal, constituído da seguinte forma:

I.1 - órgãos de assessoramento imediato:

a) Secretaria de Governo;

b) Controle Interno;

c) Procuradoria Geral do Município;

c.1) Programa de Defesa do Consumidor do Município - PROCON.

II - Gabinete do Vice-Prefeito;

III - Secretaria Municipal da Administração;

IV - Secretaria Municipal da Fazenda;

V - Secretaria Municipal da Saúde;

VI - Secretaria Municipal da Educação;

VII - Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

VIII - Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural;

IX - Secretaria Municipal do Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Econômico;

X - Secretaria Municipal de Infraestrutura;

I.2 - Órgãos com vinculação especial:

I - Intendência do Distrito de Taquara Verde;

II - Junta de Serviço Militar;

III - Defesa Civil.

§ 1º Integram, ainda, a estrutura da administração direta os conselhos municipais, órgãos deliberativos, consultivos e de assessoramento, cujo funcionamento, atribuições, vinculação e composição são fixados em lei específica e servem de apoio à descentralização administrativa, como órgãos de consulta do Prefeito e dos órgãos da Administração Direta e Indireta:

I - Comissão Municipal de Administração do Parque de Exposição das Araucárias;

II - Comissão Permanente de Licitações;

III - Comissão Técnica de Urbanismo - CTU;

IV - Comissão Municipal Permanente de Normatização - CMPN;

V - Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil;

VI - Comissão Municipal de Trânsito;

VII - Junta Administrativa de Recurso de Infrações - JARI;

VIII - Conselho Deliberativo do IPPUC;

IX - Conselho Deliberativo da Fundação Municipal de Cultura e Turismo;

X - Conselho Curador da Fundação Municipal de Cultura e Turismo;

XI - Conselho da Cidade - CC;

XII - Conselho Municipal de Turismo - COMTUR;

XIII - Conselho Municipal de Assistência Social;

XIV - Conselho Municipal de Trabalho e Emprego;

XV - Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Programa Bolsa família;

XVI - Conselho Municipal de Saúde;

XVII - Conselho Municipal de Esportes - CME;

XVIII - Conselho Municipal de Educação;

XIX - Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério;

XX - Conselho Municipal de Alimentação Escolar;

XXI - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XXII - Conselho Municipal do Meio Ambiente - CONDEMA;
XXIII - Conselho Municipal de Cultura;
XXI - Conselho Municipal de Patrimônio Cultural;
XXV - Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - CGFMHIS;
XXVI - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA;
XXVII - Conselho Municipal Antidrogas - COMAD;
XXVIII - Conselho Municipal do Idoso - CMI;
XXIX - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Caçador;
XXX - Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON;
XXXI - Conselho de Desenvolvimento de Caçador;
XXXII - Conselho Deliberativo da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA;
XXXIII - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
XXXIV - Conselho Administrativo do IPASC;
XXXV - Conselho Fiscal do IPASC; e
XXXVI - Conselho Fiscal da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA.

§ 2º Os conselhos municipais citados no § 1º desta Lei Complementar, serão acompanhados por uma Comissão Permanente de Acompanhamento dos Conselhos Municipais de Caçador, que será vinculado a Secretaria de Governo, que contará com três (03) membros nomeados por ato próprio do Poder Executivo.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Art. 20. Os Secretários Municipais, auxiliares diretos e imediatos do Prefeito Municipal, exercem atribuições previstas na Lei Orgânica do Município e na presente Lei Complementar, com o apoio dos servidores públicos titulares de cargos de provimento em comissão, dos de provimento efetivo e dos empregados públicos.

Art. 21. Além do que preceitua a Lei Orgânica Municipal, no exercício de suas atribuições, cabe aos Secretários Municipais:

I - expedir portarias e ordens de serviço disciplinadoras das atividades integrantes da área de competência das respectivas Secretarias Municipais;

II - respeitada a legislação pertinente, distribuir os servidores públicos pelos diversos órgãos internos das Secretarias Municipais que dirigem e atribuir-lhes tarefas funcionais executivas;

III - ordenar, fiscalizar e impugnar despesas públicas;

IV - assinar contratos, convênios, acordos e outros atos administrativos bilaterais ou multilaterais dentro de sua competência e quando não for legalmente exigida a assinatura do Prefeito Municipal;

V - revogar, anular e sustar ou determinar a sustação de atos administrativos que contrariem os princípios constitucionais e legais da administração pública, na área de sua competência;

VI - receber reclamações relativas à prestação de serviços públicos, decidir e promover as correções exigidas;

VII - decidir, mediante despacho exarado em processo, sobre pedidos cuja matéria se insira na área de sua competência; e

VIII - exercer outras atividades e atribuições delegadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 22. As Secretarias Municipais deverão estabelecer, coordenadamente, critérios de distribuição dos recursos públicos, de forma equilibrada, por função governamental.

Art. 23. Em todas as áreas de atuação, as Secretarias desenvolverão atividades de colaboração entre si.

Art. 24. A estrutura administrativa de cada Secretaria, com as respectivas composições dos órgãos setoriais (de direção, chefia, coordenação e assessoramento) é a prevista no Anexo IV desta Lei Complementar.

Art. 25. O Chefe do Poder Executivo remanejará a lotação do quadro de servidores efetivos do Município para atender as necessidades de cada órgão.

Art. 26. A estrutura organizacional dos órgãos da Administração Direta do Poder Executivo tem sua composição de acordo com o

previsto no Anexo I, desta Lei Complementar.

TÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. As entidades integrantes da administração indireta municipal reger-se-ão pelas disposições contidas nesta Lei Complementar e nas leis específicas.

CAPÍTULO II

DAS AUTARQUIAS

Art. 28. As autarquias são as criadas por lei específica, regulamentadas por regimento interno.

Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, compete aos dirigentes das Autarquias assinar contratos, convênios, acordos e outros atos administrativos bilaterais ou multilaterais, quando não for exigida a assinatura do Prefeito.

Art. 29. São Autarquias as seguintes entidades:

I - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

II - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador - IPPUC.

Seção Única

Das Disposições Comuns às Autarquias

Art. 30. Constituem recursos das autarquias:

I - as dotações que lhes forem consignadas no Orçamento do Município;

II - as transferências, os repasses e os créditos abertos em seu favor;

III - os recursos financeiros resultantes:

a) de receitas comerciais, industriais, operacionais e de administração financeira;

b) de conversão em espécie de bens e direitos;

c) da remuneração pela prestação de serviços;

d) de rendas dos bens patrimoniais;

e) do produto da cobrança de emolumentos, taxas e multas;

f) de operações de crédito; e

g) da execução de contratos, convênios e acordos.

IV - quaisquer outras receitas inerentes às suas atividades, inclusive as resultantes da alienação de bens e da aplicação de valores patrimoniais, operações de crédito, doações, legados e subvenções.

CAPÍTULO III

DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS

Art. 31. As fundações são as criadas por lei específica, regulamentadas por regimento interno/estatuto.

Art. 32. São fundações públicas as seguintes entidades:

I - Fundação Municipal de Esporte;

II - Fundação Municipal de Meio Ambiente;

III - Fundação Municipal de Cultura.

Seção Única

Das Disposições Comuns às Fundações Públicas

Art. 33. Os regimentos internos/estatutos das fundações públicas serão aprovados por Decreto do Chefe do Poder Executivo antes de serem inscritos no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Art. 34. O patrimônio e a receita das fundações públicas instituídas e mantidas pelo Município são constituídos:

I - pelos bens móveis e imóveis e também por aqueles que forem sendo constituídos ou adquiridos para instalação de seus serviços e atividades;

II - pelos bens móveis e imóveis e direitos, livres de ônus a elas transferidos em caráter definitivo, por pessoas naturais ou jurídicas, privadas ou públicas, nacionais ou estrangeiras;

III - por doações, heranças ou legados de qualquer natureza;
IV - pelas dotações que lhes forem consignadas no Orçamento do Município;

V - pelas subvenções, auxílios ou quaisquer contribuições deferidas pela União ou pelo Estado; e

VI - pelos recursos financeiros resultantes:

a) de receitas operacionais de suas atividades, de prestação de serviços e de administração financeira;

b) de conversão em espécie de bens e direitos;

c) de renda dos bens patrimoniais;

d) de operações de crédito e de financiamento;

e) da execução de contratos, convênios e acordos, celebrados para prestação de serviços; e

f) de quaisquer outras receitas inerentes às suas atividades.

TÍTULO IV

DO QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 35. Ficam criados, na estrutura dos órgãos da administração direta do Poder Executivo:

I - o grupo de Cargos em Comissão (CC), de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal (Anexo I);

II - o grupo de Funções de Confiança (FCC) e Gratificadas (FGR) a serem exercidas, exclusivamente, por servidores públicos titulares de cargo de provimento efetivo ou emprego público do Município (Anexos II e III).

§ 1º Os servidores públicos titulares de cargos de provimento efetivo e os empregados públicos que assumirem funções de confiança ou gratificadas, cujo valor seja inferior a sua remuneração, farão jus ao pagamento de gratificação em percentual de vinte e cinco por cento (25%) sobre a sua remuneração, considerando o seu vencimento e suas vantagens de caráter pessoal.

Art. 36. Os Anexos I, II e III da presente Lei Complementar cria, classifica, estabelece o número de vagas, qualificação escolar necessária e a correspondente remuneração dos cargos de provimento em comissão e funções gratificadas da nova estrutura organizacional da administração direta municipal.

§ 1º Os Cargos de Confiança e Funções Gratificadas atribuídas a Secretaria Municipal de Educação estão previstas em Lei específica do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Magistério Público Municipal.

§ 2º A estrutura organizacional das entidades da administração indireta constam em leis específicas.

TÍTULO V

DA TRANSFORMAÇÃO E CRIAÇÃO DOS CARGOS DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 37. Ficam mantidos os cargos de:

I - Procurador-Geral do Município;

II - Secretário Municipal de Administração;

III - Secretário Municipal de Fazenda;

IV - Secretaria Municipal de Saúde;

V - Secretário Municipal de Educação;

VI - Secretário Municipal de Infraestrutura.

Art. 38. Ficam transformados os cargos de:

I - Secretário Municipal de Gabinete em Secretário Municipal de Governo;

II - Secretário Municipal de Assistência Social, em Secretário

Municipal de Assistência Social e Habitação;

III - Secretário Municipal de Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento, em Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural;

IV - Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, em Secretário Municipal de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Econômico.

TÍTULO VI

DO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 39. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a remanejar as dotações orçamentárias dos órgãos, unidades e entidades da administração direta e indireta extintos ou transformados em face da presente Lei Complementar para os órgãos que tiverem absorvido as correspondentes atribuições, mantida a respectiva classificação funcional programática, incluídos os descritores, metas e objetivos previstos na Lei que aprovou o Orçamento para 2014.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40. As Secretarias Municipais, criadas ou transformadas nos termos desta Lei Complementar, continuarão, nas respectivas áreas de competência, a dar execução aos convênios, contratos e outros acordos, sob a responsabilidade das Secretarias Municipais extintas e/ou transformadas, ou cujas competências foram objeto de transferência.

Art. 41. A partir da vigência desta Lei Complementar à Administração Pública Municipal somente será permitida a contratação de prestação de serviços de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, mensagens, reprografia, telecomunicações, manutenção de veículos, máquinas, operação de telemarketing e máquinas pesadas, pintura, prédios, equipamentos e instalações, operação de equipamentos rodoviários e agrícolas, auxílio de campo no setor agropecuário, operação de tráfego e de sistemas de manutenção rodoviária, leitura e conferência de consumo e/ou utilização de bens e serviços, assessoria, gerenciamento, coordenação, supervisão e subsídios à fiscalização, controle de qualidade e quantidade, serviços especializados de infraestrutura, projetos em geral, projetos especiais, projetos de sinalização, vistoria, diagnóstico e gerenciamento de estrutura em obras de engenharia e controle de peso do transporte de carga, quando estes se caracterizarem como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade.

§ 1º Cabe à Secretaria Municipal da Administração normatizar, supervisionar, controlar e orientar os serviços de contratação de prestação de serviços de que trata o caput deste artigo.

§ 2º A normatização, de que trata o parágrafo primeiro deste artigo, obrigatoriamente disporá que não poderão ser objeto de execução indireta as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

Art. 42. O impacto orçamentário financeiro está previsto no orçamento corrente e nos dois subsequentes, bem como a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 43. Integram a presente Lei os Anexos I a IV, referentes:

I - Anexo I - Quadro de Cargos Comissionados, com respectivos vencimentos, número de vagas e habilitação mínima, relacionados por unidade administrativa;

II - Anexo II - Quadro de Funções de Confiança e Funções Gratificadas, com respectivos vencimentos, número de vagas e habilitação mínima;

III - Anexo III - Quadro de Vencimentos dos Cargos Comissionados,

Funções de Confiança e Funções Gratificadas.

IV - Anexo IV - Descrição das Atribuições dos Cargos.

Art. 47. Fica o Poder Executivo Municipal obrigado, no prazo máximo de sessenta dias da publicação desta Lei Complementar, encaminhar projeto de lei alterando as legislações específicas que conflitam com o modelo de gestão proposto.

Art. 48. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 49. Ficam revogados os quadros de CARGOS DO GRUPO OCUPACIONAL - COMISSÃO/CARGO EM COMISSÃO; GRUPO OCUPACIONAL - FUNÇÃO DE CONFIANÇA e GRUPO OCUPACIONAL - FUNÇÃO GRATIFICADA, constantes do Anexo I, da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011, e integralmente revogada a Lei Complementar nº 209, de 23 de fevereiro de 2011.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I GABINETE DO PREFEITO

CARGO	REF.	VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO
Secretário de Governo	CC1	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO
Assessoria de Gabinete do Prefeito	CC3	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO
Oficial do Gabinete do Prefeito	CC3	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO
Secretaria Executiva de Assessoria	CC5	04	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO
Assessoria de Controle Interno	CC2	01	35	CURSO SUPERIOR COMPLETO
Assessor de Comunicação Social	CC2	01	35	CURSO SUPERIOR COMPLETO
Intendente Distrital	CC5	01	35	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
Diretor Geral da DITTESC	CC1-A	01	35	CURSO SUPERIOR COMPLETO
Supervisor de Trânsito e Transporte e Fiscalização	CC3	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO
Diretor da Defesa Civil	CC3	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO
Secretário da Junta do Serviço Militar	CC5	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO

GABINETE DO VICE-PREFEITO

CARGO	REF.	VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO
Oficial do Gabinete do Vice- Prefeito	CC3	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO
Secretaria Executiva do Gabinete do Vice- Prefeito	CC5	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CARGO	REF.	VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO
Procurador-Geral	CC1	01	35	CURSO SUPERIOR EM DIREITO E REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE
Diretor do PROCON	CC3	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

CARGO	REF.	VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO
Secretário de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Econômico	CC1	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO
Secretário Adjunto para Assuntos do Desenvolvimento Econômico	CC2	01	35	CURSO SUPERIOR COMPLETO
Gerência de Projetos e Captação de Recursos	CC2	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO
Diretor de Serviços Administrativos em Planejamento	CC3	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO
Assessor de Secretário	CC4	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO

SECRETARIA DA FAZENDA

CARGO	REF.	VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO
Secretário da Fazenda	CC1	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO
Secretário Adjunto para Assuntos da Fazenda	CC2	01	35	CURSO SUPERIOR COMPLETO
Assessor de Secretário	CC4	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO
Contador Geral	CC1-A	01	35	CURSO SUPERIOR E REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

CARGO	REF.	VAGAS	CH	HABILITAÇÃO
Secretário de Administração	CC1	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO
Secretário Adjunto para Assuntos da Administração	CC2	01	35	CURSO SUPERIOR COMPLETO
Assessor de Secretário	CC4	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO
Diretor de Serviços Administrativos de Compras	CC3	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO
Diretor de Serviços Administrativos de Licitações e Contratos	CC3	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

CARGO	REF.	VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO
Secretário de Infraestrutura	CC1	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO
Assessor do Secretário	CC4	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

CARGO	REF.	VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO
Secretário de Agricultura e Desenvolvimento Rural	CC1	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO
Assessor de Secretário	CC4	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO
Diretoria de Extensão Rural	CC3	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO

SECRETARIA DE SAÚDE

CARGO	REF.	VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO
Secretário de Saúde	CC1	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO
Diretor-Geral	CC2	01	35	CURSO SUPERIOR COMPLETO
Diretor de Serviços de Saúde	CC2	01	35	CURSO SUPERIOR COMPLETO
Diretor de Serviços Administrativos e Financeiros	CC3	01	35	CURSO SUPERIOR COMPLETO
Diretor de Serviços de Vigilância em Saúde	CC3	01	35	CURSO SUPERIOR COMPLETO
Assessor para Assuntos Administrativos	CC4	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO
Assessor para Assuntos Financeiros	CC4	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

CARGO	REF.	VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO
Secretário de Assistência Social e Habitação	CC1	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO
Assessor do Secretário	CC4	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO
Diretor de Habitação	CC3	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO
Diretoria do CRAS	CC3	01	35	CURSO SUPERIOR COMPLETO
Diretoria do CREAS	CC3	01	35	CURSO SUPERIOR COMPLETO
Supervisor Programa de Atenção a Mulher	CC5	02	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO
Supervisor Programa de Atenção ao Idoso	CC5	02	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CARGO	REF.	VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO
Secretário de Educação	CC1	01	35	ENSINO MÉDIO COMPLETO
Secretário Adjunto da Educação	CC2	01	35	CURSO SUPERIOR COMPLETO

ANEXO II

FUNÇÕES DE CONFIANÇA E FUNÇÕES GRATIFICADAS

FUNÇÃO DE CONFIANÇA	SECRETARIA	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA	VAGAS
CHEFE DE EQUIPE E SERVIÇOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		FCC-2	35	10
COORDENADOR PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SINDICÂNCIAS	ADMINISTRAÇÃO	FCC-3	35	1
COORDENADOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	ADMINISTRAÇÃO	FCC-3	35	1
COORDENADOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DE FINANÇAS E ARRECADAÇÃO	FAZENDA	FCC-3	35	1
COORDENADOR DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA	ADMINISTRAÇÃO	FCC-3	35	1
COORDENADOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DE PATRIMÔNIO	ADMINISTRAÇÃO	FCC-3	35	1
COORDENADOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E CADASTRO IMOBILIÁRIO	FAZENDA	FCC-3	35	1
COORDENADOR DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA	FAZENDA	FCC-3	35	1
COORDENADOR DE SERVIÇOS DE TESOUREARIA	FAZENDA	FCC-3	35	1
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	FCC-3	35	1
COORDENADOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS OPERACIONAIS DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	INFRAESTRUTURA	FCC-3	35	1
COORDENADOR DE SERVIÇOS OPERACIONAIS DE BRITAGEM E USINA DE ASFALTO	INFRAESTRUTURA	FCC-3	35	1

COORDENADOR DE SERVIÇOS OPERACIONAIS MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS RODOVIÁRIAS	INFRAESTRUTURA	FCC-3	35	1
COORDENADOR DE SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS E HORTO FLORESTAL	AGRICULTURA	FCC-3	35	1
INSTRUTOR DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO	DITTESC	FCC-3	35	1
COORDENADOR DE PROGRAMAS ASSISTENCIAIS	SAÚDE	FCC-3	35	1
COORDENADOR DOS PROGRAMAS DE SAÚDE MENTAL	SAÚDE	FCC-3	35	1
COORDENADOR DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	SAÚDE	FCC-3	35	1
COORDENADOR DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	SAÚDE	FCC-3	35	1
COORDENADOR DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	SAÚDE	FCC-3	35	1
COORDENADOR DE SERVIÇOS OPERACIONAIS, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS - SMS	SAÚDE	FCC-3	35	1

FUNÇÃO GRATIFICADA VENCIMENTO + %	QUANTIDADE			TOTAL	HABILITAÇÃO
REFERÊNCIA	FGR1	FGR2	FGR3		
ADMINISTRAÇÃO	2	2	3	07	Servidor Efetivo
FAZENDA	1	1	3	05	Servidor Efetivo
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	1	1	1	03	Servidor Efetivo
SAÚDE	3	2	4	09	Servidor Efetivo
ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	1	1	2	04	Servidor Efetivo
GOVERNO	1		5	06	Servidor Efetivo
PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO		1	2	03	Servidor Efetivo
INFRAESTRUTURA	2	2	2	06	Servidor Efetivo
PROCURADORIA	1		4	05	Servidor Efetivo
TOTAL	12	10	26	48	

ANEXO III QUADRO DE VENCIMENTOS POR REFERÊNCIA CARGOS COMISSIONADOS

SÍMBOLO	VALOR
CC1	8.129,56
CC1-A	6.503,65
CC2	4.444,95
CC3	3.278,20
CC4	2.305,93

CC5	1.917,02
-----	----------

FUNÇÕES DE CONFIANÇA

SÍMBOLO	VALOR
FCC2	VENC. + ATÉ 50% NÃO INFERIOR A R\$ 1.769,25
FCC3	VENC. + ATÉ 50% NÃO INFERIOR A R\$ 2.949,45

FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO	VENCIMENTO + %
FGR-1	50%
FGR-2	40%
FGR-3	30%

ANEXO IV DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Organogramas das Unidades da Administração Direta (Estrutura Administrativa de cada Secretaria, com as respectivas composições de direção, chefia, coordenação e assessoramento)

O Gabinete do Prefeito é o órgão de assessoramento que tem por finalidade coordenar a representação política e social do Prefeito, sendo integrado pela seguinte estrutura organizacional:

I - SECRETARIA DE GOVERNO;

- I.1 - Assessoria de Gabinete do Prefeito;
- I.2 - Oficial do Gabinete do Prefeito;
- I.3 - Secretaria Executiva de Assessoria;
- I.4 - Secretaria Executiva do Prefeito;
- I.5 - Assessoria Administrativa.

II - ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO;

III - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

III.1 Assessor de Imprensa

IV - DIRETORIA DE DEFESA CIVIL;

V - DIRETORIA DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E SEGURANÇA DE CAÇADOR - DITTESC

V.1 Supervisor de Trânsito, Transporte e Fiscalização

VI - INTENDÊNCIA DA TAQUARA VERDE

VII - SECRETARIA DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR

I - SECRETARIA DE GOVERNO:

A Secretaria de Governo será dirigida pelo respectivo Secretário, sendo órgão que tem por finalidade básica, assistir ao Chefe do Poder Executivo em suas relações com os munícipes, entidades, associações de classe, órgãos da administração, imprensa, sob a coordenação geral do Secretário Municipal de Governo, sendo auxiliado, por todos os Cargos Comissionados e servidores do quadro permanente ou temporário vinculado a Secretaria, tendo como funções, com relação ao Gabinete do Prefeito:

- I - atuar no sentido de que exista perfeito relacionamento e integração dos diversos órgãos da administração;
- II - promover entrevistas ou encontros do interesse da administração municipal;
- III - atuar, emprestar apoio e colaboração aos demais órgãos da administração por ocasião de atos e solenidades públicas;
- IV - responsabilizar-se pelo cerimonial e pelas relações públicas do Executivo;
- V - promover o acompanhamento dos atos expedidos pelo Poder

Legislativo;

VI - planejar e executar campanhas institucionais ou de interesse público no âmbito da Administração Municipal;

VII - preparar minutas de pronunciamentos oficiais na forma solicitada pelo Prefeito;

VIII - manter-se atualizado sobre notícias, temas, assuntos ou divulgações que interessem a administração municipal;

IX - elaborar e administrar o plano de comunicação social da Prefeitura Municipal, contemplando políticas e ações nos setores de assessoria de imprensa, relações públicas, publicidade e propaganda;

X - coletar, redigir e transmitir aos meios de comunicação social, informações relativas aos interesses da administração pública;

XI - manter um sistema de arquivamento dos elementos usados para a confecção do material informativo, tanto divulgado quanto recebido;

XII - manter um sistema interno para recolhimento de matéria informativa;

XIII - elaborar boletins, programas de apresentações oportunas para a imprensa;

XIV - registrar fotograficamente, os acontecimentos e eventos municipais;

XV - planejar e conduzir pesquisas de opinião pública;

XVI - elaborar material jornalístico para a difusão de atos e fatos da administração municipal, de acordo com a especificidade de cada veículo de comunicação social, seja rádio, jornal, televisão ou revista especializada;

XVII - elaborar e administrar o plano de Ação e Coordenação de Defesa Civil;

XVIII - elaborar atos normativos e não normativos;

XIX - atender ou fazer atender às pessoas que procurarem o Prefeito, encaminhando-as às autoridades, orientando-as para solução dos assuntos respectivos ou marcando-lhes audiências;

XX - acompanhar nas repartições municipais a marcha das providências determinadas pelo Prefeito;

XXI - favorecer os contatos com as partes, para esclarecimento de assuntos de seu interesse ou da própria administração;

XXII - organizar audiências do Prefeito, selecionando os pedidos, coligindo dados para a compreensão dos históricos dos assuntos, análise e decisão final;

XXIII - atender pessoalmente ao Prefeito, providenciando tudo o que se fizer necessário para lhe dar as devidas condições de trabalho;

XXIV - incumbir-se da correspondência endereçada ao Prefeito, redigindo-a se for o caso, providenciando sua datilografia, segundo minutas previamente preparadas e controlando-a segundo rotina própria;

XXV - manter arquivo de documentos e papéis que, em caráter particular, sejam endereçados ao Prefeito bem como os relativos a assuntos pessoais e políticos ou que por sua natureza devam ser guardados de modo reservado;

XXVI - coordenar os contatos do Prefeito com os órgãos e autoridades segundo a sua orientação;

XXVII - assinar a correspondência quando tiver definida como de sua competência;

XXVIII - promover a numeração e expedição da correspondência oficial;

XXIX - promover a transcrição de contratos celebrados pela municipalidade;

XXX - preparar o expediente a ser assinado ou despachado pelo Prefeito;

XXXI - preparar ou expedir circulares de interesse da administração, bem como instruções e recomendações emanadas do Prefeito Municipal;

XXXII - editar o Boletim Oficial do Município e outras publicações jornalísticas ou institucionais de interesse da administração municipal;

XXXIII - assessorar o Prefeito e o Vice-Prefeito em suas relações jurídicas e legislativas com o Poder Legislativo Municipal;

XXXIV - desenvolver outras atividades de natureza administrativa determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

II - ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

Cargo: Assessor de Controle Interno

Qualificação escolar necessária: Ensino superior completo

Atribuições: À Assessoria de Controle Interno compete:

I - assegurar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos e a avaliação dos resultados obtidos pela Administração;

II - implementar as ações relativas à atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos visando avaliar as ações governamentais e a gestão fiscal dos administradores municipais;

III - avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e Orçamentos e das políticas administrativas prescritas, verificar a exatidão e a fidelidade das informações e assegurar o cumprimento das leis;

IV - coordenar a prestação de contas do Município, na forma da lei em vigor;

V - acompanhar processos em tramitação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, envolvendo o Município;

VI - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelo superior hierárquico, observadas as disposições legais.

III - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Cargo: Assessor de Comunicação Social

Qualificação escolar necessária: Ensino superior completo, com graduação em comunicação social ou jornalismo.

Atribuições: À Assessoria de Comunicação Social, auxiliado pelo Secretário Executivo de Assessoria, possui entre outras as seguintes atribuições:

I - estabelecer relações sólidas e confiáveis com os meios de comunicação e seus agentes, com o objetivo de se tornar fonte de informação sobre os assuntos inerentes a Administração Municipal;

II - apresentar, firmar e consolidar as informações pertinentes aos interesses da Prefeitura Municipal de Caçador na mídia;

III - fortalecer o vínculo entre o corpo formativo do Gabinete da Prefeitura Municipal de Caçador, os responsáveis pelas secretarias e demais setores, como também a equipe de servidores da entidade junto a Assessoria de Comunicação;

IV - facilitar a comunicação interna da Prefeitura Municipal de Caçador, buscando integrar as informações e unificar a mensagem e linguagem da instituição;

V - desenvolver estratégias e projetos para salientar os serviços e ações existentes na Prefeitura Municipal de Caçador;

VI - criar mecanismos publicitários para direcionar a população caçadorensa aos serviços oferecidos pela Prefeitura Municipal de Caçador;

VII - criar um plano de comunicação, estabelecendo a importância deste instrumento tanto no relacionamento com a imprensa, como os demais públicos internos e externos;

VIII - colaborar para a compreensão da sociedade do papel da Prefeitura Municipal de Caçador;

IX - detectar o que na Prefeitura Municipal de Caçador é de interesse público e o que pode ser aproveitado como material jornalístico;

X - desenvolver uma relação de confiança com os veículos de comunicação;

XI - avaliar, frequentemente, a atuação da equipe de comunicação, visando alcance de resultados positivos;

XII - criar instrumentos que permitam mensurar os resultados das ações desenvolvidas, tanto junto à imprensa, como aos demais públicos;

XIII - preparar as fontes de imprensa da Prefeitura Municipal de Caçador para que atendam às demandas da equipe de comunicação de forma eficiente e ágil.

IV - DIRETORIA DE DEFESA CIVIL

Cargo: Diretor de Defesa Civil

Atribuições: À Diretoria de Defesa Civil compete:

- I - coordenar e supervisionar as ações de defesa civil, acompanhar as de estruturada e eficaz dinâmica de comunicação;
- II - elaborar e implantar planos, projetos e programas de defesa civil com recursos tecnológicos específicos;
- III - em casos de situação de emergência ou estado de calamidade pública, ou na iminência de sua ocorrência:
 - a) temporariamente, requisitar servidores e recursos materiais de órgãos ou entidades, necessários para emprego em ações de defesa civil;
 - b) recursos financeiros e bens necessários à eficácia de seu desempenho, obedecida a legislação vigente;
- IV - promover a capacitação de recursos humanos para as ações de defesa civil, em articulação com órgãos;
- V - propor à autoridade competente a homologação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública;
- VI - providenciar a distribuição e o controle dos suprimentos necessários ao abastecimento em situações de desastres;
- VII - coordenar, no que couber, o controle do transporte rodoviário de produtos perigosos;
- VIII - realizar estudos, mapear, avaliar e reduzir riscos de desastres;
- IX - atuar na iminência e em circunstâncias de desastres;
- X - prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações afetadas, e reabilitar e recuperar os cenários dos desastres;
- XI - acompanhar e identificar os fatores adversos e anormais da natureza, de ocorrência periódica na área, bem como os que, estranhos à natureza, possam vir a acontecer no Município;
- XII - elaborar planos gerais e setoriais para prevenir o Município contra os fatores anormais ou adversos, sugerindo soluções para enfrentá-los;
- XIII - recomendar ou sugerir, através da CEDEC - Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, medidas específicas e prioritárias à Administração Pública, para prevenir, evitar ou sanar calamidades previsíveis;
- XIV - sugerir medidas objetivas para debelar o flagelo, minorando os riscos, evitando perdas e danos e prestando assistência geral à população;
- XV - promover estudos e propor recomendações sobre as consequências desastrosas causadas por negligência humana, que possam provocar situações emergenciais que reclamem ações da Defesa Civil;
- XVI - participar e colaborar com programas coordenados pelo SINDEC - Sistema Nacional de Defesa Civil e Sistema Estadual;
- XVII - estruturar um sistema de comunicação que propicie informações consistentes, em tempo real, à população sobre os assuntos relacionados à prevenção, riscos de desastres ou catástrofes, entre outros;
- XVIII - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

V - DIRETORIA GERAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E SEGURANÇA DE CAÇADOR - DITTESC

Cargo: Diretor Geral de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador

Atribuições: A Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança compete:

- I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;
- II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e, promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;
- III - implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;
- IV - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;
- V - estabelecer, em conjunto com os órgãos de polícia ostensiva

de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;

VI - executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, por infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito;

VII - aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações no Código, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;

VIII - fiscalizar, atuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar;

IX - fiscalizar o cumprimento da norma no art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro, aplicando as penalidades e arrecadando as multas nele previstas;

X - implantar, manter e operar sistema de estacionamento pago nas vias;

XI - arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos, objetos e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

XII - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

XIII - integrar-se aos outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários dos condutores de outra unidade da Federação;

XIV - implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

XV - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

XVI - planejar e implantar medidas para redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

XVII - registrar e licenciar, na forma da Legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, atuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações;

XVIII - conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal;

XIX - articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN;

XX - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art.66, do Código de Trânsito Brasileiro além de dar apoio às ações específicas de órgão ambiental local, quando solicitado;

XXI - vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos;

XXII - fiscalizar e fazer cumprir o plano operacional do sistema do transporte público coletivo municipal;

XXIII - fiscalizar e regulamentar a operação dos transportes coletivos em geral no âmbito do Município;

XXIV - fiscalizar e regulamentar a operação dos serviços de taxis, fretamento de transportes públicos municipais;

XXV - exercer as funções e demais atribuições de órgão gerencial de sistema de transportes públicos municipais;

XXVI - fiscalizar o funcionamento das linhas de ônibus urbanos, dos transportes coletivos municipais em geral e dos serviços de taxis;

XXVII - usufruir as demais atribuições delegadas ao órgão pelo Código de Trânsito Brasileiro.

V.1 Supervisão de Trânsito, Transporte e Fiscalização

Cargo: Supervisor de Trânsito, Transporte e Fiscalização

Atribuições: A Supervisão de Trânsito, Transporte e Fiscalização compete:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - auxiliar diretamente a Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador, em todas as atividades inerentes a operação do trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e, promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

III - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

VI - INTENDÊNCIA DO DISTRITO DE TAQUARA VERDE

Cargo: Intendente do Distrito de Taquara Verde

Atribuições: A Intendência do Distrito de Taquara Verde compete executar, nos limites de sua jurisdição, a prestação de serviços públicos municipais, tais como, a integração da comunidade local com as autoridades administrativas, levantamento da demanda de obras e serviços da sede distrital e das comunidades, e encaminhar soluções junto à administração municipal. Promover a elaboração e a execução de projetos de melhorias das condições de vida, com a participação da comunidade.

VII - SECRETARIA DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR

Cargo: Secretário da Junta do Serviço Militar

Atribuições: A Junta Militar é órgão representativo do Serviço Militar no Município. O Secretário da Junta do Serviço Militar compete oferecer atendimento aos munícipes na regularização de documentação militar sob todos os aspectos, conforme determina a Legislação Federal pertinente ao serviço militar.

O Gabinete do Vice-Prefeito é órgão de assessoramento que tem por finalidade coordenar a representação política e social do Vice-Prefeito. Integra a estrutura organizacional do Gabinete do Vice-Prefeito:

I - OFICIAL DO GABINETE DO VICE-PREFEITO;

I.1 Secretaria Executiva do Gabinete do Vice-Prefeito

Atribuições

I - coordenar as atividades internas do Gabinete do Vice-Prefeito, especialmente a coleta de dados e informações para sua orientação;

II - organizar as audiências do Vice-Prefeito, selecionando os pedidos, coligindo dados para a compreensão do histórico dos assuntos, análise e decisão final;

III - administrar a agenda das atividades e programas oficiais do Vice-Prefeito, e tomar as providências por ele determinadas;

IV - opinar em questões de procedência;

V - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

A Procuradoria-Geral do Município, instituição de natureza permanente, essencial à Administração Pública Municipal, pertencente ao Poder Executivo e vinculada diretamente ao Prefeito, sendo orientada pelos princípios da legalidade, da moralidade e da indisponibilidade do interesse público, tem as seguintes competências:

I - representar o Município judicial e extrajudicialmente, como advocacia geral, nas causas em que este for interessado na condição de autor, réu, assistente, oponente ou interveniente;

II - exercer as funções de consultoria jurídica e assessoramento do Poder Executivo e da Administração em geral;

III - promover a cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa e demais créditos do Município;

IV - responder pela regularidade jurídica de todas as situações negociais, políticas e administrativas do Município, submetidas à sua apreciação;

V - propor ao Prefeito medidas de caráter jurídico que visem a proteger o patrimônio dos órgãos da Administração centralizada e descentralizada;

VI - opinar previamente sobre a forma de cumprimento de decisões judiciais e pedidos de extensão de julgados relacionados com a Administração Municipal;

VII - receber e apurar a procedência das denúncias contra órgãos da Administração Pública Municipal e contra servidores municipais e determinar a instauração das medidas legais cabíveis;

VIII - representar ao Prefeito sobre providências de ordem jurídica que lhe pareçam reclamadas pelo interesse público e pela boa aplicação das leis vigentes;

IX - propor ao Prefeito e às demais autoridades municipais as medidas que julgar necessárias à uniformização da legislação e da jurisprudência administrativa;

X - fiscalizar a legalidade dos atos da administração pública direta e indireta, propondo, quando for o caso, a anulação dos mesmos, ou, quando necessário, promover as ações judiciais cabíveis;

XI - requisitar das autoridades municipais competentes, certidões, informações e diligências necessárias ao desempenho de suas atribuições institucionais;

XII - defender a norma legal ou ato normativo municipal impugnados nas ações diretas de inconstitucionalidade propostas perante o Tribunal de Justiça do Estado, observada a legislação própria;

XIII - propor ações civis públicas e ações de improbidade administrativa;

XIV - elaborar ações diretas de inconstitucionalidade;

XV - coordenar a elaboração de informações nos mandados de segurança e habeas data impetrados contra autoridades municipais;

XVI - redigir a redação dos projetos de leis e demais atos administrativos, mensagens ou razões de vetos;

XVII - exercer outras competências que lhe forem conferidas por lei ou por delegação do Prefeito.

Integra a estrutura organizacional da Procuradoria-Geral do Município:

I - PROCURADOR-GERAL

II - DIRETORIA DO PROCON

I - PROCURADOR-GERAL

Cargo: Procurador-Geral - com status de Secretário, sendo remunerado por subsídio.

Qualificação escolar necessária: Advogado, devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil

Atribuições: Ao Procurador-Geral compete:

I - chefiar a Procuradoria-Geral do Município, superintender e coordenar suas atividades e orientar-lhe a atuação;

II - propor, a quem de direito, declaração de nulidade ou anulação de quaisquer atos administrativos manifestamente inconstitucionais ou ilegais;

III - receber citações, notificações e intimações nas ações judiciais de interesse do Município;

IV - delegar às Assessorias Jurídicas Específicas, atribuições a ele originalmente conferidas;

V - acordar, desistir, transigir, firmar compromisso e confessar nas ações de interesse do Município, bem como, na esfera administrativa ou extrajudicial;

VI - sugerir ao Prefeito a propositura de ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal e elaborar as informações que lhe caibam prestar, na forma da Constituição do Estado;

VII - promover a distribuição dos membros e servidores, no âmbito da Procuradoria-Geral;

VIII - expedir instruções e provimentos para os servidores da Procuradoria-Geral sobre o exercício das respectivas funções;

IX - assessorar o Prefeito em assuntos de natureza jurídica, elaborando pareceres e estudos ou propondo normas, medidas e diretrizes;

X - assistir o Prefeito no controle interno da legalidade dos atos da Administração;
 XI - sugerir ao Prefeito medidas de caráter jurídico reclamadas pelo interesse público;
 XII - fixar a interpretação das Constituições Federal e Estadual, da Lei Orgânica do Município e demais leis e atos normativos, a ser uniformemente seguida pelos órgãos e entidades da Administração Municipal;
 XIII - garantir a correta aplicação das leis, prevenir e dirimir as controvérsias entre os órgãos jurídicos da Administração Municipal;
 XIV - editar enunciados de súmula administrativa, resultantes de jurisprudência iterativa dos Tribunais;
 XV - referendar atos e decretos expedidos pelo Prefeito, relativos a matérias relacionadas à Procuradoria-Geral do Município;
 XVI - requisitar das autoridades municipais competentes, certidões, informações e diligências necessárias ao desempenho de suas funções;
 XVII - observar as disposições da Lei Complementar Municipal nº 208 de 2011.

II - DIRETORIA DO PROCON

Cargo: Diretor do PROCON

Atribuições: À Diretoria do PROCON compete:

I - dirigir o Departamento do Procon;
 II - dirigir e coordenar as Políticas Públicas de proteção e defesa do consumidor;
 III - coordenar, acompanhar e incentivar a educação para o consumo no município, inclusive nas redes de ensino;

IV - representar o PROCON em seminários, simpósios, cursos, palestras, entrevistas, encontros relacionados à defesa do consumidor;
 V - dar andamento as reclamações formalizadas no PROCON;
 VI - fomentar Políticas Públicas em Defesa dos Consumidores;
 VII - dirigir ações cotidianas, tais como: audiências conciliatórias, chefia de atendimento e outros;
 VIII - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Econômico será dirigida pelo respectivo Secretário, sendo remunerado por subsídio, cujo valor é fixado em lei específica.

À Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Econômico compete:

I - coordenar e gerenciar direta e expressamente a estrutura organizacional integrante da Pasta;
 II - cumprir e fazer cumprir todos os atos necessários para a correta programação e execução orçamentária no âmbito do Poder Executivo, marcadamente os programas, projetos ou atividades constantes no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual;
 III - coordenar o planejamento de políticas públicas municipais;
 IV - coordenar a elaboração do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual e sua execução;
 V - decidir sobre remanejamentos orçamentários pendentes de consenso entre os comitês setoriais ou quaisquer órgãos da administração direta ou indireta;
 VI - orientar sobre remanejamentos orçamentários pendentes de consenso entre os comitês setoriais ou quaisquer órgãos da administração direta ou indireta;
 VII - acompanhar os limites de execução orçamentária, observado as cotas financeiras estabelecidas;
 VIII - determinar parâmetros trimestrais para a execução

orçamentária, observado a disponibilidade financeira;
 IX - coordenar a estrutura de captação de recursos da administração, voltada a busca de recursos nas esferas estadual e federal;
 X - acompanhar a elaboração de convênios entre o Município e entidades governamentais e não governamentais;
 XI - programar a atuação do Poder Executivo mediante a análise das informações trazidas pelas informações e estatísticas colhidas pela unidade responsável;
 XII - promover, planejar, formular, normatizar e executar os programas, projetos e ações, organizando a política municipal de desenvolvimento econômico sustentável, pautada do desenvolvimento econômico, social e ambiental;
 XIII - fomentar a implantação de parques industriais, condomínios de empresas, polos tecnológicos e aglomerados produtivos locais;
 XIV - incentivar e apoiar os empreendimentos voltados para a geração de emprego e renda para o Município;
 XV - articular-se com os organismos federais, estaduais, outros municípios, órgãos regionais, organizações não governamentais e entidades privadas com o objetivo de promover e impulsionar o desenvolvimento econômico sustentável no Município;
 XVI - propor diretrizes básicas de ocupação territorial empresarial;
 XVII - exercer outras competências que lhe forem conferidas pelo Chefe do Poder Executivo.

Integra a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Estratégico:

I - ASSESSORIA DO SECRETÁRIO

II - SECRETÁRIO ADJUNTO PARA ASSUNTOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

III - GERÊNCIA DE PROJETOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

III - DIRETORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DE PLANEJAMENTO

IV - COORDENADORIA DE CONVÊNIOS

I - ASSESSORIA DO SECRETÁRIO

Cargo: Assessor do Secretário

Atribuições: Compete ao Assessor do Secretário

I - executar e/ou orientar o desenvolvimento das atividades administrativas da unidade em que atua, efetuar os trabalhos de maior complexidade;
 II - elaborar relatórios, mapas demonstrativos e/ou controles contendo informações sobre os resultados das atividades para apreciação dos superiores;
 III - analisar relatórios e documentos, conferindo-os e efetuar as correções necessárias;
 IV - levantar e compilar dados e informações relativas ao desenvolvimento dos trabalhos;
 V - atender pessoas, verificar o assunto a ser tratado, para prestar-lhes as informações necessárias ou encaminhá-las às áreas responsáveis;
 VI - acompanhar o desenvolvimento das atividades administrativas da unidade, orientar equipes de trabalho;
 VII - emitir documentos, transcrever dados e assegurar a realização dos trabalhos de acordo com os padrões estabelecidos;
 VIII - controlar o fluxo de documentos e informações que tramitam pela unidade, bem como separar, classificar e arquivar documentos;
 IX - conferir documentos diversos afetos à rotina administrativa da unidade;
 IX - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

II - SECRETARIA ADJUNTA PARA ASSUNTOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Cargo: Secretário Adjunto para Assuntos de Desenvolvimento Econômico

Atribuições: À Secretaria Adjunta para Assuntos do Desenvolvimento Econômico compete:

I - estimular a implantação de atividades empresariais e fortalecer as potencialidades locais;
II - apoiar o trabalhador em suas necessidades de qualificação e requalificação profissional e inserção no mercado de trabalho;
III - executar ações conjuntas com outras esferas de governo, visando à implementação das políticas de emprego e geração de renda;
IV - estabelecer parcerias e empenhar esforços para a realização de convênios com sindicatos, organizações não governamentais, entidades representativas, Estado e União, para aperfeiçoamento da qualificação do trabalhador e da ampliação do mercado de trabalho;
V - implementar um sistema de banco de dados e de informações relativo à área do trabalho, emprego, desemprego e níveis de renda, visando subsidiar as ações voltadas às políticas de trabalho e geração de renda estabelecidas no Plano Diretor Municipal;
VI - apoiar projetos e ações para o desenvolvimento de ciência e tecnologia;
VII - estimular a criação de incubadoras de micros e pequenas empresas, cooperativas e empresas autogestionárias;
VIII - elaborar e desenvolver projetos de apoio às iniciativas voltadas ao trabalho alternativo, visando ao aprimoramento das atividades e ao processo de formalização dos empreendimentos;
IX - desenvolver programas de trabalho, por meio de ações coordenadas entre o Poder Público e a iniciativa privada;
X - apoiar os setores da economia que concentrem os microempresários e os empreendedores individuais;
XI - incentivar a formalização das atividades através de parcerias com o setor privado;
XII - firmar convênios com entidades de ensino visando o desenvolvimento econômico;
XIII - adotar políticas públicas para investimentos na economia local;
XIV - estimular o treinamento e capacitação profissional;
XV - desempenhar outras atividades afins, que lhe serão atribuídas pelo Secretário Municipal emanadas do Chefe do Poder Executivo.

III - GERÊNCIA DE PROJETOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Cargo: Gerente de Projetos e Captação de Recursos

Atribuições: A Gerência de Projetos e Captação de Recursos compete:

I - gerenciar a coleta de informações para a formulação de projetos;
II - supervisionar a formação de banco de dados de projetos, para imediata apresentação quando da abertura de inscrições anunciadas pelos órgãos financiadores;
III - coordenar os esforços municipais para captação de recursos pelos diversos órgãos do Poder Executivo;
IV - buscar novas fontes de financiamento de projetos e coletar informações para a formulação de ações voltadas à captação de recursos;
V - planejar e coordenar a captação de recursos provenientes do Orçamento Geral da União - OGU, do Orçamento Geral do Estado - OGE, de financiamentos, empréstimos interno e externo, subvenções, auxílios e doações; patrocínios e outras formas;
VI - gerenciar a manutenção de banco de dados de fontes de financiamento para imediata apresentação quando da abertura de inscrições anunciadas pelos órgãos financiadores;
VII - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

IV - DIRETORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DE PLANEJAMENTO

Cargo: Diretor de Serviços Administrativos de Planejamento

Atribuições: À Diretoria de Serviços Administrativos de Planejamento compete:

I - auxiliar o Secretários e demais setores da secretaria a qual está vinculado, no planejamento estratégico do Município, compreendendo auxílio na formulação, elaboração, e coordenação de

políticas e projetos;

II - promoção de pesquisa, levantamento, coleta, processamento e tratamento de dados estatísticos relativos ao Município;

III - elaboração de projetos referente à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, o Plano Plurianual - PPA; a Lei Orçamentária Anual - LOA e as respectivas alterações;

IV - realizar o acompanhamento gerencial dos planos plurianuais de investimentos da Administração Municipal, efetuando o devido controle físico-financeiro de sua execução, articulando e consolidando tais programas, projetos e planos nas unidades administrativas do Município.

V - COORDENADORIA DE CONVÊNIOS

Cargo: Coordenador de Convênios

Atribuições: À Coordenadoria de Convênios compete:

I - gerenciar a coleta de informações e auxiliar os órgãos da administração pública nas suas relações com os entes da esfera federal, estadual, autarquias, empresas e entidades públicas, instituições financeiras públicas ou privadas, na execução de acordos e convênios;

II - opinar quanto à elaboração de convênios, acordos ou ajustes nos quais participe, direta ou indiretamente, o Município;

III - articular-se com órgãos estaduais e federais, visando o aperfeiçoamento de convênios e planos de interesse comum;

IV - promover o acompanhamento, em coordenação com o órgão competente, dos convênios firmados pelo Município;

V - assegurar mediante normas e procedimentos, a aplicação de critérios técnicos, econômicos e administrativos, objetivando exercer a coordenação e o controle do acompanhamento de convênios;

VI - gerenciar o registro, a guarda e a conservação dos convênios firmados entre o Município e os diversos órgãos e entidades públicas ou privadas;

VII - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração será dirigida pelo respectivo Secretário, sendo remunerado por subsídio, cujo valor é fixado em lei específica.

À Secretaria Municipal de Administração compete:

I - coordenar a política de gestão de pessoal, notadamente na capacitação, gestão do conhecimento e da motivação, para todos os servidores públicos municipais;

II - submeter a decisão sobre os afastamentos funcionais ao Prefeito;

III - executar as ações relativas aos processos seletivos e concursos públicos universais para ingresso de pessoas;

IV - processar e gerir as folhas de pagamento dos órgãos e entidades do Poder Executivo;

V - coordenar o relacionamento do Poder Executivo com as entidades representativas de servidores públicos municipais, zelando especialmente pelo respeito à ordem democrática e a autonomia da livre organização dos trabalhadores;

VI - implantar sistema de avaliação e remuneração por desempenho e resultados de todos os servidores públicos municipais;

VII - disciplinar e coordenar as ações do processo de sindicância e administrativo referente à pessoas;

VIII - coordenar e estabelecer políticas do processo de capacitação e progressão funcional dos servidores;

IX - normatizar, gerir e coordenar o sistema de atos legais do Poder Executivo, referentes à gestão de pessoas;

X - dirigir os procedimentos relativos aos processos licitatórios do Poder Executivo;

XI - analisar, em conjunto com os órgãos competentes, os pedidos de reajuste, realinhamento, equilíbrio econômico e financeiro dos

contratos;

XII - coordenar os processos e procedimentos relativos ao cadastro de fornecedores, cadastro de preços, catálogo de materiais e demais suprimentos;

XIII - estabelecer políticas, definir processos e procedimentos referentes ao fiel cumprimento dos contratos, especialmente àqueles referentes à verificação e certificação da qualidade dos materiais entregues e serviços executados;

XIV - manter estoque mínimo bem como sua perfeita guarda, conservação e fornecimento a todas as unidades administrativas do Poder Executivo, conforme normativas específicas;

XV - coordenar o sistema de protocolo municipal;

XVI - normatizar e coordenar os serviços de reprografia, telefonia e comunicação eletrônica;

XVII - dispor sobre a gestão documental;

XVIII - gerir o asseio, serviços de copa, segurança e conservação dos próprios municipais;

XIX - dispor sobre o sistema de divulgação e publicação dos atos e fatos oficiais, bem como a gestão dos símbolos oficiais, inclusive hasteamento de bandeiras e insígnias;

XX - coordenar a gestão patrimonial do Município;

XXI - desempenhar outras competências correlatas, determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Integra a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Administração:

I - ASSESSORIA DO SECRETÁRIO

II - SECRETÁRIO ADJUNTO PARA ASSUNTOS DA ADMINISTRAÇÃO

III - DIRETORIA DE COMPRAS;

IV - DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

V - COORDENADORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

VI - COORDENADORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DE PATRIMÔNIO;

VII - COORDENADORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DE INFORMÁTICA;

VIII - COORDENADORIA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E SINDICÂNCIAS ADMINISTRATIVAS

I - ASSESSORIA DO SECRETÁRIO

Cargo: Assessor do Secretário

Atribuições: Compete ao Assessor do Secretário

I - executar e/ou orientar o desenvolvimento das atividades administrativas da unidade em que atua, efetuar os trabalhos de maior complexidade;

II - elaborar relatórios, mapas demonstrativos e/ou controles contendo informações sobre os resultados das atividades para apreciação dos superiores;

III - analisar relatórios e documentos, conferindo-os e efetuar as correções necessárias;

IV - levantar e compilar dados e informações relativas ao desenvolvimento dos trabalhos;

V - atender pessoas, verificar o assunto a ser tratado, para prestar-lhes as informações necessárias ou encaminhá-las às áreas responsáveis;

VI - acompanhar o desenvolvimento das atividades administrativas da unidade, orientar equipes de trabalho;

VII - emitir documentos, transcrever dados e assegurar a realização dos trabalhos de acordo com os padrões estabelecidos;

VIII - controlar o fluxo de documentos e informações que tramitam pela unidade, bem como separar, classificar e arquivar documentos;

IX - conferir documentos diversos afetos à rotina administrativa da unidade;

IX - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

II - SECRETARIA ADJUNTA PARA ASSUNTOS DA ADMINISTRAÇÃO

Cargo: Secretário Adjunto para Assuntos da Administração
Atribuições: À Secretaria Adjunta para Assuntos da Administração compete:

I - aplicar e fazer aplicar as leis e regulamentos referentes ao pessoal do Poder Executivo, orientando e fiscalizando sua execução, bem como estabelecer rotinas destinadas a uniformizar a aplicação da legislação;

II - dirigir as atividades de seleção, capacitação e cadastro de pessoal;

III - estudar e discutir a proposta orçamentária do Poder Executivo na parte relativa a pessoal;

IV - organizar e controlar a lotação, provimento e vacância de cargos, empregos e funções públicas do Poder Executivo;

V - gerir o processo e processamento, bem como normatizar e controlar os afastamentos e frequência dos servidores do Poder Executivo;

VI - dirigir sobre as ações de perícia médica e saúde ocupacional no âmbito do Poder Executivo;

VII - dirigir as rotinas relativas ao desenvolvimento funcional, benefícios e vantagens pecuniárias atribuídos aos servidores do Poder Executivo;

VIII - estabelecer rotinas e procedimentos referente ao ingresso de pessoas no serviço público municipal;

IX - normatizar, orientar, controlar e dirigir a remuneração dos servidores municipais, inclusive os processos, rotinas e procedimentos relativos à folha de pagamento, com abrangência no Poder Executivo, inclusive sobre a gestão e elaboração das folhas de pagamento;

X - dirigir os diversos institutos de movimentação de pessoas;

XI - programar e dirigir rotinas e controles sobre o custeio com pessoal, propondo o dimensionamento do quadro de pessoal;

XII - estabelecer rotinas permanentes e aleatórias de controle e auditoria nas despesas com pessoal, notadamente à folha de pagamento, aos benefícios funcionais, afastamentos e frequência;

XIII - proceder ao cálculo de repercussões financeiras e simulações referentes aos gastos com pessoal;

XIV - apresentar sugestões de normas, gráficos e estatísticas referentes ao crescimento vegetativo da folha de pagamento, com abrangência em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo;

XV - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

III - DIRETORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DE COMPRAS

Cargo: Diretor de Serviços Administrativos de Compras

Atribuições: À Diretoria de Serviços Administrativos de Compras, compete:

I - dirigir todos os procedimentos relativos ao processo de aquisição de bens, contratação de serviços e alienação de bens, mediante os processos licitatórios no âmbito do Poder Executivo;

II - analisar, em conjunto com a diretoria de execução orçamentária, os pedidos de reajuste, realinhamento, equilíbrio econômico e financeiro dos contratos;

III - dirigir todos os procedimentos relativos ao cadastro de fornecedores, cadastro de preços, catálogo de materiais e demais suprimentos;

IV - dirigir, em conjunto com a diretoria de patrimônio, todos os procedimentos relativos ao fiel cumprimento dos contratos, especialmente àqueles referentes à verificação e certificação da qualidade dos materiais entregues;

V - realizar reuniões, cursos, treinamentos, fóruns, palestras e debates, pertinentes às atividades de gestão contratos e licitações;

VI - revisar, elaborar, coordenar, consolidar e pronunciar-se sobre a legislação de contratos e licitações, propondo minutas de projetos de lei, de regulamentos e outras normas;

VII - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

IV - DIRETORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Cargo: Diretor de Serviços Administrativos de Licitações e Contratos

Atribuições: À Diretoria de Serviços Administrativos de Compras, compete:

- I - providenciar as necessidades burocráticas da Comissão Permanente de Licitações;
- II - organizar e arquivar os processos licitatórios;
- III - encaminhar à Procuradoria Geral do Município, por determinação da Comissão Permanente de Licitações, os processos licitatórios, para pareceres, elaboração de minutas de editais e contratos, vistos e orientação que a Comissão julgar necessária;
- IV - promover o lançamento dos contratos administrativos no PCP - Processo de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (Esfinge);
- V - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

V - COORDENADORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Cargo: Coordenador de Serviços Administrativos

Atribuições: A Coordenadoria de Serviços Administrativos compete:

- I - organizar e manter o arquivo público municipal;
- II - organizar e manter o arquivo de documentos municipais;
- III - promover a incineração de documentos, na forma em que o regulamento estabelecer;
- IV - promover os serviços de arquivo das correspondências oficiais;
- V - elaborar ofícios e outros atos;
- VI - promover a distribuição de correspondências;
- VIII - promover o controle, o arquivamento e a distribuição de atos oficiais para publicação e órgão oficial de divulgação;
- IX - executar e controlar os serviços de correio do Município;
- X - administrar a publicidade legal do Município, promovendo a publicação dos atos oficiais e outros obrigatórios;
- XI - coordenar os serviços de elaboração de atos normativos e não normativos;
- XII - manter atualizada a coletânea de leis municipais, decretos, portarias e demais documentos normativos pertinentes ao Poder Executivo Municipal;
- XIII - coordenar a execução do recebimento, envio, numeração, classificação, guarda, conservação e consulta de livros de leis, decretos e demais atos legislativos;
- XIV - realizar pesquisas no acervo legislativo municipal;
- XV - encaminhar aos órgãos interessados cópias de leis, decretos, portarias e demais atos administrativos;
- XVI - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário Municipal de Administração.

VI - COORDENADORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DE PATRIMÔNIO

Cargo: Coordenador de Serviços Administrativos de Patrimônio

Atribuições: À Coordenadoria de Patrimônio compete:

- I - estabelecer as políticas e diretrizes para a área de administração de gestão patrimonial;
- II - dirigir, normatizar e monitorar os procedimentos administrativos relativos à administração de bens imóveis e permanentes;
- III - coordenar a realização de planos, estudos e análise, visando ao desenvolvimento, aperfeiçoamento e modernização das atividades da área;
- IV - realizar periodicamente encontros e palestras visando ao aperfeiçoamento e ao disciplinamento da gestão de patrimônio;
- V - dirigir, em conjunto com a diretoria de compras, contratos e licitações, todos os expedientes relativos ao fiel cumprimento dos contratos, especialmente àqueles referentes à verificação e certificação da qualidade dos bens permanentes entregues;
- VI - dirigir a organização e manter atualizado o cadastro ou sistema de todos os bens patrimoniais do Município;

VII - dirigir as alterações patrimoniais;

VIII - gerir o seguro, emplacamento e licenciamento dos veículos do Município;

IX - dirigir o processo de armazenamento e controle de escrituras, contratos e outros documentos relativos ao patrimônio do Município, de modo que possa fornecer dados e elementos de consulta;

X - gerir o arrendamento, a cessão de uso e a locação incidente sobre bens imóveis e permanentes do Município;

XI - gerir o controle e a fiscalização do uso de bens imóveis e permanentes do Município;

XII - organizar e gerir, em conjunto com a diretoria de compras, contratos e licitações o processo licitatório para a correta destinação de bens inservíveis ou em desuso no âmbito do Poder Executivo;

XIII - propor a positivação de normas para regulação da gestão do patrimônio do Município;

XIV - apresentar propostas de informatização dos processos relativos ao controle do patrimônio;

XV - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

VII - COORDENADORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DE INFORMÁTICA

Cargo: Coordenador de Serviços Administrativos de Informática

Atribuições: À coordenadoria compete:

- I - supervisionar a elaboração de projetos que visem ao correto funcionamento do sistema de processamento de dados;
- II - promover a coleta de informações nos diversos órgãos do Poder Executivo, a fim de que seja estudada a possibilidade de racionalização dos trabalhos através de sistemas informatizados;
- III - dirigir todas as atividades de análise, programação e implantação de projetos;
- IV - manter a atualização da legislação federal sobre informática;
- V - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

VII - COORDENADORIA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E SINDICÂNCIAS ADMINISTRATIVAS

Cargo: Coordenador de Processos Administrativos e Sindicâncias Administrativas

Atribuições: À coordenadoria compete:

- I - manifestar-se previamente sobre a regularidade das portarias instituidoras de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância Administrativa;
- II - coordenar com as autoridades competentes a indicação do Presidente e demais integrantes de comissões;
- III - presidir comissões de processo disciplinar;
- IV - encaminhar os processos concluídos ao Procurador-Geral do Município;
- V - supervisionar e controlar as atividades da Coordenadoria e dos servidores que nela tenham exercício;
- VI - apresentar ao Prefeito Municipal, durante o mês de fevereiro, relatório anual das atividades da Coordenadoria;
- VII - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

A Secretaria Municipal de Infraestrutura será dirigida pelo respectivo Secretário, sendo remunerado por subsídio, cujo valor é fixado em lei específica.

À Secretaria Municipal de Infraestrutura compete:

- I - executar políticas de urbanização, obras e serviços municipais, bem como guarda, manutenção e conservação da frota de máquinas e equipamentos pesados do Município;
 - II - desempenhar outras competências correlatas, determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.
- Integra a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de

Infraestrutura.**I - ASSESSORIA DO SECRETÁRIO****II - COORDENADORIA DE SERVIÇOS OPERACIONAIS DE BRITAGEM E USINAGEM DE ASFALTO****III - COORDENADORIA DE SERVIÇOS OPERACIONAIS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS RODOVIÁRIAS****IV - COORDENADORIA DE SERVIÇOS OPERACIONAL DE MANUTENÇÃO ESTRADAS VICINAIS****I - ASSESSORIA DO SECRETÁRIO**

Cargo: Assessor Administrativo

Atribuições:

I - executar e/ou orientar o desenvolvimento das atividades administrativas da unidade em que atua, efetuar os trabalhos de maior complexidade;

II - elaborar relatórios, mapas demonstrativos e/ou controles contendo informações sobre os resultados das atividades para apreciação dos superiores;

III - analisar relatórios e documentos, conferindo-os e efetuar as correções necessárias;

IV - levantar e compilar dados e informações relativas ao desenvolvimento dos trabalhos;

V - atender pessoas, verificar o assunto a ser tratado, para prestar-lhes as informações necessárias ou encaminhá-las às áreas responsáveis;

VI - acompanhar o desenvolvimento das atividades administrativas da unidade, orientar equipes de trabalho;

VII - emitir documentos, transcrever dados e assegurar a realização dos trabalhos de acordo com os padrões estabelecidos;

VIII - controlar o fluxo de documentos e informações que tramitam pela unidade, bem como separar, classificar e arquivar documentos;

IX - conferir documentos diversos afetos à rotina administrativa da unidade;

IX - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

II - COORDENADORIA DE SERVIÇOS OPERACIONAIS DE BRITAGEM E USINAGEM DE ASFALTO

Cargo: Coordenador de Serviços Operacionais de Britagem e Usinagem

Atribuições: A Coordenadoria de Serviços Operacionais de Britagem e Usinagem de Asfalto, compete:

I - administrar, organizar, fiscalizar e operacionalizar, as instalações e serviços de Britagem e Usina de Asfalto do Município e demais serviços afins;

II - fiscalizar e operacionalizar, os serviços de detonação, corte e retiradas de pedras, das pedreiras utilizadas pelo Município e demais serviços afins;

III - controlar e fiscalizar a saída e entrada de produtos e materiais produzidos pela Usina de Asfalto, Britagem e pedreiras do Município;

IV - zelar pela manutenção e conservação das máquinas e equipamentos do município, utilizados nos serviços afetos à Coordenadoria;

V - outros serviços e atribuições que lhe sejam determinadas pelo Secretário Municipal.

III - COORDENADORIA DE SERVIÇOS OPERACIONAIS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS RODOVIÁRIAS

Cargo: Coordenador de Serviços Operacionais de Manutenção Equipamentos e Máquinas Rodoviárias

Atribuições: A Coordenadoria de Serviços Operacional de Manutenção de Equipamentos e Máquinas Rodoviárias, compete:

I - administrar o parque rodoviário municipal;

II - promover a execução dos serviços de Oficina, destinados ao conserto e recuperação de equipamentos e máquinas rodoviárias municipais;

III - manter o registro de entrada e saída de equipamentos, máquinas e viaturas;

IV - dar condições para cumprir os prazos dos cronogramas físicos de obras programadas;

V - conhecer qualitativa e quantitativamente a composição do parque rodoviário municipal;

VI - estabelecer critérios para avaliação do desempenho dos operadores dos equipamentos rodoviários municipais;

VII - conhecer e orientar os operadores de equipamentos rodoviários, sobre a capacidade de produção de cada equipamento;

VIII - executar o acompanhamento da utilização do equipamento rodoviário, dando cobertura completa, inclusive nos casos de ocorrências que ocasionem impedimento de sua utilização;

IX - organizar um controle individual de desempenho de veículos elaborado pelo seu operador;

X - estabelecer o controle de quilometragem e de consumo de cada unidade rodoviária;

XI - sugerir medidas quanto à aplicação, recuperação e renovação da frota do parque rodoviário municipal;

XII - implantar e manter atualizado o controle estatístico de ocorrências que ocasionem paralisação dos equipamentos rodoviários;

XIII - implantar e manter atualizado um sistema de custos de manutenção;

XIV - elaborar e analisar orçamentos de custos de manutenção;

XV - estabelecer programas de manutenção preventiva;

XVI - conhecer e apurar junto a cada operador, as irregularidades de cada unidade rodoviária;

XVII - promover o abastecimento das unidades rodoviárias do parque municipal, mediante controle detalhado da unidade rodoviária e do combustível aplicado, quando de sua guarda e responsabilidade;

XVIII - promover a lubrificação das unidades rodoviárias;

XIX - promover a lavagem das unidades rodoviárias;

XX - executar rigoroso e completo controle de combustíveis e lubrificantes;

XXI - responder pela guarda, segurança e manutenção do equipamento à sua disposição;

XXII - implantar sistema de controle e informar as unidades rodoviárias que apresentarem gastos anormais;

XXIII - desincumbir-se de outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Secretário Municipal.

IV - COORDENADORIA DE SERVIÇOS OPERACIONAL DE MANUTENÇÃO ESTRADAS VICINAIS

Cargo: Coordenador de Serviços Operacionais de Manutenção de Estradas Vicinais

Atribuições: A Coordenadoria de Serviços Operacionais de manutenção de Estradas Vicinais, compete:

I - administrar, organizar, fiscalizar e operacionalizar, os serviços de manutenção de estradas vicinais e demais serviços afins;

II - fiscalizar e operacionalizar, todos os serviços relativos a manutenção das estradas vicinais e demais serviços afins;

III - zelar pela manutenção e conservação das máquinas e equipamentos do município, utilizados nos serviços afetos à Coordenadoria;

IV - outros serviços e atribuições que lhe sejam determinadas pelo Secretário Municipal.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação será dirigida pelo respectivo Secretário, sendo remunerado por subsídio, cujo valor é fixado em lei específica.

À Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação compete:

I - implementar e executar a Política Municipal de Assistência Social em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social- PNAS/2004; o Sistema Único de

Assistência Social - SUAS; a Norma Operacional Básica - NOB/SUAS; a Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8.742/93), e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB-RH;

II - elaborar o Plano Municipal de Assistência Social submetendo-o a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social;

III - alimentar e manter atualizadas as bases de dados dos subsistemas e aplicativos da REDE SUAS, componentes do sistema nacional de informação;

IV - preencher o Plano de Ação do sistema SUAS-WEB e apresentar Relatório de Gestão como forma de prestação de contas;

V - instalar e coordenar o sistema municipal de monitoramento e avaliação e estabelecer indicadores de todas as ações da Assistência Social por nível de proteção básica e especial;

VI - disponibilizar aos Conselhos Municipais e às Coordenadorias Municipais de Políticas Públicas espaço físico, quadro de pessoal, equipamentos e material de expediente para realização de suas atividades específicas;

VII - articular e integrar ações e recursos tanto na relação intra como interinstitucional, bem como, com os demais conselhos setoriais e de direitos;

VIII - elaborar a peça orçamentária da Secretaria Municipal com base em diagnósticos socioterritoriais e em níveis de complexidade dos serviços com a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social;

IX - executar as ações de Assistência Social de forma integrada às demais políticas no âmbito dos outros órgãos da Prefeitura Municipal de Itapema com vista a organizar os serviços de Proteção Social e ações de acordo com a Política Nacional de Assistência Social;

X - organizar e gerir a rede municipal de inclusão e proteção social, composta de serviços com entidades governamentais e não governamentais;

XI - organizar os serviços de Assistência Social com base no tipo de Proteção Social Básica e Especial, referente aos níveis de complexidade do atendimento, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos;

XII - planejar, gerenciar, executar e prover programas, projetos, serviços e benefícios de Serviços Básicos que tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários para famílias, indivíduos e grupos que necessitem da Assistência Social;

XIII - planejar, gerenciar e executar as ações de Serviços e Média e Alta Complexidade abrangendo os serviços de média e alta complexidade com o objetivo de prover atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras;

XIV - assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária;

XV - executar programas/projetos de promoção da inclusão produtiva e promoção do desenvolvimento das famílias em situação de vulnerabilidade social;

XVI - destinar recursos financeiros para o custeio do pagamento benefícios eventuais mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social;

XVII - propor e coordenar o sistema de avaliação permanente de serviços, programas, projetos e benefícios;

XVIII - estabelecer os padrões de qualidade, formas de acompanhamento e instrumental de monitoramento das ações governamentais e não governamentais;

XIX - produzir diagnóstico social através do desenvolvimento da capacidade e de meios de gestão para identificação das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual é responsável, com conhecimento sobre o cotidiano de vida das

famílias e das condições concretas que geram vulnerabilidades ou provocam danos aos cidadãos;

XX - participar na formulação e na execução da política de capacitação e desenvolvimento dos trabalhadores da Assistência Social, com o objetivo de contribuir para a melhoria da eficiência, eficácia e efetividade do serviço público;

XXI - articular, com as políticas no âmbito dos demais órgãos da Prefeitura Municipal, interagindo as ações e estendendo sua atuação junto a outros órgãos e serviços, com vistas à inclusão dos destinatários da Política de Assistência Social.

Integra a estrutura organizacional da Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Habitação:

I - ASSESSORIA DO SECRETÁRIO

II - DIRETOR DE HABITAÇÃO

III - DIRETORIA DO CRAS

IV - DIRETORIA DO CREAS

V - SUPERVISOR PROGRAMA DE ATENÇÃO A MULHER

VI - SUPERVISOR PROGRAMA DE ATENÇÃO AO IDOSO

I - ASSESSORIA DO SECRETÁRIO

Cargo: Assessor do Secretário

Atribuições:

I - executar e/ou orientar o desenvolvimento das atividades administrativas da unidade em que atua, efetuar os trabalhos de maior complexidade;

II - elaborar relatórios, mapas demonstrativos e/ou controles contendo informações sobre os resultados das atividades para apreciação dos superiores;

III - analisar relatórios e documentos, conferindo-os e efetuar as correções necessárias;

IV - levantar e compilar dados e informações relativas ao desenvolvimento dos trabalhos;

V - atender pessoas, verificar o assunto a ser tratado, para prestar-lhes as informações necessárias ou encaminhá-las às áreas responsáveis;

VI - acompanhar o desenvolvimento das atividades administrativas da unidade, orientar equipes de trabalho;

VII - emitir documentos, transcrever dados e assegurar a realização dos trabalhos de acordo com os padrões estabelecidos;

VIII - controlar o fluxo de documentos e informações que tramitam pela unidade, bem como separar, classificar e arquivar documentos;

IX - conferir documentos diversos afetos à rotina administrativa da unidade;

IX - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

II - DIRETORIA DE HABITAÇÃO

Cargo: Diretor de Habitação

Atribuições: À Diretoria de Habitação compete:

I - executar a política de habitação do Município;

II - promover o uso habitacional nas áreas consolidadas e dotadas de infraestrutura, utilizando, quando necessário, os instrumentos previstos na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade;

III - garantir a captação de recursos financeiros, institucionais, técnicos e administrativos destinados a investimentos habitacionais de interesse social, promovendo-a em fontes privadas e governamentais, internacionais, federais ou estaduais;

IV - elaborar projetos habitacionais;

V - estabelecer programas destinados a facilitar o acesso da população de baixa renda à habitação, bem como à melhoria da moradia e das condições de habitabilidade como elemento essencial no atendimento do princípio da função social da propriedade;

VI - promover programas de habitação de interesse social em articulação com os órgãos federais, regionais e estaduais, como também através de consórcios municipais e pelas organizações da

sociedade civil;

VII - promover o mapeamento e o cadastro técnico das áreas utilizadas pela população carente, transformadas em favelas, re-censeando os seus moradores e detalhando individualmente casos e situações específicas;

VIII - manter permanentemente atualizado um banco de dados com informações obtidas junto aos órgãos de Administração Municipal e as entidades que, direta ou indiretamente, atuam na área de ação social;

IX - promover o acesso da população a lotes urbanizados dotados de infra estrutura urbana básica;

X - articular a regularização e a titulação das áreas ocupadas pela população de baixa renda, passíveis de implantação de programas habitacionais;

XI - estimular a iniciativa privada local a contribuir para promover a melhoria das condições habitacionais e aumentar a oferta de moradias adequadas e compatíveis com a capacidade econômica da população;

XII - estimular a pesquisa de formas alternativas de construção, possibilitando a redução dos custos;

XIII - desincumbir-se de outras atribuições que lhe forem cometidos pelo titular da Secretaria.

III. DIRETORIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cargo: Diretor do CRAS

Atribuições: A Diretoria do Centro de Assistência Social - CRAS, enquanto unidade pública municipal será responsável pelo Programa de Atenção Integral à Família - PAIF do Governo Federal, conforme prevê a legislação específica, e ainda:

I - oportunizar a família o fortalecimento da função de proteção, segurança e socialização de seus membros, garantindo o acesso às políticas públicas do município;

II - incluir as famílias ou os membros da mesma em projetos específicos de promoção humana, desenvolvidas em parceria, visando à qualificação profissional e integração comunitária;

III - articular as políticas públicas intersetoriais existentes e acessíveis, no momento, para garantir e viabilizar a atenção integral às famílias em situação de fragilidade social;

IV - ampliar e qualificar a rede de atendimento às famílias fomentando sua participação na execução das ações;

V - realizar bimestralmente monitoramento e avaliação do projeto em conjunto com os parceiros co-responsáveis;

VI - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

IV - DIRETORIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cargo: Diretor do CREAS

Atribuições: A Diretoria do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, será responsável pelos serviços de proteção social especial de média e alta complexidade, destinados ao atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco ou violação de direitos e a adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas em meio aberto, bem como a suas famílias, bem como, a outras situações de risco ou violação de direitos referentes às pessoas idosas, pessoas com necessidades especiais, população de rua, entre outras, a serem implantados de forma gradativa, e desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

V - SUPERVISÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO A MULHER

Cargo: Supervisor do Programa de Atenção a Mulher

Atribuições: À Supervisão do Programa de Atenção a mulher compete:

VI - SUPERVISÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO AO IDOSO

Cargo: Supervisor do Programa de Atenção ao Idoso

Atribuições: À Supervisão do Programa de Atenção ao Idoso

competete:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A Secretaria Municipal de Saúde será dirigida pelo respectivo Secretário, sendo remunerado por subsídio, cujo valor é fixado em lei específica.

À Secretaria Municipal de Saúde compete:

I - promover a assistência médica e sanitária, o controle e a erradicação das doenças transmissíveis, a fiscalização e a inspeção sanitárias, conveniadas ou concorrentemente com outros órgãos;

II - estabelecer entrosamento com órgãos estaduais, federais, escolas, empresas e outras instituições, para melhor executar a política de saúde;

III - promover campanhas de esclarecimento e orientação sobre vacinações, combate ao câncer, verminose e educação sanitária;

IV - proporcionar atendimento ambulatorial médico-odontológico;

V - propugnar pelo aumento do número de leitos, melhoria e acessibilidade dos serviços médico-hospitalares;

VI - articular os planos locais de saúde com os planos estaduais e federais para a área;

VII - manter a vigilância epidemiológica;

VIII - coordenar o Sistema Único de Saúde;

IX - propor convênios, acordos, contratos e outros documentos relacionados à saúde pública;

X - supervisionar o atendimento permanente ao indivíduo, à família e à comunidade, ainda que em ausência de enfermidade, suprimindo suas carências através de prestação direta ou indireta de serviços;

XI - gerir o Fundo Municipal de Saúde;

XII - supervisor as atividades de regulação e auditoria;

XIII - desempenhar outras competências correlatas, determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Integram a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Saúde e serão responsáveis pela organização e gestão do Fundo Municipal de Saúde:

I - DIRETORIA GERAL

II - DIRETORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

III - DIRETORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

IV - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

V - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS FINANCEIROS

VI - DIRETORIA DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

VII - COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

VIII - COORDENADORIA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

IX - COORDENADORIA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

X - COORDENADORIA DE SAÚDE MENTAL

XI - COORDENADORIA DE SERVIÇOS OPERACIONAIS MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS

XII - COORDENADORIA DE PROGRAMAS ASSISTENCIAIS

I - DIRETORIA GERAL

Cargo: Diretor Geral

Atribuições: À Diretoria Geral compete:

I - assessorar o Secretário Municipal de Saúde no exercício de suas funções;

II - assessorar, em áreas técnicas, o Secretario Municipal de Saúde e co-gerir o Fundo Municipal de Saúde;

III - co-administrar, co-dirigir e coordenar a Secretaria de Saúde e co-gerir o Fundo Municipal de Saúde;

IV - assessorar o corpo técnico da Secretária Municipal de Saúde.

V - representar o Secretário Municipal de Saúde em reuniões, audiências e encontros que não exijam a presença do mesmo ou por designação deste;

IV - atuar nos processos administrativos submetidos a apreciação da Secretaria Municipal de Saúde;

V - promover, em conjunto com o Secretário Municipal de Saúde e por ordem deste, a organização administrativa do órgão;
VI - promover o planejamento, do sistema de saúde municipal;
VII - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

II - DIRETORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Cargo: Diretor de Serviços de Saúde

Atribuições: A Diretoria de Serviços em Saúde compete:

I - promover a uniformização de procedimentos e a cooperação entre as diversas unidades;

II - coordenar e responder direta e expressamente por todas as competências descritas nas diretorias sob sua responsabilidade hierárquica;

III - auxiliar diretamente o titular da unidade a qual esteja vinculado em todas as suas atribuições e competências, assim como coordenar os serviços de rotina administrativa do respectivo órgão, acompanhando e avaliando o desempenho das atribuições das unidades administrativas;

IV - coordenar o planejamento geral de gestão de governo, assim como sua articulação com os planos dos diversos órgãos do Poder Executivo;

V - articular-se na coordenação, ou coordenar, os debates de planejamento estratégico no âmbito do Poder Executivo;

VI - coordenar a elaboração do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e da peça orçamentária anual;

VII - coordenar, conforme o caso, o apoio aos ciclos do orçamento participativo em seus diversos eventos e necessidades elaborativas;

VIII - coordenar ou participar, conforme a área de atuação, as audiências públicas e fóruns de discussão e elaboração de propostas e projetos de políticas públicas na área de atuação;

IX - coordenar a execução orçamentária dos projetos, atividades e operações especiais de governo, integrando o planejamento estratégico à execução financeira do orçamento público municipal, conforme a atividade finalística de atuação;

X - coordenar a implantação dos parâmetros trimestrais para a execução orçamentária, observada a disponibilidade financeira fixada e as diretrizes emanadas dos órgãos competentes, conforme a atividade finalística de atuação;

XI - propor, analisar propostas e coordenar os projetos de desenvolvimento e reformas organizacionais necessárias para o aprimoramento da gestão municipal, notadamente aqueles que visem a reforma administrativa, implementação ou implantação de novos métodos e fluxos de trabalho, conforme a atividade finalística de atuação;

XII - coordenar o processo de inteligência competitiva governamental, visando ao planejamento, coleta, análise e síntese de informações estratégicas para apoiar a tomada de decisão governamental, observada à atividade finalística de atuação;

XIII - coordenar a gestão do conhecimento visando à disseminação das melhores práticas de gestão governamental, notadamente em sua área de atuação;

XIV - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

III - DIRETORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

Cargo: Diretor de Serviços Administrativos e Financeiros

Atribuições: À Diretoria de Serviços Administrativos e Financeiros compete:

I - auxiliar o Secretário Municipal de Saúde na gestão do fundo municipal de saúde;

II - preparar as demonstrações mensais da receita e despesa a serem encaminhadas ao Secretário Municipal de Saúde;

III - manter os controles necessários à execução orçamentária do fundo referente a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;

IV - manter, em coordenação com o setor de patrimônio da

Prefeitura Municipal os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga ao Fundo;

V - encaminhar à contabilidade geral do Município:

a) mensalmente, os demonstrativos de receitas e despesas;

b) trimestralmente, os inventários de estoques e medicamentos e de instrumentos médicos;

c) anualmente, o inventário dos bens e móveis e imóveis, e o balanço geral do Fundo.

VI - firmar com o responsável pelos controles da execução orçamentária, as demonstrações mencionadas anteriormente;

VII - preparar os relatórios de acompanhamento da realização das ações integradas de saúde para serem submetidas ao Secretário Municipal de Saúde;

VIII - providenciar junto à contabilidade geral do Município, as demonstrações que indiquem a situação econômico-financeira geral do Fundo Municipal de Saúde;

IX - apresentar, ao Secretário Municipal de Saúde, a análise e a avaliação da situação econômico-financeira do Fundo Municipal de Saúde detestada nas demonstrações mencionadas;

X - manter os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviços pelo setor privado e dos empréstimos feitos para a saúde;

XI - encaminhar mensalmente, ao Secretário Municipal de Saúde, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pelo setor privado na forma mencionada no inciso anterior;

XII - manter o controle e avaliação da produção das unidades integrantes da rede municipal de saúde;

XIII - encaminhar mensalmente, ao Secretário Municipal de Saúde, relatório de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pela Rede Municipal de Saúde.

XIV - dirigir a unidade a que esteja vinculado quanto à realização das rotinas administrativas, supervisionando a elaboração de expedientes administrativos dos servidores sob sua chefia;

XV - executar a gestão de pessoas, observada as diretrizes do órgão competente;

XVI - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

IV - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

I - assessorar diretamente a Diretoria de Serviços Administrativos e Financeiros, nas atividades relacionadas a gestão de pessoas na Secretaria Municipal de Saúde;

II - manter arquivos e papéis que, em caráter particular, bem como os relativos a assuntos pessoais ou políticos, ou que, por sua natureza, devam ser guardados de modo reservado;

III - atender, pessoalmente o dirigente da unidade que esteja vinculada, providenciando o necessário para lhe dar as devidas condições de trabalho;

IV - controlar a execução dos serviços de conservação e limpeza;

V - dirigir e controlar as atividades relacionadas com materiais, transportes internos e serviços gerais;

VI - controlar e coordenar, respeitando orientação superior, os trâmites administrativos de expediente e requerimentos encaminhados ao órgão;

VII - atender com presteza as solicitações formuladas pelo titular do órgão, no que diz respeito ao fluxo de serviços;

VIII - assessorar na direção da unidade a que esteja vinculado quanto à realização das rotinas administrativas, supervisionando a elaboração de expedientes administrativos dos servidores sob sua chefia;

IX - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

V - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS FINANCEIROS

I - Assessorar diretamente a Diretoria de Serviços Administrativos e Financeiros, nas atividades relacionadas a gestão financeira do Fundo Municipal de Saúde;

II - assessora nos serviços de preparação das demonstrações mensais da receita e despesa a serem encaminhadas ao Secretário Municipal de Saúde;

III - manter os controles necessários à execução orçamentária do fundo referente a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;

IV - preparar os relatórios de acompanhamento da realização das ações integradas de saúde;

V - providenciar junto à contabilidade geral do Município, as demonstrações que indiquem a situação econômico-financeira geral do Fundo Municipal de Saúde;

VI - apresentar, ao Diretor de Serviços Administrativos e Financeiros, a análise e a avaliação da situação econômico-financeira do Fundo Municipal de Saúde detectada nas demonstrações mencionadas;

VII - manter os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviços pelo setor privado e dos empréstimos feitos para a saúde;

VIII - encaminhar mensalmente, ao Diretor de Serviços Administrativos e Financeiros, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pelo setor privado na forma mencionada no inciso anterior;

IX - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

VI - DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Cargo: Diretor de Vigilância em Saúde

Atribuições: À Diretoria de Vigilância em Saúde compete:

I - dirigir o Departamento de Vigilância em Saúde;

II - promover a gestão integrada das atividades das vigilâncias em saúde do trabalhador, epidemiológica e sanitária, assessorando os gestores municipais;

III - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

VII - COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Cargo: Coordenador de Vigilância Sanitária

Atribuições: À Coordenadoria de Vigilância Sanitária compete:

I - planejar, programar, normatizar, organizar, coordenar, dirigir, controlar, avaliar e executar ações de vigilância das intoxicações, envenenamentos e eventos adversos, orientação e fiscalização das unidades e estabelecimentos de saúde e de interesse da saúde, de produtos, de serviços do meio ambiente;

II - estabelecer mecanismos que visem à promoção e proteção da saúde coletiva, da saúde do trabalhador e dos segmentos sociais mais fragilizados (idosos, crianças e adolescentes, nutrízes e puérperas, portadores de necessidades especiais, entre outros), bem como a saúde ambiental, no âmbito da vigilância sanitária;

III - manter intercâmbio com órgãos do Governo Federal, dos Estados, Municípios e outros, objetivando a troca de informações que viabilizem as ações específicas de vigilância sanitária;

IV - propor a celebração de convênios, acordos e protocolo com organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais relativos à vigilância sanitária;

V - definir as instâncias e mecanismos de controle de fiscalização, inerentes ao poder de polícia sanitária;

VI - articular-se com órgãos de segurança pública, objetivando atuação conjunta para a execução de ações de fiscalização;

VII - constar defesa e recursos de autos de infração e imposição de penalidades, lavrados no âmbito da Diretoria;

VIII - coordenar e controlar o registro de antecedentes relativos à vigilância sanitária;

IX - planejar e implementar programas e projetos estratégicos para atendimento emergencial;

X - coordenar a execução de ações inerentes à orientação e fiscalização de substâncias químicas em geral, radioativas e seus respectivos equipamentos específicos;

XI - elaborar e propor normas, orientar e controlar a instalação e

o funcionamento dos estabelecimentos de saúde e de interesse da saúde;

XII - estabelecer normas e padrões, em caráter complementar, para procedimentos de inspeção sobre controle de qualidade de produtos, bem como sua liberação para comercialização e consumo em âmbito municipal;

XIII - elaborar e propor normas para controlar a produção e/ou industrialização de produtos regionais;

XIV - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

VIII - COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Cargo: Coordenador de Vigilância Epidemiológica

Atribuições: À Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica compete:

I - planejar, coordenar, organizar, controlar e normatizar as atividades inerentes às ações de vigilância epidemiológica no Município;

II - incorporar as práticas de vigilância em saúde do ponto de vista de sua operacionalização com o uso de métodos e técnicas de planejamento que possibilite o processo de identificação e priorização de problemas, assim como a articulação integrada de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação destinadas ao enfrentamento dos problemas identificados;

III - fortalecer o processo de autonomia político-gerencial e da elevação da capacidade técnico-operacional para o desenvolvimento das ações voltadas ao enfrentamento dos problemas de saúde de acordo com o perfil epidemiológico local;

IV - monitorar as condições de saúde da população através dos instrumentos e critérios epidemiológicos, recomendando as medidas que se fizerem necessárias para intervenção e controle das doenças;

V - realizar avaliação sistemática através de análise, estudos e pesquisas com a finalidade de medir impactos e resultados das ações de saúde e/ou identificar fatores de risco;

VI - buscar a integração com outras diretorias e órgãos afins, visando através de ação conjunta e do intercâmbio de informações, o aperfeiçoamento das atividades de vigilância em saúde;

VII - estabelecer relacionamento com órgãos federais, estaduais e municipais que possibilite o levantamento de dados estatísticos e a execução de ações de controle de doenças na comunidade;

VIII - promover a formação de recursos humanos promovendo a educação continuada e o intercâmbio técnico-científico dos integrantes do Sistema Único de Saúde;

IX - divulgar informações epidemiológicas contribuindo para o acesso da população e para o controle social das políticas e ações de saúde;

X - propor convênios com entidades públicas ou privadas para o desenvolvimento de ações, ensino e pesquisa, em caráter de complementaridade, respeitando as competências dos níveis estadual e federal;

XI - desenvolver outras atividades relacionadas com a vigilância epidemiológica e a execução de ações em caso de ocorrência de agravos inusitados à saúde, que extrapolem a capacidade ou que representem risco de disseminação municipal;

XII - proceder o atendimento às demandas da população relacionadas às zoonoses e aos agravos humanos relacionados a elas;

XIII - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

IX - COORDENADORIA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

Cargo: Coordenador de Serviços Especializados

Atribuições: À Coordenadoria de Serviços Especializados compete:

I - dirigir a garantia a universalidade, equidade e integralidade no atendimento às urgências clínicas, cirúrgicas, gineco-obstétricas, psiquiátricas, pediátricas e as relacionadas às causas externas (traumatismos não-intencionais, violências e suicídios) e demais especialidades da área da saúde;

II - desenvolver estratégias promocionais da qualidade de vida e saúde capazes de prevenir agravos, proteger a vida, educar para a

defesa da saúde e recuperar a saúde, protegendo e desenvolvendo a autonomia e a equidade de indivíduos e coletividades;
 III - fomentar e coordenar projetos estratégicos de atendimento às necessidades coletivas em saúde, com destaque para aqueles relacionados a atenção especializada.

IV - qualificar a assistência e promover a capacitação continuada das equipes de saúde do Sistema Único de Saúde, em acordo com os princípios da integralidade e humanização;

V - planejar, coordenar, organizar, controlar, executar e normatizar as atividades inerentes às ações de farmacêuticas de saúde do Município;

VI - planejar, coordenar, organizar, controlar, executar, dirigir e normatizar as atividades inerentes à administração das unidades de saúde especializadas, TFD, CAPS, CEO, UPA;

VII - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

X - COORDENADORIA DA SAÚDE MENTAL

Cargo: Coordenador de Saúde Mental

Atribuições: À Coordenadoria de Saúde Mental compete:

I - coordenar técnica e administrativamente os serviços de saúde mental vinculados a Secretaria Municipal de Saúde;

II - planejar as ações de saúde mental de acordo com as demandas para prestar atendimento de acordo com as normas da política de saúde mental do Ministério da Saúde;

III - formular a política de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde;

IV - coordenar a política de Saúde Mental do município em consonância com as normas de Política Nacional de Saúde Mental e dentro dos princípios do Sistema Único de Saúde.

V - planejar as diretrizes para o atendimento Integral do Portador de Distúrbios Mentais dentro do Município, criando diretrizes para o atendimento integral do portador de Distúrbios Mentais;

VI - prover os mecanismos de garantia dos direitos dos usuários do programa de saúde mental e de seus familiares;

VII - coordenar as equipes dos centros de apoio psico-social (CAPS, CAPS AD);

VIII - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

XI - COORDENADORIA DE SERVIÇOS OPERACIONAIS MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS

Cargo: Coordenador de Serviços Operacionais de Manutenção e Conservação de Prédios

Atribuições: À Coordenadoria de Serviços Operacionais Manutenção e Conservação de prédios compete:

I - coordenar os serviços referente à manutenção e conservação de prédios pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde;

II - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação será dirigida pelo respectivo Secretário, sendo remunerado por subsídio, cujo valor é fixado em lei específica, com auxílio do Secretário Adjunto da Educação.

À Secretaria Municipal de Educação compete:

I - elaborar as políticas educacionais do Município com a participação do Conselho Municipal de Educação;

II - coordenar a execução das políticas educacionais do Município;

III - elaborar e executar planos, programas e projetos educacionais no âmbito municipal, obedecendo às diretrizes e prioridades estabelecidas pelo governo municipal e em consonância com as linhas de políticas educacionais definidas nos níveis federal e estadual;

IV - manter atualizados os dados necessários ao gerenciamento da Rede Municipal de Ensino, no que se refere ao corpo docente,

ao corpo docente, aos prédios e seus equipamentos, e aos cursos oferecidos;

V - definir padrões básicos de funcionamento para a Rede Municipal de Ensino;

VI - realizar, anualmente, o levantamento da população em idade escolar, procedendo a sua chamada para matrícula;

VII - firmar convênios, acordos e contratos com organismos e instituições oficiais e privadas;

VIII - expedir instruções para a execução das leis, decretos e demais regulamentos;

IX - propor o orçamento da Rede Municipal de Ensino;

X - promover a Educação Básica, nos níveis e modalidades: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Tecnologias Educacionais e Educação Especial;

XI - propor a criação e extinção de escolas municipais;

XII - desempenhar outras competências correlatas, determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Integram a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação:

I - SECRETARIA ADJUNTA PARA ASSUNTOS DA EDUCAÇÃO

Cargo: Secretário Adjunto para Assuntos da Educação

Atribuições: Compete ao Secretário Adjunto para Assuntos da Educação:

I - subsidiar e assessorar o Secretário Municipal de Educação nas tomadas de decisão referentes à Secretaria;

II - substituir o Secretário em suas ausências e impedimentos, coadjuvando no desempenho das atribuições que lhe são próprias;

III - participar das ações de planejamento, organização, coordenação, avaliação e integração de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da Secretaria;

IV - acompanhar os supervisores na ação técnica administrativa e pedagógica das unidades escolares municipais, providenciando junto ao Secretário a solução de problemas encontrados;

V - desempenhar outras tarefas compatíveis com suas atribuições e de acordo com as determinações do Secretário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

A Secretaria Municipal de Fazenda será dirigida pelo respectivo Secretário, sendo remunerado por subsídio, cujo valor é fixado em lei específica.

À Secretaria Municipal de Fazenda compete:

I - cumprir e fazer cumprir todos os atos necessários para a correta programação e execução orçamentária e financeira no âmbito do Município;

II - mandar proceder ao balanço de todos os valores do serviço de tesouraria, efetuando a tomada de contas sempre que entender conveniente, e obrigatoriamente ao final de cada trimestre;

III - assessorar o Chefe do Poder Executivo na formulação da política financeira do Município;

IV - coordenar e promover o pagamento de juros e amortizações de empréstimos contraídos pelo Município;

V - assinar os balancetes, balanços-gerais e seus anexos, prestações de contas previstas em lei, bem como outros documentos de apuração contábil;

VI - assinar sozinho ou em conjunto com a autoridade competente indicada pelo Chefe do Poder Executivo os cheques emitidos, endossando os emitidos em seu favor;

VII - autorizar a despesa após a homologação dos resultados dos processos licitatórios;

VIII - coordenar a política tributária municipal;

IX - cumprir e fazer cumprir todos os atos necessários para a correta execução orçamentária e financeira no âmbito do Poder Executivo, marcadamente os programas, projetos ou atividades constantes no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual;

X - coordenar as providências para o recebimento das cotas federais e estaduais;

XI - supervisionar o processo de lançamento de tributos, fazendo corrigir ou reformar quando irregularmente executado;

XII - propor ao Chefe do Poder Executivo a fixação e alteração das zonas e setores fiscais;

XIII - instruir e fazer instruir os contribuintes municipais sobre o cumprimento da legislação tributária, seja por atendimento pessoal, seja por meio de publicações de editais, avisos, ofícios, circulares, ordens de serviços internos, etc.;

XIV - tomar conhecimento, diariamente, do movimento econômico-financeiro, verificando as disponibilidades e mandando recolher aos estabelecimentos de crédito autorizados as quantias excedentes às necessidades de pagamento;

XV - tomar conhecimento das denúncias de fraude e infrações fiscais, fazer apurá-las, reprimi-las e tomar providências para a defesa do fisco municipal;

XVI - elaborar o calendário de pagamento de tributos municipais;

XVII - avaliar constantemente a Planta Genérica de Valores do Município e propor atualizações e correções quando necessário, submetendo-as ao Chefe do Poder Executivo;

XVIII - delegar, mediante ato normativo interno, ao servidor responsável pela fiscalização, autoridade para prorrogar, mediante prova e requerimento do agente fiscal, o prazo de fiscalização;

XIX - conceder benefício fiscal previsto em lei, quando atendidas as condições determinadas na legislação correspondente;

XX - desempenhar outras competências correlatas, determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Integram a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Fazenda:

I - ASSESSORIA DO SECRETÁRIO

II - SECRETARIA ADJUNTA PARA ASSUNTOS DA FAZENDA

III - CONTADORIA GERAL

IV - COORDENADORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DE FINANÇAS E ARRECADAÇÃO

V - COORDENADORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E CADASTRO IMOBILIÁRIO

VI - COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO

VII - COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE TESOUREARIA

I - ASSESSORIA DO SECRETÁRIO

Cargo: Assessor do Secretário

Atribuições: Compete ao Assessor do Secretário:

I - executar e/ou orientar o desenvolvimento das atividades administrativas da unidade em que atua, efetuar os trabalhos de maior complexidade;

II - elaborar relatórios, mapas demonstrativos e/ou controles contendo informações sobre os resultados das atividades para apreciação dos superiores;

III - analisar relatórios e documentos, conferindo-os e efetuar as correções necessárias;

IV - levantar e compilar dados e informações relativas ao desenvolvimento dos trabalhos;

V - atender pessoas, verificar o assunto a ser tratado, para prestar-lhes as informações necessárias ou encaminhá-las às áreas responsáveis;

VI - acompanhar o desenvolvimento das atividades administrativas da unidade, orientar equipes de trabalho;

VII - emitir documentos, transcrever dados e assegurar a realização dos trabalhos de acordo com os padrões estabelecidos;

VIII - controlar o fluxo de documentos e informações que tramitam pela unidade, bem como separar, classificar e arquivar documentos;

IX - conferir documentos diversos afetos à rotina administrativa da unidade;

IX - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas

pelos superiores hierárquicos.

II - SECRETÁRIO ADJUNTO PARA ASSUNTOS DA FAZENDA

Cargo: Secretário Adjunto para assuntos da Fazenda

Atribuições: À Secretaria Adjunto para Assuntos da Fazenda compete:

I - coordenar as atividades de movimentação dos recursos financeiros municipais, o recolhimento das receitas, o controle das disponibilidades, a identificação de fontes de financiamento e o acompanhamento de empréstimos, contratos, acordos, convênios e outros instrumentos que possam vir a criar obrigações financeiras ao Município;

II - efetuar o pagamento das despesas centrais do Município, após serem empenhadas e liquidadas, além de responder por todas as etapas da despesa com os encargos gerais do Município;

III - gerir todas as atividades relacionadas à liberação de recursos para cobertura de pagamentos diversos;

IV - preparar a programação financeira do Município, acompanhar a respectiva execução e efetuar os ajustes que se fizerem necessários, bem como contribuir com subsídios à formulação da política de financiamento da despesa pública;

V - assegurar às unidades gestoras, nos limites da programação financeira aprovada, disponibilidade de recursos para execução de seus projetos de trabalho;

VI - controlar o repasse de recursos financeiros para órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta do Município;

VII - manter o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada;

VIII - realizar o acompanhamento e a análise da folha de pessoal da Administração Direta e indireta, efetuando o pagamento e/ou liberando recursos financeiros quando necessário;

IX - acompanhar o desempenho diário da receita e da despesa do Município e elaborar estudos analíticos;

X - manter controle dos compromissos que onerem, direta ou indiretamente, o Município junto às entidades ou organismos internacionais;

XI - receber os valores arrecadados pelo Município e aplicar os recursos em disponibilidade na forma da legislação vigente;

XII - avaliar as operações financeiras com a finalidade de identificar as que possuem melhor liquidez;

XIII - administrar os encargos gerais do Município;

XIV - controlar e fiscalizar os convênios ou contratos bancários celebrados pelo Município e receber dos agentes arrecadadores as informações em meio eletrônico ou on-line, liberando o processamento das informações;

XVII - promover a integração com o Poder Legislativo e demais órgãos e entidades do Poder Executivo em assuntos de administração financeira;

XVIII - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos

III - CONTADORIA GERAL

Cargo: Contador Geral

Atribuições: À Contadoria Geral compete:

I - promover a programação, a organização, a coordenação, a execução e o controle das atividades pertinentes à elaboração dos balancetes mensais e dos balanços consolidados da Administração Direta, dos Fundos e da Administração Indireta, bem como a elaboração da prestação de contas anual do Governo, orientando tecnicamente os órgãos e entidades, supervisionando-lhes as atividades e estabelecendo normas para a padronização, racionalização e controle das ações referentes aos serviços contábeis;

II - elaborar as normas gerais e as instruções técnicas de administração contábil a serem aplicadas por todos os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo;

III - elaborar e propor para aprovação, por ato do Chefe do Poder Executivo, o Plano de Contas Único, a ser utilizado pelos órgãos e entidades responsáveis pelo fornecimento de dados necessários à

elaboração do balanço geral do Município;

IV - fornecer aos órgãos e entidades da Administração Pública orientação e apoio técnico, além de estabelecer mecanismos, sistemas e métodos que possibilitem o controle da execução orçamentária, o conhecimento da posição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços públicos, o levantamento dos balancetes mensais e do balanço anual e a análise e interpretação dos resultados econômico-financeiros;

V - estabelecer normas relacionadas à contabilização dos atos e fatos de gestão, fusão, incorporação e extinção de órgãos e entidades do Município;

VI - convocar representantes de órgãos e entidades para reuniões, fóruns ou palestras, visando o aperfeiçoamento e disciplinamento da gestão contábil;

VII - elaborar a prestação de contas anual do Prefeito;

VIII - emitir pareceres, laudos e informações sobre assuntos contábeis, financeiros e orçamentários;

IX - coordenar as atividades que exijam ações integradas dos órgãos e unidades do Sistema de Controle Interno, com vistas à efetividade das competências que lhe são comuns;

X - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

XI - verificar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos contábeis;

XII - analisar as demonstrações contábeis objetivando identificar situações que possam vir a afetar a eficácia e a eficiência dos programas de governo;

XIII - propor ações voltadas a racionalização dos gastos públicos e a otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo;

XIV - tomar contas de qualquer pessoa física ou entidade pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária;

XV - colaborar com o processo de integração dos Sistemas de Controle Interno dos Poderes Executivo e Legislativo;

XVI - cientificar o controle externo quando constatar qualquer irregularidade, ilegalidade ou improbidade na execução orçamentária, financeira e patrimonial do Município;

XVII - expedir pareceres em processos administrativos e relativamente a projetos de lei ou de decretos, antes de serem encaminhados à apreciação do Chefe do Poder Executivo, com vistas ao cumprimento dos artigos 16, 17 e 19 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF);

XVIII - estabelecer mecanismos de acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial que facilitem o controle dos prazos e dos indicadores de desempenho previstos em legislação específica;

XIX - fornecer informações sobre a situação físico-financeira dos projetos e das atividades constantes dos orçamentos do Município;

XX - propor normas voltadas ao alcance e a manutenção do equilíbrio fiscal do Município;

XXI - zelar pelo fiel cumprimento das normas de contabilidade pública;

XXII - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

IV - COORDENADORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DE FINANÇAS E ARRECADAÇÃO

Cargo: Coordenador de Serviços Administrativos de finanças e Arrecadação

Atribuições: À Coordenadoria de Serviços Administrativos de Finanças e Arrecadação compete:

I - dirigir a programação, a organização, a coordenação, a execução e o controle, das atividades relacionadas com tributação, arrecadação e controle do crédito tributário, bem como a apuração do movimento econômico;

II - coordenar o desenvolvimento de mecanismos simplificados de

informações, objetivando instruir e orientar os contribuintes da Fazenda Pública Municipal;

III - controlar e fiscalizar a utilização de benefícios fiscais concedidos, estabelecendo sistema de controle e acompanhamento da realização dos objetivos aprovados;

IV - promover o estabelecimento da Política Tributária Municipal;

V - promover reuniões e conferências com a finalidade de fortalecer as relações e possibilitar o conhecimento, estudo e divulgação de projetos e atividades de interesse comum do fisco e do contribuinte;

VI - coordenar a realização de estudos e análises sobre tributos e sua imposição, propondo as alterações que se fizerem necessárias na legislação tributária municipal;

VII - opinar sobre a concessão e/ou revogação de isenções, incentivos fiscais, créditos especiais ou regimes especiais de tributação;

VIII - desenhar e implantar estratégias para alavancar resultados para as atividades relacionadas à tributação e arrecadação, bem como analisar e dar pareceres em processos relacionados ao desenvolvimento econômico-social do Município, em articulação com os órgãos competentes;

IX - apurar, acompanhar e controlar a participação do Município na arrecadação do ICMS, bem como levantar anualmente o Movimento Econômico do Município;

X - representar o município no acompanhamento da apuração dos índices de retorno do ICMS, apontar divergências, elaborar e acompanhar recursos administrativos junto ao Governo Estadual;

XI - coordenar, controlar e auditar as receitas transferidas ao Município pelo Estado e pela União;

XII - propor e promover ações de melhoria de procedimentos e sistemas de informação com o objetivo do aperfeiçoamento contínuo;

XIII - acompanhar, fiscalizar, projetar e orçar todas as receitas de transferências, principalmente as constitucionais;

XIV - proceder convênios para troca de informações de interesse da Receita Municipal com demais entes da federação;

XV - supervisionar o acompanhamento do recebimento dos créditos não pagos nos respectivos vencimentos e que passam a fazer parte da dívida ativa do Município;

XVI - dirigir o recebimento dos créditos não pagos nos respectivos vencimentos e que passam a fazer parte da dívida ativa do Município;

XVII - dirigir a recepção dos processos em dívida ativa e proceder o devido preparo à execução fiscal;

XVIII - providenciar a extração das certidões para cobrança parcelada ou judicial, quando esgotados os prazos regulamentares, encaminhando-as à Procuradoria-Geral do Município;

XIX - dirigir as atividades de relacionamento com os contribuintes no sentido de cobrar os créditos tributários de forma amigável antes da tomada de quaisquer medidas coercitivas;

XX - elaborar plano de ação para efetuar cobrança de dívidas tributárias junto aos contribuintes inadimplentes, objetivando uma melhor arrecadação;

XXI - coordenar a elaboração de quadros estatísticos, bem como planejar e acompanhar metas de arrecadação;

XXII - acompanhar a evolução diária do parcelamento de dívidas tributárias;

XXIII - proceder a inscrição em dívida ativa dos débitos não liquidados;

XXIV - visar as certidões relativas à situação dos contribuintes perante o fisco municipal;

XXV - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

V - COORDENADORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E CADASTRO IMOBILIÁRIO

Cargo: Coordenador de Serviços Administrativos e Cadastro Imobiliário

Atribuições: À Coordenadoria de Serviços Administrativos e Cadastro Imobiliário compete:

I - dirigir a programação, a organização, a coordenação, a execução e o controle, das atividades relacionadas com o cadastro fiscal;

II - dirigir a elaboração e tabulação de dados estatísticos, necessários ao desempenho dos demais órgãos da Secretaria, com referência ao cadastro fiscal;

III - coordenar o registro e manutenção atualizada a inscrição de pessoas físicas, imóveis e pessoas jurídicas no cadastro fiscal;

IV - realizar estudos e pesquisas com o objetivo de implantar técnicas de controle e de registro de pessoas físicas, imóveis e pessoas jurídicas no cadastro fiscal;

V - estabelecer critérios para o cadastramento e classificação de empresas e dos produtores primários;

VI - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

VI - COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO

Cargo: Coordenador de Fiscalização

Atribuições: À Coordenadoria de Fiscalização compete:

I - dirigir as atividades de tributação e fiscalização dos tributos de competência do Município;

II - dirigir os controles administrativos auxiliares, tais como, programas de informatização de controle de arrecadação individual dos contribuintes, de requisição de confecção de blocos de notas fiscais, de confissão de dívidas, de cruzamento de dados/informações, de processos fiscais em andamento, etc.;

III - coordenar e controlar os trabalhos de elaboração de planos operacionais de fiscalização;

IV - estudar, pesquisar e implantar medidas que visem dinamizar o desenvolvimento da ação fiscal no Município;

V - coordenar, dirigir, estudar e organizar os órgãos fiscais do Município, visando à obtenção de maior produtividade;

VI - elaborar normas e métodos de trabalho para as atividades relacionadas com a auditoria fiscal;

VII - elaborar mensalmente os mapas de produtividade fiscal;

VIII - coordenar a implantação, operacionalização e avaliação dos resultados dos serviços de apoio às atividades fiscalizadoras;

IX - desenvolver operações de fiscalização de contribuintes;

X - promover estudos com a finalidade de identificar falha na organização administrativa e na legislação tributária, pela análise dos trabalhos de fiscalização, propondo as alterações necessárias;

XI - avaliar os trabalhos de verificação fiscal, considerando os resultados produzidos em função dos indícios de sonegação detectados;

XII - analisar as notificações fiscais emitidas para a constituição do crédito tributário, verificando a comprovação dos fatos e a consistência da captação legal do fato gerador tributo e das infrações ocorridas;

XIV - dirigir a elaboração de todos os serviços de desenho técnico imobiliário;

XV - realizar estudos e pesquisas sobre a ocorrência de fraudes fiscais, objetivando o desenvolvimento de métodos capazes de evitá-las, bem como preparar roteiros de auditoria e de procedimentos de fiscalização e prevenção da evasão fiscal;

XVI - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

VII - COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE TESOUREARIA

Cargo: Coordenador de Serviços de Tesouraria

Atribuições: À Coordenadoria de Tesouraria compete:

I - gerenciar a programação as despesas com folhas de pagamento, encargos sociais e outros;

II - analisar e liberar os empenhos relativos à folha de pagamento da Administração Direta e Indireta, para o devido pagamento;

III - auxiliar na elaboração das diversas repercussões financeiras relacionadas à folha de pagamento da Administração Direta e Indireta;

IV - efetuar a liberação de recursos para cobertura de pagamentos diversos;

V - elaborar, executar e acompanhar os fluxos de caixa diário, mensal e anual dos itens relacionados à despesa;

VI - liberar ou autorizar a liberação de cancelamentos de pagamento do pessoal ativo ou inativo, junto às agências bancárias;

VII - prestar orientação aos órgãos do Poder Executivo sobre a área de atuação;

VIII - atribuir aos Órgãos da Administração Direta e às Entidades da Administração Indireta, em especial às Autarquias e Fundações do Município que dependem de recursos do Tesouro, nos casos das despesas cujos pagamentos são realizados pela Secretaria Municipal de Fazenda, a responsabilidade pelo empenhamento e liquidação das despesas;

IX - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

A Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural será dirigida pelo respectivo Secretário, sendo remunerado por subsídio, cujo valor é fixado em lei específica.

À Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural compete:

I - planejar, executar e controlar o desenvolvimento da política de agricultura e pecuária do Município;

II - articular-se com os órgãos públicos ou privados envolvidos nos assuntos do Município, visando a execução de atividades de interesse comum;

III - promover medidas visando a aplicação correta de defensivos e fertilizantes no solo;

IV - promover medidas visando a defesa sanitária vegetal;

V - incentivar o ensino agropecuário formal e informal;

VI - criar mecanismos de apoio à mecanização e infraestrutura da propriedade rural;

VII - promover medidas visando auxiliar o abastecimento por meio da produção de hortigranjeiros;

VIII - incentivar o armazenamento e silagem, visando a formação de estoques reguladores;

IX - apoiar o cooperativismo, o associativismo, a pesquisa, extensão rural, integração agroindustrial e outras formas de organização de produtor e da produção;

XI - incentivar a industrialização, conservação e comercialização de produtos; promover apoio à eletrificação e telefonia rural;

XII - participar dos eventos sócio-econômicos de interesse do agricultor e do pecuarista;

XIII - implantação de hortas comunitárias e hortas escolares;

XIV - desenvolver ações voltadas para o abastecimento de água potável junto a agrovilas e propriedades rurais;

XV - implantação, coordenação e manutenção do Sistema Municipal de Inspeção Animal e Vegetal (SIM);

XVI - apoiar ações voltadas para o desenvolvimento da agricultura e pecuária;

XVII - promover medidas visando a defesa sanitária animal; promover o desenvolvimento da piscicultura; promover ações objetivando a prática da inseminação artificial e outras que visem ao melhoramento genético dos rebanhos;

XVIII - promover a execução de açudagens, irrigação, terraplenagem, destoca e estradas internas da propriedade rural;

XIX - promover a execução e melhoria de acessos à propriedade rural;

articular-se com entidades públicas ou privadas, objetivando a celebração de ajustes para a execução da política rodoviária do interior do Município;

XXI - desempenhar outras competências correlatas, determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Integram a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Agricultura, da Pecuária e Abastecimento:

I - ASSESSORIA DO SECRETÁRIO
 II - DIRETORIA DE EXTENSÃO RURAL
 III - COORDENADORIA DE SERVIÇOS AGROPECUÁRIO E HORTO
 IV - COORDENADORIA DO SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL

I - ASSESSORIA DO SECRETÁRIO

Cargo: Assessor do Secretário

Atribuições: Compete ao Assessor do Secretário:

I - executar e/ou orientar o desenvolvimento das atividades administrativas da unidade em que atua, efetuar os trabalhos de maior complexidade;
 II - elaborar relatórios, mapas demonstrativos e/ou controles contendo informações sobre os resultados das atividades para apreciação dos superiores;
 III - analisar relatórios e documentos, conferindo-os e efetuar as correções necessárias;
 IV - levantar e compilar dados e informações relativas ao desenvolvimento dos trabalhos;
 V - atender pessoas, verificar o assunto a ser tratado, para prestar-lhes as informações necessárias ou encaminhá-las às áreas responsáveis;
 VI - acompanhar o desenvolvimento das atividades administrativas da unidade, orientar equipes de trabalho;
 VII - emitir documentos, transcrever dados e assegurar a realização dos trabalhos de acordo com os padrões estabelecidos;
 VIII - controlar o fluxo de documentos e informações que tramitam pela unidade, bem como separar, classificar e arquivar documentos;
 IX - conferir documentos diversos afetos à rotina administrativa da unidade;
 IX - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

II - DIRETORIA DE EXTENSÃO RURAL

Cargo: Diretor de Extensão Rural

Atribuições: À Diretoria de Extensão Rural compete:

I - planejar, coordenar, organizar, controlar, executar, dirigir e normatizar as atividades inerentes ao desenvolvimento da agricultura no Município;
 I - dirigir os expedientes, bem como dirigir ou acompanhar os programas, projetos e atividades relativas ao desenvolvimento rural, a sustentabilidade;
 II - promover a execução e a avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento de culturas;
 III - desenvolver ações voltadas à implantação de infraestrutura de apoio à comercialização das culturas e do fomento de novas culturas agro pecuárias, assim como o controle e fiscalização de suas atividades e produtos;
 IV - desenvolver políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção agropecuária;
 V - dirigir todos os expedientes relativos ao exercício da agricultura, pecuária no município; e
 VI - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

III - COORDENADORIA DE SERVIÇO AGROPECUÁRIO E DO HORTO FLORESTAL

Cargo: Coordenador de Serviço Agropecuário e do Horto Florestal
 Atribuições: À Coordenadoria de Serviço Agropecuário e do Horto Florestal compete: se destina a proporcionar ao agricultor e pecuarista, bem como, coordenar as atividades no horto florestal.

I - planejar, coordenar, organizar, executar, dirigir e normatizar orientações técnicas sobre as atividades relacionadas ao setor agropecuário no Município;
 I - dirigir os expedientes, bem como dirigir ou acompanhar os programas, projetos e atividades relativas a atividade, sempre voltadas a sustentabilidade;
 II - promover a execução e a avaliação de medidas, programas e

projetos de apoio ao desenvolvimento de culturas;
 V - dirigir todos os expedientes relativos ao exercício da agricultura, pecuária no município;
 VI - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

IV - COORDENADORIA DO SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL

Cargo: Coordenador do Sistema de Inspeção Municipal

Atribuições: À Coordenadoria do Sistema de Inspeção Municipal compete:

I - planejar, coordenar, organizar, controlar, executar, dirigir e normatizar as atividades inerentes ao sistema de inspeção municipal;
 II - proporcionar a inspeção dos produtos de origem animal e vegetal destinados ao consumo humano, conforme prevê a legislação específica;
 III - dirigir os expedientes, bem como dirigir ou acompanhar os programas, projetos e atividades relativas inspeção animal e vegetal no Município;
 IV - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

LEI Nº 3.179/2014

LEI Nº 3.179, de 19 de novembro de 2014.

Altera e revoga dispositivos da Lei nº 2.648, de 22 de outubro de 2009, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Ficam alterados e revogados os seguintes dispositivos da Lei nº 2.648, de 22 de outubro de 2009, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD de Caçador, órgão normativo de deliberação coletiva, que se integrará na ação conjunta e articulada de todos os órgãos de níveis federal, estadual e municipal que compõem o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD (Lei nº 1.343, de 3 de agosto de 2006) e que ficará vinculado à Secretaria Municipal de Saúde. (NR)

Art. 3º

I -

VII - credenciar palestrantes e cursos sobre assuntos pertinentes a substâncias entorpecentes ou que determinem dependência psíquica ou física. (NR)

Art. 5º O Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas de Caçador será constituído por 24 (vinte e quatro) membros e seus respectivos suplentes, de forma paritária, sendo 12 (doze) representantes de entidades governamentais e 12 (doze) representantes de entidades não governamentais:

I - os representantes das entidades governamentais abaixo especificadas, serão indicados pelo Prefeito Municipal através de Decreto, com direito a voto e decisão:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social;

b)

- c) Secretaria Municipal de Educação;
- d) Fundação Municipal de Cultura;
- e)
- f) Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DIT-TESC;
- g)
- i) Sistema Nacional de Empregos - SINE;
- j) Procuradoria Geral do Município;
- l) Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;
- m) Tiro de Guerra;
- n) Secretaria Municipal da Administração;
- o)
- p) Polícia Civil;
- q)
- r) (revogado);
- s) (revogado);
- t) (revogado);
- u) (revogado).

II - os representantes das entidades não governamentais serão eleitos em fórum próprio eletivo dentre as entidades e organizações da sociedade civil, sob a fiscalização do Ministério Público. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de novembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 3.180/2014

LEI Nº 3.180, de 19 de novembro de 2014.

Autoriza transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, à Câmara de Dirigentes Lojistas de Caçador - CDL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, à Câmara de Dirigentes Lojistas de Caçador - CDL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.059.733/0001-29, estabelecida na Av. Barão do Rio Branco, nº 399, centro, neste Município de Caçador, na importância de R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais), a serem pagos em uma única parcela, após a aprovação desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos transferidos nos termos da presente Lei destinam-se a custear a realização do Projeto "Decoração Natalina 2014", conforme plano de trabalho.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.013 - Contribuições Financeiras a Entidades

3.3.50.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 82.000,00

Art. 3º A Entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de novembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 3.181/2014

LEI Nº 3.181, de 19 de novembro de 2014.

Suplementa e anula dotação orçamentária no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, no valor de R\$ 292.000,00 (duzentos e noventa e dois mil reais):

14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.541.0024.2.171 - Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente

3.1.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

16.01 - IPPUC - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR

15.451.0034.2.014 - Manutenção do IPPUC

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 134.000,00

12.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE

27.812.0031.2.109 - Manutenção da Fundação Municipal de Esporte

3.1.90.00.00.00.00.0126 - Aplicações Diretas R\$ 151.000,00

Total R\$ 292.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos da anulação da dotação orçamentária abaixo especificada, no valor de R\$ 292.000,00 (duzentos e noventa e dois mil reais):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação

3.1.90.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 292.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 3.182/2014

LEI Nº 3.182, de 19 de novembro de 2014.

Suplementa e anula dotação orçamentária no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 2.754.000,00 (dois milhões e setecentos e cinquenta e quatro mil reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas	R\$ 2.754.000,00
--	------------------

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos das anulações das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 2.754.000,00 (dois milhões e setecentos e cinquenta e quatro mil reais):

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2003 - Manutenção da Assessoria de Imprensa

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas	R\$ 6.000,00
--	--------------

04.122.0002.2.162 - Contribuições Financeiras a Centros Comunitários

3.3.50.00.00.00.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins

lucrativos .	R\$ 30.000,00
--------------	---------------

04.122.0002.2004 - Manutenção do Procon

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas	R\$ 12.000,00
--	---------------

04.122.0002.2157 - Manutenção da Intendência de Taquara Verde

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas .	R\$ 19.000,00
--	---------------

04.122.0002.2.015 - Manutenção do Controle interno

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas .	R\$ 4.000,00
--	--------------

04.122.0002.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas .	R\$ 60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas .	R\$ 50.000,00

06.182.0002.2.156 - Manutenção do Fundo da Defesa Civil

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas	R\$100.000,00
--	---------------

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.451.0017.2.071 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas .	R\$ 50.000,00
--	---------------

15.452.0017.1.051 - Construção e Reforma de Pontes, Pontilhões e Bueiros

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
--	---------------

15.451.0017.2.108 - Manutenção da Malha Viária Municipal

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas .	R\$ 30.000,00
--	---------------

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação

3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas Operações Intra-Orçamentárias.....	R\$ 62.000,00
---	---------------

15.452.0017.2.071 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas	R\$ 120.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas	R\$ 450.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00

02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.0004.2.016 - Manutenção da Segurança Pública

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas .	R\$ 20.000,00
--	---------------

02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO

20.606.0026.1.077 - Implantação e Manutenção do Sistema de Inspeção Municipal-SIM

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas .	R\$ 5.000,00
--	--------------

20.606.0026.1.180 - Construção de Poços Artesianos na Área Rural

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas .	R\$ 10.000,00
--	---------------

20.606.0026.2.091 - Manutenção da Secretaria da Agricultura

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas .	R\$ 50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

20.606.0026.2.097 - Programa de Subsídio de Hora Máquina ao Produtor Rural

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00
--	----------------

20.606.0026.2.100 - Realização de Feiras e Eventos

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas	R\$ 9.000,00
--	--------------

20.606.0026.2.098 - Programa de Subsídio para a Implantação de Agroindústrias

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
20.606.0026.2.093 - Produção de Mudanças Nativas	
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas .	R\$ 20.000,00

03.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
28.843.0000.0.001 - Pagamento de Juros da Dívida Interna

3.2.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00
--	----------------

04.122.0000.0.003 - Pagamento de Sentenças

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00
--	----------------

28.843.0000.0.002 - Amortização da Dívida Interna

4.6.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas	R\$ 500.000,00
--	----------------

04.122.0000.0.004 - Indenizações e Restituições

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas .	R\$ 30.000,00
--	---------------

02.09 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
22.661.0027.2.101 - Manutenção do Parque de Exposição

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas .	R\$ 30.000,00
--	---------------

02.12 - FUNDO MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO
15.452.0020.1.048 - Pavimentação de Vias Públicas

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
--	---------------

02.11 - SECRETARIA DA FAZENDA
04.123.0002.2.778 - Manutenção da Secretaria da Fazenda

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas	R\$ 158.000,00
--	----------------

02.08 - GABINETE DO VICE-PREFEITO
04.122.0002.2.158 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas	R\$ 19.000,00
--	---------------

10.99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
99.999.9999.9.999 - Reserva de Contingência

9.9.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
--	----------------

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de novembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 3.183/2014

LEI Nº 3.183, de 19 de novembro de 2014.
Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal

de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.025 - Bloco de Investimentos
4.4.90.00.0023 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos financeiros provenientes da Portaria nº 2.665, de 6 de novembro de 2014 do Ministério da Saúde, para programas de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) componentes de Construção, Ampliação e Reforma; incentivo para construção dos Polos da Academia de Saúde, Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para estabelecimentos de Saúde.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de novembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 3.184/2014

LEI Nº 3.184, de 19 de novembro de 2014.
Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
3.3.50.00.00.00.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos .. R\$ 180.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos das anulações das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais):

02.01 - GABINETE DO PREFEITO
04.122.0002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas .. R\$ 20.000,00

02.05 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração
4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas... R\$ 30.000,00

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.367.0011.2.068 - Contribuições Financeiras para as Entidades de Apoio a Pessoas com Deficiência
3.3.50.00.00.00.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos .. R\$ 50.000,00

03.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
28.843.0000.0.002 - Amortização da Dívida Interna

4.6.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas .. R\$ 50.000,00
 04.122.0000.0.004 - Indenizações e Restituições
 3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas .. R\$ 30.000,00
 Total R\$ 180.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
 em 19 de novembro de 2014.
 GILBERTO AMARO COMAZZETTO
 PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 24.464

PORTARIA Nº 24.464, de 01 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 113, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal CELSO VIERO, ocupante do cargo de Professor, carga horária de 40 horas semanais, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, 60 (sessenta) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme atestado médico apresentado, com efeitos a contar de 01 de Setembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
 em 01 de Setembro de 2014.
 GILBERTO AMARO COMAZZETTO
 PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
 SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.477

PORTARIA Nº 24.477, de 01 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 42 da Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

REDUZIR A CARGA HORÁRIA das Servidoras Públicas Municipais, lotadas junto a Secretaria Municipal de Educação, a seguir relacionadas, especificando: código, nome, cargo efetivo, carga horária antiga, carga horária atual, escola da função e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo Efetivo	De	Para	Escola da Função	A contar de:
13274	Jorge Roberto Alves dos Santos	Professor	20	16	EMEB Pierina Santin Perret	12/09/2014
13351	Ligiane Scolaro Ribeiro dos Santos	Professora	40	20	EMEB Hilda Granemann de Sousa	21/09/2014
13022	Maria Elaine Gomes Farias	Professora	40	38	EMEB Henrique Julio Berger	01/09/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
 em 01 de Setembro de 2014.
 GILBERTO AMARO COMAZZETTO
 PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
 SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.486

PORTARIA Nº 24.486, de 03 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR A CARGA HORÁRIA dos Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, lotados junto a Secretaria de Municipal de Educação, especificando: código, nome, cargo efetivo, carga horária antiga, carga horária atual, escola da função e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo Efetivo	De	Para	Escola	A contar de:
13071	Alessandra de Oliveira Matos	Professora de Educação Infantil	20	40	CMEI Santa Clara, V.V. Andréia Comel, Licença Taratamento de Saúde	28/08/2014 a 03/09/2014
13076	Andressa Angelita Nunes Ribeiro	Professora de Educação Infantil	20	40	CMEI Santa Clara, V.V. Jucelaine Pereira, Licença Taratamento de Saúde	28/08/2014 a 19/09/2014
13248	Daniela dos Santos Pires	Professora de 1º ao 5º ano	20	40	EMEB Tabajara, V.V. Ivanice Niendicher	25/08/2014 a 29/08/2014

13024	Ivania Aparecida Pereira	Professora Artes	34	36	EMEB Henrique Julio Berger, vaga transitório, face a desistência de outra servidora	01/09/2014 a 19/12/2014
13488	Maria dde Lourdes Cassol	Professora de 1º ao 5º ano	20	40	EMEB Hilda Granemann de Sousa,V.V. Marizete Zago, Licença Tratamento Saúde	21/08/2014 a 08/10/2014
13510	Silvia Daiane Calisto	Professora	16	36	EMEB Morada do Sol, V.V. Marizete Zago, Licença Tratamento de Saúde	21/08/2014 a 12/09/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

ANULAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 59/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATORIO Nº 59/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014 TIPO: MENOR PREÇO, OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR COM ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 14/11/2014. ANULA - SE O PRESENTE PROCESSO DE LICITAÇÃO HAJA VISTO O VALOR COTADO FICOU MUITO ACIMA DO ORÇADO PREVIAMENTE. .Maiores Informações poderão ser obtidos na Coordenadoria de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sito Av. Santa Catarina 195 - Centro, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 14 de novembro de 2014.
ROSELAINE DE ALMEIDA PÉRICO
Secretaria de Saúde

PORTARIA Nº 24.540

PORTARIA Nº 24.540, de 16 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome dos servidores, cargo, número de dias e período do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Nº de dias	A contar de:
10448	Edite da Silva Bigas	Merendeira	EMEB Pierina Santin Perret	30	16/09/2014
13145	Silvia Cristina Eichele	Professora de Educação Infantil	CMEI Sonho Encantado	15	16/09/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.643

PORTARIA Nº 24.643, de 01 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 163, da Lei Complementar de 24/02/2010, que dispõe sobre a Contratação de Servidores Públicos Municipais em Caráter Temporário, e art. 60, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome da servidora, cargo, escola de atuação, dias de afastamento, dias lançados para pagamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Total de Dias	Dias Lançados	Licença Tratamento Saúde a contar de:
13249 13323	Deisy Gonçalves Biasoli	Professora	EMEB Esperança EMEB Alto Bonito	42	15	01/10/2014 a 15/10/2014, após Regime Geral de Previdência Social – INSS

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.653

PORTARIA Nº 24.653, de 03 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

PRORROGAR os contratos por tempo determinado dos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, especificando: código, nome dos servidores, cargo, carga horária, referência, local de atuação e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.	Ref.	Escola	A contar de:
13403	Araci Lucia Pereira Dias	Professora	40	1.3/A	CMEI Sininho, V.V. Vanessa Gilioli, Licença Tratamento de Saúde	05/10/2014 a 19/12/2014
13469	Catarina Polaski	Servente	44	1.5/A	EMEB Alto Bonito, V.V. Neide da Silva, Secretária Municipal de Educação	02/10/2014 a 19/12/2014
13323	Deisy Gonçalves Biasoli	Professora de 1º ao 5º ano	20	1.3/A	EMEB Esperança, V.V. Cizete Catellan, atribuição EMEB Nossa Senhora da Salete, face a rescisão de outra servidora	02/10/2014 a 19/12/2014
13330	Eliane Aparecida Ferreria Drun	Professora de 1º ao 5º ano	20	1.3/A	EMEB Tabajara, V.V. Janice Schuppel, Licença Prêmio	11/10/201 a 19/12/2014
13517	Gláucia Regina Rafaelli da Silva	Meren-deira	44	1.5/A	CMEI Sonho Encantado, V.V. Neide Maria Rodrigues, Licença Tratamento Saúde	02/09/2014 a 03/10/2014 a 19/12/2014
13342	Jussara Aparecida Veríssimo	Servente	44	1.5/A	EMEB Hilda Granemann de Sousa, V.V. Vania Camargo dos Santos.	11/09/2014 a 01/11/2014
13351	Ligiane Scolari Rbeiro dos Santos	Professora	20	1.3/A	EMEB Esperança, V.V. Jane Dallagnol, atribuição na EMEB Padre José Chamot, face a rescisão de outra servidora	02/10/2014 a 19/12/2014

13501	Marcia Antonia Ricetti	Professora	20	1.3/A	EMEB Esperança, V.V. Deisy Gonçalves Biasoli, Licença Tratamento de Saúde	11/10/2014 a 15/11/2014
13459	Michelli Pires Goes	Professora	20	1.3/A	EMEB Morada do Sol, V.V. Maria Lidia Medeiros, Licença Tratamento de Saúde	23/09/2014 a 19/12/2014
13222	Patricia Vilwoc Ferreira de Andrade	Especialista em Assuntos Educacionais	40	1.3/A	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa, V.V. Greci Salete Coelho, Licença Tratamento de Saúde	23/11/2014 a 19/12/2014
12988	Rita Cassia Rincão Idalgo de Moraes	Servente	44	1.5/A	EMEB Nossa Senhora da Salete	02/10/2014 a 19/12/2014
13531	Rosilda de Fátima Lemes Pinheiro	Auxiliar de Creche e Berçário	40	2.1/A	CMEI Pierina Adami, V.V. Franciele Escher, Licença Maternidade	08/10/2014 a 19/12/2014
13460	Soeli de Souza Batista	Servente	44	1.5/A	EMEB Henrique Julio Berger, V.V. Teresa Eclair Cardoso, Licença Tratamento Saúde	07/10/2014 a 19/12/2014

Registre-se e Publique-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.677

PORTARIA Nº 24.677, de 08 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 114, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137, de 24/11/2008,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando: código, nome, cargo, escola de atuação e período de afastamento da licença, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Período
10532	Franciele Escher	Auxiliar de Creche e Berçário	CMEI Pierina Adami	08/10/2014 a 05/10/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 08 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.695

PORTARIA Nº 24.695, de 15 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR A CARGA HORÁRIA dos Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, lotados junto a Secretaria de Municipal de Educação, especificando: código, nome, cargo efetivo, carga horária antiga, carga horária atual, escola da função e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo Efetivo	De	Para	Escola	A contar de:
13390	Arielli Pacztuch	Professora	20	40	CMEI Santa Clara, V.V. Jucelaine Terezinha da Silva, Licença Taratamento de Saúde	15/10/2014 a 12/11/2014
13548	Fabiana da Silva	Professora	15	18	EMEB Walsin Nunes, V.V. Carmen Castilho, Licença Taratamento de Saúde	07/10/2014 a 20/12/2014
13535	Jean Cesar Barbosa Pereira	Professor	10	20	EMEB Henrique Julio Berger, V.V. Claudio Cordeiro, Licença Prêmio	08/10/2014 a 01/11/2014
13002	Keller Castilho Passos	Professora	14	19	EMEB Henrique Julio Berger, V.V. Anna Paula Luz, Licença Tratamento de Saúde	01/09/2014 a 20/12/2014
13550	Priscila Teresinha Ferreira	Professora	22	40	EMEB Morada do Sol, V.V. Mara Lipka, Licença Tratamento de Saúde	20/10/2014 a 30/10/2014
13220	Rosange-la Fatima de Paula	Especialista em Assuntos Educacionais	20	40	EMEB Ulysses Guimarães, vaga excedente	01/10/2014 a 20/12/2014

13551	Thays Aparecida de Jesus Seixas	Professora	16	19	EMEB Walsin Nunes Garcia, V.V. Carmen Castilho, Licença Tratamento de Saúde	07/10/2014 a 20/12/2014
-------	---------------------------------	------------	----	----	---	-------------------------

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 15 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.715

PORTARIA Nº 24.715, de 17 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome dos servidores, cargo, número de dias e período do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Nº de dias	A contar de:
10826	Aline de Matos Roessler	Secretária Escolar	EMEB Hilda Grannemann de Sousa	15	08/10/2014
920	Mara Terezinha Lipka	Professora	EMEB Morada do Sol EMEB Alcides Tombini	15	15/10/2014
672	Sueli Terezinha de Souza Prestes Leite	Secretária Escolar	EMEB Vereda dos Trevos	45	17/10/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.722

PORTARIA Nº 24.722, de 20 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 122, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER RETORNO da Licença Sem Vencimentos, concedida a Servidora Pública Municipal ROSEMARI DIAS ANTUNES, ocupante do cargo de Servente, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, com efeitos a contar de 20 de Outubro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.726

PORTARIA Nº 24.726, de 21 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, os contratos em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, especificando: código, nome dos servidores, cargo, escola de atuação e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local	A contar de:
13021	Deizi Luci Ozório de Oliveira	Servente	EMEB Alto Bonito	21/10/2014
13498	Gabriela Nava Ramos	Professora	EMEB Henrique Julio Berger	14/10/2014
12898	Maria Odete Padilha	Professora	EMEB Henrique Julio Berger	14/10/2014
13475	Neiva Aparecida Bento da Silva Rossetto	Professora	EMEB Henrique Julio Berger	08/10/2014
13538	Nelci Teresinha Xumadelo Heinemann	Servente	CMEI Educar é Tudo	01/10/2014
13219	Rosemari Ribeiro	Servente	EMEB Pierina Santin Perret	01/10/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.796

PORTARIA Nº 24.796, de 03 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal ROSANGELA CRISTINA MALAT, matrícula nº 3262, ocupante do cargo de Assistente Social, para exercer a Função de Confiança de Coordenadora da Vigilância Epidemiológica, do "Grupo Ocupacional Confiança", Referência FCC-3, sobre seus vencimentos básicos, com efeitos a contar de 03 de Novembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 24.810

PORTARIA Nº 24.810, de 05 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR por tempo determinado, os cidadãos a seguir relacionados, para atuarem junto a Secretaria Municipal de Saúde, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, motivo da contratação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Motivo da contratação	Período da Contratação
Rodrigo Borsatti Neves da Fontoura	Médico	39	20h	Falta de servidores concursados	05/11/2014 a 31/12/2014
Douglas Pereira Carniel	Médico	39	20h	Falta de servidores concursados	03/11/2014 a 31/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 24.845

PORTARIA Nº 24.845, de 17 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal a seguir relacionado, licença prêmio a que faz jus, especificando: código, nome do servidor, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec.	Período de Aquisição	Período de Gozo
93	Nelson Molinski Moreira Santos	Professor	005	01/08/2005 a 01/08/2010	17/11/2014 a 16/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

RESOLUÇÃO Nº 47/2014 CMAS

Conselho Municipal de
Assistência Social
Caçador - Santa Catarina

RESOLUÇÃO Nº 47/2014, de 21 de novembro de 2014.

Dispõe sobre o processo de inscrição e funcionamento de entidades e organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos, e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador/SC e dá as providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em Assembleia Geral de 21 de novembro de 2014.

Considerando a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social;

Considerando a Lei 12101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nº 8212, de 24 de julho de 1991, 9429, de 26 de dezembro de 1996, 9732, de 11 de dezembro de 1998, 10684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2187-13, de 24 de agosto de 2001;

Considerando a Lei nº 13.014, de 21 julho de 2014 que altera as Leis no [8.742](#), de 7 de dezembro de 1993, e no [12.512](#), de 14 de outubro de 2011, para determinar que os benefícios monetários nelas previstos sejam pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar;

Considerando o Decreto Presidencial nº 6.214 de 26 de setembro de 2007 que regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências;

Considerando o Decreto Presidencial nº. 6.308, de 14 de dezembro de 2007 que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o artigo 3º da Lei 8742, de 7 de dezembro de 1993;

Considerando o Decreto Presidencial nº. 7237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando o [DECRETO Nº 8.302, DE 4 DE SETEMBRO DE 2014](#) que Revoga o Decreto nº 6.106, de 30 de abril de 2007, que dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, e revoga dispositivos do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, que aprova o Regulamento da Previdência Social;

Considerando a Lei Municipal nº. 2869, de 22 de dezembro 2011, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Assistência Social, o Fundo Municipal de Assistência Social e a revogação da Lei nº 1068 de 12 de novembro de 1996;



Conselho Municipal de
Assistência Social
Caçador - Santa Catarina

Considerando a Resolução CNAS Nº 14, DE 14 DE MAIO DE 2014 que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social;

Considerando a Resolução CNAS nº 27, de 19 de setembro de 2011, que caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social;

Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Resolução nº269, de 13 de Dezembro de 2006. Que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS;

Considerando a necessidade de regulamentar a inscrição das entidades e organizações de assistência social ou a seus programas, projetos, serviços e benefícios, no âmbito do CMAS, o que se constitui no reconhecimento público das ações realizadas pelas entidades e organizações sem fins econômicos, no âmbito da política de assistência social;

Considerando que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho;

RESOLVE:

Artigo 1º Estabelecer os parâmetros para inscrição e funcionamento das entidades ou organizações de Assistência Social do município de Caçador, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador – CMAS.

Artigo 2º A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Artigo 3º A assistência social tem por objetivos:

I – a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e



Conselho Municipal de
Assistência Social
Caçador - Santa Catarina

e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com manutenção ou de tê-la provida por sua família.

II – a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III – a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.

Artigo 4º Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, do Município de Caçador, a pessoa residente e/ou presente no município, que dele necessitar e as que são encaminhadas pelo município para instituição de atendimento socioassistencial em demais municípios.

Artigo 5º As funções da política de Assistência Social de proteção social, vigilância social e defesa dos direitos socioassistenciais são asseguradas e efetivadas mediante um processo de organização e funcionamento da rede socioassistencial, por meio de seus serviços, programas, projetos e benefícios.

Parágrafo único. Para comprovar a adesão ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) as ações socioassistenciais ofertadas deverão estar integradas aos serviços, programas e projetos prestados na Proteção Social Básica e Especial.

Artigo 6º As entidades e organizações de assistência social podem ser isolada ou cumulativamente:

I - de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal nos termos das normas vigentes;

II - de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes;

III - de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes.

Artigo 7º O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende da prévia inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social.

Artigo 8º Os critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais são, cumulativamente:



Conselho Municipal de
Assistência Social
Caçador - Santa Catarina

- I – executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;
- II- assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;
- III- garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
- IV- garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
- V- ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída;
- VI- aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetos institucionais;
- VII- elaborar plano de ação anual contendo:
 - a) finalidades estatutárias;
 - b) objetivos;
 - c) origem dos recursos;
 - d) infraestrutura;
 - e) identificação de cada serviço, programa, projeto e benefício socioassistencial informando respectivamente:
 - e.1) público alvo;
 - e.2) capacidade de atendimento;
 - e.3) recursos financeiros a serem utilizados;
 - e.4) recursos humanos envolvidos;
 - e.5) abrangência territorial;
 - e.6) demonstração da forma de como a entidade ou organização de Assistência Social fomentará, incentivará e qualificará a participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do seu plano: elaboração, execução, monitoramento e avaliação.
- VIII- ter expresso em seu relatório de atividades:
 - a) finalidades estatutárias;
 - b) objetivos;
 - c) origem dos recursos;
 - d) infraestrutura;
 - e) identificação de cada serviço, programa, projetos e benefício socioassistencial executado, informando respectivamente:
 - e.1) público alvo;
 - e.2) capacidade de atendimento;
 - e.3) recurso financeiro utilizado;
 - e.4) recursos humanos envolvidos;
 - e.5) abrangência territorial;



Conselho Municipal de
Assistência Social
Caçador - Santa Catarina

e.6) demonstração da forma de como a entidade ou organização de Assistência Social fomentou, incentivou e qualificou a participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas de execução de suas atividades, monitoramento e avaliação.

§ 1º Para fins de inscrição é vedado ao Conselho Municipal de Assistência Social fazer análise das Demonstrações Contábeis.

§ 2º Para fins de inscrição é vedado ao Conselho Municipal de Assistência Social exigir a alteração estatutária das entidades.

Art. 9º Em caso de interrupção ou encerramento de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais a entidade ou organização de Assistência Social deverá comunicar ao Conselho Municipal de Assistência Social, apresentando a motivação, as alternativas e as perspectivas para atendimento do usuário, bem como o prazo para a retomada dos serviços.

§1º O prazo de interrupção dos serviços, não poderá ultrapassar seis meses sob pena de cancelamento da inscrição da entidade ou organização de Assistência Social e/ou dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, observando o disposto no §2º deste artigo.

§2º Cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social acompanhar, discutir e encaminhar as alternativas para a retomada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais interrompidos ou encerrados.

Art. 10. A Comissão de Inscrição poderá requerer durante a tramitação, documentos e/ou informações a outros Conselhos, bem como a órgãos das três esferas de governo, com o fim de melhor instruir o processo.

Art. 11. As entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar os seguintes documentos para obtenção da inscrição:

I- requerimento, conforme anexo I;

II- cópia do estatuto social (atos constitutivos) registrada em cartório;

III- cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;

IV- plano de ação;

V- cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

Art. 12. As entidades ou organizações de Assistência Social que atuam em mais de um Município deverão inscrever os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social, apresentando os seguintes documentos:

I- requerimento, conforme o modelo anexo II;

II- plano de ação;



Conselho Municipal de
Assistência Social
Caçador - Santa Catarina

III- comprovante de inscrição no Conselho de sua sede ou onde desenvolva o maior número de atividades, nos termos do art. 8º desta Resolução.

Art. 13. As entidades ou organizações sem fins lucrativos que não tenham atuação preponderante na área da Assistência Social, mas que também atuam nessa área deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais além de demonstrar que cumprem os critérios do art. 7º e art. 8º desta Resolução, mediante apresentação de:

- I- requerimento, na forma do modelo anexo III;
- II- Cópia do estatuto social (atos constitutivos) registrado em cartório;
- III- cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;
- IV- plano de ação.

Art. 14. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I- receber e analisar a documentação respectiva aos pedidos de inscrição, que se constituem nas seguintes etapas:

- a) requerimento de inscrição;
- b) análise documental, a ser realizada pela comissão de inscrição do CMAS;
- c) visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo, a ser realizada pela comissão de fiscalização, monitoramento e avaliação do CMAS;
- d) elaboração do parecer da Comissão;
- e) pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;
- f) publicação da decisão plenária;
- g) emissão do comprovante;
- h) notificação à entidade ou organização de Assistência Social por ofício;
- i) envio de documentação ao órgão gestor para inserção dos dados no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS, conforme art. 19, inciso XI da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

II- no caso de indeferimento do requerimento de inscrição, a entidade ou organização de Assistência Social deverá ser comunicada oficialmente, contendo todas as devidas justificativas de indeferimento;



Conselho Municipal de
Assistência Social
Caçador - Santa Catarina

III- É recomendável ao Conselho Municipal de Assistência Social realizar todas as etapas de análise do processo de inscrição, para o deferimento ou indeferimento da solicitação de entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, o qual deverá ser manifestado por resolução;

IV- a execução do previsto neste artigo obedecerá à ordem cronológica do requerimento de inscrição.

Parágrafo único Em caso de visita técnica, esta deverá ser previamente agendada e em horário de expediente, emitindo um Relatório acerca das condições de funcionamento, considerando os itens presentes no Termo de Visita Técnica Institucional:

I – identificação;

II - situação da Entidade em relação ao CMAS;

III - caracterização da entidade;

IV- caracterização dos Serviços;

V- compatibilidade do trabalho desenvolvido com a documentação apresentada;

VI- período de Funcionamento;

VII – abrangência;

VIII - caracterização dos usuários/beneficiários;

IX - condições e formas de acesso dos usuários;

X- participação do usuário;

XI - articulação em rede socioassistencial e com demais políticas públicas;

XII - situação legal da entidade;

XIII - dinâmica da Diretoria;

XIV- condições de infraestrutura;

XV - atuação política da entidade;

XVI - caracterização dos recursos humanos;

XVII - situação financeira da entidade;

XVIII - organização técnico-metodológica;

XIX - informações prestadas pelo usuário;



Conselho Municipal de
Assistência Social
Caçador - Santa Catarina

XX - informações qualitativas da entidade;

XXI - encaminhamentos da visita.

Artigo 15. Após aprovada em plenária a concessão de inscrição, será elaborado o *Comprovante de Inscrição*, assinado pelo (a) Presidente (a) do Conselho, conforme anexo IV constante nesta Resolução.

Artigo 16. Às entidades de Assistência Social somente será concedida uma inscrição, no âmbito dos CMAS no País.

Artigo 17. O CMAS deverá fiscalizar as entidades inscritas, bem como os serviços, programas, projetos ou benefícios e zelar pelo cumprimento das condições que ensejaram a inscrição, nos termos desta Resolução, podendo, a qualquer tempo, determinar a apresentação de documentos, a realização de visitas ou o cumprimento de diligências.

Artigo 18. Constatada, a qualquer tempo, a inobservância de exigência estabelecida nesta Resolução, o CMAS poderá efetuar o cancelamento de inscrição concedida, assegurada o contraditório e a ampla defesa.

Artigo 19. Verificada prática de irregularidade pela entidade ou nos serviços, programas, projetos ou benefícios inscritos ou a serem inscritos, são competentes para representar, motivadamente, ao CMAS, sem prejuízo das atribuições do Ministério Público:

I - o gestor municipal ou estadual do SUAS;

II - a Secretaria da Receita Federal do Brasil;

III – os Conselhos afins;

IV - o Tribunal de Contas da União;

V - o Tribunal de Contas do Estado.

Artigo 20. A inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais é por prazo indeterminado.

§1º A inscrição poderá ser cancelada a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos requisitos, garantindo o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§2º Em caso de cancelamento da inscrição, o Conselho Municipal de Assistência Social deverá encaminhar, no prazo de cinco dias úteis, cópia do ato cancelatório ao órgão gestor, para providências junto ao Cadastro Nacional das Entidades de Assistência Social – CNEAS a que se refere a alínea “i” do inciso I, do art. 14 desta Resolução e demais providências.

§3º Da decisão que indeferir ou cancelar a inscrição a entidade poderá recorrer.

§4º O prazo recursal será aquele definido pelo Conselho Municipal de Assistência Social.



Conselho Municipal de
Assistência Social
Caçador - Santa Catarina

§5º As entidades ou organizações de Assistência Social inscritas deverão comunicar o encerramento de suas atividades, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ao Conselho Municipal de Assistência Social, no prazo de 30 dias.

Artigo 21. Somente estarão aptas a receber co-financiamento público das três esferas de governo, as entidades e organizações de assistência social devidamente inscritas no CMAS e as entidades cujos serviços, programas, projetos e benefícios estejam inscritos, de acordo com o previsto na presente Resolução.

Artigo 22. As entidades de Assistência Social inscritas deverão comunicar por carta, com aviso de recebimento, ou protocolada na Secretaria Executiva do CMAS/CAÇADOR, sempre que houver mudança de endereço e/ou fechamento desta, sob pena de ter sua inscrição cancelada.

Artigo 23. As entidades ou organizações de Assistência Social, e as que têm inscrição de serviços, programas e projetos ou benefícios, deverão apresentar anualmente, até 30 de abril, ao CMAS:

I - plano de ação do corrente ano, nos termos do inciso VII, do Artigo 8º da presente Resolução;

II - relatório de atividades do ano anterior que evidencie o cumprimento do Plano de ação, destacando informações sobre o público atendido e os recursos utilizados, nos termos do inciso VIII do Artigo 8º da presente Resolução.

Artigo 24. O CMAS deverá promover, pelo menos, uma audiência anual com as entidades ou organizações de assistência social inscritas e com as que têm inscrição dos serviços, programas, projetos ou benefícios com o objetivo de efetivar a apresentação destas à comunidade, permitindo a troca de experiências e ressaltando a atuação na rede socioassistencial e o fortalecimento do SUAS.

Artigo 25. As entidades e organizações de Assistência Social, inscritas anteriormente à publicação desta Resolução, deverão proceder o reordenamento do conjunto de suas ofertas, se necessário for, de acordo com as normativas nacionais nos prazos definidos nestas.

Artigo 26. Os casos omissos serão analisados pela Comissão de Inscrição e encaminhados à Plenária para deliberação.

Artigo 27. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Art. 28. Revoga-se a Resolução 18/2011, de 22 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina de 29/02/2012.

Caçador, 21 de novembro de 2014.

Andreia Teresinha de Almeida

Presidente do CMAS



Conselho Municipal de
Assistência Social
Caçador - Santa Catarina

ANEXO I

Requerimento de Inscrição

Senhor (a) Presidente do Conselho de Assistência Social de _____

A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer sua inscrição neste Conselho.

A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade: _____

CNPJ: _____

Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundária: _____

Data de inscrição no CNPJ ____/____/____

Endereço: _____ nº _____ Bairro _____

Município _____ UF _____ CEP _____ Tel. _____

FAX.: _____ e-mail : _____

Atividade Principal _____

Inscrição:

CONSEA: _____

CMDCA: _____

CONSELHO DO IDOSO: _____

Outros (especificar) _____

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos)



Conselho Municipal de
Assistência Social
Caçador - Santa Catarina

Relação de todos os estabelecimentos da entidade (CNPJ e endereço completo)

B - Dados do Representante Legal:

Nome: _____

Endereço: _____ nº: _____ Bairro: _____

Município: _____ UF: _____ CEP: _____ Tel.: _____

Celular: _____ e-mail: _____

RG: _____ CPF: _____ Data: nasc. ____/____/____

Escolaridade: _____

Período do Mandato: _____

C - Informações adicionais

Termos em que,

Pede deferimento.

Local _____ Data ____/____/____

Assinatura do representante legal da entidade



Conselho Municipal de
Assistência Social
Caçador - Santa Catarina

ANEXO II

Requerimento de Inscrição

Senhor (a) Presidente do Conselho de Assistência Social de _____

A entidade abaixo qualificada, **com atuação também neste município**, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer sua inscrição dos **serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais** abaixo descritos, neste Conselho.

A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade: _____

CNPJ: _____

Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundária: _____

Data de inscrição no CNPJ ____/____/____

Endereço: _____ nº _____ Bairro _____

Município _____ UF _____ CEP _____ Tel. _____

FAX.: _____ e-mail : _____

A entidade está inscrita no Conselho Municipal de _____, sob o número _____, desde ____/____/____.

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos)

B - Dados do Representante Legal:

Nome: _____

Endereço: _____ nº: _____ Bairro: _____



Conselho Municipal de
Assistência Social
Caçador - Santa Catarina

Município: _____ UF: _____ CEP: _____ Tel.: _____

Celular: _____ e-mail: _____

RG: _____ CPF: _____ Data: nasc. ____/____/____

Escolaridade: _____

Período do Mandato: _____

C - Informações adicionais

Termos em que,

Pede deferimento.

Local _____ **Data** ____/____/____

Assinatura do representante legal da entidade



Conselho Municipal de
Assistência Social
Caçador - Santa Catarina

ANEXO III

Requerimento de Inscrição

Senhor (a) Presidente do Conselho de Assistência Social de _____

A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição dos **serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais** descritos, neste Conselho.

A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade: _____

CNPJ: _____

Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundária: _____

Data de inscrição no CNPJ ____/____/____

Endereço: _____ nº _____ Bairro _____

Município _____ UF _____ CEP _____ Tel. _____

FAX.: _____ e-mail : _____

Atividade principal: _____
Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município
(descrever todos)

B - Dados do Representante Legal:

Nome: _____

Endereço: _____ nº _____ Bairro: _____

Município: _____ UF: _____ CEP: _____ Tel.: _____

Celular: _____ e-mail: _____



Conselho Municipal de
Assistência Social
Caçador - Santa Catarina

RG: _____ CPF: _____ Data: nasc. ____/____/____

Escolaridade: _____

Período do Mandato: _____

C - Informações adicionais

Termos em que,

Pede deferimento.

Local _____ **Data** ____/____/____

Assinatura do representante legal da entidade



Conselho Municipal de
Assistência Social
Caçador - Santa Catarina

ANEXO IV

Comprovante de Inscrição no Conselho Municipal

Conselho Municipal (Estadual ou do Distrito Federal) de _____

INSCRIÇÃO Nº _____

A entidade _____, CNPJ _____, com sede em _____, é inscrita neste Conselho, sob número _____, desde ____/____/____.

A entidade executa(rá) o(s) seguinte(s) serviço(s)/programa(s)/ projeto(s)/benefício(s) socioassistenciais (listar todos, constando os endereços respectivos caso a entidade os desenvolva em mais de uma unidade/estabelecimento no mesmo município):

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

Local: _____

Data ____/____/____

Assinatura do (a) Presidente do Conselho



Conselho Municipal de
Assistência Social
Caçador - Santa Catarina

ANEXO V

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DE

- () Serviços
() Programas
() Projetos
() Benefícios socioassistenciais

Conselho Municipal (Estadual ou do Distrito Federal) de _____

INSCRIÇÃO Nº _____

O(s) seguinte(s) serviço(s) socioassistencial(is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município.

_____ -

O(s) seguinte(s) programa(s) socioassistencial(is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município.

_____ -

O(s) seguinte(s) projeto(s) socioassistencial(is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município.

_____ -

O(s) seguinte(s) benefício(s) socioassistencial(is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município.

_____ -



Conselho Municipal de
Assistência Social
Caçador - Santa Catarina

Estes são/serão executados pela entidade _____, CNPJ:
_____, com sede em _____
(município/estado) _____ e encontram-se em acordo com as normativas vigentes, dentre elas, a
Resolução CNAS nº 14/2014.

A presente inscrição tem validade por tempo indeterminado.

Local: _____ Data ____/____/____

Presidente do CMAS de Caçador/SC

RESOLUÇÃO Nº 48/2014 CMAS**Resolução Nº 48/2014**

Dispõe sobre a aprovação do Edital Nº. 001/2014 que estabelece os requisitos para o recebimento, análise e parecer pela comissão e aprovação pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Caçador para celebração de convênios com entidades e organizações de Assistência Social de direito privado para execução de programa e serviços socioassistenciais, a serem cofinanciados com recursos dos governos Federal e Municipal alocados ao Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Caçador (FMAS).

- Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do Município de Caçador/SC, no uso de suas atribuições legais,

- Considerando o item XXI do artigo 37¹; os itens I² e VIII³ do artigo 167 e o artigo 194⁴ e 203⁵ da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

¹ XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

² Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

³ VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

⁴ Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento;

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

⁵ Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.



- Considerando a Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social, especialmente o artigo 2º⁶;
- Considerando os artigos 27 a 32, 40 e 116 da Lei Nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 – Normas para Licitações e Contratos da Administração Pública;
- Considerando as resoluções nº 109/2009, 16/2010, 13/2010, 10/2011, do CNAS;
- Considerando a Lei Municipal nº 2869/2011;
- Considerando a resoluções nº 47/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que dispõe sobre o processo de inscrição das entidades e organizações de Assistência Social no Conselho Municipal de Assistência Social.

RESOLVE:

Artigo 1º. Aprovar o Edital Nº. 01/2014 que estabelece os requisitos para o recebimento, análise e aprovação de projetos pelo CMAS Caçador para celebração de convênios com entidades e organizações de Assistência Social de direito privado para execução de programas e serviços socioassistenciais proteção social especial de média complexidade e proteção social especial de alta complexidade, a serem cofinanciados com recursos dos governos Federal e Municipal, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) do Município de Caçador.

⁶ Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e

e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.



Artigo 2º. O original do Edital Nº. 01/2014 será datado, rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expedir, permanecendo o mesmo na sede da Secretaria Executiva do CMAS- Conselho Municipal de Assistência Social situada na Rua Victor Baptista Adami n 275 - Centro – Caçador/SC – Telefone para contato: 49 3567-5964 – e-mail: conselhosmunicipais@cacador.sc.gov.br, e dele extraíndo-se cópias integrais ou resumidas, para sua divulgação e fornecimento aos interessados.

Artigo 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador (SC), 21 de novembro de 2014.

Andreia Teresinha de Almeida
Presidente do CMAS

Edital Nº. 01/2014 – ANEXO À RESOLUÇÃO 48/2014 CMAS

Dispõe sobre os requisitos - nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, das Leis Federais 8.742/1993, 8.666/1993 e Resolução 48/2014, da Lei Municipal 2.869/2011 e suas alterações - para o recebimento, análise e aprovação de projetos pelo CMAS de Caçador para celebração de convênios com entidade de assistência social ou organização de direito privado para execução de programas e serviços socioassistenciais de proteção social especial de média e alta complexidade, a serem cofinanciados com recursos dos Governos Federal e Municipal, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Caçador (FMAS).

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Caçador, no uso de suas atribuições legais e no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da política de Assistência Social, torna público o processo seletivo para o recebimento, análise e aprovação de projetos pelo CMAS de Caçador para celebração de convênios com entidades e organizações de Assistência Social de direito privado para execução de programas e serviços socioassistenciais de proteção social especial de média e alta complexidade, a serem cofinanciados com recursos dos Governos Federal e Municipal, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social do Município (FMAS) de Caçador, que atendam aos requisitos deste Edital.

CAPITULO I - DOS OBJETIVOS DO EDITAL:

Artigo 1º. Constitui objetivo geral do presente edital o cofinanciamento de projetos de entidades de assistência social ou organizações de direito privado que desenvolvam programas e serviços socioassistenciais de proteção social especial de média e alta complexidade.

Artigo 2º. Constituem objetivos específicos do presente edital:

1. Cumprir com as normativas da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (item XXI do artigo 37; itens I e VIII do artigo 167; artigo 194 e artigo 203), Resolução Nº 48/2014, da Lei Nº. 8.666/1993 (artigos 27 a 32, 40 e 116), da Lei Nº. 2.869/2011 e de suas alterações, no que diz respeito às competências do Conselho Municipal de Assistência Social na aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social de Caçador – FMAS e ao processo seletivo para o recebimento, análise e aprovação de projetos para celebração de convênios;

2. Estimular as entidades e organizações de Assistência Social de direito privado a se adequarem às normativas estabelecidas na Resolução Nº 48/2014, nas Leis Nº. 8.742/1993, Nº. 8.666/1993 e suas alterações, e nas normativas do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) contidas no documento Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (resolução 109);

3. Potencializar entidades e organizações de Assistência Social de direito privado voltados à proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

4. Contribuir com programas que promovam o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos destinatários da Política de Assistência Social do Município de Caçador;

5. Assegurar o atendimento ao público da Política Pública de Assistência Social através da compra de serviços não executados de forma direta pelo Poder Público Local.

Parágrafo Único: Os projetos contemplados neste edital também devem atender aos objetivos acima mencionados, naquilo que couber à especificidade de cada programa.

CAPITULO II - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Artigo 3º. Os recursos financeiros destinados às entidades e organizações de Assistência Social de direito privado obedecerão aos valores deliberados em plenária na reunião extraordinária do CMAS ocorrida no dia vinte e um de novembro de 2014, conforme segue abaixo:

COFINANCIAMENTO RECURSO DO GOVERNO FEDERAL

Programa/Serviço/Projetos	Total do recurso financeiro a ser destinado	Quantidade de entidades e/ou organizações de assistência social a serem contemplados
1-TOTAL SERVIÇO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE		
a) Serviço de proteção social especial de média complexidade - atendimento para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias.	R\$ 70.568,66	01
TOTAL MÉDIA COMPLEXIDADE	R\$ 70.568,66	01
2-TOTAL SERVIÇO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE		

a) Serviço de proteção social especial de alta complexidade/acolhimento institucional – modalidade Casa Lar – criança/adolescente.	R\$ 80.000,00	01
b) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	R\$ 30.000,00	01
TOTAL DA ALTA COMPLEXIDADE	R\$ 110.000,00	01

COFINANCIAMENTO RECURSO DO GOVERNO MUNICIPAL

Programa/Serviço/Projetos	Total do recurso financeiro a ser destinado	Quantidade de entidades e/ou organizações de assistência social a serem contemplados
2-TOTAL SERVIÇO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE		
a) Serviço de proteção social especial de alta complexidade/acolhimento institucional – modalidade Casa Lar – criança/adolescente.	R\$ 36.000,00	01
b) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	R\$ 33.000,00	01

1-TOTAL GERAL DO COFINANCIAMENTO DOS RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL/MUNICIPAL	VALORES R\$
a) Serviço de proteção social especial de média complexidade - modalidade atendimento para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias.	R\$ 70.568,66
b) Serviço de proteção social especial de alta complexidade/Acolhimento institucional – modalidade Casa Lar – criança/adolescente.	R\$ 116.000,00
c) Programa/Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	R\$ 66.000,00
TOTAL GERAL DOS RECURSOS	R\$ 252.568.66

§ 1º. Os valores acima referenciados totalizam a previsão de repasse mensal pelo MDS- Ministério Desenvolvimento Social no período de vigência deste edital, podendo sofrer alterações de acordo com os repasses do mesmo. Caso haja, no decorrer da vigência deste edital rendimento de aplicações financeiras, os mesmos serão inclusos no repasse. No repasse constaram valores de rendimentos e aplicações financeiras, Governo Federal e Municipal ao Fundo Municipal de Assistência Social, inclusive em caso de aditivos nos referidos recursos, sendo todas as alterações encaminhadas ao CMAS para deliberação e aprovação.

§ 2º. Considerar que os Recursos Federais vão ser investidos conforme resoluções destes entes federados quando publicadas em tempo hábil.

§ 3º. Entidades e organizações de assistência social de direito privado poderão concorrer ao cofinanciamento dos Governos Federal e Municipal.

CAPITULO III – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DA ENTIDADE:

Artigo 4º. Somente poderão pleitear recursos junto ao CMAS, as entidades e organizações de assistência social de direito privado que apresentarem as seguintes condições de participação:

- a) inscritos regularmente no Conselho Municipal de Assistência Social;
- b) estiverem habilitados juridicamente;
- c) que possuam qualificação técnica e econômico-financeira e estiverem regularizados perante o fisco.

§ 1º. A habilitação jurídica consistirá na apresentação da documentação relacionada abaixo:

I - Fotocópia do Estatuto ou Contrato Social, Regulamento ou Compromisso do Convenente, conforme alterações exigidas pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Novo Código Civil), devendo ser reapresentado sempre que sofrer alterações;

II – Ata de Eleição da Diretoria vigente, ou contrato social devendo ser reapresentado sempre que sofrer alterações;

III – Fotocópia da Carteira de Identidade e do CPF do responsável pela instituição;

IV - Comprovante de residência no nome do responsável pela Instituição (são documentos válidos para comprovação de residência: conta de água, luz, telefone e correspondência bancária, emitida durante os últimos 06 (seis) meses. No caso do imóvel estar em nome de terceiros, apresentar declaração do titular autenticada em Cartório);

V - Fotocópias de Alvará de Funcionamento e de Alvará Sanitário da instituição;

VI – Certidão do registro e arquivamento dos atos constitutivos no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VII - Comprovação, pela entidade, de propriedade do imóvel onde está instalada, mediante apresentação de escritura pública, registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis, em caso de os recursos solicitados destinarem-se a obras, reformas ou benfeitorias do citado imóvel;

VIII - Fotocópia do Contrato de Locação, se os recursos solicitados, ou parte deles, se destinarem ao pagamento de aluguel de imóvel locado pelo Convenente;

IX – certidão negativa de antecedentes criminais do gestor da instituição (comarca local)

§ 2º. A regularidade fiscal será averiguada pela apresentação da documentação relacionada abaixo:

I – Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (CND) Federal, da Secretaria da Receita Federal – SRF;

II - Certidão negativa de débitos estaduais;

III - Certidão negativa de débitos relativos a tributos municipais e a dívida ativa municipal (serão aceitas como legítimas as certidões negativas com efeito positivo);

IV - Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros, emitidas pela Secretaria da Receita Federal – SRF (no caso do Conveniente estar pagando ao INSS parcelas de débito renegociadas, comprovação de regular pagamento das mesmas);

V - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal;

VI - Fotocópia do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da entidade;

VII - Declaração do titular da proponente, com identificação de seu nome completo, número da carteira de identidade e de inscrição no Cadastro de Pessoa Física/MF (CPF), de que:

a) a entidade não deve prestações de contas a quaisquer órgãos ou entidades de Administrações Públicas Federal, Estadual ou Municipal; e

b) assume responsabilidade pessoal pelo recebimento, aplicação e prestação de contas dos recursos que receber à conta do Convênio (Anexo III);

VIII – certidão negativa de débitos municipal, estadual e federal do gestor da entidade conforme recurso pleiteado.

§ 3º. A qualificação técnica será examinada pela apresentação da documentação relacionada abaixo:

I – Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social ou Certificação do Conveniente em Estadual ou Federal, quando a legislação assim condicionar sua capacitação para atuar ou de firmar Convênio com a Administração Pública;

II – Comprovação de que a instituição dispõe de pessoal habilitado para execução do Projeto, quando assim exigir a natureza do objeto do Convênio, anexando comprovante de habilitação de cada profissional (diploma: graduação/pós-graduação, registro em conselhos de classe);

§ 4º. A qualificação econômico-financeira será constatada pela apresentação da documentação relacionada abaixo:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

Parágrafo único: Os documentos necessários previstos nos § 1º ao 4º poderão ser apresentados em fotocópias.

CAPITULO IV – DAS FORMALIDADES DO PROJETO:

Artigo 5º. Os projetos apresentados deverão obedecer às formalidades descritas abaixo:

a) O Projeto deve definir seu enquadramento nos serviços descritos abaixo:

Por recurso: Federal/Municipal

<ul style="list-style-type: none">• Serviço de proteção social especial de média complexidade para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias;
<ul style="list-style-type: none">• Serviço de proteção social especial de alta complexidade acolhimento institucional – -modalidade Casa Lar para crianças/adolescentes; -modalidade família acolhedora

b) Forma de apresentação dos projetos:

- ✓ Os Projetos deverão ser formatados, obrigatoriamente, no modelo do Anexo I (Plano de Trabalho).
- ✓ Os Projetos devem ser protocolados junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, sito no endereço: Avenida Santa Catarina 195- Centro;
- ✓ Será nomeada uma Comissão de Análise e julgamento para os projetos protocolados em dois (02) exemplares impressos do Anexo I (Plano de Trabalho); e

c) Prazo de execução:

- ✓ O Prazo de financiamento dos Serviços terá início em 15 DE DEZEMBRO E DEVERÁ FINDER EM 27 DE JULHO DE 2015;

d) Metodologia de trabalho:

- ✓ A metodologia de trabalho deverá se enquadrar, de acordo com a especificidade de cada serviço, nas normativas e legislação previstas no artigo 2º, objetivos específicos 2, 3 e 4.

CAPITULO V – DO PROCESSO DE SELEÇÃO:

Artigo 6º. Os projetos apresentados serão submetidos às seguintes etapas de avaliação:

a) **Avaliação quanto às condições de participação da entidade previstas no artigo 4º:** apresentação de todos os documentos obedecendo os prazos de validade quando necessário;

b) **Avaliação quanto à Formalidade do Projeto:** Exame do projeto (plano de trabalho) onde serão observados: * se há enquadramento da proposta de trabalho apresentada aos serviços previstos no edital; * se a apresentação do projeto está de acordo com Anexo I deste Edital; * se o prazo previsto para execução do serviço é o estabelecido no Edital; * se a metodologia de trabalho se enquadra nas normativas previstas no artigo 2º do presente edital, de acordo com a especificidade de cada serviço;

c) **Avaliação da planilha de aplicação de recursos:** verificação se há justificativa dos itens previstos conforme a proposta de serviço apresentado.

§ 1º. O projeto poderá ser aprovado com readequação se a comissão julgadora assim o achar necessário.

§ 2º. A comissão de avaliação será composta por 05(cinco) membros: 3(três) titulares e 2(dois) suplentes.

CAPITULO VI – DA APROVAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO:

Artigo 7º. Após as etapas de avaliação mencionadas no artigo anterior a comissão emitirá parecer que será submetido à avaliação e aprovação pela Plenária do CMAS- Conselho Municipal de Assistência Social.

Artigo 8º. A divulgação do resultado do processo de seleção será feita pelo SETOR DE LICITAÇÃO e, publicada no DOM/DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA no site: www.diariomunicipal.sc.gov.br e no SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO www.cacador.sc.gov.br.

CAPITULO VII – DA CELEBRAÇÃO DO CONVÊNIO:

Artigo 9º. Para a celebração do convênio, após apresentada toda a documentação e projeto na forma descrita neste edital pela entidade proponente, a Unidade Gestora encaminhará toda a documentação para o Setor de Convênios do Município, conforme segue:

I - a documentação referida nos artigos 4º e 5º, deste Edital;

II – declaração, do responsável pelo controle orçamentário, do crédito pelo qual correrá a despesa do convênio, bem como de que procedeu reserva de dotação orçamentária suficiente, para fazer-lhe frente;

III – atestado da Unidade Gestora, de que o proponente está com as prestações de contas regularizadas dos Convênios firmados;

IV – informações, relatórios e deliberações de órgãos e agentes responsáveis pela instrução dos procedimentos de convênio;

V – pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a formulação e execução do convênio, conforme o caso;

VI – Termo de Referência;

VII – Termo do Convênio firmado;

VIII – Termos Aditivos ao Convênio se houverem;

IX – comprovante da publicação de aviso resumido do convênio e, se for o caso, de termos aditivos.

X – minuta do projeto de lei autorizativa;

Artigo 10. É vedada, sob pena de responsabilidade pessoal do titular da Unidade Gestora, a celebração de convênio ou transferência de recursos a qualquer título, se:

I - não cumpridas as condições estabelecidas nos artigos 4º e 5º, deste Edital;

II – rejeitada qualquer prestação de contas do Conveniente, no âmbito da Administração Pública Municipal;

III – o Concedente conhecer que o proponente está inadimplente, em relação a outros convênios, ou em situação de irregularidade fiscal, inclusive para com outros Entes da Federação;

IV – visarem auxiliar no desempenho de cultos ou igrejas, salvo a exceção constitucional.

§ 1º. Se a entidade interessada enquadrar-se em situação referida nos incisos II ou III, do caput deste artigo, mas não se encontrando mais sob a administração do responsável que originou o cometimento das irregularidades, poderá ser firmado convênio com ela ou lhe realizada nova transferência, desde que comprove:

I - as medidas sócio-administrativas adotadas pelo Conveniente, em relação ao ex-administrador faltoso;

II - a instauração de “tomada de contas especial”, pelo Concedente, para apurar a responsabilidade do ex-administrador faltoso e levar o processo inerente ao julgamento do Tribunal de Contas;

III – a inscrição do nome do ex-administrador no cadastro municipal de inadimplentes, pelo serviço de contabilidade a que se vincula a Concedente;

IV - a expedição de ato, do ordenador de despesas competente, declarando regularizada a situação de inadimplência do Conveniente.

Artigo 11. O convênio conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual e a qualificação das partes convenientes e de seus respectivos representantes.

Art. 12. São cláusulas necessárias em todo convênio as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos, a que deverá se vincular o Plano de Trabalho proposto;

II - as obrigações de cada um dos partícipes;

III - o prazo de vigência previsto para consecução do objeto, dentro do qual serão aplicados os recursos financeiros transferidos;

IV - a prerrogativa de o Município, através do Concedente e do CMAS- Conselho Municipal de Assistência Social, exercer o controle e fiscalização da execução do convênio, para o que o Conveniente garanta amplo acesso, a qualquer tempo e lugar, aos servidores credenciados por estas Unidades para proceder ao levantamento e análise de atos e fatos vinculados ao convênio celebrado;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional-programática e da categoria econômica;

VI – o valor do convênio, com especificação da parcela a ser repassada pelo Concedente;

VII - a obediência ao cronograma físico financeiro, aprovado para a execução do Plano de Trabalho aprovado;

VIII - a obrigatoriedade de o Conveniente prestar contas da aplicação dos recursos financeiros recebidos, nos prazos e da forma determinadas pela legislação em vigor, juntando, ao final, relatório circunstanciado das metas afinal executadas;

IX - o eventual direito aplicável, quanto aos bens cedidos pelo Conveniente ou adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos repassados à conta do convênio, sendo cabível prever sua doação à Conveniente ou a reversão deles à Concedente, conforme justificar o interesse público;

X - os casos de rescisão do convênio, na forma da legislação aplicável;

XI - a faculdade de retratação do convênio, mediante distrato ou rescisão, a qualquer tempo, com o reconhecimento das responsabilidades assumidas e dos direitos adquiridos, durante o prazo da sua vigência;

XII - o dever de o Conveniente restituir valores ao Concedente, atualizados monetariamente, desde a data do recebimento, na forma da legislação aplicável, em caso de:

- a) não execução do objeto da avença;
- b) não apresentação da prestação de contas, no prazo exigido;
- c) aplicação dos recursos financeiros em finalidade diversa dos objetivos no convênio;
- d) configurar-se a existência de saldo relativo aos repasses efetuados, quando da extinção ou de retratação do convênio;

XIII - a proibição de o Convenente repassar os recursos recebidos a qualquer entidade, de direito público ou privado;

XIV - a obrigação de os recursos financeiros recebidos serem movimentados pelo Convenente somente através de conta bancária especial, vinculada ao convênio;

XV - o foro da Comarca de Caçador, como competente para dirimir judicialmente qualquer questão, vinculada ao convênio;

XVI - a responsabilidade do Convenente pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, resultantes da execução do convênio;

XVII - a aplicação, detalhada dos recursos, conforme Plano de Trabalho aprovado;

XVIII - a possibilidade de alteração do convênio, através de termo aditivo, mediante acordo entre as partes;

XIX - é dever de o Convenente colocar placa na entrada principal de sua sede administrativa, para informar sobre o convênio conforme o modelo que será fornecido pelo Fundo Municipal de Assistência Social.

§ 1º - O mesmo objeto não poderá integrar mais de um convênio, salvo nos casos de ações complementares, o que deverá ficar consignado na respectiva avença, com a delimitação das parcelas de respectivas responsabilidades, do principal e das que devam ser executadas à conta de instrumento complementar.

Artigo 13. Instruídos os autos, o processo com a minuta de Convênio será encaminhado à Procuradoria Geral do Município, para exame e aprovação da minuta, quanto à sua juridicidade, e para elaboração de projeto de lei e encaminhamento com a respectiva minuta à aprovação da Câmara de Vereadores;

Artigo 14. Sancionada a lei autorizativa do Convênio pelo Prefeito Municipal, o processo retornará ao Setor de Convênios do Município para a numeração do acordo, assinatura e publicação do aviso de sua celebração.

Parágrafo único: Fica a cargo da administração, convocar regularmente o interessado para assinar o termo de contrato sendo que o convocado deverá aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro de prazos e condições estabelecidos pela própria administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas Capítulo XVI e XVII do presente Edital.

§ 1º. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

§ 2º. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

§ 3º. Decorridos 60 (sessenta) dias da data da apresentação dos projetos e documentos, sem convocação para a contratação, ficam os proponentes liberados dos compromissos assumidos.

CAPITULO VIII – DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO:

Artigo 15. Mediante acordo entre as partes, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de Termo Aditivo sendo vedada a modificação de seu objeto.

Parágrafo único: as alterações previstas neste artigo deverão necessariamente ser aprovadas pela plenária do CMAS e o respectivo Conselho fará informação da decisão ao Controle Interno.

Art. 16. A alteração de convênio obedecerá aos mesmos procedimentos e trâmites previstos para a celebração do convênio, a partir de requerimento do Conveniente.

Parágrafo único - A proposta de aditivo ao convênio deverá ser protocolada, junto ao Concedente, que deverá encaminhá-lo ao Setor de Convênio do Município, antes de extinto o prazo de vigência do mesmo.

Art. 17. Excepcionalmente, justificada a necessidade de alterar a metodologia de execução do convênio, poderá o Conveniente propor reformulação do Plano de Trabalho, vedada qualquer alteração que implique mudança do objeto conveniado, em suas finalidades.

Parágrafo Único – O Concedente, por seus órgãos de instrução, observada a conveniência administrativa da alteração proposta, decidirá motivadamente sobre o pedido.

Art. 18. É nula de pleno direito alteração de convênio para incluir cláusulas ou expressões que admitam:

I - pagamento de despesas com:

a) taxas de administração, vinculadas a honorários de profissionais; de condomínio, de gerência, de contratação de estagiários e congêneres;

b) taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, decorrentes de mora no pagamento de obrigações;

c) quaisquer formas de remunerar servidores ou empregados públicos, ativos ou inativos, vinculados à Administração Direta ou Indireta municipal, ou do Interveniente;

d) finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência;

e) documento com data anterior ou posterior à sua vigência;

f) publicidade, salvo as relativas ao objeto do convênio, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, e de que não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de quaisquer cidadão, em especial autoridades, servidores públicos ou pessoas vinculadas ao Conveniente;

g) indenizações, a quaisquer títulos;

h) internet, salvo se o objeto original do convênio expressamente prever a possibilidade de autorização para este fim;

I) contrato de TV a Cabo, firmado pela Conveniente ou por particular;

II – modificação do objeto acordado, quanto aos seus fins, detalhado no Plano de Trabalho;

III – a transferência de recursos, da conta bancária específica ao convênio, para outras contas, bem como o desembolso integral dos recursos conveniados de forma não compatível com o cronograma físico financeiro da execução do objeto;

IV – o saque de recursos para pagamento de despesas, em espécie;

V – o custeio de gastos pessoais de empregados, voluntários ou membros da administração, do Conveniente, a qualquer título; ou

VI – o aluguel ou cessão de uso, pela Conveniente, de imóvel público municipal ou parte deste, cedido para o atendimento de objeto conveniado.

§ 1º - Não gera efeito legal o acordo verbal, que se diga convênio.

§ 2º - Pressupõe conhecida do Conveniente a condição de nulidade definida neste artigo e que eventual cometimento de ato, nesta condição, não lhe confere quaisquer direitos.

CAPITULO IX – DA PUBLICAÇÃO DO CONVÊNIO:

Artigo 19. A publicação resumida do instrumento de convênio ou de seus aditamentos DOM/Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo órgão responsável, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, devendo conter os seguintes dados:

I - identificação da Concedente;

II – espécie do ato, número/sigla do Concedente;

III - resumo do objeto do convênio;

IV - nome dos signatários;

V – valor do convênio e indicação do crédito orçamentário por onde correrá a despesa pública correspondente;

VI - prazo de vigência e data da assinatura.

CAPITULO X – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 20. O Concedente liberará recursos financeiros ao Conveniente mediante ordem bancária, para crédito em conta bancária aberta em seu nome e vinculada ao convênio, em instituição financeira oficial.

Parágrafo único - A conta bancária referida no caput deverá ser:

I - identificada com o nome do Conveniente;

II - movimentada através de cheques nominais ou ordens bancárias, por credor de despesa do convênio compatível com o Plano de Trabalho.

Art. 21. Os recursos, enquanto não empregados em sua finalidade e segundo as obrigações assumidas, deverão permanecer aplicados pelo Conveniente:

I - em caderneta de poupança, da instituição financeira em que tiver aberto a conta bancária do convênio, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;

II - em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, de rentabilidade diária, caso sua utilização estiver prevista para prazos menores.

Parágrafo Único - As receitas de rendimentos de aplicações financeiras, obtidas na forma deste artigo, devendo destinar-se a pagamento de gastos com a execução do convênio e ser demonstradas em separado, nas prestações de contas.

Art. 22. A transferência de recursos à Conveniente atenderá à programação financeira de desembolso do Município e ao cronograma de execução do Plano de Trabalho acordado.

Parágrafo Único - Quando a liberação dos recursos ocorrer em 3 (três) ou mais parcelas, o repasse da terceira, assim como o das demais, ficará condicionado à comprovação da prestação de contas, cujo prazo de entrega estiver vencido.

Art. 23. O Concedente suspenderá a liberação de recursos do convênio, se constatado:

I - desvio de finalidade na aplicação dos recursos;

II - atraso injustificado no cumprimento das metas ou fases programadas no Plano de Trabalho, e na utilização dos recursos;

III - práticas atentatórias à moral e aos bons costumes;

IV - não comprovada a boa e regular aplicação de parcela de convênio recebida, apurada em fiscalização realizada pelo Concedente ou órgão do Sistema de Controle Interno do Município;

V - descumprimento, pelo Conveniente, de cláusula ou condição do convênio;

VI – não apresentação de prestação de contas, vencido o prazo em que esta deveria ocorrer;

VII – falta de resposta, do Conveniente, a notificação formal para se manifestar sobre irregularidades na prestação de contas; ou

VIII - atendimento deficiente à notificação referida no inciso acima, caracterizada pela não apresentação de documentos ou esclarecimentos capazes para sanear as divergências apontadas.

Parágrafo Único – Em caso de suspensão da liberação de valores do convênio, afastado o motivo que justificou a situação, a Concedente avaliará a conveniência de repassar mais de uma parcela de uma só vez,

em vista dos objetivos conveniados, ou decidir inclusive pela supressão de valores quando justificado.

CAPITULO XI – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Artigo 24. Os recursos recebidos pela Entidade Conveniada deverão ser aplicados, conforme o Plano de Trabalho proposto aprovado em plenária do CMAS, sendo que as referidas despesas serão detalhadas no instrumento do convênio;

Artigo 25. É vedado à Conveniente:

I - realizar despesas a título de taxa de administração (despesas com honorários de contador, administrador e advogado, taxa de condomínio, taxa para contratação de estagiários e demais casos), de gerência ou similar;

II - utilizar os recursos conveniados em finalidade diversa da prevista no presente instrumento, mesmo em situação emergencial, inclusive compra de medicamentos e pagamento de dívidas trabalhistas;

III - cobrar aluguel de imóvel público, cujo uso porventura seja cedido à Conveniente;

IV - realizar despesas em data anterior ou posterior à vigência do convênio;

V - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, mormente as decorrentes de mora, bem como de custo indenizatório, a qualquer título.

VI - pagar despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social;

VII - transferir recursos da conta bancária específica, aberta para movimentação dos recursos do convênio, para outras contas, assim como efetuar saque integral destes recursos, sem que seja em obediência ao cronograma físico financeiro aprovado para a execução da avença;

VIII – efetuar saque de recursos para pagar, em espécie, despesas realizadas;

IX - pagar despesas com TV a Cabo, da instituição ou de particular;

X - custear contas pessoais de empregados, membros da administração do Conveniente ou voluntários, ou deles adquirir equipamentos, móveis, veículos ou outros quaisquer bens permanentes.

XI - Quando a entidade possuir serviços em unidades separadas é vedado o pagamento de faturas de energia elétrica, sistema de água e esgoto e aluguel de outro endereço que não seja o endereço no qual o serviço contemplado é desenvolvido;

XII - Só serão aceitos o pagamento de energia elétrica, sistema de água e esgoto e aluguel, respectivos a um mês de competência por parcela de recurso financeiro repassado, não se admitindo o adiantamento de parcelas não vencidas, sendo que o pagamento cumulativo de faturas vencidas será permitido somente quando houver atraso do repasse do recurso à entidade;

XIII - No caso de entidades com mais de um serviço contemplado com recursos financeiros pela Administração Municipal de Caçador, é vedada a utilização de recursos financeiros de um convênio com os serviços vinculados aos demais convênios estabelecidos com a entidade que não sejam o próprio serviço objeto do convênio.

CAPITULO XII – DAS OBRIGAÇÕES DA UNIDADE GESTORA E DA ENTIDADE CONVENIADA:

Artigo 26. Compete à Unidade Gestora (CONCEDENTE) durante o período de vigência do convênio:

I - repassar os recursos financeiros necessários à consecução dos fins do convênio, de acordo com o cronograma financeiro de desembolso aprovado;

II - prestar orientação técnica e supervisionar a execução de atividades conveniadas;

III - fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução dos serviços objeto do convênio;

IV - publicar o extrato do convênio no DOM/DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA;

V - analisar a regularidade das contas prestadas pela Entidade Conveniada, relativas à aplicação dos recursos transferidos.

Artigo 27. Compete à Entidade Conveniada (CONVENENTE) durante o período de vigência do convênio:

I - a execução dos serviços objeto deste convênio, responsabilizando-se pela correta aplicação dos recursos que lhe forem transferidos pela Unidade Gestora, não destinando quaisquer deles a outros fins que não os estabelecidos neste instrumento;

II - devolver à Unidade Gestora, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, corrigidos monetariamente, recursos recebidos à conta do convênio, quando:

a) não os utilizar; ou

b) for comprovada sua apropriação indébita ou aplicação em fins distintos dos previstos no convênio;

III - assumir a responsabilidade e eximir o Município de Caçador de quaisquer ônus, quanto a:

a) pagamento dos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários, inerentes à própria gestão;

b) danos que vier a causar a terceiros, na execução do convênio;

e

c) pagamentos de seguros, em geral;

IV - cumprir os prazos conveniados, relativos à aplicação dos recursos e à prestação das respectivas contas;

V – disponibilizar, aos técnicos da Unidade Gestora e do Sistema de Controle Interno, os meios, condições e documentos necessários ao acompanhamento, supervisão e fiscalização da execução do convênio;

VI - encaminhar a Unidade Gestora a prestação de contas da aplicação dos recursos transferidos, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da data de seu recebimento;

VII – manter, em instituição financeira oficial, conta corrente específica, vinculada ao convênio;

VIII - aplicar os saldos de numerários não utilizados, atinentes ao convênio:

a) em caderneta de poupança, quando a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; ou

b) em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou em operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos recursos ocorrer em prazo inferior a um mês;

IX – computar, a crédito do convênio, as receitas financeiras auferidas na forma do inciso anterior, para serem aplicadas exclusivamente no cumprimento de seu objeto, como que deverá ficar comprovado em demonstrativo específico, integrante das prestações de contas devidas;

X - não utilizar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção social e pessoal de agentes públicos, políticos ou administrativos, e de pessoas vinculadas, a qualquer título, à própria Entidade Conveniada;

XI - prestar bom atendimento aos beneficiados pela Entidade Conveniada e manter as instalações físicas em boas condições físico-sanitárias;

XII - divulgar que as atividades desenvolvidas pela Entidade Conveniada contam com o apoio financeiro da Unidade Gestora, por meio de cartazes, folders, faixas ou outros meios de divulgação, além de manter placa afixada na fachada de sua sede administrativa, com a menção da parceria mantida com o Poder Público.

CAPITULO XIII – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

Artigo 28. A fiscalização da execução do convênio, pela Unidade Gestora, pelo Departamento de Controle Interno e pelo CMAS-Conselho Municipal de Assistência Social, será implementada mediante a análise da prestação de contas da aplicação dos recursos e, suplementarmente quando necessário, pela observância, no local da prestação de serviços, do cumprimento de metas e condições previstas no Plano de trabalho.

Artigo 29. O não cumprimento do estabelecido no convênio, por parte da entidade conveniada, acarretará a denúncia do instrumento de convênio e a restituição dos recursos vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Artigo 30. Quando for prevista a liberação dos recursos em 3 (três) ou mais parcelas, o repasse da terceira parcela e seguintes ficará condicionado a apresentação da prestação de contas parcial, cujo prazo para ocorrer esteja vencido;

Artigo 31. Os comprovantes de despesas, anexadas à prestação de contas, deverão conter a citação do número do convênio.

Artigo 32. A prestação de contas, referente à única ou à última parcela transferida, será acompanhada de relatório da Entidade Conveniada, descritivo dos objetivos sociais alcançados pela execução do convênio, inclusive com as quantificações inerentes.

Artigo 33. Serão prestadas contas, pela Entidade Conveniada, da aplicação dos recursos que receber à conta do presente convênio, na forma da lei.

Artigo 34. A prestação de contas dos recursos conveniados deverá ser apresentada à Unidade Gestora, de forma individualizada segundo a parcela de recursos recebidos, no prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da data do recebimento dos mesmos, e elaborada de acordo com as Normas expedidas pela Secretaria Municipal de Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado através do Controle Interno do Município, acompanhada dos seguintes documentos:

I - Ofício ou carta de apresentação da prestação de contas, com informação do convênio e do empenho e/ou sub-empenho a que se referir;

II - Balancete da prestação de contas, conforme anexo III deste Edital, assinado pelo Presidente, Tesoureiro e/ou do Contador do Conveniente;

III - conciliação bancária, conforme modelo anexo IV deste Edital, quando for o caso;

IV - extrato de conta bancária específica, contendo a movimentação completa de depósito e retiradas, por cheques ou ordens bancárias, no período;

V - fotocópia de cada cheque ou ordem bancária emitidos, com indicação do gasto a que se vinculou;

VI - comprovante originais das despesas realizadas (nota fiscal; folha de pagamento; ordens de tráfico; bilhetes de passagem; guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, com identificação do CNPJ ou, se for o caso, RG, CPF e endereço do credor, de que deverá constar certificação do recebimento do material/serviço, da forma regulamentar;

VII - comprovante de recolhimento, ao erário municipal, de saldos de recursos não aplicados, quando houver, inclusive os provenientes de aplicações financeiras;

VIII - Nota de Empenho e Sub-Empenho, referente à parcela de recursos recebidos.

§ 1º – O comprovante de despesa deverá:

I - estar preenchido com clareza e sem rasuras capazes de comprometer sua credibilidade. Deverá ainda trazer anotado o nº do convênio e conter o certificado do recebimento das mercadorias/serviços, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital;

II – se gastos com publicidade escrita, estar acompanhado de cópia do material divulgado; se radiofônica ou televisiva, de gravação da peça veiculada;

III – no caso de aluguel autorizado no convênio, ser acompanhado de cópia do contrato de locação, em nome da Concedente, na prestação de contas da primeira parcela de recursos repassados;

IV – demonstrar a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS), em nota fiscal de prestação de serviços, de profissional autônomo;

V – no caso de pagamento de pessoal, deverá ser apresentado, na prestação de contas da primeira parcela, uma cópia simples do registro funcional de cada funcionário remunerado com recursos do convênio;

§ 2º – As Notas Fiscais conterão:

I - o nome, endereço e CNPJ do Convenente;

II - a data de realização da despesa e a discriminação precisa de seu objeto, com identificação de seus dados, como tipo do material, quantidade, marca, modelo, etc.;

III - os valores unitários e total das mercadorias adquiridas;

IV – em caso de conserto de veículo do Convenente ou compra de combustível para ele, a identificação da placa e da quilometragem registrada no hodômetro;

§ 3º - A comprovação de despesa com serviços ou compras será feita mediante apresentação da nota fiscal correspondente, em primeira via, não sendo aceito recibo.

§ 4º - A documentação de prestação de contas será autuada como processo administrativo, distinto do relativo ao convênio.

§ 5º - Das notas fiscais com compras de combustíveis, ou conserto de veículos, informarão o número da placa e a quilometragem registrada no hodômetro do veículo, sendo anexada ao processo fotocópia do CRVL - Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo.

Artigo 35. As prestações de contas de recursos conveniados serão organizadas como processo administrativo, com folhas numeradas e apresentadas ao Departamento de Controle Interno.

§ 1º - Compete ao Departamento de Controle Interno analisar as prestações de contas, quanto à consistência da documentação apresentada, à legalidade e legitimidade da aplicação dos recursos e sua consonância com o convênio, manifestando-se conclusivamente a respeito.

§ 2º - As prestações de contas serão analisadas, quanto à sua regularidade, em função dos documentos dela integrantes e, quando for o caso, mediante verificações no local de atuação do Conveniente, ou onde se fizer necessário.

§ 3º – Constatadas possíveis impropriedades em prestação de contas, antes da conclusão final a seu respeito, o DCI emitirá notificação por escrito endereçada ao conveniente, na qual constará as irregularidades apontadas e providências cabíveis, concedendo o prazo de 05 (cinco) dias contados do seu recebimento, para que o Conveniente preste os esclarecimentos que entender suficientes para demonstrar sua correção;

§ 4º - Caso o prazo mencionado no parágrafo anterior, seja insuficiente, poderá o Conveniente solicitar sua prorrogação, mediante justificativa por escrito;

Artigo 36. Aprovada a prestação de contas pelo Departamento de Controle Interno, o processo tramitará ao Concedente, para que seu titular, considerada esta conclusão:

a) emita declaração, a ser anexada aos autos, de que os recursos transferidos foram aplicados conforme o convênio, em cumprimento ao disposto no art. 44, IX, da Resolução TCSC nº 16/94;

b) determine aos setores competentes a baixa de responsabilidade do Conveniente, relativa aos recursos cujas contas foram aceitas como regulares; e

c) reencaminhe o processo de prestação de contas ao Departamento de Controle Interno o qual após análise e aprovação encaminhará uma cópia ao Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social, ficando o mesmo responsável pelo encaminhamento ao CMAS- Conselho Municipal de Assistência Social para análise e conferência.

Artigo 37. Vencido o prazo legal e não sendo prestadas as contas devidas, o Titular do Concedente notificará o Conveniente para, no prazo de 30 (trinta) dias, cumprir a citada obrigação ou recolher ao Erário os recursos que lhe foram repassados, corrigidos monetariamente e acrescidos dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro, na forma da legislação vigente.

§ 1º - Se não prestadas contas ou se não aprovadas, o Titular do Concedente determinará a suspensão imediata da liberação de novos recursos, relativa ao convênio, em tela e possíveis outros vinculados à sua Unidade, e comunicará o fato ao Controle Interno à para a adoção de outras medidas legais cabíveis.

§ 2º - Terá efeitos de não apresentada a prestação de contas:

a) com documentação incompleta, para os seus fins;

b) com documentos inidôneos para comprovar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos;

c) de que se constate fraude à execução do convênio.

Artigo 38. Os processos de prestação de contas permanecerão arquivados sob a guarda do Departamento de Controle Interno, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados da data de sua baixa na contabilidade, findo o qual poderá ser-lhes dado fim, salvo documentos deles integrantes que devam ser enviados a arquivo público, em razão de seu valor histórico.

Parágrafo Único – Quando a prestação de contas arquivada tiver sido objeto de processamento pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o prazo previsto no caput deste artigo será contado da data em que transitar em julgado a decisão daquela Corte, a respeito da referida prestação de contas.

Artigo 39. Constituirá irregularidade grave, lesiva Erário Municipal, sujeitando o Conveniente e/ou o seu responsável a tomada de contas especial:

I – deixar de prestar contas dos recursos recebidos, no prazo estabelecido;

II – não restituir ao Município:

a) recursos financeiros não aplicados na execução do convênio ou de seu objeto; ou

b) equipamentos, veículos ou máquinas cedidos, na forma e para os fins previstos na legislação vigente, uma vez encerrado o motivo da cessão;

III - o Concedente, sendo entidade de fins econômicos, mediante logro receber transferência de recursos públicos, a título de contribuição, auxílio ou subvenção social;

IV - a destinação de recursos conveniados para:

a) gastos, cuja competência de realização seja anterior à data de assinatura do Convênio;

b) estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los ou embaraçar-lhes o funcionamento.

§ 1º - O disposto no inciso IV, alínea “b” deste artigo, quanto a subvenção, não inclui a destinação de recursos para ações de colaboração para com o Município, de reconhecido interesse público, na forma da legislação vigente.

§ 2º – O recolhimento ao Erário dos recursos do convênio, em razão de ocorrência de situação prevista neste artigo, dispensa a instauração de tomada de contas especial, mas não desonera o titular do Conveniente da possibilidade de responder por eventual ato ilícito cometido, na forma da lei.

CAPITULO XIV – DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Artigo 40. A instauração e o procedimento da Tomada de Contas Especial obedecerá a legislação vigente e as normas emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado, a respeito.

Artigo 41. O Titular do Concedente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá imediatamente adotar providências com vistas à instauração de tomada de contas especial, para apuração de fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, ao conhecer do fato ou por determinação do Tribunal de Contas, quando:

I – o Conveniente deixar de prestar contas, depois de notificado da inadimplência;

II – não for aprovada a prestação de contas, em razão de:

a) inexecução parcial ou total do objeto pactuado;

b) apropriação indevida de bens e dinheiros, inerentes ao convênio, ou sua aplicação com desvio de finalidade;

c) omitir-se o Conveniente na devolução de recursos ao Erário, relativos a despesas impugnadas, no prazo estipulado;

d) não restar demonstrados os rendimentos obtidos com a aplicação financeira dos recursos transferidos e a regularidade da sua utilização, conforme o convênio;

III – prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, na execução do convênio.

Parágrafo Único - O servidor, encarregado do controle ou instrução dos processos de prestações de contas, responderá administrativamente e por omissão no cumprimento do dever legal, caso deixe de informar à autoridade superior a falta de prestação de contas ou a existência de irregularidade apurada em documentação apresentada.

Artigo 42. Caso o Conveniente apresente intempestivamente a prestação de contas ou recolha aos cofres públicos os valores inerentes, com os gravames cabíveis, será encerrado o processo de *tomada de contas especial* porventura instaurado, por deixar de se justificar, e determinado pelo Titular do Concedente:

I – no caso da prestação de contas, a sua análise e instrução, pelo setor competente;

II – quanto aos valores devolvidos, o exame de regularidade do recolhimento efetuado, para ser providenciada a baixa de responsabilidade correspondente.

CAPÍTULO XV - DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

Artigo 43. Quando constatada irregularidade no desenvolvimento dos programas pelo não cumprimento do estabelecido nas normativas e legislação mencionadas neste edital por parte da entidade conveniada, inicialmente acarretará em orientações e estabelecimento de prazo para a entidade providenciar a adequação, sendo que, posteriormente, no caso do não cumprimento das orientações e prazos, acarretará em denúncia do instrumento de convênio e/ou restituição dos recursos vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Parágrafo único. A Entidade conveniada se compromete a apresentar as informações solicitadas ao Diretor do CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social que tomará conhecimento das condições locais das entidades para o cumprimento das obrigações do objeto do convênio e, posteriormente, pela análise, acompanhamento e fiscalização da execução das ações do Convênio.

CAPÍTULO XVI – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE DESCUMPRIMENTO

Artigo 44. A ocorrência de irregularidades, que impliquem descumprimento de cláusula deste instrumento, poderá acarretar a imediata suspensão do repasse de recursos financeiros, pelo CONCEDENTE, bem como a rescisão do convênio, independente da adoção de outras medidas administrativas ou judiciais cabíveis.

Artigo 45. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora.

§ 1º. A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste edital.

§ 2º. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

§ 3º. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Artigo 46. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º. A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Secretário Municipal de Assistência Social, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Artigo 47. As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior, poderão também ser aplicadas às entidades ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da presente seleção pública;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CAPITULO XVII – DAS SANÇÕES PENAIS

Artigo 48. Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade: Pena - detenção, de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre aquele que, tendo comprovadamente concorrido para a consumação da ilegalidade, beneficiou-se da dispensa ou inexigibilidade ilegal, para celebrar contrato com o Poder Público.

Artigo 49. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação: Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Artigo 50. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato, cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Artigo 51. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do adjudicatário, durante a execução dos contratos celebrados com o Poder Público, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade, observado o disposto no art. 121 desta Lei: Pena - detenção, de dois a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. Incide na mesma pena o contratado que, tendo comprovadamente concorrido para a consumação da ilegalidade, obtém vantagem indevida ou se beneficia, injustamente, das modificações ou prorrogações contratuais.

Artigo 52. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Artigo 53. Devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo: Pena - detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa.

Artigo 54. Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem se abstém ou desiste de licitar, em razão da vantagem oferecida.

Artigo 55. Fraudar, em prejuízo da Fazenda Pública, licitação instaurada para aquisição ou venda de bens ou mercadorias, ou contrato dela decorrente:

I - elevando arbitrariamente os preços;

II - vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada;

III - entregando uma mercadoria por outra;

IV - alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

V - tornando, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato: Pena - detenção, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

Artigo 56. Admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. Incide na mesma pena aquele que, declarado inidôneo, venha a licitar ou a contratar com a Administração.

Artigo 57. Obstar, impedir ou dificultar, injustamente, a inscrição de qualquer interessado nos registros cadastrais ou promover indevidamente a alteração, suspensão ou cancelamento de registro do inscrito: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Artigo 58. A pena de multa cominada nos artigos 18 a 27 do presente Edital consiste no pagamento de quantia fixada na sentença e calculada em índices percentuais, cuja base corresponderá ao valor da vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferível pelo agente.

§ 1º. Os índices a que se refere este artigo não poderão ser inferiores a 2% (dois por cento), nem superiores a 5% (cinco por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com dispensa ou inexigibilidade de licitação.

§ 2º. O produto da arrecadação da multa reverterá, conforme o caso, ao FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CAPITULO XVIII – DO PROCESSO E DO PROCEDIMENTO JUDICIAL:

Artigo 59. Os crimes definidos no capítulo anterior deste Edital são de ação penal pública incondicionada, cabendo ao Ministério Público promovê-la, conforme artigos 101 a 108 da Lei Nº. 8.666/1993.

CAPÍTULO XIX - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

Artigo 60. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação das normativas deste Edital e/ou da legislação e normativas mencionadas no mesmo cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar das publicações, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;

d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

e) rescisão do contrato determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

II - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

III - pedido de reconsideração, de decisão de Secretário Municipal de Assistência Social, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

§ 1º. A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "e", deste artigo, excluídos os relativos a advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

§ 2º. O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

§ 3º. Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 4º. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir,

devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

§ 5º. Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

CAPÍTULO XX – DA RESCISÃO:

Artigo 61. Constitui motivo para rescisão do convênio:

- I - inexecução total ou parcial do objeto avençado;
- II - utilização de recursos transferidos, ou de bens cedidos, em desacordo com o seu objeto ou o Plano de Trabalho;
- III – não apresentação de prestação de contas, no prazo estabelecido;
- IV - desaprovação de contas relativas à aplicação de recursos repassados;
- V – cobrança de preços ou quaisquer taxas, de usuários dos serviços objeto do convênio, como condição para a prestação do atendimento devido;
- VI – descumprimento de cláusula que inviabilize a consecução de seus fins; ou
- VII – reincidência continuada de procedimento motivador da suspensão de liberação de recursos do convênio.

Artigo 62. O convênio poderá ser objeto de distrato, por acordo mútuo entre as partes.

Artigo 63. No caso de rescisão ou distrato do convênio, os saldos financeiros de posse do CONVENENTE, inclusive os provenientes de aplicações financeiras, serão recolhidos ao erário municipal, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data de sua ocorrência, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial, para apuração de responsabilidades.

CAPÍTULO XXI – DOS PRAZOS:

Aprovação da minuta da Resolução e do Edital pela plenária do CMAS;	21 de Novembro de 2014
Publicação da Resolução do CMAS informando sobre a aprovação do Edital e disponibilidade de acesso ao mesmo na sede do CMAS e através do site: www.cacador.sc.gov.br e pelo e-mail: conselhosmunicipais@cacador.sc.gov.br	24 de Novembro de 2014
Apresentação dos documentos e projetos;	Até 01 de dezembro de 2014
Processo de Seleção;	Dia 02 de Dezembro de 2014
Aprovação do Resultado do Processo de Seleção pelo CMAS- Conselho Municipal de Assistência Social;	03 de Dezembro 2014

Encaminhamento para Divulgação e Publicação do Resultado do Processo de Seleção para o Setor de Expediente;	03 de Dezembro de 2014
Encaminhamento dos Documentos para o Setor de Convênios da Administração Municipal;	04 de Dezembro de 2014
Assinatura dos Convênios com a Prefeitura Municipal de Caçador com as proponentes	05 de Dezembro de 2014
Publicação dos convênios no diário oficial do Município de Caçador	05 de Dezembro de 2014

Presidente

ANEXO I (02 exemplares impressos):

PLANO DE TRABALHO

(LOGOMARCA DA INSTITUIÇÃO CONVENIENTE)

NOME DO PROJETO

OBJETO:

(Definir em que consiste o Projeto, em no máximo uma linha)

Caçador, (ano).

1. DADOS INSTITUCIONAIS			
1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:			
NOME COMPLETO:			
ENVIADO PARA (SECRETARIA/FUNDAÇÃO/AUTARQUIA)		DATA: / /	
CNPJ:		Nº. REGISTRO NO CONSELHO:	
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
CIDADE/UF:		CEP:	
TELEFONE:		E-MAIL:	
BANCO:	AGÊNCIA:	Nº CONTA CORRENTE: (banco o	
SITE:			
1.2 – IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL:			
NOME COMPLETO:			
CPF.:		RG.:	
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
CIDADE/UF:		CEP:	
TELEFONES: /		E-MAIL:	
CARGO:	ELEITO EM: / /	VENCIMENTO DO MANDATO: / /	

2. SÍNTESE DO PROJETO
2.1. – PROJETO RESUMIDO
OBJETIVO GERAL: <i>(definir o que se pretende alcançar com o projeto, em até 2 linhas)</i>
RECURSO FINANCEIRO TOTAL SOLICITADO: R\$ ()
PERÍODO TOTAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO: () MESES
PERÍODO DE ATENDIMENTO*: () MATUTINO () VESPERTINO () NOTURNO () INTEGRAL (8H) () ININTERRUPTO (24H) <i>(Assinalar com X os turnos de atendimento)</i>
DIAS DE ATENDIMENTO: () 2ª () 3ª () 4ª () 5ª () 6ª () SÁB () DOM () TODOS OS DIAS DA SEMANA (SEG. A SEG.) <i>(Assinalar com X os dias da semana que presta atendimento)</i>

2.2. PÚBLICO ALVO				
POPULAÇÃO	TOTAL DE ATENDIMENTOS	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	LOCAL DE ATENDIMENTO	BAIRROS DE ORIGEM

• 3.PLANO DE AÇÕES

3.1 – ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

Nº.	META	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
	(Quantificar em números absolutos ou percentuais o objetivo a ser alcançado em cada ação: atendimentos, recursos materiais etc.)	(Atividades a serem desenvolvidas para execução do Projeto)	(Nome da pessoa responsável pela execução de cada ação)	(Período necessário para executar a ação)

3.2 – AVALIAÇÃO

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Será realizada avaliação dos resultados mensalmente, com acompanhamento das atividades por profissionais devidamente habilitados

(Descrever os procedimentos utilizados para avaliar a execução das atividades)

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

1. Relatório Final de atividades/mensal
2. Outros

(Indicar os instrumentos que serão utilizados para avaliar o resultado das metas definidas no quadro 2.2)

3.4 – RECURSOS HUMANOS								
NOME COMPLETO	FUNÇÃO NO PROJETO	ESCOLARIDADE (CONCLUÍDA)			ÁREA DE FORMAÇÃO	NÚMERO DO DIPLOMA DE GRADUAÇÃO OU DO REGISTRO EM CONSELHO DE CLASSE PROFISSIONAL	VÍNCULO COM A INSTITUIÇÃO	
		ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	ENSINO SUPERIOR			REMUNERADO	VOLUNTÁRIO

(Descreva de forma detalhada toda a equipe responsável pela execução do projeto) - OBRIGATÓRIO
ANEXAR COMPROVANTE DE HABILITAÇÃO DE CADA PROFISSIONAL (diploma: graduação/pós-graduação, registro em conselhos de classe etc.)
(Descreva abaixo o valor de cada parcela solicitada ao concedente, que deverá estar de acordo com as ações previstas no projeto)

PARCELA	VALOR – (R\$)	MÊS
01		Dezembro/2014
02		Janeiro/2015
03		Fevereiro/2015
04		Março/2015
05		Abril/2015
06		Maior/2015
07		Junho/2015
08		Julho/2015
TOTAL		

4.DEFERIMENTO**4.1– DEFERIMENTO SOLICITADO:**

Na qualidade de Representante Legal do proponente, peço deferimento do Plano de Trabalho ora apresentado.

Caçador (SC), de de 2014.

Ass. do(a) Convenente

4.2– MANIFESTAÇÃO DO CONCEDEENTE:

() DEFERIDO	Caçador (SC), de de 2014.
() INDEFERIDO	

Ass. do(a) Secretário(a):

Anexo II:**D E C L A R A Ç Ã O**

Na qualidade de titular e representante legal da entidade,
....., sita à Rua, no
Município de – SC, inscrita no CNPJ sob o nº,
DECLARO que;

a) a entidade não deve quaisquer prestações de contas a órgãos
ou entidades de Administrações Públicas Federal, Estadual ou
Municipal;

b) assumo o dever de, sob pena responsabilidade pessoal,
receber, aplicar e prestar contas dos recursos, que vierem a ser
transferidos à, pelo Município de
....., na forma da legislação vigente.

Por ser verdade, firmo o presente.

Município de-SC, em de..... de 20...

Assinatura do Responsável

Nome do

Responsável:.....

RG nº..... Órgão Exped. CPF/MF nº

Anexo III:

BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS					
<i>(Adiantamentos, Subvenções, Auxílios, Contribuições e Convênios)</i>					
UNIDADE GESTORA:		ORDENADOR DA DESPESA:			
MÊS	ANO	Nº PARCELA	Nº CONVÊNIO	VALOR PARCELA	DATA DEPÓSITO
				R\$	/ /
ENTIDADE:					
ENDEREÇO:					
RESPONSÁVEL:		TELEFONE P/ CONTATO:			
E-MAIL		SÍTIO INTERNET:			
OBJETO DO CONVÊNIO:					
DOCUMENTOS		HISTÓRICO		RECEBIDO	PAGOS
Nº CHEQUE	DATA NF/RECIBO	Nº NF/RECIBO	VALOR RECEBIDO	R\$	--
			RECURSOS PRÓPRIOS	R\$	--
TOTAL GERAL				R\$	R\$
CAÇADOR, ____ / ____ / ____					

Responsável pela Instituição Tesoureiro Contador
(nome legível) (nome legível) (nome legível e nº CRC)

Anexo IV:

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA				
ENTIDADE:		CONVÊNIO:		
PRESTAÇÃO DE CONTAS				
() Parcial		() Final Período:		
Banco:	Agência:	Conta Corrente:		
MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA				
DATA	CREDOR	Nº CHEQUE	SALDO	
SALDO DISPONÍVEL	R\$			
CAÇADOR		(+) Saldo constante do extrato bancário		
		(-) Cheques emitidos e não processados		

Anexo V:

Certifico que o material/serviço constante deste documento
foi recebido/prestado e está em conformidade com as
especificações nele consignadas.

Caçador/SC _____/_____/_____

Nome:

Cargo:.....

Assinatura:.....

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PR 22/14 - FMAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 022/2014 - FMAS - Ata do Sistema de Registro de Preços 012/2014 - FMAS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL AUTOMOTIVO A VAREJO ATRAVÉS DO POSTO REVENDEDOR, DESTINADO AO ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 20/11/2015

1ª Publicação.

ECM 008/2014

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 008/2014

A Prefeita Municipal de Camboriú/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 91 da Lei Orgânica e da Lei Municipal nº. 1695 de 22 de maio de 2006 faz saber a quem interessar possa que o Município de Camboriú baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento ao erário, dos valores parciais despendidos nas obras de pavimentação e drenagem pluvial, compreendendo a seguinte(s) via(s) pública(s) desta cidade:

1 - RUA MONTE PEDRA AÇU, no Bairro Monte Alegre, totalizando 1.112,40m² (Mil Cento e Doze Quarenta Metros Quadrados), tendo como confrontação os lotes relacionados no ANEXO I deste edital.

2 - PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO

Projeto Gráfico de Drenagem Pluvial e Pavimentação da referida via pública, com memorial descritivo e planilhas de quantidades e valores, para a execução dos serviços de drenagem pluvial e pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos na Lei Municipal nº. 1695/2006.

3 - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis que não aderiram ao Programa de Pavimentação Comunitária ou se recusarem a efetuar o pagamento, situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a RUA MONTE PEDRA AÇU, que foram valorizados com a execução da obra.

4 - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra (planilha em anexo a este edital), computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários

para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano desta municipalidade.

5 - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel. A municipalidade participa no custo da obra para a pavimentação da via pública em locais dentro do trecho da obra que não estão na responsabilidade dos proprietários na área beneficiada.

6 - PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será o custo este referente à obra realizada de frente seu respectivo imóvel.

7 - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

Os custos unitários e totais para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas, têm seus valores unitários referenciados na Tabela SINAPI/SC de OUT/2014, anexa a este edital, e por preços da região conforme Anexo II deste Edital de Contribuição de Melhoria, sendo que o valor total da referida obra é de R\$ 106.523,24 (Cento e Seis Mil Quinhentos e Vinte e Três Reais e Vinte e Quatro Centavos).

8 - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Secretaria Municipal de Finanças, obedecendo às seguintes condições:

8.1 - Pagamento à vista:

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião do final da obra.

8.2 - Pagamento parcelado:

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em 6 (seis) ou em 12 (doze) vezes, aplicando-se mais a atualização monetária prevista em lei, com juros de 1% (um por cento) ao mês.

9 - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Edital de Contribuição de Melhoria, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal por meio de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e número de prestações.

11 - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Municipalidade.

Camboriú, 21 de Novembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO ANEXOS LRF - RREO 5º BIMESTRE / 2014

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	121.063.500,00	121.063.500,00	27.056.454,22	22,35	126.623.884,69	104,59	-5.560.384,69
RECEITA TRIBUTÁRIA	120.540.500,00	120.540.500,00	21.552.490,17	17,88	115.198.604,62	95,57	5.341.895,38
IMPOSTOS	22.996.000,00	22.996.000,00	4.014.941,89	17,46	26.258.184,51	114,19	-3.262.184,51
TAXAS	14.820.000,00	14.820.000,00	2.361.661,57	15,94	17.169.779,96	115,86	-2.349.779,96
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	8.166.000,00	8.166.000,00	1.653.280,32	20,25	9.088.404,55	111,30	-922.404,55
	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.738.500,00	3.738.500,00	520.487,38	13,92	3.422.615,30	91,55	315.884,70
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.848.500,00	1.848.500,00	330.143,44	17,86	1.604.831,30	86,82	243.668,70
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	1.890.000,00	1.890.000,00	190.343,94	10,07	1.817.784,00	96,18	72.216,00
RECEITA PATRIMONIAL	922.000,00	922.000,00	643.004,22	69,74	3.810.465,51	413,28	-2.888.465,51
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	643.004,22	0,00	3.810.465,51	0,00	-3.810.465,51
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	922.000,00	922.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	922.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	9.726.000,00	9.726.000,00	1.690.681,80	17,38	8.514.281,75	87,54	1.211.718,25
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	78.326.000,00	78.326.000,00	13.370.737,61	17,07	66.639.884,14	85,08	11.686.115,86
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	78.219.000,00	78.219.000,00	13.040.444,52	16,67	66.188.419,05	84,62	12.030.580,95
Transf. de Pessoas	0,00	0,00	449,82	0,00	6.327,24	0,00	-6.327,24
Transf. de Conv.	107.000,00	107.000,00	329.843,27	308,26	445.137,85	416,02	-338.137,85
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.832.000,00	4.832.000,00	1.312.637,27	27,17	6.553.173,41	135,62	-1.721.173,41
Multas e Juros de Mora	713.000,00	713.000,00	224.816,54	31,53	1.099.101,79	154,15	-386.101,79
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	43.000,00	43.000,00	22.965,21	53,41	51.828,70	120,53	-8.828,70
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	3.950.000,00	3.950.000,00	1.014.948,58	25,69	5.240.875,71	132,68	-1.290.875,71
RECEITAS DIVERSAS	126.000,00	126.000,00	49.906,94	39,61	161.367,21	128,07	-35.367,21
RECEITAS DE CAPITAL	523.000,00	523.000,00	5.503.964,05	052,38	11.425.280,07	184,57	-10.902.280,07
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	1.254.100,50	410,05	1.414.974,71	497,47	-1.413.974,71
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000,00	1.000,00	1.254.100,50	410,05	1.414.974,71	497,47	-1.413.974,71
ALIENAÇÃO DE BENS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	235.200,00	520,00	-234.200,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	235.200,00	520,00	-234.200,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	521.000,00	521.000,00	4.249.863,55	815,71	9.775.105,36	876,22	-9.254.105,36
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	521.000,00	521.000,00	4.249.863,55	815,71	9.775.105,36	876,22	-9.254.105,36
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.436.500,00	2.436.500,00	484.569,11	19,89	2.372.854,70	97,39	63.645,30
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.436.500,00	2.436.500,00	484.569,11	19,89	2.372.854,70	97,39	63.645,30
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.211.500,00	2.211.500,00	450.195,59	20,36	2.195.981,70	99,30	15.518,30
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.211.500,00	2.211.500,00	450.195,59	20,36	2.195.981,70	99,30	15.518,30
RECEITA DE SERVIÇOS INTRAORÇAMENTÁRIAS	225.000,00	225.000,00	34.373,52	15,28	176.873,00	78,61	48.127,00

Continua 1/3

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.436.500,00	2.436.500,00	484.569,11	19,89	2.372.854,70	97,39
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	123.500.000,00	123.500.000,00	27.541.023,33	22,30	128.996.739,39	104,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	123.500.000,00	123.500.000,00	27.541.023,33	22,30	128.996.739,39	104,45
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	123.500.000,00	123.500.000,00	27.541.023,33	22,30	128.996.739,39	104,45
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	8.816.559,19	—	—	5.181.996,62	—
Superávit Financeiro	—	8.816.559,19	—	—	5.181.996,62	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	121.063.500,00	48.310.881,11	169.374.381,11	19.884.848,14	135.253.429,39	25.247.107,48	108.037.537,52	63,79
DESPESAS CORRENTES	108.931.800,00	16.031.128,04	124.962.928,04	15.389.751,99	103.945.604,73	19.821.950,04	92.073.180,73	73,68
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	65.068.400,00	4.404.396,77	69.472.796,77	11.357.009,22	54.198.577,91	11.361.780,09	54.168.038,32	77,97
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	500.000,00	0,00	500.000,00	27.042,01	205.179,24	27.688,65	202.447,35	40,49
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43.363.400,00	11.626.731,27	54.990.131,27	4.005.700,76	49.541.847,58	8.232.481,30	37.702.695,06	68,56
DESPESAS DE CAPITAL	10.031.700,00	32.279.753,07	42.311.453,07	4.495.096,15	31.307.824,66	5.625.157,44	15.964.356,79	37,73
INVESTIMENTOS	8.331.700,00	32.279.753,07	40.611.453,07	4.210.372,65	29.851.707,16	5.335.487,64	14.516.322,13	35,74
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.700.000,00	0,00	1.700.000,00	284.723,50	1.456.117,50	289.669,80	1.448.034,66	85,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.100.000,00	0,00	2.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Camboriú - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)									
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.436.500,00	713.767,00	3.150.267,00	457.991,30	2.457.702,49	490.642,58	2.430.496,87	77,15	719.770,13
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.211.500,00	713.767,00	2.925.267,00	455.791,30	2.252.102,49	455.791,30	2.252.102,49	76,99	673.104,51
	225.000,00	0,00	225.000,00	2.200,00	205.600,00	34.851,28	178.394,38	79,29	46.605,62
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	123.500.000,00	49.024.648,11	172.524.648,11	20.342.839,44	137.711.131,88	25.737.750,06	110.468.034,39	64,03	62.056.613,72
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	123.500.000,00	49.024.648,11	172.524.648,11	20.342.839,44	137.711.131,88	25.737.750,06	110.468.034,39	64,03	62.056.613,72
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	18.528.705,00	—	—
TOTAL (XIV) = (XI + XII)	123.500.000,00	49.024.648,11	172.524.648,11	20.342.839,44	137.711.131,88	25.737.750,06	128.996.739,39	74,77	62.056.613,72

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 5.788.638,89

FONTE:

Camboriú, 19/11/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias Prefeita Municipal	Sérgio Luiz Venâncio Secretário de Finanças	Renata Pereira Controladora	Kátia Helen Testoni Controladoria
---	--	--------------------------------	--------------------------------------

Município de CAMBORIÚ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

C/IS-AMFRI	DESPESAS COM SAÚDE EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100	Até o Bimestre (c)	% (c/a) x 100
			(b)	(b/a) x 100	(c)	(c/a) x 100
Despesas Correntes		201.419,56	161.158,46	80,01	159.670,40	79,27
Pessoal e Encargos Sociais		26.556,77	16.093,55	60,60	16.093,55	60,60
Juros e Encargos da Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes		174.862,79	145.064,91	82,96	143.576,85	82,11
Despesas de Capital		580,44	251,29	43,29	251,29	43,29
Investimentos		580,44	251,29	43,29	251,29	43,29
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (I)		202.000,00	161.409,75	79,91	159.921,69	79,17
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
			Até o Bimestre (d)	% (d/II) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/II) x 100
			(d)	(d/II) x 100	(f)	(f/II) x 100
Despesas com Assistência à Saúde que não Atende ao Princípio Universal			0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Custeadas com Outros Recursos			0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS			0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito			0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos			0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Ações e Serviços não Computados			0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira			0,00	0,00	-	-
Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados			0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em Ações e Serviços de Saúde em Exercícios Anteriores			0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (II)			0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = (I-II)			161.409,75		159.921,69	

FONTE:

CAMBORIÚ, 20/11/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Márcia Regina Oliveira Freitag
Secretária da Saúde

Kátia Helen Testoni
Controladora

Renata Pereira
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	17.861.000,00	17.861.000,00	21.472.310,47	120,22
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	6.000.000,00	6.000.000,00	7.210.749,60	120,18
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	5.000.000,00	5.000.000,00	6.451.521,88	129,03
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.500.000,00	3.500.000,00	3.254.381,10	92,98
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	320.000,00	320.000,00	253.127,38	79,10
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	31.000,00	31.000,00	235.430,80	759,45
Dívida Ativa dos Impostos	2.950.000,00	2.950.000,00	4.060.230,06	137,63
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	60.000,00	60.000,00	6.869,65	11,45
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	41.400.000,00	41.400.000,00	31.425.496,18	75,91
Cota-Parte FPM	27.000.000,00	27.000.000,00	18.487.489,66	68,47
Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	11.589,21	115,89
Cota-Parte IPVA	4.200.000,00	4.200.000,00	4.261.161,57	101,46
Cota-Parte ICMS	10.000.000,00	10.000.000,00	8.502.450,44	85,02
Cota-Parte IPI-Exportação	140.000,00	140.000,00	129.817,78	92,73
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	50.000,00	50.000,00	32.987,52	65,98
Desoneração ICMS (LC 87/96)	50.000,00	50.000,00	32.987,52	65,98
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	59.261.000,00	59.261.000,00	52.897.806,65	89,26

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	7.375.000,00	7.375.000,00	9.279.835,68	125,83
Provenientes da União	6.814.000,00	6.814.000,00	8.544.803,84	125,40
Provenientes dos Estados	561.000,00	561.000,00	735.031,84	131,02
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	7.375.000,00	7.375.000,00	9.279.835,68	125,83

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	19.714.000,00	22.905.119,56	18.031.638,75	78,72	16.514.010,70	72,10
Pessoal e Encargos Sociais	12.333.000,00	13.782.056,77	10.287.577,50	74,64	10.280.523,39	74,59
Outras Despesas Correntes	7.381.000,00	9.123.062,79	7.744.061,25	84,88	6.233.487,31	68,33
DESPESAS DE CAPITAL	513.000,00	6.912.169,63	6.377.939,79	92,27	2.906.499,33	42,05
Investimentos	513.000,00	6.912.169,63	6.377.939,79	92,27	2.906.499,33	42,05

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	513.000,00	6.912.169,63	6.377.939,79	92,27	2.906.499,33	42,05
Investimentos	513.000,00	6.912.169,63	6.377.939,79	92,27	2.906.499,33	42,05
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	20.227.000,00	29.817.289,19	24.409.578,54	81,86	19.420.510,03	65,13
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	7.375.000,00	13.478.900,00	11.039.443,61	45,23	7.451.440,42	38,37
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	7.375.000,00	13.478.900,00	11.039.443,61	45,23	7.451.440,42	38,37
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	-	0,00	0,00	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	7.375.000,00	13.478.900,00	11.039.443,61	45,23	7.451.440,42	38,37
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	12.852.000,00	16.338.389,19	13.370.134,93	36,64	11.969.069,61	26,76
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						
			4.034.398,61			

Continua 2/4

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013	1.185.022,66	34.021,20	245.680,99	939.341,67	0,00			
TOTAL	1.185.022,66	34.021,20	245.680,99	939.341,67	0,00			
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS							
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)				
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00		0,00				
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00				
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
	LIMITE NÃO CUMPRIDO							
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)				
	-	-		-				
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Epidemiológica TOTAL	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
	17.955.000,00 1.622.000,00 650.000,00	27.214.589,19 1.913.500,00 689.200,00	22.464.122,60 1.362.250,46 583.205,48	92,03 5,58 2,39	18.029.549,05 873.414,26 517.546,72	92,84 4,50 2,66		
	20.227.000,00	29.817.289,19	24.409.578,54	100,00	19.420.510,03	100,00		

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de Camboriú - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

Camboriú, 20/11/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Kaia Helen Testoni
Controladoria

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC 028070/O-6

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESES DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Camboriú, 20/11/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC 028070/O-6

Kaíta Helen Testoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	123.500.000,00	
Previsão Atualizada		—	123.500.000,00	
Receitas Realizadas		27.541.023,33	128.996.739,39	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	5.181.996,62	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	123.500.000,00	
Créditos Adicionais		—	49.024.648,11	
Dotação Atualizada		—	172.524.648,11	
Despesas Empenhadas		20.342.839,44	137.711.131,88	
Despesas Liquidadas		25.737.750,06	110.468.034,39	
Superavit Orçamentário		—	18.528.705,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		20.342.839,44	137.711.131,88	
Despesas Liquidadas		25.737.750,06	110.468.034,39	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			136.785.747,21	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		1.014.090,38	5.788.638,89	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		280.726,36	1.341.132,64	
Liquidadas		280.726,36	1.341.132,64	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		733.364,02	4.447.506,25	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-505.368,36	-13.354.647,12	2.642,56
Resultado Primário		1.276.000,00	14.718.546,79	1.153,49
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	5.274.569,10	373.976,04	3.688.617,99	1.211.975,07
EXECUTIVO	4.653.984,56	373.976,04	3.070.776,35	1.209.232,17
LEGISLATIVO	377.048,91	0,00	374.306,01	2.742,90
EXECUTIVO	243.535,63	0,00	243.535,63	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	496.518,05	80,00	496.260,50	177,55
EXECUTIVO	469.088,85	80,00	469.008,85	0,00
LEGISLATIVO	27.429,20	0,00	27.251,65	177,55
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	68.795,28	68.795,28	0,00	0,00
EXECUTIVO	68.795,28	68.795,28	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	170.626,95	0,00	170.626,95	0,00
EXECUTIVO	169.116,11	0,00	169.116,11	0,00
LEGISLATIVO	1.510,84	0,00	1.510,84	0,00
TOTAL:	6.010.509,38	442.851,32	4.355.505,44	1.212.152,62

Continua 1/2

Município de Camboriú - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		11.197.259,98	25%	21,17
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		24.031.715,01	60%	82,33
Liquidadas		24.031.715,01		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			1.414.974,71	-1.413.974,71
Despesa de Capital Líquida			15.964.356,79	26.347.096,28
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			235.200,00	-234.200,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		11.969.069,61	15,00	22,63
Liquidadas		11.969.069,61		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Camboriú, 20/11/2014

 Luzia Lourdes Coppi Mathias
 Prefeita Municipal

 Sérgio Luiz Venâncio
 Secretário de Finanças

 Renata Pereira
 Contadora - CRC 028070/O-6

 Kaita Helen Testoni
 Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)					R\$ 1,00				
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	121.063.500,00	169.374.381,11	19.884.848,14	135.253.429,39	25.247.107,48	108.037.537,52	97,80	63,79	61.336.843,59
Legislativa	3.479.500,00	3.678.500,00	410.810,25	2.298.354,07	476.821,75	2.170.495,14	1,96	59,00	1.508.004,86
Ação Legislativa	3.479.500,00	3.678.500,00	410.810,25	2.298.354,07	476.821,75	2.170.495,14	1,96	59,00	1.508.004,86
Judiciária	519.000,00	763.000,00	63.096,65	636.761,66	65.320,65	633.530,44	0,57	83,03	129.469,56
Ação Judiciária	201.000,00	201.000,00	0,00	193.956,81	0,00	193.956,81	0,18	96,50	7.043,19
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	318.000,00	562.000,00	63.096,65	442.804,85	65.320,65	439.573,63	0,40	78,22	122.426,37
Administração	10.804.900,00	12.381.700,00	898.646,10	10.479.799,99	1.814.829,06	8.739.353,23	7,91	70,58	3.642.346,77
Administração Geral	8.642.900,00	10.100.900,00	711.082,66	8.661.910,72	1.530.153,18	7.102.037,72	6,43	70,31	2.998.862,28
Administração Financeira	1.576.000,00	1.689.800,00	154.335,56	1.290.589,06	218.440,56	1.134.564,82	1,03	67,14	555.235,18
Normalização e Fiscalização	158.000,00	163.000,00	19.234,08	133.400,21	19.635,27	133.110,21	0,12	81,66	29.889,79
Comunicação Social	428.000,00	428.000,00	13.993,80	393.900,00	46.600,05	369.640,48	0,33	86,36	58.359,52
Segurança Pública	824.500,00	1.669.960,48	210.209,48	921.142,35	194.907,27	665.906,00	0,60	39,88	1.004.054,48
Policimento	495.500,00	581.500,00	21.560,02	276.347,47	37.552,60	211.746,78	0,19	36,41	369.753,22
Defesa Civil	329.000,00	1.088.460,48	188.649,46	644.794,88	157.354,67	454.159,22	0,41	41,72	634.301,26
Assistência Social	4.296.500,00	5.388.631,00	550.654,89	4.299.041,74	895.726,76	3.668.449,24	3,32	68,08	1.720.181,76
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.125.000,00	1.352.500,00	0,00	1.352.047,88	175.078,25	949.038,17	0,86	70,17	403.461,83
Assistência Comunitária	3.171.500,00	4.036.131,00	550.654,89	2.946.993,86	720.648,51	2.719.411,07	2,46	67,38	1.316.719,93
Previdência Social	2.400.000,00	2.400.000,00	265.230,06	1.378.279,88	280.726,36	1.341.132,64	1,21	55,88	1.058.867,36
Previdência do Regime Estatutário	2.400.000,00	2.400.000,00	265.230,06	1.378.279,88	280.726,36	1.341.132,64	1,21	55,88	1.058.867,36
Saúde	21.607.000,00	31.397.289,19	3.122.081,82	25.511.638,55	4.765.292,49	20.412.897,37	18,48	65,01	10.984.391,82
Atenção Básica	17.735.000,00	26.994.589,19	2.812.228,96	22.293.483,59	4.089.965,49	17.860.772,24	16,17	66,16	9.133.816,95
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.622.000,00	1.913.500,00	237.953,49	1.362.250,46	224.345,09	873.414,26	0,79	45,64	1.040.085,74
Vigilância Epidemiológica	650.000,00	689.200,00	71.899,37	583.205,48	126.762,85	517.546,72	0,47	75,09	171.653,28
Alimentação e Nutrição	1.600.000,00	1.800.000,00	0,00	1.272.699,02	324.219,06	1.161.164,15	1,05	64,51	638.835,85
Educação	41.289.000,00	53.320.838,83	8.811.277,74	42.290.904,16	8.775.659,23	36.619.546,39	33,15	68,68	16.701.292,44
Ensino Fundamental	25.275.000,00	31.953.712,00	5.741.683,94	26.593.965,36	5.335.436,80	21.885.185,04	19,81	68,49	10.068.526,96
Educação Infantil	15.953.000,00	21.306.126,83	3.069.593,80	15.666.938,80	3.430.222,43	14.704.361,35	13,31	69,01	6.601.765,48
Educação de Jovens e Adultos	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Educação Especial	50.000,00	50.000,00	0,00	30.000,00	10.000,00	30.000,00	0,03	60,00	20.000,00
Cultura	835.500,00	1.259.300,00	225.172,17	1.127.882,25	236.027,86	1.063.272,85	0,96	84,43	196.027,15
Difusão Cultural	835.500,00	1.259.300,00	225.172,17	1.127.882,25	236.027,86	1.063.272,85	0,96	84,43	196.027,15

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Urbanismo	121.063.500,00	169.374.381,11	19.884.848,14	135.253.429,39	25.247.107,48	108.037.537,52	97,80	63,79
Infra-Estrutura Urbana	10.890.500,00	26.631.363,61	2.751.046,14	22.067.452,86	3.538.776,47	13.051.220,85	11,81	49,01
Serviços Urbanos	9.907.000,00	25.274.363,61	2.585.978,14	21.055.398,01	3.388.386,68	12.188.529,38	11,02	48,15
Habitação	983.500,00	1.357.000,00	165.068,00	1.012.054,85	150.409,79	882.691,47	0,80	65,05
Habitação Urbana	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	14.485.000,00	19.605.000,00	1.482.066,63	16.736.419,54	2.920.475,04	12.806.877,22	11,59	65,32
Gestão Ambiental	14.485.000,00	19.605.000,00	1.482.066,63	16.736.419,54	2.920.475,04	12.806.877,22	11,59	65,32
Preservação e Conservação Ambiental	536.500,00	779.900,00	197.459,29	536.185,56	131.953,92	434.013,72	0,39	55,65
Agricultura	536.500,00	779.900,00	197.459,29	536.185,56	131.953,92	434.013,72	0,39	55,65
Extensão Rural	1.065.000,00	1.145.000,00	151.124,20	909.799,82	158.132,02	881.256,34	0,80	76,97
Comércio e Serviços	1.065.000,00	1.145.000,00	151.124,20	909.799,82	158.132,02	881.256,34	0,80	76,97
Turismo	1.084.100,00	1.523.598,00	64.199,58	1.373.102,41	165.369,81	1.353.704,91	1,23	88,85
Desporto e Lazer	1.084.100,00	1.523.598,00	64.199,58	1.373.102,41	165.369,81	1.353.704,91	1,23	88,85
Desporto Comunitário	1.442.500,00	1.626.300,00	70.007,63	1.525.367,81	266.949,74	1.322.163,36	1,20	81,30
Encargos Especiais	1.442.500,00	1.626.300,00	70.007,63	1.525.367,81	266.949,74	1.322.163,36	1,20	81,30
Serviço da Dívida Interna	3.400.000,00	3.700.000,00	611.765,51	3.161.296,74	560.139,05	2.873.717,82	2,60	77,67
Outros Encargos Especiais	2.200.000,00	2.200.000,00	311.765,51	1.661.296,74	317.358,45	1.650.482,01	1,49	75,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.200.000,00	1.500.000,00	300.000,00	1.500.000,00	242.780,60	1.223.235,81	1,11	81,55
	2.100.000,00	2.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	2.436.500,00	3.150.267,00	457.991,30	2.457.702,49	490.642,58	2.430.496,87	2,20	77,15
Ação Legislativa	20.500,00	21.500,00	3.066,35	16.971,96	3.275,77	16.479,00	0,01	76,65
Judiciária	20.500,00	21.500,00	3.066,35	16.971,96	3.275,77	16.479,00	0,01	76,65
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	3.500,00	3.500,00	355,59	1.640,95	355,59	1.640,95	0,00	46,88
Administração	3.500,00	3.500,00	355,59	1.640,95	355,59	1.640,95	0,00	46,88
Administração Geral	126.500,00	126.500,00	15.117,48	99.742,41	19.701,56	93.117,21	0,08	73,61
Administração Financeira	90.000,00	90.000,00	9.315,86	71.983,31	13.899,94	65.358,11	0,06	72,62
Normalização e Fiscalização	34.000,00	34.000,00	5.522,20	26.445,97	5.522,20	26.445,97	0,02	77,78
Comunicação Social	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2.000,00	2.000,00	279,42	1.313,13	279,42	1.313,13	0,00	65,66

Continua 2/4

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Assistência Social	2.436.500,00	3.150.267,00	457.991,30	2.457.702,49	490.642,58	2.430.486,87	2,20	77,15
Assistência Comunitária	41.000,00	41.000,00	8.850,06	37.028,73	9.006,77	37.021,63	0,03	90,30
Saúde	220.000,00	220.000,00	8.850,06	37.028,73	9.006,77	37.021,63	0,03	90,30
Atenção Básica	220.000,00	220.000,00	33.214,54	170.639,01	33.891,54	168.776,81	0,15	76,72
Educação	220.000,00	220.000,00	33.214,54	170.639,01	33.891,54	168.776,81	0,15	76,72
Ensino Fundamental	1.825.000,00	2.537.767,00	372.598,69	1.990.809,62	395.050,39	1.975.968,74	1,79	77,86
Educação Infantil	1.145.000,00	1.687.767,00	246.445,17	1.344.578,50	261.183,69	1.336.686,01	1,21	79,20
Cultura	680.000,00	850.000,00	126.153,52	648.231,12	133.866,70	639.282,73	0,58	75,21
Difusão Cultural	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	125.000,00	125.000,00	18.141,81	87.288,72	18.141,81	87.288,72	0,08	69,83
Serviços Urbanos	110.000,00	110.000,00	15.209,51	73.966,11	15.209,51	73.966,11	0,07	67,24
Saneamento	15.000,00	15.000,00	2.932,30	13.322,61	2.932,30	13.322,61	0,01	88,82
Saneamento Básico Urbano	15.000,00	15.000,00	2.456,66	11.079,97	2.456,66	11.079,97	0,01	73,87
Gestão Ambiental	15.000,00	15.000,00	2.456,66	11.079,97	2.456,66	11.079,97	0,01	73,87
Preservação e Conservação Ambiental	2.000,00	2.000,00	200,00	800,00	79,98	608,47	0,00	30,42
Agricultura	2.000,00	2.000,00	200,00	800,00	79,98	608,47	0,00	30,42
Extensão Rural	16.000,00	16.000,00	2.735,09	13.108,48	2.735,09	13.108,48	0,01	81,93
Comércio e Serviços	16.000,00	16.000,00	2.735,09	13.108,48	2.735,09	13.108,48	0,01	81,93
Turismo	7.000,00	7.000,00	1.255,03	3.592,64	1.255,03	3.592,64	0,00	51,32
Desporto e Lazer	7.000,00	7.000,00	1.255,03	3.592,64	1.255,03	3.592,64	0,00	51,32
Desporto Comunitário	31.000,00	31.000,00	0,00	25.000,00	4.692,39	21.814,25	0,02	70,37
	31.000,00	31.000,00	0,00	25.000,00	4.692,39	21.814,25	0,02	70,37

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.436.500,00	3.150.267,00	457.991,30	2.457.702,49	490.642,58	2.430.496,87	2,20	77,15
Desporto e Lazer	31.000,00	31.000,00	0,00	25.000,00	4.692,39	21.814,25	0,02	70,37
Desporto Comunitário	31.000,00	31.000,00	0,00	25.000,00	4.692,39	21.814,25	0,02	70,37
TOTAL (III) = (I + II)	123.500.000,00	172.524.648,11	20.342.839,44	137.711.131,88	25.737.750,06	110.468.034,39	100,00	64,03

FONTE:

Camboriú, 20/11/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias	Sérgio Luiz Venâncio	Renata Pereira
Prefeita Municipal	Secretário de Finanças	Contadora - CRC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni
Controladoria

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Camboriú - SC

RELATÓRIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Set/2014	Out/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	11.518.599,84	13.360.043,89	12.703.115,32	15.672.156,66	12.015.727,86	12.405.309,46	12.255.357,85	11.070.351,87	11.307.358,42	11.345.240,75	11.242.052,37	11.467.124,26	146.362.441,55
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.776.524,71	1.752.332,72	2.350.452,88	5.892.281,02	2.979.612,61	2.678.074,97	2.268.491,87	2.099.310,73	2.024.700,86	1.860.317,68	2.043.235,23	1.971.706,66	22.996.000,00
I.P.T.U.	69.485,41	25.315,84	321.767,39	3.865.948,28	939.981,92	667.767,13	304.895,38	251.389,72	228.647,53	165.680,34	173.666,12	170.003,79	6.000.000,00
I.R.R.F.	28.519,16	198.021,34	0,00	25.463,73	27.044,75	25.960,28	28.435,76	31.799,58	29.841,37	28.089,27	27.600,06	28.272,58	477.667,88
I.S.S.	368.220,04	273.549,09	303.382,83	337.832,05	320.788,43	333.347,29	332.695,51	347.781,09	250.524,73	327.842,83	359.818,17	340.288,17	3.600.000,00
I.T.B.I.L	519.052,24	415.845,10	867.200,46	661.593,12	633.734,78	633.716,85	572.188,52	611.644,69	636.242,63	524.210,15	574.518,10	686.482,58	5.000.000,00
Outras Receitas Tributárias	791.247,86	841.601,35	868.102,20	970.353,84	1.058.082,73	967.663,42	1.030.286,70	886.895,65	879.444,60	814.495,09	907.530,78	745.646,54	8.176.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	317.255,25	458.809,60	335.202,40	422.788,21	365.994,26	359.413,19	347.508,83	383.725,03	352.973,93	354.521,97	340.983,66	179.503,72	3.738.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	174.378,16	216.049,96	199.112,79	363.642,22	317.042,28	434.892,03	543.976,38	327.518,71	405.441,40	576.635,48	313.500,89	329.503,33	922.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	819.387,08	859.675,68	767.996,92	889.068,65	844.373,76	919.766,76	887.167,23	830.919,00	827.430,39	856.877,24	826.031,03	864.650,77	9.726.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.678.688,60	8.007.500,61	8.059.631,31	7.362.436,33	6.824.162,57	7.383.666,20	7.699.673,36	6.921.334,34	6.852.068,07	7.294.181,09	7.094.457,50	7.432.966,57	86.606.000,00
Cota-Parte do FPM	1.982.303,50	2.023.974,65	2.379.325,46	2.540.771,59	1.507.173,15	1.720.184,40	2.262.357,23	1.719.119,96	1.476.506,52	1.793.704,22	1.572.331,72	1.486.015,41	27.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	900.298,56	897.285,98	883.974,47	838.355,61	846.110,66	828.303,72	844.378,79	851.315,73	792.143,58	830.040,38	880.268,97	907.558,53	10.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	247.439,03	196.505,42	258.137,91	324.607,52	371.404,11	480.455,25	481.811,63	460.828,54	534.960,35	455.973,25	460.381,05	432.601,96	4.200.000,00
Cota-Parte do ITR	1.639.511	238.511	94,14	353,88	66,40	106,78	98,09	36,80	44,67	549,98	2.769,66	7.468,81	10.000,00
Outras Transferências Correntes	1.533.716,93	1.870.807,10	1.445.036,32	642.136,96	1.317.941,54	1.547.522,74	1.012.138,41	986.161,80	1.357.379,44	1.336.100,33	1.243.013,42	1.531.927,85	12.206.000,00
Transferências da LC 61/1989	13.842,09	14.794,20	13.870,33	11.742,97	11.474,38	12.492,79	13.587,95	12.941,81	13.293,27	13.704,46	12.896,63	13.811,19	140.000,00
Transferências da LC 87/1996	3.677,61	3.677,61	3.665,28	3.665,28	0,00	3.665,28	3.665,28	3.665,28	3.665,28	3.665,28	3.665,28	3.665,28	50.000,00
Transferências do FUNDEB	3.015.760,37	3.000.217,14	3.075.427,40	3.000.802,52	2.769.992,33	2.790.935,24	3.051.635,98	2.887.884,42	2.674.072,96	2.860.443,19	2.919.130,77	3.049.917,54	33.000.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	752.366,04	2.065.675,32	990.822,02	651.940,23	684.542,38	629.486,31	598.540,08	526.944,06	844.743,77	403.507,29	623.844,06	688.793,21	4.832.000,00
DEDUÇÕES (II)	769.743,46	916.926,38	852.137,43	923.070,96	703.486,88	767.455,65	883.579,19	769.668,63	723.718,27	780.176,69	749.977,97	736.851,93	10.126.500,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	143.905,42	289.544,70	144.324,14	179.075,77	156.241,35	158.414,21	156.399,59	159.387,20	159.596,32	160.649,28	163.515,52	166.627,92	1.848.500,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	625.838,04	627.381,68	707.813,29	743.955,19	547.245,53	609.041,44	727.179,60	609.381,43	584.122,95	619.527,31	586.462,45	570.224,01	8.280.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	10.748.856,38	12.443.117,51	11.850.980,89	14.749.085,70	11.312.240,98	11.637.853,81	11.371.778,66	10.300.783,24	10.583.639,15	10.565.064,16	10.492.074,40	10.730.272,33	118.692.000,00

FONTE:

Camboriú, 19/11/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias Prefeita Municipal	Sérgio Luiz Venâncio Secretário de Finanças	Renata Pereira Contadora - CRC 02.8070/O-6
Kaila Helen Testoni Controladora		

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00	
RECEITAS		RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	
			No Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)			Até o Bimestre/2014
RECEITAS CORRENTES	2.188.500,00	2.188.500,00	3.592.657,19
Recita de Contribuições dos Segurados	2.188.500,00	2.188.500,00	3.592.657,19
Pessoal Civil	1.848.500,00	1.848.500,00	1.604.831,30
Ativo	1.848.500,00	1.848.500,00	1.604.831,30
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Recita Patrimonial	320.000,00	320.000,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	320.000,00	320.000,00	233.751,35
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Correntes	20.000,00	20.000,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	20.000,00	20.000,00	0,00
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.211.500,00	2.211.500,00	450.195,59
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	4.400.000,00	4.400.000,00	1.014.090,38
			5.788.638,89
			1.741.357,56
			3.840.873,76
DESPESAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)			1.028.668,73
ADMINISTRAÇÃO	2.400.000,00	2.400.000,00	87.828,02
Despesas Correntes	20.000,00	20.000,00	1.280,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	20.000,00	20.000,00	11.458,00
Pessoal Civil	2.380.000,00	2.380.000,00	1.339.852,64
Aposentadorias	0,00	0,00	1.280,00
Pensões	0,00	0,00	1.339.852,64
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	1.247.728,63
Pessoal Militar	0,00	0,00	1.064.587,75
Reformas	0,00	0,00	183.140,88
	0,00	0,00	157.674,72
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,0	

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Camboriú - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	2.380.000,00	2.380.000,00	20.146,50	92.124,01
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	2.380.000,00	2.380.000,00	20.146,50	92.124,01
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	2.400.000,00	2.400.000,00	280.726,36	1.341.132,64
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	2.000.000,00	2.000.000,00	733.364,02	4.447.506,25
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
Valor			2.000.000,00

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
BENS E DIREITOS DO RPPS	SETEMBRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2014	2013
Bancos Conta Movimento	3.444,73	1.673,45	4.464,22
Investimentos	22.335.394,53	22.875.128,96	17.592.442,22

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	2.211.500,00	2.211.500,00	2.195.981,70
RECEITAS CORRENTES (VII)	2.211.500,00	2.211.500,00	2.195.981,70
Recetta de Contribuições Patronais	2.211.500,00	2.211.500,00	2.195.981,70
Pessoal Civil	2.211.500,00	2.211.500,00	2.195.981,70
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Camboriú - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VII + IX - X)	2.211.500,00	2.211.500,00	450.195,59	2.195.981,70
				1.741.357,56
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	0,00	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Camboriú, 19/11/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias Prefeita Municipal	Sérgio Luiz Venâncio Secretário de Finanças	Renata Pereira Contadora - CRC 028070/O-6	Kaita Helen Testoni Controladoria
---	--	--	--------------------------------------

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.535.830,95	1.538.340,30	2.502.771,00
DEDUÇÕES (II)	17.099.683,77	29.107.345,10	30.421.270,94
Disponibilidade de Caixa Bruta	17.766.740,51	29.117.737,40	30.424.547,91
Demais Haveres Financeiros	88,26	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	667.145,00	10.392,30	3.276,97
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-14.563.852,82	-27.569.004,80	-27.918.499,94
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-14.563.852,82	-27.569.004,80	-27.918.499,94

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
VALOR	-349.495,14	-13.354.647,12

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-505.368,36

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	13.889.325,31	13.889.325,31	13.889.325,31
Passivo Atuarial	13.889.325,31	13.889.325,31	13.889.325,31
DEDUÇÕES (VIII)	18.476.060,01	22.198.613,31	22.876.802,41
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.287,18	3.765,94	1.673,45
Investimentos	18.474.772,83	22.194.847,37	22.875.128,96
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-4.586.734,70	-8.309.288,00	-8.987.477,10
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-4.586.734,70	-8.309.288,00	-8.987.477,10

FONTE:

Camboriú, 20/11/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	122.055.000,00	21.394.055,06	113.760.993,81	100.234.643,31
Receita Tributária	22.996.000,00	4.014.941,89	26.258.184,51	20.759.012,53
I.P.T.U.	6.000.000,00	343.671,91	7.210.749,60	6.044.650,37
I.S.S.	3.500.000,00	700.116,34	3.254.381,10	3.212.812,08
I.T.B.I.	5.000.000,00	1.261.000,68	6.451.521,88	4.471.960,34
I.R.R.F.	320.000,00	56.872,64	253.127,38	232.763,41
Outras Receitas Tributárias	8.176.000,00	1.653.280,32	9.088.404,55	6.796.826,33
Receita de Contribuição	5.950.000,00	970.682,97	5.618.597,00	4.613.818,41
Receitas Previdenciárias	4.060.000,00	780.339,03	3.800.813,00	3.214.814,49
Outras Contribuições	1.890.000,00	190.343,94	1.817.784,00	1.399.003,92
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	2.000.001,00
Receita Patrimonial	922.000,00	643.004,22	3.810.465,51	3.249.175,67
(-) Aplicações Financeiras	922.000,00	643.004,22	3.810.465,51	1.249.174,67
Transferências Correntes	78.326.000,00	13.370.737,61	66.639.884,14	59.850.181,65
F.P.M.	21.600.000,00	2.446.677,75	14.789.991,97	13.690.404,51
I.C.M.S.	8.000.000,00	1.430.262,15	6.801.961,14	6.164.839,25
Convênios	107.000,00	329.843,27	445.137,85	216.762,10
Outras Transferências Correntes	48.619.000,00	9.163.954,44	44.602.793,18	39.778.175,79
Demais Receitas Correntes	14.783.000,00	3.037.692,59	15.244.328,16	13.011.629,72
Dívida Ativa	3.950.000,00	1.014.948,58	5.240.875,71	4.486.766,60
Diversas Receitas Correntes	10.833.000,00	2.022.744,01	10.003.452,45	8.524.863,12
RECEITAS DE CAPITAL (II)	523.000,00	5.503.964,05	11.425.280,07	5.058.423,67
Operações de Crédito (III)	1.000,00	1.254.100,50	1.414.974,71	176.089,31
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	1.000,00	0,00	235.200,00	11.100,00
Transferências de Capital	521.000,00	4.249.863,55	9.775.105,36	4.871.234,36
Convênios	521.000,00	4.249.863,55	9.775.105,36	4.871.234,36
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	521.000,00	4.249.863,55	9.775.105,36	4.871.234,36
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	122.576.000,00	25.643.918,61	123.536.099,17	105.105.877,67
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	128.113.195,04	20.112.592,62	94.503.677,60	79.720.251,30
Pessoal e Encargos Sociais	72.398.063,77	11.817.571,39	56.420.140,81	48.949.690,46
Juros e Encargos da Dívida (IX)	500.000,00	27.688,65	202.447,35	379.005,46
Outras Despesas Correntes	55.215.131,27	8.267.332,58	37.881.089,44	30.391.555,38
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	127.613.195,04	20.084.903,97	94.301.230,25	79.341.245,84
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	42.311.453,07	5.625.157,44	15.964.356,79	9.326.022,71
Investimentos	40.611.453,07	5.335.487,64	14.516.322,13	7.929.011,11
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.700.000,00	289.669,80	1.448.034,66	1.397.011,60
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	40.611.453,07	5.335.487,64	14.516.322,13	7.929.011,11
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	100.000,00	-	-	-

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DO RPPS (XVII)	2.000.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	170.324.648,11	25.420.391,61	108.817.552,38	87.270.256,95
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-47.748.648,11	223.527,00	14.718.546,79	17.835.620,72
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	5.181.996,62	0,00
Superávit Financeiro	-	-	5.181.996,62	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				1.276.000,00

FONTE:

Camboriú, 20/11/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC 028070/O-6

Kaíta Helen Testoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS				
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos		Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos		Liquidados	Pagos
		Em 31 de Dezembro de 2013	Em 31 de Dezembro de 2013			Em 31 de Dezembro de 2013	Em 31 de Dezembro de 2013		
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	177,55	496.340,50	177,55	80,00	243.535,63	5.031.033,47	3.691.717,41	3.693.617,99	373.976,04
EXECUTIVO									
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	83.546,02	0,00	0,00	0,00	1.875.946,87	781.182,48	781.182,48	3.958,43
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	0,00	83.546,02	0,00	0,00	0,00	1.875.946,87	781.182,48	781.182,48	3.958,43
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA CULTURA - CAMBORIÚ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.375,04	5.375,04	5.375,04	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.375,04	5.375,04	5.375,04	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAMBOF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.175,53	16.500,00	16.500,00	11.675,53
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.175,53	16.500,00	16.500,00	11.675,53
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE CAMBO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.620,00	17.100,00	17.100,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.620,00	17.100,00	17.100,00	520,00
FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR DE CAM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.164,40	20.912,40	20.912,40	0,00
FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR DE CA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.164,40	20.912,40	20.912,40	252,00
FUNDO MUN. AGROPECUARIO E MEIO AMB. DE CAI	0,00	8.370,62	8.370,62	0,00	0,00	220,00	0,00	0,00	220,00
FUNDO MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AM	0,00	8.370,62	8.370,62	0,00	0,00	220,00	0,00	0,00	220,00
FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMBOI	0,00	16.320,21	16.320,21	0,00	0,00	88.044,33	65.733,68	63.231,43	248,60
FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. E ASSISTÊNCIAS	0,00	16.320,21	16.320,21	0,00	0,00	88.044,33	65.733,68	63.231,43	248,60
FUNDO MUN. REQ. DO CORPO DE BOMBEIROS DI	0,00	1.573,58	1.573,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOM	0,00	1.573,58	1.573,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN DOS DIR. DA CRIANÇA E ADOLESC CA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108.310,00	108.310,00	108.310,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIR.DA CRIANÇA E ADOL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108.310,00	108.310,00	108.310,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CAMBORIU	0,00	215.653,42	215.573,42	80,00	224.071,06	735.979,89	800.256,22	799.661,05	159.560,47
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	215.653,42	215.573,42	80,00	224.071,06	735.979,89	800.256,22	799.661,05	829,43
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE C	0,00	10.814,60	10.814,60	0,00	0,00	736.717,52	502.876,77	502.876,77	146.885,27
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO	0,00	10.814,60	10.814,60	0,00	0,00	736.717,52	502.876,77	502.876,77	146.885,27
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBORIU	0,00	132.810,40	132.810,40	0,00	19.464,57	1.019.762,98	982.514,81	982.514,81	51.427,74
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBORIU	0,00	132.810,40	132.810,40	0,00	19.464,57	1.019.762,98	982.514,81	982.514,81	51.427,74
INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE CAM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.648,00	16.648,00	16.648,00	0,00
INSTITUTO DE PREV.SERV.PUB.MUNIC. DE CAMBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.648,00	16.648,00	16.648,00	0,00
LEGISLATIVO	177,55	27.251,65	177,55	0,00	0,00	377.048,91	374.306,01	374.306,01	2.742,90
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	177,55	27.251,65	177,55	0,00	0,00	377.048,91	374.306,01	374.306,01	2.742,90
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	170.626,95	-	-	-	68.795,28	-	-	68.795,28
EXECUTIVO									
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	14.387,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	0,00	14.387,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. AGROPECUARIO E MEIO AMB. DE CAI	0,00	1.074,13	1.074,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AM	0,00	1.074,13	1.074,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMBOI	0,00	2.559,13	2.559,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. E ASSISTÊNCIAS	0,00	2.559,13	2.559,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CAMBORIU	0,00	137.205,08	137.205,08	0,00	0,00	68.795,28	0,00	0,00	68.795,28
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	137.205,08	137.205,08	0,00	0,00	68.795,28	0,00	0,00	68.795,28
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE C	0,00	925,61	925,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO	0,00	925,61	925,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBORIU	0,00	12.964,71	12.964,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBORIU	0,00	12.964,71	12.964,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	1.510,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	1.510,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS			RP NÃO PROCESSADOS				
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos	Liquidados	Pagos	Saldo
		Em 31 de Dezembro de 2013			Em 31 de Dezembro de 2013			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	170.626,95	-	-	68.795,28	-	-	-
LEGISLATIVO	0,00	1.510,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	1.510,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	177,55	666.987,45	80,00	177,55	5.099.828,75	3.691.717,41	3.688.617,99	1.211.975,07

FONTE:

Camboriú, 20/11/2014

_____ Luzia Lourdes Coppi Mathias Prefeita Municipal	_____ Sérgio Luiz Venâncio Secretário de Finanças	_____ Renata Pereira Contadora - CRC 028070/O-6
--	---	---

Kaita Helen Testoni
Controladoria

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	17.861.000,00	17.861.000,00	3.118.298,61	21.472.310,47	120,22
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	8.820.000,00	8.820.000,00	1.069.969,71	11.210.748,91	127,11
1.1.1- IPTU	6.000.000,00	6.000.000,00	344.260,56	7.236.383,83	120,61
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	20.000,00	20.000,00	5.984,88	228.686,32	1.143,43
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	2.750.000,00	2.750.000,00	718.734,87	3.765.137,54	136,91
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	50.000,00	50.000,00	1.578,05	6.175,45	12,35
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(588,65)	(25.634,23)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	5.001.000,00	5.001.000,00	1.261.000,68	6.451.521,88	129,00
1.2.1- ITBI	5.000.000,00	5.000.000,00	1.261.000,68	6.501.118,18	130,02
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	(49.596,30)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.720.000,00	3.720.000,00	730.455,58	3.556.912,30	95,62
1.3.1- ISS	3.500.000,00	3.500.000,00	700.116,34	3.279.564,82	93,70
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.000,00	10.000,00	300,00	6.744,48	67,44
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	200.000,00	200.000,00	29.899,95	295.092,52	147,55
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	139,29	694,20	6,94
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	(25.183,72)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	320.000,00	320.000,00	56.872,64	253.127,38	79,10
1.4.1- IRRF	320.000,00	320.000,00	56.872,64	253.248,73	79,14
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	(121,35)	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	41.400.000,00	41.400.000,00	5.783.434,49	31.425.496,18	75,91
2.1- Cota-Parte FPM	27.000.000,00	27.000.000,00	3.058.347,13	18.487.489,66	68,47
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	27.000.000,00	27.000.000,00	3.058.347,13	18.487.489,66	68,47
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	10.000.000,00	10.000.000,00	1.787.827,50	8.502.450,44	85,02
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	50.000,00	50.000,00	7.330,56	32.987,52	65,98
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	140.000,00	140.000,00	26.707,82	129.817,78	92,73
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	10.238,47	11.589,21	115,89
2.6- Cota-Parte IPVA	4.200.000,00	4.200.000,00	892.983,01	4.261.161,57	101,46
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	59.261.000,00	59.261.000,00	8.901.733,10	52.897.806,65	89,26
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	50.000,00	50.000,00	155,88	9.072,03	18,14
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	3.969.000,00	3.969.000,00	861.601,37	4.119.307,49	103,79
5.1- Transferências do Salário-Educação	3.140.000,00	3.140.000,00	607.069,33	3.124.527,70	99,51
5.2- Transferências Diretas - PDDE	3.500,00	3.500,00	0,00	2.940,00	84,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	798.000,00	798.000,00	213.360,00	825.096,00	103,40
5.4- Transferências Diretas - PNAE	14.500,00	14.500,00	3.569,02	12.491,57	86,15
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	13.000,00	13.000,00	37.603,02	154.252,22	1.186,56
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	104.000,00	104.000,00	784.275,98	4.027.242,77	3.872,35
6.1- Transferências de Convênios	102.000,00	102.000,00	749.418,95	3.944.841,06	3.867,49
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	2.000,00	2.000,00	34.857,03	82.401,71	4.120,09
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	4.123.000,00	4.123.000,00	1.646.033,23	8.155.622,29	197,81
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	8.280.000,00	8.280.000,00	1.156.686,46	6.285.193,20	75,91
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	5.400.000,00	5.400.000,00	611.669,38	3.697.497,69	68,47
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.000.000,00	2.000.000,00	357.565,35	1.700.489,30	85,02
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	10.000,00	10.000,00	1.466,10	6.597,45	65,97
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	28.000,00	28.000,00	5.341,57	25.963,59	92,73
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	2.047,67	2.317,78	115,89
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	840.000,00	840.000,00	178.596,39	852.327,39	101,47
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	33.050.000,00	33.050.000,00	5.988.063,92	29.188.670,37	88,32
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	33.000.000,00	33.000.000,00	5.969.048,31	29.080.222,35	88,12
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	50.000,00	50.000,00	19.015,61	108.448,02	216,90
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	24.720.000,00	24.720.000,00	4.812.361,85	22.795.029,15	92,21
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	26.440.000,00	29.100.000,00	5.060.710,18	24.031.715,01	82,58
13.1- Com Educação Infantil	13.190.000,00	14.360.000,00	2.390.043,25	11.986.091,51	83,47
13.2- Com Ensino Fundamental	13.250.000,00	14.740.000,00	2.670.666,93	12.045.623,50	81,72
14- OUTRAS DESPESAS	6.610.000,00	6.525.000,00	1.003.997,81	4.752.808,55	72,84
14.1- Com Educação Infantil	1.826.000,00	1.826.000,00	259.658,43	1.299.147,52	71,15
14.2- Com Ensino Fundamental	4.784.000,00	4.699.000,00	744.339,38	3.453.661,03	73,50
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	33.050.000,00	35.625.000,00	6.064.707,99	28.784.523,56	80,80
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					28.784.523,56
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					82,33
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					16,28
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					1,38
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	14.815.250,00	14.815.250,00	2.225.433,28	13.224.451,66	89,26
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	15.781.000,00	17.171.000,00	2.833.202,29	13.915.147,53	81,04
23.1- Creche	7.890.500,00	8.585.500,00	1.416.601,14	6.957.573,76	81,04
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.508.000,00	8.093.000,00	1.324.850,84	6.642.619,51	82,08
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	382.500,00	492.500,00	91.750,30	314.954,25	63,95
23.2- Pré-escola	7.890.500,00	8.585.500,00	1.416.601,15	6.957.573,77	81,04
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.508.000,00	8.093.000,00	1.324.850,84	6.642.619,52	82,08
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	382.500,00	492.500,00	91.750,31	314.954,25	63,95
24- ENSINO FUNDAMENTAL	24.049.000,00	26.051.767,00	4.435.186,61	20.185.589,62	77,48
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	18.034.000,00	19.439.000,00	3.415.006,31	15.499.284,53	79,73
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	6.015.000,00	6.612.767,00	1.020.180,30	4.686.305,09	70,87
25- ENSINO MÉDIO	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	39.841.000,00	43.233.767,00	7.268.388,90	34.100.737,15	78,88
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					22.795.029,15
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					108.448,02
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					22.903.477,17
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					11.197.259,98
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					21,17

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	3.150.000,00	6.805.172,00	922.064,28	2.434.373,87	35,77
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	923.000,00	6.819.666,83	1.171.208,56	2.817.478,61	41,31
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	4.073.000,00	13.624.838,83	2.093.272,84	5.251.852,48	38,55
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	43.914.000,00	56.858.605,83	9.361.661,74	39.352.589,63	69,21

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	452.389,74	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	29.080.222,35	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	28.456.038,29	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	28.140.384,32	0,00
49.2 Restos a Pagar	315.653,97	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	108.448,02	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.185.021,82	0,00

Camboriú, 20/11/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita MunicipalSérgio Luiz Venâncio
Secretário de FinançasRenata Pereira
Contadora - CRC 028070/O-6Kaia Helen Testoni
Controladoria

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

COTIZAÇÃO ECM 008/14

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA
MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

ANEXO I

RUA - MONTE PEDRA AQU															
QUANTITATIVO DE MATERIAS E MÃO DE OBRA - DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA															
LOTE	INSCRIÇÃO CADASTRAL PMC	PROPRIETÁRIO	RUAS	TESTADA DO LOTE (m)	ÁREA RUA EM m²	FATOR DE CONTRIBUIÇÃO	A R	ESCAVAÇÃO DRENAGEM M³	REATERRO DRENAGEM M M²	DRENAGEM				PAVIMENTAÇÃO	
										BSTC Ø30 UNIDADE	BSTC Ø40 UNIDADE	CL UNIDADE	BL UNIDADE	PREPARO CANCHA M²	MEIO FIO SARIETA M
						1	FATOR	285,00	228,00	40	135	5	10	1.112,40	282,00
1	01.02.095.0157.001	CONSTRUTORA MSK LTDA	MONTE PEDRA AQU	133,10	532,40	0.50019	1,00	142,55	114,04	20,01	67,53	2,50	5,00	556,41	141,05
2	01.02.089.0205.001	EDÉSIO MANOEL	MONTE PEDRA AQU	24,00	96,00	0.09019	1,00	25,70	20,56	3,61	12,18	0,45	0,90	100,33	25,43
3	01.02.089.0216.001	EDÉSIO MANOEL	MONTE PEDRA AQU	11,00	44,00	0.04134	1,00	11,78	9,43	1,65	5,58	0,21	0,41	45,98	11,66
4	01.02.089.0227.001	EDÉSIO MANOEL	MONTE PEDRA AQU	11,00	44,00	0.04134	1,00	11,78	9,43	1,65	5,58	0,21	0,41	45,98	11,66
5	01.02.089.0238.001	MIGUEL PAIANO	MONTE PEDRA AQU	11,00	44,00	0.04134	1,00	11,78	9,43	1,65	5,58	0,21	0,41	45,98	11,66
6	01.02.089.0249.001	EDSON SOARES	MONTE PEDRA AQU	11,00	44,00	0.04134	1,00	11,78	9,43	1,65	5,58	0,21	0,41	45,98	11,66
7	01.02.089.0260.001	VERSINO ESTÁCIO MARQUES	MONTE PEDRA AQU	11,00	44,00	0.04134	1,00	11,78	9,43	1,65	5,58	0,21	0,41	45,98	11,66
8	01.02.089.0271.001	PAULINA JOSEFINA LIRA	MONTE PEDRA AQU	11,00	44,00	0.04134	1,00	11,78	9,43	1,65	5,58	0,21	0,41	45,98	11,66
9	01.02.089.0282.001	AD. CALOÇA & LEÇA LTDA/RICARDO FI	MONTE PEDRA AQU	11,00	44,00	0.04134	1,00	11,78	9,43	1,65	5,58	0,21	0,41	45,98	11,66
10	01.02.089.0293.001	AD. CALOÇA & LEÇA LTDA/RICARDO FI	MONTE PEDRA AQU	11,00	44,00	0.04134	1,00	11,78	9,43	1,65	5,58	0,21	0,41	45,98	11,66
11	01.02.089.0326.001	ROMILDA CARDOSO RIBEIRO	MONTE PEDRA AQU	21,00	84,00	0.07892	1,00	22,49	17,99	3,16	10,65	0,39	0,79	87,79	22,25
		ÁREA COMUM ESQUINAS			48,00										
		TODAS		266,10	1.112,40	1,00		285,00	228,00	40,00	135,00	5,00	10,00	1.112,40	282,00
	TOTAL														
	VALOR UNITÁRIO							9,72	15,88	51,60	69,00	354,36	542,51	1,07	25,90
	VALOR SUBTOTAL							2.770,20	3.620,64	2.064,00	9.315,00	1.771,80	5.425,10	1.190,27	7.303,80
	VALOR TOTAL														106.523,24

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA TP 107/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório TP nº 107/2014)

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Lilian Terezinha Bartsch, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 8.125 de 06 de janeiro de 2014) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 107/2014, modalidade Tomada de Preços, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o Fornecimento de material e mão de obra, para ampliação do prédio da Creche Chapeuzinho Vermelho, Rua Profº Rufino Blaskovsky Bateias de Baixo, neste Município. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (documentos e proposta) das empresas proponentes: LN CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ 10.834.999/0001-28, BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ: 05.401.426/0001-70, e KATARINE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - CNPJ : 06.966.065/0001-72. As licitantes não credenciaram representantes na sessão. Após, procedeu-se a abertura dos envelopes "documentos" das empresas proponentes, sendo considerada INABILITADA a empresa KATARINE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA por não cumprir a exigência do Edital quanto ao item 5.1.4.2.4.2 - Verificação da Liquidez Corrente (LC) que deverá ser maior ou igual a 1 (um), não sendo possível avaliar a situação financeira da empresa, a empresa KATARINE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA foi INABILITADA também porque não comprovou a Capacidade Técnica do Profissional Técnico Responsável -(Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica do Profissional, conforme exige o item 5.1.5.3 do edital que pede: "Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica, consistindo em documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico devidamente registrado no CREA ou CAU, atestando que a empresa e o profissional (que será o responsável técnico da obra) já executaram obra similar ao objeto desta licitação". As licitantes LN CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ 10.834.999/0001-28, BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ: 05.401.426/0001-70 foram julgadas HABILITADAS . Todas empresas apresentaram declaração de enquadramento como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte. Concede-se prazo de 05 (cinco) dias úteis, para apresentação de recurso, em atendimento a Lei Federal 8.666/93 e alterações. Todas as empresas ficam intimadas do prazo de recurso. Não havendo nada mais a tratar, encerrou-se a presente sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

ERRATA PREGÃO ELETRÔNICO 113/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2014 - PREGÃO ELETRÔNICO
Considerar como valor estimado para o item 17 o seguinte:

IT	QT	UN	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
17	200	Pacote	Saco Para Lixo 100 Litros Com 100 Unidades – Espes-sura 0.10 Micras- Di-mensões 80x 90cm	R\$ 48,00	R\$ 9.600,00

As demais informações contidas no edital permanecem inalteradas

Campo Alegre, 21 de novembro de 2014.
Maria Cristina Marciniak Munhoz
Pregoeira Municipal

DECRETO Nº 8.676 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.676 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, EM CARÁTER INTEGRAL, AO SERVIDOR PÚBLICO RENATO CAMPOS QUERINO FILHO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, DECRETA:

Art.1º) Aposentar, por invalidez, conforme Processo Administrativo do IPRECAL nº 010/2014, nos termos do Artigo 40, Parágrafo I, Inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil com redação dada pela EC 41/03, e conforme dispõe o Artigo 26 da Lei Municipal nº 2.537/01, ao servidor público RENATO CAMPOS QUERINO FILHO, portador do CPF/MF nº 529.608.116-15 e da RG MG-3.294.041, detentor da Matrícula Funcional nº 000467, Registro no Sistema sob nº 954473, Pis/Pasep nº 121.82183.13.47, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor II, na função de Professor de Educação Física, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, correspondente a integralidade da remuneração de contribuição do Servidor Público, correspondendo o valor de R\$ 2.463,74 (dois mil, quatrocentos e sessenta e três reais, setenta e quatro centavos), que serão pagos mensalmente pelo IPRECAL, observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente.

Art.3º) Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Inciso V do Artigo 77, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012 - Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre/SC.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
21 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JEFFERSON JEAN DUVOISIN
Diretor Executivo - IPRECAL

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 21/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.677 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.677 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO NOS TERMOS DO ART. 6º DA EC 41/03, DO ART. 79-C, DA LEI MUNICIPAL Nº 2.537/01, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL BÁRBARA BRÜSKI.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art.1º) Aposentar, por tempo de contribuição, conforme Processo Administrativo do IPRECAL nº 009/2014 nos termos do art. 6º, da EC 41/03, combinado com o artigo 79-C da Lei Municipal nº 2.537/01 de 17 de julho de 2001, Artigo 94 da Lei Complementar Municipal nº 006 que Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município que trata sobre o Plano de Cargo, Carreira e Vencimentos, a Servidora Pública Municipal BÁRBARA BRÜSKI, portadora do CPF/MF nº 420.816.379-87 e do RG nº 1.369.849-4 da SSP/SC, detentor da Matrícula Funcional nº 000008, Registro no Sistema sob nº 291730, Pis/Pasep nº 1.043.255.073-6, ocupante do cargo de provimento efetivo e na função de Auxiliar de Educador, do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, correspondente a integralidade da remuneração de contribuição da Servidora Pública, correspondendo o valor de R\$ 1.407,80 (um mil, quatrocentos e sete reais e oitenta centavos), que será pago mensalmente pelo IPRECAL, observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente.

Art.3º) Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Inciso V do Artigo 90, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipal do Município de Campo Alegre/SC.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
21 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JEFFERSON JEAN DUVOISIN
Diretor Executivo - IPRECAL

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 21/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete

Campos Novos

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº. 15/14 DE 20/11/2014 ALTERA REDAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 12/2011 - PLANO DE CARREIRAS, CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DO SAMAE

LEI COMPLEMENTAR Nº 15/2014 DE 20/11/2014

ALTERA REDAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 12/2011 - PLANO DE CARREIRAS, CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DO SAMAE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. O padrão 5, do Anexo 4, da Lei Complementar 12/2011 (Plano de Cargos e Salários do SAMAE) passa a vigorar com a seguinte redação:

5	Agente Administrativo Operador de Maquina Encanador Pedreiro Motorista Motorista II	1.685,07	1	1,09%	2,19%	3,31%	4,43%	5,57%	6,72%	7,88%	9,06%	10,25%	11,45%	12,67%
			2	13,89%	15,13%	16,39%	17,66%	18,94%	20,24%	21,55%	22,87%	24,21%	25,57%	26,93%
			3	28,32%	29,72%	31,13%	32,56%	34,01%	35,47%	36,94%	38,43%	39,94%	41,47%	43,00%

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura de Campos Novos, 20 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.095/14 DE 20/11/2014 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

LEI Nº 4.095/2014 DE 20/11/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 71.340,26 (setenta e um mil trezentos e quarenta reais e vinte e seis centavos) no projeto/atividade abaixo discriminado:

17.512.0036.2.058 - Manutenção dos Serviços Administrativos do SAMAE

3.1.90.00.00.00.00.00.0601 - Aplicações Diretas R\$ 71.340,26

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações Orçamentárias do Orçamento do SAMAE:

28.846.0036.0.007 - Manutenção de Contribuição ao PASEP - SAMAE

3.3.90.00.00.00.00.00.0601 - Aplicações Diretas R\$ 20.712,79

17.512.0036.1.035 - Reequipamento do Departamento Administrativo do SAMAE

4.4.90.00.00.00.00.00.0601 - Aplicações Diretas R\$ 273,00

17.512.0036.1.036 - Reequipamento do Sistema de Captação, Tratamento e Redes de Distribuição de Água

4.4.90.00.00.00.00.00.0601 - Aplicações Diretas R\$ 4.351,51

17.512.0036.1.037 - Reequipamento do Sistema de Esgoto e Tratamento de Resíduos

4.4.90.00.00.00.00.00.0601 - Aplicações Diretas R\$ 1.736,00

17.512.0036.1.038 - Obras, Ampliações e Reforma no sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água

4.4.90.00.00.00.00.00.0601 - Aplicações Diretas R\$ 39.000,00

17.512.0036.1.039 - Obras, Reformas e Ampliações do Departamento Administrativo do SAMAE

4.4.90.00.00.00.00.00.0601 - Aplicações Diretas
..... R\$ 5.266,96

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos 20 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 7.187/14 DE 20/11/2014
REGULAMENTA A LEI Nº. 4.095/14**

DECRETO Nº 7.187/14 DE 20/11/14

REGULAMENTA LEI Nº 4.095/14

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 71.340,26 (Setenta e um mil, trezentos e quarenta reais e vinte e seis centavos) as dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.095/14.

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art.1º, ficam anuladas em igual valor as dotações orçamentárias constantes do Art. 2º da referida lei.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,20 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**LEI Nº. 4.094/14 DE 20/11/2014 ABRE CRÉDITO
ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

LEI Nº 4.094/2014 DE 20/11/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, no exercício de 2014, no valor de R\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais), a ser aplicado na seguinte classificação orçamentária.

ÓRGÃO: 35 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 2.090 - Manutenção do Progr. Piso Básico Variável - SCFV

Elemento Desp.: 29 - 3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0052.000000- Aplicações Diretas R\$ 25.500,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos do SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos

20 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 7.188/14 DE 20/11/2014
REGULAMENTA LEI Nº. 4.094/14**

DECRETO Nº 7.188/14 DE 20/11/14

REGULAMENTA LEI Nº 4.094/14

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 25.500,00 (Vinte e cinco mil e quinhentos reais) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.094/14.

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art.1º, ficam anuladas em igual valor as dotações orçamentárias constantes do Art. 2º da referida lei.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,20 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**LEI Nº. 4.093/2014 DE 20/11/2014 ABRE CRÉDITO
ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO
MUNICÍPIO**

LEI Nº 4.093/2014 DE 20/11/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, no exercício de 2014, no valor de R\$ 24.819,00 (vinte e quatro mil oitocentos e dezenove reais), a ser aplicado na seguinte classificação orçamentária.

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 19 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

PROJ./ATIV.: 2.088 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

Elemento Desp.: 163 - 3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.0043.000000- Aplicações Diretas R\$ 24.819,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos de instituições privadas.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos 17 de novembro de 2014.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 7.189/14 DE 20/11/2014
REGULAMENTA LEI Nº. 4.093/14**

DECRETO Nº 7.189/14 DE 20/11/14
REGULAMENTA LEI Nº 4.093/14

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 24.819,00 (Vinte e quatro mil oitocentos e dezenove reais) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.093/14.

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art.1º, ficam anuladas em igual valor as dotações orçamentárias constantes do Art. 2º da referida lei.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 20 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

EDITAL 06/2014 - SMEC

EDITAL 06/2014- SMEC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ESCOLHA DE VAGAS DO PROCESSO SELETIVO DE PROFESSORES PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT

1- A Secretária Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 5.086/05, e considerando o resultado final homologado pelo Senhor Prefeito Municipal do Processo Seletivo de Professores para Contratação em Caráter Temporário Edital nº 07/2013- SMEC e também prorrogado pelo Decreto Nº 7.165/14, convoca os aprovados para Escolha de Vagas, conforme item 13.1 na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, localizada na Rua: Assis Camargo Costa, 1.100 - Bairro Boa Vista - Cidade de Campos Novos, com o seguinte cronograma:

Dia 12 de dezembro de 2014 - sexta feira, às 8 horas, profissionais aprovados em Educação Infantil, com a classificação de 1 a 65 e às 13 horas e 30 minutos com a classificação de 66 a 133

Dia 15 de dezembro de 2014 - segunda feira, às 8 horas, os profissionais aprovados nas disciplinas específicas (Espanhol, Educação Física - Docência e Educação Física- Bacharelado, Espanhol, Inglês, Língua Portuguesa, Matemática, Artes, História, Geografia)
Dia 15 de dezembro de 2014 - segunda feira, às 13 horas e 30 min, os profissionais aprovados no Ensino Fundamental anos iniciais do perímetro urbano e escolas rurais com a classificação de 1 a 25 e todos os aprovados para Educação especial (II Professor) conforme lista de classificação.

1.1- As vagas atualmente disponíveis e lista de classificados constam do Anexo I e II do presente Edital.

1.2- Os candidatos para as escolhas de vagas serão os mesmos constantes na lista homologada (Decreto Nº 6.968/14 de 14/03/14) ao final do resultado da prova seletiva, Edital 07/2013.

1.3- O quadro de vagas está passivo a alterações observando o calendário escolar, conforme o número de alunos matriculados no

início do ano letivo de 2015, os afastamentos por Auxílio Doença, Licença Prêmio e outros, bem como eventual necessidade desta Secretaria.

1.4- O regime de trabalho semanal do profissional admitido na forma deste Edital será de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e das disponibilidades das Vagas.

2. DA CONTRATAÇÃO

Itens constantes no Edital Nº 07/13, a saber:

2.1- As vagas serão preenchidas, observando-se a ordem da lista de classificação.

2.2- O candidato aprovado e classificado será convocado por Edital para assumir a vaga. Deverá se apresentar no dia e horário que será divulgado e publicado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para a escolha de vaga, e não aceitando a vaga oferecida, ou não comparecendo, estará renunciando a convocação, assinando o Termo de Desistência da Vaga para o ano letivo vigente. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

2.3- Para o ano seguinte de prorrogação de vigência deste edital o candidato aprovado retorna a classificação obedecendo a homologação final.

2.4- O candidato que não tomar posse ou não entrar em exercício no prazo previsto será eliminado do presente processo seletivo.

2.5- Para tomar posse os candidatos deverão apresentar, quando convocados, os documentos solicitados pelo Departamento De Pessoal da Prefeitura Municipal de Campos Novos, observando-se também a escolaridade e exigências de cada cargo, conforme estabelecido neste Edital.

2.6- O laudo médico solicitado para a posse será expedido pela Junta Médica da Prefeitura Municipal de Campos Novos

2.7- O exame médico admissional consiste na avaliação do candidato, através de exames médicos para averiguar a aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo a ser ocupado.

2.8- O resultado do exame médico será expresso com indicação de "apto ou inapto", para o exercício da atribuição do cargo.

2.9- A indicação de condição "inapta" será causa obstativa para a contratação do candidato aprovado no processo seletivo.

2.10- O candidato que já tiver um cargo público como inativo poderá escolher aulas até que o somatório da carga horária semanal atinja o limite total de 60 (sessenta) horas (inativo + ativo = 60 horas).

2.11- A Remuneração dos Profissionais Contratados será a remuneração prevista na Legislação para os profissionais efetivos, e será de acordo com a Carga Horária e Titulação do profissional, limitada ao valor máximo de Professor II Nível M-03 - § 2º do Artigo 9º da Lei nº 1.967/93 com alteração da Lei nº 3.470/09 de 02/12/2009 e Lei Complementar 07/2011 de 23 de setembro de 2011.

2.12- Durante a validade do processo seletivo, e após a contratação, em hipótese alguma, receberá progressão.

2.13- Para chamadas posteriores a 1ª chamada, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura notificará via telefone ou no endereço fornecido no Requerimento da Inscrição (ficando o candidato responsável por comunicar qualquer alteração do mesmo) para que se apresente no prazo improrrogável de 24 horas sob pena de perder o direito de escolha da vaga.

2.14- Para Educação Infantil, Séries Iniciais e Séries Finais do Ensino Fundamental e Educação Especial, não havendo candidatos habilitados e interessados, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderá convocar candidatos que demonstrem habilidade na área e/ou apresentaram cursos de capacitação ou aperfeiçoamento inscritos no processo, na ordem de classificação.

2.15- Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Campos Novos, 21 de novembro de 2014.
Rosângela Schuster Luft
Secretária Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL Nº 03-2014 - SMEC
EDITAL DE RESULTADO FINAL APÓS ANÁLISE E JULGAMENTO DOS RECURSOS

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições, torna pública a retificação do Resultado Final do Processo Seletivo constante do Edital 07/2013, após análise e julgamento dos recursos interpostos.

Art. 1º. Consta no ANEXO I Planilha de Resultado Final dos candidatos com Recursos Deferidos, por cargo, habilitados e não habilitados.

Art. 2º. Consta no ANEXO II Lista de Resultado Final dos candidatos, por cargo, habilitados e não habilitados.

Art. 3º. Consta no ANEXO III AS RESPOSTAS DOS Recursos interpostos no período de 13 a 15/02/2014.

Art. 4º. Fica retificado e homologado o Resultado Final.

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será afixado no mural Público Municipal, no site www.camposnovos.sc.gov.br da Prefeitura Municipal e no site www.noroesteconcursos.com.br.

Campos Novos, 14 de Março de 2014
Aprovo o presente Edital.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

ANEXO I

Professor Artes - HABILITADO							
Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo de Serviço	Nota Final	Classificação
000000000470	AIDA ZANOTTO ANTUNES	Prof. Artes	3,55	5,50	2,00	47,35	1
000000000474	CRISTIANE APA-RECIDA DA SILVA	Prof. Artes	5,00	2,00	2,00	47,00	2
000000000478	IVANIR DOS ANJOS TOLOMEOTTI	Prof. Artes	4,00	3,00	2,00	43,00	3
000000000472	ANA MARIA CARMARGO ZEN	Prof. Artes	4,50	3,00	0,00	40,50	4
000000000482	MARIVANA DOS SANTOS MELOTTI	Prof. Artes	4,70	2,00	0,00	38,90	5
000000000471	ALEXANDRA CANANI SILVA	Prof. Artes	3,90	3,00	0,00	36,30	6
Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes							

Professor Artes - NÃO HABILITADO							
Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo de Serviço	Nota Final	Classificação
000000000479	LETICIA MARTINS RIBEIRO	Prof. Artes	4,95	0,00	0,00	34,65	1
000000000473	CLAUDIA GIZELI ALVES FRANÇA	Prof. Artes	4,70	0,00	0,00	32,90	2
000000000475	ÉDINA CRISTINA DA SILVA	Prof. Artes	4,45	0,50	0,00	32,65	3
000000000477	FABIOLA FERREIRA	Prof. Artes	4,20	0,00	0,00	29,40	4
000000000483	PATRÍCIA FAVARETTO VARGAS	Prof. Artes	3,95	0,50	0,00	29,15	5
000000000480	LUCÉLIA REGIANE BETIOLO	Prof. Artes	3,65	0,50	0,00	27,05	6
Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes							

Professor Ciências - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo de Serviço	Nota Final	Classificação
000000000462	DENIR BRANCA-LIONE	Prof. Ciências	5,50	5,50	2,00	61,00	1
000000000469	SINTHIA MARIA MECABO CORREA	Prof. Ciências	4,40	5,50	2,00	53,30	2
000000000468	MARIA ROZA BARBOZA MECABÔ	Prof. Ciências	5,00	5,50	0,00	51,50	3
000000000465	FRANCIELE GUZZATTI	Prof. Ciências	3,90	5,50	0,00	43,80	4

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor Ciências – NÃO HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo de Serviço	Nota Final	Classificação
000000000467	LARA CRISTINA BIOLCHI	Prof. Ciências	5,05	0,00	0,00	35,35	1
000000000466	GABRIELA BESSEGATO ARSEGO	Prof. Ciências	4,80	0,00	0,00	33,60	2

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor de Educ. Física Bacharelado - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000543	RISONI PEREIRA DIAS	Prof. Educ. Física - Bacharelado	4,50	5,50	2,00	54,00	1
000000000532	CLOVIS LUCAS FERREIRA DA SILVA	Prof. Educ. Física - Bacharelado	4,40	5,50	2,00	53,30	2
000000000538	FRANCIELLI DE OLIVEIRA KUNEN	Prof. Educ. Física - Bacharelado	3,85	5,50	2,00	49,45	3
000000000544	ROBSON ANDREY GRANEMANN	Prof. Educ. Física - Bacharelado	4,50	3,00	2,00	46,50	4
000000000533	ÉLISON ANTUNES KUNEN	Prof. Educ. Física - Bacharelado	5,00	3,00	0,00	44,00	5
000000000534	ELITON MARCIO ZANONI	Prof. Educ. Física - Bacharelado	3,95	3,00	2,00	42,65	6
000000000542	MARCELO HERMINIO LISTON	Prof. Educ. Física - Bacharelado	3,50	3,00	2,00	39,50	7
000000000530	CARLOS LEONARDO G.GONÇALVES	Prof. Educ. Física - Bacharelado	3,70	3,00	0,00	34,90	8
000000000525	ALICE XAVIER ALMEIDA	Prof. Educ. Física - Bacharelado	3,60	3,00	0,00	34,20	9

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor de Educ. Física Bacharelado - NÃO HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000536	EMANUELY AP. LOPES DOS SANTOS	Prof. Educ. Física - Bacharelado	5,05	0,50	0,00	36,85	1
000000000528	ARTEMIO GREEF JÚNIOR	Prof. Educ. Física - Bacharelado	4,50	0,50	0,00	33,00	2
000000000546	WILSIANE APARECIDA GRASSI	Prof. Educ. Física - Bacharelado	3,50	0,50	2,00	32,00	3

000000000545	VINICIUS LUIZ TOLEDO M. MACHADO	Prof. Educ. Física - Bacharelado	3,65	0,00	2,00	31,55	4
000000000529	CAMILA DE CÁSSIA G. CORDEIRO	Prof. Educ. Física - Bacharelado	4,25	0,50	0,00	31,25	5
000000000540	JOSEMAR MACIEL	Prof. Educ. Física - Bacharelado	3,90	0,00	0,00	27,30	6
000000000526	ANA CAROLINA RIBEIRO	Prof. Educ. Física - Bacharelado	3,60	0,50	0,00	26,70	7

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor Educ. Física Docência - HABILITADO							
Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000512	LILIANE STEFANES	Prof. Educ. Física - Docência	5,10	5,50	2,00	58,20	1
000000000498	CRISTIANE PELOZATO	Prof. Educ. Física - Docência	4,70	5,50	2,00	55,40	2
000000000511	LILIANE SCOLARO HENZ	Prof. Educ. Física - Docência	4,60	5,50	2,00	54,70	3
000000000522	SIMONE DA SILVA	Prof. Educ. Física - Docência	4,55	5,50	2,00	54,35	4
000000000493	ANDREA APARECIDA RODRIGUES	Prof. Educ. Física - Docência	4,45	5,50	2,00	53,65	5
000000000513	LUCY MARA WOLFF	Prof. Educ. Física - Docência	4,15	5,50	2,00	51,55	6
000000000519	ROSELENE DALLAMICO GODEL	Prof. Educ. Física - Docência	4,10	5,50	2,00	51,20	7
000000000510	LEILA GOTTSSELIG	Prof. Educ. Física - Docência	4,00	5,50	2,00	50,50	8
000000000492	ANA MARIA A. F. FIRMINO	Prof. Educ. Física - Docência	3,90	5,50	2,00	49,80	9
000000000518	PATRICIA MARTINS ANTUNES	Prof. Educ. Física - Docência	3,85	5,50	2,00	49,45	10
000000000514	MATEUS SCORTEGAGNA	Prof. Educ. Física - Docência	4,65	3,00	2,00	47,55	11
000000000504	FÁBIA BIASUS COSTA	Prof. Educ. Física - Docência	4,20	5,50	0,00	45,90	12
000000000524	TATIANA SERPA CORREA BECKER	Prof. Educ. Física - Docência	4,40	3,00	2,00	45,80	13
000000000523	TANIA TORMEM	Prof. Educ. Física - Docência	4,20	3,00	2,00	44,40	14
000000000506	HELIA DE FATIMA PEREIRA DIAS	Prof. Educ. Física - Docência	5,05	3,00	0,00	44,35	15
000000000507	JACYKELLY DAMOCLYS GIACOMELI	Prof. Educ. Física - Docência	4,20	3,00	0,00	38,40	17
000000000521	SHEILA VARGAS REDANTE	Prof. Educ. Física - Docência	3,70	3,00	0,00	34,90	18
000000000502	EMELY DO AMARAL SCHMITZ	Prof. Educ. Física - Docência	3,70	3,00	0,00	34,90	19
000000000527	ANDRÉ FILIPE SPADER	Prof. Educ. Física - Docência	3,65	3,00	0,00	34,55	20

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor Educ. Física Docência - NÃO HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação	
000000000503	EVANDRO RAMOS DE MATOS	Prof. Educ. Física - Docência	5,05	0,50	2,00	42,85	1	
000000000496	CARISE APARECIDA ALVES SOUZA	Prof. Educ. Física - Docência	4,75	0,00	0,00	33,25	2	
000000000505	GELSON RIBEIRO DA SILVA	Prof. Educ. Física - Docência	4,75	0,00	0,00	33,25	3	
000000000501	DANIELA LAIS SILVA	Prof. Educ. Física - Docência	4,45	0,00	0,00	31,15	4	
000000000491	ALINE MARIA MATOS LAGO	Prof. Educ. Física - Docência	4,45	0,00	0,00	31,15	5	
000000000520	SAMANTA SANTOS DA SILVA	Prof. Educ. Física - Docência	4,30	0,00	0,00	30,10	6	
000000000494	BRUNO RICARDO DOS SANTOS	Prof. Educ. Física - Docência	4,15	0,00	0,00	29,05	7	
000000000517	NATÁLIA BITTENCOURT DA SILVA	Prof. Educ. Física - Docência	4,15	0,00	0,00	29,05	8	
000000000500	DANIEL DA SILVA	Prof. Educ. Física - Docência	3,90	0,00	0,00	27,30	9	
000000000509	JOÃO ROBERTO DUTRA DUARTE	Prof. Educ. Física - Docência	3,85	0,00	0,00	26,95	10	
000000000490	ALEF AMALCABURIO	Prof. Educ. Física - Docência	3,85	0,00	0,00	26,95	11	
000000000495	CAMILA DAROS DALMOLIN	Prof. Educ. Física - Docência	3,65	0,00	0,00	25,55	12	
000000000499	CRISTIANO FORTES	Prof. Educ. Física - Docência	3,60	0,00	0,00	25,20	13	
000000000515	MATHEUS ANTONIO DEITOS	Prof. Educ. Física - Docência	3,55	0,00	0,00	24,85	14	

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor Educ. Infantil – HABILITADOS

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação	
000000000292	THAIS APARECIDA BECKER	Prof. Educação Infantil	6,15	5,50	2,00	65,55	1	
000000000112	GIOVANA MARILEA VARELA	Prof. Educação Infantil	5,90	5,50	2,00	63,80	2	
000000000091	ELIZANDRA RIETTA MAIA	Prof. Educação Infantil	5,90	5,50	2,00	63,80	3	
000000000286	SUZAMARA BRANCO MAXIMILIANO PERIN	Prof. Educação Infantil	5,85	5,50	2,00	63,45	4	
000000000131	IVONETE FRANCIONI	Prof. Educação Infantil	5,65	5,50	2,00	62,05	5	
000000000081	ELIANE DOS SANTOS	Prof. Educação Infantil	5,60	5,50	2,00	61,70	6	
000000000307	WALQUIRIA ZANON LUQUES LOPES	Prof. Educação Infantil	5,40	5,50	2,00	60,30	7	
000000000052	CLAUDIA MÔNICA FORMIGHIERI	Prof. Educação Infantil	5,35	5,50	2,00	59,95	8	
000000000306	VIVIANI VICENTE BERNABÉ	Prof. Educação Infantil	5,30	5,50	2,00	59,60	9	
000000000074	EDILVANE PEREIRA DE OLIVEIRA	Prof. Educação Infantil	5,25	5,50	2,00	59,25	10	
000000000222	NOELI TEREZINHA PADILHA	Prof. Educação Infantil	5,10	5,50	2,00	58,20	11	
000000000071	DIRLEI TITON DE OLIVEIRA	Prof. Educação Infantil	5,10	5,50	2,00	58,20	12	

000000000046	CARLA SOARES DE ALMEIDA	Prof. Educação Infantil	5,05	5,50	2,00	57,85	13
000000000288	TANISMAR APARECIDA RIBAS	Prof. Educação Infantil	6,10	3,00	2,00	57,70	14
000000000230	PATRICIA DA SILVA	Prof. Educação Infantil	4,95	5,50	2,00	57,15	15
000000000299	VANIA MARIA DE OLIVEIRA BECKER	Prof. Educação Infantil	5,80	5,50	0,00	57,10	16
000000000122	ILDA EVA CARDOSO DE OLIVEIRA CORDEIRO	Prof. Educação Infantil	4,75	5,50	2,00	55,75	17
000000000210	MARITÂNIA HELENA BRANDALISE DE DEUS	Prof. Educação Infantil	4,75	5,50	2,00	55,75	18
000000000169	LILIANE CRISTINA SUTIL	Prof. Educação Infantil	4,75	5,50	2,00	55,75	19
000000000146	JUCÉLIA DE FATIMA DA SILVA	Prof. Educação Infantil	5,60	5,50	0,00	55,70	20
000000000277	SONIA APARECIDA COLOMBO BORTOLOSO	Prof. Educação Infantil	4,70	5,50	2,00	55,40	21
000000000026	ANDRÉIA APARECIDA BOM	Prof. Educação Infantil	4,70	5,50	2,00	55,40	22
000000000077	EDYNA ANTUNES PEREIRA ZOLDAN	Prof. Educação Infantil	4,70	5,50	2,00	55,40	23
000000000274	SOLANGE APARECIDA SOUZA ANDRADE	Prof. Educação Infantil	6,15	2,00	2,00	55,05	24
000000000180	LUCIANE REGINA JUNG MACHADO	Prof. Educação Infantil	4,60	5,50	2,00	54,70	25
000000000049	CLAUDETE AP. HEINZEN RECALCATTI	Prof. Educação Infantil	5,65	3,00	2,00	54,55	26
000000000302	VERA APARECIDA PEREIRA DE OLIVEIRA	Prof. Educação Infantil	4,55	5,50	2,00	54,35	27
000000000184	LUZIA DE MENECH	Prof. Educação Infantil	5,40	5,50	0,00	54,30	28
000000000198	MARIA ELSA GRACIETTI	Prof. Educação Infantil	4,50	5,50	2,00	54,00	29
000000000151	JULIANA DE OLIVEIRA MENA BARRETO	Prof. Educação Infantil	4,50	5,50	2,00	54,00	30
000000000290	TEREZINHA LURDES MAZZUCO MORO	Prof. Educação Infantil	5,35	5,50	0,00	53,95	31
000000000057	CRISLAINE DE OLIVEIRA DUARTE	Prof. Educação Infantil	4,45	5,50	2,00	53,65	32
000000000090	ELIZANDRA RAMOS MATOS	Prof. Educação Infantil	4,45	5,50	2,00	53,65	33
000000000154	JURANDINA MARIA MECABÔ	Prof. Educação Infantil	4,40	5,50	2,00	53,30	34
000000000176	LUCIANA TEREZINHA FLESCH NUNES	Prof. Educação Infantil	4,30	5,50	2,00	52,60	35
000000000269	SILVIA SIMA	Prof. Educação Infantil	6,20	1,00	2,00	52,40	36
000000000283	SONIA NARA APARECIDA CALGARO	Prof. Educação Infantil	4,25	5,50	2,00	52,25	37
000000000182	LUCIMARI APARECIDA VICENTE	Prof. Educação Infantil	4,25	5,50	2,00	52,25	38
000000000207	MARILSE ALVES FRANÇA	Prof. Educação Infantil	5,30	3,00	2,00	52,10	39
000000000167	LIDIANE APARECIDA SUTIL	Prof. Educação Infantil	5,30	3,00	2,00	52,10	40
000000000281	SÔNIA APARECIDA VARGAS DE JESUS	Prof. Educação Infantil	4,20	5,50	2,00	51,90	41
000000000181	LUCIMARA DE OLIVEIRA DE VILLA	Prof. Educação Infantil	4,20	5,50	2,00	51,90	42
000000000148	JULIA IZABEL V. C. MENEGAS	Prof. Educação Infantil	5,05	5,50	0,00	51,85	43
000000000168	LILIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	Prof. Educação Infantil	6,10	1,00	2,00	51,70	44
000000000204	MARILENE TURELLA	Prof. Educação Infantil	4,15	5,50	2,00	51,55	45

000000000234	REGINA MARIA THIBES	Prof. Educação Infantil	4,15	5,50	2,00	51,55	46
000000000272	SOLANGE ALVES MACIEL	Prof. Educação Infantil	4,15	5,50	2,00	51,55	47
000000000086	ELISANGELA BERLANDA FAGUNDES	Prof. Educação Infantil	5,05	3,00	2,00	50,35	48
000000000015	AMOARA RUBIA DA ROSA	Prof. Educação Infantil	3,95	5,50	2,00	50,15	49
000000000276	SONIA DE FATIMA RI-BEIRO DOS SANTOS	Prof. Educação Infantil	5,00	3,00	2,00	50,00	50
000000000251	ROSENIR DAS N. S. BRUGNERA	Prof. Educação Infantil	3,90	5,50	2,00	49,80	51
000000000133	IVONETE THEODORO DE ANHAYA	Prof. Educação Infantil	3,90	5,50	2,00	49,80	52
000000000149	JULIANA BORGES DE MATTOS	Prof. Educação Infantil	3,90	5,50	2,00	49,80	53
000000000186	MAISA APARECIDA PEIXOTO MENEGAS	Prof. Educação Infantil	3,85	5,50	2,00	49,45	54
000000000271	SIMONE DIAS DE OLIVEIRA DE MORAIS	Prof. Educação Infantil	3,85	5,50	2,00	49,45	55
000000000079	ELIANA DE MENECH	Prof. Educação Infantil	4,70	5,50	0,00	49,40	56
000000000245	ROSEÉLE ANGELICA DE QUADROS XAVIER	Prof. Educação Infantil	5,30	2,00	2,00	49,10	57
000000000278	SÔNIA APARECIDA DOS SANTOS	Prof. Educação Infantil	6,15	2,00	0,00	49,05	58
000000000068	DANIÉLLI SIQUEIRA BRANDÃO	Prof. Educação Infantil	4,85	3,00	2,00	48,95	59
000000000092	ELIZANGELA CAROLINE DE OLIVEIRA ZACARON	Prof. Educação Infantil	5,25	2,00	2,00	48,75	60
000000000060	CRISTINA AP. C. DE AVILA	Prof. Educação Infantil	4,80	3,00	2,00	48,60	61
000000000284	SULEICA BOEIRA DA ROSA ONEDA	Prof. Educação Infantil	3,70	5,50	2,00	48,40	62
000000000096	EVA LUCIANA DE OLIVEIRA	Prof. Educação Infantil	4,55	5,50	0,00	48,35	63
000000000080	ELIANA MAI	Prof. Educação Infantil	5,60	1,00	2,00	48,20	64
000000000123	ILDENEI BORGES	Prof. Educação Infantil	3,65	5,50	2,00	48,05	65
000000000244	ROSANI CARNIEL FRANÇA	Prof. Educação Infantil	4,70	3,00	2,00	47,90	66
000000000249	ROSELY DE FÁTIMA DONATTI STRADIOTTI	Prof. Educação Infantil	3,60	5,50	2,00	47,70	67
000000000259	SANDRA APARECIDA LOPES MATOS	Prof. Educação Infantil	5,50	1,00	2,00	47,50	68
000000000038	ANNY C. DE SOUZA G. RAYSEL	Prof. Educação Infantil	5,50	3,00	0,00	47,50	69
000000000247	ROSELI BOEIRA DA R. T. DE CAMPOS	Prof. Educação Infantil	3,55	5,50	2,00	47,35	70
000000000258	SABRINA GOUVEIA RIBEIRO	Prof. Educação Infantil	5,90	2,00	0,00	47,30	71
000000000140	JOSEANE T. DE MATOS REINALDO	Prof. Educação Infantil	5,00	2,00	2,00	47,00	72
000000000083	ELIS REGINA DE MATOS	Prof. Educação Infantil	5,35	3,00	0,00	46,45	73
000000000173	LOURDES DE FATIMA PICININ	Prof. Educação Infantil	5,35	3,00	0,00	46,45	74
000000000099	FÁTIMA MARIA LESSE GARCIA	Prof. Educação Infantil	4,45	3,00	2,00	46,15	75
000000000084	ELIS REGINA ZACARON	Prof. Educação Infantil	4,20	5,50	0,00	45,90	76
000000000062	DAIANE CRISTINA CESTONARO	Prof. Educação Infantil	5,25	3,00	0,00	45,75	77
000000000261	SANTA CATARINA ALVES DA COSTA	Prof. Educação Infantil	4,80	2,00	2,00	45,60	78

000000000054	CLEIDI DUARTE DE MATTIA	Prof. Educação Infantil	4,15	5,50	0,00	45,55	79
000000000135	JANETE DE FÁTIMA DA SILVA	Prof. Educação Infantil	5,60	2,00	0,00	45,20	80
000000000216	MICHELLE MAZOCCO MEDEIROS	Prof. Educação Infantil	4,25	3,00	2,00	44,75	81
000000000070	DINAMAR CARBONERA DO CARMO ANTUNES	Prof. Educação Infantil	4,25	3,00	2,00	44,75	82
000000000160	KATIANE RODRIGUES DE ALMEIDA	Prof. Educação Infantil	5,95	1,00	0,00	44,65	83
000000000007	ADRIANE RIETTA	Prof. Educação Infantil	4,20	3,00	2,00	44,40	84
000000000294	VALERIA DUTRA	Prof. Educação Infantil	5,05	1,00	2,00	44,35	85
000000000095	ELLEN MARIA C. B. PEICHO	Prof. Educação Infantil	5,05	3,00	0,00	44,35	86
000000000229	PATRICIA BALESTRIN	Prof. Educação Infantil	4,15	3,00	2,00	44,05	87
000000000260	SANDRA MARILETE FISCHER FLESCH	Prof. Educação Infantil	5,00	3,00	0,00	44,00	88
000000000225	PÂMELA APARECIDA ALVES	Prof. Educação Infantil	5,85	1,00	0,00	43,95	89
000000000001	ADELITA TEREZINHA SERPA	Prof. Educação Infantil	5,40	2,00	0,00	43,80	90
000000000279	SONIA AP. GONÇALVES ALMEIDA	Prof. Educação Infantil	3,80	5,50	0,00	43,10	91
000000000162	KELLY TAYNARA GIUSTI	Prof. Educação Infantil	5,70	1,00	0,00	42,90	92
000000000252	ROSMARI DOS SANTOS LORINI	Prof. Educação Infantil	3,95	3,00	2,00	42,65	93
000000000190	MARCIA APARECIDA REQUES SCOLARO	Prof. Educação Infantil	3,85	3,00	2,00	41,95	94
000000000018	ANA CAROLINA THIBES K. SPILMANN	Prof. Educação Infantil	3,85	3,00	2,00	41,95	95
000000000235	REJANE RIBEIRO	Prof. Educação Infantil	5,55	1,00	0,00	41,85	96
000000000303	VIVIANE DE SOUZA GRAEFF	Prof. Educação Infantil	5,50	1,00	0,00	41,50	97
000000000022	ANA QUÉZIA SILVA DA ROSA RIBEIRO	Prof. Educação Infantil	5,00	2,00	0,00	41,00	98
000000000064	DANIELA DA SILVA LESSE	Prof. Educação Infantil	5,40	1,00	0,00	40,80	99
000000000039	BRUNA PINHEIRO LOPES	Prof. Educação Infantil	5,35	1,00	0,00	40,45	100
000000000025	ANDRÉA CORRÊA LEMOS	Prof. Educação Infantil	3,60	3,00	2,00	40,20	101
000000000107	FRANCIÉLE DIONISIO	Prof. Educação Infantil	5,30	1,00	0,00	40,10	102
000000000027	ANDREIA DE AZEREDO	Prof. Educação Infantil	5,30	1,00	0,00	40B,10	103
000000000295	VALQUIRIA TERESINHA BOEIRA DA ROSA	Prof. Educação Infantil	3,55	3,00	2,00	39,85	104
000000000128	IVANDIRA DE FATIMA LOPES DE SOUZA	Prof. Educação Infantil	3,95	2,00	2,00	39,65	105
000000000282	SÔNIA GORETI MARTINS	Prof. Educação Infantil	4,80	2,00	0,00	39,60	106
000000000006	ADRIANE MUTERLE DA LUZ	Prof. Educação Infantil	4,25	3,00	0,00	38,75	107
000000000088	ELISÂNGELA RAIZER MACULAN	Prof. Educação Infantil	5,10	1,00	0,00	38,70	108
000000000017	ANA CAROLINA PADILHA DOS SANTOS	Prof. Educação Infantil	5,05	1,00	0,00	38,35	109
000000000120	GRACILIANA CORDEIRO CORREIA	Prof. Educação Infantil	4,15	3,00	0,00	38,05	110
000000000268	SILVIA ANGELA BEVIL-QUA LOPES	Prof. Educação Infantil	4,15	3,00	0,00	38,05	111

000000000237	RENATA DE LIMA	Prof. Educação Infantil	4,55	2,00	0,00	37,85	112
000000000033	ANDRESSA PIRES NO-HATTO	Prof. Educação Infantil	4,90	1,00	0,00	37,30	113
000000000067	DANIELI ALVES	Prof. Educação Infantil	3,95	3,00	0,00	36,65	114
000000000043	CAMILA MACHADO LINS	Prof. Educação Infantil	3,95	3,00	0,00	36,65	115
000000000098	FÁTIMA DORVALINA HIMMER FERREIRA	Prof. Educação Infantil	3,95	1,00	2,00	36,65	116
000000000215	MICHELI DIONISIO	Prof. Educação Infantil	4,80	1,00	0,00	36,60	117
000000000157	KARINE VICENTE DA-NIELEWICZ	Prof. Educação Infantil	4,80	1,00	0,00	36,60	118
000000000132	IVONETE MACHADO VICENTE	Prof. Educação Infantil	3,90	3,00	0,00	36,30	119
000000000012	ALINE APARECIDA DE ALMEIDA PEREZ	Prof. Educação Infantil	3,90	3,00	0,00	36,30	120
000000000159	KARIZE VICENTE	Prof. Educação Infantil	4,75	1,00	0,00	36,25	121
000000000191	MARCIA DA SILVA	Prof. Educação Infantil	4,70	1,00	0,00	35,90	122
000000000273	SOLANGE APARECIDA RIBEIRO DA SILVA	Prof. Educação Infantil	4,55	1,00	0,00	34,85	123
000000000223	OLIVIA XAVIER BRAGHEROLLI	Prof. Educação Infantil	4,50	1,00	0,00	34,50	124
000000000029	ANDREIA HERCILIA GERHARDT DA ROSA	Prof. Educação Infantil	4,50	1,00	0,00	34,50	125
000000000030	ANDRÉIA PRATES PERTUSSATI	Prof. Educação Infantil	4,50	1,00	0,00	34,50	126
000000000045	CARLA ROBERTA DE JESUS VICENTE	Prof. Educação Infantil	4,50	1,00	0,00	34,50	127
000000000193	MARCIANA REGINA CEZAR GOMES	Prof. Educação Infantil	3,60	3,00	0,00	34,20	128
000000000082	ELIANE MARIA CRISTINA B. SANDRI	Prof. Educação Infantil	4,40	1,00	0,00	33,80	129
000000000227	PATRICIA ALVES	Prof. Educação Infantil	4,35	1,00	0,00	33,45	130
000000000094	ELIZETE SANTOS	Prof. Educação Infantil	3,85	2,00	0,00	32,95	131
000000000078	ELESANDRA SCUZIATTO ZINI	Prof. Educação Infantil	4,25	1,00	0,00	32,75	132
000000000242	ROSANGELA DAS GRACAS FERNANDES	Prof. Educação Infantil	4,20	1,00	0,00	32,40	133
000000000108	FRANCIELI CALAI	Prof. Educação Infantil	4,20	1,00	0,00	32,40	134
000000000047	CARLA TOLOMEOTTI DE MOURA SILVA	Prof. Educação Infantil	4,20	1,00	0,00	32,40	135
000000000010	ALEXSSANDRA APARECIDA RIBEIRO	Prof. Educação Infantil	4,20	1,00	0,00	32,40	136
000000000044	CAMILA NAZARIO CRUZ DA SILVA	Prof. Educação Infantil	4,20	1,00	0,00	32,40	137
000000000158	KARIZE FACIN MARCHEZAN	Prof. Educação Infantil	4,15	1,00	0,00	32,05	138
000000000211	MARIZETE DE FATIMA BECKER TOIGO	Prof. Educação Infantil	4,15	1,00	0,00	32,05	139
000000000263	SHERONLINE FERREIRA DA SILVA	Prof. Educação Infantil	4,15	1,00	0,00	32,05	140
000000000103	FRANCELINA BERNADETTE FRANÇA	Prof. Educação Infantil	4,00	1,00	0,00	31,00	141
000000000127	IVANA ZANIN HOLLEWEGER	Prof. Educação Infantil	3,95	1,00	0,00	30,65	142
000000000238	RITA DE CACIA PENAFORTE	Prof. Educação Infantil	3,85	1,00	0,00	29,95	143
000000000296	VANDERLÉIA APARECIDA GRASSMAM	Prof. Educação Infantil	3,65	1,00	0,00	28,55	144

000000000214	MAYLA PEREIRA DE OLIVEIRA	Prof. Educação Infantil	3,65	1,00	0,00	28,55	145
000000000200	MARIAH JULIA PINTO	Prof. Educação Infantil	3,65	1,00	0,00	28,55	146
000000000061	DAIANA APARECIDA DOS SANTOS	Prof. Educação Infantil	3,55	1,00	0,00	27,85	147
Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes							

Professor Educ. Infantil - NÃO HABILITADOS

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000113	GISELE ALVES DE SOUZA	Prof. Educação Infantil	4,75	0,50	2,00	40,75	1
000000000185	MAIREAD CRISTINA DE JESUS PEREIRA	Prof. Educação Infantil	5,60	0,00	0,00	39,20	2
000000000124	ILIANE APARECIDA WOLKERT SPADER	Prof. Educação Infantil	5,60	0,00	0,00	39,20	3
000000000171	LILIANE DE ANDRADE RIBEIRO	Prof. Educação Infantil	5,35	0,50	0,00	38,95	4
000000000085	ELISABETE APARECIDA PACHECO	Prof. Educação Infantil	5,30	0,50	0,00	38,60	5
000000000111	GABRIELI DORINI	Prof. Educação Infantil	5,40	0,00	0,00	37,80	6
000000000236	RENATA ALVES DOS SANTOS	Prof. Educação Infantil	5,10	0,50	0,00	37,20	7
000000000109	FRANCIELI MARIA SILVESTRINE SÁ	Prof. Educação Infantil	5,30	0,00	0,00	37,10	8
000000000280	SONIA AP. G. THIBES	Prof. Educação Infantil	5,00	0,50	0,00	36,50	9
000000000208	MARINA SCHALY	Prof. Educação Infantil	5,00	0,50	0,00	36,50	10
000000000156	KARIN REGINA SCHALY	Prof. Educação Infantil	5,20	0,00	0,00	36,40	11
000000000196	MARIA DE FATIMA VARELLA	Prof. Educação Infantil	5,15	0,00	0,00	36,05	12
000000000177	LUCIANE MOREIRA ZANÃO	Prof. Educação Infantil	5,10	0,00	0,00	35,70	13
000000000293	VALÉRIA BELLOZUPKO	Prof. Educação Infantil	5,10	0,00	0,00	35,70	14
000000000051	CLÁUDIA ELIANE DE LIMA	Prof. Educação Infantil	5,05	0,00	0,00	35,35	15
000000000265	SILMARA DE FATIMA CARNIEL SILVEIRA	Prof. Educação Infantil	5,05	0,00	0,00	35,35	16
000000000089	ELIZANDRA DE OLIVEIRA FRANÇA	Prof. Educação Infantil	4,80	0,50	0,00	35,10	17
000000000143	JOSIANE TONHOLI	Prof. Educação Infantil	4,80	0,50	0,00	35,10	18
000000000032	ANDRESSA FÁTIMA BAGNARA	Prof. Educação Infantil	5,00	0,00	0,00	35,00	19
000000000226	PAMELA MORAIS R. DE FREITAS	Prof. Educação Infantil	5,00	0,00	0,00	35,00	20
000000000134	IZABEL CRISTINA PEREIRA MARTINS	Prof. Educação Infantil	4,75	0,50	0,00	34,75	21
000000000121	GRAZIELI APARECIDA C. C. MAI	Prof. Educação Infantil	4,75	0,50	0,00	34,75	22
000000000137	JAQUELINE SCHWANTES	Prof. Educação Infantil	4,70	0,50	0,00	34,40	23
000000000072	DIRLENE MARIA RECH TRAVERSINI	Prof. Educação Infantil	4,65	0,50	0,00	34,05	24

000000000264	SILMARA APARECIDA REDANTE	Prof. Educação Infantil	4,85	0,00	0,00	33,95	25
000000000188	MARCELA LUCIANA PEREIRA	Prof. Educação Infantil	4,80	0,00	0,00	33,60	26
000000000192	MARCIA DISSEGNA	Prof. Educação Infantil	4,55	0,50	0,00	33,35	27
000000000036	ANGELICA PRISCILA GERHARDT	Prof. Educação Infantil	4,75	0,00	0,00	33,25	28
000000000129	IVANI CRISTINA DE CAMPOS HAACK	Prof. Educação Infantil	4,75	0,00	0,00	33,25	29
000000000250	ROSENILDA DE ALMEIDA FOGAÇA	Prof. Educação Infantil	4,75	0,00	0,00	33,25	30
000000000058	CRISTIANE CORRÊA GRACIETTI	Prof. Educação Infantil	4,50	0,50	0,00	33,00	31
000000000298	VANESSA DE MELO NUNES	Prof. Educação Infantil	4,70	0,00	0,00	32,90	32
000000000291	THAÍS ANGÉLICA MOREIRA	Prof. Educação Infantil	4,70	0,00	0,00	32,90	33
000000000093	ELIZANGELA GONÇALVES	Prof. Educação Infantil	4,45	0,50	0,00	32,65	34
000000000194	MARGARET APARECIDA MEIRA	Prof. Educação Infantil	4,40	0,50	0,00	32,30	35
000000000175	LUCIANA RIBEIRO LIMA	Prof. Educação Infantil	4,55	0,00	0,00	31,85	36
000000000059	CRISTINA ALMEIDA	Prof. Educação Infantil	4,50	0,00	0,00	31,50	37
000000000066	DANIELE RIBEIRO SCOLARO	Prof. Educação Infantil	4,50	0,00	0,00	31,50	38
000000000289	TATIANI BACH DA SILVA	Prof. Educação Infantil	4,50	0,00	0,00	31,50	39
000000000301	VANUSA FATIMA FACIN CAMASSOLA	Prof. Educação Infantil	4,50	0,00	0,00	31,50	40
000000000275	SOLANGE DE F. ALVES F. DE LIMA	Prof. Educação Infantil	4,25	0,50	0,00	31,25	41
000000000065	DANIELE CAMILE PESSOLE SOUZA	Prof. Educação Infantil	4,25	0,50	0,00	31,25	42
000000000270	SIMARA ANTUNES GONÇALVES	Prof. Educação Infantil	4,45	0,00	0,00	31,15	43
000000000205	MARILIA DOMINGUES DA SILVA	Prof. Educação Infantil	4,45	0,00	0,00	31,15	44
000000000145	JUÇARA RECALCATTI DA SILVA	Prof. Educação Infantil	4,45	0,00	0,00	31,15	45
000000000152	JULIANA INÊS BET BOFF	Prof. Educação Infantil	4,20	0,50	0,00	30,90	46
000000000161	KELINE MARIA DE MATTOS VARELA	Prof. Educação Infantil	4,40	0,00	0,00	30,80	47
000000000028	ANDREIA DE FATIMA RIBEIRO ANTUNES	Prof. Educação Infantil	4,40	0,00	0,00	30,80	48
000000000233	REGIANE VARELA	Prof. Educação Infantil	4,10	0,50	0,00	30,20	49
000000000285	SUSANA RAMPON MASCARELLO	Prof. Educação Infantil	4,30	0,00	0,00	30,10	50
000000000197	MARIA DOS SANTOS	Prof. Educação Infantil	4,25	0,00	0,00	29,75	51
000000000266	SILVANA APARECIDA DE ARRUDA	Prof. Educação Infantil	4,25	0,00	0,00	29,75	52
000000000097	EVELIZE ADRIELI DE OLIVEIRA MACHADO	Prof. Educação Infantil	4,00	0,50	0,00	29,50	53
000000000262	SCHEILE DA COSTA RIETTA ALMEIDA	Prof. Educação Infantil	4,20	0,00	0,00	29,40	54

000000000178	LUCIANE CRISTINA DA SILVA CALDEROLI	Prof. Educação Infantil	4,20	0,00	0,00	29,40	55
000000000300	VANICE SABEI CASSANIGA	Prof. Educação Infantil	4,15	0,00	0,00	29,05	56
000000000164	LEONICE PADILHA DA COSTA	Prof. Educação Infantil	4,15	0,00	0,00	29,05	57
000000000254	ROZE APARECIDA TEIXEIRA	Prof. Educação Infantil	4,15	0,00	0,00	29,05	58
000000000232	PRISCILLA STRAMOSK	Prof. Educação Infantil	3,90	0,50	0,00	28,80	59
000000000144	JOZIELE APARECIDA CARNEIRO	Prof. Educação Infantil	4,10	0,00	0,00	28,70	60
000000000203	MARILENE DE F. DE O. CEREGATTI	Prof. Educação Infantil	3,85	0,50	0,00	28,45	61
000000000100	FERNANDA BECKER	Prof. Educação Infantil	3,85	0,50	0,00	28,45	62
000000000073	EDILAINE ANTUNES GONÇALVES	Prof. Educação Infantil	4,05	0,00	0,00	28,35	63
000000000035	ANGÉLICA APARECIDA DA SILVA	Prof. Educação Infantil	3,80	0,50	0,00	28,10	64
000000000041	CALINCA PIERI	Prof. Educação Infantil	4,00	0,00	0,00	28,00	65
000000000209	MARINES APARECIDA MELLO	Prof. Educação Infantil	3,95	0,00	0,00	27,65	66
000000000002	ADRIANA ALBUQUERQUE	Prof. Educação Infantil	3,95	0,00	0,00	27,65	67
000000000115	GISÉLI RITA DE MORAIS	Prof. Educação Infantil	3,95	0,00	0,00	27,65	68
000000000110	FRANCIELLI JAQUELINE XAVIER	Prof. Educação Infantil	3,95	0,00	0,00	27,65	69
000000000239	ROSANA DE FÁTIMA BOM BERNABE	Prof. Educação Infantil	3,95	0,00	0,00	27,65	70
000000000056	CRISLAINE DE ALMEIDA	Prof. Educação Infantil	3,95	0,00	0,00	27,65	71
000000000142	JOSIANE I. COSTA DE LARA FERREIRA	Prof. Educação Infantil	3,90	0,00	0,00	27,30	72
000000000297	VANESA MACARIO DA ROCHA	Prof. Educação Infantil	3,90	0,00	0,00	27,30	73
000000000163	LEIDIANE AP CHUIQUER	Prof. Educação Infantil	3,90	0,00	0,00	27,30	74
000000000218	NATHÁLIA PIRES NOHATTO	Prof. Educação Infantil	3,90	0,00	0,00	27,30	75
000000000136	JAQUELINE SCHALY	Prof. Educação Infantil	3,90	0,00	0,00	27,30	76
000000000106	FRANCIELE CORREA MIGUEL	Prof. Educação Infantil	3,85	0,00	0,00	26,95	77
000000000040	BRUNA RIBEIRO	Prof. Educação Infantil	3,85	0,00	0,00	26,95	78
000000000147	JUCELIA SPADER DE MATTOS	Prof. Educação Infantil	3,85	0,00	0,00	26,95	79
000000000199	MARIA GORETE LOPES CORDEIRO	Prof. Educação Infantil	3,85	0,00	0,00	26,95	80
000000000228	PATRICIA APARECIDA DOS SANTOS BOITA	Prof. Educação Infantil	3,85	0,00	0,00	26,95	81
000000000179	LUCIANE PINTO RIBEIRO	Prof. Educação Infantil	3,80	0,00	0,00	26,60	82
000000000217	MÍRIAM GONÇALVES DIAS	Prof. Educação Infantil	3,70	0,00	0,00	25,90	83
000000000231	PATRICIA JULIANA FRANÇA BLEICHWEL	Prof. Educação Infantil	3,65	0,00	0,00	25,55	84

000000000590	LUCIANA DE OLIVEIRA MOREIRA	Prof. Educação Infantil	3,65	0,00	0,00	25,55	85
000000000024	ANDRÉ SANTOS MICHELON	Prof. Educação Infantil	3,65	0,00	0,00	25,55	86
000000000130	IVETE APARECIDA DA CRUZ SILVA	Prof. Educação Infantil	3,65	0,00	0,00	25,55	87
000000000087	ELISANGELA DE SOUZA M. DA SILVA	Prof. Educação Infantil	3,65	0,00	0,00	25,55	88
000000000101	FERNANDA BUENO	Prof. Educação Infantil	3,60	0,00	0,00	25,20	89
000000000102	FLAVIA CRISTIANE FRANÇA	Prof. Educação Infantil	3,55	0,00	0,00	24,85	90

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor Espanhol - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000489	SIVLENI MARIA FORNARA LEMOS	Prof. Espanhol	4,50	3,00	2,00	46,50	1

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor Geografia - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000455	LUIS CLAUDIO VIDAL	Prof. Geografia	6,20	5,50	2,00	65,90	1
000000000458	MARINÊS CECHIN ROTINI	Prof. Geografia	5,90	5,50	2,00	63,80	2
000000000449	EDNA L. DA SILVA JORRA	Prof. Geografia	5,35	5,50	2,00	59,95	3
000000000453	JOCEMARA APARECIDA RIBAS	Prof. Geografia	5,60	3,00	2,00	54,20	4
000000000448	CLÁUDIA BARBOSA	Prof. Geografia	5,35	5,50	0,00	53,95	5
000000000450	GORETE TEREZINHA LINS	Prof. Geografia	4,45	5,50	2,00	53,65	6
000000000456	MARILISA GANZALA	Prof. Geografia	5,25	5,50	0,00	53,25	7
000000000457	MARILU LEMOS DOS SANTOS CALGARO	Prof. Geografia	4,15	5,50	2,00	51,55	8
000000000454	JOILSON DE GIACOMETTI	Prof. Geografia	5,00	3,00	0,00	44,00	9
000000000451	JANETE DA SILVA LESSE AMORIM	Prof. Geografia	4,75	3,00	0,00	42,25	10
000000000459	SONIA APARECIDA TESSER QUIBEM	Prof. Geografia	3,60	3,00	2,00	40,20	11
000000000447	ANADIR ANTUNES DE SA	Prof. Geografia	3,55	3,00	0,00	33,85	12

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor Geografia - NÃO HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000446	ANA PAULA PEREIRA	Prof. Geografia	5,80	0,00	0,00	40,60	1

Professor História - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000444	VALDERI MIO-RELLI DISSEGNA	Prof. História	5,00	5,50	2,00	57,50	1
000000000439	MARIA LORENA DO NASCIMENTO DA SILVA	Prof. História	5,85	5,50	0,00	57,45	2
000000000440	MARINES VARELA DA SILVA ROSA	Prof. História	4,70	5,50	2,00	55,40	3
000000000434	GRAZIELE DE FATIMA ZANCHETT	Prof. História	4,25	5,50	2,00	52,25	4
000000000433	DARLEI PELENTIR	Prof. História	4,70	3,00	2,00	47,90	5
000000000442	THIAGO BROLEZZI	Prof. História	5,00	3,00	0,00	44,00	6

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor História - NÃO HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000432	ANGELA MARIA LAGO	Prof. História	4,25	0,00	0,00	29,75	1
000000000443	TIAGO CARVALHO MENEGAZ	Prof. História	4,15	0,00	0,00	29,05	2
000000000435	IVO CESAR SILVEIRA	Prof. História	4,00	0,00	0,00	28,00	3
000000000445	VANESSA FERREIRA REBOUCAS	Prof. História	3,95	0,00	0,00	27,65	4
000000000437	JOSÉ ROBERTO DA ROSA	Prof. História	3,65	0,00	0,00	25,55	5
000000000441	TAILA APARECIDA RECALCATTI	Prof. História	3,65	0,00	0,00	25,55	6

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor Inglês - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000484	ELIZE APARECIDA DE LIMA	Prof. Inglês	5,25	5,50	2,00	59,25	1
000000000486	MARISOL BEATRIZ ALVES	Prof. Inglês	4,25	3,00	2,00	44,75	2
000000000488	SUELI MARIA REDANTE	Prof. Inglês	4,35	3,00	0,00	39,45	3

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor Matemática - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000419	ELIZANDRA FATIMA MACHAJEWSKI	Prof. Matemática	5,90	5,50	2,00	63,80	1
000000000422	JOELMA KOMINKIEWICZ SCOLARO	Prof. Matemática	5,25	5,50	2,00	59,25	2
000000000413	ALBERTINA RICHARTZ ROSA	Prof. Matemática	5,05	5,50	2,00	57,85	3

000000000425	LUCIANA APARECIDA MEDEIROS	Prof. Matemática	4,70	5,50	2,00	55,40	4
000000000415	ALINI GUARDA	Prof. Matemática	5,70	3,00	2,00	54,90	5
000000000429	VANESSA BARROS BORTOLINI	Prof. Matemática	5,55	3,00	2,00	53,85	6
000000000426	MARCELA TEREZINHA BITTENCOURT	Prof. Matemática	4,15	5,50	2,00	51,55	7
000000000424	JULIANA NUNES	Prof. Matemática	5,05	3,00	2,00	50,35	8
000000000421	GELSON LUIS MELLEGARI DOS SANTOS	Prof. Matemática	4,50	5,50	0,00	48,00	9
000000000428	ONELIA DE MATTHIA PADILHA	Prof. Matemática	4,30	5,50	0,00	46,60	10
000000000416	ANGELITA APARECIDA PEREIRA	Prof. Matemática	3,70	3,00	2,00	40,90	11
000000000420	FRANCIÉLI RODRIGUES DA ROSA MACHADO	Prof. Matemática	4,55	3,00	0,00	40,85	12
000000000427	MONAISE FATIMA CESA CRIVELATTI	Prof. Matemática	4,45	3,00	0,00	40,15	13

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor Matemática - NÃO HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000417	CONCEIÇÃO SILMARA RIBEIRO BECKER	Prof. Matemática	4,75	0,00	2,00	39,25	1
000000000423	JOICE APARECIDA MENDES	Prof. Matemática	5,25	0,00	0,00	36,75	2
000000000430	WILLYAN CARLOS MELOTTI	Prof. Matemática	4,95	0,00	0,00	34,65	3

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor Português - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000404	JOSIELI PACECKA KUNRATH	Prof. Português	5,85	3,00	2,00	55,95	1
000000000405	MARA SIMONE XAVIER ALVES DA ROSA	Prof. Português	4,20	5,50	2,00	51,90	2
000000000409	SUELI DE GODOI	Prof. Português	6,10	3,00	0,00	51,70	3
000000000402	GLÓRIA CAROLINE NERI MANTOVANI	Prof. Português	5,65	3,00	0,00	48,55	4
000000000406	MÁRCIO FELIPE PADILHA	Prof. Português	5,25	3,00	0,00	45,75	5
000000000397	ALESSANDRA CAMILA MAI	Prof. Português	4,20	3,00	2,00	44,40	6
000000000403	IZABETI TEREZINHA BONATO	Prof. Português	4,95	3,00	0,00	43,65	7
000000000411	VANESSA SCHNEIDER	Prof. Português	4,85	3,00	0,00	42,95	8
000000000398	CAROLINE FAGUNDES	Prof. Português	3,80	3,00	0,00	35,60	9
000000000400	GENY CAROLINA BROCARD KÖRNER	Prof. Português	3,60	3,00	0,00	34,20	10

000000000396	ALESSANDRA BERTAIOLI	Prof. Português	3,60	3,00	0,00	34,20	11
--------------	----------------------	-----------------	------	------	------	-------	----

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor Português - NÃO HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000401	GISELE MORESCO DOS SANTOS	Prof. Português	5,35	0,50	0,00	38,95	1
000000000399	EDSON BATISTA PEGORARO	Prof. Português	5,30	0,00	0,00	37,10	2
000000000410	TÁLICE APARECIDA CAMASSOLA CRIVELATTI	Prof. Português	4,50	0,50	0,00	33,00	3
000000000412	VIRIDIANE LAÍS BETIOLLO	Prof. Português	3,90	0,00	0,00	27,30	4

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Prof. Séries Iniciais - EI Corredeira - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000566	LUCIMAR DOS SANTOS MORAES	Prof. Séries Iniciais - EI Corredeira	4,30	2,00	2,00	42,10	1
000000000567	TAIS ANGELA PINHEIRO MACHADO	Prof. Séries Iniciais - EI Corredeira	4,80	1,00	0,00	36,60	2

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Prof. Séries Iniciais - EI Corredeira - NÃO HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000565	JESSICA KERVALD DA SILVA	Prof. Séries Iniciais - EI Corredeira	3,55	0,00	0,00	24,85	1

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Prof. Séries Iniciais - EI Encruzilhada - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000580	ALMERINDA A. DE O. KORB	Prof. Séries Iniciais - EI Encruzilhada	4,50	5,50	2,00	54,00	1
000000000579	ALDETE DA SILVA S. TONIELLO	Prof. Séries Iniciais - EI Encruzilhada	3,90	1,00	0,00	30,30	2

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Prof. Séries Iniciais - EI Pe. Jósimo M. Tavares – HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000569	MARILUCI RAMOS	Prof. Séries Iniciais - EI Pe. Jósimo M. Tavares	5,75	3,00	2,00	55,25	1

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Prof. Séries Iniciais - EI Pinhal Preto - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000568	INDIAMARA CRISTINA ROSSETTO	Prof. Séries Iniciais - EI Pinhal Preto	3,90	1,00	0,00	30,30	1

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Prof. Séries I. - EI Profa. Andréia Durigon - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000570	CLAUDIANA S. DA SILVA	Prof. Séries I. - EI Profa. Andréia Durigon	3,55	3,00	2,00	39,85	1
000000000571	LUCIANA A. DA SILVA	Prof. Séries I. - EI Profa. Andréia Durigon	4,75	1,00	0,00	36,25	2

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Prof. Séries I. - EI Profa. Lides T. D.Titon - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000572	SILUI MARIA S. ROSSETTO	Prof. Séries I. - EI Profa. Lides T. D.Titon	3,90	5,50	2,00	49,80	1

Prof. Séries Iniciais - EI São João dos Campos Novas - NÃO HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000575	MARINALVA DA C. SILVA	Prof. S. I. - EI São João dos Campos Novas	4,20	0,50	2,00	36,90	1

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Prof. Séries Iniciais - EI São Simão Panho - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000576	IVANIA AP.DE O. STEFANES	Prof. Séries Iniciais - EI São Simão Panho	4,45	5,50	2,00	53,65	1
000000000578	MARILEIA GI. M. FAGUNDES	Prof. Séries Iniciais - EI São Simão Panho	3,70	5,50	2,00	48,40	2
000000000577	JOSSILENY G. STEFANES	Prof. Séries Iniciais - EI São Simão Panho	4,50	3,00	0,00	40,50	3

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Prof. Séries Iniciais – HABILITADOS

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000318	CANDIDA APARECIDA DA ROSA SERPA	Prof. Séries Iniciais	5,30	5,50	2,00	59,60	1
000000000353	LAUDICÉIA BERNARDI	Prof. Séries Iniciais	5,30	5,50	2,00	59,60	2
000000000363	MARIA MAFALDA CAS-SANIGA	Prof. Séries Iniciais	5,00	5,50	2,00	57,50	3
000000000372	PATRICIA TOMAZONI PELENTIR	Prof. Séries Iniciais	4,75	5,50	2,00	55,75	4
000000000373	QUELIN SOARES BORGES	Prof. Séries Iniciais	4,75	5,50	2,00	55,75	5
000000000320	CARMELINA DE FÁTIMA WILPERT MOCELIN	Prof. Séries Iniciais	4,65	5,50	2,00	55,05	6
000000000316	ANDREIA HILDEBRAND DO DOS SANTOS SALMÓRIA	Prof. Séries Iniciais	3,95	7,00	2,00	54,65	7
000000000329	ELENICE APARECIDA MERFORT	Prof. Séries Iniciais	5,60	3,00	2,00	54,20	8
000000000339	FABIANA DE FÁTIMA ROSSA	Prof. Séries Iniciais	4,50	5,50	2,00	54,00	9
000000000312	ANA ELOI SOBIECZIAK DE OLIVEIRA	Prof. Séries Iniciais	4,40	5,50	2,00	53,30	10
000000000394	VILMAIR FLÔRES JUNHO	Prof. Séries Iniciais	4,35	5,50	2,00	52,95	11
000000000323	CÉLIA CORREA	Prof. Séries Iniciais	4,20	5,50	2,00	51,90	12
000000000336	ELIANI APARECIDA CORREIA CARMINATI	Prof. Séries Iniciais	4,15	5,50	2,00	51,55	13
000000000360	MARIA CLAUDIA SOARES ROSSI	Prof. Séries Iniciais	4,15	5,50	2,00	51,55	14
000000000355	LETÍCIA SABEI DE ALMEIDA	Prof. Séries Iniciais	5,00	5,50	0,00	51,50	15
000000000376	RITA DE CASSIA ZANCHET DALPIVA	Prof. Séries Iniciais	3,90	5,50	2,00	49,80	16
000000000386	SULANDRA APARECIDA PEREIRA	Prof. Séries Iniciais	3,80	5,50	2,00	49,10	17
000000000337	ELIZETE APARECIDA DA SILVA FIGUEIREDO	Prof. Séries Iniciais	4,80	3,00	2,00	48,60	18
000000000309	ALESSANDRA DE LIMA	Prof. Séries Iniciais	4,75	3,00	2,00	48,25	19
000000000358	LUCIANA TOLOMEOTE ROSSI	Prof. Séries Iniciais	3,55	5,50	2,00	47,35	20
000000000354	LENICE STEFANES	Prof. Séries Iniciais	4,50	3,00	2,00	46,50	21
000000000352	KAMILA XAVIER	Prof. Séries Iniciais	4,45	3,00	2,00	46,15	22
000000000313	ANA PAULA BOSI BERTELLI	Prof. Séries Iniciais	5,25	3,00	0,00	45,75	23
000000000391	VANDERLEIA APARECIDA DE CAMPOS	Prof. Séries Iniciais	4,00	5,50	0,00	44,50	24
000000000356	LUCIA DE FATIMA DA SILVA	Prof. Séries Iniciais	3,90	5,50	0,00	43,80	25
000000000346	JACIRA PEREIRA DE JESUS	Prof. Séries Iniciais	4,95	3,00	0,00	43,65	26
000000000377	ROMILDA SALETE SPIASSI ZOTTI	Prof. Séries Iniciais	3,85	5,50	0,00	43,45	27
000000000345	IVONETE TEREZINHA DEBASTIANI	Prof. Séries Iniciais	3,95	3,00	2,00	42,65	28
000000000378	ROSECLER SCHMITZ SERENA	Prof. Séries Iniciais	3,90	3,00	2,00	42,30	29

000000000322	CAROLINE PESSOLE SOUZA DA SILVA	Prof. Séries Iniciais	4,75	3,00	0,00	42,25	30
000000000393	VANIA CATARINA MEIRA DE CARVALHO	Prof. Séries Iniciais	3,80	3,00	2,00	41,60	31
000000000371	PATRICIA AVELINO MENDONÇA RAYSEL	Prof. Séries Iniciais	4,45	3,00	0,00	40,15	32
000000000368	MERY CRISTINA PINHEIRO PEIXOTO	Prof. Séries Iniciais	4,20	3,00	0,00	38,40	33
000000000310	ALINE ARAUJO DE MATOS	Prof. Séries Iniciais	5,00	1,00	0,00	38,00	34
000000000375	RITA DE CASSIA DOS PASSOS	Prof. Séries Iniciais	3,90	3,00	0,00	36,30	35
000000000379	ROSMARI BORGES COSTA	Prof. Séries Iniciais	3,85	3,00	0,00	35,95	36
000000000390	TAYNARA XAVIER ALVES DO AMARAL	Prof. Séries Iniciais	4,70	1,00	0,00	35,90	37
000000000351	JOSIANE M. R. FRANKE	Prof. Séries Iniciais	3,60	3,00	0,00	34,20	38
000000000327	DIANE MARCELA DA SILVA	Prof. Séries Iniciais	3,60	3,00	0,00	34,20	39
000000000365	MARILSE TEREZINHA DOS PASSOS	Prof. Séries Iniciais	4,40	1,00	0,00	33,80	40
000000000347	JAICIANE TELLES GOMES DA SILVA	Prof. Séries Iniciais	4,20	1,00	0,00	32,40	41
000000000332	ELIANE EDIMARA VIEIRA	Prof. Séries Iniciais	3,90	1,00	0,00	30,30	42
000000000384	SILVANA APARECIDA THIBES	Prof. Séries Iniciais	3,85	1,00	0,00	29,95	43

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Prof. Séries Iniciais - NÃO HABILITADOS

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000311	ANA BEVILAQUA	Prof. Séries Iniciais	5,25	0,00	2,00	42,75	1
000000000348	JANICE MURER BERNARDI	Prof. Séries Iniciais	5,85	0,00	0,00	40,95	2
000000000382	SANDRA FERREIRA	Prof. Séries Iniciais	4,80	0,50	0,00	35,10	3
000000000385	SILVIO CESAR FERREIRA	Prof. Séries Iniciais	4,80	0,00	0,00	33,60	4
000000000374	RAQUEL CAVALLHERI	Prof. Séries Iniciais	4,75	0,00	0,00	33,25	5
000000000326	DIANA MARINA DE SOUZA	Prof. Séries Iniciais	4,70	0,00	0,00	32,90	6
000000000349	JOCEMARA DONIZETE RIBAS DA SILVA	Prof. Séries Iniciais	4,45	0,50	0,00	32,65	7
000000000317	ANDRÉIA ZANOTTO FAGUNDES	Prof. Séries Iniciais	4,45	0,50	0,00	32,65	8
000000000314	ANA PAULA GONÇALVES	Prof. Séries Iniciais	4,55	0,00	0,00	31,85	9
000000000334	ELIANE MARIA CARPES	Prof. Séries Iniciais	4,50	0,00	0,00	31,50	10
000000000319	CARINE APARECIDA DOS SANTOS STEFANES	Prof. Séries Iniciais	4,50	0,00	0,00	31,50	11
000000000392	VANDRÉIA CARLA BASQUERA COLOMBO	Prof. Séries Iniciais	4,40	0,00	0,00	30,80	12
000000000370	NEOCIMARA TALITA ROSALEN	Prof. Séries Iniciais	4,25	0,00	0,00	29,75	13
000000000335	ELIANE TEREZINHA FIGUEIREDO	Prof. Séries Iniciais	4,15	0,00	0,00	29,05	14

000000000357	LUCIANA APA- RECIDA WOLFF ROSSA	Prof. Séries Iniciais	4,10	0,00	0,00	28,70	15
000000000362	MARIA HELENA LOPES	Prof. Séries Iniciais	4,00	0,00	0,00	28,00	16
000000000328	EDI GRAFF	Prof. Séries Iniciais	3,85	0,00	0,00	26,95	17
000000000321	CAROLINA APARE- CIDA FERREIRA	Prof. Séries Iniciais	3,85	0,00	0,00	26,95	18
000000000367	MAYARA JUNHO DE QUADROS	Prof. Séries Iniciais	3,80	0,00	0,00	26,60	19
000000000364	MARIA ROSANGE- LA MARQUES DE SOUZA	Prof. Séries Iniciais	3,65	0,00	0,00	25,55	20
000000000325	DÁBILA CRISTINA DO AMARAL	Prof. Séries Iniciais	3,65	0,00	0,00	25,55	21
000000000344	GREICIÉLI CRIS- TINE HANAUER	Prof. Séries Iniciais	3,65	0,00	0,00	25,55	22
000000000383	SIBÉLI ANGELA BET	Prof. Séries Iniciais	3,65	0,00	0,00	25,55	23
000000000387	TAIS LOPES RO- DRIGUES	Prof. Séries Iniciais	3,60	0,00	0,00	25,20	24
000000000359	LUCINEIA MA- CHADO	Prof. Séries Iniciais	3,60	0,00	0,00	25,20	25

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Prof. Educação Especial - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Edu- cação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000555	HELIANE LEMOS DOS SANTOS BET	Prof. Educação Especial	5,30	5,5	2,0	59,6	1
000000000560	MARIZETTE AN- TUNES	Prof. Educação Especial	5,15	5,5	2,0	58,6	2
000000000562	NELICE DA GRAÇA STEFANES	Prof. Educação Especial	4,55	5,5	2,0	54,4	3
000000000553	FABIA MARTEN- DAL	Prof. Educação Especial	4,35	5,5	2,0	53,0	4
000000000549	AMÉLIA TERE- ZINHA TORMEN TEIXEIRA	Prof. Educação Especial	3,95	5,5	2,0	50,2	5
000000000557	LUCIANA APARE- CIDA PIZATTO DA CRUZ	Prof. Educação Especial	3,95	5,5	2,0	50,2	6
000000000558	MARIA GORETI ALVES	Prof. Educação Especial	3,65	5,5	2,0	48,1	7
000000000554	GIVANI DOS SANTOS	Prof. Educação Especial	3,60	5,5	2,0	47,7	8
000000000547	ALDINEIA SALETE DE ALMEIDA	Prof. Educação Especial	4,20	3,0	2,0	44,4	9

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Prof. Educação Especial - NÃO HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Edu- cação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000548	ALINE CRISTIANE VIEIRA	Prof. Educação Especial	5,00	0,0	0,0	35,0	1
000000000550	ANITA CARLOS STEFANES	Prof. Educação Especial	4,25	0,0	0,0	29,8	2
000000000552	ELDER LUIZ RUAS	Prof. Educação Especial	3,65	0,0	0,0	25,6	3

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

RESULTADO EDITAL 06/2014-SMEC
ANEXO II

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 VAGAS - ACT - Edital Nº 07/2013 e 06/2014.

Disciplina	10h	20h	30h	40h	TOTAL
Português		03		02	05
Matemática	01	02		02	05
Ciências		01	01		02
Geografia		03	02	01	06
História		03	01	01	05
Inglês	01	01		01	03
Espanhol	01	01			02
Inglês + Espanhol		01		02	03
Artes		04		01	05
Ed. Física (Docência)		04	04	04	12
Ed. Física (Bacharelado)		03		05	08
Professor II		24		13	37
SAED				02	02
1º ao 5º ano		14		11	25
Multisseriadas		09		01	10
Educ. Infantil Rural				08	08
Educ. Infantil		02		123	125
TOTAL	03	75	08	177	263

SAMAE - CAMPOS NOVOS

EXT. PP. 19/2014

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
 CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844
 AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 32/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº19/2014, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM e ÓLEO DIESEL) VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO SAMAE DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 14:00hs do dia 09/12/2014, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
 DIRETOR DO SAMAE

CÂMARA MUNICIPAL**MOÇÃO Nº 85/2014**

MOÇÃO Nº 85/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo Municipal de Campos Novos, vem por meio dos seus representantes Legais a pedido do Vereador Ricardo Damásio manifestar integral e irrestrita Parabenação ao....

"LIONS CLUBE CAMPOS NOVOS CENTENÁRIO E LÉO CLUBE"

É com grande satisfação que vimos através deste parabenizar os organizadores do grandioso Show Bingo Beneficente da AMA APAE e ACADAV, realizado no dia 08 de novembro do corrente ano. Parabenizamos e agradecemos a todos pela dedicação e empenho que de alguma forma colaboraram para fazer um bingo tão grandioso, temos orgulho em termos pessoas assim como vocês em nosso meio, que se dedicam e se preocupam com o bem estar de nossa população. Sendo assim, desejamos sucesso na realização de futuros eventos, e nos colocamos a sua inteira disposição como colaboradores e apoiadores.

Sala das Sessões, em 18/11/2014.

Ricardo Damásio
Vereador PP

Rui Jorge Tomazoni
Presidente da Mesa

MOÇÃO Nº 86/2014

MOÇÃO Nº 86/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC manifesta integral e irrestrita parabenização ao...

"LEO CLUBE"

Parabenizamos o LEO Clube em nome de seu presidente Edson Burguer, pela organização e realização do 16º JALC - Jogos Anuais do LEO Clube, evento este que foi realizado nos dias 15 e 16 de novembro em Campos Novos, onde contou com a participação de 18 municípios.

O principal objetivo do 16º JALC é oferecer através de esportes de competição e integração, os laços da amizade e companheirismo, tão presente em uma entidade como a do LEO Clube.

São eventos como este, que engrandecem e valorizam nosso município e fazem com que as pessoas venham até nossa cidade, prestigiar e conhecer a cultura e hospitalidade de nossa população.

Outrossim, parabenizamos a todos e desejamos sucesso aos que participaram do evento.

Sala das Sessões, em 18/11/2014.

Dirceu José Kaiper
Vereador PMDB

Rui Jorge Tomazoni
Presidente da Mesa

MOÇÃO Nº 87/2014

MOÇÃO Nº 87/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos homenageados a seguinte...

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo Municipal de Campos Novos, vem por meio dos seus representantes Legais a pedido dos Vereadores Ricardo Damasio, Antonio Rosa e Adavilson Telles(Mancha), manifestar integral e irrestrita Parabenação aos...

"ORGANIZADORES DA 7ª FESTA DA INVERNADA DOS NEGROS"

É com grande satisfação que viemos através desta parabenizar os organizadores desta belíssima Festa da Invernada dos Negros, realizada no dia 16 de novembro do corrente ano na corredeira. Parabenizamos e agradecemos a todos pela dedicação e empenho que de alguma forma colaboraram para fazer uma festa tão grandiosa, todos os organizadores merecem o respeito e gratidão pois são dignos de admiração pela forma incansável, com a qual dedicam-se ao seu objetivo e trabalho com determinação. Sendo assim, desejamos sucesso na realização de futuros eventos, e nos colocamos a sua inteira disposição como colaboradores e apoiadores.

Sala das Sessões, em 18/11/2014.

Adavilson Telles
Vereador PP

Antônio Rosa	Ricardo Damásio
Vereador	Vereador

Rui Jorge Tomazoni
Presidente da Mesa

MOÇÃO Nº 88/2014

MOÇÃO Nº 88/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos homenageados a seguinte...

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo Municipal de Campos Novos, vem por meio dos seus representantes Legais, a pedido dos Vereadores Ricardo Damasio e Antonio Rosa manifestar integral e irrestrita Parabenização a....

"ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA CAMPONOVENSE - ASCUCCA - 104.9 FM"

É com grande satisfação que viemos através deste parabenizar pelo lançamento do DVD/CD - Coletânea da Caravana 104.9 FM, realizado no dia 14 de novembro do corrente ano no Galpão Crioulo.

É muito gratificante para nós camponovenses podermos prestigiar a realização de eventos como este que valorizam e engrandecem os artistas da nossa Terra, oferecendo possibilidades de mostrar a excelente qualidade de seu trabalho e fazendo-nos perceber e vislumbrar a grandeza dos talentos que existem em nosso Município.

Outrossim, parabenizamos a toda a diretoria, funcionários e associados pelo lançamento desta Coletânea, e manifestamos aqui protestos de elevada estima e consideração, desejando pleno sucesso na continuação de seus trabalhos.

Sala das Sessões, em 18/11/2014.

Antônio Rosa	Ricardo Damásio
Vereador PT	Vereador PP

Rui Jorge Tomazoni
Presidente da Mesa

RESOLUÇÃO Nº 06/2014

RESOLUÇÃO Nº 6/2014

ALTERA REDAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº. 06/2005 QUE INSTITUÍ O AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO.

O cidadão Rui Jorge Tomazoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. O art. 2º da Resolução nº. 06/2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º) O Auxílio Alimentação, de natureza jurídica indenizatória, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), será concedido mediante

o fornecimento de 22 (vinte e dois) tickets mensais."

Art. 2º. O inciso IV, do artigo 4º da Resolução nº. 06/2005 passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º.

IV - pago ao servidor que faltar injustificadamente ao trabalho e aquele que justifique sua falta através de atestado, na proporção de 1/22 do benefício total, por dia de falta."

Art. 3º. O artigo 7º da Resolução nº. 06/2005 passa a vigorar acrescido do inciso VII, com a seguinte redação:

"Art. 7º.

VII - licença para tratamento de saúde."

Art. 4º. Fica expressamente revogado o art. 3º da Resolução nº. 06/2005 de 20 de abril de 2005.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 01/01/2015.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC,
em 21 de novembro de 2014.

Rui Jorge Tomazoni
Presidente da Mesa

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 14/2014

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO N.º 100/2014, CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 14/2014, QUE TEM POR OBJETO A CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE EXPLORAÇÃO, CONTROLE E MANUTENÇÃO DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO DE VEÍCULOS NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Aos 20 (vinte) dias do mês de novembro, do ano de 2014, às 10h30min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Cleison Tarcisio Fuck e Sr. Claudio Mathias, nomeados pela Portaria nº 308/2014, sob a Presidência do primeiro, a fim de proceder a abertura das propostas das empresas habilitadas no certame, qual seja: empresas ZONA AZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELLI, representada pelo Sr. Claudinei Barduque, SERMOG LTDA - ME, representada pelo Sr. Wilson José Mira, DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA - ME, representada pela Sra. Denise Aparecida Corrêa da Cunha e DÉCIO PACHECO & CIA LTDA sem representante presente. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade das propostas, as quais estavam acondicionadas em um envelope maior o qual estava devidamente lacrado e rubricado. Aberto o envelope maior verificou-se que no interior do mesmo encontravam-se os envelopes de propostas das empresas ZONA AZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELLI, SERMOG LTDA - ME, DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA - ME e DÉCIO PACHECO & CIA LTDA, os quais, da mesma forma estavam devidamente lacrados e rubricados, passou-se então a abertura das propostas das licitantes habilitadas ZONA AZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELLI, SERMOG LTDA - ME, DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA - ME e DÉCIO PACHECO & CIA LTDA. Abertas as propostas, os percentuais de repasse ficaram assim distribuídos: Em 1º a empresa SERMOG LTDA - ME com o repasse mensal de 36,30%, em 2º lugar a empresa DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA - ME com o repasse mensal de 31,6 %, em 3º lugar a empresa ZONA AZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELLI com o repasse mensal de 29,15% e em 4º lugar a empresa DÉCIO PACHECO & CIA LTDA com o repasse mensal de 21,2%. Colocada a palavra a disposição dos representantes, o representante da ZONA AZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELLI Sr. Claudinei Barduque pediu para que se consignasse em ata, que no seu entendimento a planilha de custos fornecida pelo Município (Anexo III) é estimativa e em razão disto o mesmo pede a desclassificação das propostas das empresas SERMOG LTDA - ME e DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA - ME, pois as planilhas apresentadas por ambas as empresas não apresentam a realidade de custos de um estacionamento rotativo e conforme item 5.2, item "b", as receitas e as despesas das planilhas apresentadas devem detalhar as receitas e as despesas pelo período de cinco anos e ainda, no seu entendimento as planilhas devem prever todas as correções no período. O representante da empresa SERMOG LTDA - ME Sr. Wilson José Mira pediu para que se consignasse em ata que a proposta apresentada pela empresa SERMOG LTDA - ME baseia-se nos valores apresentados pelo Município, no entanto, modificando alguns valores que se adequam a realidade da empresa, que a diferença de repasse percentual entre a maior oferta (SERMOG LTDA) ante as demais colocadas 2º e 3º lugar, não se afasta entre 5% a 7% aproximadamente, sendo inquestionavelmente exequível, de modo que no seu entendimento representa a proposta mais vantajosa ao Município em todos os seus aspectos. A representante

da empresa DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA - ME pediu para que se consignasse em ata que não abrirá ao de recurso e pede cópia das propostas das empresas ZONA AZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELLI, SERMOG LTDA - ME, DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA - ME e DÉCIO PACHECO & CIA LTDA. Da mesma os demais representantes também solicitaram cópia das propostas. A comissão de licitação abre o prazo para realizar os estudos necessários para decidir quanto ao vencedor da licitação, ficando estipulada a data de 01/12/2014 às 11h00min para proferir seu julgamento final. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Paulo Cesar Safanelli
Presidente

Cleison Tarcisio Fuck
Secretário

Claudio Mathias
Membro

ZONA AZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELLI
Sr. Claudinei Barduque,

SERMOG LTDA - ME
Sr. Wilson José Mira,

DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA - ME
Sra. Denise Aparecida Corrêa da Cunha

PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº FUNR. 03/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNREBOMPM DE CANOINHAS
PROCESSO N.º FUNR. 04/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º FUNR. 03/2014
ALTERAÇÃO DO EDITAL

O FUNREBOMPM de Canoinhas-SC, CNPJ 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital de Pregão acima. Informações (047) 3621 7705. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 04/12/2014, ficando estipulado os seguintes horários: às 11h00min (entrega) e 11h05min. (abertura). O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link governo/licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito/ Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº FMAS 01/2014

CONTRATADO: JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE ARTESANATO, DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA. VALOR DA DESPESA: R\$ 52.356,80 (cinquenta e dois mil trezentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos)
DATA: 21/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

CONCORRÊNCIA Nº 1/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/14
HOMOLOGAÇÃO: 19/11/14
CONTRATADO: INFANTUS BRINQUEDOS E PRESENTES LTDA - ME

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE ARTESANATO, DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA. VALOR DA DESPESA: R\$ 256.822,35 (duzentos e cinquenta e seis mil oitocentos e vinte e dois reais e trinta e cinco centavos)
DATA: 21/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

CONCORRÊNCIA Nº 1/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/14
HOMOLOGAÇÃO: 19/11/14
CONTRATADO: COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE ARTESANATO, DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA. VALOR DA DESPESA: R\$ 82.547,53 (oitenta e dois mil quinhentos e quarenta e sete reais e cinquenta e três centavos)
DATA: 21/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

CONCORRÊNCIA Nº 1/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/14
HOMOLOGAÇÃO: 19/11/14
CONTRATADO: IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE ARTESANATO, DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA. VALOR DA DESPESA: R\$ 75,00 (setenta e cinco reais)
DATA: 21/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

CONCORRÊNCIA Nº 1/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/14
HOMOLOGAÇÃO: 19/11/14
CONTRATADO: IVANI M GASPARETTO SOSTER - AVIAMENTOS - ME
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE ARTESANATO, DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA. VALOR DA DESPESA: R\$ 34.556,08 (trinta e quatro mil quinhentos e cinquenta e seis reais e oito centavos)
DATA: 21/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

CONCORRÊNCIA Nº 1/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/14
HOMOLOGAÇÃO: 19/11/14
CONTRATADO: M. MOBILE EIRELI
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE ARTESANATO, DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA. VALOR DA DESPESA: R\$ 5.765,50 (cinco mil setecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos)
DATA: 21/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

CONTRATADO: FABIANE GONSCHOROVSKI DE SOUZA ME CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE ARTESANATO, DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA. VALOR DA DESPESA: R\$ 21.150,00 (vinte e um mil cento e cinquenta reais)
DATA: 21/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMAS 14/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/14
HOMOLOGAÇÃO: 19/11/14
CONTRATADO: COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 76 (SETENTA E SEIS) CAIXAS PLÁSTICAS VAZADAS, 19 (DEZENOVE) ESTRADOS DE PLÁSTICO E 11.000 (ONZE MIL) SACOLAS PLÁSTICAS RECICLADAS DESTINADOS AO CRAS, CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA E PETI.
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.790,00 (quatro mil setecentos e noventa reais)
DATA: 21/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA ERRATA DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 13/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 98/2014
CONCORRENCIA PÚBLICA N.º PMC 13/2014
ERRATA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público que no edital da CONCORRENCIA PÚBLICA supra, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MASSA ASFÁTICA CBUQ - FAIXA C, na página 17 do edital, onde LIA-SE: massa asfáltica CBUQ - Faixa C com aplicação, R\$ 300,00 (trezentos reais) a tonelada. Valor total: R\$ 1.800.000,00 (um milhão oitocentos mil reais), LEIA-SE: massa asfáltica CBUQ - Faixa C com aplicação, R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) a tonelada. Valor total: R\$ 1.680.000,00 (um milhão seiscentos e oitenta mil reais) e, onde LIA-SE: O depósito para retirada do material deverá estar localizado no máximo a 50 quilômetros da Sede da Prefeitura do Município de Canoinhas LEIA-SE: O depósito para retirada do material deverá estar localizado no máximo a 100 (cem) quilômetros da Sede da Prefeitura do Município de Canoinhas.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL N° FMC 01/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS

Página: 1/1

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	4/2014	Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:	5.150,00
Licitação.....:	1/2014 - PR				
Modalidade....:	PREGÃO PRESENCIAL				
Objeto.....:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE SOM, EM DIVERSOS EVENTOS A SEREM REALIZADOS EM FUNÇÃO DA COMEMORAÇÕES DAS FESTIVIDADES NATALINAS.				

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 311042490	- SOM DE GRANDE PORTE - Unidade: UN						
6212	OURO VERDE SOM E PROPLTDA		1,000	0,0000	3.500,0000	3.500,00	Venceu	1 *****
Item.....: 2	- 311042492	- SOM DE MEDIO PORTE - Unidade: UN						
6212	OURO VERDE SOM E PROPLTDA		1,000	0,0000	1.400,0000	1.400,00	Venceu	1 *****
Item.....: 3	- 311042491	- SOM DE PEQUENO PORTE - Unidade: UN						
6212	OURO VERDE SOM E PROPLTDA		1,000	0,0000	250,0000	250,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em	Paulo Cesar Safanelli - Pregoeiro(a)
	Franciele Tischler Quadros - MEMBRO SUPLENTE
	Cibele Neudorf Batista - SECRETÁRIA
	Karina de Cássia Kohler Wendt - MEMBRO SUPLENTE
	Claudio Henrique Mathias - MEMBRO TITULAR
	Rosemary de Fátima Cubas Blaka - MEMBRO SUPLENTE
	Cleison Tarcisio Fuck - MEMBRO SUPLENTE
	Douglas Antonio Conceição - 28.754/SC
	Vanessa Langer - CRC/SC 028524/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 130/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/4

Total dos Itens Vencedores: 310,00

Processo / Ano: 193/2014 Processo Administrativo:

Licitação.....: 130/2014 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 7.000 KITS DE UNIFORME ESCOLAR, COMPOSTO DE 1 JAQUETA, 2 CALÇAS, 2 CAMISETAS MANGA CURTA, 1 CAMISETA MANGA LONGA, 1 BERMUDA, 1 JAPONA DE INVERNO, 2 PARES DE MEIA E 1 PAR DE TÊNIS, DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 1 - 38139 - JAQUETA - Unidade: UN

10788	ALVO CONFECÇÕES LTDA	ALVO	1,000	0,0000	43,9000	43,90	Venceu	1 *****
16413	VESTISUL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	VESTISUL	1,000	0,0000	44,6400	44,64	Perdeu	2
16412	E&E CONFECÇÕES LTDA ME	E&E	1,000	0,0000	43,9589	43,96	Perdeu	3
12816	COR URBANA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LTI	COR URBANA	1,000	0,0000	44,0200	44,02	Perdeu	4
12814	FRAI VEST INDUSTRIA E COMERCIO DE VESTUARIO LTDA M	Frai Vest	1,000	0,0000	44,1099	44,11	Perdeu	5
13079	HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA EPP	HARMONIZE	1,000	0,0000	44,5000	44,50	Perdeu	6

Item.....: 2 - 31148 - CALÇA - Unidade: UN

10788	ALVO CONFECÇÕES LTDA	ALVO	2,000	0,0000	29,2060	58,41	Venceu	1 *****
16413	VESTISUL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	VESTISUL	2,000	0,0000	28,7597	57,52	Perdeu	2
16412	E&E CONFECÇÕES LTDA ME	E&E	2,000	0,0000	29,2733	58,55	Perdeu	3
12816	COR URBANA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LTI	COR URBANA	2,000	0,0000	29,3228	58,65	Perdeu	4
12814	FRAI VEST INDUSTRIA E COMERCIO DE VESTUARIO LTDA M	Frai Vest	2,000	0,0000	29,4066	58,81	Perdeu	5
13079	HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA EPP	HARMONIZE	2,000	0,0000	29,5000	59,00	Perdeu	6

Item.....: 3 - 311042545 - CAMISETA MANGA CURTA - Unidade: UN

10788	ALVO CONFECÇÕES LTDA	ALVO	2,000	0,0000	15,4850	30,97	Venceu	1 *****
16413	VESTISUL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	VESTISUL	2,000	0,0000	15,8674	31,73	Perdeu	2
16412	E&E CONFECÇÕES LTDA ME	E&E	2,000	0,0000	15,5667	31,13	Perdeu	3
12816	COR URBANA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LTI	COR URBANA	2,000	0,0000	15,5931	31,19	Perdeu	4
12814	FRAI VEST INDUSTRIA E COMERCIO DE VESTUARIO LTDA M	Frai Vest	2,000	0,0000	15,6835	31,37	Perdeu	5
13079	HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA EPP	HARMONIZE	2,000	0,0000	15,5000	31,00	Perdeu	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/4

Processo / Ano: 193/2014
Licitação.....: 130/2014 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 7.000 KITS DE UNIFORME ESCOLAR, COMPOSTO DE 1 JAQUETA, 2 CALÇAS, 2 CAMISETAS MANGA CURTA, 1 CAMISETA MANGA LONGA, 1 BERMUDA, 1 JAPONA DE INVERNO, 2 PARES DE MEIA E 1 PAR DE TÊNIS, DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

310,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 4 - 311042546 - CAMISETA MANGA LONGA - Unidade: UN

10788	ALVO CONFECÇÕES LTDA	ALVO	1,000	0,0000	19,4053	19,41	Venceu	1 *****
16413	VESTISUL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	VESTISUL	1,000	0,0000	19,8342	19,83	Perdeu	2
16412	E&E CONFECÇÕES LTDA ME	E&E	1,000	0,0000	19,4829	19,48	Perdeu	3
12816	COR URBANA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LTI	COR URBANA	1,000	0,0000	19,5158	19,52	Perdeu	4
12814	FRAI VEST INDUSTRIA E COMERCIO DE VESTUARIO LTDA M	Frai Vest	1,000	0,0000	19,6044	19,60	Perdeu	5
13079	HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA EPP	HARMONIZE	1,000	0,0000	19,5000	19,50	Perdeu	6

Item.....: 5 - 29533 - BERMUDA - Unidade: UN

10788	ALVO CONFECÇÕES LTDA	ALVO	1,000	0,0000	24,3056	24,31	Venceu	1 *****
16413	VESTISUL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	VESTISUL	1,000	0,0000	23,3846	23,38	Perdeu	2
16412	E&E CONFECÇÕES LTDA ME	E&E	1,000	0,0000	24,3781	24,38	Perdeu	3
12816	COR URBANA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LTI	COR URBANA	1,000	0,0000	24,4193	24,42	Perdeu	4
12814	FRAI VEST INDUSTRIA E COMERCIO DE VESTUARIO LTDA M	Frai Vest	1,000	0,0000	24,5055	24,51	Perdeu	5
13079	HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA EPP	HARMONIZE	1,000	0,0000	24,5000	24,50	Perdeu	6

Item.....: 6 - 311042547 - JAPONA EM NYLON FORRADA - Unidade: UN

10788	ALVO CONFECÇÕES LTDA	ALVO	1,000	0,0000	78,3680	78,37	Venceu	1 *****
16413	VESTISUL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	VESTISUL	1,000	0,0000	79,1920	79,19	Perdeu	2
13079	HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA EPP	HARMONIZE	1,000	0,0000	78,7300	78,73	Perdeu	3
12816	COR URBANA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LTI	COR URBANA	1,000	0,0000	79,0700	79,07	Perdeu	4
16412	E&E CONFECÇÕES LTDA ME	E&E	1,000	0,0000	79,9000	79,90	Perdeu	5
12814	FRAI VEST INDUSTRIA E COMERCIO DE VESTUARIO LTDA M	Frai Vest	1,000	0,0000	80,0000	80,00	Perdeu	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/4

Processo / Ano: 193/2014		Processo Administrativo:		310,00				
Licitação.....: 130/2014 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 7.000 KITS DE UNIFORME ESCOLAR, COMPOSTO DE 1 JAQUETA, 2 CALÇAS, 2 CAMISETAS MANGA CURTA, 1 CAMISETA MANGA LONGA, 1 BERMUDA, 1 JAPONA DE INVERNO, 2 PARES DE MEIA E 1 PAR DE TÊNIS, DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 7 - 311042548 - MEIA PERSONALISADA - Unidade: PAR								
10788	ALVO CONFECÇÕES LTDA	ALVO	2,000	0,0000	4,8060	9,61	Venceu	1 *****
16413	VESTISUL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	VESTISUL	2,000	0,0000	4,1628	8,33	Perdeu	2
13079	HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA EPP	HARMONIZE	2,000	0,0000	4,8529	9,71	Perdeu	3
12816	COR URBANA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTI	COR URBANA	2,000	0,0000	4,8494	9,70	Perdeu	4
16412	E&E CONFECÇÕES LTDA ME	E&E	2,000	0,0000	4,9000	9,80	Perdeu	5
12814	FRAI VEST INDUSTRIA E COMERCIO DE VESTUARIO LTDA M	Frai Vest	2,000	0,0000	5,0000	10,00	Perdeu	6
Item.....: 8 - 24241 - TÊNIS - Unidade: PAR								
10788	ALVO CONFECÇÕES LTDA	ALVO	1,000	0,0000	45,0199	45,02	Venceu	1 *****
16413	VESTISUL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	VESTISUL	1,000	0,0000	45,5825	45,58	Perdeu	2
13079	HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA EPP	MAXIMUS	1,000	0,0000	45,5580	45,56	Perdeu	3
12816	COR URBANA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTI	COR URBANA	1,000	0,0000	45,4261	45,43	Perdeu	4
16412	E&E CONFECÇÕES LTDA ME	E&E	1,000	0,0000	45,9000	45,90	Perdeu	5

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 193/2014		Processo Administrativo:	310,00			
Licitação.....:	130/2014 - PR					
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL					
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 7.000 KITS DE UNIFORME ESCOLAR, COMPOSTO DE 1 JAQUETA, 2 CALÇAS, 2 CAMISETAS MANGA CURTA, 1 CAMISETA MANGA LONGA, 1 BERMUDA, 1 JAPONA DE INVERNO, 2 PARES DE MEIA E 1 PAR DE TÊNIS, DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.					

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
12814	FRAI VEST INDUSTRIA E COMERCIO DE VESTUARIO LTDA M	Frai Vest	1,000	0,0000	46,0000	46,00	Perdeu	6

Item.....: 8 - 24241 - TÊNIS - Unidade: PAR

Candoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

TERMO DE ALTERAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 0048/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 0029/2014

TERMO DE ALTERAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0048/2014

Pregão Presencial Nº 0029/2014

No edital do Processo Licitatório Nº 0048/2014; Pregão Presencial Nº 0029/2014; do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal; que tem como objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus e combustíveis para atender a frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Capinzal/SC, conforme Convênio nº 2014Tr002607.

Onde se lê:

Item	Qdade	Un	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	30,00	UN		Pneu 215/75 R17,5, tipo A, 12 lonas, eixo exclusivo de tração, predominante estradas pavimentadas, índice de carga 126, índice de velocidade L, profundidade sulco 135,5 mm, aprovado pelo INMETRO, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	732,50	21.975,00
2	75,00	UN		Pneu 205/75 R16, tipo A, índice de carga 91, índice de velocidade V, aprovado pelo INMETRO, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	498,25	37.368,75

Leia-se:

Item	Qdade	Un	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	30,00	UN		Pneu 215/75 R17,5, tipo A, 12 lonas, eixo exclusivo de tração, predominante estradas pavimentadas, índice de carga 126, índice de velocidade L, profundidade sulco 13,5 mm, aprovado pelo INMETRO, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	732,50	21.975,00
2	75,00	UN		Pneu 205/75 R16, tipo A, índice de carga 91, índice de velocidade R, aprovado pelo INMETRO, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	498,25	37.368,75

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

Capinzal, 21 de novembro de 2014.

Decreto 172/2014

DECRETO No 172, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal no 3.100 de 13 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para reforço das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, na forma do quadro a seguir:

1001.08.244.0195.2103	MANUT. ATIVIDADES CENTRO REF. ASS. SOCIAL CRAS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-067	Material de consumo	352	00	R\$	10.000,00
1001.08.244.0195.2105	MANUT CENTRO REF ESPEC ASSIST SOCIAL CREAS	FTE	00	R\$	0,00
33903000-080	Material de consumo	352	00	R\$	52.000,00
33903900-077	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	352	00	R\$	18.000,00
	Total	352	00	R\$	80.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º, deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de

Capinzal, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), na forma do quadro a seguir:

1001.08.244 .0195.2103	MANUT. ATIVIDADES CENTRO REF.AS.SOCIAL CRAS	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-075	Equipamentos e mate- rial permanente	352	00	R\$	10.000,00
1001.08.244 .0195.2105	MANUT CENTRO REF ESPEC ASSIST SOCIAL CREAS	FTE	00	R\$	0,00
44905200-087	Equipamentos e mate- rial permanente	352	00	R\$	70.000,00
	Total	352	00	R\$	80.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 18 de novembro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PMC TERMO ADITIVO 0002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Aditivo Nº.....: TA 0004/2014 - Contrato Nº: 0002/2014		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: IRMAOS DAMBROS LTDA		
Valor.....: 177.012,00 (cento e setenta e sete mil e doze reais)		
Vigência.....: Início: 21/11/2014 Término: 31/12/2014		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014		
Processo_Licitatório.....: 0001 / 2014		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: O objeto do presente termo aditivo é a revisão de valores do contrato original, visando o reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, frente ao aumento de preços existentes e, comprovados, na ordem de 1,87% (um vírgula oitenta e sete pontos percentuais), passando o valor unitário do litro de gasolina de R\$ 2,93 (dois reais e noventa e três centavos) para R\$ R\$ 2,98 (dois reais e noventa e oito centavos).177012,		
Capinzal, 21 de Novembro de 2014		

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA Nº 453 DE 21.11.14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIANº 453/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, c/c com as Leis Complementares nº. 007 de 23.12.99 e 008 de 23.12.99, e tendo em vista a homologação do Resultado do Concurso Público nº. 02/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os candidatos aprovados no Concurso Público nº. 02/2014, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo, conforme Anexo Único, adjunto a esta Portaria, e disposições do art. 8º, Anexos I, II, III e IV da Lei Complementar nº. 007 de 23.12.99 e art. 13 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99.

Art. 2º A posse deverá ocorrer no prazo de até trinta dias contados da publicação deste ato nos meios oficiais de publicação, com apresentação dos documentos previstos no art. 15 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99.

Art. 3º O presente ato tornar-se-á sem efeito, se no decorrer do prazo fixado no art. 2º desta Portaria, o candidato não tomar posse, conforme determina o art. 14, §2º da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de novembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CLAS.	NOME	CARGO
1º	Jaison Inácio	Engenheiro Civil

CLAS.	NOME	CARGO
1º	Giovani Anacleto	Técnico de Informática

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado,
21 de novembro de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2014 - CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

estado de santa catarina
município de chapadão do lageado

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2014 DE 19.11.2014.
CONCURSO PÚBLICO Nº 03/2014
CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

CONVOCA os candidatos aprovados no CONCURSO PÚBLICO Nº 03/2014, para o Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde, para participar do CURSO INTRODUTÓRIO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA de acordo com o disposto no art. 6º, II, da Lei Federal nº 11.640/2006. O Edital na íntegra poderá ser obtido na Diretoria de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração e Planejamento e no site www.chapadaodolageado.sc.gov.br.

Chapadão do Lageado, 19 de novembro de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal.

EDITAL N01/2014 - SMECE - PROFESSORES

EXTRATO DE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014/SMECE

JOSÉ BRAULIO INÁCIO, Prefeito Municipal de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o que dispõe o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Lei Municipal nº 085/99 e alterações, Lei Complementar Municipal nº 040/2009 e Decreto nº 075/2009, juntamente com a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo, de que trata a Portaria nº 449/2014, torna público que se encontram abertas no período de 01/12/2014 à 04/01/2015, as inscrições para o Processo Seletivo, para preenchimento de vagas temporárias de categorias funcionais constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal e para a formação de cadastro de reserva no ano letivo de 2015, o qual reger-se-á pelas normas em vigor e de acordo com as instruções deste Edital.

1. As inscrições estarão abertas no período de 01/12/2014 à 04/01/2015, somente via internet, pelo sítio www.clicksolucoesinteligentes.com.br.
2. A prova escrita será realizada no dia 18/01/2015, com duração máxima de 3 horas e duração mínima de 30 minutos, com início às 9h, em local ser divulgado no edital da homologação das inscrições no dia 13/01/2015.
3. A recolha dos títulos será realizada no dia 18/01/2015, em local e horário a ser divulgado no edital da homologação das inscrições no dia 13/01/2015.
4. Estão abertas inscrições para as funções de: Professor de Educação Infantil, Professor Anos Iniciais, Professor de Geografia, Professor de Matemática, Professor de Inglês, Professor de Ciências, Professor de Artes, Professor de Informática, Professor de Libras, Professor Ensino Religioso, 2º Professor, Monitor/Violão, Monitor/Teclado, Monitor/Gaita, Orientador Social, Nutricionista, Engenheiro Agrônomo e Psicólogo.

5. DA REMUNERAÇÃO
VALOR DO VENCIMENTO PARA AS FUNÇÕES DE PROFESSOR

HABILITAÇÃO	SALÁRIO MENSAL EM R\$/ REGIME DE OPÇÃO							
	05 HORAS	10 HORAS	15 HORAS	20 HORAS	25 HORAS	30 HORAS	35 HORAS	40 HORAS
PROFESSOR NIVEL I	206,99	413,98	620,97	827,96	1.034,95	1.241,94	1.448,93	1.655,92
PROFESSOR NIVEL II	208,74	417,49	626,23	834,98	1.043,72	1.252,47	1.461,21	1.669,98
PROFESSOR NIVEL III	225,44	450,89	676,33	901,78	1.127,22	1.352,67	1578,11	1.803,57

Obs.: O valor do vencimento será acrescido do Vale Alimentação, criado pela Lei nº 0166 de 24.04.2002, que corresponde a R\$ 5,00 (cinco) reais por dia trabalhado.

VALOR DO VENCIMENTO PARA AS DEMAIS FUNÇÕES

FUNÇÃO	Carga Horária	REMUNERAÇÃO (R\$)
Monitor de Instrumento Musical / Violão:	10h	400,00
Monitor de Instrumento Musical / Teclado:	10h	400,00
Monitor de Instrumento Musical / Gaita:	10h	400,00
Orientador Social	20h	800,00
Nutricionista	30h	2.126,55
Engenheiro Agrônomo	40h	2.448,75
Psicólogo	20h	1.288,81

Obs.: O valor do vencimento será acrescido do Vale Alimentação, criado pela Lei nº 0166 de 24.04.2002, que corresponde a R\$ 5,00 (cinco) reais por dia trabalhado.

6. O edital completo por ser encontrado nos sites www.clicksolucoesinteligentes.com.br e www.chapadaodolageado.sc.gov.br.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 24 de novembro de 2014.

José Braulio Inácio

Prefeito Municipal

Émerson Hoffmann

Secretário Municipal da Educação, Cultura e Esportes

Concórdia

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO/PAEFI-SENTINELA 7ª PARCELA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FMAS PFMC/PAEFI, no valor de R\$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais).

Concórdia SC, 20 de novembro de 2014.
Lauri Garbossa
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO/ACESSUAS TRABALHO 01 2014 PARCELA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Repasse Fundo a Fundo - FMAS/ACESSUAS TRABALHO, no valor de R\$ 82.497,00 (oitenta e dois mil e quatrocentos e noventa e sete reais).

Concórdia SC, 20 de novembro de 2014.
Lauri Garbossa
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO/APAE 7ª 2014 PARCELA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FMAS PTMC/APAE, no valor de R\$ 5.765,20 (cinco mil e setecentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos).

Concórdia SC, 20 de novembro de 2014.
Lauri Garbossa
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO/PAEFI-SENTINELA 8ª PARCELA PARCIAL

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FMAS PFMC/PAEFI, no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).

Concórdia SC, 20 de novembro de 2014.
Lauri Garbossa
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO/FNAS ABRIGO 3ª PARCELA - 2014 - CUSTEIO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Repasse Fundo a Fundo FMAS/FNAS/Alta Complexidade - Custeio, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Concórdia SC, 20 de novembro de 2014.
Lauri Garbossa
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

ADENDO 01 AO EDITAL PREGÃO ELETRONICO Nº 3/2014-FMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
ADENDO 01 AO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2014 FMC

A Fundação Municipal de Cultura, por intermédio do Diretor Superintendente, Senhor Gilmar Monticelli, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: Aquisição e instalação de móveis, equipamentos e placas de sinalização novos, para a Biblioteca Publica Municipal Júlio da Costa Neves, com recursos oriundos do Convênio PRONAC nº 145465 e conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital foi alterado. Em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/1993, o prazo para protocolo dos envelopes, contendo as propostas de preços e documentação para habilitação, permanece para dia 24 de novembro de 2014, até as 08h15min, sendo que a sessão de abertura da licitação, fica para o dia 24 de novembro de 2014 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br e na home Page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 21 de novembro de 2014.
GILMAR MONTICELLI
Superintendente da FMC

ERRATA 001 DO EDITAL DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2014-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
ERRATA DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2014 PMC

Na publicação do Extrato de Aviso do Pregão Eletrônico nº 27/2014 PMC, veiculado no dia 11 de novembro de 2014, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, edição nº 1612, pág. 437. Onde lê-se: "Recebimento das propostas: até as 13h45min do dia 26/11/2014 no endereço Eletrônico www.cidadecompras.com.br. Abertura: dia 26/11/2014 14h00min"
Leia-se: Recebimento das propostas: até as 13h45min do dia 27/11/2014 no endereço Eletrônico www.cidadecompras.com.br. Abertura: dia 27/11/2014 14h00min."

Concórdia, SC, 21 de novembro de 2014.
RUI MAR SCORTEGAGNA
Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

AVISO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 2/2014 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 2/2014 - PMC

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa Nacional de Alimentação de Creches - PNAC, e Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e Resolução/CD/FNDE nº 26 de 17/06/2013 conforme especificações dos gêneros alimentícios constantes do Anexo "A".
Data da realização: 22/12/2014.
Horário: às 14h00min.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (049) 3441-2207.

Concórdia, SC, 21 de novembro de 2014
SAMIRA BU EL HAJE FRULAN
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 58/2014 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO Nº 58/2014

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras torna público que ratificou o ato do Senhor Santo Hermínio de Luca, Diretor de Urbanismo, que declarou inexigível a licitação, nos termos do caput, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 21 de novembro de 2014, para pagamento de taxa referente a renovação de licença ambiental da Cascalheira do contorno norte, em favor da Secretaria de Estado da Fazenda, no valor total estimado de R\$ 9.294,48 (nove mil, duzentos e noventa e quatro reais e quarenta e oito centavos).

MAURI MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

LEI COMPLEMENTAR Nº 677, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
LEI COMPLEMENTAR Nº 677, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.
Institui o Programa de Recuperação Fiscal de Concórdia - PREFIC.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Concórdia - PREFIC, destinado a promover a regularização de créditos tributários e não tributários do Município de Concórdia, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2013.

Parágrafo único. O PREFIC abrange créditos tributários e não tributários de qualquer natureza, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, mesmo que discutidos judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal já ajuizada, e ainda os créditos decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, os que tenham sido objeto de parcelamentos anteriores, não integralmente quitados, mesmo que cancelados por falta de pagamento, bem como os aqueles que estejam parcelados.

Art. 2º A adesão ao PREFIC dar-se-á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, por meio de requerimento, formulado no período de 24 a 28 de novembro de 2014.

Parágrafo único. Caberá ao Poder Executivo promover a necessária divulgação e publicidade desta Lei.

Art. 3º O PREFIC somente alcançará créditos que se encontrem com a exigibilidade suspensa por força dos incisos III a V do art. 151 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 e alterações - Código Tributário Nacional, no caso de o sujeito passivo desistir expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do recurso interposto, ou da ação judicial proposta, e cumulativamente renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam os referidos processos administrativos e/ou ações judiciais.

Parágrafo único. A inclusão dos créditos para os quais se encontram presentes as hipóteses dos incisos IV ou V do art. 151 da Lei Federal nº 5.172/1966, fica condicionada à comprovação de que o sujeito passivo protocolizou requerimento com pedido de extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do inciso V, do art. 269, da Lei Federal nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 e alterações, bem como que recolheu o valor dos honorários de sucumbência, em havendo condenação ao pagamento destes.

Art. 4º Ao aderir ao PREFIC, o sujeito passivo deverá liquidar os créditos tributários e não tributários em parcela única, cujo vencimento dar-se-á até o décimo dia útil após a adesão ao Programa.

Parágrafo único. Não produzirá efeitos o requerimento de adesão formulado sem o correspondente pagamento tempestivo da parcela única.

Art. 5º A adesão ao PREFIC abrangerá todos os créditos lançados ou denunciados espontaneamente pelo optante, inclusive os acréscimos legais relativos a multas, juros, atualização monetária e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores, os decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, os parcelamentos em curso relativos às parcelas vincendas, e os créditos inscritos em Dívida Ativa, mesmo que em cobrança judicial.

§ 1º A pessoa jurídica que suceder a outra será responsável pelos tributos devidos pela sucedida nas hipóteses dos arts. 132 e 133 da Lei Federal nº 5.172/1966 e deverá solicitar a convalidação da opção feita pela sucedida.

§ 2º Quando se tratar de impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhorias, o respectivo adquirente deverá solicitar a convalidação da opção feita pelo transmitente.

Art. 6º Para os créditos que estejam em fase de execução fiscal, são condições indispensáveis ao deferimento da adesão ao PREFIC a renúncia a eventuais embargos e/ou qualquer outra medida opostas à execução fiscal.

Parágrafo único. Será de responsabilidade exclusiva do beneficiário do parcelamento o recolhimento das custas processuais, na forma estabelecida pelo Poder Judiciário.

Art. 7º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder anistia e/ou remissão dos encargos previstos na legislação tributária, incidentes sobre os créditos tributários e não tributários, até 100% (cem por cento) dos juros e multas, para o sujeito passivo que aderir ao PREFIC.

Art. 8º A opção pelo PREFIC obriga o sujeito passivo a:

I - confissão irrevogável e irretratável dos créditos referidos no art. 1º desta Lei;

II - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei;

III - manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

Art. 9º No caso dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, em que não houver lançamento de crédito tributário formalizado, o contribuinte poderá realizar denúncia espontânea, e aderir ao PREFIC segundo os valores por ele apurados, declarados por meio de livro eletrônico, quando este for exigido.

Parágrafo único. A denúncia espontânea referida no caput deste artigo não inibe posterior fiscalização por parte da Administração Municipal, hipótese em que eventuais diferenças apuradas serão lançadas de ofício, acrescidas dos encargos legais.

Art. 10. A parcela do PREFIC não recolhida até o vencimento perderá os benefícios concedidos, restabelecendo-se os acréscimos legais calculados na forma da legislação aplicável.

Art. 11. O parcelamento de que trata esta Lei será rescindido quando:

I - verificada a inadimplência da parcela única;

II - constatada a manutenção de discussão administrativa ou judicial, provocada pelo sujeito passivo, relativa aos créditos tributários ou não tributários incluídos no PREFIC;

III - decretada a falência ou insolvência civil do sujeito passivo.

§ 1º A rescisão com base no inciso I deste artigo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente ao vencimento da parcela.

§ 2º A rescisão referida no caput deste artigo implicará a remessa do débito para a inscrição em Dívida Ativa ou o prosseguimento da

execução, conforme o caso.

§ 3º A rescisão do parcelamento independe de notificação prévia e implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, com o restabelecimento proporcional dos juros, multas e correção monetária.

Art. 12. O Poder Executivo poderá firmar convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina para a realização do Programa de Mutirão de Audiências de Conciliação Fiscal destinado à aplicação dos comandos desta Lei.

Art. 13. O Poder Executivo fica autorizado a firmar acordos judiciais concedendo os benefícios fiscais estabelecidos nesta Lei.

Art. 14. As remissões e anistias previstas nesta Lei não autorizam, em qualquer hipótese, a restituição ou compensação de importâncias já pagas.

Art. 15. O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei, no que for necessário.

Art. 16. Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 523/2014

DECRETO Nº 523/2014, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014
"INSTITUI HORÁRIO ESPECIAL A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Fica instituído horário especial ao Servidor Municipal Sr. IVONEI BREANSINI, ocupante do cargo de Motorista lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, excepcionalmente, visando suprir necessidades da Secretaria a partir de 23/10/2014, sendo turno único contínuo de 6 (seis) horas diárias no serviço público municipal, a ser cumprido no período compreendido entre às 13 h e às 19 de segunda a sexta-feira e ficam suspensas a realização de horas extras bem como a utilização de maquinários e veículos da frota municipal fora do horário determinado.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dias 23 de outubro de 2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de novembro de 2014
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 524/2014

DECRETO Nº 524/2014, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014
"INSTITUI HORÁRIO ESPECIAL À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Fica instituído horário especial à Servidora Municipal Sra. MIRELI PEZZINI ROCHA, ocupante do cargo de Engenheiro Civil lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, a partir de 17/11/2014, sendo turno único contínuo de 6 (seis) horas diárias no serviço público municipal, a ser cumprido no período compreendido entre às 7 h e às 13 h na segunda e quarta-feira e das 7:30 às 11:30 h na sexta-feira e ficam suspensas a realização de horas extras.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dias 17 de novembro de 2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de novembro de 2014
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Coronel Freitas

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA Nº 05/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Concorrência Nº 05/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ATRAVÉS DE EMPREITADA GLOBAL PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NUM TOTAL DE 9.285,30 M²

Tipo: maior oferta.

Entrega dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 29/12/2014

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 29/12/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 13:030 hrs ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 21 de novembro de 2014
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 88/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 88/2014

Contratado: MAURI ANTÔNIO CAMBRUZZI

Objeto: Contratação de empresa para demolição e remoção de parede em alvenaria, corte, desmontagem e remoção das estruturas metálicas e limpeza gerais, na garagem municipal de Coronel Freitas com aproximadamente 450 m², em conformidade com as especificações no memorial descrito e orçamento quantitativo anexo ao edital

Valor: R\$ 8.200,00 (Oito mil e duzentos reais)

Vigência: 31/12/2014

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 41

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 41/2014 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2014

Contratado: ABASTECEDORA GRAL LTDA Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Item 1.1 da Ata Registro de Preços nº 41/2014 - do valor contratual passa a ter a seguinte redação: ITEM 2 - quant. 160.000,00 - especificação óleo diesel s 500 - valor un. R\$ 2,43; ITEM 3 - quant. 140.000,00- especificação óleo diesel s 10 - valor un R\$ 2,56.

Vigência: 23/10/2015

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº. 259, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 259, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DE NATAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 94, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão Organizadora de Natal:

- I - Aldinha severgnini;
- II - Beatris Bandeira;
- III - Edenilce Pagnoncelli Chittó;
- IV - Leidiane Toigo;
- V - Loreci Maria Garbin Pozzer;
- VI - Maikon Adriano Carvalho de Freitas;
- VII - Marcio Pozzer;
- VIII - Rogério Carlos Previatti;
- IX - Sandra Mara Bolzan;
- X - Valdir Fin.

Art. 2º A Comissão organizadoras será presidida pela Servidora Municipal Loreci Maria Garbin Pozzer.

Art. 3º Compete à Comissão fazer a ornamentação com enfeites natalinos e demais eventos comemorativos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 10 de novembro de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 177, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 177, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal, Senhor, Avenir Cecatto, ocupante do Cargo de Vigia, por um período de 15(quinze) dias, a partir do dia 17 de novembro a 01 de dezembro de 2014, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativo a partir do dia 17 de novembro de 2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 20 de novembro de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 178 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 178 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS ÀO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:
01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 24/11/2014 à 23/12/2014.

Nome Cargo Referência
Neivacir Brum Operador de Maquinas 01/04/2013 à 31/03/2014

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 20 de novembro de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete.

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Município de Coronel Martins - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.133.800,00	10.133.800,00	1.581.005,06	15,60	9.615.572,18	94,89
RECEITAS CORRENTES	9.633.800,00	9.633.800,00	1.530.437,55	15,89	8.031.746,47	83,37
RECEITA TRIBUTÁRIA	199.500,00	199.500,00	85.765,37	42,99	164.347,68	82,38
IMPOSTOS	148.000,00	148.000,00	82.765,86	55,92	128.702,35	86,96
TAXAS	27.500,00	27.500,00	2.498,91	9,09	25.516,82	92,79
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	24.000,00	24.000,00	500,60	2,09	10.128,51	42,20
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	21.600,00	21.600,00	2.493,30	11,54	13.758,95	63,70
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	21.600,00	21.600,00	2.493,30	11,54	13.758,95	63,70
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.000,00	1.000,00	1.370,00	137,00	4.449,70	444,97
Outras Receitas Agropecuárias	1.000,00	1.000,00	1.370,00	137,00	4.449,70	444,97
RECEITA DE SERVIÇOS	61.000,00	61.000,00	3.889,70	6,38	30.970,35	50,77
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.252.000,00	9.252.000,00	1.426.316,64	15,42	7.713.873,97	83,38
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.157.000,00	9.157.000,00	1.405.290,72	15,35	7.397.136,24	80,78
Transf. de Conv.	95.000,00	95.000,00	21.025,92	22,13	316.737,73	333,41
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	86.700,00	86.700,00	10.602,54	12,23	104.345,82	120,35
Multas e Juros de Mora	19.100,00	19.100,00	4.833,00	25,30	14.571,91	76,29
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.000,00	3.000,00	89,82	2,99	2.043,94	68,13
RECEITA DA DIVIDATIVA	16.600,00	16.600,00	4.331,89	26,10	28.683,26	172,79
RECEITAS DIVERSAS	48.000,00	48.000,00	1.347,83	2,81	59.046,71	123,01
RECEITAS DE CAPITAL	500.000,00	500.000,00	50.567,51	10,11	1.583.825,71	316,77
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	100,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	100,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	50.567,51	0,00	1.083.825,71	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	50.567,51	0,00	1.083.825,71	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	10.133.800,00	10.133.800,00	1.581.005,06	15,60	9.615.572,18	94,89
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	10.133.800,00	10.133.800,00	1.581.005,06	15,60	9.615.572,18	94,89
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	10.133.800,00	10.133.800,00	1.581.005,06	15,60	9.615.572,18	94,89
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	70.697,21	—	—	21.584,36	—
Superávit Financeiro	—	70.697,21	—	—	21.584,36	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	9.633.800,00	2.286.083,16	11.919.883,16	1.208.889,97	10.449.974,20	1.610.623,59	9.498.216,48	79,68
DESPESAS CORRENTES	9.175.900,00	487.189,39	9.663.089,39	1.115.963,41	8.508.669,79	1.399.227,92	8.196.794,04	84,83
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.522.000,00	392.287,03	4.914.287,03	744.596,77	4.047.803,59	757.011,97	4.036.743,39	82,14
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	60.000,00	0,00	60.000,00	10.643,37	60.000,00	17.397,10	53.489,88	89,15
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.593.900,00	94.902,36	4.688.802,36	360.723,27	4.400.866,20	624.818,85	4.106.560,77	87,58
DESPESAS DE CAPITAL	451.900,00	1.798.893,77	2.250.793,77	92.926,56	1.941.304,41	211.395,67	1.301.422,44	57,82
INVESTIMENTOS	391.900,00	1.823.893,77	2.215.793,77	92.926,56	1.930.393,77	209.577,23	1.296.876,34	58,53
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	60.000,00	-25.000,00	35.000,00	0,00	10.910,64	1.818,44	4.546,10	12,99
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	9.633.800,00	2.286.083,16	11.919.883,16	1.208.889,97	10.449.974,20	1.610.623,59	9.498.216,48	79,68
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	9.633.800,00	2.286.083,16	11.919.883,16	1.208.889,97	10.449.974,20	1.610.623,59	9.498.216,48	2.421.666,68
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	117.355,70	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	9.633.800,00	2.286.083,16	11.919.883,16	1.208.889,97	10.449.974,20	1.610.623,59	9.615.572,18	2.421.666,68

FONTE:

Coronel Martins, 21/11/2014

DIRCEU FAVRETTO	EDERSON DA SILVA PRADO	ANDRIUS ANTONIO MAY
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7	CONTROLADOR INTERNO

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	9.633.800,00	11.919.883,16	1.208.889,97	10.449.974,20	1.610.623,59	9.498.216,48	100,00	79,68
Ação Legislativa	535.000,00	535.000,00	68.652,66	417.482,14	81.122,90	397.497,20	4,18	74,30
Administração	1.552.000,00	1.782.439,03	106.809,74	1.552.555,08	190.837,29	1.468.790,67	15,46	82,40
Administração Geral	1.552.000,00	1.782.439,03	106.809,74	1.552.555,08	190.837,29	1.468.790,67	15,46	82,40
Segurança Pública	20.000,00	9.174,00	169,00	9.033,27	1.185,40	8.016,87	0,08	87,39
Policimento	10.000,00	8.174,00	169,00	8.154,32	1.185,40	7.137,92	0,08	87,32
Defesa Civil	10.000,00	1.000,00	0,00	878,95	0,00	878,95	0,01	87,90
Assistência Social	397.600,00	449.597,00	70.874,66	364.200,35	90.110,52	345.350,09	3,64	76,81
Assistência à Criança e ao Adolescente	61.000,00	61.000,00	200,00	41.304,21	0,00	41.104,21	0,43	67,38
Assistência Comunitária	336.600,00	388.597,00	70.674,66	322.896,14	90.110,52	304.245,88	3,20	78,29
Saúde	2.545.000,00	2.604.226,99	334.436,15	2.252.655,14	408.622,50	2.140.114,27	22,53	82,18
Atenção Básica	2.448.200,00	2.477.600,07	322.185,32	2.160.579,94	399.856,44	2.054.608,67	21,63	82,93
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	11.500,00	11.500,00	0,00	5.675,74	0,00	5.675,74	0,06	49,35
Vigilância Sanitária	9.000,00	9.000,00	0,00	4.198,84	0,00	3.498,84	0,04	38,88
Vigilância Epidemiológica	16.300,00	16.300,00	5.101,09	15.075,50	3.831,09	11.420,67	0,12	70,07
Alimentação e Nutrição	60.000,00	89.826,92	7.149,74	67.125,12	4.934,97	64.910,35	0,68	72,26
Educação	1.732.000,00	2.588.682,05	312.419,80	2.366.202,59	348.025,99	1.884.120,33	19,84	72,78
Ensino Fundamental	40.000,00	497.861,79	0,00	497.861,79	0,00	58.865,85	0,62	11,82
Ensino Médio	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Básica	1.672.000,00	2.090.820,26	312.419,80	1.868.340,80	348.025,99	1.825.254,48	19,22	87,30
Urbanismo	170.000,00	363.436,22	67.357,26	351.945,22	67.357,26	309.200,61	3,26	85,08
Infra-Estrutura Urbana	50.000,00	274.672,22	66.848,26	274.672,22	66.848,26	231.927,61	2,44	84,44
Serviços Urbanos	112.000,00	84.520,00	509,00	73.029,00	509,00	73.029,00	0,77	86,40
Transporte Rodoviário	8.000,00	4.244,00	0,00	4.244,00	0,00	4.244,00	0,04	100,00
Habituação	40.000,00	36.365,39	0,00	36.365,39	0,00	36.365,39	0,38	100,00
Habituação Urbana	40.000,00	36.365,39	0,00	36.365,39	0,00	36.365,39	0,38	100,00
Saneamento	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	886.000,00	1.099.120,11	98.024,56	789.067,93	103.373,84	784.850,96	8,26	71,41
Abastecimento	20.000,00	91.738,50	21.738,50	71.738,50	21.738,50	71.738,50	0,76	78,20

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	9.633.800,00	11.919.883,16	1.208.889,97	10.449.974,20	1.610.623,59	9.498.216,48	100,00	79,68
Agricultura	886.000,00	1.099.120,11	98.024,56	789.067,93	103.373,84	784.850,96	8,26	71,41
Extensão Rural	570.000,00	741.655,00	75.034,59	451.602,82	76.183,87	450.105,67	4,74	60,69
Promoção da Produção Agropecuária	296.000,00	265.726,61	1.251,47	265.726,61	5.451,47	263.006,79	2,77	98,98
Transporte	1.310.200,00	1.825.501,52	112.998,36	1.717.790,33	154.651,14	1.682.400,82	17,71	92,16
Transporte Rodoviário	1.310.200,00	1.825.501,52	112.998,36	1.717.790,33	154.651,14	1.682.400,82	17,71	92,16
Desporto e Lazer	176.000,00	398.340,85	1.129,38	398.339,85	125.400,99	273.742,97	2,88	68,72
Desporto Comunitário	176.000,00	398.340,85	1.129,38	398.339,85	125.400,99	273.742,97	2,88	68,72
Encargos Especiais	252.000,00	222.000,00	36.018,40	194.336,91	39.935,76	167.766,30	1,77	75,57
Outros Encargos Especiais	252.000,00	222.000,00	36.018,40	194.336,91	39.935,76	167.766,30	1,77	75,57
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	9.633.800,00	11.919.883,16	1.208.889,97	10.449.974,20	1.610.623,59	9.498.216,48	100,00	79,68

FONTE:

Coronel Martins, 21/11/2014

DIRCEU FAVRETTO	EDERSON DA SILVA PRADO	ANDRIUS ANTONIO MAY
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7	CONTROLADOR INTERNO

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL DEZEMBRO/2013 A NOVEMBRO/2014

Município de Coronel Martins - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2013 A NOVEMBRO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.544.598,16	952.874,15	1.235.093,64	1.025.594,03	713.557,82	1.020.921,33	993.276,28	828.245,11	896.623,41	902.275,68	891.221,89	614.403,39	11.712.191,89
RECEITA TRIBUTÁRIA	59.376,56	1.603,45	3.742,86	11.153,25	1.370,63	1.644,27	15.044,12	31.682,95	12.144,96	31.636,25	53.921,12	8.892,79	232.617,05
I.P.T.U.	622,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.812,44	1.985,57	1.181,93	22,10	29.485,84
I.R.R.F.	40.250,79	0,00	0,00	0,00	638,57	0,00	9.730,00	14.131,34	0,00	0,00	4.285,39	0,00	45.174,75
I.S.S.	18.297,03	835,27	349,09	392,99	645,85	227,06	1.917,78	230,23	1.941,69	2.657,04	13.167,21	1.040,39	41.691,63
I.T.B.I.	0,00	988,16	904,00	526,00	0,00	1.170,00	0,00	3.400,00	6.126,00	25.086,00	34.402,72	7.272,00	79.854,90
Outras Receitas Tributárias	206,30	0,00	2.489,59	10.244,26	86,21	247,21	3.396,34	13.921,38	2.260,83	2.109,64	888,87	558,30	38.409,93
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	2.417,98	109,56	90,57	4.891,25	1.448,81	1.118,98	92,35	1.095,15	1.215,09	1.278,21	0,00	13.758,95
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	430,00	560,00	1.489,70	1.000,00	370,00	310,00	4.759,70
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	47.741,31	1.603,17	2.520,72	9.483,21	2.645,48	2.032,45	3.431,14	2.554,84	2.809,64	1.992,63	1.897,07	567,86	79.279,52
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.264.780,70	927.024,86	1.041.296,74	801.435,12	1.035.595,52	1.008.052,48	969.411,74	798.727,57	874.407,15	859.810,09	829.566,57	602.572,06	11.002.670,60
Cota-Parte do FPM.	740.091,40	482.750,16	635.615,76	377.179,84	430.199,49	573.315,69	429.911,32	369.775,63	448.564,34	393.170,92	371.649,08	322.075,00	5.573.698,63
Cota-Parte do ICMS.	353.656,28	258.233,24	245.030,29	247.009,31	241.985,54	246.887,49	246.685,46	231.383,19	242.690,38	260.065,39	288.476,79	202.875,96	3.046.990,32
Cota-Parte do IPVA.	3.434,97	5.684,72	7.575,96	7.854,86	10.230,39	17.765,98	10.704,52	11.995,55	9.117,87	8.744,20	7.452,37	3.519,83	103.180,82
Cota-Parte do ITR.	0,00	10,25	0,00	41,71	0,00	0,00	0,00	0,00	121,26	1.601,69	2.845,54	18,75	4.639,20
Outras Transferências Correntes	93.401,22	102.362,43	83.240,19	103.077,98	285.111,41	95.739,32	209.725,36	111.512,56	103.981,35	125.136,51	104.938,37	20.066,27	1.438.192,97
Transferências da LC 61/1989	2.845,32	3.244,41	2.747,44	2.684,11	2.925,05	3.180,36	3.024,01	3.110,75	3.200,99	3.012,51	3.226,03	2.529,24	35.730,22
Transferências da LC 87/1996	1.070,92	1.069,28	1.073,20	1.24	1.072,66	1.072,44	1.070,96	1.070,11	1.070,34	1.070,33	1.070,76	1.071,24	11.783,48
Transferências do FUNDEB	70.280,59	73.670,37	66.004,30	63.597,07	64.070,98	70.081,20	68.290,11	61.379,78	65.660,62	67.008,54	70.005,63	50.415,77	788.454,96
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	272.699,57	20.024,69	177.433,94	206.423,88	-330.935,06	7.142,32	3.940,30	5.127,40	4.680,81	6.419,62	4.182,92	2.060,68	379.106,07
DEDUÇÕES (II)	173.119,19	149.344,45	177.676,82	126.236,68	136.631,20	167.864,34	138.020,35	122.511,58	140.214,43	132.856,74	130.203,28	105.911,64	1.700.474,70
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	173.119,19	149.344,45	177.676,82	126.236,68	136.631,20	167.864,34	138.020,35	122.511,58	140.214,43	132.856,74	130.203,28	105.911,64	1.700.474,70
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.471.478,97	803.529,70	1.047.414,82	902.292,35	576.936,62	853.236,99	855.255,93	706.233,53	756.408,98	769.418,94	761.018,61	508.491,75	10.011.717,19
FONTE:													
Coronel Martins, 21/11/2014													

DIRCEU FAIRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRUS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO 2014/ BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Município de Coronel Martins - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Coronel Martins, 21/11/2014

DIRECU FAVRETTO EDERSON DA SILVA PRADO ANDRIUS ANTONIO MAY
PREFEITO MUNICIPAL CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7 CONTROLADOR INTERNO

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Município de Coronel Martins - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	83.698,83	580.971,17	579.152,73
DEDUÇÕES (II)	227.205,65	825.776,98	644.414,39
Disponibilidade de Caixa Bruta	298.352,49	824.269,70	644.090,98
Demais Haveres Financeiros	1.507,28	1.507,28	323,41
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	72.654,12	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-143.506,82	-244.805,81	-65.261,66
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-143.506,82	-244.805,81	-65.261,66

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
VALOR	179.544,15	78.245,16

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-185.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Coronel Martins, 21/11/2014

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRIUS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Município de Coronel Martins - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	9.612.200,00	1.527.944,25	8.017.987,52	7.162.302,91
Receita Tributária	199.500,00	85.765,37	164.347,68	81.520,55
I.P.T.U.	34.000,00	3.167,50	28.841,28	35.036,14
I.S.S.	50.000,00	15.824,25	22.354,21	13.220,09
I.T.B.I.	22.000,00	59.488,72	72.582,90	22.968,70
I.R.R.F.	42.000,00	4.285,39	4.923,96	0,00
Outras Receitas Tributárias	51.500,00	2.999,51	35.645,33	10.295,62
Receita de Contribuição	12.000,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	12.000,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	21.600,00	2.493,30	13.758,95	1.657,20
(-) Aplicações Financeiras	21.600,00	2.493,30	13.758,95	1.657,20
Transferências Correntes	9.252.000,00	1.426.316,64	7.713.873,97	6.821.874,59
F.P.M.	4.920.000,00	611.902,68	3.609.699,60	3.415.298,95
I.C.M.S.	2.360.000,00	422.956,11	1.992.909,25	1.836.335,43
Convênios	95.000,00	21.025,92	316.737,73	42.542,64
Outras Transferências Correntes	1.877.000,00	370.431,93	1.794.527,39	1.527.697,57
Demais Receitas Correntes	148.700,00	15.862,24	139.765,87	258.907,77
Dívida Ativa	16.600,00	4.331,89	28.683,26	16.858,29
Diversas Receitas Correntes	132.100,00	11.530,35	111.082,61	242.049,48
RECEITAS DE CAPITAL (II)	500.000,00	50.567,51	1.583.825,71	69.100,00
Operações de Crédito (III)	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	50.567,51	1.083.825,71	69.100,00
Convênios	0,00	50.567,51	1.083.825,71	49.100,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	50.567,51	1.083.825,71	69.100,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	9.612.200,00	1.578.511,76	9.101.813,23	7.231.402,91
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	9.663.089,39	1.399.227,92	8.196.794,04	7.009.281,36
Pessoal e Encargos Sociais	4.914.287,03	757.011,97	4.036.743,39	3.220.889,39
Juros e Encargos da Dívida (IX)	60.000,00	17.397,10	53.489,88	41.195,92
Outras Despesas Correntes	4.688.802,36	624.818,85	4.106.560,77	3.747.196,05
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	9.603.089,39	1.381.830,82	8.143.304,16	6.968.085,44
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.250.793,77	211.395,67	1.301.422,44	279.118,84
Investimentos	2.215.793,77	209.577,23	1.296.876,34	270.026,64
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	35.000,00	1.818,44	4.546,10	9.092,20
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.215.793,77	209.577,23	1.296.876,34	270.026,64

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	6.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	11.824.883,16	1.591.408,05	9.440.180,50	7.238.112,08
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.212.683,16	-12.896,29	-338.367,27	-6.709,17
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	21.584,36	0,00
Superávit Financeiro	-	-	21.584,36	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	98.400,00

FONTE:

Coronel Martins, 21/11/2014

 DIRCEU FAVRETTO
 PREFEITO MUNICIPAL

 EDERSON DA SILVA PRADO
 CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

 ANDRIUS ANTONIO MAY
 CONTROLADOR INTERNO

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	154.500,00	154.500,00	83.583,23	130.766,36	84,64
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	39.000,00	39.000,00	3.606,91	30.527,33	78,28
1.1.1- IPTU	34.000,00	34.000,00	3.167,50	28.841,28	84,83
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.000,00	1.000,00	123,67	279,00	27,90
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	3.000,00	3.000,00	228,66	1.093,23	36,44
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.000,00	1.000,00	87,08	313,82	31,38
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	22.000,00	22.000,00	59.488,72	72.582,90	329,92
1.2.1- ITBI	22.000,00	22.000,00	59.488,72	72.582,90	329,92
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	51.500,00	51.500,00	16.202,21	22.732,17	44,14
1.3.1- ISS	50.000,00	50.000,00	15.824,25	22.354,21	44,71
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	500,00	500,00	137,55	137,55	27,51
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	600,00	600,00	170,00	170,00	28,33
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	400,00	400,00	70,41	70,41	17,60
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	42.000,00	42.000,00	4.285,39	4.923,96	11,72
1.4.1- IRRF	42.000,00	42.000,00	4.285,39	4.923,96	11,72
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.270.000,00	9.270.000,00	1.322.387,61	7.142.833,76	77,05
2.1- Cota-Parte FPM	6.150.000,00	6.150.000,00	764.820,00	4.511.532,23	73,36
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.150.000,00	6.150.000,00	764.820,00	4.511.532,23	73,36
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.950.000,00	2.950.000,00	528.544,18	2.490.458,08	84,42
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	16.000,00	16.000,00	2.141,09	9.641,32	60,26
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	40.000,00	40.000,00	6.238,54	30.355,66	75,89
2.5- Cota-Parte ITR	4.000,00	4.000,00	4.447,23	4.620,45	115,51
2.6- Cota-Parte IPVA	110.000,00	110.000,00	16.196,57	96.226,02	87,48
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	9.424.500,00	9.424.500,00	1.405.970,84	7.273.600,12	77,18
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	170.000,00	170.000,00	32.026,54	139.054,35	81,80
5.1- Transferências do Salário-Educação	82.000,00	82.000,00	13.119,17	67.903,82	82,81
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	24.000,00	24.000,00	9.584,00	38.520,66	160,50
5.4- Transferências Diretas - PNATE	60.000,00	60.000,00	9.323,37	32.629,87	54,38
5.5- Outras Transferências do FNDE	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	95.000,00	95.000,00	21.025,92	715.117,77	752,76
6.1- Transferências de Convênios	95.000,00	95.000,00	21.025,92	715.117,77	752,76
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	265.000,00	265.000,00	53.052,46	854.172,12	322,33
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.854.000,00	1.854.000,00	263.060,02	1.421.443,87	76,67
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.230.000,00	1.230.000,00	152.917,32	901.832,63	73,32
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	590.000,00	590.000,00	105.588,07	497.548,83	84,33
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.200,00	3.200,00	427,70	1.924,65	60,15
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	800,00	800,00	889,43	919,18	114,90
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	22.000,00	22.000,00	3.237,50	19.218,58	87,36
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	765.000,00	765.000,00	137.014,17	667.758,60	87,29
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	760.000,00	760.000,00	137.014,17	667.758,60	87,86
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.094.000,00	-1.094.000,00	-126.045,85	-753.885,27	68,89
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					0,00
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					0,00
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					100,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	2.356.125,00	2.356.125,00	351.492,71	1.818.400,03	77,18
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	706.000,00	1.051.112,00	175.654,39	966.891,42	91,99
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	706.000,00	1.051.112,00	175.654,39	966.891,42	91,99
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	706.000,00	1.051.112,00	175.654,39	966.891,42	91,99
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-753.685,27
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-753.685,27
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.720.576,69
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					23,66
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	82.000,00	82.000,00	14.577,67	70.859,58	86,41
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	88.000,00	634.396,97	11.646,24	127.244,61	20,06
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	170.000,00	716.396,97	26.223,91	198.104,19	27,65
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	876.000,00	1.767.508,97	201.878,30	1.164.995,61	65,91

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		667.758,60	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		667.758,60	0,00

Coronel Martins, 21/11/2014

DIRCEU FAVRETTO	EDERSON DA SILVA PRADO	ANDRIUS ANTONIO MAY
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7	CONTROLADOR INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 8.598,26, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					R\$ 1,00	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	154.500,00	154.500,00	130.766,36	84,64		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	34.000,00	34.000,00	28.841,28	84,83		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	22.000,00	22.000,00	72.582,90	329,92		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	50.000,00	50.000,00	22.354,21	44,71		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	42.000,00	42.000,00	4.923,96	11,72		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.500,00	1.500,00	416,55	27,77		
Dívida Ativa dos Impostos	3.600,00	3.600,00	1.263,23	35,09		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.400,00	1.400,00	384,23	27,45		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.270.000,00	9.270.000,00	7.142.833,76	77,05		
Cota-Parte FPM	6.150.000,00	6.150.000,00	4.511.532,23	73,36		
Cota-Parte ITR	4.000,00	4.000,00	4.620,45	115,51		
Cota-Parte IPVA	110.000,00	110.000,00	96.226,02	87,48		
Cota-Parte ICMS	2.950.000,00	2.950.000,00	2.490.458,08	84,42		
Cota-Parte IPI-Exportação	40.000,00	40.000,00	30.355,66	75,89		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	16.000,00	16.000,00	9.641,32	60,26		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	16.000,00	16.000,00	9.641,32	60,26		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	9.424.500,00	9.424.500,00	7.273.600,12	77,18		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	602.800,00	602.800,00	577.157,09	95,75		
Provenientes da União	564.800,00	564.800,00	512.870,72	90,81		
Provenientes dos Estados	38.000,00	38.000,00	64.286,37	169,17		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	7.000,00	7.000,00	3.283,92	46,91		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	609.800,00	609.800,00	580.441,01	95,19		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.435.100,00	2.470.010,07	2.153.425,02	87,18	2.045.168,92	82,80
Pessoal e Encargos Sociais	1.271.000,00	1.128.574,64	838.030,45	74,26	838.030,45	74,26
Outras Despesas Correntes	1.164.100,00	1.341.435,43	1.315.394,57	98,06	1.207.138,47	89,99

Continua 1/4

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	49.900,00	44.390,00	32.105,00	72,32	30.035,00	67,66
Investimentos	49.900,00	44.390,00	32.105,00	72,32	30.035,00	67,66
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.485.000,00	2.514.400,07	2.185.530,02	86,92	2.075.203,92	82,53
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	591.300,00	608.300,00	594.468,26	27,20	574.746,68	27,70
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	591.300,00	608.300,00	594.468,26	27,20	574.746,68	27,70
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	591.300,00	608.300,00	594.468,26	27,20	574.746,68	27,70
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.893.700,00	1.906.100,07	1.591.061,76	59,72	1.500.457,24	54,83
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/100]						
409.417,22						

Continua 2/4

Município de Coronel Martins - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
				INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
				0,00	0,00	0,00		
TOTAL (VIII)				0,00	0,00	0,00		

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 26 E 28				LIMITE NÃO CUMPRIDO			
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
		-	-	-			

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.448.200,00	2.477.600,07	2.160.579,94	98,86	2.054.608,67	99,01
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	11.500,00	11.500,00	5.675,74	0,26	5.675,74	0,27
Vigilância Sanitária	9.000,00	9.000,00	4.198,84	0,19	3.498,84	0,17
Vigilância Epidemiológica	16.300,00	16.300,00	15.075,50	0,69	11.420,67	0,55
TOTAL	2.485.000,00	2.514.400,07	2.185.530,02	100,00	2.075.203,92	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $V[(h+i) - (15 \times Ilb)/100]$

Continua 3/4

Município de Coronel Martins - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

Coronel Martins, 21/11/2014

DIRCEU FAVRETTO PREFEITO MUNICIPAL	EDERSON DA SILVA PRADO CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7	ANDRIUS ANTONIO MAY CONTROLADOR INTERNO
---------------------------------------	---	--

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO 2014/ BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Município de Coronel Martins - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	10.133.800,00	
Previsão Atualizada		—	10.133.800,00	
Receitas Realizadas		1.581.005,06	9.615.572,18	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	21.584,36	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	9.633.800,00	
Créditos Adicionais		—	2.286.083,16	
Dotação Atualizada		—	11.919.883,16	
Despesas Empenhadas		1.208.889,97	10.449.974,20	
Despesas Liquidadas		1.610.623,59	9.498.216,48	
Superavit Orçamentário		—	117.355,70	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		1.208.889,97	10.449.974,20	
Despesas Liquidadas		1.610.623,59	9.498.216,48	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			10.302.682,16	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-185.000,00	78.245,16	-42,29
Resultado Primário		98.400,00	-338.367,27	-343,87
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	227.780,00	0,00	227.780,00	0,00
EXECUTIVO	227.780,00	0,00	227.780,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	72.654,12	0,00	72.654,12	0,00
EXECUTIVO	72.654,12	0,00	72.654,12	0,00
TOTAL:	300.434,12	0,00	300.434,12	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.720.576,69	25%	23,66
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%	0,00
Liquidadas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		500.000,00	0,00	
Despesa de Capital Líquida		1.301.422,44	949.371,33	

Continua 1/2

Município de Coronel Martins - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.500.457,24	15,00	20,63
Liquidadas		1.500.457,24		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Coronel Martins, 21/11/2014

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRIUS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

Correia Pinto

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 05/2014 FHMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PREGÃO PRESENCIAL 05/2014 - FHMCP

Objeto: FORNECIMENTO E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS NA IMPLANTAÇÃO DE REDES DE GASES MEDICINAIS E CENTRAL DE OXIGÊNIO PARA O HOSPITAL MUNICIPAL, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL. Tipo: Menor preço por ITEM. Abertura dos envelopes: 09/12/2014 às 14:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 24 de novembro de 2014.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Presidente da Comissão de Licitação
Pregoeiro Municipal

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 16/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORREIA PINTO
PREGÃO PRESENCIAL 16/2014 - FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO PARA OS GRUPOS EDUCATIVOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PARA O ANO DE 2015. Tipo: Menor preço por ITEM. Abertura dos envelopes: 09/12/2014 às 16:30 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto - SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 24 de novembro de 2014.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Presidente da Comissão de Licitação
Pregoeiro Municipal

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº. 802/2014

DECRETO Nº. 802/2014
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
025.752.0040.2015		Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.17	Aplicações Diretas	65.000,00
		TOTAL	65.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
025.752.0040.2015		Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.17	Aplicações Diretas	65.000,00
		TOTAL	65.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
05 de novembro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos cinco dias do mês de

novembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº. 803/2014

DECRETO Nº. 803/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 22.000,00(vinte e dois mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000 06.001		Secretaria Municipal de Saúde Fundo Municipal de Saúde	
010.301.1007.2046 4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.64	Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ Aplicações Diretas	22.000,00
		TOTAL	22.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000 06.001 010.301.1007.2046		Secretaria Municipal de Saúde Fundo Municipal de Saúde Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.64	Aplicações Diretas	22.000,00
		TOTAL	22.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
05 de novembro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos cinco dias do mês de novembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 806/14

DECRETO Nº 806/14

AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CORUPAENSE DOS ARTESÃOS - ACART, DO ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o uso do espaço público da Praça Artur Müller, no dia 21 de novembro de 2014, das 08 às 16 horas, e nos dias 06 e 13 de dezembro das 08 às 17 horas para a realização de feira, tendo como responsável a Associação Corupaense dos Artesãos - ACART.

Art. 2º - Toda a limpeza (principalmente dos banheiros), segurança, zelo pela decoração natalina e integridade do patrimônio público, relativamente ao local da realização do evento, fica sob inteira responsabilidade da Associação Corupaense dos Artesãos - ACART.

Art. 3º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis, inclusive no tocante a vedação ao consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos e vedação ao embarço a fluidez regular do trânsito.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
19 de novembro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3069/2014

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
Processo RH n. 006/2014

Interessado: MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Assunto: Processo Administrativo Disciplinar em face de Luciano Ismael Girardi

Conforme consta nos documentos anexos, determino a abertura de processo administrativo disciplinar para as providências cabíveis, segundo a legislação vigente.

Corupá/SC, aos 14 de novembro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 3069/2014

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINARE NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de

conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art.1º.DETERMINAR a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, conforme preconiza o artigo 209 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, para apurar a prática, em tese, a violação ao dever funcional de proceder de forma desidiosa (artigo 159, inciso XXIII da LC 014/2009), bem como são deveres do servidor exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo e cumprir as ordens superiores (artigo 158, incisos I e IV da LC 014/2009), em face do servidor LUCIANO ISMAEL GIRARDI, brasileiro, separado, motorista, portador do CPF n. 589.656.619-00 e RG n. 1983101, com matrícula no serviço público municipal n. 9929/01, residente e domiciliado à Rodovia SC 413, KM 5, 5143, bairro Rio Branco, na cidade de Guaramirim -SC, CEP 89.270-000.

Art.2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores:

- SIRLENE MARIA MORAIS, brasileira, solteira, professora, portadora do RG n. 2.763.448 e CPF n. 751.474.089-91, com matrícula profissional n. 4181-02, residente e domiciliado à Rua São Miguel, 467, na cidade de Jaraguá do Sul/SC, CEP 89.254-305 - Presidente da Comissão Processante;

- DARCI RUTSATZ, brasileira, solteira, assistente pedagógica, portador do RG n. 1.587.567 e CPF n. 543.769.639-68, com matrícula profissional n. 2390-01, residente e domiciliado à Avenida Getúlio Vargas, 60, na cidade de Corupá/SC;

- ELISABETE DA FONSECA FERREIRA TOMAZELLI, brasileira, casada, assistente pedagógica, portadora do RG n. 1.586.451 e do CPF n. 625.798.199-91, com matrícula profissional n. 6757-03, residente e domiciliada na Rua Ervino Emílio Moreira, na cidade de Corupá/SC, todos integrantes do Quadro Funcional do Município de Corupá/SC.

Art.3º. Os membros acima nomeados são todos integrantes do Quadro Funcional do Município de Corupá/SC, possuindo escolaridade equivalente ou superior ao servidor LUCIANO ISMAEL GIRARDI.

Art. 4º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 5º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração Superior.

Art. 6º.Aplicar-se-á ao presente Processo Administrativo, quando omissa a legislação municipal, as disposições da Lei Federal n. 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Art. 7º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
20 de novembro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 3076/14

PORTARIA Nº 3076/14

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 3, A SERVIDORA LUANA DANTAS IZIDRO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Função Gratificada, com denominação de FG - 3, a servidora LUANA DANTAS IZIDRO, para responder pelo controle de arquivo do setor de tributação, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda,

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de novembro de 2014, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3033/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
20 de novembro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO 07/2014**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 07/2014

APROVA AS CONTAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CURITIBANOS/SC, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Curitibanos aprovou, e eu, João Flaris Camargo, Presidente, nos termos do Artigo 51 parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, e do Artigo 133 do Regimento Interno, promulgo o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Poder Executivo Municipal, referente ao exercício de 2013, conforme parecer exarado pela Egrégia Corte do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Curitibanos, 18 de novembro de 2014.

João Flaris Camargo
Presidente

Sidnei Furlan
Vice-presidente

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo, aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, no mural e Secretaria da Câmara Municipal.

Luiz Carlos Righes Júnior
1º Secretário

Arcilio Alves
2º Secretário

Dionísio Cerqueira**PREFEITURA****CONTRATOS 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 078/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.

Contratado: Lucas Tressoldi Cia Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de adolescentes do interior do Município participantes dos Programas Sociais., .Origem: Processo 090/2014 Modalidade: Pregão 090/2014 - Valor R\$ 672,50 Vigência: 21/11/2014 até 31/12/2014.

Dionísio Cerqueira 21/11/2014

Altair Rittes

Prefeito Municipal

Forquilha

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 21/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 21/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - DAIANA VOGEL ZIMMERMANN EIRELI

OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos para fomento da produção leiteira, através do Fundo Municipal de Agricultura de Forquilha/SC, conforme Contrato nº. 791765/2013, Processo nº. 1009325-44/2013, firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 65.720,00 (sessenta e cinco mil setecentos e vinte reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 410 (quatrocentos e dez) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura. - 23/11/2015.

DOTAÇÃO - 1801.1070.4490 (18), (19) - Recurso Vinculado PRO-DESA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Eletrônico nº. 15/FMA/2014.

DATA DA ASSINATURA - 30 de outubro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 23/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 23/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - MARCIO MARCELO ZIMMERMANN & CIA LTDA

OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos para fomento da produção leiteira, através do Fundo Municipal de Agricultura de Forquilha/SC, conforme Contrato nº. 791765/2013, Processo nº. 1009325-44/2013, firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 12.295,00 (doze mil duzentos e noventa e cinco reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 410 (quatrocentos e dez) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura. - 23/11/2015.

DOTAÇÃO - 1801.1070.4490 (18), (19) - Recurso Vinculado PRO-DESA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Eletrônico nº. 15/FMA/2014.

DATA DA ASSINATURA - 30 de outubro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 22/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 22/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - FENOSUL COMERCIAL AGRICOLA LTDA

OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos para fomento da produção leiteira, através do Fundo Municipal de Agricultura de Forquilha/SC, conforme Contrato nº. 791765/2013, Processo nº. 1009325-44/2013, firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 129.930,00 (cento e vinte e nove mil novecentos e trinta reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 410 (quatrocentos e dez) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura. - 23/11/2015.

DOTAÇÃO - 1801.1070.4490 (18), (19) - Recurso Vinculado PRO-DESA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Eletrônico nº. 15/FMA/2014.

DATA DA ASSINATURA - 30 de outubro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 24/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 24/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - DEEF BRASIL SERVIÇOS E COMERCIO LTDA

OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos para fomento da produção leiteira, através do Fundo Municipal de Agricultura de Forquilha/SC, conforme Contrato nº. 791765/2013, Processo nº. 1009325-44/2013, firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 22.534,00 (vinte e dois mil quinhentos e trinta e quatro reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 410 (quatrocentos e dez) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura. - 23/11/2015.

DOTAÇÃO - 1801.1070.4490 (18), (19) - Recurso Vinculado PRO-DESA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Eletrônico nº. 16/FMA/2014.

DATA DA ASSINATURA - 30 de outubro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 25/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 25/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - FORAUTO VEICULOS LTDA

OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos para fomento da produção leiteira, através do Fundo Municipal de Agricultura de Forquilha/SC, conforme Contrato nº. 791765/2013, Processo nº. 1009325-44/2013, firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 191.500,00 (cento e noventa e um mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 410 (quatrocentos e dez) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura. - 23/11/2015.

DOTAÇÃO - 1801.1070.4490 (18), (19) - Recurso Vinculado PRO-DESA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Eletrônico nº. 16/FMA/2014.

DATA DA ASSINATURA - 30 de outubro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/FMPS/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 06/FMPS/2014.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada, com a finalidade da prestação de serviços de assessoria em relação ao mercado financeiro, capacitada a realizar diagnóstico da carteira de investimentos, assessorar na elaboração e aplicação da política de investimento, realizar treinamento e capacitação aos gestores e conselheiros nos assuntos relacionados ao mercado financeiro, realizar visitas presenciais sempre que solicitado pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Forquilha - FORQUILHINHA PREV, no ano de 2015.

DATA DE ABERTURA: Dia 09 de dezembro de 2014 às 11:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail processos@forquilha.sc.gov.br ou licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 21 de novembro de 2014.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 228/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATO Nº. 228/2014

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

TERMO DE CONTRATO, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC e a COONAFOR - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE FORQUILHINHA.

Pelo presente Contrato de prestação de serviços, nós abaixo assinados, de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, estabelecido na Av. 25 de julho, 3400, inscrito no CGC/MF sob o número 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal VANDERLEI ALEXANDRE, e de outro lado, como CONTRATADO, a empresa COONAFOR - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE FORQUILHINHA, pessoa jurídica de direito privado, localizada na Rodovia Antônio Valmor Canella, Km 09, Sanga do Café, Forquilha, SC, inscrita no CNPJ 12.046.131/0001-99, neste ato representada pelo seu Presidente, Jairo Luis Vitali, portador da CI nº. 15/R 1.978.169 e inscrito no CPF nº. 656.968.409-49, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, de acordo com as disposições da Lei nº. 11.947/2009, e o Edital de Chamamento vinculado ao Processo de Dispensa de Licitação nº. 191/PMF/2014, de 13/10/2014, homologado no dia 04/11/2014, o qual é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente contrato tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, com verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, em consonância com o estabelecido na Lei nº 11.947/2009, Artigo 14, § 1º e de acordo com o edital de Chamamento Público para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar.

CLÁUSULA SEGUNDA

O contratado se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao contratante conforme descrito do Projeto de Vendas de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

Os CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compra, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31/01/2015.

a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública nº. 191/2014 e com a programação repassada mensalmente pela Secretaria de Educação Municipal.

b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste contrato.

c) O presente contrato terá vigência até 28/02/2015.

CLÁUSULA SEXTA

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ 22.186,80 (vinte e dois mil cento e oitenta e seis reais e oitenta centavos), conforme listagem abaixo:

CLÁUSULA SÉTIMA

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária correspondente ao exercício de 2014: 0501.2014.3390 (65), (66).

CLÁUSULA NONA

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendências de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recurso para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do Art. 20 da Lei 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópia das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

O CONTRATADO FORNECEDOR se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, nos Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

c) fiscalizar a execução do contrato;

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

O presente contrato rege-se, ainda, pelo edital de chamada pública nº. 191/PMF/2014, pela Resolução CD/FNDE nº. 38/2009 e pela Lei nº. 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Este contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Este contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por corta, consoante cláusula vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

É competente o Foro da Comarca de Forquilha/SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato. Por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Forquilha/SC, 11 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA	COOPERATIVA DE PROD. AGRIC. FAM.
VANDERLEI ALEXANDRE	Jairo Luis Vitali
Prefeito Municipal	CONTRATADA

1ª TESTEMUNHA	2ª TESTEMUNHA
Valdecir Tiscoski	Erika De Luca Tiscoski

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 228/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - COOP. DE PROD. AGRIC. FAMILIAR DE FORQUILHINHA

DO OBJETO - O presente contrato tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, com verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, em consonância com o estabelecido na Lei nº 11.947/2009, Artigo 14, § 1º e de acordo com o edital de Chamamento Público para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar.

VALOR - R\$ 22.186,80 (vinte e dois mil cento e oitenta e seis reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA - 28/02/2015.

DOTAÇÃO - 0501.2014.3390 (65), (66).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93 Dispensa de Licitação nº. 191/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 11 de novembro de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 216/PMF/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 216/PMF/2014.
OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de leites especiais, necessários e imprescindíveis para o atendimento a pessoas carentes do Município de Forquilha/SC, por meio das Secretarias de Ação Social e Saúde, durante o exercício de 2015.
DATA DE ABERTURA: Dia 11 de dezembro de 2014 às 11:00 horas.
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 21 de novembro de 2014.
VALDECIR TISCOSKI
Pregoeiro

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 221/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 221/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - GENTE SEGURADORA S.A.

OBJETO - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços, através de empresa especializada, para cobertura de seguros de veículos diversos da Frota Oficial do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 100,00 (cem reais).

VIGÊNCIA - O presente contrato vigorará a partir da data deste contrato e por 01 (um) ano, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

DOTAÇÃO - 1701.2050.3390 (15), 1701.2056.3390 (46), 1701.2057.3390 (48), 0703.2033.3390 (129).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 183/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 28 de outubro de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 93/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 93/2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 264/2013
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS
DO OBJETO - Prestação de serviços, através de empresa especializada, para cobertura de seguros de veículos diversos da Frota Oficial do Município de Forquilha/SC.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº. 264/PMF/2013 de 28/11/2014 para 27/05/2015.

DO VALOR - O valor global para o período acima citado correspondente a R\$ 1.083,51 (um mil e oitenta e três reais e cinquenta e um centavos).

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 30/10/2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 100/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 100/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - GENTE SEGURADORA S.A.

OBJETO - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços, através de empresa especializada, para cobertura de seguros de veículos diversos da Frota Oficial do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA - O presente contrato vigorará a partir da data deste contrato e por 01 (um) ano, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

DOTAÇÃO - 1701.2050.3390 (15), 1701.2056.3390 (46), 1701.2057.3390 (48), 0703.2033.3390 (129).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 183/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 28 de outubro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0022-2014 DOM

Aviso de Licitação - Tomada de Preços nº 0022/2014 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 0022/2014 - PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução de ampliação e reforma do Centro de Educação Municipal "Zenaide da Costa", localizado na Rua 25 de agosto, no bairro Salete, nesta cidade, totalizando uma área a ser ampliada de 461,37m² e reformada de 143,76m², com fornecimento de materiais e mão de obra, Conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL). Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário; Julgamento: Menor Preço Global; Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 09.12.2014; Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas. Recursos: 1200 - Recursos Ordinários. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ou no Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. Email: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 21 de novembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL 0030_2014-SF

Aviso do Pregão Presencial nº 0030/2014 - SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO- SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de 01 (uma) bomba submersa para instalação no poço artesiano que atende o bairro Liberata (P6). Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:30 horas do dia 04.12.2014. Abertura: Às 10:30 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 20 de novembro de 2014.

Eloi Regalin

Presidente da SANEFRAI

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0151_2014-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0151/2014 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa do ramo para o fornecimento de artigos destinados a realização de show pirotécnico nas imediações do Lago das Araucárias no dia 31.12.2014, durante as festividades de final de ano do Município de Fraiburgo. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 05.12.2014. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Recursos: 1.200 - Ordinários - Departamento de Cultura. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 19 de novembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0153_2014-PMF DOM

Aviso de Pregão Presencial Nº 0153/2014 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de materiais elétricos e serviço de mão de obra elétrica, para uso da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 10.12.2014. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Recursos: 1.200 Recursos Próprios. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 20 de novembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0305-2014

DECRETO Nº 0305, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações:

08.00 – Secretaria de saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.302.0010.2.027 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0441 (123)	R\$	4.500,00
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0418 (47)	R\$	6.000,00
Total		
	R\$	10.500,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

4172203080 - Transf. de Recursos do Estado - Cirurgias Oftalmológicas	R\$ 4.500,00
417213312 – Transf. De Recursos do SUS – MAC	R\$ 6.000,00
TOTAL	R\$ 10.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 0306-2014

DECRETO Nº 0306, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (67)	R\$	240.000,00
12.365.0005.2.013 – Manutenção da Educação Infantil		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (91)	R\$	30.000,00
Total		
	R\$	270.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417220101 – Cota Parte do ICMS	R\$	270.000,00	
TOTAL	R\$	270.000,00	

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 286 de 04/11/2014.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 005-2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 005/2014

Nos termos do que determinam os Artigos 748 e 755 da Lei Complementar nº 053/2003, ficam notificados os contribuintes inscritos em dívida ativa para com a Fazenda Pública Municipal de Fraiburgo, para, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da sua publicação, regularizar sua situação junto ao Departamento de Tributos do Município, sob pena de a dívida ativa ser imediatamente enviada para a cobrança judicial. Ficam notificados COMERCIO E SERVIÇOS LUZZI LTDA. - ME - CNPJ 02.055.809/0002-27; HK EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA. - EPP - CNPJ: 18.904.897/0001-43.

Fraiburgo, 21 de novembro de 2014.
ELVITO COLDEBELLA
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

PORTARIA Nº 2057/2014

PORTARIA N.º 2.057, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.
Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01326/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear SIMONE PATRICIA HEPP GOMES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 053.349.719-12, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de novembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0021_2014-PMF DOM

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 0021/2014 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para ampliação da Unidade Básica de Saúde São José, na Avenida Caçador, Quadra 43, Lote 159, Bairro Centro, nesta cidade de Fraiburgo/SC, com área a ser construída de 70,00 m², com fornecimento de mão de obra e materiais, de acordo com os memoriais projetos arquitetônicos e complementares (ANEXO AO PAL), houve a participação das empresas CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA ME enquadrada como Microempresa, DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP enquadrada como Empresa de Pequeno Porte e CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME enquadrada como Microempresa por ter apresentado a Certidão de Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) exigência do item 4.2.2.6.2 do Edital vencida na data de 03/11/2014 foi concedido o benefício da Lei 123/06 e

147/2014 para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis caso vencedora do certame proceda a sua apresentação regular. As demais proponentes pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restaram HABILITADAS pela Comissão. Desta forma, foi passado para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase das PROPOSTAS DE PREÇOS nesta mesma data, nos termos do art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93 e alterações posteriores e pela renúncia expressa dos representantes presentes, legalmente habilitados, de interposição de Recurso contra este julgamento.

Fraiburgo (SC), 21 de novembro de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0021_2014-PMF DOM

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS Nº 0021/2014 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para ampliação da Unidade Básica de Saúde São José, na Avenida Caçador, Quadra 43, Lote 159, Bairro Centro, nesta cidade de Fraiburgo/SC, com área a ser construída de 70,00 m², com fornecimento de mão de obra e materiais, de acordo com os memoriais projetos arquitetônicos e complementares (ANEXO AO PAL), quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, após renúncia expressa na interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 6.5 do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, com o MENOR PREÇO GLOBAL, a seguinte proponente: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME enquadrada como Microempresa no valor total de R\$ 93.793,83 (noventa e três mil setecentos e noventa e três reais e oitenta e três centavos) ficando este valor abaixo do valor máximo estipulado pelo Município no item 2.4 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias em relação a sua proposta de preços. Desta forma conforme previsão do item 6.9 do Edital, fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período, para apresentação regular da Certidão Negativa de Débitos Relativos à Seguridade Social (INSS) para posterior homologação e contratação. No mesmo ato, houve a renúncia expressa dos participantes presentes acerca da interposição de Recursos previstos no art. 109, I, "b" da Lei 8.666/93. Aguarde-se o cumprimento da condição acima imposta.

Fraiburgo(SC), 21 de novembro de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

5 BIMESTRE

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	73.630.000,00	73.630.000,00	13.474.808,23	18,30	67.615.456,18	91,83
RECEITAS CORRENTES	69.102.000,00	69.102.000,00	12.812.953,00	18,54	63.948.295,52	92,54
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.570.100,00	9.570.100,00	1.486.040,26	15,53	9.013.782,37	94,19
IMPOSTOS	6.280.000,00	6.280.000,00	1.047.904,19	16,69	6.219.170,61	99,03
TAXAS	2.628.400,00	2.628.400,00	371.888,39	14,15	2.443.915,25	92,98
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	661.700,00	661.700,00	66.247,68	10,01	350.696,51	53,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	920.000,00	920.000,00	160.577,39	17,45	765.881,82	83,25
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	920.000,00	920.000,00	160.577,39	17,45	765.881,82	83,25
RECEITA PATRIMONIAL	645.900,00	645.900,00	165.089,67	25,56	803.536,72	124,41
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	10.000,00	10.000,00	4.764,50	47,65	26.699,72	267,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	625.900,00	625.900,00	158.950,79	25,40	770.077,51	123,04
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	10.000,00	10.000,00	1.374,38	13,74	6.759,49	67,59
RECEITA DE SERVIÇOS	4.638.500,00	4.638.500,00	896.649,58	19,33	3.934.557,19	84,82
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	51.541.500,00	51.541.500,00	9.877.049,00	19,16	48.258.426,37	93,63
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	51.358.500,00	51.358.500,00	9.678.570,48	18,85	47.107.225,88	91,72
Transf. de Instituições Privadas	158.000,00	158.000,00	23.655,42	14,97	115.965,65	73,40
Transf. de Pessoas	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	10.430,00	41,72
Transf. de Conv.	0,00	0,00	174.823,10	0,00	1.024.804,84	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.786.000,00	1.786.000,00	227.547,10	12,74	1.172.111,05	65,63
Multas e Juros de Mora	824.000,00	824.000,00	133.918,82	16,25	572.796,44	69,51
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	92.000,00	92.000,00	10.681,17	11,61	128.613,24	139,80
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	854.000,00	854.000,00	78.947,11	9,24	451.325,87	52,85
RECEITAS DIVERSAS	16.000,00	16.000,00	4.000,00	25,00	19.375,50	121,10
RECEITAS DE CAPITAL	4.528.000,00	4.528.000,00	661.855,23	14,62	3.667.160,66	80,99
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.000.000,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	4.000.000,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	103.000,00	103.000,00	250.784,59	243,48	419.350,61	407,14
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	75.000,00	107,14
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	33.000,00	33.000,00	250.784,59	759,95	344.350,61	1043,49
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	425.000,00	425.000,00	411.070,64	96,72	3.247.810,05	764,19
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	425.000,00	425.000,00	337.612,80	79,44	1.465.928,80	344,92
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	73.457,84	0,00	1.781.881,25	0,00

Continua 1/3

admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	73.630.000,00	73.630.000,00	13.474.808,23	18,30	67.615.456,18	91,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	73.630.000,00	73.630.000,00	13.474.808,23	18,30	67.615.456,18	91,83
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	73.630.000,00	73.630.000,00	13.474.808,23	18,30	67.615.456,18	91,83
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	5.510.189,89	—	—	4.143.043,47	—
Superávit Financeiro	—	5.510.189,89	—	—	4.143.043,47	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	73.630.000,00	15.726.857,55	89.356.857,55	12.317.866,47	72.387.096,47	13.161.029,06	62.510.128,74	69,96
DESPESAS CORRENTES	60.363.930,00	9.905.394,61	70.269.324,61	9.368.028,35	60.104.482,32	11.447.189,31	55.831.735,92	79,45
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.556.300,00	1.646.514,15	38.202.814,15	6.354.658,84	30.302.301,98	6.390.092,94	29.961.446,67	78,43
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	600.000,00	-146.000,00	454.000,00	0,00	383.675,00	42.820,83	294.238,33	64,81
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.207.630,00	8.404.880,46	31.612.510,46	3.013.369,51	29.418.505,34	5.014.275,54	25.576.050,92	80,90
DESPESAS DE CAPITAL	13.066.070,00	5.821.462,94	18.887.532,94	2.949.838,12	12.282.614,15	1.713.839,75	6.678.392,82	35,36
INVESTIMENTOS	10.666.070,00	5.775.462,94	16.441.532,94	2.949.838,12	9.836.614,15	1.297.650,70	4.634.322,41	28,19

Continua 2/3

admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
								% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	73.630.000,00	15.726.857,55	89.356.857,55	12.317.866,47	72.387.096,47	13.161.029,06	62.510.128,74	69,96
AMORTIZACAO DA DIVIDA	2.400.000,00	46.000,00	2.446.000,00	0,00	2.446.000,00	416.189,05	2.044.070,41	83,57
RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	73.630.000,00	15.726.857,55	89.356.857,55	12.317.866,47	72.387.096,47	13.161.029,06	62.510.128,74	69,96
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	73.630.000,00	15.726.857,55	89.356.857,55	12.317.866,47	72.387.096,47	13.161.029,06	62.510.128,74	69,96
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	5.105.327,44	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	73.630.000,00	15.726.857,55	89.356.857,55	12.317.866,47	72.387.096,47	13.161.029,06	67.615.456,18	75,67

FONTE:
FRAIBURGO, 19/11/2014

IVO BIAZZOLO	MÁRCIO LUÍS MACHADO	MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Prefeito Municipal	Contador CRC/SC Nº 031038/O-0	Controlador Interno

admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	73.630.000,00	89.356.857,55	12.317.866,47	72.387.086,47	13.161.029,06	62.510.128,74	100,00	89,96
Legislativa	2.300.000,00	2.300.000,00	217.451,09	1.798.777,73	285.591,37	1.421.842,03	2,27	61,82
Ação Legislativa	2.300.000,00	2.300.000,00	217.451,09	1.798.777,73	285.591,37	1.421.842,03	2,27	61,82
Administração	6.217.000,00	7.247.764,68	802.314,32	6.036.340,85	1.103.896,99	5.583.944,28	8,93	77,04
Administração Geral	4.837.000,00	5.188.690,42	592.238,77	4.250.422,83	771.321,00	4.009.200,97	6,41	77,27
Administração Financeira	1.230.000,00	1.944.074,26	196.781,61	1.713.224,94	318.940,80	1.503.049,54	2,40	77,31
Controle Interno	150.000,00	115.000,00	13.293,94	72.693,08	13.635,19	71.693,77	0,11	62,34
Segurança Pública	792.000,00	1.245.938,79	94.816,32	508.764,31	74.682,47	403.456,36	0,65	32,38
Policimento	461.000,00	627.038,91	77.308,96	397.644,93	52.372,65	310.376,18	0,50	49,50
Defesa Civil	331.000,00	618.899,88	17.507,36	111.119,38	22.319,82	93.080,18	0,15	15,04
Assistência Social	1.760.120,00	2.815.224,07	327.071,40	1.973.943,98	414.201,62	1.778.123,81	2,84	63,16
Assistência à Criança e ao Adolescente	67.200,00	64.270,10	0,00	35.556,29	4.023,70	35.262,78	0,06	54,87
Assistência Comunitária	1.692.920,00	2.750.953,97	327.071,40	1.938.387,69	410.177,92	1.742.861,03	2,79	63,35
Saúde	12.126.240,00	18.639.904,03	2.347.407,97	16.144.128,67	2.789.804,31	14.275.494,81	22,84	76,59
Atenção Básica	8.919.240,00	14.176.059,35	1.703.151,71	12.148.542,91	2.045.652,41	10.785.810,46	17,25	76,08
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.201.000,00	3.327.446,13	447.587,01	3.096.477,95	543.671,67	2.628.663,08	4,21	79,00
Suporte Profilático e Terapêutico	694.500,00	602.042,46	152.894,72	517.192,38	143.821,85	500.249,66	0,80	83,09
Vigilância Sanitária	132.000,00	136.411,96	2.524,47	101.387,06	6.387,98	99.821,50	0,16	73,18
Vigilância Epidemiológica	179.500,00	397.944,13	41.250,06	280.528,37	50.270,40	260.950,11	0,42	65,57
Educação	26.591.340,00	29.373.690,00	4.445.669,44	24.844.773,75	4.910.753,50	22.704.837,36	36,32	77,30
Administração Geral	30.000,00	83.000,00	-4.624,00	77.876,72	14.815,80	59.700,06	0,10	71,93
Alimentação e Nutrição	1.535.800,00	1.593.734,94	403.588,18	1.434.826,54	363.203,02	1.321.434,59	2,11	82,91
Ensino Fundamental	15.472.390,00	17.587.049,89	2.575.834,28	14.683.388,94	2.775.576,35	12.975.031,91	20,76	73,78
Ensino Médio	350.000,00	547.270,40	0,00	504.270,40	92.020,96	459.626,88	0,74	83,99
Ensino Superior	500.000,00	500.000,00	100.000,00	500.000,00	145.520,28	445.520,28	0,71	89,10
Educação Infantil	8.610.050,00	9.039.169,03	1.370.870,98	7.626.091,05	1.519.248,98	7.429.999,26	11,89	82,20
Educação de Jovens e Adultos	93.100,00	23.465,74	0,00	18.320,10	368,11	13.524,38	0,02	57,63
Cultura	1.145.000,00	1.241.908,93	339.230,88	1.019.020,82	380.414,46	954.129,16	1,53	76,83
Difusão Cultural	1.145.000,00	1.241.908,93	339.230,88	1.019.020,82	380.414,46	954.129,16	1,53	76,83

Continua 1/3

admin

Município de FRAIBURGO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	73.630.000,00	89.356.857,55	12.317.866,47	72.387.086,47	13.161.029,06	62.510.128,74	100,00	69,96	26.846.728,81
	8.514.200,00	11.952.637,41	2.392.029,26	7.428.104,85	1.226.880,02	4.202.252,92	6,72	35,16	7.750.384,49
	7.350.000,00	10.698.868,02	2.266.343,96	6.388.636,51	1.071.226,67	3.431.797,65	5,49	32,08	7.287.070,37
	1.144.000,00	1.058.274,26	120.000,00	882.000,00	131.931,72	686.626,76	1,10	64,88	371.647,50
	20.200,00	195.495,13	5.685,30	157.468,34	23.721,63	83.828,51	0,13	42,88	111.666,62
	81.000,00	77.606,29	522,00	45.499,80	522,00	45.499,80	0,07	58,63	32.106,49
	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	71.000,00	77.606,29	522,00	45.499,80	522,00	45.499,80	0,07	58,63	32.106,49
	5.313.000,00	5.920.000,00	994.668,89	5.266.890,06	976.582,66	4.615.911,87	7,38	77,97	1.304.088,13
	5.313.000,00	5.920.000,00	994.668,89	5.266.890,06	976.582,66	4.615.911,87	7,38	77,97	1.304.088,13
	120.000,00	45.000,00	0,00	40.065,24	0,00	25.315,24	0,04	56,26	19.684,76
	70.000,00	45.000,00	0,00	40.065,24	0,00	25.315,24	0,04	56,26	19.684,76
	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2.060.000,00	2.094.525,74	98.496,07	1.860.004,28	202.042,30	1.741.890,11	2,79	83,16	352.635,63
	2.060.000,00	2.094.525,74	98.496,07	1.860.004,28	202.042,30	1.741.890,11	2,79	83,16	352.635,63
	140.000,00	117.011,50	-7.467,00	91.321,50	7.000,00	84.321,50	0,13	72,06	32.690,00
	140.000,00	117.011,50	-7.467,00	91.321,50	7.000,00	84.321,50	0,13	72,06	32.690,00
	230.000,00	203.200,00	2.118,64	201.024,74	22.364,56	176.338,80	0,28	86,78	26.861,20
	230.000,00	203.200,00	2.118,64	201.024,74	22.364,56	176.338,80	0,28	86,78	26.861,20
	440.100,00	1.200.982,35	167.838,87	998.783,69	138.807,30	920.194,65	1,47	76,62	280.787,70
440.100,00	1.200.982,35	167.838,87	998.783,69	138.807,30	920.194,65	1,47	76,62	280.787,70	
1.050.000,00	1.231.463,76	92.967,81	819.390,08	165.491,05	761.640,19	1,22	61,85	469.823,57	
1.050.000,00	1.231.463,76	92.967,81	819.390,08	165.491,05	761.640,19	1,22	61,85	469.823,57	
4.550.000,00	3.450.000,00	2.730,51	3.309.262,12	461.984,45	2.814.935,85	4,50	81,59	635.064,15	
3.000.000,00	2.900.000,00	0,00	2.829.675,00	459.009,88	2.338.308,74	3,74	80,63	56.1691,26	
1.550.000,00	550.000,00	2.730,51	479.587,12	2.974,57	476.627,11	0,76	86,86	73.372,89	

Continua 2/3

admin

Continuação 3/3

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	73.630.000,00	89.356.857,55	12.317.866,47	72.387.096,47	13.161.029,06	62.510.128,74	100,00	69,96	26.846.728,81
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	73.630.000,00	89.356.857,55	12.317.866,47	72.387.096,47	13.161.029,06	62.510.128,74	100,00	69,96	26.846.728,81

FONTE:

FRAIBURGO, 19/11/2014

IVO BIAZZOLO	MÁRCIO LUÍS MACHADO	MOISES AMADEU PATRÍCIO
Prefeito Municipal	Contador CRC/SC Nº 03.1038/O-0	Controlador Interno

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

admin

Município de FRABURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
		Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	RS\$ 1,00
RECEITAS CORRENTES (I)		6.530.483,02	7.774.717,35	6.938.779,71	7.158.523,04	6.621.565,92	7.995.336,17	7.129.352,40	6.461.643,20	6.417.686,03	6.849.408,39	6.719.330,22	7.176.411,31	83.773.136,76	75.250.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		579.768,96	868.067,27	887.579,54	1.174.551,78	883.046,75	1.778.095,11	678.438,38	665.751,36	728.897,12	731.592,07	732.468,22	753.572,04	10.461.618,60	9.570.100,00
IP.T.U.		11.964,55	11.347,54	7.154,86	98.116,49	193.715,83	1.166.950,77	87.208,10	40.252,84	41.069,00	37.750,37	38.779,79	51.790,30	1.786.100,44	1.750.000,00
IRRF		65.594,01	142.509,11	85.759,36	108.627,18	92.461,78	79.409,31	75.592,98	77.403,73	81.149,76	108.361,75	76.847,72	84.707,00	1.078.380,69	880.000,00
I.S.S.		244.450,89	270.481,98	265.310,51	267.289,24	287.337,27	290.121,34	273.434,10	253.689,07	348.763,05	292.444,48	285.390,52	282.553,02	3.361.037,47	3.000.000,00
I.T.B.I.		61.728,60	247.382,07	33.762,24	77.637,81	76.877,76	48.559,23	44.867,67	73.089,00	65.719,64	91.590,90	88.145,90	139.599,94	1.049.080,76	650.000,00
Outras Receitas Tributárias		196.060,91	196.346,57	495.575,57	622.881,06	232.654,11	193.054,46	197.345,53	221.536,72	191.985,67	201.442,57	243.314,29	194.821,78	3.187.019,24	3.290.100,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		71.916,89	68.614,81	71.218,07	71.435,37	73.925,68	100.837,26	69.012,51	71.341,53	71.461,85	76.072,16	70.946,07	89.631,32	906.413,52	920.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		57.818,39	68.190,48	57.402,28	64.383,43	71.690,12	79.895,10	90.290,40	83.225,97	93.445,52	98.144,23	87.008,99	78.080,68	929.545,59	645.900,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		344.636,02	385.846,36	412.079,61	474.960,01	352.731,10	300.508,42	356.368,72	371.906,10	372.081,61	397.272,04	483.717,29	412.932,29	4.685.039,57	4.638.500,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		5.375.311,34	6.189.881,73	5.407.864,17	5.274.671,98	5.108.762,14	5.018.070,87	5.838.961,11	5.106.553,78	5.018.029,16	5.451.316,50	5.237.715,87	5.722.121,66	65.343.260,31	57.889.500,00
Cota-Parte do F.P.M.		1.308.202,33	1.973.577,05	1.686.216,96	1.693.847,71	1.004.782,10	1.146.789,60	1.528.238,15	1.146.079,97	984.337,68	1.195.802,80	1.046.221,16	990.676,92	15.606.772,43	14.600.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.		1.257.462,16	1.252.129,95	1.308.632,89	1.246.859,42	1.294.903,28	1.232.561,91	1.252.889,84	1.271.087,32	1.181.202,25	1.243.703,49	1.326.737,07	1.369.929,77	15.210.090,28	14.000.000,00
Cota-Parte do P.V.A.		201.247,85	117.516,49	124.723,89	155.037,08	197.651,47	241.266,89	234.727,61	215.910,30	273.877,83	248.219,07	265.560,96	302.522,62	2.578.262,06	2.400.000,00
Cota-Parte do ITR.		3.173,69	6.676,19	2.347,39	799,50	719,36	810,02	662,18	34,53	5.349,14	131,75	40.328,83	53.266,30	114.320,88	50.000,00
Outras Transferências Correntes		812.253,31	1.054.765,32	572.350,41	417.626,02	1.019.766,79	1.356.517,75	1.029.720,50	778.524,94	999.590,40	1.081.286,14	839.918,66	1.213.681,12	11.173.991,36	8.349.500,00
Transferências da LC 61/1989		19.590,19	20.937,70	20.952,13	17.738,58	17.332,88	18.857,46	20.510,57	19.535,22	20.068,75	20.686,44	19.467,01	20.847,55	236.524,48	220.000,00
Transferências da LC 87/1996		5.204,79	5.204,79	5.362,67	5.536,67	0,00	5.536,67	5.536,67	5.536,67	5.536,67	5.536,67	5.536,67	5.536,67	60.239,61	70.000,00
Transferências do FUNDEB		1.768.177,02	1.759.052,24	1.781.112,90	1.737.227,00	1.603.806,26	1.615.739,57	1.766.655,59	1.671.844,83	1.548.076,44	1.655.970,14	1.689.945,51	1.765.690,71	18.000.000,00	18.000.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		101.031,42	194.116,70	106.636,04	98.520,47	131.410,13	117.929,41	96.311,28	162.864,46	133.890,77	95.011,39	107.473,78	120.073,32	1.467.259,17	1.786.000,00
DEDUÇÕES (II)		559.009,36	550.356,51	609.679,92	623.963,60	497.077,63	529.164,28	603.516,80	531.560,09	494.074,18	542.815,84	534.232,80	548.555,73	6.629.006,74	6.146.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		559.009,36	550.356,51	609.679,92	623.963,60	497.077,63	529.164,28	603.516,80	531.560,09	494.074,18	542.815,84	534.232,80	548.555,73	6.629.006,74	6.146.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		5.971.473,66	7.224.360,84	6.329.099,79	6.534.559,44	6.124.488,29	7.466.171,89	6.526.835,60	5.930.083,11	5.923.611,85	6.306.592,55	6.185.097,42	6.627.855,58	77.144.130,02	68.102.000,00

FONTE:

FRABURGO, 19/11/2014

IVO BIAZZOLO Prefeito Municipal	MÁRCIO LUIS MACHADO Contador CRC/SC Nº 03.1039/O-0	MOISÉS AMADEU PATRÍCIO Controlador Interno
------------------------------------	---	---

admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.605.698,24	2.077.816,88	1.681.767,06
DEDUÇÕES (II)	8.300.418,45	11.348.016,34	11.647.602,89
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.076.026,76	13.228.830,36	13.272.453,24
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	775.608,31	1.880.814,02	1.624.850,35
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-4.694.720,21	-9.270.199,46	-9.965.835,83
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-4.694.720,21	-9.270.199,46	-9.965.835,83

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
VALOR	-695.636,37	-5.271.115,62

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	2.695.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

FRAIBURGO, 19/11/2014

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	68.476.100,00	12.654.002,21	63.178.218,01	58.780.655,80
Receita Tributária	9.570.100,00	1.486.040,26	9.013.782,37	8.437.133,89
I.P.T.U.	1.750.000,00	90.570,09	1.762.788,35	1.690.274,43
I.S.S.	3.000.000,00	567.933,54	2.846.104,60	2.459.411,75
I.T.B.I.	650.000,00	227.845,84	739.970,09	734.981,29
I.R.R.F.	880.000,00	161.554,72	870.307,57	670.678,29
Outras Receitas Tributárias	3.290.100,00	438.136,07	2.794.611,76	2.881.788,13
Receita de Contribuição	920.000,00	160.577,39	765.881,82	693.297,26
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	920.000,00	160.577,39	765.881,82	693.297,26
Receita Patrimonial Líquida	20.000,00	6.138,88	33.459,21	821.641,21
Receita Patrimonial	645.900,00	165.089,67	803.536,72	1.331.115,46
(-) Aplicações Financeiras	625.900,00	158.950,79	770.077,51	509.474,25
Transferências Correntes	51.541.500,00	9.877.049,00	48.258.426,37	43.607.859,42
F.P.M.	11.800.000,00	1.631.118,50	9.859.994,70	9.126.936,39
I.C.M.S.	11.200.000,00	2.158.933,64	10.160.399,44	8.752.833,25
Convênios	0,00	174.823,10	1.024.804,84	200.000,00
Outras Transferências Correntes	28.541.500,00	5.912.173,76	27.213.227,39	25.528.089,78
Demais Receitas Correntes	6.424.500,00	1.124.196,68	5.106.668,24	5.220.724,02
Dívida Ativa	854.000,00	78.947,11	451.325,87	730.445,42
Diversas Receitas Correntes	5.570.500,00	1.045.249,57	4.655.342,37	4.490.278,60
RECEITAS DE CAPITAL (II)	4.528.000,00	661.855,23	3.667.160,66	3.014.439,79
Operações de Crédito (III)	4.000.000,00	0,00	0,00	1.245.934,45
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	103.000,00	250.784,59	419.350,61	40.295,79
Transferências de Capital	425.000,00	411.070,64	3.247.810,05	1.728.209,55
Convênios	0,00	73.457,84	1.781.881,25	1.376.345,55
Outras Transferências de Capital	425.000,00	337.612,80	1.465.928,80	351.864,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	425.000,00	411.070,64	3.247.810,05	1.728.209,55
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	68.901.100,00	13.065.072,85	66.426.028,06	60.508.865,35
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	70.269.324,61	11.447.189,31	55.831.735,92	49.614.722,36
Pessoal e Encargos Sociais	38.202.814,15	6.390.092,94	29.961.446,67	27.389.262,28
Juros e Encargos da Dívida (IX)	454.000,00	42.820,83	294.238,33	532.682,97
Outras Despesas Correntes	31.612.510,46	5.014.275,54	25.576.050,92	21.692.777,11
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	69.815.324,61	11.404.368,48	55.537.497,59	49.082.039,39
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	18.887.532,94	1.713.839,75	6.678.392,82	8.029.483,34
Investimentos	16.441.532,94	1.297.650,70	4.634.322,41	6.061.951,76
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	2.446.000,00	416.189,05	2.044.070,41	1.967.531,58
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	16.441.532,94	1.297.650,70	4.634.322,41	6.061.951,76

admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	200.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	86.456.857,55	12.702.019,18	60.171.820,00	55.143.991,15
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-17.555.757,55	363.053,67	6.254.208,06	5.364.874,20
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	4.143.043,47	0,00
Superávit Financeiro	-	-	4.143.043,47	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-1.728.900,00

FONTE:

FRAIBURGO, 19/11/2014

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

admin

Município de Fraiburgo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS						
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	775.608,31	775.466,29	142,02	-	115.105,05	1.795.147,19	1.793.939,05	1.793.939,05	62.870,35	53.442,84
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	709.287,90	709.145,88	142,02	0,00	115.105,05	1.722.197,21	1.725.888,63	1.725.888,63	57.970,79	53.442,84
GABINETE DO PREFEITO	0,00	499,09	499,09	0,00	0,00	0,00	842,88	725,04	725,04	117,84	0,00
PROCURDORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	282,60	282,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	199.014,06	199.014,06	0,00	0,00	0,00	253.043,30	216.232,78	216.232,78	17.410,52	19.400,00
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	0,00	22.707,70	22.707,70	0,00	0,00	0,00	4.874,17	3.763,68	3.763,68	1.110,49	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEI	0,00	11.505,74	11.363,72	142,02	0,00	35.568,00	14.135,47	47.135,96	47.135,96	1.567,51	1.000,00
SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIEN	0,00	3.922,66	3.922,66	0,00	0,00	0,00	150,00	60,69	60,69	89,31	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMIC	0,00	9.089,24	9.089,24	0,00	0,00	0,00	139,37	97,11	97,11	42,26	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPOR	0,00	333.052,79	333.052,79	0,00	0,00	73.380,20	123.150,55	147.175,42	147.175,42	16.312,49	33.042,84
SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	44.828,14	44.828,14	0,00	0,00	0,00	1.248.623,27	1.248.623,27	1.248.623,27	0,00	0,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	84.385,88	84.385,88	0,00	0,00	6.156,85	77.238,20	62.074,68	62.074,68	21.320,37	-0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FV	0,00	3.598,86	3.598,86	0,00	0,00	0,00	17.297,68	14.973,62	14.973,62	2.324,06	-0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER -	0,00	3.598,86	3.598,86	0,00	0,00	0,00	17.297,68	14.973,62	14.973,62	2.324,06	-0,00
SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO	0,00	62.721,55	62.721,55	0,00	0,00	0,00	55.652,30	53.076,80	53.076,80	2.575,50	0,00
AUTARQUIA MUNICIPAL	0,00	62.721,55	62.721,55	0,00	0,00	0,00	55.652,30	53.076,80	53.076,80	2.575,50	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	775.608,31	775.466,29	142,02	0,00	115.105,05	1.795.147,19	1.793.939,05	1.793.939,05	62.870,35	53.442,84

FONTE:

FRAIBURGO, 19/11/2014

IVO BIAZZOLO Prefeito Municipal	MÁRCIO LUIS MACHADO Contador CRC/SC Nº 031038/O-0	MOISÉS AMADEU PATRÍCIO Controlador Interno
------------------------------------	--	---

admin

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	6.925.000,00	6.925.000,00	1.096.111,34	6.496.846,05	93,82
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	2.208.000,00	2.208.000,00	120.493,38	1.933.123,32	87,55
1.1.1- IPTU	1.750.000,00	1.750.000,00	90.713,78	1.763.152,26	100,75
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	8.000,00	8.000,00	4.266,84	6.872,80	85,91
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	300.000,00	300.000,00	17.747,25	117.419,34	39,14
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	150.000,00	150.000,00	7.909,20	46.042,83	30,70
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	(143,69)	(363,91)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	650.000,00	650.000,00	227.845,84	739.970,09	113,84
1.2.1- ITBI	650.000,00	650.000,00	227.845,84	743.765,07	114,43
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	(3.794,98)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.187.000,00	3.187.000,00	586.217,40	2.953.445,07	92,67
1.3.1- ISS	3.000.000,00	3.000.000,00	573.912,55	2.852.083,61	95,07
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	22.000,00	22.000,00	3.868,11	21.019,62	95,54
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	140.000,00	140.000,00	9.806,41	60.596,26	43,28
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	25.000,00	25.000,00	4.609,34	25.724,59	102,90
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	(5.979,01)	(5.979,01)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	880.000,00	880.000,00	161.554,72	870.307,57	98,90
1.4.1- IRRF	880.000,00	880.000,00	162.346,98	871.099,83	98,99
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	(792,26)	(792,26)	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	31.340.000,00	31.340.000,00	5.450.631,53	27.635.284,56	88,18
2.1- Cota-Parte FPM	14.600.000,00	14.600.000,00	2.038.898,08	12.324.993,05	84,42
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	14.600.000,00	14.600.000,00	2.038.898,08	12.324.993,05	84,42
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	14.000.000,00	14.000.000,00	2.698.666,84	12.700.498,17	90,72
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	70.000,00	70.000,00	11.073,34	49.830,03	71,19
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	220.000,00	220.000,00	40.314,56	195.996,59	89,09
2.5- Cota-Parte ITR	50.000,00	50.000,00	93.595,13	104.469,00	208,94
2.6- Cota-Parte IPVA	2.400.000,00	2.400.000,00	568.083,58	2.259.497,72	94,15
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	38.265.000,00	38.265.000,00	6.546.742,87	34.132.130,61	89,20
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO DE ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.515.100,00	2.515.100,00	790.778,14	2.504.067,11	99,56
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.700.000,00	1.700.000,00	337.584,48	1.582.907,52	93,11
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	497.000,00	497.000,00	112.480,00	449.920,00	90,53
5.4- Transferências Diretas - PNATE	242.000,00	242.000,00	42.199,94	147.699,79	61,03
5.5- Outras Transferências do FNDE	50.000,00	50.000,00	289.695,90	289.695,90	579,39
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	26.100,00	26.100,00	8.817,82	33.843,90	129,67
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	92.414,50	444.381,71	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	92.414,50	444.381,71	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	374.450,00	374.450,00	108.675,92	433.069,73	115,65
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.889.550,00	2.889.550,00	991.868,56	3.381.518,55	117,03
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	6.148.000,00	6.148.000,00	1.082.788,53	5.519.640,87	89,78
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.800.000,00	2.800.000,00	407.779,58	2.464.998,35	88,04
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.800.000,00	2.800.000,00	539.733,20	2.540.098,73	90,72
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	14.000,00	14.000,00	2.214,66	9.965,97	71,19
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	44.000,00	44.000,00	8.062,90	39.199,30	89,09
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	10.000,00	10.000,00	11.539,70	13.714,42	137,14
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	480.000,00	480.000,00	113.458,49	451.664,10	94,10
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	18.100.000,00	18.100.000,00	3.485.987,69	16.990.649,05	93,87
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	18.000.000,00	18.000.000,00	3.455.606,22	16.835.829,95	93,53
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	100.000,00	100.000,00	30.381,47	154.819,10	154,82
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	11.852.000,00	11.852.000,00	2.372.817,69	11.316.189,08	95,48
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

admin

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	12.670.000,00	12.670.000,00	2.250.629,96	10.744.013,20	84,80
13.1- Com Educação Infantil	5.420.000,00	5.420.000,00	1.033.796,22	4.977.078,98	91,83
13.2- Com Ensino Fundamental	7.250.000,00	7.250.000,00	1.216.833,74	5.766.934,22	79,54
14- OUTRAS DESPESAS	5.430.000,00	5.897.958,62	1.000.968,04	5.203.592,52	88,23
14.1- Com Educação Infantil	1.830.000,00	2.015.000,00	406.249,64	1.780.796,67	88,38
14.2- Com Ensino Fundamental	3.600.000,00	3.882.958,62	594.718,40	3.422.795,85	88,15
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	18.100.000,00	18.567.958,62	3.251.598,00	15.947.605,72	85,89
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					137.958,62
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					137.958,62
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					137.958,62
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					15.809.647,10
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					63,23
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					29,81
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					6,95
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					137.958,62
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	9.566.250,00	9.566.250,00	1.636.685,72	8.533.032,65	89,20
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	8.390.000,00	8.667.796,00	1.517.408,63	7.133.418,59	82,30
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	13.443.190,00	13.933.352,62	2.355.336,96	11.158.176,89	80,08
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	10.850.000,00	11.132.958,62	1.811.552,14	9.189.730,07	82,55
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.593.190,00	2.800.394,00	543.784,82	1.968.446,82	70,29
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	21.833.190,00	22.601.148,62	3.872.745,59	18.291.595,48	80,93
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					11.316.189,08
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					154.819,10
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					137.958,62
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					11.608.966,80
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					6.682.628,68
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					19,58

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.725.000,00	2.098.491,01	222.995,58	1.530.219,38	72,92
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.013.150,00	4.674.050,37	815.012,33	2.883.022,50	61,68
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	4.738.150,00	6.772.541,38	1.038.007,91	4.413.241,88	65,16
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	26.571.340,00	29.373.690,00	4.910.753,50	22.704.837,36	77,30

admin

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		222.413,21	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		16.835.829,95	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		15.919.870,47	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		15.848.162,34	0,00
49.2 Restos a Pagar		71.708,13	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		154.819,10	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		1.293.191,79	0,00

FRAIBURGO, 19/11/2014

IVO BIAZZOLO	MÁRCIO LUÍS MACHADO	MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Prefeito Municipal	Contador CRC/SC Nº 031038/O-0	Controlador Interno

FONTE:

* Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

* Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

* Caput do art. 212 da CF/1988

* Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

* Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 137.958,62, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	4.000.000,00	0,00		4.000.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	18.887.532,94	6.678.392,82	0,00	12.209.140,12
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	18.887.532,94	6.678.392,82	0,00	12.209.140,12
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-14.887.532,94	-6.678.392,82		-8.209.140,12

FONTE:

FRAIBURGO, 19/11/2014

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	103.000,00	419.350,61	-316.350,61
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	33.000,00	344.350,61	-311.350,61
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	70.000,00	75.000,00	-5.000,00
TOTAL	103.000,00	419.350,61	-316.350,61

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	257.182,03	61.676,70	0,00	195.505,33
Investimentos	257.182,03	61.676,70	0,00	195.505,33
TOTAL	257.182,03	61.676,70	0,00	195.505,33

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	79.182,03	357.673,91	436.855,94

FONTE:

FRAIBURGO, 19/11/2014

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS					
								Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100				
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I) Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos Dívida Ativa dos Impostos Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II) Cota-Parte FPM Cota-Parte ITR Cota-Parte IPVA Cota-Parte ICMS Cota-Parte IPI-Exportação Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais Desoneração ICMS (LC 87/96)				6.925.000,00		6.925.000,00		6.496.846,05		93,82			
				1.750.000,00		1.750.000,00		1.762.788,35		100,73			
				650.000,00		650.000,00		739.970,09		113,84			
				3.000.000,00		3.000.000,00		2.846.104,60		94,87			
				880.000,00		880.000,00		870.307,57		98,90			
				30.000,00		30.000,00		27.892,42		92,97			
				440.000,00		440.000,00		178.015,60		40,46			
				175.000,00		175.000,00		71.767,42		41,01			
				30.740.000,00		30.740.000,00		27.635.284,56		89,90			
				14.000.000,00		14.000.000,00		12.324.993,05		88,04			
				50.000,00		50.000,00		104.469,00		208,94			
				2.400.000,00		2.400.000,00		2.259.497,72		94,15			
				14.000.000,00		14.000.000,00		12.700.498,17		90,72			
				220.000,00		220.000,00		195.996,59		89,09			
				70.000,00		70.000,00		49.830,03		71,19			
				70.000,00		70.000,00		49.830,03		71,19			
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II				37.665.000,00		37.665.000,00		34.132.130,61		90,62			
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (c)		RECEITAS REALIZADAS					
								Até o Bimestre (d)		% (d/c)*100			
				5.081.500,00		5.081.500,00		5.281.594,70		103,94			
				5.081.500,00		5.081.500,00		5.281.593,83		103,94			
				0,00		0,00		0,87					
				0,00		0,00		0,00		0,00			
				51.000,00		51.000,00		22.888,48		44,88			
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				5.132.500,00		5.132.500,00		5.304.483,18		103,35			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
								Até o Bimestre (f)		% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)		% (g/e)*100
				10.836.940,00		16.113.131,38		13.887.517,68		86,19	13.120.516,66		81,43
				6.665.000,00		7.871.989,94		5.929.804,70		75,33	5.929.804,70		75,33
DESPESAS CORRENTES				4.171.940,00		8.241.141,44		7.957.712,98		96,56	7.190.711,96	87,25	
Pessoal e Encargos Sociais													
Outras Despesas Correntes													

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	1.289.300,00	2.526.772,65	2.256.610,99	89,31	1.154.978,15	45,71
	1.289.300,00	2.526.772,65	2.256.610,99	89,31	1.154.978,15	45,71
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	12.126.240,00	18.639.904,03	16.144.128,67	86,61	14.275.494,81	76,59
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	% (h/IVf)x100	DESPESAS LIQUIDADAS	% (i/IVg)x100
			Até o Bimestre (h)		Até o Bimestre (i)	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	5.161.500,00	8.193.690,85	6.975.342,14	43,21	5.648.148,54	39,57
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	5.161.500,00	8.193.690,85	6.975.342,14	43,21	5.648.148,54	39,57
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	5.161.500,00	8.193.690,85	6.975.342,14	43,21	5.648.148,54	39,57
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	6.964.740,00	10.446.213,18	9.168.786,53	43,40	8.627.346,27	37,02
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIb)/100]						
			3.507.526,68			

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
		0,00	12.735,39	26.531,69	-26.531,69	0,00		
TOTAL		0,00	12.735,39	26.531,69	-26.531,69	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		12.735,39	0,00		12.735,39			
TOTAL (VIII)		12.735,39	0,00		12.735,39			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTÍCULOS 25 E 26								
		LIMITE NÃO CUMPRIDO						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
		-	-		-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
				Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
Atenção Básica		8.919.240,00	14.176.059,35	12.148.542,91	75,25	10.785.810,46	75,55	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial		2.201.000,00	3.327.446,13	3.096.477,95	19,18	2.628.663,08	18,41	
Suporte Profilático e Terapêutico		694.500,00	602.042,46	517.192,38	3,20	500.249,66	3,50	
Vigilância Sanitária		132.000,00	136.411,96	101.387,06	0,63	99.821,50	0,70	
Vigilância Epidemiológica		179.500,00	397.944,13	280.528,37	1,74	260.950,11	1,83	
TOTAL		12.126.240,00	18.639.904,03	16.144.128,67	100,00	14.275.494,81	100,00	

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de FRAIBURGO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

6No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(n+i) - (15 \times IIb)/100]$

FRAIBURGO, 20/11/2014

IVO BIAZZOLO Prefeito Municipal	MÁRCIO LUÍS MACHADO Contador CRC/SC Nº 031038/O-0	MOISÉS AMADEU PATRÍCIO Controlador Interno
------------------------------------	--	---

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

FRAIBURGO, 19/11/2014

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

admin

Município de FRAIBURGO - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	73.630.000,00
Previsão Atualizada		—	73.630.000,00
Receitas Realizadas		13.474.808,23	67.615.456,18
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	4.143.043,47
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	73.630.000,00
Créditos Adicionais		—	15.726.857,55
Dotação Atualizada		—	89.356.857,55
Despesas Empenhadas		12.317.866,47	72.387.096,47
Despesas Liquidadas		13.161.029,06	62.510.128,74
Superavit Orçamentário		—	5.105.327,44
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		12.317.866,47	72.387.096,47
Despesas Liquidadas		13.161.029,06	62.510.128,74
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			77.144.130,02
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		2.695.000,00	-5.271.115,62
Resultado Primário		-1.728.900,00	-361,74
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.910.252,24	62.870,35	1.793.939,05
EXECUTIVO	1.910.252,24	62.870,35	1.793.939,05
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	775.608,31	142,02	775.466,29
EXECUTIVO	775.608,31	142,02	775.466,29
TOTAL:	2.685.860,55	63.012,37	2.569.405,34
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		6.682.628,68	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		10.744.013,20	60%
Liquidadas		10.744.013,20	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	4.000.000,00
Despesa de Capital Líquida		6.678.392,82	12.209.140,12

Continua 1/2

admin

Município de FRAIBURGO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			419.350,61	-316.350,61
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			61.676,70	195.505,33
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		8.627.346,27	15,00	25,28
Liquidadas		8.627.346,27		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FRAIBURGO, 19/11/2014

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

admin

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO Nº 673/2014 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ATRAVÉS DE RECURSO DE CONVÊNIO.

DECRETO Nº 673/2014, 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ATRAVÉS DE RECURSO DE CONVÊNIO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da lei orgânica do município de Frei Rogério e no art.13, parágrafo 4º, da lei nº 772/2013 de 09 de dezembro 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 82.455,08 (Oitenta e dois mil e quatrocentos cinquenta e cinco reais e oito centavos), com a seguinte classificação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão:	02	CHEFIA DO EXECUTIVO	
Unidade:	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Proj./Ativ.	1.023	ABERTURA DE RUAS E OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO	
	4.4.90.00.00.00.00.0.194	Aplicações Diretas	
	100	Aplicações Diretas	R\$ 82.455,08

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte para suplementação da dotação orçamentária especificada no artigo primeiro deste decreto, o produto do Contrato de Repasse nº 0335178-28/2010/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, no valor de R\$ 82.455,08(Oitenta e dois mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oito centavos), celebrado com a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Frei Rogério objetivando a execução de pavimentação com lajotas sextavadas na Rua Paulo Feltrin.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, SC, 19 de novembro de 2014.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

PORTARIA N.º 950/2014

PORTARIA N.º 950, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) MARINEZ MARTINS FERREIRA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) MARINEZ MARTINS FERREIRA, matrícula funcional n.º 4268, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 17/11/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 24/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

REPUBLICAÇÃO DECRETO Nº 172/2014

DECRETO N.º 172, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 70.540,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 70.540,00 (setenta mil, quinhentos e quarenta reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	70.540,00
12365281.018 - Construção, Ampliação Escolas para a Educação Infantil	70.540,00
4.4.90.0.3.22.001032 - Aplicações Diretas	70.540,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 70.540,00 (setenta mil, quinhentos e quarenta reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de novembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 21/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

LEI Nº 1.850, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 1.850, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE GAROPABA PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Garopaba para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 46.173.988,00 (Quarenta e seis milhões, cento e setenta e três mil, novecentos e oitenta e oito reais), sendo R\$ 30.374.208,00 do Orçamento Fiscal e R\$ 15.799.780,00 do Orçamento da Seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO (PREFEITURA) E LEGISLATIVO

Art. 2º - O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 39.605.988,00 e fixa a Despesa para o Poder Legislativo em R\$ 1.919.000,00, em R\$ 29.608.079,00 para o Poder Executivo (Prefeitura) e R\$ 8.078.909,00 como Transferências Financeiras para o Fundo Municipal de Saúde.

§ 1º- A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	44.400.477,00
1.1. Receita Tributária	12.546.000,00
1.2. Receita de Contribuições	950.000,00
1.3. Receita Patrimonial	236.800,00
1.4. Receita de Serviços	1.000,00
1.5. Transferências Correntes	28.264.871,00
1.6. Outras Receitas Correntes	2.401.806,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	526.200,00
2.1. Operação de Crédito	31.000,00
2.2. Alienação de Bens	20.000,00
2.3. Transferências de Capital	475.200,00
3. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	5.320.689,00
TOTAL	39.605.988,00

§ 2º - A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. CÂMARA MUNICIPAL	1.919.000,00
02. GABINETE DO PREFEITO	1.201.000,00
03 – GABINETE DO VICE-PREFEITO	800,00
04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.879.462,00
05 – SECRETARIA DA FAZENDA	905.100,00
06 – SECRETARIA DE ORÇAMENTO E CONTAB.	406.100,00
07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	12.752.533,00
08 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	939.771,00
09 – SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	6.293.513,00
10 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE	609.000,00
11 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA - FIA	45.100,00
12 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	1.012.800,00
13 – SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	1.847.900,00
14 – ENCARGOS GERAIS	1.685.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00
TOTAL	31.527.079,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 – LEGISLATIVA	1.919.000,00
02 – JUDICIÁRIA	1.000,00
04 – ADMINISTRAÇÃO	4.102.062,00
06 – SEGURANÇA PÚBLICA	121.400,00
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	913.671,00
12 – EDUCAÇÃO	12.581.533,00
13 – CULTURA	171.000,00
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	213.100,00
15 – URBANISMO	6.241.013,00
16 - HABITAÇÃO	36.300,00
17 – SANEAMENTO	243.000,00
20 – AGRICULTURA	1.012.800,00
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.579.600,00
26 – TRANSPORTE	408.300,00
27 – DESPORTO E LAZER	268.300,00
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	1.685.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00
SOMA	31.527.079,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. PROCESSO LEGISLATIVO	1.919.000,00
0006. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	1.201.800,00
0009. ADMINISTRAÇÃO GERAL E PLANEJAMENTO	1.879.462,00

0012. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E TRIBUTÁRIA	1.501.300,00
0016. ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONTABILIDADE	406.100,00
0028. EDUCANDO E PRESERVANDO A CULTURA COM QUALIDADE	12.156.333,00
0031. OBRAS E SERVIÇOS PARA O BEM ESTAR DA POPULAÇÃO	6.293.513,00
0033. PLANEJANDO O FUTURO	609.000,00
0048. ATENDIMENTO AOS AGRICULTORES E PESCADORES	1.012.800,00
0051. GAROPABA QUATRO ESTAÇÕES	1.847.900,00
0056. ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	984.871,00
0000. OPERAÇÕES ESPECIAIS	1.685.000,00
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00
TOTAL	31.527.079,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	28.943.729,00
3.1.90.00 – Pessoal e Encargos Sociais	16.641.947,00
3.1.91.00 – Pessoal e Encargos Sociais	1.078.100,00
3.2.90.00 – Juros e Encargos da Dívida	200.100,00
3.3.50.00 – Outras Despesas Correntes	383.300,00
3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes	10.427.300,00
3.3.91.00 – Outras Despesas Correntes	200.800,00
3.3.93.00 – Outras Despesas Correntes	12.182,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	2.553.350,00
44.30.00 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal	1.000,00
4.4.50.00 – Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos	100,00
4.4.90.00 - Investimentos	1.852.250,00
4.6.90.00 – Amortização da Dívida	700.000,00
9.9.99.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00
TOTAL	31.527.079,00

DO ORÇAMENTO DO IPREGOBA

Art. 3º - O Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Garopaba - IPREGOBA para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 2.830.000,00, e fixa a Despesa em R\$ 772.000,00, proporcionando um superávit de R\$ 2.058.000,00.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.550.000,00
1.1. Receitas de Contribuições	550.000,00

1.2. Receita Patrimonial	1.000.000,00
2. RECEITAS CORRENTES – INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.280.000,00
2.1. Receitas de Contribuições	1.100.000,00
2.2. Outras Receitas Correntes	180.000,00
TOTAL	2.830.000,00

§ 2º - A Despesa do IPREGOBA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
28 – Encargos Especiais	772.000,00
99 – Reserva de Contingência	2.058.000,00
TOTAL	2.830.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	767.000,00
3.1.90.00 – Pessoal e Encargos Sociais	697.000,00
3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes	70.000,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.90.00 - Investimentos	5.000,00
9.9.99.00 – Reserva de Contingência	2.058.000,00
TOTAL	2.830.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 3.738.000,00, as transferências financeiras da Prefeitura Municipal em R\$ 8.078.909,00 e fixa a Despesa em R\$ 11.816.909,00.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	3.196.900,00
1.1. Receita Patrimonial	16.800,00
1.2. Transferências Correntes	3.180.100,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	541.100,00
2.1. Alienação de Bens	10.000,00
2.2. Transferências de Capital	531.100,00
TOTAL	3.738.000,00

§ 2º - A Despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10 – Saúde	11.816.909,00
TOTAL	11.816.909,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	10.978.989,00
3.1.71.00 – Transferências a Consórcios Públicos	100,00
3.1.90.00 – Pessoal e Encargos Sociais	7.991.689,00
3.1.91.00 – Pessoal e Encargos Sociais	310.000,00
3.3.50.00 – Transf. a Instituições Privadas sem fins Lucrativos	40.000,00
3.3.71.00 – Transferências a Consórcios Públicos	100,00
3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes	2.637.000,00
3.3.91.00 - Outras Despesas Correntes	100,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	837.920,00
4.4.71.00 – Transferências a Consórcios Públicos	100,00
4.4.90.00 - Investimentos	837.820,00
TOTAL	11.816.909,00

Art. 5º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor e Superávit Orçamentário do Regime Próprio de Previdência, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Outros Riscos Fiscais	15.000,00
1. Despesas não orçadas ou orçadas a menor	15.000,00
TOTAL	30.000,00

UNIDADE GESTORA: IPREGOBA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Outros Riscos Fiscais	30.000,00
2. Despesas não orçadas ou orçadas a menor	30.000,00
3. Superávit Orçamentário	1.998.000,00
TOTAL	2.058.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais alocados como Reserva de Contingência, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2016 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 6º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 7º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita estimada, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - o superávit financeiro do exercício anterior.

III - operações de crédito

Parágrafo único - Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 8º - Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 9º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 10 - Durante o exercício de 2015 o Chefe do Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 11 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 24/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

Garuva**PREFEITURA****AVISO DE RELANÇAMENTO DE LICITAÇÃO PMG Nº 075/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE RELANÇAMENTO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 075/2014
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição de caixa de transporte de peixe, oxímetros, rede de arrasto, cilindros de oxigênio, manômetros para cilindro de oxigênio e carretinha tipo reboque, para uso na piscicultura do município de Garuva através da Secretaria de Estratégias Rurais, conforme convênio nº 2014TR1812, firmado entre o município e o Estado de Santa Catarina através da SDR - Joinville.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 04/12/2014 as 08:30 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 21 de novembro de 2014.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar**PREFEITURA****PORTARIA Nº 3.512, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 3.512, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 03/2014, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA CRISTINA JARDIM DA SILVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 22 de novembro de 2014, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2014, instaurado para apurar a responsabilidade da servidora CRISTINA JARDIM DA SILVA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PORTARIA Nº 3.513, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.513, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA MÁRCIA APARECIDA DESCHAMPS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar a servidora MÁRCIA APARECIDA DESCHAMPS, ocupante do cargo de Servente/Merendeira, lotada com 40 horas semanais no CDI Maria da Silva, à disposição da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.514, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.514, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA RAQUEL SILVA DA ROSA NASCIMENTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar a servidora RAQUEL SILVA DA ROSA NASCIMENTO, ocupante do cargo de Servente/Merendeira, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.515, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.515, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA MAIARA POLLA DOS SANTOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar a servidora MAIARA POLLA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Educadora Social, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.516, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.516, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR GILLES MISAEL DE MATTOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar o servidor GILLES MISAEL DE MATTOS, ocupante do cargo de Educador Social, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.517, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 3.517, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA MARA LÚCIA XAVIER DA COSTA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar a servidora MARA LÚCIA XAVIER DA COSTA, ocupante do cargo de Servente, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.518, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.518, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR ANDRESS CRISTIAN DAUER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar o servidor ANDRESS CRISTIAN DAUER, ocupante do cargo de Zelador, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.519, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.519, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR OLÍBIO FERNANDES DE SOUZA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar o servidor OLÍBIO FERNANDES DE SOUZA, ocupante do cargo de Zelador, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.520, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.520, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR ADILSON SOUZA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar o servidor ADILSON SOUZA, ocupante do cargo de Zelador, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.521, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.521, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR CLAUDI MILTON PEREIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar o servidor CLAUDI MILTON PEREIRA, ocupante do cargo de Zelador, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.522, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 3.522, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA BEATRIZ PAMPLONA RAINERT.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar a servidora BEATRIZ PAMPLONA RAINERT, ocupante do cargo de Merendeira/Servente, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.523, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 3.523, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA OTILIA H. FELAÇO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar a servidora OTILIA H. FELAÇO, ocupante do cargo de Merendeira/Servente, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.525, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.525, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA ANABELA DOS SANTOS NASCIMENTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar a servidora ANABELA DOS SANTOS NASCIMENTO, ocupante do cargo de Merendeira/Servente, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.526, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.526, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR IVO CANDIDO VELOSO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar o servidor IVO CANDIDO VELOSO, ocupante do cargo de Zelador, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.527, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.527, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR ALTAIR AUGUSTINHO THEISS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar o servidor ALTAIR AUGUSTINHO THEISS, ocupante do cargo de Zelador, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.528, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.528, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR CLEIDIMAR DE MELLO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar o servidor CLEIDIMAR DE MELLO, ocupante do cargo de Zelador, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.529, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 3.529, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR GILSON ZUCATELLI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar o servidor GILSON ZUCATELLI, ocupante do cargo de Zelador, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.530, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.530, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR ELADIO PARENHO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar o servidor ELADIO PARENHO, ocupante do cargo de Zelador, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.531, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.531, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR ADILSON SALESIO DA SILVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar o servidor ADILSON SALESIO DA SILVA, ocupante do cargo de Zelador, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.532, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.532, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR ANTONIO DELMAR DE SOUZA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar o servidor ANTONIO DELMAR DE SOUZA, ocupante do cargo de Zelador, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.533, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.533, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR LUIZ CARLOS PEREIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar o servidor LUIZ CARLOS PEREIRA, ocupante do cargo de Zelador, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.534, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.534, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA MARIA VERÔNICA R. DE SOUZA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar a servidora MARIA VERÔNICA R. DE SOUZA, ocupante do cargo de Merendeira/Servente, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição na Delegacia de Polícia de Gaspar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 01/2014 – SEMED

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 01/2014 - SEMED

CONVENIENTES - O Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Educação e a entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Gaspar - APAE, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, sob o nº 83.794.982/0001-68.

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto o repasse financeiro no valor de R\$ 235.860,00 (duzentos e trinta e cinco mil oitocentos e sessenta reais), para o desenvolvimento do Projeto "Manutenção da APAE Gaspar/SC", conforme plano de trabalho aprovado pela Resolução 08/2014 - COMED.

DESPESA - O pagamento ocorrerá pela seguinte dotação orçamentária:

Valor: R\$ 235.860,00 (duzentos e trinta e cinco mil oitocentos e sessenta reais)

Programa: 0010 Gestão de Educação do Ensino Fundamental

Atividade: 2042 (2.200042) Manutenção da Educação Fundamental

Elemento da Despesa: 3.3.3.5.0.43.00.00.00

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA - Doze meses a partir da publicação desde extrato na imprensa oficial.

DATA E ASSINATURAS - Gaspar, 24 de novembro de 2014 - Marlene Almeida, pela Secretaria Municipal de Educação, e Rogério Alves de Andrade - CPF 798.930.159-87.

DECRETO Nº 6.139, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 6.139, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E CRIA CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GASPAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei n. 3.618, de 19 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam anulados nos valores indicados os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente na Administração Direta e Indireta:

Órgão: 09 Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Unidade: 19 Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Função: 16 Habitação	
Sub-Função: 482 Habitação Urbana	
Programa: 0023 Construção de Unidades Habitacionais	
Destino: 1 – Projeto	
Ação: 1.100103 (1103) Construção de Unidades Habitacionais e locação social	
Despesa: 239	
Modalidade: 3.3.3.9.0 aplicações diretas	R\$ 180.000,00

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 05 Cultura	
Função: 13 Cultura	
Sub-Função: 392 Difusão Cultural	
Programa: 0008 Gestão na Área da Cultura	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2.200026 (2026) Manutenção do Centro Cultural, Museu, Biblioteca e Casa das Oficinas	
Despesa: 26	
Modalidade: 3.3.3.5.0 Transferências a Instituições privadas sem fins lucrativos	R\$ 16.000,00
Despesa: 454	
Modalidade: 3.3.3.7.1 Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 30.000,00
Despesa: 456	
Modalidade: 3.4.4.7.1 transferências a consórcios públicos	R\$ 1.280,40

Órgão: 13 Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE	
Unidade: 26 Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE	
Função: 17 Saneamento	
Sub-Função: 512 Saneamento Básico Urbano	

Programa: 0025 Gestão do SAMAE	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.200112 (2112) Construções de Reservatórios	
Despesa: 26	
Modalidade: 3.4.4.9.0 aplicações diretas	R\$ 180.000,00
Destino: 1 – Projeto	
Ação: 1.100159 (1159) Esgoto Sanitário	
Despesa: 14	
Modalidade: 3.4.4.9.0 aplicações diretas	R\$ 200.000,00

Órgão: 05 Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio	
Unidade: 10 Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio	
Função: 22 Indústria	
Sub-Função: 661 Promoção Industrial	
Programa: 0013 Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.200058 (2058) Incentivo Econômico a Empresas	
Despesa: 60	
Modalidade: 3.3.3.9.0 aplicações diretas	R\$ 20.000,00
Despesa: 61	
Modalidade: 3.4.4.9.0 aplicações diretas	R\$ 5.000,00
Ação: 2.200060 (2060) Incentivo a Economia Solidária/Cooperativas Incubadoras	
Despesa: 591	
Modalidade: 3.4.4.9.0 aplicações diretas	R\$ 5.000,00

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social	
Unidade: 21 Centro Educativo Maria Hendricks	
Função: 08 Assistência Social	
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária	
Programa: 0030 Gestão do Centro Educativo Maria Hendricks	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2.200184 (2184) Garantir o funcionamento, manutenção e equipamentos para o Centro Educativo	
Despesa: 12	
Modalidade: 3.3.3.9.1.00 aplicação direta decorrente de operação entre órgãos	R\$ 800,00

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 Saúde	
Sub-Função: 301 Atenção Básica	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2.200152 (2152) Ampliar, manter e equipar o fundo municipal de saúde	
Despesa: 114	
Modalidade: 3.3.3.7.1.0 Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 27.190,80

Órgão: 03 Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
Unidade: 04 Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
Função: 28 Encargos Especiais	

Sub-Função: 843 Serviço da Dívida Interna	
Op. Especial: 9.100045 (1045) Encargos Especiais	
Despesa: 20	
Modalidade: 3.3.2.9.0 aplicações diretas	R\$ 107.000,00
Despesa: 21	
Modalidade: 3.4.6.9.0 aplicações diretas	R\$ 84.000,00

Art. 2º Por conta das anulações do art. 1º, ficam suplementados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente na Administração Direta e Indireta:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 05 Cultura	
Função: 13 Cultura	
Sub-Função: 392 Difusão Cultural	
Programa: 0008 Gestão na Área da Cultura	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2.200024 (2024) Eventos Culturais	
Despesa: 25	
Modalidade: 3.3.3.9.0.00 Aplicações Diretas	R\$ 24.280,40
Ação: 2.2000026 (2026) Manutenção do Centro Cultural, Museu, Biblioteca e Casa das Oficinas	
Despesa: 27	
Modalidade: 3.3.3.9.0.00 Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Unidade: 07 Educação Fundamental	
Função: 12 Educação	
Sub-Função: 361 Ensino fundamental	
Programa: 0010 Gestão de Educação do Ensino Fundamental	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.200042 (2042) Manutenção da Educação Fundamental	
Despesa: 482	
Modalidade: 3.3.3.9.0.00 Aplicações Diretas	R\$ 13.000,00

Órgão: 13 Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE	
Unidade: 26 Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE	
Função: 17 Saneamento	
Sub-Função: 512 Saneamento Básico Urbano	
Programa: 0025 Gestão do SAMAE	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.200116 (2116) Ampliação/Manut. Da Rede de Água e Esgoto	
Despesa: 05	
Modalidade: 3.3.3.9.0 aplicações diretas	R\$ 180.000,00
Ação: 2.200114 (2114) Coleta de Lixo	
Despesa: 04	
Modalidade: 3.3.3.9.0 aplicações diretas	R\$ 45.000,00
Ação: 2.200110 (2110) Manutenção da Estrutura Administrativa da Autarquia	
Despesa: 02	
Modalidade: 3.3.3.9.0 aplicações diretas	R\$ 155.000,00

Órgão: 05 Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio	
Unidade: 10 Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio	
Função: 04 Administração	
Sub-Função: 122 Administração Geral	
Programa: 0013 Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.200054 (2054) Manutenção das ações da Secretaria	
Despesa: 65	
Modalidade: 3.3.3.9.0 aplicações diretas	R\$ 30.000,00

Órgão: 08 Secretaria Municipal de Transportes e Obras	
Unidade: 14 Ditrán – Diretoria de Trânsito	
Função: 26 Transporte	
Sub-Função: 782 Transporte Rodoviário	
Programa: 0015 Gestão do Ditrán	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.200078 (2078) Manutenção da Ditrán	
Modalidade: 3.3.1.9.0 aplicações diretas	R\$ 107.000,00

Órgão: 09 Secretaria Municipal de Planejamento Desenvolvimento	
Unidade: 19 Secretaria Municipal de Planejamento Desenvolvimento	
Função: 15 Urbanismo	
Sub-Função: 451 Infra-Estrutura Urbana	
Programa: 0019 Constr. Manut. E Melh na Infraestr. do Munic. por meio da Secret. Planej. e Desenv	
Destino: 1 – Projeto	
Ação: 1.100109 (1109) Implantação de sistemas de drenagem pluvial e escoamento de águas superficiais	
Modalidade: 3.4.4.9.0 aplicações diretas	R\$ 180.000,00

Art. 3º Por conta dos recursos a que se refere o artigo 1º, ficam criados os créditos orçamentários abaixo, junto ao quadro orçamentário da Administração Direta, na forma indicada:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social	
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social	
Função: 08 Assistência Social	
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária	
Programa: 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2.200192 (2192) Manter Proteção Social Básica	
Modalidade: 3.3.3.9.1.00 Aplicações Diretas decorrente de operação entre órgãos	R\$ 800,00

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 Saúde
Sub-Função: 301 Atenção Básica
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
Destino: 2 - Atividade
Ação: 2.200140 (2140) Ampliar e manter aquisição de medicamentos conforme preconiza a NOAS/SUS

Modalidade: 3.3.3.9.3 aplicação decorrente operação entidade integrante orçamento fiscal seguro social c/ consórcio público participante	R\$ 84.000,00
--	---------------

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 Saúde	
Sub-Função: 301 Atenção Básica	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2.200152 Ampliar, manter e equipar o fundo municipal de saúde	
Modalidade: 3.3.1.7.1.0 Transferências a consórcio público	R\$ 27.190,80

Art. 4º Ficam criados os créditos orçamentários abaixo, decorrentes de superávit financeiro, junto ao quadro orçamentário da Administração Direta, na forma indicada:

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 Saúde	
Sub-Função: 302 Assistência Hospitalar Ambulatorial	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2.200138 (2138) Ampliar, manter e equipar as ações de média e alta complexidade	
Modalidade: 3.3.3.9.3 aplicação decorrente operação entidade integrante orçamento fiscal seguro social c/ consórcio público participante	R\$ 80.000,00

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 76/2014

RESOLUÇÃO Nº 76/2014.

Estabelece procedimentos quanto ao término dos trabalhos legislativos de 2014 e início de 2015 e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, com fundamento no art. 39, incisos I e VIII, da Lei Orgânica do Município, e art. 31, incisos I e IX, do Regimento Interno, CONSIDERANDO que o recesso legislativo significa ausência de sessões ordinárias e ocorre de 23 de dezembro a 1º de fevereiro, conforme art. 29, § 1º da Lei Orgânica do Município de Gaspar; e CONSIDERANDO que a segurança do edifício, a abertura e fechamento diários de suas portas de acesso, sua limpeza e conservação, é feita pela administradora do edifício, e não pela Câmara de Vereadores de Gaspar que apenas locou espaços no edifício do GASCIC (Gaspar Centro Industrial e Comercial) para desempenhar suas atividades fins;

RESOLVE:

Art. 1º Fica fixado o expediente na Câmara de Vereadores de Gaspar para o final de 2014 e o início de 2015 da seguinte forma:
I - O último dia de expediente no ano de 2014 será o dia 22 de dezembro, que ocorrerá, excepcionalmente, no horário das 7h às 13h;
II - Não haverá expediente de 23 de dezembro de 2014 a 4 de janeiro de 2015; e
III - Retorno das atividades no dia 5 de janeiro de 2015, a partir das 13h.

Art. 2º Os membros da atual Mesa Diretora manterão plantão durante o recesso parlamentar até dia 31 de dezembro de 2014, enquanto que os membros da Mesa Diretora eleita para a sessão legislativa de 2015 assumirão automaticamente a direção da Casa em 1º de janeiro de 2015, ficando de plantão até o retorno das atividades da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data, quando da sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 20 de novembro de 2014.
Mesa Diretora
Marcelo de Souza Brick
Vereador - Presidente

Andréia Symone Zimmermann Nagel
Vereadora - Vice Presidente

Ciro André Quintino
Vereador - Primeiro Secretário

José Hilário Melato
Vereador - Segundo Secretário

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO 62/2014

AVISO DE PREGÃO DESERTO

PROCESSO Nº 093/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TELECOMUNICAÇÕES, TENDO POR FINALIDADE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL, COM FORNECIMENTO DE APARELHOS TELEFÔNICOS CELULARES E EQUIPAMENTOS PARA TRANSMISSÃO DE DADOS E ACESSO À INTERNET EM REGIME DE COMODATO, A SER REGIDA PELA LEI N.º 8.666/93, LEI N.º 9.472/97 E NORMAS REGULAMENTARES EXPEDIDAS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL.

Torno público, para conhecimento dos interessados, que foi declarado DESERTO, pela ausência de interessados na licitação, o Pregão referente ao Edital nº 062/2014, Processo nº 093/2014, destinado a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TELECOMUNICAÇÕES, TENDO POR FINALIDADE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL, COM FORNECIMENTO DE APARELHOS TELEFÔNICOS CELULARES E EQUIPAMENTOS PARA TRANSMISSÃO DE DADOS E ACESSO À INTERNET EM REGIME DE COMODATO, A SER REGIDA PELA LEI N.º 8.666/93, LEI N.º 9.472/97 E NORMAS REGULAMENTARES EXPEDIDAS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL.

Governador Celso Ramos, 21 de novembro de 2014.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

REPUBLICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 62/2014

REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REPUBLICARÁ A LICITAÇÃO:

PREGÃO PRESENCIAL 062/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TELECOMUNICAÇÕES, TENDO POR FINALIDADE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL, COM FORNECIMENTO DE APARELHOS TELEFÔNICOS CELULARES E EQUIPAMENTOS PARA TRANSMISSÃO DE DADOS E ACESSO À INTERNET EM REGIME DE COMODATO, A SER REGIDA PELA LEI N.º 8.666/93, LEI N.º 9.472/97 E NORMAS REGULAMENTARES EXPEDIDAS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 04/12/2014 até às 15h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 04/12/2014 às 15h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoaramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 21 de Novembro de 2014.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

Grão Pará

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 02/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2014

PORTARIA Nº 299/2014

INTERESSADO: EDI CARLOS GARCIA DE QUEIROZ

Trata-se de parecer jurídico relativamente ao processo administrativo acima epigrafado, que investiga suposto descumprimento do Contrato Administrativo nº 055/2014, entabulado com Edi Carlos Garcia de Queiroz, tem como objeto a contratação de criação de áudio, vídeos e registro de informações escritas e fotográficas do Município de Grão-Pará, para atualização constante em mídia regional, assim como também realização de filmagens junto aos grupos de jovens para resgate histórico de comunidades do interior do Município.

O contratado, devidamente citado administrativamente, deixou transcorrer o prazo de defesa sem qualquer manifestação, sendo considerado revel.

Anteriormente a abertura do presente procedimento administrativo, o contrato também foi notificado pessoalmente para comprovar os serviços prestados, também tendo deixado transcorrer o prazo sem qualquer manifestação.

A total inexecução contratual, destarte, é manifesta, sendo que, inobstante o contratado ter recebido inclusive algumas parcelas do contrato, não executou qualquer serviço do objeto contratado.

Ante o exposto, salvo melhor juízo, nos termos do art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, a rescisão do contrato é medida que se impõe, inclusive com inscrição dos valores pagos ao contratado em dívida ativa, visando o ressarcimento dos prejuízos causados à municipalidade.

Além disso, levando em consideração que o contratado agiu com total desleixo ao cumprimento do objeto contratual, opino também pela aplicação das penalidades acessórias previstas na Cláusula VIII do Contrato nº 55/2014, também previstas na Lei nº 8.666/93.

Grão-Pará/SC, 20 de novembro de 2014.

CLAYTON BIANCO

Assessor Jurídico

OAB/SC nº 15.174

DECISÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2014

PORTARIA Nº 299/2014

ACOLHO o parecer jurídico, pelas razões e argumentos jurídicos nele expostos, e, em consequência, EXPEÇO O DECRETO Nº 23/2014, conforme segue em anexo e fica fazendo parte integrante da presente decisão.

Grão-Pará/SC, 20 de novembro de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 23/2014.

De 20 de novembro de 2014.

"DECRETA A RESCISÃO DO CONTRATO Nº 55/2014, FIRMADO COM EDI CARLOS GARCIA DE QUEIROZ, APLICA PENALIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão Pará, no uso de suas atribuições legais, e considerando a conclusão do Processo Administrativo nº 02/2014, deflagrado pela Portaria nº 299/2014, onde foi assegurado ao contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa;

Considerando a conclusão de ter havido total inexecução contratual do Contrato nº 55/2014, firmado com a Edi Carlos Garcia de Queiroz, reclamando a aplicação das sanções contratuais, bem como as previstas na Lei nº 8.666/93;

DECRETA:

Art. 1º. Pelos motivos acima expostos, declaro RESCINDIDO o Contrato Administrativo nº 55/2004, bem como determino a inscrição do valor pago ao contratado em dívida ativa, de R\$ 2.192,40 (dois mil, cento e noventa e dois reais e quarenta centavos), acrescido da multa contratual fixada neste Decreto, para fins de ressarcimento dos cofres municipais pelos prejuízos causados.

Art. 2º. Aplico-lhe ainda, multa contratual de 10% sobre o valor atualizado do contrato, o que totaliza o valor de R\$ 783,00 (setecentos e oitenta e três reais), além de suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo único: Declara-se ainda a idoneidade para licitar ou contratar com a contratante enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação.

Art. 3º. Este Decreto em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Grão Pará (SC), 20 de novembro de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria de Administração e publicado no Mural de publicações da Prefeitura Municipal na data acima.

DIONE HEINZEN

Secretário de Administração e Fazenda

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ**DECRETO DF 83/2014 - ORÇAMENTO**

DECRETO DF N. 083, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADACÃO, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1937, de 11 de dezembro de 2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

10.00	SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS		
10.01	DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS		
2.019	ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS		
3.3.90.00. 00. 00. 00.00045	Aplicações Diretas	R\$	1.915,32
11.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		
11.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		
0.002	CONTRIBUIÇÕES AO PASEP		
3.3.90.00. 00. 00. 00.00045	Aplicações Diretas	R\$	50,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Excesso de Arrecadação referente ao seguinte recurso:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
0045	Outras Transferências Decorrentes de Comp. Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	R\$	1.965,32

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
21 de Novembro de 2014.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 21 de Novembro de 2014.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO DF 80/2014 - ORÇAMENTO**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000080/14 de 14 de Novembro de 2014

Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014 do tipo alteração Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001937/13 de 11 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**

(011)3.3.90.00.00.00.00.00.2.034-0154 - Aplicacoes Diretas

562,64

(065)4.4.90.00.00.00.00.00.2.034-0151 - Aplicacoes Diretas

500,00

Total Suplementação:**1.062,64**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**

(009)3.3.50.00.00.00.00.00.2.034-0154 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu

562,64

(014)3.3.90.00.00.00.00.00.2.034-0151 - Aplicacoes Diretas

500,00

Total Anulação:**1.062,64**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 14 de Novembro de 2014.**AMILTON ASCARI**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 14 de Novembro de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO DF 82/2014 - ORÇAMENTO**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000082/14 de 19 de Novembro de 2014

Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014 do tipo alteração Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001937/13 de 11 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**

(007)3.1.90.00.00.00.00.2.034-0002 - Aplicacoes Diretas	20.000,00
(019)3.1.90.00.00.00.00.2.036-0002 - Aplicacoes Diretas	2.679,96
(023)3.1.90.00.00.00.00.2.037-0002 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
(045)3.1.90.00.00.00.00.2.042-0002 - Aplicacoes Diretas	1.920,00

Total Suplementação: 34.599,96

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**

(008)3.3.50.00.00.00.00.2.034-0002 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	20.000,00
(021)3.3.90.00.00.00.00.2.036-0002 - Aplicacoes Diretas	2.679,96
(026)3.3.90.00.00.00.00.2.037-0002 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(028)4.4.90.00.00.00.00.2.037-0002 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(046)3.3.90.00.00.00.00.2.042-0002 - Aplicacoes Diretas	1.920,00

Total Anulação: 34.599,96

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 19 de Novembro de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 19 de Novembro de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº19/2014 - HSA

Estado de Santa Catarina
HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTONIO
Município de Guaramirim
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 19/2014
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM
Entrega dos Envelopes: 09/12/2014 as 08:30 horas.
Abertura dos Envelopes: 09/12/2014 as 08:30 horas.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Butschardt, 05, nos dias úteis, de segunda à sexta, das 08:00 às 13:30 horas, pelo site: www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone: (47) 3373-0048
GUARAMIRIM, 21(vinte e um) de novembro de 2014(dois mil e quatorze)
MÁRCIA PRUESSE
GESTORA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRARRAZOES

ATA N.º 003 - REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Aos vinte e um dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quatorze (21/11/2014), às nove horas, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Guaramirim/SC, reunida a Comissão Permanente de Licitação, constituída pela Portaria n.º 001/2014, para receber os recursos protocolados em 20/11/2014 pelas empresas Sal Propaganda Ltda e ClicZoom Propaganda e Publicidade Ltda e determinar a intimação de ambas empresas participantes sobre os Recursos Administrativos impetrados, concedendo o prazo de cinco dias úteis para as empresas, querendo, apresentar impugnação ao Recurso Administrativo. Decorrido referido prazo, encaminhe-se os Recursos Administrativos e Contrarrrazões para a Subcomissão Técnica.

Proceda-se a intimação das empresas participantes, bem como, a publicação desta Ata no Diário Oficial.

Guaramirim/SC, 21 de Novembro de 2014.

AURÉLIO TADEU TOMASELLI
Presidente

ADY ESTERLITA PERSUHN DENKER
Membro

IRINEU JOSÉ VEIGA
Membro

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO Nº 092 NADIA SOARES PAZINI CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal: Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora, NADIA SOARES PAZINI, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 040.783.799-07 aprovada em 92º Lugar no Processo Seletivo nº 001/2013/SMECE, homologado pelo Decreto Municipal nº 3248/2014, para o Cargo de Professor de Educação Infantil - Habilitado, para assumir 40hs na CMEI VALDETE SOUZA NODARI período Matutino/Vespertino a partir do dia 17 de novembro de 2014 em substituição a professora ROSEMERI APARECIDA DANIELLI HACK, a qual se encontra de atestado médico, ou enquanto perdurar seu afastamento.

Art. 2º A convocada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste para manifestar-se sobre a vaga.

Art. 3º A posse do aprovado, ora convocado, realizar-se-á a medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC)
em 20 de novembro de 2014.

Lourdes Ferreira Brandão
Secretária Municipal de Educação,
Cultura e Esportes

Ciente em ____/____/____
NADIA SOARES PAZINI

3.368/2014.

DECRETO Nº 3.368/2014.

"NOMEIA OS MEMBROS DO COMITÊ PARA ATUAR NA AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DO PROGRAMA ESCOLAS SUSTENTÁVEIS DAS ESCOLAS EBM ESTAÇÃO LUZERNA E EBM CRUZ E SOUSA DE HERVAL D'OESTE(SC)".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados sem ônus para o Município, os membros abaixo relacionados, para comporem o Comitê para atuar na Avaliação e Aprovação do Plano de Ação do Programa Escolas Sustentáveis das Escolas EBM Estação Luzerna e EBM Cruz e Sousa:

- I - LOURDES FERREIRA BRANDÃO.
- II - MARA TEREZINHA RIBEIRO DOS SANTOS KUHLE.
- III - ELISETE MARISA PERUZZO.
- IV - LOREDI DE DEUS E SILVA.
- V - GEISA TROMBETTA BERNARDI.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 21 de novembro de 2014.
NELSON GUINDANI
Prefeito

RREO 5º BIMESTRE 2014

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 201411116591600505856

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)										R\$ 1,00
CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)		
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/b)			
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	112.601.200,00	65.051.700,00	6.495.295,50	9,98	35.872.760,80	55,15	29.178.939,20		
2	RECEITAS CORRENTES	52.691.700,00	52.691.700,00	6.495.295,50	12,33	35.872.741,56	68,08	16.818.958,44		
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	5.118.100,00	5.118.100,00	643.661,79	12,58	3.539.434,61	69,16	1.578.665,39		
4	Impostos	3.025.000,00	3.025.000,00	481.821,90	15,93	2.455.784,54	81,18	569.215,46		
5	Taxas	1.923.100,00	1.923.100,00	161.166,47	8,38	1.078.966,90	56,11	844.133,10		
6	Contribuição de Melhoria	170.000,00	170.000,00	673,42	0,40	4.683,17	2,75	165.316,83		
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.653.000,00	1.653.000,00	306.284,43	18,53	1.363.110,49	82,46	289.889,51		
8	Contribuições Sociais	1.653.000,00	1.653.000,00	306.284,43	18,53	1.363.110,49	82,46	289.889,51		
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
10	Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
11	RECEITA PATRIMONIAL	1.722.400,00	1.722.400,00	573.948,89	33,32	4.185.338,71	242,99	-2.462.938,71		
12	Receitas Imobiliárias	5.000,00	5.000,00	432,45	8,65	1.700,97	34,02	3.299,03		
13	Receitas de Valores Mobiliários	1.717.400,00	1.717.400,00	573.516,44	33,39	4.183.637,74	243,60	-2.466.237,74		
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
28	RECEITA DE SERVIÇOS	227.100,00	227.100,00	5.161,83	2,27	69.676,04	30,68	157.423,96		
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	41.106.700,00	41.106.700,00	4.811.896,91	11,71	25.659.329,74	62,42	15.447.370,26		
30	Transferências Intergovernamentais	36.109.200,00	36.109.200,00	4.514.625,30	12,50	23.246.505,84	64,38	12.862.694,16		
31	Transferências de Instituições Privadas	104.000,00	104.000,00	500,00	0,48	726,00	0,70	103.274,00		
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
34	Transferências de Convênios	4.893.500,00	4.893.500,00	296.771,61	6,06	2.412.097,90	49,29	2.481.402,10		

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014112116591600505856

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.864.400,00	2.864.400,00	154.341,65	5,39	1.055.851,97	36,86	1.808.548,03				
37	Multas e Juros de Mora	429.000,00	429.000,00	68.354,46	15,93	373.102,45	86,97	55.897,55				
38	Indenizações e Restituições	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00				
39	Receita da Dívida Ativa	660.000,00	660.000,00	52.093,29	7,89	287.863,35	43,62	372.136,65				
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
41	Receitas Correntes Diversas	1.765.400,00	1.765.400,00	33.893,90	1,92	394.886,17	22,37	1.370.513,83				
42	RECEITAS DE CAPITAL	59.909.500,00	12.360.000,00	0,00	0,00	19,24	0,00	12.359.980,76				
43	OPERÇÕES DE CRÉDITO	11.360.000,00	11.360.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.360.000,00				
44	Operações de Crédito Internas	11.360.000,00	11.360.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.360.000,00				
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
46	ALIENAÇÃO DE BENS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	19,24	0,00	999.980,76				
47	Alienação de Bens Móveis	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00				
48	Alienação de Bens Imóveis	995.000,00	995.000,00	0,00	0,00	19,24	0,00	994.980,76				
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	47.549.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	47.549.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	117.000,00	117.000,00	279.707,57	0,00	2.299.377,10	0,00	2.299.377,10				
63	IPREV	117.000,00	117.000,00	279.707,57	0,00	2.299.377,10	0,00	2.299.377,10				
64	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	112.718.200,00	65.168.700,00	6.775.003,07	10,40	38.172.137,90	58,57	26.996.562,10				
65	OPERÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
66	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
67	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
68	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
69	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014112116591600505856

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

70	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	112.718.200,00	65.168.700,00	6.775.003,07	10,40	38.172.137,90	58,57				26.996.562,10	
73	DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
74	TOTAL (VII) = (V+VI)	112.718.200,00	65.168.700,00	6.775.003,07	10,40	38.172.137,90	-	-	-	-	-	-
75	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-
76	Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-
77	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre	% (g/f)	
78	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	112.718.200,00	1.171.625,93	113.889.825,93	7.843.561,21	39.019.236,03		7.873.257,15	32.908.718,16	28,90	80.981.107,77
79	DESPESAS CORRENTES	62.293.399,24	831.013,17	63.124.412,41	6.695.632,99	32.173.428,89		7.052.699,96	30.634.581,31	48,53	32.489.831,10
80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.816.800,00	1.947.371,59	29.764.171,59	4.815.274,78	21.355.235,52		4.811.450,96	21.348.347,89	71,72	8.415.823,70
81	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00	60.000,00	160.000,00	18.111,40	98.090,01		18.111,40	98.090,01	61,31	61.909,99
82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	34.376.599,24	-1.176.358,42	33.200.240,82	1.862.246,81	10.720.103,36		2.223.137,60	9.188.143,41	27,67	24.012.097,41
83	DESPESAS DE CAPITAL	50.024.800,76	340.612,76	50.365.413,52	1.147.928,22	6.845.807,14		820.557,19	2.274.136,85	4,52	48.091.276,67
84	INVESTIMENTOS	48.103.800,76	419.612,76	48.523.413,52	1.016.651,30	6.202.674,41		706.096,13	1.647.819,98	3,40	46.875.593,54
85	INVERSÕES FINANCEIRAS	931.000,00	-79.000,00	852.000,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	852.000,00
86	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	990.000,00	0,00	990.000,00	131.276,92	643.132,73		114.461,06	626.316,87	63,26	363.683,13
87	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	250.000,00	0,00	250.000,00	-	-		-	-	-	-
88	RESERVA DO RPPS	150.000,00	0,00	150.000,00	-	-		-	-	-	-
89	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
90	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	112.718.200,00	1.171.625,93	113.889.825,93	7.843.561,21	39.019.236,03		7.873.257,15	32.908.718,16	28,90	80.981.107,77
91	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
92	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
93	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
94	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
95	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
96	Dívida Mobiliária - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
97	Outras Dívidas - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
98	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI+XII)	112.718.200,00	1.171.625,93	113.889.825,93	7.843.561,21	39.019.236,03		7.873.257,15	32.908.718,16	28,90	80.981.107,77
99	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-		-	-	-	-
100	TOTAL (XIV) = (XI+XIII)	112.718.200,00	1.171.625,93	113.889.825,93	7.843.561,21	39.019.236,03		7.873.257,15	38.172.137,90	-	-

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014112116591600505856

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R\$ 1,00

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
101	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Complementar nº 101/00, na data e meio indicados a seguir		

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte:
Nota:

HERVAL DOESTE, 21/11/2014

NELSON GUINDANI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 50158945972

GILBERTO JOSÉ DURIGON
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CPF.: 73745952987

SIDNEY DALLA VECCHIA
CONTADOR
CRC: 67516050997

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014112116591600505856

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)
1		DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	112.718.200,00	113.889.825,93	7.843.561,21	38.019.236,03	7.873.257,15	32.908.718,16	100,00	28,90
2	00001	Legislativa	1.800.000,00	1.700.000,00	225.931,83	1.071.390,23	225.931,83	1.071.390,23	3,26	63,02
3	01031	Ação Legislativa	1.800.000,00	1.700.000,00	225.931,83	1.071.390,23	225.931,83	1.071.390,23	3,26	63,02
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	5.504.450,00	6.057.200,00	718.402,84	4.129.582,38	765.944,57	3.974.896,84	12,08	65,62
12	04121	Planejamento e Orçamento	1.531.250,00	1.531.250,00	147.301,56	675.496,72	148.175,25	664.844,54	2,02	43,42
13	04122	Administração Geral	3.973.200,00	4.525.950,00	571.101,28	3.454.085,66	617.769,32	3.310.052,30	10,06	73,13
14	04123	Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	04124	Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	04129	Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	00006	Segurança Pública	620.000,00	733.303,90	167.411,67	332.549,96	46.060,31	198.283,46	0,60	27,04
28	06181	Policimento	340.000,00	340.000,00	21.110,75	65.063,89	22.110,75	62.043,89	0,19	18,25
29	06182	Defesa Civil	280.000,00	393.303,90	146.300,92	267.486,07	23.891,56	136.239,57	0,41	34,64
30	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	00008	Assistência Social	2.911.000,00	2.940.221,59	348.660,04	487.793,93	353.015,85	1.407.063,11	4,28	47,86
35	08241	Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	109.000,00	109.000,00	782,80	4.022,16	782,80	4.022,16	0,01	3,69
38	08244	Assistência Comunitária	2.802.000,00	2.831.221,59	347.877,24	483.771,77	352.233,05	1.403.040,95	4,26	49,56

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014112116591600505856

RREO - Anexo 2 (LRF - Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

39	00009	Previdência Social	3.070.000,00	3.070.000,00	395.371,16	2.122.160,23	395.639,90	2.116.384,89	6,43	68,94	953.615,11
40	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	09272	Previdência do Regime Estatutário	3.070.000,00	3.070.000,00	395.371,16	2.122.160,23	395.639,90	2.116.384,89	6,43	68,94	953.615,11
42	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	00010	Saúde	12.312.000,00	13.600.272,58	2.288.621,22	9.012.005,05	2.364.413,59	7.796.109,19	23,69	57,32	5.804.163,39
45	10301	Atenção Básica	6.670.000,00	7.085.713,53	1.350.488,37	5.757.951,72	1.545.007,50	5.472.174,48	16,63	77,23	1.613.539,05
46	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.388.000,00	6.165.559,05	882.355,89	2.961.110,22	737.548,85	2.043.527,16	6,21	33,14	4.122.031,89
47	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	10304	Vigilância Sanitária	254.000,00	349.000,00	55.776,96	292.943,11	81.857,24	280.407,55	0,85	80,35	68.592,45
49	10305	Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	10306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	00011	Trabalho	2.170.000,00	1.940.000,00	314.037,36	1.323.445,57	314.386,22	1.323.215,89	4,02	68,21	616.784,11
52	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	1.905.000,00	1.675.000,00	278.397,64	1.199.730,29	278.397,64	1.199.730,29	3,65	71,63	475.269,71
53	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	11333	Empregabilidade	265.000,00	265.000,00	35.639,72	123.715,28	35.788,58	123.485,60	0,38	46,60	141.514,40
55	11334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	00012	Educação	16.651.000,00	17.483.200,00	2.487.548,43	9.706.538,87	2.108.103,14	8.972.632,25	27,27	51,32	8.510.567,75
57	12361	Ensino Fundamental	8.190.000,00	8.255.700,00	1.586.401,31	5.531.266,93	1.163.022,12	4.934.021,23	14,99	59,77	3.321.678,77
58	12362	Ensino Médio	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
59	12363	Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	12364	Ensino Superior	25.000,00	25.000,00	5.552,45	22.210,89	5.552,45	22.210,89	0,07	88,84	2.789,11
61	12365	Educação Infantil	6.376.000,00	7.042.500,00	738.899,71	3.733.764,25	826.211,26	3.617.205,58	10,99	51,36	3.425.294,42
62	12366	Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	12367	Educação Especial	40.000,00	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00	0,12	100,00	0,00
64	12306	Alimentação e Nutrição	505.000,00	605.000,00	106.694,96	379.316,80	113.317,31	359.194,55	1,09	59,37	245.805,45
65	12392	Diffusão Cultural	1.510.000,00	1.510.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.510.000,00
66	00013	Cultura	851.500,00	797.500,00	83.349,64	436.828,72	84.521,58	435.070,81	1,32	54,55	362.429,19
67	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	13392	Diffusão Cultural	851.500,00	797.500,00	83.349,64	436.828,72	84.521,58	435.070,81	1,32	54,55	362.429,19
69	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	14421	Custódia e Reinserção Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	00015	Urbanismo	23.841.800,00	23.492.800,00	22.890,27	1.604.690,27	275.153,94	1.174.567,89	3,57	5,00	22.318.232,11
74	15451	Infra-Estrutura Urbana	21.790.000,00	21.790.000,00	22.890,27	123.656,59	23.328,01	59.539,46	0,18	0,27	21.730.460,54
75	15452	Serviços Urbanos	2.051.800,00	1.702.800,00	0,00	1.481.033,68	251.825,93	1.115.028,43	3,39	65,48	587.771,57
76	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	00016	Habituação	4.157.000,00	3.819.000,00	7.935,00	32.992,74	9.913,92	30.462,62	0,09	0,80	3.788.537,38
78	16481	Habituação Rural	300.000,00	261.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	261.000,00
79	16482	Habituação Urbana	2.135.000,00	1.965.000,00	7.794,00	15.538,22	7.794,00	15.538,22	0,05	0,79	1.949.461,78
80	16122	Administração Geral	1.722.000,00	1.593.000,00	141,00	17.454,52	2.119,92	14.924,40	0,05	0,94	1.578.075,60

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014112116591600505856

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

81	00017	Saneamento	5.270.000,00	5.270.000,00	80.391,81	377.561,92	80.391,81	377.538,61	1,15	7,16	4.892.461,39
82	17511	Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
83	17512	Saneamento Básico Urbano	5.270.000,00	5.270.000,00	80.391,81	377.561,92	80.391,81	377.538,61	1,15	7,16	4.892.461,39
84	00018	Gestão Ambiental	38.000,00	38.000,00	0,00	15.000,00	3.000,00	12.000,00	0,04	31,58	26.000,00
85	18541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	18542	Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	38.000,00	38.000,00	0,00	15.000,00	3.000,00	12.000,00	0,04	31,58	26.000,00
88	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	19573	Diffusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	00020	Agricultura	1.606.950,00	1.606.950,00	144.936,12	684.382,31	133.412,61	659.510,48	2,00	41,04	947.439,52
95	20601	Promissão da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	20602	Promissão da Produção Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	20605	Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	20606	Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	20122	Administração Geral	1.055.500,00	1.055.500,00	144.936,12	684.382,31	133.412,61	659.510,48	2,00	62,48	395.989,52
103	20511	Saneamento Básico Rural	194.000,00	194.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	194.000,00
104	20608	Promissão da Produção Agropecuária	251.900,00	251.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	251.900,00
105	20609	Defesa Agropecuária	11.450,00	11.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.450,00
106	20661	Promissão Industrial	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00
107	20662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	20722	Telecomunicações	13.100,00	13.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.100,00
109	20752	Energia Elétrica	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
110	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	22661	Promissão Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	00023	Comércio e Serviços	1.007.000,00	1.057.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.057.000,00
120	23691	Promissão Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014112116591600505856

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alinea "c")										R\$ 1,00	
165	00012	Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	00013	Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	00015	Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
169	00016	Habituação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	00017	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
173	00020	Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
174	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
175	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
176	00023	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
177	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
178	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
179	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
180	00027	Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
181	00028	Energias Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
182	TOTAL (III) = (I + II)		112.118.200,00	7.843.561,21	113.889.825,93	38.019.236,03	7.873.257,15	32.908.718,16	32.908.718,16	28,90	80.981.107,77

Fonte:

Nota:

HERVAL DOESTE, 21/11/2014

NELSON GUINDANI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF : 50158945972

GILBERTO JOSÉ DURIGON
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CPF.: 73745952987

SIDNEY DALLA VECCHIA
CONTADOR
CRC.: 67516050997

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2014

Período de referência: NOV/2013 a OUT/ 2014.

CVA: 2014112116591600505856

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Novembro 2013	Dezembro 2013	Janeiro 2014	Fevereiro 2014	Março 2014	Abril 2014	Mai 2014
1	RECEITAS CORRENTES (I) = (2+8+...+13+22)	4.213.566,75	4.962.180,38	3.441.552,39	4.539.814,03	3.438.087,61	4.397.774,87	4.856.241,52
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)	350.730,12	218.232,65	168.000,58	277.479,26	298.280,35	612.626,98	381.307,67
3	IPTU	14.892,13	18.321,82	0,00	0,00	21.245,63	231.861,63	105.638,64
4	ISS	98.150,65	79.042,28	111.253,21	87.365,47	82.133,96	77.767,57	88.910,65
5	ITBI	38.823,85	39.436,96	18.854,08	17.546,81	48.150,71	35.228,56	26.310,80
6	IRRF	2.958,25	38.219,07	2.947,14	63.062,92	39.692,32	32.602,95	35.957,24
7	Outras Receitas Tributárias	195.905,24	43.212,52	34.946,15	109.504,06	107.057,73	235.166,27	124.490,34
8	Receita de Contribuições	474.681,17	245.374,51	36.236,27	240.261,86	135.211,71	166.088,27	139.031,96
9	Receita Patrimonial	120.093,42	313.416,60	46.236,29	799.448,64	231.002,12	484.516,68	721.734,37
10	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita de Serviços	11.678,39	22.085,61	2.725,00	7.123,33	6.582,90	9.839,83	14.265,32
13	Transferências Correntes = (14+...+21)	3.165.494,14	4.032.590,18	3.043.145,07	3.064.314,12	2.673.569,89	3.029.126,38	3.437.688,85
14	Cota-Parte do FPM	981.151,74	1.480.182,79	1.189.662,73	1.270.385,79	753.586,58	860.092,19	1.146.178,61
15	Cota-Parte do ICMS	965.615,65	962.384,50	857.798,59	809.507,50	816.994,64	799.363,78	814.877,21
16	Cota-Parte do IPV/A	75.615,96	56.849,73	79.939,01	98.092,68	122.529,46	141.197,63	162.539,31
17	Cota-Parte do ITR	93,91	38,75	13,14	96,41	12,82	0,00	0,00
18	Transferências da LC 87/1996	3.944,42	3.878,42	3.539,15	3.539,15	0,00	3.539,15	3.539,15
19	Transferências da LC 61/1989	14.846,33	15.867,52	13.393,02	11.338,86	11.079,53	12.056,33	13.113,22
20	Transferências do FUNDEB	516.935,42	513.996,25	574.972,94	487.783,47	519.206,44	523.131,95	571.997,61
21	Outras Transferências Correntes	607.290,71	999.392,22	323.826,49	383.570,26	450.160,42	689.745,35	725.443,74
22	Outras Receitas Correntes	90.889,51	130.480,83	145.209,18	151.187,82	93.440,64	95.576,73	162.213,35
23	DEDUÇÕES (II) = (24+25+26)	866.983,06	641.132,93	448.984,55	662.832,02	476.051,77	497.608,40	551.795,21
24	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	106.513,63	210.569,10	9.887,39	213.493,88	124.415,44	123.562,42	123.745,94
25	Compensação Finance. entre Regimes Previd.	352.248,08	20.455,56	10.227,78	10.796,27	10.796,27	10.796,27	0,00
26	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	408.221,35	410.108,27	428.869,38	438.541,87	340.840,06	363.249,71	428.049,27
27	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (1-23)	3.346.583,69	4.321.047,45	2.992.567,84	3.876.982,01	2.962.035,84	3.900.166,47	4.304.446,31

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Junho 2014	Julho 2014	Agosto 2014	Setembro 2014	Outubro 2014	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
-------	---------------	---------------	---------------	----------------	------------------	-----------------	----------------------	--------------------------------

Pag. 10/ 26

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2014

Período de referência: NOV/2013 a OUT/ 2014.

CVA: 2014112116591600505856

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)											RS 1,00	
28	RECEITAS CORRENTES (I) = (29+35+...+40+49)					3.390.105,37	4.062.027,97	4.462.446,31	3.577.251,58	3.657.772,89	48.998.821,67	58.196.800,00
29	Receita Tributária = (30+31+32+33+34)					334.218,63	421.739,10	402.120,25	413.034,10	230.627,69	4.108.397,38	5.118.100.000,00
30	IPTU					92.744,22	112.145,82	106.344,92	118.017,02	23.232,84	844.444,67	1.000.000,00
31	ISS					88.772,86	101.313,37	95.085,75	107.799,23	102.677,60	1.120.272,60	1.000.000,00
32	ITBI					26.489,56	54.983,70	62.513,18	42.744,70	16.670,93	427.753,84	500.000,00
33	IRRF					33.865,62	39.291,79	33.881,56	32.876,63	37.802,95	393.158,44	525.000,00
34	Outras Receitas Tributárias					92.346,37	114.004,42	104.294,84	111.596,52	50.243,77	1.232.767,83	2.093.100.000,00
35	Receita de Contribuições					147.449,87	170.834,65	157.107,07	156.245,80	172.327,25	2.240.850,39	1.653.000,00
36	Receita Patrimonial					215.433,12	352.105,16	760.913,44	128.808,21	445.140,68	4.618.848,73	1.722.400.000,00
37	Receita Agropecuária					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Receita Industrial					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Receita de Serviços					10.807,11	9.165,04	4.006,68	2.010,33	3.151,50	103.440,04	227.100.000,00
40	Transferências Correntes = (41+...+48)					2.622.673,50	3.048.009,33	3.004.114,10	2.792.861,12	2.736.476,14	36.650.062,82	46.611.800.000,00
41	Cota-Parte do FPM					859.559,97	738.253,26	896.852,12	786.165,85	743.007,70	11.705.079,33	12.100.000,00
42	Cota-Parte do ICMS					821.571,80	764.467,03	801.039,77	858.718,40	886.339,37	10.158.678,24	12.000.000,00
43	Cota-Parte do IPVA					135.825,50	156.150,25	154.804,33	148.997,42	126.367,19	1.458.908,47	2.000.000,00
44	Cota-Parte do ITR					401,70	0,00	142,55	1.645,69	3.076,50	5.521,47	7.100.000,00
45	Transferências da LC 87/1996					3.539,15	3.539,15	3.539,15	3.539,15	3.539,15	39.675,19	80.000,00
46	Transferências da LC 61/1989					12.489,63	12.830,75	13.225,68	12.446,05	13.328,67	156.015,59	310.000,00
47	Transferências do FUNDEB					545.143,68	497.383,95	536.160,44	547.160,95	571.675,46	6.405.548,56	10.018.000,00
48	Outras Transferências Correntes					244.142,07	875.384,94	598.350,06	434.187,61	389.142,10	6.720.635,97	10.096.700.000,00
49	Outras Receitas Correntes					59.523,14	60.174,69	134.184,77	84.292,02	70.049,63	1.277.222,31	2.864.400,00
50	DEDUÇÕES (II) = (51+52+53)					514.076,42	473.334,41	507.351,69	496.262,86	527.461,93	6.663.875,25	7.158.100.000,00
51	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência					125.974,96	127.436,21	122.625,78	123.160,91	125.044,73	1.536.430,39	1.553.000,00
52	Compensação Financ. entre Regimes Previd.					21.474,91	10.796,27	10.796,27	10.796,27	47.282,52	516.466,47	100.000,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2014

Período de referência: NOV/2013 a OUT/ 2014.

CVA: 2014112116591600505856

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

53	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	366.626,55	335.101,93	373.929,64	362.305,68	355.134,68	4.610.978,39	5.505.100,00
54	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (28-50)	2.876.028,95	3.588.693,56	3.955.094,62	3.080.988,72	3.130.310,96	42.334.946,42	51.038.700,00

Fonte:

Nota:

HERVAL DOESTE, 21/11/2014

NELSON GUINDANI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 50158945972

GILBERTO JOSÉ DURIGON
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CPF.: 73745952987

SIDNEY DALLA VECCHIA
CONTADOR
CRC.: 67516050997

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014112116591600505856

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PLANO PREVIDENCIÁRIO		RECEITAS REALIZADAS		
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (2+21-25)	1.653.000,00	1.653.000,00	306.284,43	1.363.110,49	4.321.572,09
2	RECEITAS CORRENTES = (3+12+13+17+18)	1.653.000,00	1.653.000,00	306.284,43	1.363.110,49	2.411.802,52
3	Receita de Contribuições dos Segurados = (4+8)	1.553.000,00	1.553.000,00	248.205,64	1.219.347,66	1.064.654,47
4	Pessoal Civil = (5+6+7)	1.553.000,00	1.553.000,00	248.205,64	1.219.347,66	1.064.654,47
5	Ativo	1.500.000,00	1.500.000,00	246.803,74	1.213.140,40	1.045.845,62
6	Inativo	53.000,00	53.000,00	1.401,90	6.207,26	18.808,85
7	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Pessoal Militar = (9+10+11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Outras Receitas de Contribuições	100.000,00	100.000,00	58.078,79	143.762,83	40.332,22
13	Receita Patrimonial = (14+15+16)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.261.019,93
14	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	1.261.019,93
16	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Correntes = (19+20)	0,00	0,00	0,00	0,00	45.795,90
19	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	45.795,90
21	RECEITAS DE CAPITAL = (22+23+24)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.909.769,57
26	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.292.276,59
27	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (1+26)	1.653.000,00	1.653.000,00	306.284,43	1.363.110,49	5.613.848,68

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
28	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (29+32)	3.070.000,00	3.070.000,00	395.639,90	2.116.384,89	0,00
29	ADMINISTRAÇÃO = (30+31)	210.000,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00
30	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	Despesas de Capital	210.000,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00
32	PREVIDÊNCIA = (33+37+41)	2.860.000,00	2.860.000,00	395.639,90	2.116.384,89	0,00
33	Pessoal Civil = (34+35+36)	0,00	0,00	343.128,09	1.838.072,84	0,00
34	Aposentadorias	0,00	0,00	220.616,78	1.076.581,56	0,00
35	Pensões	0,00	0,00	56.467,22	285.510,52	0,00
36	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	66.044,09	475.980,76	0,00
37	Pessoal Militar = (38+39+40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Outras Despesas Previdenciárias = (42+43)	2.860.000,00	2.860.000,00	52.511,81	278.312,05	0,00
42	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Demais Despesas Previdenciárias	2.860.000,00	2.860.000,00	52.511,81	278.312,05	0,00
44	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (28+44)	3.070.000,00	3.070.000,00	395.639,90	2.116.384,89	0,00
46	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (27-45)	-1.417.000,00	-1.417.000,00	-89.355,47	-753.274,40	5.613.848,68

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014112116591600505856

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
47	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (48+52)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Plano Financeiro = (49+50+51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Plano Previdenciário = (53+54+55)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
56	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Set/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Out/2014	Em 31 /Dez/2013
57	CAIXA	11.186,93	4.676,08	30.458,18
58	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
59	INVESTIMENTOS	30.129.922,77	30.550.507,82	25.944.937,21
60	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
61	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (62+74+75+76)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.292.276,59
62	Receita de Contribuições = (63+72+73)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.292.276,59
63	Patronal = (64+68)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64	Pessoal Civil = (65+66+67)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Pessoal Militar = (69+70+71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	1.292.276,59
74	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (78+79+80)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (61+77-81)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.292.276,59

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
83	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (84+85)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (83)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014112116591600505856

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
87	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (88+107-111)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	RECEITAS CORRENTES = (89+98+99+103+104)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	Receita de Contribuições dos Segurados = (90+94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Pessoal Civil = (91+92+93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Pessoal Militar = (95+96+97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Receita Patrimonial = (100+101+102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Outras Receitas Correntes = (105+106)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	RECEITAS DE CAPITAL = (108+109+110)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (87+112)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
114	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (115+118)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	ADMINISTRAÇÃO = (116+117)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	PREVIDÊNCIA = (119+123+127)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	Pessoal Civil = (120+121+122)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	Pessoal Militar = (124+125+126)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	Outras Despesas Previdenciárias = (128+129)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (114+130)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (113-131)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014112116591600505856

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
133	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (134+138)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	Plano Financeiro = (135+136+137)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	Plano Previdenciário = (139+140+141)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
142	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Set/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Out/2014	Em 31 /Dez/2013
143	CAIXA	0,00	0,00	0,00
144	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
145	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
146	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
147	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (148+160+161+162)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	Receita de Contribuições = (149+158+159)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	Patronal = (150+154)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	Pessoal Civil = (151+152+153)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	Pessoal Militar = (155+156+157)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (164+165+166)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (147+163-167)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
169	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (170+171)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014112116591600505856

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

171	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (169)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

HERVAL DOESTE, 21/11/2014

NELSON GUINDANI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 50158945972

GILBERTO JOSÉ DURIGON
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CPF.: 73745952987

SIDNEY DALLA VECCHIA
CONTADOR
CRC.: 67516050997

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014112116591600505856

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013 (a)	Em 31/Ago/2014 (b)	Em. 31/Out/2014 (c)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.908.998,72	1.397.142,91	1.282.681,85
2	DEDUÇÕES (II) = (3 + 4 - 5)	601.203,03	4.263.568,84	2.749.935,50
3	Disponibilidade de Caixa Bruta	2.882.335,45	6.621.801,77	5.292.244,84
4	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
5	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.281.132,42	2.358.232,93	2.542.309,34
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.307.795,69	-2.866.425,93	-1.467.253,65
7	RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
8	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	521.080,38	385.760,80	368.944,94
9	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	786.715,31	-3.252.186,73	-1.836.198,59

CAMPO	RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
10	VALOR	1.415.988,14	-2.622.913,90

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	5.000.000,00

CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO			
	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013	Em 31/Ago/2014	Em. 31/Out/2014
12	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	28.207.071,24	28.207.071,24	28.207.071,24
13	Passivo Atuarial	28.207.071,24	28.207.071,24	28.207.071,24
14	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
15	DEDUÇÕES (VIII) = (16+17+18-19)	25.927.667,28	29.596.552,21	30.555.183,90
16	Disponibilidade de Caixa Bruta	25.927.667,28	29.596.552,21	30.555.183,90
17	Investimentos	0,00	0,00	0,00
18	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
19	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	2.279.403,96	-1.389.480,97	-2.348.112,66

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NÔMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014112116591600505856

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

21	PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
22	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	2.279.403,96	-1.389.480,97	-2.348.112,66

Se o cálculo das "Deduções" resultar em valor negativo, o campo será preenchido pelo sistema com um traço.

Fonte:

Nota:

HERVAL DOESTE, 21/11/2014

NELSON GUINDANI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 50158945972

GILBERTO JOSÉ DURIGON
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CPF.: 73745952987

SIDNEY DALLA VECCHIA
CONTADOR
CRC.: 67516050997

**RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014112116591600505856

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) = (2+8+11+14+19)	51.091.300,00	6.223.775,25	34.146.165,14	30.042.973,15
2	Receitas Tributárias = (3+4+5+6+7)	5.118.100,00	643.661,79	3.539.434,61	3.472.867,07
3	IPU	1.000.000,00	141.249,86	811.230,72	619.433,66
4	ISS	1.000.000,00	210.476,83	943.079,67	878.144,38
5	ITBI	500.000,00	59.415,63	349.493,03	421.606,81
6	IRRF	525.000,00	70.679,58	351.981,12	714.426,59
7	Outras Receitas Tributárias	2.093.100,00	161.839,89	1.083.650,07	839.255,63
8	Receitas de Contribuições. = (9+10)	1.770.000,00	608.280,62	3.820.171,81	2.549.445,17
9	Receitas Previdenciárias	1.653.000,00	306.284,43	1.363.110,49	2.397.263,28
10	Outras Receitas de Contribuições	117.000,00	301.996,19	2.457.061,32	152.181,89
11	Receita Patrimonial Líquida = (12-13)	5.000,00	432,45	1.700,97	3.385,20
12	Receita Patrimonial	1.722.400,00	573.948,89	4.185.338,71	-474.035,32
13	(-) Aplicações Financeiras	1.717.400,00	573.516,44	4.183.637,74	-477.420,52
14	Transferências Correntes = (15+16+17+18)	41.106.700,00	4.811.896,91	25.659.329,74	23.161.672,66
15	FPM	9.680.000,00	1.223.338,90	7.394.996,09	6.846.384,63
16	ICMS	9.400.000,00	1.396.048,15	6.584.545,57	6.626.061,55
17	Convênios	4.893.500,00	296.771,61	2.412.097,90	1.591.304,63
18	Outras Transferências Correntes	17.133.200,00	1.895.738,25	9.267.690,18	8.097.921,85
19	Demais Receitas Correntes = (20+21)	3.091.500,00	159.503,48	1.125.528,01	855.603,05
20	Dívida Ativa	660.000,00	52.093,29	287.863,35	371.087,23
21	Diversas Receitas Correntes	2.431.500,00	107.410,19	837.664,66	484.515,82
22	RECEITAS DE CAPITAL (II) = (23+...+26+29)	59.909.500,00	182.072,48	5.016.562,60	2.295.690,81
23	Operações de Crédito (III)	11.360.000,00	0,00	0,00	347.957,86
24	Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Alienação de Bens (V)	1.000.000,00	0,00	19,24	0,00
26	Transferências de Capital = (27+28)	47.549.500,00	182.072,48	5.016.543,36	1.947.732,95
27	Convênios	47.549.500,00	182.072,48	5.016.543,36	1.947.732,95
28	Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
29	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
30	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	47.549.500,00	182.072,48	5.016.543,36	1.947.732,95
31	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	98.640.800,00	6.405.847,73	39.162.708,50	31.990.706,10

CAMPO	DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
32	DESPESAS CORRENTES (VIII) = (33+34+35)	63.124.412,41	7.052.699,96	11.421.068,20	27.217.004,38
33	Pessoal e Encargos Sociais	29.764.171,59	4.811.450,96	2.134.834,78	18.996.287,00
34	Juros e Encargos da Dívida (IX)	160.000,00	18.111,40	98.090,01	72.143,13
35	Outras Despesas Correntes	33.200.240,82	2.223.137,60	9.188.143,41	8.148.574,25
36	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	62.964.412,41	7.034.588,56	11.322.978,19	27.144.861,25
37	DESPESAS DE CAPITAL (XI) = (38+39+43)	50.365.413,52	820.557,19	2.274.136,85	1.085.040,82
38	Investimentos	48.523.413,52	706.096,13	1.647.819,98	703.295,67
39	Inversões Financeiras = (40+41+42)	852.000,00	0,00	0,00	0,00
40	Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Demais Inversões Financeiras	852.000,00	0,00	0,00	0,00
43	Amortização da Dívida (XIV)	990.000,00	114.461,06	626.316,87	381.745,15
44	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	49.375.413,52	706.096,13	1.647.819,98	703.295,67
45	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	150.000,00	-	-	-
46	RESERVA DO RPPS (XVII)	250.000,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014112116591600505856

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

47	DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	112.739.825,93	7.740.684,69	12.970.798,17	27.848.156,92
----	---	----------------	--------------	---------------	---------------

48	RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	-14.099.025,93	-1.334.836,96	26.191.910,33	4.142.549,18
----	--	----------------	---------------	---------------	--------------

49	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
----	--------------------------------	---	---	------	------

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE			
50	META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	13.244.400,00			

Fonte:

Nota:

HERVAL DOESTE, 21/11/2014

NELSON GUINDANI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 50158945972

GILBERTO JOSÉ DURIGON
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CPF.: 73745952987

SIDNEY DALLA VECCHIA
CONTADOR
CRC.: 67516050997

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2014112116591600505856

RREO - Anexo 7 (LRF, art.53, inciso V)		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					RS 1,00
CAMPO	PODER/ÓRGÃO	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
1	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	2.881.132,42	2.498.638,02	15.518,89	366.975,51	4.797.189,55	858.400,83	294.412,12	2.964.412,12	900.325,06	1.790.853,20
2	EXECUTIVO	0,00	2.881.132,42	2.498.638,02	15.518,89	366.975,51	4.797.189,55	858.400,83	294.412,12	2.964.412,12	900.325,06	1.790.853,20
3	EXECUTIVO	0,00	2.881.132,42	2.498.638,02	15.518,89	366.975,51	4.797.189,55	858.400,83	294.412,12	2.964.412,12	900.325,06	1.790.853,20
4	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	TOTAL (III) = (I+II)	0,00	2.881.132,42	2.498.638,02	15.518,89	366.975,51	4.797.189,55	858.400,83	294.412,12	2.964.412,12	900.325,06	1.790.853,20

Fonte:
Nota:

HERVAL DOESTE, 21/11/2014

NELSON GUINDANI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 50158945972

GILBERTO JOSÉ DURIGON
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CPF.: 73745952987

SIDNEY DALLA VECCHIA
CONTADOR
CRC.: 67516050997

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

CVA: 2014112116591600505856

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a+b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
9	GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2013	2014	2015	2016	2017	2018
18	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estadais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	34.818.634,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2019	2020	2021	2022	2023
23	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Das Estadais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI)= (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

HERVAL DOESTE, 21/11/2014

NELSON GUINDANI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 50158945972

GILBERTO JOSÉ DURIGON
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CPF.: 73745952987

SIDNEY DALLA VECHIA
CONTADOR
CRC.: 67516050997

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

CVA: 2014112116591600505856

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS	-	-
2	Previsão Inicial	-	112.718.200,00
3	Previsão Atualizada	-	65.168.700,00
4	Receitas Realizadas	6.775.003,07	38.172.137,90
5	Déficit Orçamentário	-	-
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	0,00
7	DESPESAS	-	-
8	Dotação Inicial	-	112.718.200,00
9	Créditos Adicionais	-	1.171.625,93
10	Dotação Atualizada	-	113.889.825,93
11	Despesas Empenhadas	7.843.561,21	39.019.236,03
12	Despesas Liquidadas	7.873.257,15	32.908.718,16
13	Superávit Orçamentário	-	5.263.419,74

CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
14	Despesas Empenhadas	7.843.561,21	38.019.236,03
15	Despesas Liquidadas	7.873.257,15	32.908.718,16

CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
16	Receita Corrente Líquida	42.334.946,42

CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
17	Regime Geral de Previdência Social	-	-
18	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	-	-
19	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	-	-
20	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-	-
21	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-
22	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-
23	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)	306.284,43	1.363.110,49
24	Despesas Previdenciárias Liquidadas. (V)	395.639,90	2.116.384,89
25	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV - V)	-89.355,47	-753.274,40
26	PLANO FINANCEIRO	-	-
27	.Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)	0,00	0,00
28	.Despesas Previdenciárias Liquidadas (VIII)	0,00	0,00
29	.Resultado Previdenciário (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00

CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
30	Resultado Nominal	5.000.000,00	-2.622.913,90	-52,46
31	Resultado Primário	13.244.400,00	26.191.910,33	197,76

CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
32	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.881.132,42	15.518,89	2.498.638,02	366.975,51
33	Poder Executivo	2.881.132,42	15.518,89	2.498.638,02	366.975,51
34	Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
35	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	5.655.590,38	900.325,06	2.964.412,12	1.790.853,20
36	Poder Executivo.	5.655.590,38	900.325,06	2.964.412,12	1.790.853,20
37	Poder Legislativo.	0,00	0,00	0,00	0,00
38	TOTAL	8.536.722,80	915.843,95	5.463.050,14	2.157.828,71

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

CVA: 2014112116591600505856

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
39	Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	0,00	25%	0,00
40	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60%	0,00
41	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
42	Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00	10%	0,00

CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
43	Receitas de Operação de Crédito	-	-
44	Despesa de Capital Líquida	-	-

CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
45	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
46	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
47	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
48	Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
49	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
50	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
51	Receitas Previdenciárias. (III)	-	-	-	-
52	Despesas Previdenciárias. (IV)	-	-	-	-
53	Resultado Previdenciário. (III - IV)	-	-	-	-
54	PLANO FINANCEIRO	-	-	-	-
55	.Receitas Previdenciárias (V)	-	-	-	-
56	.Despesas Previdenciárias (VI)	-	-	-	-
57	.Resultado Previdenciário. (V - VI)	-	-	-	-

CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
58	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	-	-
59	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	-	-

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
60	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
-------	---	-------------------------------------

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

CVA: 2014112116591600505856

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

61	Total das Despesas/RCL (%)	0,00
----	----------------------------	------

¹Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Fonte:

Nota:

HERVAL DOESTE, 21/11/2014

NELSON GUINDANI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 50158945972

GILBERTO JOSÉ DURIGON
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CPF.: 73745952987

SIDNEY DALLA VECHIA
CONTADOR
CRC.: 67516050997

Ibiam

PREFEITURA

LEI Nº 557/2014

LEI Nº557 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

"ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO II DO ARTIGO 7º DA LEI Nº 063/97 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de IBIAM - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso II do artigo 7º da Lei Nº 063/97 de 10 de novembro de 1997, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Saúde (CMS), passará a vigorar com a seguinte redação:

ART. 7º...

II O Presidente e Secretário do Conselho Municipal de Saúde serão escolhidos e eleitos entre os membros conselheiros titulares.

Art. 2º Integram o Conselho Municipal da Saúde, os representantes dos entes mencionados no artigo 5º da Lei 063/97, e artigo 1º da Lei Nº 176/01 de 31 de agosto de 2001.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
18 DE NOVEMBRO DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SEC. MUNICIPAL ADM. E FAZENDA

LEI Nº 558/2014

LEI Nº 558 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de IBIAM - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 310.500,00 (trezentos e dez mil e quinhentos reais), no orçamento de 2014 da Prefeitura Municipal de Ibiam, nas seguintes programações de despesas:

0203 - Secretaria da Administração e da Fazenda
04.122.0402.2018 - Manutenção das Atividades Administrativas
31900000- Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 10.000,00
Total R\$ 10.000,00

02.04 - Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
20.606.2001.2021 - Manutenção das Atividades de Apoio ao Agricultor
31900000- Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 5.000,00
33900000- Aplicações Diretas Fonte "0100" R\$ 5.000,00
Total R\$ 10.000,00

0205 - Secretaria Munic. De Infraestrutura, Obras e Transportes
26.782.2601.1002 - Obras de Infraestrutura Rural
44900000 - Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 110.000,00
Total R\$ 110.000,00

02.06 - Secretaria Municipal de Educação
12.361.1201.2026 - Manutenção das ativ. Ensino Fundamental
31900000- Aplicações Diretas Fonte '0118' R\$ 120.000,00
12.362.1201.2028 - Apoio ao Ensino Médio
33900000 - Aplicações Diretas Fonte "0161" R\$ 8.000,00
12.365.1201.2030 - Manutenção da Educação Infantil
31900000 - Aplicações Diretas Fonte "0101" R\$ 8.000,00
10.306.1002.2025 - Programa Suplementar de Alimentação Escolar
33900000- Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 5.000,00
Total R\$ 141.000,00

02.08 - Sec. Mun.de Desenv. Comunitário, Cultura e Esporte
13.392.1301. 2032 - Manut. Festividades e Ativid. Culturais
33900000- Aplicações Diretas Fonte "0100" R\$ 39.500,00
TOTAL R\$ 39.500,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será anulada parcialmente a dotação e programação de despesa abaixo especificada, do orçamento vigente, da Prefeitura Municipal de Ibiam, totalizando R\$ 310.500,00 (Trezentos e dez mil e quinhentos reais), a saber:

02.01 - Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito
04.122.0401.2016 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito e Vice
31900000-Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 13.000,00
TOTAL R\$ 13.000,00

0202 - Secretaria de Planejamento e Gestão Administrativa
04.122.0402.2017 - Manutenção das Atividades de Planejamento e Gestão
31900000-Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 12.000,00
33900000 - Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 10.000,00
Total R\$ 22.000,00

0203 - Secretaria da Administração e da Fazenda
04.122.0403.2019 - Contribuição Financeira a Entidades
33500000- Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte '0100' R\$ 9.000,00
Total R\$ 9.000,00

02.04 - Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
18.541.1801.2049 - Manutenção das Atividades de Proteção Ambiental
33900000- Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 3.000,00
Total R\$ 3.000,00

0205 - Secretaria Munic. De Infraestrutura, Obras e Transportes
15.452.1501.2022 - Manut. Dos Serviços de Utilidade Pública
31710000 - Transf. A Consórcios Púb. Fonte '0100'

..... R\$ 500,00
 33710000 - Transf. A Consórcios Púb. Fonte '0100'
 R\$ 2.000,00
 33900000- Aplicações Diretas Fonte "0100"
 R\$ 10.000,00
 17.512.1701.1005 -Saneamento Básico em Geral
 44900000 - Aplicações Diretas Fonte '0100'
 R\$ 5.000,00
 17.512.1701-2050- Limpeza Pública
 33900000- Aplicações Diretas Fonte "0100"
 R\$ 40.000,00
 Total R\$ 57.500,00

02.06 - Secretaria Municipal de Educação
 12.361.1201.2026 - Manutenção das ativ. Ensino Fundamental
 33900000- Aplicações Diretas Fonte '0161"
 R\$ 8.000,00

12.365.1201.2030 - Manutenção da Educação Infantil
 31900000- Aplicações Diretas Fonte '0118"
 R\$ 120.000,00
 Total R\$ 128.000,00

0207 - Secretaria Munic. De Assistência Social
 08.244.0801.1011 - Obras de Infraestrutura Social
 44900000 - Aplicações Diretas Fonte '0100'
 R\$ 5.000,00
 Total R\$ 5.000,00

0208 - Secretaria Munic. Do Desen.Comunitário, Cultura e Esporte
 27.812.2701.2033 - Manutenção das Atividades Esportivas
 31900000 - Aplicações Diretas Fonte '0100'
 R\$ 24.000,00
 23.695.0801.2035 - Manutenção das Ativid. Voltadas ao Turismo
 33900000 - Aplicações Diretas Fonte "0100"
 R\$ 2.000,00
 Total R\$ 26.000,00

0209 - Secretaria da Indústria, Com. Turismo e Serviços
 22.661.0901.1012 - Promoção da Indústria e Comércio
 44900000 - Aplicações Diretas Fonte '0100'
 R\$ 10.000,00
 45900000 - Aplicações Diretas Fonte "0100"
 R\$ 10.000,00
 Total R\$ 20.000,00

0210 - Fundo Municipal de Habitação
 16.481.1601.1013 - Apoio ao sistema Habitacional
 44900000 - Aplicações Diretas Fonte '0100'
 R\$ 2.000,00
 Total R\$ 2.000,00

0212 - Previdência Social
 09.271.0901.2037 - Encargos Previdenciários do Regime Geral
 31900000 - Aplicações Diretas Fonte '0100'
 R\$ 25.000,00
 Total R\$ 25.000,00

Art. 3o. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
 CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
 PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
 SEC. MUNICIPAL ADM. E FAZENDA

LEI COMPLEMENTAR Nº 039/2014

LEI COMPLEMENTAR N.º39 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
 "FIXA PISO SALARIAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE,
 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de IBIAM - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica fixado em R\$1.014,00 (Hum mil e quatorze reais) o Piso Salarial dos Agentes Comunitários de Saúde, criado pela Lei Complementar Nº15 de 26 de Março de 2008, e alterado pela Lei Complementar Nº032/2014 de 15 de Maio de 2014.

Art. 2.º Para garantia do Piso Salarial previsto no Artigo 1º, a Jornada de Trabalho do Agente Comunitário de Saúde é de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 3.º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a ajustar por Decreto, o valor do Piso Salarial fixado por esta Lei, quando disposições da Lei Federal Nº12.994 de 17 de Junho de 2014, estabelecerem novos valores.

Art. 4.º Os encargos decorrentes desta Lei, serão suportados por Dotações Orçamentarias, consignadas sob a rubrica.

Despesas com Pessoal e Encargos Sociais
 31.00.00.00.00.00.00

Art. 5.º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
 CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
 PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
 SEC. MUNICIPAL ADM. E FAZENDA

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO: SEASH 2014/09 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEASH 2014/09 A02

Contratada: J L CONSTRUTORA LTDA

C.N.P.J:12.587.530/0001-67

Objeto: PRORROGAÇÃO DO CONTRATO PARA 31/12/2014 E O ACRÉSCIMO DE 28,40%(VINTE E OITO VIRGULA QUARENTA POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 14.763,99 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 05/2014 Carta Convite 01/2014

Imbituba, 23 de agosto de 2014.

Selma Elias Whestphal

Secretária Municipal da Sedesth

Contratante

J L Construtora Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: FUNREBOM 2014/19 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FUNREBOM 2014/19 A00

Contratada: DVA VEICULOS S/A

C.N.P.J:82.516.949/0001-03

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEICULO AUTOMOTOR TIPO GURGÃO, 0(ZERO)KM, ANO 2014, MODELO 2014 OU 2015, PARA SER TRANSFORMADO EM VIATURA OPERACIONAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE IMBITUBA, DO TIPO AUTO-SOCORRO DE URGÊNCIA.

Valor: R\$ 119.000,00 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 15/2014 Pregão 09/2014

Imbituba, 13 de novembro de 2014.

Rafael Fortunato Camilo

Comandante da 2ª Companhia do 8º Batalhão de Bombeiros Milita de Imbituba

Contratante

Dva Veiculos S/A

Representante Legal

Contratada

DECRETO PMI Nº 281.2014

DECRETO PMI Nº 281, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.024,10 (quatro mil e um milhão de reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA

Convênio Gestão Compartilhada

06.181.0007-2.124		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.10000 (0008)	Aplicações Diretas	4.024,10
Total		4.024,10

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária, conforme segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA

Convênio Gestão Compartilhada

06.181.0007-2.124		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.10000 (0009)	Aplicações Diretas	4.024,10
Total		4.024,10

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

DECRETO PMI Nº 282.2014

DECRETO PMI Nº 282, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – SEDES

Condomínio Industrial		
22.661.0007-1.045		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0092 (0145)	Aplicações Diretas	150.000,00
Total		150.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios da alienação de bens apurados no exercício de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

DECRETO PMI Nº 283.2014

DECRETO PMI Nº 283, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA – SEINFRA		
Manutenção da SEINFRA		
15.451.0007-2.017		
3.3.90.00.00.00.00.0.10000 (0083)	Aplicações Diretas	20.000,00
Total		20.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de novembro de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

EXTRATO:PMI SEDUC 2014/41 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato:PMI SEDUC 2014/41 A01
Contratada: SANTO ANJO DA GUARDA LTDA
C.N.P.J:86.431.749/0001-09
Objeto: ACRÉSCIMO DE 7,95475%(SETE INTEIROS NOVENTA E CINCO MIL QUATROCENTOS E SETENTA E CINCO CENTÉSIMOS DE MILÉSIMOS PERCENTUAIS) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.
Valor: R\$ 72.319,00
Fundamento: Processo nº. 37/2014 Pregão 30/2014

Imbituba, 19 de novembro de 2014.
Michela da Silva Freitas
Secretária Municipal de Educação
Contratante

Santo Anjo da Guarda Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO:PMI SEDUC 2014/61 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato:PMI SEDUC 2014/61 A01
Contratada: ANA CAROLINA SPECK RIBEIRO
C.N.P.J:11.264.946/0001-81
Objeto: ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL. ONDE LÊ-SE: ANA CAROLINA SPECK RIBEIRO INSCRITA NO CPF:023.332.549-20, LEIA-SE: IMOBILIARIA LEANDRO E CAROL LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 11.264.946/0001-81.
Fundamento: Processo nº. 61/2014 Dispensa 10/2014

Imbituba, 13 de novembro de 2014.
Michela da Silva Freitas
Secretária Municipal de Educação
Contratante

Ana Carolina Speck Ribeiro
Representante Legal
Contratada

EXTRATO:PMI SESPORTE 2014/56 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato:PMI SESPORTE 2014/56 A01
Contratada: QGX SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO/COMERCIO DE MAT. ESCOLARES, COORPORATIVOS E ESPORTIVOS ME.
C.N.P.J:17.670.164/0001-29
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 15/02/2015 E O ACRÉSCIMO DE 5,907%(CINCO INTEIROS E NOVECIENTOS E SETE MILÉSIMOS PERCENTUAIS) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.
Valor: R\$ 3.000,00
Fundamento: Processo nº. 44/2014 Pregão 36/2014

Imbituba, 14 de novembro de 2014.
Omar Pacheco
Secretária Municipal da Sespote
Contratante

Qgx Serviços de Apoio Administrativo/ Com. De Mat. Escolares, Cooperativos e Esportivos Me
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: FUNREBOM 2014/20 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FUNREBOM 2014/20 A00
Contratada: RO&RO TINTAS LTDA
C.N.P.J:03.120.207/0001-98
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE LAVAÇÃO E PINTURA DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA.
Valor: R\$ 7.800,00 Prazo: 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 17/2014 Dispensa 08/2014

Imbituba, 13 de novembro de 2014.
Rafael Fortunato Camilo
Comandante da 2ª Companhia do 8º Batalhão de Bombeiros Milita
de Imbituba
Contratante

Ro & Ro Tintas Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO:PMI SEDUC 2014/240 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato:PMI SEDUC 2014/240 A00
Contratada: BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA ME
C.N.P.J:16.677.803/0001-15
Objeto: AQUISIÇÃO DE BEBEDOUROS DE COLUNA, REFRIGERA-
DO, PARA USO DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO IN-
FANTIL.
Valor: R\$ 6.955,00 Prazo: 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 133/2014 Pregão 80/2014

Imbituba, 13 de novembro de 2014.
Michela da Silva Freitas
Secretária Municipal de Educação
Contratante

Bmr Condicionadores de Ar Ltda Me
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: SEASH 2014/17 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEASH 2014/17 A00
Contratada: SDG SEIVA DESENVOLVIMENTO E GESTÃO EMPRE-
SARIAL LTDA
C.N.P.J:15.534.818/0001-61
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE PARA PALESTRA MO-
TIVACIONAL COM O TEMA PRAZER DE EXISTIR E ALEGRIA DE
VIVER - O PRAZER QUE ESTA DENTRO DE VOCE.
Valor: R\$ 2.500,00 Prazo: 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 13/2014 Dispensa 03/2014

Imbituba, 18 de novembrro de 2014.
Selma Elias Whestphal
Secretária Municipal da Sedesth
Contratante

Sdg Seiva Desenvolvimento e Gestão Empresarial Ltda
Representante Legal
Contratada

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO 94/2014(PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 154/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2014

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 04 de dezembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de equipamentos de ginástica para academias ao ar livre.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 24 de novembro de 2014.
Omar Nascimento Pacheco
Secretário do Esporte

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL 95/2014(PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 155/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2014

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 17:00 horas do dia 04 de dezembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa especializada em organização de eventos para promover um show nacional a ser realizado no dia 17 de janeiro de 2015 dentro da programação do 16º Festival Nacional do Camarão.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 24 de novembro de 2014.
Adilson Jorge Silvestre
Secretário de Turismo

Indaial**PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 248/2014**

MUNICIPIO DE INDAIAL

Licitação nº 248/2014.

Pregão Presencial nº 093/2014-10430

Com Registro de Preços

Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos de limpeza higiene, copa e cozinha.

Entrega dos envelopes: 05/12/2014 as 09:15h.

Abertura das propostas: 05/12/2014 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

Ipumirim**PREFEITURA****PORTARIA Nº. 359/2014 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.**

REDUZ CARGA HORARIA DA PORTARIA 326/2014 QUE CONTRATOU EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei.

REDUZ CARGA HORARIA

Fica reduzida carga horária da portaria 326/2014 que contratou ANDRESSA ANGELA SCHIAVINI, sob a Matrícula 2311-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 6.275.874 e do CPF 087.936.819-50, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais passando para 20 horas semanais lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 05/11/2014 a 15/12/2014.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeito retroativo a 05 de Novembro de 2014.

Ipumirim - SC, 21 de Novembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito Municipal.

EDITAL Nº 021/2014 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

PUBLICA A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, DO PROCESSO SELETIVO PARA ADMISSÃO DE PROFESSORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: NOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DO ENSINO REGULAR DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E NAS MODALIDADES ESPORTIVAS E CULTURAIS DOS CONCORRENTES AO CARGO DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, Senhor Valdir Zanella, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a homologação das inscrições do processo seletivo para admissão de professores em caráter temporário, para atuação na educação básica: nos níveis de educação infantil e ensino fundamental do ensino regular da rede pública municipal e nas modalidades esportivas e culturais dos concorrentes ao cargo do processo seletivo nº 001/2014.

I - INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

Identificação do (a) candidato (a)	Área/Disciplina/Modalidade
Adriana Toffoli	Anos Iniciais e Turmas com alunos de inclusão
Adriane Marisa Wile	Pré-Escola e Reforço Escolar
Adrieli Cisotto Lodi	Anos Iniciais e Turmas com alunos de inclusão

Alan Tremea	Educação Física e Futebol de Salão
Alana Carla Guerini	Artes e Substituto para afastamentos legais
Ana Cristina Andrin	Turmas com alunos de inclusão e AEE
André Luiz Moterle	Matemática
Andreia Aparecida Pereira	Anos Iniciais e Turmas com alunos de inclusão
Andréia Führ	Educação Física
Andressa Benelli	História
Aneliria Tecchio	Pré-Escola e Turmas com alunos de inclusão
Anelise Andrin Barbieri	Pré-Escola e Anos Iniciais
Angela Maria Demarco Fiorentin	Anos Iniciais e Reforço Escolar
Angélica Mendes	Educação Física
Angélica Priscila Silvestre	Pré-Escola e Anos Iniciais
Beatriz Cristina Kiekow de Oliveira	Pré-Escola e Anos Iniciais
Beatriz Taiane Wermeier Bauer	Anos Iniciais e Turmas com alunos de inclusão
Candice Venancio	Substituto para afastamentos legais e Turmas com alunos de inclusão
Carina da Silva Galelli	Pré-Escola e Anos Iniciais
Carla Müller	Anos Iniciais e Inglês
Cheila Felipe Chiella	Matemática e Substituto para afastamentos legais
Cléia B. Metz	Anos Iniciais e Turmas com alunos de inclusão
Clessimara Spricigo Divensi	Anos Iniciais e Turmas com alunos de inclusão
Cristiana Cilene Guerini Otowicz	Anos Iniciais e Turmas com alunos de inclusão
Cristiane Rodrigues Galvão de Tomin	Anos Iniciais e Reforço Escolar
Cristiele Schoulten	Pré-Escola e Turmas com alunos de inclusão
Cristina Ferrazzo Torres dos Reis	Anos Iniciais e Turmas com alunos de inclusão
Daniela Rosana Kochenborger	Anos Iniciais e Reforço Escolar
Danieli Florinda Vortmann	Reforço Escolar e Turmas com alunos de inclusão
Dariane Pilatti	Anos Iniciais e Sala de Informática
Darlusa Zat	Matemática
Denise Regina Lutz	Anos Iniciais e Reforço Escolar
Dilviana Cason	Futebol de Salão
Dyonatan Scalco	Educação Física
Edite Lourdes Siebeneichler Kruetzmann	Anos Iniciais e Reforço Escolar
Edson Pedroso	Atletismo e Voleibol
Eduarda Moscon	Educação Física
Eduardo Zanatta	Educação Física
Eliane R.B. Rossetto	Anos Iniciais e Turmas com alunos de inclusão
Elizandra Haboski Schmidt	Pré-Escola e Anos Iniciais
Elizandra Lovera Lazzarotto	Anos Iniciais e Turmas com alunos de inclusão
Eluana Schwertz	Educação Física
Franciele Hengen Benini	Anos Iniciais e Turmas com alunos de inclusão
Gabriela Brandelero	Educação Física
Gabriela Luiza Schrammel	Educação Física

Géssica Natana Silvestre	Matemática
Gisandra Schwez	Inglês
Gisele Rodrigues Santos de Ávila	Língua Portuguesa e Substituto para afastamentos legais
Idiane Regina Pottratz Wildner	Anos Iniciais e Turmas com alunos de inclusão
Ilei Carmem Frigeri	Anos Iniciais
Ivanete Zuanazzi	Pré-Escola e Anos Iniciais
Jaíne Maria Albiero	Substituto para afastamentos legais e Turmas com alunos de inclusão
Janaina Tironi	Anos Iniciais e Turmas com alunos de inclusão
Janete Aparecida Simoni	Ciências e Substituto para afastamentos legais
Jéssica Duana Locatelli	Turmas com alunos de inclusão e AEE
Josemara Darléia Teles	História
Juciane Raimundi	Anos Iniciais e Turmas com alunos de inclusão
Juciane S. Soares Baranoski	Substituto para afastamentos legais e Turmas com alunos de inclusão
Julina Kel	Pré-Escola e Anos Iniciais
Jussara Eliza Simoni	Turmas com alunos de inclusão e AEE
Kátia Franciele Zummach Skolaude	Pré – Escola e Turmas com alunos de inclusão
Keli Cristina Guerini	Anos Iniciais e Turmas com alunos de inclusão
Larissa Teles da Rocha Knecht	Pré-Escola e Anos Iniciais
Lisandra Biffi	Anos Iniciais e Turmas com alunos de inclusão
Lucas Eduardo Zamarki	Sala de Informática
Luciane Andrin	Anos Iniciais e Turmas com alunos de inclusão
Luciane Antonia Gugel	Ciências e Substituto para afastamentos legais
Maiane Bernardi	Matemática
Margarete Colcinski Corso	Anos Iniciais e Reforço Escolar
Margner Adriano Helbing	Instrutor Musical
Marilete Terezinha Valandro	Ciências e Substituto para afastamentos legais
Mariluci Vottri Trombetta	Anos Iniciais e Ciências
Maritania M. B. Eisenhardt	Pré-Escola e Anos Iniciais
Marta Ines de Mello	Anos Iniciais e Reforço Escolar
Mateus Antonio Guerini	Educação Física
Mérilin Luci Nath	Anos Iniciais e Turmas com alunos de inclusão
Mirian Catia Fister	Substituto para afastamentos legais e Turmas com alunos de inclusão
Monica Teles dos Santos Regert	Sala de Informática
Morgana Cason Weimer	Pré-Escola e Anos Iniciais
Naíza Elizete Hafliger	Anos Iniciais e Turmas com alunos de inclusão
Nivia Rosane Weber	Ciências
Paulo José Lersch	Instrutor Musical
Raquel Evangelista	Anos Iniciais e Substituto para afastamentos legais
Ray J. Zat	Sala de Informática e Substituto para afastamentos legais
Rosane Lazzarotto Rossetto	Matemática e Substituto para afastamentos legais

Rosane Weis Kern	Anos Iniciais e Turmas com alunos de inclusão
Rosimar Ferrazzo	Anos Iniciais e AEE
Samuel Junior Costa	Educação Física e Futebol de Salão
Sandra Benelli Zulian	Educação Física
Sheila Spricigo	Anos Iniciais e Turmas com alunos de inclusão
Simone R. Scalco	Anos Iniciais e Turmas com alunos de inclusão
Sirléia Kist	Anos Iniciais e Turmas com alunos de inclusão
Taline Bobato Stadler Teixeira	História e Substituto para afastamentos legais
Tatiane Rodio	Anos Iniciais e Turmas com alunos de inclusão
Tiago Vinicius Tremea	Educação Física e Futebol de Salão
Tuane Vieira	Matemática e Substituto para afastamentos legais
Vanderson Cerutti	Dança Folclórica e Artística
Viviane Perosin	Anos Iniciais e Turmas com alunos de inclusão
Werenise Schach Ludescher	Pré-Escola e Anos Iniciais
Wilian Luiz Artmann	Educação Física e Futebol de Salão

II - INSCRIÇÕES NÃO HOMOLOGADAS

Identificação do (a) candidato (a)	Área/Disciplina/Modalidade
Andresa Angela Schiavini	Anos Iniciais e Artes

Ipumirim/SC, 21 de novembro de 2014.

VALDIR ZANELLA

PREFEITO

PORTARIA Nº. 360/2014 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE PROFESSOR NÃO TITULADO PARA TURMAS DE INCLUSÃO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

CONTRATA

IVAN CARLOS ONGARATTO, sob a Matrícula 2328-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2705000 e do CPF 073.561.159-99, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor Não Titulado para turmas de inclusão, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 21/11/2014 a 21/12/2014.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 21/11/2014.

Ipumirim - SC, 21 de novembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO Nº 13/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2014

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Sra. Giseli Kempinski, brasileira, solteira, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, nº. 22, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.800.599-59, e a empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, estabelecida na Rua Professor Leonidas Ferreira da Costa nº 847, Município de Curitiba, Estado do Paraná, CNPJ nº 81.706.251/0001-98, pelo seu representante, Sr. Elcio Luis Bordignon, inscrito no CPF sob o nº 972.234.769-15 e RG 5.591.020-0 SSP/PR, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 1652/2007 e o Decreto Municipal nº. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 10/2013, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 19/2013, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecendo as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA - Os valores definidos na Clausula Primeira da Ata de Registro de Preços nº 16/2013 - Processo de Licitação nº 19/2013, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 10/2013, do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, por este aditado, conforme faculta a alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 consolidada, e Clausula Sétima da Ata de Registro de Preços nº 14/2013, e de acordo com pareceres contábil (emitido por Lucio Flavio Lima) e jurídico (emitido por Ana Maria Onevetch), passam a partir da data da assinatura deste, conforme segue:

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
96	Ampola	Hioscina composta injetável 5 ml	1400	HIPOLA-BOR	1,68	2.352,00
97	Ampola	Hioscina simples 1 ml intra-muscular	4800	HIPOLA-BOR	1,20	5.760,00
TOTAL						8.112,00
Valor global da empresa R\$ 8.112,00 (Oito mil cento e doze reais)						

PARÁGRAFO ÚNICO - Os quantitativos em espécies no caput constantes, são os que restam receber da contratada, segundo informações da servidora Ana Paula Reichardt.

CLAUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, por haverem assim pactuada, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, em 14 de novembro de 2014.

GISELI KEMPINSKI

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ELCIO LUIS BORDIGNON

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Testemunhas:

Nome: Ana Paula Reichardt	Nome: Sintia Bendlin Franz
CPF: 088.007.359-40	CPF: 733.064.959-72

ATA RP PROC 05-2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 05/2014

PREGÃO PRESENCIAL 04/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 31/12/2014

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 05/2014, Pregão Presencial nº. 04/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher, Sr Fabiano Fagundes e Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 048/2014; Sra. Karina de Moura Borges, representante da empresa Lech & Cia Ltda., Sr. João Roberto Ribas, representante da empresa João Roberto Ribas ME; Sra. Vilma Schiffler, representante da empresa Maxima Papelaria Eirelli.

Inicialmente a Pregoeira procedeu à leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, a Pregoeira e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório.

Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame: Lech & Cia Ltda., João Roberto Ribas ME e Maxima Papelaria Eirelli, as quais seguem classificadas para a fase de lance e julgamento das propostas.

Os representantes presentes, das empresas proponentes classificadas, não manifestaram interesse de interposição de recursos, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 05/2014, Pregão Presencial nº. 04/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher, Sr Fabiano Fagundes e Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 048/2014; Sra. Karina de Moura Borges, representante da empresa Lech & Cia Ltda., Sr. João Roberto Ribas, representante da empresa João Roberto Ribas ME; Sra. Vilma Schiffler, representante da empresa Maxima Papelaria Eirelli.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Lech & Cia Ltda., João Roberto Ribas ME e Máxima Papelaria Eirelli, e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 7

do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recursos, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data, encaminhando-se o resultado para Excelentíssimo Senhor Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal, para sua devida homologação.

Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

A Pregoeira e Equipe de Apoio, consideraram os preços compatíveis com os praticados no mercado e abaixo do valor máximo estipulado no edital, apresentando-se vantajoso para a Municipalidade, encaminhando-se o resultado para Excelentíssimo Senhor Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal.

Registro de Preços para aquisição de matérias de higiene e limpeza para o primeiro semestre do exercício de 2014, para a manutenção das Unidades Escolares da Rede de Ensino do Município com entrega parcelada.

Os preços permanecem dentro dos valores de mercado.

Lech & Cia Ltda

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário	Valor total R\$
02	294	Litro	Álcool etílico hidratado 46,2% embalagem 1 litro	Da Ilha	3,57	1.049,58
04	900	Frasco	Detergente líquido para louça de 500ml.	Girando Sol	1,27	1.143,00
05	49	Unidade	Escova para vaso sanitário, cabo plástico e cerdas sintéticas, com suporte.	Betanin	4,84	237,16
15	150	Fardo	Papel higiênico - embalagem com 64 rolos de 60 metros	Delicate	39,00	5.850,00
23	51	Unidade	Vassoura: pigmento, matéria sintética e metal	Condor	7,59	387,09
24	49	Unidade	Escova oval de mão plástica	Betanin	2,25	110,25
29	51	Unidade	Balde plástico reforçado, com alça de metal, capacidade 15 litros.	Argoplast	5,39	274,89
31	60	Pacote	Maço de fósforo com 10 unidades	Fiat Lux	1,84	110,40
32	10	Caixa	Luva de procedimento vinil. Caixa com 100 unidades	Garra	21,30	213,00
34	34	Pacote	Fralda descartável tam M com no mínimo 44 unidades	Milli	22,79	774,86
35	34	Pacote	Fralda descartável tam G com no mínimo 39 unidades	Milli	22,79	774,86

36	34	Pacote	Fralda descartável tam GG com no mínimo 32 unidades	Milli	22,79	774,86
38	79	Unidade	Toalha de rosto 100% algodão 48X70cm	Karsten	6,29	496,91
46	40	Pacote	Lenço umedecido infantil pct com 75 unidades	Anjinho	2,85	114,00
47	300	Pacote	Copo descartável de plástico resistente para água, capacidade 200 ml - Pacote com 100 unidades	Total plast	2,79	837,00
48	12	Galão	Cera auto brilho incolor embalagem com 05 litros.	Vorax	104,00	1.248,00
Total (quatorze mil, trezentos enoventa e cinco reais, oitenta e seis centavos)						14.395,86

Máxima Papelaria Ltda

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário	Valor total R\$
01	600	Litro	Água sanitária, Hipoclorito de Sódio e água. Teor de cloro ativo: 2,0% A 2,5% P/P. Princípio ativo: Hipoclorito de sódio. Produto a base de cloro, frasco de 1 litro	Super Plus	1,62	972,00
03	444	Frasco	Desinfetante: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio, nonilfenol etoxilado, essência, corante e água. Componente Ativo: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio a 0.28%. Aroma lavanda, embalagem de 2 litros	Super-Plus	3,54	1.571,76

09	156	Par	Luva látex tam P	Volk	2,90	452,40
10	156	Par	Luvas látex tam M	Volk	2,90	452,40
11	156	Par	Luvas látex tam G	Volk	2,90	452,40
14	222	Unidade	Pano de prato em tecido branco, encorpado e absorvente, 100% algodão, tam. mínimo 70cmx 50cm	Martins	2,92	648,24
18	258	Pacote	Saco p/ lixo reforçado pacote com 10 unidades - capacidade 15lt	Embrast	2,47	637,26
19	216	Pacote	Saco p/ lixo reforçado pacote com 10 unidades- capacidade 30 lt	Embrast	2,47	533,52
20	300	Pacote	Saco p/ lixo pacote reforçado com 10 unidades- capacidade 50 lt	Embrast	2,47	741,00
21	606	Pacote	Saco p/ lixo preto, reforçado pacote com 05 unidades- capacidade 100 lt	Embrast	2,47	1.496,82
25	50	Unidade	Pá de lixo plástica	Brasil	2,80	140,00
26	93	Unidade	Rodo de esponja dupla face com cabo	Canadá	7,95	739,35
33	30	Caixa	Touca descartável caixa com 100 unidades	Embramac	13,85	415,50
37	132	Frasco	Amaciante de roupa com 02 litros	Universal	4,02	530,64
39	252	Unidade	Saco - Pano de chão cru - 55cmx80cm	Martins	3,77	950,04
42	122	Galão	Sabonete líquido, aspecto líquido físico, aroma ervadoce, acidez neutro-PH, aplicação toucador. Galão de 5 litros.	Klinn	25,00	3.050,00

43	82	Lata	Cera em pasta incolor 4,5kg	Polisol	66,60	5.461,20
44	77	Rolo	Plástico para alimentos de 5kg com 100 unidades	Embrast	3,47	267,19
45	76	Rolo	Plástico para alimentos de 7kg com 100 unidades	Embrast	5,28	401,28
49	300	Frasco	Multi Uso com 500 ml	Superplus	2,92	876,00
Total (vinte mil , setecentos e oitenta e nove reais)						20.789,00

João Roberto Ribas- ME

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário	Valor total R\$
06	366	Unidade	Esponja de louça dupla face	Assolan	0,68	248,88
07	137	Pacote	Esponja de lã de aço- pacotes com 8 unidades	Lustros	1,19	163,03
08	90	Unidade	Esponja aço inox com 8 gramas	Relux	1,37	123,30
12	54	Pacote	Palha de aço - nº2	Mundial	0,63	34,02
13	48	Pacote	Palha de aço - nº1	Mundial	0,63	30,24
16	88	Pacote	Sabão em barra com glicerina neutro - pacote contendo 5 unidades 1Kg	Alpes Super	4,68	411,84
17	230	Pacote	Sabão em pó:1Kg	Girando Sol	3,57	821,10
22	252	Frasco	Saponáceo líquido embalagem de 300g	Sanybril	1,99	501,48
27	57	Unidade	Rodo duplo 40 cm, composição: pigmento e matéria sintética. Borracha EVA	Perovinha	6,25	356,25
28	42	Unidade	Rodo de espuma com cabo	Perovinha	5,74	241,08
40	66	Lata	Pasta cristal rosa embalagem com 500gr	Cristal	1,99	131,34

41	744	Pacote	Papel toalha bronze, interfolhas, 2 dobras, pacote com no mínimo 1.250 folhas	JReis	9,99	7.432,56
Total (dez mil, quatrocentos e noventa e cinco reais, doze centavos)						10.495,12

Irineópolis, 21 de novembro de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

ATA RP PROC 06-2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 06/2014

PREGÃO PRESENCIAL 05/201

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 31/12/2014

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 06/2014, Pregão Presencial nº. 05/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher, Sr Fabiano Fagundes e Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 048/2014; Sra. Karina de Moura Borges, representante da empresa Lech & Cia Ltda., Sra. Vilma Schiffler, representante da empresa Maxima Papelaria Eirelli; Sr. Charles Gilson Ritzmann, representante da empresa papelaria São Bento Ltda. ME e Sr. Luis Kaminski, representante da empresa Luis Kaminski ME.

Inicialmente a Pregoeira procedeu à leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, a Pregoeira e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório.

Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame: Lech & Cia Ltda., Máxima Papelaria Eirelli, Papelaria São Bento Ltda. ME e Luis Kaminski ME as quais seguem classificadas para a fase de lance e julgamento das propostas.

A presente sessão foi interrompida para almoço, com intervalo das 11:30 as 13:00h.

Após o almoço a sessão teve continuidade, sem prejuízos aos licitantes presentes.

Os representantes presentes, das empresas proponentes classificadas, não manifestaram interesse de interposição de recursos, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 06/2014, Pregão Presencial nº. 05/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher, Sr Fabiano Fagundes e Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 048/2014; Sra. Karina de Moura Borges, representante da empresa Lech & Cia Ltda., Sra. Vilma Schiffler, representante da empresa Maxima Papelaria Eirelli; Sr. Charles Gilson Ritzmann,

representante da empresa papelaria São Bento Ltda. ME e Sr. Luiz Kaminski, representante da empresa Luiz Kaminski ME.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Lech & Cia Ltda., Máxima Papelaria Eirelli, Papelaria São Bento Ltda. ME e Luis Kaminski ME, e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 7 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recursos, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data, encaminhando-se o resultado para Excelentíssimo Senhor Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal, para sua devida homologação.

Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

A Pregoeira e Equipe de Apoio, consideraram os preços compatíveis com os praticados no mercado e abaixo do valor máximo estipulado no edital, apresentando-se vantajoso para a Municipalidade, encaminhando-se o resultado para Excelentíssimo Senhor Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal.

Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente e escritório em geral, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nas Secretarias da Administração, Agricultura, Desenvolvimento Comunitário, Fazenda e Infra- Estrutura, com entrega parcelada, para o exercício de 2014.

Os preços permanecem dentro dos valores de mercado.

Lech & Cia Ltda

Item	Quant	Unid	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor total
38	20	Rolo	Fita adesiva transparente 12 mm x 50 m	Delfix	1,29	25,80
43	10	Caixa	Grampo p/ grampeador 26/6, galvanizado, prateado- cx c/5000	Tris	3,50	35,00
47	10	Unid	Lamina para estilete (no mínimo c/ 10 unidades)	Cis	1,30	13,00
Total (setenta e três reais e oitenta centavos)						73,80

Papelaria São Bento Ltda

Item	Quant	Unid	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor total
01	03	Unid	Agenda de telefone	Tilibra	15,60	46,80
05	20	Unid	Apontador	Leonora	0,12	2,40
07	15	Unid	Borracha branca pequena - nº 60	Red Bor	0,18	2,70
08	05	Unid	Caderno 60 folhas - capa dura	Panamericana	2,05	10,25
09	10	Unid	Caderno 96 folhas - capa dura	Panamericana	2,19	21,90
12	10	Unid	Calculadora media 8 dígitos - não de bolso	Kenko	13,70	137,00

13	04	Unid	Calculadora de mesa, tipo profissional, com no mínimo 11 dígitos, eletrônica, 220v, bobina, varias funções	Procalc	180,00	720,00
14	08	Cx	Caneta azul ponta media – caixa com 50 unidades	Injexpen	26,70	213,60
15	05	Cx	Caneta preta ponta média – caixa com 50 unidades	Injexpen	26,70	133,50
16	02	Cx	Caneta vermelha ponta média – caixa com 50 unidades	Injexpen	26,70	53,40
19	15	Unid	Cartolina branca	Jandaia	0,50	7,50
20	02	Unid	Carregador para pilha A4 – 220v	Panasonic	48,48	96,96
21	02	Unid	Carregador para pilha palito – 220v	Panasonic	52,90	105,80
23	100	Unid	CD-RW	Multilaser	2,10	210,00
25	02	Cx	Clips pequeno nº 0 com 500 gr	New	7,53	15,06
26	10	Cx	Clips pequeno nº 1 com 500gr	New	7,53	75,30
27	07	Cx	Clips pequeno nº 2/0 com 500gr	New	7,53	52,71
28	04	Cx	Clips médio nº 3 com 500gr	New	7,53	30,12
29	03	Cx	Clips grande nº 6 com 500gr	New	7,53	22,59
30	03	Cx	Clips grande nº 8 com 500gr	New	7,53	22,59
32	20	Unid	Cola branca liquida lavável – 90 gr	Piratinin-ga	0,97	19,40
34	30	Unid	Destaca Texto – verde limão e amarelo (ponta quadrada)	Helios	1,17	35,10
35	10	Unid	Estilete grande lamina fina, larga, em plástico	Like	1,48	14,80
37	10	Unid	Estilete pequeno, lamina fina, em plastico	Like	0,78	7,80
39	15	Rolo	Fita adesiva transparente 48mm x 50m	Eurocel	2,20	33,00
42	06	Unid	Grampeador grande, resistente para grampo no mínimo 10mm	Eagle	74,80	448,80
44	25	Cx	Grampo p/ grampeador nº 26/6 galvanizado C/5.000 (cobreado)	Megalife	3,00	75,00
46	03	Pct	Grampo trilho em plástico c/ no mínimo 50 unidades	Dello	11,34	34,02

49	10	Unid	Lápis borracha com madeira de boa qualidade	Faber Castel	1,90	19,00
52	03	Unid	Livro ata com 100 paginas – numerado	S Domin-gos	7,65	22,95
55	05	Res	Papel cartão branco c/ 100 folhas	Reipel	69,40	347,00
56	03	Res	Papel cartão colorido c/ 100 folhas	Reipel	69,40	208,20
58	05	Res	Papel fotográfico c/ 50 folhas	Filipaper	59,50	297,50
60	60	Unid	Pasta arquivo em plástico transparente com grampo trilho	DAC	1,29	77,40
61	25	Unid	Pasta arquivo em plástico transparente com canaleta	DAC	1,44	36,00
63	10	Unid	Pasta arquivo grande – pasta A/Z	Frama	7,97	79,70
64	01	Cx	Papel carbono na cor preta, com 50 folhas	Helios	19,50	19,50
67	08	Unid	Pen drive 4gb	Digiklone	21,00	168,00
69	04	Unid	Pen drive 16gb	Digiklone	59,50	238,00
70	10	Cx	Percevejo latonado – caixa com 50 unidades	Jocar	1,78	17,80
71	06	Unid	Perfurador médio reforçado	Lyke	26,40	158,40
73	08	Unid	Pilha recarregável A4	Elgin	12,78	102,24
74	08	Unid	Pilha palito	Elgin	1,30	10,40
75	06	Unid	Pincel atômico, ponta quadrada na cor preta	Condor	1,99	11,94
76	04	Unid	Pincel atômico, ponta quadrada na cor vermelha	Condor	1,99	7,96
77	03	Unid	Pincel atômico, ponta quadrada na cor azul	Condor	1,99	5,97
78	03	Unid	Pincel atômico, ponta quadrada na cor verde	Helios	1,99	5,97
80	02	Unid	Regua de madeira 50cm	Souza	1,89	3,78
81	20	Unid	Régua transparente 30 cm	Dello	0,39	7,80
82	15	Unid	Régua de madeira 30 cm	Souza	0,76	11,40
83	02	Unid	Suporte para fita adesiva 12 mm x 50 m	Maripel	12,98	25,96
87	20	Unid	Toner original para impresora HP multifuncional 3020 – Q 2612	HP	264,70	5.294,00

88	80	Unid	Recarga para toner HP 3020 - 2612	Ecologic	64,85	5.188,00
89	05	Unid	Toner original 85 A para impressora HP laserjet 1102w	HP	258,50	1.292,50
90	25	Unid	Recarga para toner 85A HP Laserjet 1102w	Ecologic	64,90	1.622,50
91	10	Unid	Toner original 85A para impressora HP laser jet M1212	HP	259,60	2.596,00
92	30	Unid	Recarga para Toner 85A para impressora HP laser jet M1212	Ecologic	64,70	1.941,00
101	15	Unid	Cartucho original HP 22 - color	HP	65,90	988,50
103	15	Unid	Cartucho original HP 94	HP	61,87	928,05
Total (vinte e quatro mil, novecentos e seis reais, noventa e dois centavos)						24.381,52

Luis Kaminski- ME

Item	Quant	Unid	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor total
50	02	Unid	Leitor de cartão de memória USB universal	Contac	40,00	80,00
54	600	Res	Papel A4 branco c/ 500 folhas	Copimax	13,50	8.100,00
93	55	Unid	Cartucho original HP 662 color	HP	32,94	1.811,70
94	70	Unid	Cartucho original HP 662 preto	HP	32,91	2.303,70
97	30	Unid	Toner original HP laser Jet 1536dnf MFP	HP	249,95	7.498,50
Total (dezenove mil, setecentos e noventa e três reais, noventa centavos)						19.793,90

Máxima Papelaria Ltda

Item	Quant	Unid	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor total
02	03	Caixa	Alfinete colorido para mapas, com cabeça, com 50 unidades	Lyke	3,70	11,10

03	03	Unid	Almofada para carimbo - azul	Radex	4,75	14,25
04	03	Unid	Almofada para carimbo - preta	Radex	4,75	14,25
06	12	Unid	Baterias de lítio AA	Elgin	12,00	144,00
10	10	Unid	Caderno para anotações 100 folhas 20x30cm com capa dura	Mega-life	6,00	60,00
11	400	Unid	Caixa p/arquivo morto	Maxima	1,47	588,00
17	30	Unid	Caneta azul ponta fina	Ecole	0,65	19,50
18	15	Unid	Caneta preta ponta fina	Ecole	0,65	9,75
22	150	Unid	CD-R	Max-print	0,60	90,00
24	250	Unid	Envelope para CD	Max-print	0,23	57,50
31	30	Unid	Cola em Bastão, atóxica, com glicerina, 08gr	Leonora	1,00	30,00
33	25	Unid	Corretivo líquido a base de água 18ml	Frama	1,60	40,00
36	05	Pct	Elástico nº 18, com no mínimo 50 unidades	Fulgor	3,90	19,50
40	10	Rolo	Fita crepe 19 mm x 50m	Sicad	4,05	40,50
41	06	Unid	Grampeador médio reforçado p/ grampo 26/6	Lyke	15,00	90,00
45	35	Caixa	Grampo trilho de metal c/50 unidades	Lyke	8,80	308,00
48	50	Unid	Lápis preto nº 2	Serelepe	0,40	20,00
51	15	Unid	Livro ata com 50 paginas - numerado	Mega-life	5,00	75,00
53	15	Unid	Molha dedo de cera	Radex	4,35	65,25
57	03	Rolo	Papel contacto transparente c/25 metros	POLifix	69,00	207,00
59	400	Unid	Pasta arquivo colorido c/grampo trilho(verde/vermelha e preta)	Icl	1,25	500,00

62	30	Unid	Pasta arquivo em plástico transparente com elástico	POLI-bras	1,30	39,00
65	40	Unid	Pasta com elástico	Icl	1,30	52,00
66	450	Unid	Pasta suspensão	Frama	0,95	427,50
68	05	Unid	Pen drive 8gb	Multilaser	44,40	222,00
72	06	Unid	Perfurador grande, resistente, para no mínimo 50 folhas	Lyke	56,00	336,00
79	08	Unid	Pincel atômico ponta fina, nas cores preto, vermelho, azul e verde	Jocar	2,00	16,00
84	10	Unid	Tesoura grande, em aço inox, resistente	Lyke	7,90	79,00
85	07	Unid	Tinta preta para carimbo	Radex	3,87	27,09
86	03	Unid	Tinta azul para carimbo	Radex	3,87	11,61
95	35	Unid	Cartucho original HP 122 color	HP	44,90	1.571,50
96	40	Unid	Cartucho original HP 122 preto	HP	43,90	1.756,00
98	30	Unid	Recarga para Toner HP laser Jet 1536dnf MFP	Ecológico	64,85	1.945,50
99	20	Unid	Toner original para impressora Brother TN 3392	Brother	359,48	7.189,60
100	30	Unid	Toner compatível para impressora Brother TN 3392	Ecológico	133,75	4.012,50
102	20	Unid	Cartucho original HP 21 - preto	HP	39,00	780,00
105	10	Unid	Cartucho original HP 95	HP	78,88	788,80
Total (vinte e um mil, seiscentos e cinquenta e sete reais, setenta centavos)						21.657,70

Irineópolis, 21 de novembro de 2014.
 Juliano Pozzi Pereira
 Prefeito Municipal

ATA RP PROC 08-2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 PROCESSO LICITATORIO Nº. 08/2014
 PREGÃO PRESENCIAL 06/2014
 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
 VALIDADE 31/12/2014

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 08/2014, Pregão Presencial para registro de Preços nº 06/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 048/2014; Sr. Evandro Rebesco, representante da empresa Pneuforte Comercio e Recapagens Ltda.; Sr. Fabio Brandt, representante da empresa Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda., Sr. Yago Pereira Vieira, representante da empresa Modelo Pneus Ltda., e Sr. Adolfo Bretzke, representante da empresa Paraná Equipamentos S.A.

Inicialmente a Pregoeira procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

A empresa JK Pneus Ltda., encaminhou seus envelopes através da Empresa Bauer Cargas - Nota Fiscal 962.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório.

Em seguida foi realizada a classificação da proposta da empresa que se apresentou para o certame: JK Pneus Ltda. Kerber & Cia Ltda., Pneuforte Comercio e Recapagens Ltda., Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda., Modelo Pneus Ltda., e Paraná Equipamentos S.A., as quais seguem classificadas para a fase de lance e julgamento da proposta.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 08/2014, Pregão Presencial para registro de Preços nº 06/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 048/2014; Sr. Evandro Rebesco, representante da empresa Pneuforte Comercio e Recapagens Ltda.; Sr. Fabio Brandt, representante da empresa Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda., Sr. Yago Pereira Vieira, representante da empresa Modelo Pneus Ltda., e Sr. Adolfo Bretzke, representante da empresa Paraná Equipamentos S.A.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Pneuforte Comercio e Recapagens Ltda., Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda., Modelo Pneus e Paraná Equipamentos S.A., e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 7 do Edital, sendo assim consideradas HABILITADAS.

O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

A Pregoeira e Equipe de Apoio, consideraram os preços compatíveis com os praticados no mercado e abaixo do valor máximo estipulado no edital, apresentando-se vantajoso para a Municipalidade, encaminhando-se o resultado para Excelentíssimo Senhor

Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal.
Registro de Preços para aquisição de Pneus, Câmaras de ar e Protetores para veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, par ao exercício de 2014, com entrega parcelada.
Os preços permanecem dentro dos valores de mercado.
Paraná Equipamentos S.A.

Item	Qtde	Unid	Discriminação	Marca	Valor unitário	Valor total
11	02	Unid	Pneu Convencional 7.50x16 Agrícola – 8 Lonas	Goodyear	405,00	810,00
15	02	Unid	Pneu Convencional 10.5/80x18 – 10 Lonas	Goodyear	622,00	1.244,00
17	02	Unid	Pneu Convencional 900x16 – 10 Lonas	Goodyear	563,00	1.126,00
18	02	Unid	Pneu Convencional 14 x 17.5 – 10 lonas	Goodyear	1.370,00	2.740,00
19	02	Unid	Pneu convencional 12 x 16.5 – 10 lonas	Goodyear	775,00	1.550,00
Valor total R\$ 7.470,00 (Sete mil quatrocentos e setenta reais)						

Modelo Pneus Ltda

Item	Qtde	Unid	Discriminação	Marca	Valor unitário	Valor total
02	16	Unid	Pneu Radial 205/70 R 15	Bridgestone 8L	385,00	6.160,00
03	42	Unid	Pneu radial 275/80 R 22.5	Firestone FS 511	1.190,00	49.980,00
04	26	Unid	Pneu radial 185/80 R14	Firestone CV 2000 8L	275,00	7.150,00
05	08	Unid	Pneu radial 175/70 R14	Firestone	224,00	1.792,00
07	48	Unid	Pneu Convencional 1.000x20 Borrachudo - 16 Lonas	Pirelli RT 59	925,00	44.400,00
08	22	Unid	Pneu Convencional 1.000x20 Liso - 16 Lonas	Pirelli CT 65	870,00	19.140,00
10	14	Unid	Pneu Convencional 900x20 Liso - 14 Lonas	Pirelli CT 65	685,00	9.590,00
13	12	Unid	Pneu Convencional 1.400x24 – 16 Lonas	Firestone SGG	2.178,00	26.136,00
14	08	Unid	Pneu Convencional 17.5x25 L3 – 16 Lonas	Firestone SRG	3.470,00	27.760,00
16	02	Unid	Pneu Convencional 12.4x24 – 8 Lonas	Firestone SAT23G	1.178,00	2.356,00
33	16	Unid	Protetor 7.50 x 25	V.Vipa	17,90	286,40

Total R\$ 194.750,40 (Cento e noventa quatro mil, setecentos e cinquenta reais e quarenta centavos)

Pneuforte Comércio e Recapagens Ltda

Item	Qtde	Unid	Discriminação	Marca	Valor unitário	Valor total
01	80	Unid	Pneu Radial 175/70-13	Firestone	151,00	12.080,00
06	30	Unid	Pneu radial 215/75 R 17.5	Firestone	652,00	19.560,00
09	24	Unid	Pneu Convencional 900x20 Borrachudo - 14 Lonas	Pirelli RT 59	752,00	17.400,00
12	06	Unid	Pneu 7.50 x 16 – 16 lonas - borrachudo	Pirelli RT 59	528,00	3.168,00
Total R\$ 52.208,00 (Cinquenta dois mil duzentos e oito reais)						52.208,00

Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda

Item	Qtde	Unid	Discriminação	Marca	Valor unitário	Valor total
20	16	Unid	Câmara de ar 1.400x24	RS	112,00	1.792,00
21	48	Unid	Câmara de ar 1.000x20	RS	62,00	2.976,00
22	24	Unid	Câmara de ar 900x20	RS	57,00	1.368,00
23	02	Unid	Câmara de ar 900x16	RS	43,75	87,50
24	10	Unid	Câmara de ar 7.50x16 – bico longo	RS	34,00	340,00
25	08	Unid	Câmara de ar 17.5x25	RS	144,00	1.152,00
26	02	Unid	Câmara de ar 12.4x24	RS	79,50	159,00
27	04	Unid	Câmara de ar 10.5/80 x 18	RS	52,70	210,80
29	10	Unid	Câmara de ar 275/80 – 22.5	RS	69,80	698,00
30	16	Unid	Protetor 1.400x24	TOP TEC	45,40	726,40
31	48	Unid	Protetor 1.000x20	TOP TEC	17,90	859,20
32	24	Unid	Protetor 900x20	TOP TEC	17,90	429,60
34	08	Unid	Protetor 17.5x25	IRBO	102,00	816,00
35	10	Unid	Protetor 275/80 – 22.5	IRBO	27,10	271,00
Valor total R\$ 11.885,50 (Onze mil oitocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos)						11.885,50

Irineópolis, 21 de novembro de 2014.
Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

ATA RP PROC 09-2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 09/2014

PREGÃO PRESENCIAL 07/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 31/12/2014

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 09/2014, Pregão Presencial para registro de Preços nº 07/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 048/2014; Sr. Fabio Brandt, representante da empresa Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda., Sr. João Alberto Reolon, representante da empresa Lubrifil Ltda. EPP, e Sr. Rafael Cristofolini, representante da empresa Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda.

Inicialmente a Pregoeira procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório.

Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda., Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda., e Lubrifil Ltda. EPP, as quais seguem classificadas para a fase de lance e julgamento da proposta.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 09/2014, Pregão Presencial para registro de Preços nº 07/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 048/2014; Sr. Fabio Brandt, representante da empresa Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda., Sr. João Alberto Reolon, representante da empresa Lubrifil Ltda. EPP, e Sr. Rafael Cristofolini, representante da empresa Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda., Lubrifil Ltda. EPP e Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda., e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 7 do Edital, sendo assim consideradas HABILITADAS.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

A Pregoeira e Equipe de Apoio, consideraram os preços compatíveis com os praticados no mercado e abaixo do valor máximo estipulado no edital, apresentando-se vantajoso para a Municipalidade, encaminhando-se o resultado para Excelentíssimo Senhor Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal.

Registro de Preços para aquisição de lubrificantes para veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, com entrega parcelada para o exercício 2014.

Os preços permanecem dentro dos valores de mercado.
Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda

item	quant	unid	descrição	marca	valor unitario	valor total
02	40	Balde	Óleo lubrificante predominantemente não rerrefinado para motores diesel com aspiração natural e superalimentados, que operem em condições severas, exigindo lubrificantes com nível de desempenho API CF, grau de viscosidade SAE 40, que operem em condições severas, exigindo lubrificantes com o nível de desempenho, ACEA ES/02 E7/04, M B 228.3, Cummins CES 20078, Volvo vds 3. Apresentar laudo de homologação da montadora comprovando as especificações. Embalagem de 20 litros.	lubrax	132,00	5.280,00
04	70	Balde	Óleo lubrificante para motores a diesel turbo classificado 15W40 API CI-4, multi viscoso para motores diesel de alta potência, superalimentado ou turbo alimentado que operem em condições severas, exigindo lubrificantes com o nível de desempenho ACEA ES/02 E8/04, M B 228.3, Cummins CES 20078, Volvo VDS-3. Apresentar laudo e homologação da montadora comprovando as especificações. Embalagem de 20 litros.	petro-nas	168,00	11.760,00

05	50	Balde	Óleo lubrificante predominantemente não rerrefinado para conversores de torque e sistemas hidráulicos, atendendo à especificação ALLISON C-3, grau de viscosidade SAE 10W, contendo os seguintes aditivos: anticorrosivo, anti-desgaste, antiespumante, detergente, dispersante e abaixador do ponto de fluidez. Apresentar laudo e homologação da montadora comprovando as especificações. Embalagem de 20 litros.	lubrax	121,00	6.050,00
07	280	Frasco	Óleo lubrificante para motor a gasolina e álcool multiviscoso grau de viscosidade SAE 20W/40 API SF. Apresentar laudo e homologação da montadora comprovando as especificações. Embalagem com conteúdo líquido de 01 litro.	lubrax	7,92	2.217,60
08	100	Frasco	Fluido sintético de alto ponto de ebulição, atendendo à classificação DOT 3, para uso em sistemas de freios a disco ou tambor de veículos automotivos e tratores, contendo os aditivos anticorrosivo e antioxidante. Embalagem com conteúdo líquido de 500 ml.	lubrax	7,90	790,00

09	02	Tambor	Graxa lubrificante para rolamentos, cubos de rodas e múltiplas aplicações automotivas a base de sabão de lítio grau NLGI 2. O produto deve ter registro na ANP, homologado pela Volvo, MB ou Cummins. Apresentar laudo e homologação da montadora comprovando as especificações. Embalagem em tambor de 170 kg.	petronas	1.720,00	3.440,00
10	120	Frasco	Óleo lubrificante para motor a gasolina e álcool multiviscoso SAE 20W/50, API SL. O produto deve ter registro na ANP homologado pela VW, FORD, GM ou FIAT. Apresentar laudo e homologação da montadora comprovando as especificações. Embalagem de 01 litro.	petronas	11,75	1.410,00
12	120	Frasco	Óleo lubrificante para motores 2 tempos API TC SAE 30, para roçadeira e motosserra. O produto deve ter registro na ANP, homologado pela STHILL, EFCO ou HOSQVARNA. Apresentar laudo e homologação da montadora comprovando as especificações. Embalagem em frasco de 500 ml	castrol	13,45	1.614,00
Total: trinta e dois mil reais, quinhentos e sessenta e um reais e sessenta centavos						32.561,60

Lubrifil Ltda- EPP

item	quant	unidade	descrição	marca	valor unitario	valor total
06	15	Balde	Óleo hidráulico predominantemente não rerrefinado tipo ATF para transmissões automáticas e direções hidráulicas, atendendo à especificação da GM Tipo A Sufixo A (TASA), para uso em equipamentos que não aceitem óleos com nível de desempenho API GL-4 ou GL-5, Contendo os seguintes aditivos: anticorrosivo, antidesgaste, antiespumante, antiferrugem, antioxidante, dispersante, abaixador do ponto de fluidez, melhorador do índice de viscosidade. Apresentar laudo e homologação da montadora comprovando as especificações. Embalagem de 20 litros.	lubrax	184,00	2.760,00
11	10	Balde	Óleo Lubrificante SAE 433. Embalagem de 20 litros	lubrax	169,50	1.695,00
Total: quatro mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais						4.455,00

Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda

item	quant	unidade	descrição	marca	valor unitario	valor total r\$
01	182	Balde	Óleo predominantemente não rerrefinado para lubrificação e acionamento de sistemas hidráulicos que operem em condições severas de pressão e temperatura, grau de viscosidade ISO 68, contendo os seguintes aditivos: anticorrosivo, antidesgaste, antiespumante, antiferrugem, antioxidante e abaixador do ponto de fluidez. O produto deve ter registro na ANP, homologado pela Volvo, MB, JCB e Cummins e atender norma ISOVG68 FIAT555710, DIN 51517 partes 1,2 e 23 DIN 51524 parte 2 (HLP). Apresentar laudo e homologação da montadora comprovando as especificações. Embalagem de 20 litros	petrobras	127,00	23.114,00
03	40	Balde	Óleo lubrificante predominantemente não rerrefinado para engrenagens hipóides que exijam lubrificantes com nível de desempenho API GL-5, disponível no grau SAE 90. O produto deve ter registro na ANP, homologado pela Volvo, MB ou Cummins. Apresentar laudo de homologação da montadora comprovando as especificações. Embalagem de 20 litros.	petrobrás	152,00	6.080,00
valor total R\$ 29.194,00 (vinte nove mil cento e noventa quatro reais)						29.194,00

Irineópolis, 21 de novembro de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

ATA RP PROC 27-2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 27/2014

PREGÃO PRESENCIAL 23/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 31/12/2014

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 27/2014, Pregão Presencial nº 23/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sr. Fabiano Fagundes - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 048/2014; Luis Kaminski- Luis Kaminski- ME, Vilma Schiffler- Máxima Papelaria Eireli, Odirlei Dozorski- Fenix Informática e Telefonia Ltda- ME, Vanderlei Blaskowski- VW Comércio Atacadista Ltda, João Francisco Candaten- Papelaria São Bento Ltda- EPP, Adenilson Broering- Infotriz Comercial LTda EPP.

Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório.

Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame: Luis Kaminski-ME, Máxima Papelaria Eireli, Fenix Informática e Telefonia Ltda- ME, VW Comércio Atacadista Ltda, Papelaria São Bento Ltda-ME, Infotriz Comercial Ltda- EPP, Janaína dos Martins Zucco as quais seguem classificadas para a fase de lance e julgamento da proposta.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento da proposta, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 27/2014, Pregão Presencial nº 23/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Reinaldo Stasiak e Sr. Fabiano Fagundes - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 048/2014; Luis Kaminski- Luis Kaminski- ME, João Francisco Candaten- Papelaria São Bento Ltda- EPP, Adenilson Broering- Infotriz Comercial LTda EPP.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Luis Kaminski-ME, Máxima Papelaria Eireli, Fenix Informática e Telefonia Ltda- ME, VW Comércio Atacadista Ltda, Papelaria São Bento Ltda-ME, Infotriz Comercial Ltda- EPP, Janaína dos Martins Zucco.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

A Pregoeira e Equipe de Apoio, consideraram os preços compatíveis com os praticados no mercado e abaixo do valor máximo estipulado no edital, apresentando-se vantajoso para a Municipalidade, encaminhando-se o resultado para Excelentíssimo Senhor

Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal.

Registro de Preços para aquisição de materiais didáticos para as escolas da rede municipal para o ensino fundamental e ensino infantil.

Os preços permanecem dentro dos valores de mercado.

Papelaria São Bento Ltda

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
01	720	Unidade	Caderno de linguagem com 60 folhas	Paname-rica	0,88	633,60
04	1545	Unidade	Cartolina colorida tamanho mínimo 65X50 cm	Jandaia	0,36	556,20
05	1565	Unidade	Cartolina branca tamanho mínimo 65x50 cm	Jandaia	0,36	563,40
07	400	Folha	Papel seda em diversas cores exceto, preto, branco e marrom – 48x60 cm	VMP	0,13	52,00
08	2110	Unidade	E.V.A diversas cores tamanho mínimo 45x60 cm	VMP	1,18	2.489,80
09	58	Rolos	Papel Contact transparente auto adesivo 25 metrosx450 mm	Polifix	35,70	2.070,60
10	1420	Unidade	Caneta esferográfica azul esfera de tungstênio	Injexpen	0,28	397,60
11	838	Unidade	Caneta esferográfica preta esfera de tungstênio	Injexpen	0,28	234,64
13	246	Caixa	Lápis de Cor nº 2 com 12 unidades	Labra	3,14	772,44
15	500	Unidade	Pincel atômico cor preta	Like	0,72	360,00
16	230	Unidade	Régua plástica com 30 cm	Waleu	0,39	89,70
17	101	Unidade	Tesoura grande em aço inox resistente	Jocar	3,98	401,98
18	221	Unidade	Fita adesiva transparente 12mm com no mínimo 40 metros	Polo	0,61	134,81
19	276	Unidade	Fita adesiva transparente 48mm com no mínimo 45 metros	Polo	2,17	598,92
21	210	Unidade	Caneta para E.V.A nas cores preto, vermelho e azul	Maripel	1,84	386,40
22	99	Caixas	Percevejos	Jocar	1,38	136,62

23	48	Unidade	Grampeador médio reforçado para grampo 26/6 – para 50 folhas no mínimo	Jocar	28,20	1.353,60
24	10	Unidade	Perfurador médio reforçado – para 50 folhas no mínimo	Like	52,40	524,00
25	24	Caixas	Grampo para grampeador 26/6 com 5000 unidades	New	2,68	64,32
27	800	Unidade	Apontador para lápis sem reservatório	Like	0,19	152,00
28	230	Tubos	Cola para E.V.A com 25 gramas	Radex	2,55	586,50
31	362	Unidade	Pasta em plástico transparente com elástico	Dac	1,68	608,16
32	13	Caixas	Papel fotográfico com 50 folhas	Off Paper	27,98	363,74
33	264	Unidade	Pincel para quadro branco	Like	1,34	353,76
36	300	Unidade	Plástico transparente reforçado com 04 furos para pastas de arquivo	Dac	0,16	48,00
37	5	Unidade	Fichário universal com 04 argolas medindo 255 mm x 330 mm cor preta – pasta tipo fichário para arquivo de documentos, para colocação de plásticos com 04 furos	Dac	12,95	64,75
38	370	Unidade	Envelope cor branca tamanho 34 cm x 24cm	Foroni	0,24	88,80
40	425	Unidade	Envelope cor branca tipo ofício	Foroni	0,08	34,00
43	10	Unidade	Apagador com reservatório para giz	Souza	3,59	35,90
44	395	Unidade	Tesoura pequena escolar em aço inox sem ponta resistente	Jocar	1,68	663,60

45	936	Pote	Massinha de modelar base amido – pote de 150 gramas cada, não tóxica. Composição: água, carboidrato de cereais, glúten, cloreto de sódio, propil parbeno, aroma, aditivos e pigmentos, cores: azul, amarelo, rosa, branco, verde e vermelho	Acrilex	3,29	3.079,44
47	1685	Unidade	Cartoplex colorido tamanho mínimo 66 x 50 cm	Reipel	0,54	909,90
48	132	Frasco	Cola branca líquida lavável embalagem com 01 litro	Piratinin-ga	5,89	777,48
49	2650	Unidade	Bastão de cola quente fina (7,2 mm x 30 cm) – unidade	Rendicola	0,37	980,50
50	117	Unidade	Pistola cola quente pequena com tomada grande reforçada e cabo/fio com no mínimo 0,80 cm	Sertic	11,99	1.402,83
51	34	Pote	Tinta guache pote com 250 ml cor azul	Piratinin-ga	2,54	86,36
52	34	Pote	Tinta guache pote com 250 ml cor amarelo	Piratinin-ga	2,54	86,36
53	41	Pote	Tinta guache pote com 250 ml cor verde	Piratinin-ga	2,54	104,14
54	24	Pote	Tinta guache pote com 250 ml cor preto	Piratinin-ga	2,54	60,96
55	34	Pote	Tinta guache pote com 250 ml cor branco	Piratinin-ga	2,54	86,36
56	36	Pote	Tinta guache pote com 250 ml cor marrom	Piratinin-ga	2,54	91,44
57	24	Pote	Tinta guache pote com 250 ml cor rosa	Piratinin-ga	2,54	60,96
58	24	Pote	Tinta guache pote com 250 ml cor laranja	Piratinin-ga	2,54	60,96
59	24	Pote	Tinta guache pote com 250 ml cor creme	Piratinin-ga	2,54	60,96
60	81	Pote	Tinta guache pote com 250 ml cor vermelha	Piratinin-ga	2,54	205,74

61	9	Caixa	Clips para papel nº 3 – caixa com 500 gramas	New	5,45	49,05
73	6	Estojo	CD R com 100 unidades	Digiklone	104,90	629,40
74	6	Estojo	DVD R com 100 unidades	Digiklone	104,90	629,40
75	13	Rolo	Papel Contact colorido auto adesivo 25 metros x 450 mm	Vmp	59,00	767,00
76	70	Unidade	Pasta com grampo trilho em papelão colorido	Policart	0,94	65,80
77	23	Pacote	Papel vergê pacote com 50 folhas colorido – cor salmão	Off Paper	8,59	197,57
78	07	Caixa	Clips para papel nº 6 com 500 gramas	New	5,45	38,15
79	07	Caixa	Clips para papel nº 8 com 500 gramas	New	5,45	38,15
80	20	Unidade	Caneta marca texto	Like	0,79	15,80
81	06	Caixa	Grampo trilho de metal com 50 jogos	Jocar	5,89	35,34
83	180	Unidade	Caderno brochurão 96 folhas capa fina	Panamericana	2,68	482,40
84	4	Unidade	Pen drive 8 GB	Kingston	23,94	95,76
85	258	Rolo	Fita dupla face estreita	Polo	2,29	590,82
86	270	Unidade	Caderno de linguagem com 48 folhas capa fina	Panamericana	0,69	186,30
87	250	Unidade	Papel crepom cores amarelo, verde bandeira e vermelho	VMP	0,47	117,50
89	65	Unidade	Caixa para arquivo morto	Sampa	1,29	83,85
Total (vinte e seis mil, oitocentos e noventa e seis reais, cinquenta e dois centavos)						26.896,52

Luis Kaminski- ME- LK Moveis p/ Escritório e Suprimentos

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
02	1040	Resma	Papel Sulfito A4 branco – resma com 500 folhas	Copimax	14,48	15.059,20
03	236	Resma	Papel Sulfito A4 colorido – Resma com 500 folhas	Report	18,90	4.460,40
12	1807	Unidade	Lápis Preto nº 2 de madeira de boa qualidade	Leonora	0,24	433,68

14	277	Caixa	Giz de Cera grande atóxico – caixa com 12 cores	Acrilex	1,60	443,20
26	820	Unidade	Borracha branca pequena nº 60	Zap	0,11	90,20
34	17	Unidade	Apagador para quadro branco	Souza	3,76	63,92
62	6	Rolo	TNT com 50 metros na cor branco	Cads	57,40	344,40
63	6	Rolo	TNT com 50 metros na cor vermelho	Cads	57,40	344,40
64	6	Rolo	TNT com 50 metros na cor verde	Cads	57,40	344,40
65	6	Rolo	TNT com 50 metros na cor amarelo	Cads	57,40	344,40
66	6	Rolo	TNT com 50 metros na cor azul	Cads	57,40	344,40
67	5	Rolo	TNT com 50 metros na cor marrom	Cads	57,40	287,00
68	5	Rolo	TNT com 50 metros na cor preto	Cads	57,40	287,00
69	5	Rolo	TNT com 50 metros na cor laranja	Cads	57,40	287,00
70	6	Rolo	TNT com 50 metros na cor rosa	Cads	57,40	344,40
71	6	Rolo	TNT com 50 metros na cor lilás	Cads	57,40	344,40
72	5	Rolo	TNT com 50 metros na cor verde claro	Cads	57,40	287,00
88	95	Unidade	Pincel nº 6	Condor	1,49	141,55
Total (vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta reais, noventa e cinco centavos)						24.250,95

Janaina dos Santos Martins Zucco

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
06	990	Unidade	Cartoplex branco tamanho mínimo 66x50 cm	Vmp	0,47	465,30
20	428	Unidade	Fita crepe branca 19mm x 50m	Delfix	2,49	1.065,72
29	3	Unidade	Livro Ata com 100 folhas	SD	7,00	21,00
30	9	Unidade	Livro Ponto com 100 folhas	SD	9,90	89,10

35	100	Unidade	Pasta suspen- sa em papelão resistente para arquivo com grampo	Frama	0,75	75,00
39	325	Unidade	Envelo- pe cor branca tamanho 25 cm x 18,5 cm	Scrity	0,15	48,75
41	100	Caixas	Giz branco antia- lêrgico caixa com no mínimo 55 unida- des	Delta	0,83	83,00
42	65	Caixas	Giz colorido antia- lêrgico caixa com no mínimo 55 unida- des	Delta	1,25	81,25
46	82	Caixa	Alfinete colorido com cabeça, caixa com no mínimo 50 unida- des	Jocar	1,90	155,80
82	07	Caixa	Grampo trilho de plástico com 50 jogos	Dello	5,30	37,10
Total (dois mil, cento e vinte e dois reais, dois centavos)						2.122,02

Irineópolis, 21 de novembro de 2014.
Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 511/2014

PORTARIA Nº. 511/2014.

CONSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e fundamentado nas disposições do art. 7º, § 5º da Lei nº 1315/2007 de 27/07/2007,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a abertura de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar as disposições contidas na Lei nº 1315/2007 de 27/09/2007 e LC nº 01/97 de 30/12/1997, com relação a insuficiência de desempenho do servidor:

I. EDSON SCHWITSKE, código 1765, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, vinculado a Secretaria Municipal da Infraestrutura;

Art. 2º. O presente processo será instaurado em virtude de que durante o estágio probatório, depois de tomadas as medidas para fins de intensificar as possibilidades de melhoria, dando-lhe oportunidade de aperfeiçoamento no seu desempenho, o servidor obteve novamente conceito de desempenho regular e/ou insuficiente em sua avaliação, podendo ter sua conduta caracterizada como descumprimento de deveres e/ou infração às proibições de ordem funcional.

Art. 3º. Fica constituída a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 007/2014 e designados os servidores EDSON LUIZ ROSA, código 625 ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, em Exercício do cargo comissionado de Coordenador do Sistema de Controle Interno; SEZINANDA APARECIDA DOS SANTOS código 522, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Creche, em exercício do cargo comissionado de Diretora de Departamento e MARCIA HELENA CRISTOFOLINI, código 1080, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Consultório Dentário, todos pertencentes ao Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município, com a finalidade de apuração, análise e julgamento dos fatos acima descritos.

Parágrafo único. Fica designado como Relator o servidor Edson Luiz Rosa e como Secretária da Comissão, a servidora Sezinanda Aparecida dos Santos.

Art. 4º. A Comissão tem o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos a contar da publicação desta Portaria.

Art. 5º - Providencie a Comissão a instrução processual necessária, produzindo provas documentais, testemunhais e/ou periciais, buscando e requisitando os demais elementos que julgar convenientes a completa apuração dos fatos descritos, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório, sendo que, ao final, se for o caso, deverá opinar pela aplicação das penalidades e sanções legais cabíveis.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis,
em 20 de Novembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2014
- CC Nº 05/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 74/2014
CONCORRÊNCIA N.º 05/2014

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 07 de janeiro de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Concorrência, com critério de adjudicação MAIOR OFERTA de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando a SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL A TÍTULO PRECÁRIO, ATRAVÉS DE PERMISSÃO DE USO, DE EDIFICAÇÃO E SEU ENTORNO, COM ÁREA DE 136,80M² (CENTO E TRINTA SEIS METROS E OITENTA CENTÍMETROS QUADRADOS), EXISTENTE JUNTO AO TREVO DE ACESSO PRINCIPAL, LOCALIZADA NA RODOVIA SC 360, NESTE MUNICÍPIO. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 21 de novembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Itapiranga**PREFEITURA****PORTARIA Nº 256/2014**

Portaria nº 256 de 19 de novembro de 2014.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde á servidora municipal Maria Ester Wailand matrícula nº 4149/01, a partir de 19/11/2014, conforme Atestado Médico apresentado.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 19 de novembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 246/2014

Portaria nº 246 de 3 de novembro de 2014.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor municipal Arlindo Cardinal, matrícula nº 10308/01 pelo período de 03 (três) meses iniciando-se em data de 3/11/2014 até 2/2/2015, referente o período aquisitivo de 10/2/2009 até 9/2/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 3 de novembro 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial do Estado - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

DECRETO Nº 224 DE 20/11/2014

DECRETO Nº 224 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

HOMOLOGA O RESULTADO CLASSIFICATÓRIO DAS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO DE ITAPIRANGA/SC, REFERENTE AO EDITAL 02/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, Sr. Milton Simon, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, e da Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Municipal nº 02/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologado para conhecimentos dos candidatos que prestaram as provas relativas ao Edital de Processo Seletivo nº 02/2014, o Resultado Final Classificatório, destinado ao provimento da função, conforme segue:

PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO Modalidade I						
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
3	7906 - Eliezer Pandolfo Da Silva	30/09/1985	3,8500	3,3500	7,2000	1º
1	6459 - Celsi Kessler	06/11/1971	3,5750	3,5000	7,0750	2º
2	7304 - Marli Schmitz Schoffen	28/02/1970	2,7500	3,5000	6,2500	3º
PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO Modalidade I						
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
4	7259 - Claudia Paulina Schneider Azevedo	27/08/1986	4,6750	2,6500	7,3250	1º
5	6716 - Jaqueline Hentges Theisen	05/11/1977	4,4000	2,8500	7,2500	2º
10	6880 - Diângela Strack	22/10/1992	4,4000	2,7900	7,1900	3º
9	7814 - Felipe Jose Bozzetto	22/04/1991	3,8500	3,2625	7,1125	4º
7	6577 - Carine Kaufmann	02/02/1993	3,8500	3,0625	6,9125	5º
6	7799 - Karin Scholz	20/11/1994	3,8500	2,9625	6,8125	6º
12	6751 - Ester Schoenwald Da Silva	03/07/1981	3,3000	2,1100	5,4100	7º
11	6790 - Denise De Castro	16/04/1983	3,3000	1,8500	5,1500	8º
8	6838 - Gilson Marcos Arens	08/01/1991	2,2000	2,5300	4,7300	9º
13	6998 - Andreia Regina Welfer	09/05/1988	2,4750	0,0000	2,4750	10º

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO | Modalidade I

Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
16	8238 - Jaqueline Ferraz	20/10/1991	3,8500	1,2000	5,0500	1º
15	7547 - Tatiana Feyh Wagner	08/12/1992	4,1250	0,0000	4,1250	2º
18	8346 - Jaqueline Fernanda Barboza	21/12/1989	2,4750	0,4000	2,8750	3º
17	8421 - Aline Schorr Guarianti	24/11/1989	2,4750	0,0000	2,4750	4º

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO | Modalidade I

Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
22	6909 - Edimara De Mattos Zimmer	10/06/1994	2,7500	2,0625	4,8125	1º
21	8184 - Silvana Weschenfelder	27/10/1992	2,7500	0,0000	2,7500	2º
20	7415 - Jusemar Freitag	25/08/1988	1,9250	0,4125	2,3375	3º
19	7839 - Cleverton Junges	25/01/1992	0,8250	0,0000	0,8250	4º

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO | Modalidade I

Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
30	8372 - Lucir Pedro Guareschi Júnior	26/07/1993	3,8500	2,4750	6,3250	1º
41	7328 - Marco Antônio Klein	21/03/1985	2,7500	2,7225	5,4725	2º
34	7797 - Nilmar Wailand Reckziegel	02/11/1995	3,5750	1,6375	5,2125	3º
23	7137 - Andrey Sohn	28/01/1992	3,3000	1,3375	4,6375	4º
29	6511 - Adriana Soares Nunes	24/05/1985	2,4750	2,0625	4,5375	5º
37	8276 - Mariluze Borges Da Silva	25/04/1991	2,4750	2,0625	4,5375	6º
33	7676 - Cristian Reckziegel Kaufmann	28/03/1993	2,4750	1,4975	3,9725	7º
25	6482 - Fabio Alex Rost	15/12/1993	3,8500	0,0000	3,8500	8º
31	8135 - Mathias Back Kühlkamp	16/05/1996	3,3000	0,4125	3,7125	9º
32	8087 - Darlan Herschaft	30/10/1995	3,0250	0,4125	3,4375	10º

42	8383 - Jair Inácio Fank	23/07/1969	3,3000	0,0000	3,3000	11º
43	8075 - Alesandra Luisa Schneiders	20/07/1994	3,3000	0,0000	3,3000	12º
40	7226 - Luiz Theodoro Wesendonck	06/12/1993	2,7500	0,4125	3,1625	13º
28	7793 - Jordy Kuhn	29/03/1995	2,7500	0,4125	3,1625	14º
38	7936 - Bruna Sehnem Fernandes	13/12/1996	2,4750	0,5725	3,0475	15º
35	8301 - Renan César Mueller	30/04/1990	3,0250	0,0000	3,0250	16º
36	7397 - Fernanda Kummer Mueller	09/01/1994	3,0250	0,0000	3,0250	17º
39	8188 - Jaíne Finger	08/05/1996	2,4750	0,4125	2,8875	18º
24	8320 - Feodor Jacó Kuhn	25/07/1988	2,7500	0,0000	2,7500	19º
26	7854 - Gabriela Philipsen	05/01/1996	2,4750	0,0000	2,4750	20º
xxx	8096 - Leandro César de Amorin Becher	20/03/1980	0,0000	1,3375	1,3375	21º

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA* - HABILITADO | Modalidade I

Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
58	7868 - Andre Vogt	25/07/1979	2,4750	3,5000	5,9750	1º
54	6610 - Juliana Da Rocha Castanhede	27/06/1980	2,4750	3,5000	5,9750	2º
52	7663 - Ivana Raquel Krug	06/08/1987	2,4750	3,5000	5,9750	3º
45	6658 - Danieli Hensel	09/08/1991	2,4750	3,5000	5,9750	4º
48	7017 - Rafael Schneider Welter	14/11/1992	2,7500	2,9600	5,7100	5º
60	7325 - Tatiane Spaniol Walker	04/06/1988	2,2000	3,5000	5,7000	6º
55	8071 - Hugo Vinicius Werlang	11/08/1992	2,7500	2,9200	5,6700	7º
47	7429 - Luis Carlos Dall Soto	05/03/1969	1,9250	3,5000	5,4250	8º
44	7626 - Jose Gilvane Lauer	09/10/1977	2,2000	2,5000	4,7000	9º
51	6521 - Kátiana Giehl	18/06/1978	1,9250	2,6600	4,5850	10º

53	7335 - Engle Kunst Welter	14/11/1984	1,6500	2,3000	3,9500	11º
61	7504 - Ricardo Rother	21/09/1988	2,7500	1,0000	3,7500	12º
63	8369 - Gessica Balestrin	15/03/1991	2,4750	0,3600	2,8350	13º
62	8435 - Cleison Ariel Back	30/03/1993	2,7500	0,0000	2,7500	14º
46	8104 - Fabio Oswald	24/03/1988	1,9250	0,8000	2,7250	15º
57	7135 - Rodrigo Canssi	29/03/1990	1,6500	0,9700	2,6200	16º
56	8280 - Pablo Andre Silva Weber	06/01/1990	2,4750	0,0000	2,4750	17º
49	7239 - Juliana De Maman	23/03/1992	1,9250	0,3200	2,2450	18º
50	8403 - Valdoir Carneiro	12/08/1990	1,9250	0,0000	1,9250	19º
59	7104 - Estela Luisa Peyrot	10/07/1993	0,5500	1,2000	1,7500	20º

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO | Modalidade I

Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
66	8370 - Marcos Fiorentin	15/04/1977	3,5750	3,7000	7,2750	1º
67	8361 - Marlene Teresinha Giehl Da Costa	18/07/1965	3,8500	1,2000	5,0500	2º

PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO | Modalidade I

Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
69	7659 - Adriana Maria Dos Santos	01/11/1988	3,5750	3,5000	7,0750	1º
68	8175 - Juliana Pandolfo	30/05/1975	2,7500	3,1000	5,8500	2º
71	7972 - Marilene Soares De Lima	20/07/1986	1,6500	3,5000	5,1500	3º
72	8061 - Antonio Da Costa	13/09/1954	2,4750	2,6200	5,0950	4º
70	7540 - Fabiana Regina Da Silva	12/04/1984	4,1250	0,0000	4,1250	5º
75	6631 - Tatieli Zeni Canova	14/02/1989	3,3000	0,0000	3,3000	6º
73	6450 - Marcia Neumann	16/05/1984	2,7500	0,0000	2,7500	7º

PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO | Modalidade I

Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
80	7875 - Solange Bitencourt Rodrigues	19/02/1981	3,3000	0,0000	3,3000	1º
79	7848 - Jaqueline Maria Söhn Zulian	02/11/1987	2,2000	1,0250	3,2250	2º

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (ALEMÃO) - HABILITADO | Modalidade I

Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
81	7585 - Ivete Altenhofen	07/02/1977	3,3000	0,3600	3,6600	1º

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS) - HABILITADO | Modalidade I

Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
82	7298 - Ivance Teresa Rambo	24/10/1980	1,3750	3,3000	4,6750	1º

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - NÃO HABILITADO | Modalidade I

Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
85	8141 - Siamara Mallmann	09/09/1987	2,7500	0,0000	2,7500	1º
84	8366 - Fernanda Raquel Da Silva	05/11/1987	2,7500	0,0000	2,7500	2º
83	6694 - Romi Welter Heinen	14/01/1995	1,6500	0,0000	1,6500	3º

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO | Modalidade I

Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
87	7818 - Tatiana Mees	30/06/1989	2,4750	3,1000	5,5750	1º
88	8031 - Patricia Mees	22/12/1992	2,2000	0,8800	3,0800	2º

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO | Modalidade I

Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
91	6505 - Jussara Karal	24/02/1994	4,1250	1,7975	5,9225	1º
94	8307 - Rosanete De Souza	30/03/1985	3,3000	1,6500	4,9500	2º
89	7379 - Marcia Jorgina Casagrande	23/03/1976	1,3750	2,8500	4,2250	3º
93	8074 - Milton Paulus	28/01/1979	2,7500	0,8625	3,6125	4º
90	8289 - Naiara Colliselli	17/11/1996	3,5750	0,0000	3,5750	5º

92	6506 - Francisco Rother	12/08/1996	0,5500	0,6125	1,1625	6º

PROFESSOR DE PORTUGUÊS - HABILITADO | Modalidade I

Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
97	8117 - Jocieli Aparecida Marcondes	08/07/1977	2,7500	3,3600	6,1100	1º

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL (SÉRIES INICIAIS) - HABILITADO | Modalidade I

Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
98	6865 - Aní Beatriz Ostgen Kipper	18/04/1991	4,9500	3,5000	8,4500	1º
119	6744 - Angela Simone Kuntz	01/02/1990	4,4000	3,5000	7,9000	2º
112	6542 - Marcia Cristina Pascoa Preis	25/06/1970	4,1250	3,5000	7,6250	3º
128	8133 - Raquel Aparecida Caliri Spies	23/09/1972	4,1250	3,5000	7,6250	4º
105	7148 - Eli-sangela Da Rosa	30/08/1979	4,1250	3,5000	7,6250	5º
122	7001 - Franciele Cristina Bracht	05/10/1988	3,8500	3,5000	7,3500	6º
125	8411 - Otília Elise Heinen	06/05/1966	3,5750	3,5000	7,0750	7º
136	7347 - Rosane Marli Werlang	28/02/1971	3,5750	3,5000	7,0750	8º
101	7106 - Liciane Mara Wesendonck	19/05/1977	3,5750	3,5000	7,0750	9º
108	8201 - Gabriela Caspers	13/09/1985	3,5750	3,5000	7,0750	10º
132	6566 - Vaneza Maria Werlang Gabriel	21/04/1983	3,5750	3,3000	6,8750	11º
116	7719 - Francieli Krawczak	20/02/1985	3,5750	3,3000	6,8750	12º
100	8198 - Josiani Pauli	20/02/1990	3,3000	3,5000	6,8000	13º
110	7777 - Daiane Cristine Anschau	10/04/1990	3,3000	3,5000	6,8000	14º
109	7984 - Jaqueline Bettio	22/03/1989	3,3000	3,2600	6,5600	15º
103	8309 - Nelson De Lima	31/01/1974	3,0250	3,5000	6,5250	16º

123	6910 - Loiva Heck Schaefer	27/10/1979	3,0250	3,5000	6,5250	17º
106	8247 - Luciane Dewes	02/05/1985	3,0250	3,2600	6,2850	18º
121	6635 - Marli Lucia Schwengber Schaefer	08/01/1965	2,7500	3,5000	6,2500	19º
107	7219 - Carmem Babick Neiss	20/08/1975	2,7500	3,5000	6,2500	20º
114	6693 - Marlene Valk	21/12/1975	2,7500	3,5000	6,2500	21º
135	7516 - Tatiane Rods Leite Habitzreiter	18/03/1979	2,4750	3,5000	5,9750	22º
130	7472 - Teodósia Schaefer	03/04/1961	2,7500	3,2000	5,9500	23º
113	7383 - Patricia Mallmann	19/04/1991	3,0250	2,8000	5,8250	24º
118	7187 - Marilene Oswald	11/05/1971	2,4750	3,2200	5,6950	25º
111	7517 - Ediane Weis	19/06/1990	1,9250	3,5000	5,4250	26º
99	6580 - Luciana Freitag	13/05/1983	1,9250	3,1000	5,0250	27º
133	8191 - Suzane Buss	09/02/1991	3,5750	1,2000	4,7750	28º
134	8029 - Rafaela Thums Ebeling	06/08/1992	3,3000	0,9200	4,2200	29º
126	8021 - Dioneia Pereira Da Silva	24/11/1989	3,0250	0,6000	3,6250	30º
117	6760 - Gracieli Krawczak	26/12/1988	2,2000	1,2000	3,4000	31º
124	8019 - Andreia Pereira Da Silva	24/11/1989	2,4750	0,6000	3,0750	32º
129	8222 - Rosilei Fatim De Lima Martins	25/06/1976	2,7500	0,2600	3,0100	33º
131	8373 - Tais Cristine Meurer Vogel	17/07/1992	2,2000	0,7900	2,9900	34º
120	8393 - Karla Lais Borscheid	25/10/1989	1,6500	0,3000	1,9500	35º
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO Modalidade I						
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
179	6509 - Fabiane Dewes	02/07/1985	4,9500	3,5000	8,4500	1º
153	7586 - Inês Cassol Ruschel	18/03/1961	4,1250	3,5000	7,6250	2º
171	7606 - Neilise Beatriz Muller Nyland	07/07/1967	4,1250	3,5000	7,6250	3º

160	8151 - Roseli Sehnem Wirth	28/10/1979	4,1250	3,5000	7,6250	4º
163	7579 - Marli Ames Hickmann	22/12/1974	3,8500	3,5000	7,3500	5º
159	6582 - Rosane Becker Valk	09/09/1979	3,8500	3,5000	7,3500	6º
156	6860 - Tania Mari Missio Kowalski	18/02/1986	3,5750	3,5000	7,0750	7º
168	8128 - Lucia Hemsing	27/11/1987	3,3000	3,5000	6,8000	8º
161	6758 - Rúbia Mara Weber Eidt	03/02/1987	3,8500	2,9000	6,7500	9º
158	8396 - Lori Müller	18/10/1965	3,5750	3,1000	6,6750	10º
169	7537 - Rosane Bernadete Schwertz	24/05/1971	3,5750	3,1000	6,6750	11º
151	6579 - Jucelene Thums	27/10/1989	3,8500	2,7000	6,5500	12º
149	7055 - Gicela Lourdes Nunes	05/11/1978	3,0250	3,5000	6,5250	13º
154	7246 - Valdete Teresinha Kowalski	18/07/1979	3,0250	3,5000	6,5250	14º
139	6874 - Clenice Costa	28/11/1989	3,0250	3,4600	6,4850	15º
178	8039 - Anelise Stulp	19/01/1984	3,0250	3,4400	6,4650	16º
183	8362 - Fabiana Krug	25/08/1993	3,3000	3,1000	6,4000	17º
176	6642 - Sirlei Maria Antunes Schneiders	05/12/1973	3,5750	2,8200	6,3950	18º
166	8321 - Maria Zeli Ferreira	16/05/1953	2,7500	3,5000	6,2500	19º
177	7264 - Cíntia Pauli	12/08/1989	3,3000	2,7000	6,0000	20º
170	7349 - Noeli Nadir Raimann	21/10/1976	2,4750	3,5000	5,9750	21º
150	8200 - Lovane Machado	01/11/1978	2,4750	3,5000	5,9750	22º
147	7391 - Silene Costa Da Silva Lazaretti	06/04/1989	2,4750	3,5000	5,9750	23º
174	7514 - Simone Da Luz Reichert	27/08/1976	3,5750	2,3000	5,8750	24º
148	6918 - Rose Mere Sulzbacher Matte	07/01/1971	3,0250	2,8400	5,8650	25º
164	6529 - Liane Schwengber Körbes	30/09/1975	2,2000	3,5000	5,7000	26º
181	7193 - Daiana Hochscheidt	21/05/1993	4,1250	1,2000	5,3250	27º

173	8244 - Luana Mueller	23/07/1993	4,1250	0,9600	5,0850	28º
167	7620 - Michele Kaufmann	19/11/1991	3,8500	1,2000	5,0500	29º
142	6562 - Andriéli De Cássia F. S. Treichel	24/11/1985	4,4000	0,0000	4,4000	30º
184	8032 - Daniele Heck	21/10/1993	4,4000	0,0000	4,4000	31º
140	8230 - Claudia Padilha	20/03/1992	3,0250	1,2000	4,2250	32º
157	7508 - Marilene Sehnem Fernandes	14/09/1977	0,5500	3,5000	4,0500	33º
146	7279 - Clau-nice Ines Reichert	07/07/1992	3,0250	1,0000	4,0250	34º
182	6651 - Diomari Jacomini Kloh	01/05/1991	2,7500	1,2000	3,9500	35º
141	8315 - Edileide Cavalli Padilha	07/11/2012	2,7500	1,2000	3,9500	36º
152	6583 - Júlia Caterine Brixner	03/08/1992	3,0250	0,8700	3,8950	37º
165	8015 - Mara Talila Steffenson	24/11/1989	1,3750	2,5000	3,8750	38º
172	8350 - Juliana Inês Hofer Ghilardi	09/06/1993	2,7500	1,0000	3,7500	39º
xxx	6618 - Fatima Nelia Fassbinder	11/10/1953	0,0000	3,5000	3,5000	40º
155	8325 - Solange Soares Padilha	15/12/1976	2,2000	1,2000	3,4000	41º
180	8062 - Cleunice Bourscheid	14/08/1989	2,4750	0,2000	2,6750	42º
144	8183 - Aline Tiburski	24/06/1989	2,4750	0,0000	2,4750	43º
145	8185 - Deise Aline S Wuitschik	17/09/1983	1,6500	0,0000	1,6500	44º

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO | Modalidade I

Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
245	8142 - Adriana De Souza	11/02/1975	4,4000	2,9625	7,3625	1º
199	7398 - Vânia Schmitz	15/12/1991	4,4000	2,6625	7,0625	2º
205	8157 - Núbia Naue	11/02/1993	2,7500	3,8875	6,6375	3º
196	8227 - Neide Sehn Epping	05/03/1983	2,4750	4,0875	6,5625	4º
269	6904 - Janaina Dewes	20/10/1993	2,4750	4,0875	6,5625	5º

268	8205 - Luciane Schlickmann	25/04/1994	3,8500	2,6625	6,5125	6º
217	8041 - Daniele Schneider	20/08/1987	3,3000	3,0750	6,3750	7º
251	6645 - Candida Fabiana De Moura	02/07/1993	2,4750	3,8875	6,3625	8º
189	6806 - Francieli Eyng	24/06/1991	3,5750	2,6625	6,2375	9º
275	7343 - Tainessa Keil	06/08/1993	3,5750	2,6625	6,2375	10º
273	6995 - Thais Regina Marasca	12/12/1994	3,3000	2,6225	5,9225	11º
253	6757 - Aurea Kaufmann Werlang	29/06/1969	2,7500	3,1550	5,9050	12º
241	7873 - Rosimeri Rech Hentges	09/06/1990	3,0250	2,8500	5,8750	13º
207	7051 - Rosilei Kroetz Walker	09/10/1981	3,3000	2,4375	5,7375	14º
267	7421 - Júlia Schmitz	28/09/1990	3,0250	2,6625	5,6875	15º
279	7357 - Soeli Kothe	02/09/1994	3,0250	2,5825	5,6075	16º
258	7291 - Janaína Giehl Deters	18/05/1995	3,5750	1,6375	5,2125	17º
236	6548 - Debora Adriana De Brum	21/12/1994	3,5750	1,5975	5,1725	18º
221	6919 - Cristiane Pradella	10/06/1988	2,4750	2,6625	5,1375	19º
215	7082 - Mônica Tais Korbes Schneider	11/07/1994	2,4750	2,6625	5,1375	20º
262	6641 - Daiane Dill	13/01/1990	2,4750	2,6225	5,0975	21º
216	8063 - Gessica Renata Schuster Klein	05/02/1991	2,4750	2,5825	5,0575	22º
280	7365 - Salete Sausen	25/09/1982	3,0250	2,0250	5,0500	23º
230	8376 - Janaína Alessandra Weigner	18/11/1993	2,4750	2,5425	5,0175	24º
187	8248 - Ariane Luiza Fellini Constante	07/10/1990	2,4750	2,4625	4,9375	25º
222	7687 - Maristela Ines Kochhann	11/01/1988	2,4750	2,4225	4,8975	26º
202	8018 - Patricia Fernanda Falcade Da Rosa	19/05/1992	1,9250	2,9425	4,8675	27º
219	7713 - Deise Roden Vogel	11/06/1995	3,0250	1,8375	4,8625	28º

247	6774 - Carolina Hofer	26/01/1994	2,2000	2,6625	4,8625	29º
234	7182 - Danieli Spaniol Walker	16/12/1989	2,2000	2,6225	4,8225	30º
210	6979 - Jainaina Letícia Vargas De Araujo Brasil	25/12/1989	2,2000	2,6225	4,8225	31º
204	8343 - Natálie Schneiders	14/04/1981	3,3000	1,4375	4,7375	32º
218	6953 - Tatiane Muller	04/03/1992	3,0250	1,6375	4,6625	33º
220	8109 - Simara Vargas	07/02/1995	3,0250	1,6375	4,6625	34º
195	6607 - Eduarda Stein Melz	04/08/1995	3,0250	1,6375	4,6625	35º
238	7442 - Daniele Teresinha Preuss	26/09/1991	2,2000	2,4625	4,6625	36º
203	7568 - Lisiane Berté	05/05/1991	3,5750	1,0250	4,6000	37º
248	8112 - Andreia Neiss	05/01/1995	1,9250	2,6225	4,5475	38º
197	7061 - Patricia Luisa Klein Santos	27/07/1994	2,4750	2,0375	4,5125	39º
252	7932 - Cíntia Taiza Klein	29/03/1995	2,7500	1,7575	4,5075	40º
244	6949 - Camila Anschau	13/07/1994	2,7500	1,6375	4,3875	41º
246	8382 - Cláudia Fuchs	17/12/1995	2,7500	1,6375	4,3875	42º
206	6514 - Thana Petry	13/02/1996	2,7500	1,6375	4,3875	43º
277	6951 - Josiane Carine Denes	07/06/1996	2,7500	1,6375	4,3875	44º
274	8355 - Jéssica De Oliveira Brito	08/07/1994	2,7500	1,5975	4,3475	45º
264	7423 - Joice Dos Santos	10/08/1988	2,7500	1,5575	4,3075	46º
278	8306 - Luana Goularte	10/12/1992	1,6500	2,6225	4,2725	47º
213	6845 - Tatiane Schneider	25/11/1993	1,6500	2,6225	4,2725	48º
261	8131 - Daiane Inês Butzge	30/05/1995	2,7500	1,4375	4,1875	49º
211	7724 - Liane Niederle Apel	31/05/1982	1,1000	3,0825	4,1825	50º
231	8035 - Camila Luiza Schmidt	25/12/1994	4,1250	0,0000	4,1250	51º
263	7107 - Raquel Klein	02/01/1991	2,4750	1,6375	4,1125	52º
255	6681 - Carla Cristina Finger	12/03/1994	2,4750	1,6375	4,1125	53º

226	8351 - Márcia Bogorny	16/02/1992	1,6500	2,4625	4,1125	54º
256	8134 - Catia Naue	01/05/1996	2,4750	1,6125	4,0875	55º
208	6952 - Mariete Staub	17/12/1995	2,4750	1,4375	3,9125	56º
193	6724 - Franciele Weizemann	12/03/1995	2,2000	1,6375	3,8375	57º
214	7809 - Fabiane Brixius	27/12/1996	2,2000	1,6125	3,8125	58º
188	8342 - Elizandra Puntel	12/08/1991	2,2000	1,5975	3,7975	59º
224	8281 - Tatiane Schneider	19/03/1993	1,9250	1,6375	3,5625	60º
225	6768 - Franciele Denise Kuhlkamp	28/08/1993	1,9250	1,6375	3,5625	61º
249	8161 - Aline Scholz	17/01/1993	2,7500	0,6125	3,3625	62º
191	6963 - édina Schmitz	15/05/1995	1,9250	1,4375	3,3625	63º
243	6988 - Riciane Foletto	06/10/1988	2,4750	0,8250	3,3000	64º
223	7856 - Glaucia Petry Dorneles	20/02/1995	3,0250	0,0000	3,0250	65º
276	6461 - Rosinei Fernandes Schaefer	12/10/1985	2,2000	0,8250	3,0250	66º
257	7188 - Ana Beatriz Follmann Wermuth	21/03/1980	1,9250	1,0250	2,9500	67º
212	8202 - Jaqueline Braun	13/01/1993	2,7500	0,0000	2,7500	68º
272	6695 - Joice Roden Schlickmann	17/06/1996	2,7500	0,0000	2,7500	69º
186	7851 - Vânia Schneiders Voltz	28/02/1983	1,9250	0,8250	2,7500	70º
227	8177 - Catia Schmitz	29/01/1994	1,9250	0,8125	2,7375	71º
209	7043 - Josane Rita Antunes Do Nascimento	29/12/1983	1,1000	1,6250	2,7250	72º
260	6586 - Ivana Ruppenthal Vieira	24/05/1984	2,4750	0,0000	2,4750	73º
201	8313 - Karla Cristine Grasel	03/09/1984	2,4750	0,0000	2,4750	74º
265	6674 - Solange Isabel Lauschner	10/10/1989	2,4750	0,0000	2,4750	75º
198	6669 - Marielde Liliane Kunrath Ripplinger	05/04/1992	2,4750	0,0000	2,4750	76º
254	8305 - Camila Tibola	09/06/1994	2,4750	0,0000	2,4750	77º

242	8410 - Ecleia Cleonice Zimmer	03/07/1988	0,5500	1,6950	2,2450	78º
266	8150 - Nair Elisa Rieth Royer	09/11/1962	2,2000	0,0000	2,2000	79º
232	8038 - Karina Lucia Flach Eidt	24/03/1982	2,2000	0,0000	2,2000	80º
229	8046 - Jane Maria Gassen	22/10/1986	2,2000	0,0000	2,2000	81º
240	6776 - Elia- ne Matias De Queiroz	07/12/1989	2,2000	0,0000	2,2000	82º
228	7382 - Cristina Ines Scherer	02/04/1994	2,2000	0,0000	2,2000	83º
200	8349 - Neiva Hochscheidt	06/09/1991	1,9250	0,0000	1,9250	84º
194	7925 - Ales- sandra Regina Deters	03/08/1996	1,3750	0,3600	1,7350	85º
250	8363 - Crie- stiele Schmidt	10/08/1990	1,6500	0,0000	1,6500	86º
233	8176 - Ediane Carla Luft	20/12/1995	1,1000	0,0000	1,1000	87º

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ITAPIRANGA - SC, 20 de novembro de 2014.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios
Sergio Luis Kessler
Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 225 DE 20/11/2014

DECRETO Nº 225 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014
HOMOLOGA O RESULTADO CLASSIFICATÓRIO DAS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO DE ITAPIRANGA/SC, REFERENTE AO EDITAL 03/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, Sr. Milton Simon, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, e da Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Municipal nº 02/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologado para conhecimentos dos candidatos que prestaram as provas relativas ao Edital de Processo Seletivo nº 03/2014, o Resultado Final Classificatório, destinado ao provimento da função, conforme segue:

SERVENTE Modalidade I							
Ident.	Inscrição / Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
3	7563 - Mara Luiza Fischer	11/09/1988	3,60	1,05	0,70	5,35	1º
5	8381 - Bruna Thomé	06/08/1990	3,60	0,70	1,05	5,35	2º
4	8169 - Jéssica Thomé	17/11/1995	4,20	0,70	0,35	5,25	3º
2	8000 - Luciana Dos Santos Camargo	03/05/1994	3,60	1,05	0,35	5,00	4º

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ITAPIRANGA - SC, 20 de novembro de 2014.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios
Sergio Luis Kessler
Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO Nº 163/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 163/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 163/2014, cujo objeto é a aquisição de brinquedos diversos destinados para as creches municipais, da Secretaria da Educação desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 04 de dezembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC. 21 de novembro de 2014.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 64/2014

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 64/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 56/2012. (4º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Administração e Finanças, a Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, inscrita no CNPF/MF: 248.71.419-34 e CI.RG. 2/R 037.212-2/SC, pela Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA, inscrita no CNPF/MF nº 355.669.909-59 e CI.RG nº 2090978 SSP/PR, pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos, o Sr. JEFERSON RUBENS GARCIA, portador do CI.RG nº 2195991 SSP/SC e do CNPF/MF nº 791.929.639-00 e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, neste Município de Itapoá/SC, e, de outro lado, a empresa GENTE SEGURADORA S/A. com sede á Av. Carlos Gomes, nº 350, Bairro: Boa Vista, CEP: 90.480-000, na cidade de Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.180.605/0001-02 e Inscrição Estadual Isenta, representada neste ato pelo sócio administrador Sr. MARCELO WAIS portador do CNPF/MF nº 632.005.380-15 e do CI. RG nº 7009036166 SSP/RS, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo á CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, CONFORME DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS E CONDIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2012 - PROCESSO Nº 89/2012, e com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente termo suprime do objeto da licitação os seguintes itens:

ITEM	MARCA	VEÍCULO	ANO FAB/ MOD	PLACA/ Nº DE SÉRIE	SECRETARIA	VALOR UNITÁRIO
1	Fiat	Siena ELX, Flex Branco	2009/2010	MHI8064	Administração	R\$ 313,26
8	Fiat	Uno Furgão 1.3	2006/2007	MKM8230	Educação	R\$ 234,50
10	Volkswagen	8.150 OD Marcopollo, Micro ônibus dies. 2p	2003/2002	MEJ0872	Educação	R\$ 246,13
28	Volkswagen	Gol cl 1.6 2p	1997/1997	HZN9666	Obras	R\$ 152,15
VALOR TOTAL						R\$ 946,04

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

Altera cláusula quinta "Do Preço", suprimindo o valor de R\$ 946,04 (novecentos e quarenta e seis reais e quatro centavos), que corresponde á 7% (sete por cento) do objeto da licitação, passando o Termo Aditivo de Prorrogação nº 63/2014 ao Contrato

Administrativo nº 56/2012, totalizar o valor de R\$ 12.554,85 (doze mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 56/2012, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 56/2012, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 19 de novembro de 2014.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA GENTE SEGURADORA S/A MARCELO WAIS
CONTRATANTE MARIA IZABEL BLANSKI SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	CONTRATANTE JEFERSON RUBENS GARCIA SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
CONTRATANTE TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	
Testemunhas: NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

EXTRATO EDITAL PREGÃO Nº82/14

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2014

PROCESSO Nº 153/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 10 h:30min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 11h:30min, do dia 04 de dezembro de 2014, na sala do Departamento de Licitações e Contratos, Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, a Pregoeira Oficial do Município, Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de medalhas para premiações aos alunos durante os eventos anuais promovidos pela Secretaria Municipal de Educação e Escolas da Rede Municipal de Ensino de Itapoá/SC, conforme Anexo V do Edital. O Edital em partes poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Departamento de Licitações e Contratos. O horário disponível para retirada é das 8h:30min às 14h:00min.

Itapoá, 20 de novembro de 2014.
Sérgio Ferreira de Aguiar
Prefeito Municipal

EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº16/14

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Preâmbulo (Art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 10/12/2014 às 09h:00min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 09h:30min estará recebendo envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, licitação na modalidade Tomada de Preço nº 16/2014 - Processo nº157/2014, para a Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia sanitária para realizar a coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos provenientes dos serviços de saúde do município de Itapoá, conforme especificações constantes no Edital. O Edital contendo especificações em partes poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, e www.diariomunicipal.sc.gov.br, para retirada da complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos, será cobrado uma taxa de R\$ 12,00 (doze reais). O horário disponível para retirada é das 08h:00min às 14h:00min.

Itapoá, 21 de novembro de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 66/14 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE IMOVEIS Nº17/2013 (2º ADITIVO)

TERMO ADITIVO N.º66/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS N.º 17/2013. (2º aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, n.º 187, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Chefe de Gabinete, Sr. LUIS CARLOS ZAGONEL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 914.345.999-49 e portadora do CI.RG: 3.004.004 SSP/SC, e pelo Prefeito Municipal, SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994-3 SSP/PR e CNPJ/MF nº 230.944.279-87, residente e domiciliado à estrada José Alves, nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado, o Sr. OSMAR MEYER RIBEIRO, portador do CNPJ/MF nº 384.576.529-15, e do CI.RG nº 8/R. 883.158-SSP/SC, residente e domiciliado à Avenida Paraná, nº 70, Barra do Saí em Itapoá/SC, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2013 - PROCESSO N.º 19/2013, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93, com as especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 17/2013, contados a partir do dia 31/12/2014, a 31/12/2015, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

Altera cláusula quarta "Do Preço", aditando o respectivo contrato em um valor mensal de R\$ R\$2.798,13 (dois mil setecentos e noventa e oito reais e treze centavos), totalizando o valor de R\$ 33.577,56 (trinta e três mil quinhentos e setenta e sete reais, e cinquenta e seis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 17/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 17/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 21 de novembro de 2014.

LOCATÁRIO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	LOCADOR OSMAR MEYER RIBEIRO
LUIS CARLOS ZAGONEL CHEFE DO GABINETE DO PREFEITO	
TESTEMUNHAS NOME: CPF:	NOME: CPF:

EXTRATO EDITAL PREGÃO Nº85/14-PROCESSO Nº158/14

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº85/2014
PROCESSO Nº158/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor preço por item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 05 de dezembro de 2014, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de equipamentos de ar-condicionado tipo Split, para uso nas Unidades de Saúdes e PA 24 horas, conforme especificações constantes no Anexo V do edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h às 14h.

Itapoá, 21 de novembro de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 144/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 144/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 20 de novembro de 2014, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL, JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA, nomeados pelo(a) Decreto nº 2192/2014, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 78/2014, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA USO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTRO DE PREPARAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, CENTRO DE FORMAÇÃO, AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
SERV INFORMATICA LTDA	VANI GOULART REINERT
TOP CENTER COMERCIAL LTDA-ME	ROBERTO TROMM
MONICA ELISANGELA REMENHUK	RAFAEL FERREIRA
3A COMERCIO DE MOVEIS E REFRIGERACAO LTDA ME	ARTHUR LEOCADIO MAES CORDEIRO
STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA.ME	CLAUDEMIR ZANGHELINI VIEIRA
LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME	MARCELO CUNHA GRENIER
REI DOS REIS COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA-EPP	GEISON ALEXANDRE LOPES
AGIL NEWS INFORMATICA LTDA	REPRESENTANTE AUSENTE, NÃO APRESENTOU UM TERCEIRO ENVELOPE DE CREDENCIAMENTO CONFORME ITEM 5.7 DO EDITAL.
NANO EMPREENDIMENTOS LTDA ME	LUCIANO JORGENSEN
M. H. PERELLES ME	JORGE PERELLES NETO

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas ficaram desclassificadas para a fase de lances as empresas:

Empresa	Item	Motivo
Luiz Fernando Cunha Grenier - ME	5 e 9	Objeto não atende ao edital.
Luiz Fernando Cunha Grenier - ME	23	Proposta acima de 10% da melhor proposta
M. H. Perelles ME	20	Proposta acima de 10% da melhor proposta

Monica Elisangela Remenhuk	Todos os itens.	Ausência de ficha técnica conforme objeto do edital.
Serv Informática LTDA	19	Objeto não atende ao edital.
Starjet Cartuchos Remanufaturados LTDA ME	5,9 e 19.	OBJETO NÃO ATENDE AO EDITAL.
Nano Empreendimentos LTDA ME	Todos os itens.	Proposta online não cadastrada conforme cláusula 6.3.1. do edital, implicando na sua desclassificação.
Rei dos Reis Comércio Atacadista de Equipamentos de Informática LTDA-EPP	Todos os itens.	Proposta online não cadastrada conforme cláusula 6.3.1. do edital, implicando na sua desclassificação.
3A Comércio de Móveis e Refrigeração LTDA ME	Todos os itens.	Proposta online não cadastrada conforme cláusula 6.3.1. do edital, implicando na sua desclassificação. (solicitou desclassificação)

As demais empresas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Verificando vencedora(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo:

Empresa Vencedora	Valor Total
SERV INFORMATICA LTDA	R\$ 14.484,20
M. H. PERELLES ME	R\$ 13.694,00
LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME	R\$ 9.358,10
TOP CENTER COMERCIAL LTDA-ME	R\$ 25.485,00
STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA.ME	R\$ 21.433,10

Foi solicitado pelos licitantes presentes o registro em ata dos seguintes apontamentos: item 21 (microcomputador) preço cotado pelo município de forma que ninguém atenderá pois o valor varia acima de R\$ 4.200,00; item 24 (projektor multimídia) preço inexecutável, descrição que não existe. Restando ainda os preços inexecutáveis para os itens 01 (antena), 02 (caixa amplificadora), 06 (fonte de alimentação), 15 (microfone) e 16 (monitores), sugerindo as revisões dos preços de forma correta que todos possam atender. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital. Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital.

Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 20 de novembro de 2014.

	FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL Membro		JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro
MONICA ELISANGELA REMENHUK RAFAEL FERREIRA		3A COMERCIO DE MOVEIS E REFRIGERACAO LTDA ME ARTHUR LEOCADIO MAES CORDEIRO
NANO EMPREENDIMENTOS LTDA ME LUCIANO JORGENSEN		AGIL NEWS INFORMATICA LTDA
REI DOS REIS COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA-EPP GEISON ALEXANDRE LOPES		LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME MARCELO CUNHA GRENIER
SERV INFORMATICA LTDA VANI GOULART REINERT		M. H. PERELLES ME JORGE PERELLES NETO
STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA.ME CLAUDEMIR ZANGHELINI VIEIRA		TOP CENTER COMERCIAL LTDA-ME ROBERTO TROMM

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 20 de novembro de 2014, a partir das 11:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA e ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL, nomeados pelo(a), para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 44/2014, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA, PARA USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante

a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	CARLOS GEORG MICHEL
SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA	VICTOR HUGO MALHEIRO
COPAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	SAMUEL AUGUSTO VIEIRA
BMC HYUNDAI S.A.	FELIPE PIZZATO VIER
REDE SUL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	ANTONIO NODARI THOMAZINI

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foi verificado pelo representante da empresa COPAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA que o equipamento ofertado pela empresa REDE SUL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA não atende ao edital no que diz respeito à dimensão da concha traseira da máquina, constando na ficha técnica apresentada juntamente com a proposta a descrição da concha de 305mm, ou seja, 12 polegadas. Desta forma a empresa REDE SUL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA foi considerada DESCLASSIFICADA. As propostas apresentadas pelas demais empresas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, fica a licitante vencedora responsável pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos.

Empresa Vencedora	Valor Total
COPAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 163.000,00

Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de documentação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital. Nesta fase observou-se que a empresa vencedora apresentou a certidão exigida no item 6.6, alínea f com a data de validade expirada, contudo a mesma juntou no credenciamento os documentos de comprovação de sua condição de microempresa, e portanto foi-lhe assegurado o direito de postergar a comprovação de sua regularidade fiscal conforme item 5.1.4 do edital. Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. O representante da empresa REDE SUL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA manifestou o interesse de interpor recurso nos seguintes termos: ☐entendo que a caçamba traseira que consta no prospecto técnico é de 305mm que o original de fábrica, a concha que pede é de 24", nós temos opcionais de concha traseira de 400mm/600mm/800mm e trapezoidal. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição

descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavada esta Ata.

Itapoá, 20 de novembro de 2014.

	FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro		ISABELA RAICIK DUTRA POHL Membro
COPAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA SAMUEL AUGUSTO VIEIRA		BMC HYUNDAI S.A. FELIPE PIZZATO VIER
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA CARLOS GEORG MICHEL		SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA VICTOR HUGO MALHEIRO
REDE SUL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ANTONIO NODARI THOMAZINI		

TERMO ADITIVO Nº 65/2014

TERMO ADITIVO Nº 65/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25/2013. (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, nesta cidade, neste ato representado pela Secretária de Bem Estar Social, a Sra. ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA, portadora do CI.RG nº 2.968.091 SSP/SC e do CNPF/MF nº 820.875.479-04 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado o Sr. ADAIR ANDRIGHI, portador do CI.RG nº 518.830-0 SSP/SC e do CNPF/MF nº 345.877.219-72, residente a Avenida Julio Bender, nº 582, Bairro: Centro, na cidade de Praia/SC, CEP: 88.390-000, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2013 - PROCESSO Nº 32/2013, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93 e especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 25/2013 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 01/01/2015, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

Altera cláusula quarta "Do Preço", acrescentando 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 1.172,14 (um mil cento e setenta e dois reais e quatorze centavos), resultando em um valor total de R\$ 14.065,68 (quatorze mil e sessenta e cinco reais e sessenta e oito centavos) para o período.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 25/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 25/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 20 de novembro de 2014.

LOCATÁRIO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	LOCADOR ADAIR ANDRIGHI
ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA SECRETÁRIA DE BEM ESTAR SOCIAL	
TESTEMUNHAS NOME: CPF:	NOME: CPF:

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 21 de novembro de 2014, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAICIK DUTRA POHL, JULIANA CRISTINA SOARES SPECK, nomeados pelo(a), para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 76/2014, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA PARA MANUTENÇÃO DA RETROESCAVADEIRA RANDON RD-406, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
COPAR COMERCIAL DE PECAS LTDA	SAMUEL AUGUSTO VIEIRA

Participantes	
Empresa	Representante
TRATORBIG PECAS PARA TRATORES LTDA	CARLOS EDUARDO FARIAS
ALPECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATORES LTDA	ALNSELMO LUBAS

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital. Todas as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedora(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo:

Empresas Ganadoras	Valor Total
COPAR COMERCIAL DE PECAS LTDA	R\$ 7.450,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a empresa supracitada vencedora deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a empresa vencedora deverá cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata. Itapoá, 21 de novembro de 2014.

	FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL Membro		JULIANA CRISTINA SOARES SPECK Membro
ALPECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATORES LTDA ALNSELMO LUBAS		TRATORBIG PECAS PARA TRATORES LTDA CARLOS EDUARDO FARIAS

COPAR COMERCIAL DE PECAS LTDA
SAMUEL AUGUSTO VIEIRA

RH - PORTARIA Nº 1333/2014

PORTARIA Nº 1333/2014

De: 01 de novembro de 2014.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de novembro de 2014 a 20 de novembro de 2014, ao (a) servidor (a) VANDERLEI DE SOUZA, matrícula 624390, investido (a) no cargo de MOTORISTA, da Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1334/2014

PORTARIA Nº 1334/2014.

De: 01 de novembro de 2014.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 152/2003, Art. 88, § 1º ao 4º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 01 de novembro de 2014 à 28 de novembro de 2014, ao(a) servidor(a) ANDREA BATISTA DIAS, matrícula 593370, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1335/2014

PORTARIA Nº 1335/2014.

De: 01 de novembro de 2014.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) CLAUDINEI PEREIRA DA SILVA, matrícula 623938-04, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 076/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1336/2014

PORTARIA Nº 1336/2014.

De: 03 de novembro de 2014.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

SILVANA DA SILVA COSTA OLIVEIRA, matrícula 605468-06, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - D, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1337/2014

PORTARIA Nº 1337/2014.

De: 03 de novembro de 2014.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 152/2003, Art. 88, § 1º ao 4º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 03 de novembro de 2014 à 24 de novembro de 2014, ao(a) servidor(a) MARINETE INÁCIA DE SOUZA, matrícula 603759, investido(a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1338/2014

PORTARIA Nº 1338/2014.

De: 03 de novembro de 2014.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 152/2003, Art. 88, § 1º ao 4º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 03 de novembro de 2014 à 30 de novembro de 2014, ao(a) servidor(a) JULIANA ROEDER, matrícula 605816, investido(a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

EXTRATO EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº13/14

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Preâmbulo (Art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 10/12/2014 às 11h:00min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 10:30min estará recebendo envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epígrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º201, Licitação na modalidade Tomada de Preço nº 13/2014 - Processo nº 139/2014, para a Contratação de empresa de engenharia elétrica para construção de rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública para atender o loteamento SÃO JOSÉ II, execução de projeto de geração autônoma de iluminação pública, paisagística e decorativa do Deck da 3ª Pedra, Construção de rede de distribuição de energia elétrica para atender iluminação pública, da Avenida João Horácio, Itapoá /SC, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do edital. O Edital contendo especificações em partes poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, e www.diariomunicipal.sc.gov.br, e para retirada da complementação do edital que ocorrerá na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos, será cobrada uma taxa de R\$ 12,00 (doze reais). O horário disponível para retirada é das 08h às 14h.

Itapoá, 21 de novembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

PREFEITO MUNICIPAL

RH - PORTARIA Nº 1339/2014

PORTARIA Nº 1339/2014.

De: 03 de novembro de 2014.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 152/2003, Art. 88, § 1º ao 4º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 03 de novembro de 2014 à 02 de dezembro de 2014, ao(a) servidor(a) DANIEL HENRIQUE PASTUCHAKI, matrícula 620076, investido(a) no cargo de FISIOTERAPEUTA I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1340/2014

PORTARIA Nº 1340/2014

De: 03 de novembro de 2014.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 03 de novembro de 2014 a 02 de dezembro de 2014, ao (a) servidor (a) ELIANE PEDROZA DOS SANTOS, matrícula 606472, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, da Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1341/2014

PORTARIA Nº 1341/2014

De: 03 de novembro de 2014.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 03 de novembro de 2014 a 02 de dezembro de 2014, ao (a) servidor (a) ELIANA FRIGO DA SILVA, matrícula 622044, investido (a) no cargo de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, da Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1342/2014

PORTARIA Nº 1342/2014

De: 03 de novembro de 2014.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 03 de novembro de 2014 a 02 de dezembro de 2014, ao (a) servidor (a) BRUNA DANIELE PIACENTINI, matrícula 1256483, investido (a) no cargo de ASSISTENTE SOCIAL I, da Secretaria de Bem Estar Social, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1343/2014

PORTARIA Nº 1343/2014.

De: 03 de novembro de 2014.

Dispõe sobre licença sem remuneração ao(a) servidor(a), para tratar de interesses particulares, conforme Lei 76/2001 Art. 87 § 1º e 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida licença sem remuneração para tratar de interesses particulares, pelo período de 03 de novembro de 2014 à 03 de novembro de 2016, ao(a) servidor(a) ALANE CRISTINA BUENO, matrícula 607770, investido(a) no cargo de FONO-AUDIÓLOGO II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1344/2014

PORTARIA Nº 1344/2014.

De: 03 de novembro de 2014.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) GABRIEL SANDOR HAU M. CHULKA, matrícula 609609-01, investido (a) na função de AJUDANTE GERAL, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 076/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1347/2014

PORTARIA Nº 1347/2014

De: 03 de novembro de 2014.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 040/2014 da Secretaria de Bem Estar Social,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). SILMARA APARECIDA SILVA, matrícula 11616296/01, na função de ASSISTENTE SOCIAL I, na Secretaria de Bem Estar Social.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1350/2014

PORTARIA Nº 1350/2014.

De: 09 de novembro de 2014.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ELIANE PEDROZA DOS SANTOS, matrícula 606472-02, ocupante

do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para a referência Nível I - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de novembro de 2014.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1351/2014

PORTARIA Nº 1351/2014.

De: 10 de novembro de 2014.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 152/2003, Art. 88, § 1º ao 4º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 10 de novembro de 2014 à 09 de dezembro de 2014, ao(a) servidor(a) LOURDES TREVIZAN, matrícula 605190, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de novembro de 2014.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

ATA DE SESSÃO PÚBLICA CONVITE Nº 31-2014

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	21/11/2014	Horário início: 11h30min
Licitação /Modalidade	CONVITE PROCESSO	Nº 31/2014 Nº 148/2014

OBJETO:

Aquisição de material gráfico impresso para uso das Unidades Básicas de Saúde (PSF), NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família), Pronto Atendimento 24 horas, Centro de Reabilitação, Departamento de Saúde, Vigilância Sanitária e Epidemiológica, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2191/2014. Observando que a Licitação foi publicada em Jornal Diário de circulação no estado, Diário Oficial dos Municípios, site e mural público municipal, no dia

11/11/2014 a fim de ampla divulgação. As empresas convidadas foram: DIEGO ANTONIO BIASI-ME, CNPJ/MF: 15.339.696/0001-52, GRÁFICA E CARIMBOS GARUVA LTDA-ME, CNPJ/MF: 08.273.474/0001-19 e GRÁFICA MEGA EIRELE-ME, CNPJ/MF: 11.110.280/0001-07. Exatamente as 11h:00min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolaram envelopes as empresas:

Data	Horário	Empresa	CNPJ/MF
21/11/2014	08h:36m	GABRIEL LUCAS RICHARTZ EPP	14.481.040/0001-07
21/11/2014	08h:36m	GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	13.919.051/0001-63
21/11/2014	10h:11m	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA	78.218.187/0001-91
21/11/2014	10h:28m	GRÁFICA RADIAL	81.709.495/0001-24
21/11/2014	10h:58m	DIEGO ANTONIO DE BIASI-ME	15.339.696/0001-52

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foram abertos os envelopes de habilitação das empresas licitantes, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que a empresa GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA não apresentou o item nº 2.2.2. do edital (Certidão Negativa INSS), juntando um documento impresso, porém sem identificação, do site para consulta de veracidade, aonde consta que "desde o dia 03/11/2014 não há emissão de certidão previdenciária". Foi baixado diligência ao site da previdência social e verificou-se que a certidão da empresa estava vencida desde o dia 18/11/2014 nº 170422014-88888.187 (03 dias atrás). Ainda para dirimir a dúvida apresentada foi consultado a certidão INSS do município de Itapoá, o qual apresentou validade até 31/05/2015, sendo esta juntada ao processo. A empresa DIEGO ANTONIO DE BIASI-ME deixou de apresentar também o item nº 2.2.2. do edital (Certidão Negativa INSS). Em virtude de ambas as empresas deixarem de cumprir a cláusula 2.2.9.1. deixando de juntar as certidões vencidas, não será concedido o privilégio da Lei Complementar nº 123/06 restando INABILITADAS para este certame. Conforme cláusula 2. Documentação Exigida (art. 29 a 32 da Lei nº 8.666/53) fica negado o direito de microempresa (certidão de junta comercial vencida) para as empresas: GRÁFICA RADIAL emissão em 12/09/2014 e GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA emissão em 07/08/2014, com emissão não superior a 60 dias da abertura do convite. Restando HABILITADAS para este certame as empresas: GABRIEL LUCAS RICHARTZ EPP, GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA e GRÁFICA RADIAL. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

FERNANDA CRISTINA ROSA

VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

JULIANA CRISTINA SOARES SPECK
MEMBRO

JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA
MEMBRO

Licitantes presentes:
GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA
GILMAR SENDERSKI
CNPJ/MF: 381.721.009-49

Licitantes presentes:
DIEGO ANTONIO DE BIASI-ME
DIEGO ANTONIO DE BIASI
CNPJ/MF: 048.775.739-41

TOMADA DE PREÇO Nº 15/2014 – PROCESSO Nº 146/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Preâmbulo (Art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 18/12/2014 às 09:30h, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 09:00h receberá envelopes dos possíveis interessados em participar do certame, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, Licitação na modalidade Tomada de Preço nº 15/2014 - Processo nº 146/2014, para a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de piso de concreto armado para fixação de parques infantis, nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital. O Edital contendo especificações em partes poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, e www.diariomunicipal.sc.gov.br, e para retirada da complementação do edital que ocorrerá na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos, será cobrada uma taxa de R\$ 12,00 (doze reais). O horário disponível para retirada é das 08h às 14h.

Itapoá, 21 de novembro de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº13/14

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Preâmbulo (Art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 10/12/2014 às 11h:00min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 10:30min estará recebendo envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epígrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º201, Licitação na modalidade Tomada de Preço nº 13/2014 - Processo nº 139/2014, para a Contratação de empresa de engenharia elétrica para construção de rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública para atender o loteamento SÃO JOSÉ II, execução de projeto de geração autônoma de iluminação pública, paisagística e decorativa do Deck da 3ª Pedra, Construção de rede de distribuição de energia elétrica para atender iluminação pública, da Avenida João Horácio, Itapoá /SC, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do edital. O Edital contendo especificações em partes poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, e www.diariomunicipal.sc.gov.br, e para retirada da complementação do edital que ocorrerá na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos, será cobrada uma taxa de R\$ 12,00 (doze reais). O horário

disponível para retirada é das 08h às 14h.

Itapoá, 21 de novembro de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 01/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2014 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2014

TERMO ADITIVO Nº 01/2014 AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2014
PROCESSO Nº 06/2014

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 00.484.829/0001-07, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 1115, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, o Sr. OSNI OCKER, portador do C.I. RG Nº 1260058 SSP-PR e do CNPJ/MF nº: 193.681.279-72, residente e domiciliado à Rua São José, nº 107, e, de outro lado a Empresa IPM INFORMÁTICA LTDA., com sede à Rua Avenida Trompowsky, nº 354, 7º andar, Bairro Centro, na cidade de Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.258.027/0001-41 e Inscrição Estadual nº 253.419.417, representada neste ato pelo sócio administrador Sr. ALDO LUIZ MEES, portador do CNPJ/MF nº 292.867.519-15 e do CI.RG nº 7R/865.793, aqui denominada CONTRATADA,

Alteram o Contrato Administrativo nº 03/2014, nos termos do item 8.3 do Contrato Administrativo nº 03/2014 e do art. 65, inciso II, alínea b, sobre a necessária modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa para provimento de software de Gestão Pública e Serviços, desenvolvido em ambiente Web, abrangendo os serviços de instalação, migração de dados, parametrização, implantação, treinamento, provimento de datacenter, manutenção legal e corretiva e suporte técnico, para atender aos requisitos da Câmara Municipal de Itapoá-SC, conforme especificações e demais condições constantes na Proposta de Preço e Termo de Referência, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2014 □ PROCESSO Nº 06/2014 de acordo com a Lei Federal no 10.520/2002, da Lei Federal no 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, e Lei Federal no 8.078/90 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas do Contrato Administrativo nº 03/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

2.1 Pelo presente termo aditivo, fica prorrogado o prazo definido no item 2.2 do Contrato Administrativo nº 03/2014, de execução das etapas de migração e implantação, para a data do dia 19/12/2014, dos seguintes módulos: Gestão Contábil; Gestão de Compras, Licitações e Contratos; Gestão de Patrimônio; Controle Interno; e Portal da Transparência.

2.2 Pelo presente termo aditivo, fica prorrogado o prazo definido no item 2.2 do Contrato Administrativo nº 03/2014, de execução das etapas de migração, implantação e treinamento, para a data

do dia 01/02/2014, do seguinte módulo: Gestão de Pessoas (Recursos Humanos e Folha de Pagamento).

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1 O valor total deste termo aditivo não implicará alteração no preço, nos termos do item 3.1 do Contrato Administrativo nº 03/2014.

CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

4.1 O recebimento, a aceitação para o pagamento da etapa de Implantação dos Sistemas Licitados fica condicionada ao cumprimento integral de todos os módulos licitados, com exceção do módulo de Gestão de Pessoas, em virtude de erro confirmado pela CONTRATANTE na disponibilidade do banco de dados do atual sistema de Recursos Humanos.

DISPOSIÇÕES FINAIS - Permanecem inalteradas, no que não colidirem as demais cláusulas e condições pactuadas no termo primitivo. E por estarem assim certas e ajustadas, e de pleno acordo com as cláusulas aditivas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que surta os efeitos legais desejados.

Itapoá, 02 de outubro de 2014.
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ-SC
OSNI OCKER
Presidente

IPM INFORMÁTICA LTDA.
ALDO LUIZ MEES
ADMINISTRADOR

TESTEMUNHAS:

NOME: Tayane de F. Coradini Campos
IDENTIDADE: Advogada OAB/SC 39428-B

NOME: Francisco Xavier Soares Filho
CNPJ/MF: 059.357.459-17

DEMONSTRATIVO DE QUANTIDADE E PREÇOS

I – Implantação dos Sistemas de Informação

Item	Descrição	Valor Total
1	Diagnóstico (Levantamento de normas/leis, em especial as relacionadas ao acesso de informações e fluxos internos, objetivando a adoção de melhores práticas de gestão pública); Migração (Migração de informações disponíveis nos servidores e computadores da Câmara, no que for necessário ao normal funcionamento do sistema); Configuração (Configuração de tabelas, cadastros e rotinas; e configuração e adequação de relatórios, telas, layouts/logotipos e roteiros de processos); Habilitação (Instalação dos aplicativos web e definição de permissões e acessos - individuais para cada usuário); Treinamento (Explicações sobre as funcionalidades dos sistemas para os usuários da Câmara.); e Acompanhamento (acompanhamento inicial de operação necessário ao esclarecimento de dúvidas aos usuários na utilização do software); e Datacenter (Provimento de servidor web para hospedagem dos sistemas de informação, com estrutura para funcionamento ininterrupto, inclusive com links de comunicação alternados, grupo gerador de energia, hardwares redundantes, virtualização, SGBDs, softwares básicos e de segurança, robot de backup, administração 24x7, em todos os dias do ano).	R\$ 35.000,00

II - Locação dos sistemas de informação

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Valor Máximo Mensal	Valor Máx. Total 12 meses
2	CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ				
2.1	Gestão Contábil	Mês	12	R\$ 310,00	R\$ 3.720,00
2.2	Gestão de Compras, Licitações e Contratos	Mês	12	R\$ 270,00	R\$ 3.240,00
2.3	Gestão de Pessoas (RH e Folha de Pagamento)	Mês	12	R\$ 200,00	R\$ 2.400,00
2.4	Gestão de Patrimônio	Mês	12	R\$ 240,00	R\$ 2.880,00
2.5	Portal da Transparência	Mês	12	R\$ 150,00	R\$ 1.800,00
2.6	Controle Interno	Mês	12	R\$ 180,00	R\$ 2.160,00

III - Serviços Técnicos de Demanda Variável

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Valor Máximo por Hora	Valor Máx. Total 12 meses
3	SERVIÇOS TÉCNICOS DE DEMANDA VARIÁVEL				
3.1	Serviços de atendimento técnico local, após a implantação do sistema.	Hora	10	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00

3.2	Serviços de customização do software	Hora	5	R\$ 120,00	R\$ 600,00
Total I - Implantação				R\$ 35.000,00	
Total II - Locação dos Sistemas de Informação				R\$ 16.200,00	
Total IV - Serviços Técnicos de Demanda Variável				R\$ 1.200,00	
Total Geral				R\$ 52.800,00	

TERMO ADITIVO Nº 06/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2013

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2013

LICENÇA DE USO DE SOFTWARE POR PRAZO DETERMINADO COM ATUALIZAÇÃO E ATENDIMENTO TÉCNICO

Têm entre si, justo e acertado, o presente TERMO ADITIVO Relativo aos Serviços de Licença de Uso de Software por Prazo Determinado com Atualização e Atendimento Técnico.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 00.484.829/0001-07, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 1115, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, o Sr. OSNI OCKER, portador do C.I. RG Nº 1260058 SSP-PR e do CNPF/MF nº: 193.681.279-72, residente e domiciliado à Rua São José, nº 107, e a empresa PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de Blumenau, a Rua Içara, 151, Itoupava Seca, CEP 89030-170, inscrita no CNPJ 95.836.771/0001-20, representada neste ato pelo Sr. GIOVANI DE BORTOLI, portador da C.I. RG Nº 2142021, casado, inscrito sob CPF nº 552.189.899-91, doravante denominada CONTRATADA, celebram este Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO PRAZO - Fica prorrogado por mais 01 (um) mês, a partir do dia 02/12/2014 à 01/01/2015.

DO PREÇO - O valor total do presente Termo Aditivo será de R\$850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

DISPOSIÇÕES FINAIS - Permanecem inalteradas, no que não colidirem as demais cláusulas e condições pactuadas no termo primitivo. E por estarem assim certas e ajustadas, e de pleno acordo com as cláusulas aditivas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que surta os efeitos legais desejados.

Itapoá, 02 de dezembro de 2014.

Câmara Municipal de Ver. de Itapoá/SC Pública Informática LTDA
Osni Ocker Giovanni de Bortoli

TESTEMUNHA:

Nome:
CPF nº:

TESTEMUNHA:

Nome:
CPF nº:

Jacinto Machado

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA LOA 2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA
DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 033, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014

O Presidente da Câmara Municipal de Jacinto Machado, Vereador Joci Gomes (PT), o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador José Talau (PP), no uso de suas atribuições legais e com base no que dispõe o parágrafo único do art. 48, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, alterado pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 (Lei de Responsabilidade Fiscal), CONVOCA, a quem interessar, especialmente os cidadãos maiores de 16 anos de idade e as entidades governamentais e da sociedade civil organizada para participarem de AUDIÊNCIA PÚBLICA em que será discutido o teor do PROJETO DE LEI Nº 033, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014, que estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Jacinto Machado para o exercício de 2015, no valor de R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais), a ser realizada no seguinte local, data e horário:

Local: Plenário Vereador Bonifácio Bratti - Câmara Munic. de Jacinto Machado

Data: 1º de dezembro de 2014 (segunda-feira)

Horário: 20h30min

Assim, ficam devidamente convocados todos os cidadãos, maiores de 16 anos de idade e com residência no município, bem como as entidades governamentais, classistas, sindicais, associações comunitárias e outras entidades da sociedade civil organizada, devidamente instituída e com domicílio no município de Jacinto Machado para, querendo, participem da AUDIÊNCIA PÚBLICA em que será discutido o teor do PROJETO DE LEI Nº 033, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014, que estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Jacinto Machado para o exercício de 2015, no valor de R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais), que tem por finalidade básica assegurar a transparência nas ações governamentais e contribuir para o aprimoramento da participação popular nas decisões políticas no âmbito da administração pública municipal.

Jacinto Machado, 21 de novembro de 2014.

Vereador JOCI GOMES (PT)

Presidente da Câmara

Vereador JOSÉ TALAU (PP)

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Joaçaba

PREFEITURA

ATA 01/2013 TA 01 PMJ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2013 - TA 02

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de novembro do ano de 2014, o MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, como órgão gerenciador e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba - SC, CNPJ/MF 10.594.533/0001-00, o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba - SC, CNPJ/MF 02.247.113/0001-11 e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES DE JOAÇABA, com sede na Rua Tiradentes, 170, centro, Joaçaba (SC), CNPJ nº 72.172.224/0001-91, como órgãos participantes, e a empresa COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA estabelecida em Joaçaba, SC, na Rua Armindo Heberle, s/nº, Vila Remor, inscrita no CNPJ sob nº 06.123.549/0001-50, representada neste ato pelo Sr. ITACIR ARALDI, residente e domiciliado nesta cidade de Joaçaba, SC, portado do RG nº 3.153.918 e CPF nº 845.795.529-20, doravante denominada DETENTORA, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 1/2013, firmada em 03/01/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 125/2013/PMJ, instaurado pelo Edital PP nº 72/2013/PMJ para Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é o Registro de Preços de combustíveis e lubrificantes, visando eventuais requisições futuras, destinados a manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, no exercício financeiro de 2014, observado o disposto no inciso II, "d", do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço do item 2 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, passando o mesmo a ter a seguinte redação, a contar do dia 24 de novembro de 2014:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO INICIAL R\$	VALOR UNITÁRIO REVISADO R\$
2	Óleo Diesel S-10 (litro)	lto	LATINA	2,41	2,55

Permanecem inalteradas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 1/2013.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA, SC, 21 de novembro de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE - Prefeito

COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA
ITACIR ARALDI

Testemunhas:

1. _____
2. _____

ERRATA AO EXTRATO DE CONTRATO 206/2014/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA - SC

Errata ao extrato de contrato nº 206/2014/PMJ, publicado no DOM em 07/11/2014.

1) Onde se lê:

"VIGÊNCIA: 105 (cento e cinco) dias, com início contado a partir da data de recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial.";

Leia-se:

"VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se o disposto na Lei nº 8.666/93."

As demais disposições permanecem inalteradas.

Joaçaba, SC, novembro de 2014.

Abaixo segue extrato do referido contrato, na íntegra, com as devidas correções:

EXTRATO CONTRATO Nº 206/2014/PMJ
PL 73/2014/PMJ - PP 53/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: AP SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA

OBJETO: Prestação pela CONTRATADA de serviços de atendente em 02 (dois) postos de trabalho com carga horária de 30 (trinta) horas semanais (de segunda à sexta feira, das 13 às 19 horas), junto ao prédio sede da Prefeitura de Joaçaba, SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 43.080,00 (quarenta e três mil e oitenta reais), considerando o valor mensal de R\$ 3.590,00 (três mil e quinhentos e noventa reais), consignado conforme a proposta apresentada no Processo de Licitação.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se o disposto na Lei nº 8.666/93.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.030 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

55 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas

2.025 - MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO

34 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas

2.035 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

140 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas.

FISCAL DO CONTRATO: Celso Felipe Bordin.

DATA DE ASSINATURA: 05/11/2014.

CELSE FELIPE BORDIN

Secretaria Gestão Administrativa

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO CONTRATO 207/2014/PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 207/2014/PMJ

PL 73/2014/PMJ - PP 53/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA

OBJETO: Prestação pela CONTRATADA de serviços de vigilância desarmada em 01 (um) posto de trabalho com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, junto ao prédio sede da Prefeitura de Joaçaba, SC e a prestação pela CONTRATADA de serviços de vigilância desarmada em 01 (um) posto de trabalho com carga horária de 12 (doze) horas ininterruptas, das 19 às 7 horas, junto ao prédio do Terminal Rodoviário Municipal Horivil Zago, às margens da BR 282, Joaçaba, SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 293.427,96 (duzentos e noventa e três mil, quatrocentos e vinte e sete reais e noventa e seis centavos), considerando o valor mensal de R\$ 15.677,33 (quinze mil, seiscentos e setenta e sete reais e trinta e três centavos) para a prestação pela CONTRATADA de serviços de vigilância desarmada em 01 (um) posto de trabalho com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, junto ao prédio sede da Prefeitura de Joaçaba, SC e o valor mensal de R\$ 8.775,00 (oito mil, setecentos e setenta e cinco reais) para a prestação pela CONTRATADA de serviços de vigilância desarmada em 01 (um) posto de trabalho com carga horária de 12 (doze) horas ininterruptas, das 19 às 7 horas, junto ao prédio do Terminal Rodoviário Municipal Horivil Zago, às margens da BR 282, Joaçaba, SC - consignado conforme a proposta apresentada no Processo de Licitação.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se o disposto na Lei nº 8.666/93.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.030 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

55 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas

2.025 - MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO

34 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas

2.035 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

140 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas.

FISCAL DO CONTRATO: Celso Felipe Bordin.

DATA DE ASSINATURA: 17/11/2014.

CELSE FELIPE BORDIN

Secretaria de Gestão Administrativa

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO PL 29/2014/FMS - IN 2/2014/FMS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 29/2014 - FMS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2014 - FMS

1 - DO OBJETO

CREDENCIAMENTO de empresa/clínica para a realização de consultas médicas especializadas, terapias e exames de imagem, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba.

2 - DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 01/2014/FMS em anexo, o qual, pelas suas características enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

3 - DAS CREDENCIADAS

- CLÍNICA DE OLHOS DANIOTTI S/S LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.527.987/0001-10, estabelecida na Rua Maria Angélica Almeida, nº 65, 1º andar, centro, CEP 89.665-000, Capinzal, SC, doravante denominada CREDENCIADA representada neste ato

pelo Sr. Alexandre Ferreira Daniotti, portador da Carteira de Identidade nº 1/R 61903399/SSP/SC e CPF nº 018.916.969-98.

- CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.271.309/0001-89, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 15, centro, no Município de Herval d'Oeste - SC, CEP 89.610-000, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo Sr. João Alcides Marquize, portador da Carteira de Identidade nº 2.405.772 e CPF nº 725.308.719-49.

4 - DO VALOR

O custo total estimado para as contratações é de R\$ 216.465,00 (duzentos e dezesseis mil quatrocentos e sessenta e cinco reais), considerando a vigência até 31 de dezembro de 2014, cujo valor encontra-se devidamente bloqueado na dotação específica para este fim, constante no item 5 deste instrumento.

Havendo prorrogação do Termo de Credenciamento, o Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

5 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação serão custeadas pelas seguintes Dotações Orçamentárias:

2.014 - MANUTENÇÃO DO AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES - AME

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.0 - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0065.0 - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.0 - Aplicações Diretas

2.009 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.0 - Aplicações Diretas

6 - DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25.

Joaçaba (SC), em 21 de novembro de 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MARCOS WEISS

Secretário

LEI Nº 4.544 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 4.544 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

"AUTORIZA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a promover o repasse de recursos financeiros a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE JOAÇABA - CDL, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), pagável em parcela única, destinados ao pagamento de despesas com atividades sócio-culturais, de caráter social, decorrentes da realização do Natal 2014, conforme Plano de Trabalho, parte integrante desta Lei.

Parágrafo único - O valor dos recursos financeiros, de que trata o

“caput” deste artigo fica vinculado à apresentação de respectiva prestação de contas ao Poder Executivo no prazo de (90) noventa dias, contados da liberação.

Art. 2º As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta do superávit do Orçamento do exercício anterior, na seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO 02: GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE 06: ASSESSORIA DE EVENTOS

Proj./Ativ. 2.023 Manutenção da Assessoria de Eventos

3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000. 000000 Transf. a Instituições Priv

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 21 de novembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1554/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 036 1554/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IDC2818	54013971E	5720/0	02/11/2013	186 * I
IOF0272	55481199D	5185/1	07/11/2013	167
LYS1686	54014985E	5541/2	01/11/2013	181 * XVII
LZC1822	54014970E	5541/2	01/11/2013	181 * XVII
LZJ9197	54012883E	7366/2	28/10/2013	252 * VI
MBM2243	55481200D	5460/0	09/11/2013	181 * IX
MCH8808	54015103E	7366/2	22/11/2013	252 * VI
MCQ4555	54015101E	5967/0	19/11/2013	203 * V
MEP8184	54014721E	6050/1	20/11/2013	208
MFC9562	54012890E	5878/0	14/11/2013	199
MFV6376	54014120E	5541/2	30/10/2013	181 * XVII
MGA6208	54014999E	5541/2	20/11/2013	181 * XVII
MGC8406	54014123E	5541/2	30/10/2013	181 * XVII
MGY0642	54012884E	5185/1	28/10/2013	167
MIR2103	54014121E	5541/2	30/10/2013	181 * XVII
MJV2598	55481191D	5185/1	26/10/2013	167
MKL6651	54014853E	7366/2	18/11/2013	252 * VI
MLU6025	54015151E	5541/2	20/11/2013	181 * XVII
MMM1265	54013879E	5185/1	30/10/2013	167
NVC7583	54011168E	5460/0	07/11/2013	181 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1555/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1555/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWX2786	54014788E	6920/0	10/10/2013	R\$ 127,69	233
MBB6856	54014768E	6920/0	08/10/2013	R\$ 127,69	233
MCE6746	54014116E	5045/0	25/09/2013	R\$ 191,53	162 * V
MFR6140	54014473E	6920/0	06/09/2013	R\$ 127,69	233
MKL9512	54013626E	5169/1	15/09/2013	R\$ 1.915,38	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1556/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1556/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZA3729	54012187E	5460/0	22/09/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MIL9601	54014607E	5541/2	23/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1557/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 036 1557/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADC9141	54012891E	6599/2	27/11/2013	230 * V
ADC9141	54012892E	5045/0	27/11/2013	162 * V
LWY7799	54015365E	5010/0	23/11/2013	162 * I
LWY7799	54015366E	6599/2	23/11/2013	230 * V
LWY7799	54015367E	5118/0	23/11/2013	164 c/c 162 * I
LWZ1305	54015108E	6599/2	23/11/2013	230 * V
LWZ1305	54015109E	5010/0	23/11/2013	162 * I
LWZ1305	54015110E	5118/0	23/11/2013	164 c/c 162 * I
LWZ1305	54015111E	5320/0	23/11/2013	176 * V
LXS1019	54013990E	5045/0	27/11/2013	162 * V
LXS1019	54013991E	6912/0	27/11/2013	232
LXS1019	54013992E	6726/1	27/11/2013	230 * XVIII
MBZ7676	54014308E	6599/2	25/11/2013	230 * V
MIJ0584	54012893E	6599/2	27/11/2013	230 * V
MIJ0584	54012894E	5304/0	27/11/2013	176 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1558/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 036 1558/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AVG0047	54015353E	5541/6	23/11/2013	181 * XVII
DKC5699	54014035E	5738/0	27/11/2013	186 * II
MFD9978	54015251E	5541/2	22/11/2013	181 * XVII
MFW3621	54009896E	6050/1	24/11/2013	208
MIG5798	54013996E	5720/0	27/11/2013	186 * I
MKI9264	54014710E	5541/2	11/11/2013	181 * XVII
MMB3783	54014852E	5878/0	18/11/2013	199

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1559/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1559/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZL5717	54014572E	6920/0	19/09/2013	R\$ 127,69	233
MCD9391	54014580E	6920/0	20/09/2013	R\$ 127,69	233
MIG3041	54013955E	6599/2	19/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIG3041	54013956E	5118/0	19/10/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIG3041	54013958E	5010/0	19/10/2013	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1560/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1560/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGZ7783	54014612E	5541/2	23/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1561/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 036 1561/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDD2403	54009767E	5010/0	04/12/2013	162 * I
MGC7001	54011453E	6599/2	03/12/2013	230 * V
MGC7001	54011454E	5118/0	03/12/2013	164 c/c 162 * I
MGC7001	54011455E	5010/0	03/12/2013	162 * I
MGC7001	54011456E	7340/0	03/12/2013	252 * IV
MGC7001	54011457E	6912/0	03/12/2013	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1562/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 036 1562/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AQL8894	54015378E	5541/4	03/12/2013	181 * XVII
CSA0045	54015207E	5541/2	04/12/2013	181 * XVII
MEN9739	54015410E	5940/1	02/12/2013	203 * III
MFP1891	54014717E	5452/1	12/11/2013	181 * VIII
MGA8169	54014309E	5541/5	04/12/2013	181 * XVII
MHB9852	54014310E	5541/5	04/12/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1563/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1563/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGX9395	54014690E	5541/2	10/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1564/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 036 1564/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYI0433	54015520E	6920/0	03/12/2013	233
MDA1896	54015509E	6920/0	26/11/2013	233
MDC5817	54015501E	6920/0	01/12/2013	233
MFH2516	54015503E	6920/0	22/11/2013	233
MGC8678	54010421E	6599/2	05/12/2013	230 * V
MGC8678	54014182E	5045/0	05/12/2013	162 * V
MGC8678	54014183E	6912/0	05/12/2013	232
MGH8029	54015506E	6920/0	25/11/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1565/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1565/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IFB4668	54014902E	6920/0	18/10/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1566/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1566/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AXB7197	54013866E	5452/1	26/10/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
DUH0681	54014982E	5541/2	01/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MAR0063	54014668E	5541/4	04/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFC5094	55009478D	5541/2	30/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGY6175	54014683E	5541/4	10/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1567/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 036 1567/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGQ0437	54015067E	6920/0	07/11/2013	233
AJL2518	54015412E	5010/0	07/12/2013	162 * I
AJL2518	54015413E	6599/2	07/12/2013	230 * V
AJL2518	54015414E	5118/0	07/12/2013	164 c/c 162 * I
AJL2518	54015415E	6912/0	07/12/2013	232
IEN6976	54015091E	6920/0	14/11/2013	233
JXA8139	54015359E	5010/0	23/11/2013	162 * I
JXA8139	54015368E	5118/0	23/11/2013	164 c/c 162 * I
LWU3274	54015088E	6920/0	13/11/2013	233
LXM2671	54015095E	6920/0	18/11/2013	233
LXV5957	54013982E	5045/0	21/11/2013	162 * V
LXV5957	54013985E	5142/0	21/11/2013	164 c/c 162 * V
LYA5861	54015065E	6920/0	04/11/2013	233
MBR1210	54015082E	6920/0	11/11/2013	233
MEO9107	54015056E	6920/0	06/11/2013	233
MFB8439	54015302E	6548/0	21/11/2013	229
MGJ2241	54015060E	6920/0	05/11/2013	233
MJR0210	54015058E	6920/0	06/11/2013	233
MKT2791	54011299E	5010/0	23/11/2013	162 * I
MKT2791	54011300E	5118/0	23/11/2013	164 c/c 162 * I
MLB8248	54009753E	6548/0	19/11/2013	229

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1568/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 036 1568/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFN0492	54015351E	5541/2	23/11/2013	181 * XVII
LZC9308	54015301E	6203/0	20/11/2013	217
MBU1052	54013994E	5185/1	27/11/2013	167
MHL1190	54009679E	6041/2	26/11/2013	207
MHU9658	54013949E	5541/4	20/11/2013	181 * XVII
MKC6800	54015355E	5541/2	23/11/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1569/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1569/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWV3706	54014789E	6920/0	10/10/2013	R\$ 127,69	233
MBZ2412	54014792E	6920/0	10/10/2013	R\$ 127,69	233
MDU5582	54013953E	6599/2	11/10/2013	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1570/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1570/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZV9813	54009677E	7366/2	03/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MFB7547	54014839E	5541/2	22/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHX4800	54014412E	5452/2	03/11/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MJC9899	54014980E	5541/2	01/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKE5027	54014990E	5541/2	04/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1571/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 036 1571/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACR0965	54015517E	6920/0	29/11/2013	233
AKU9204	54015530E	6920/0	10/12/2013	233
ATL2293	54014720E	6408/0	16/11/2013	221
IKG6104	54015401E	5010/0	29/11/2013	162 * I
IKG6104	54015402E	6599/2	29/11/2013	230 * V
IKG6104	54015404E	6912/0	29/11/2013	232
IKG6104	54015405E	5118/0	29/11/2013	164 c/c 162 * I
LWT3426	54015507E	6920/0	26/11/2013	233
MES9661	54015115E	6599/2	13/12/2013	230 * V
MES9661	54015117E	5037/1	13/12/2013	162 * III
MES9661	54015118E	5045/0	13/12/2013	162 * V
MES9661	54015119E	5134/1	13/12/2013	164 c/c 162 * III
MES9661	54015120E	5142/0	13/12/2013	164 c/c 162 * V
MEY3554	54015540E	6920/0	12/12/2013	233
MFO4629	54015533E	6920/0	09/12/2013	233
MFR9756	54015505E	6920/0	25/11/2013	233
MFV9629	54015542E	6920/0	12/12/2013	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1572/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 036 1572/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJR4692	54015008E	5541/6	12/12/2013	181 * XVII
COJ5280	54015154E	5541/2	10/12/2013	181 * XVII
HDK9305	54015396E	5541/4	09/12/2013	181 * XVII
JHK9136	54015394E	5541/6	09/12/2013	181 * XVII
LZL4503	54015373E	5541/5	03/12/2013	181 * XVII
MBX1298	54009680E	5916/1	02/12/2013	202 * II
MDJ4952	54015376E	7366/2	03/12/2013	252 * VI
MED2586	54015157E	5541/2	10/12/2013	181 * XVII
MES9661	54015116E	5878/0	13/12/2013	199
MFP9331	54015114E	5878/0	13/12/2013	199
MHB9852	54014040E	5541/3	10/12/2013	181 * XVII
MHI1666	54015254E	5541/2	28/11/2013	181 * XVII
MHP2023	54015310E	5541/2	11/12/2013	181 * XVII
MHU3863	54015156E	5541/2	10/12/2013	181 * XVII
MIH2730	54013995E	5185/1	27/11/2013	167
MIN1130	54013998E	7366/2	27/11/2013	252 * VI
MIQ7429	54015553E	5541/5	13/12/2013	181 * XVII
MJC6191	54015388E	5541/4	09/12/2013	181 * XVII
MJI0674	54012898E	5878/0	12/12/2013	199
MKO1069	54015306E	5541/3	11/12/2013	181 * XVII
MKO4002	54013999E	5185/1	27/11/2013	167
MLF6076	54009899E	5541/1	28/11/2013	181 * XVII
MMD8103	54015309E	5541/4	11/12/2013	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1573/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1573/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABA5610	54014924E	6920/0	22/10/2013	R\$ 127,69	233
DLM9308	54014920E	6920/0	21/10/2013	R\$ 127,69	233
IKY1258	54014923E	6920/0	22/10/2013	R\$ 127,69	233
JLX0367	54014936E	6920/0	24/10/2013	R\$ 127,69	233
MCF7569	54014933E	6920/0	24/10/2013	R\$ 127,69	233
MEA7952	54014912E	6920/0	17/10/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1575/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 036 1575/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFJ8698	54015663E	6920/0	18/12/2013	233
ALC8938	54015522E	6920/0	03/12/2013	233
APW3287	54015504E	6920/0	01/12/2013	233
CRL4810	54015657E	6920/0	19/12/2013	233
LXK9916	54015653E	6920/0	17/12/2013	233
LYL2046	54015668E	6920/0	18/12/2013	233
LZU6049	54015524E	6920/0	05/12/2013	233
MCB8904	54011465E	5010/0	19/12/2013	162 * I
MCB8904	54011466E	5118/0	19/12/2013	164 c/c 162 * I
MCB8904	54011467E	6912/0	19/12/2013	232
MCS5278	54013895E	5010/0	16/12/2013	162 * I
MCS5278	54013897E	6599/2	16/12/2013	230 * V
MCS5278	54013898E	6610/2	16/12/2013	230 * VII
MCS5278	54013899E	5118/0	16/12/2013	164 c/c 162 * I
MCS5278	54013900E	6912/0	16/12/2013	232
MEP8628	54009775E	5045/0	16/12/2013	162 * V
MEP8628	54009776E	6637/1	16/12/2013	230 * IX
NFB7030	54011463E	5118/0	17/12/2013	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1574/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1574/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALS0545	54013868E	5452/1	26/10/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MAN8905	54014688E	5541/2	10/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDD9729	55009472D	5185/1	25/10/2013	R\$ 127,69	167
MGZ8997	55481190D	7366/2	23/10/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHY3714	54014845E	5541/2	25/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1576/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 036 1576/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AOM3937	54015385E	5541/5	05/12/2013	181 * XVII
MDX2954	54015558E	5541/4	17/12/2013	181 * XVII
MEE8337	54015421E	5185/1	18/12/2013	167
MFT0881	54012454E	7366/2	19/12/2013	252 * VI
MHI1326	54015420E	5185/1	18/12/2013	167
MIS3223	54015432E	6122/0	18/12/2013	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1577/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1577/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IDC2818	54013972E	5118/0	02/11/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1578/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1578/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGA6953	54014137E	5185/1	30/10/2013	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1579/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 036 1579/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADR5002	54015669E	6920/0	20/12/2013	233
DAP9444	54011471E	6912/0	24/12/2013	232
KLI0255	54014733E	6599/2	23/12/2013	230 * V
KLI0255	54014734E	5010/0	23/12/2013	162 * I
KLI0255	54014735E	5118/0	23/12/2013	164 c/c 162 * I
LYJ1585	54014873E	6599/2	22/12/2013	230 * V
LYJ1585	54014874E	5142/0	22/12/2013	164 c/c 162 * V
LYJ1585	54014875E	5045/0	22/12/2013	162 * V
MDQ2440	54015537E	6920/0	05/12/2013	233
MHP6240	54014878E	6599/2	23/12/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1580/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 036 1580/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJB6032	54015316E	5185/1	21/12/2013	167
COX2399	54014858E	5541/2	20/12/2013	181 * XVII
LZZ2792	54015579E	5541/4	23/12/2013	181 * XVII
MCI7653	54015570E	5185/1	21/12/2013	167
MGD3586	54014871E	5541/3	20/12/2013	181 * XVII
MHP0006	54015387E	7366/2	09/12/2013	252 * VI
MIH7401	54014866E	5185/1	20/12/2013	167
NHX0639	54015565E	5541/4	20/12/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1581/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1581/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IDC2818	54013974E	6599/2	02/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIO0539	54009758E	5045/0	22/11/2013	R\$ 191,53	162 * V
MIO0539	54009759E	5142/0	22/11/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MIO0539	54009760E	6912/0	22/11/2013	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1582/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1582/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AQW4042	54015000E	5541/2	20/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
ATQ1279	54013947E	5541/2	20/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
AUV4097	54013873E	5185/1	30/10/2013	R\$ 127,69	167
KLJ3986	54014964E	5541/2	30/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBG6848	54015002E	5487/0	28/11/2013	R\$ 127,69	181 * XI
MHW7134	54015370E	5541/2	27/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIM1265	54013881E	5185/1	30/10/2013	R\$ 127,69	167
MIM1265	54013883E	5835/0	30/10/2013	R\$ 127,69	195
MJB1217	54014967E	5541/2	30/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJG4970	54014968E	5460/0	01/11/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MKM7327	55009479D	5541/2	30/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1583/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 036 1583/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAH2044	54015683E	6920/0	03/01/2014	233
AGW2225	54015544E	6920/0	12/12/2013	233
CHS4110	54015548E	6920/0	13/12/2013	233
CMN1763	54015700E	6920/0	03/01/2014	233
GXZ6260	54015547E	6920/0	13/12/2013	233
MAP4573	54015532E	6920/0	10/12/2013	233
MJI0674	54014196E	5274/1	30/12/2013	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1584/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 036 1584/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFN0492	54015551E	5541/2	13/12/2013	181 * XVII
INE2483	54015399E	7366/2	10/12/2013	252 * VI
INE2483	54015400E	5185/1	10/12/2013	167
LXT3299	54015320E	5541/4	03/01/2014	181 * XVII
LYW5356	54015397E	5541/4	10/12/2013	181 * XVII
MJI0674	54014191E	5835/0	30/12/2013	195
MJI0674	54014194E	5967/0	30/12/2013	203 * V
MJI0674	54014195E	5940/1	30/12/2013	203 * III
MLC0225	54015392E	6041/2	09/12/2013	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1585/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1585/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFM2444	54015377E	5541/4	03/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJF1515	54015206E	5541/2	04/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJY6156	54015411E	5940/1	04/12/2013	R\$ 191,53	203 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1586/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 036 1586/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AED6401	54015677E	6920/0	26/12/2013	233
BQM0383	54015333E	5045/0	11/01/2014	162 * V
BQM0383	54015334E	6912/0	11/01/2014	232
DHZ8847	54015651E	6920/0	16/12/2013	233
JZE7443	54015549E	6920/0	16/12/2013	233
LYU4704	54015605E	5010/0	18/01/2014	162 * I
LYU4704	54015606E	6599/2	18/01/2014	230 * V
LYY4212	54015695E	6920/0	08/01/2014	233
MBO1592	54015690E	6920/0	06/01/2014	233
MEN0310	54014741E	6599/2	15/01/2014	230 * V
MER5844	54014884E	6548/0	25/01/2014	229
MGG6861	54015607E	5169/1	22/01/2014	165
MGG6861	54015608E	6599/2	22/01/2014	230 * V
MGG6861	54015609E	5045/0	22/01/2014	162 * V
MGG6861	54015610E	5142/0	22/01/2014	164 c/c 162 * V
MGG6861	54015611E	6556/4	22/01/2014	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1587/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 036 1587/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIS9490	54015854E	5541/2	20/01/2014	181 * XVII
ANL2910	54015160E	5541/2	06/01/2014	181 * XVII
JPH2209	54015860E	5541/6	21/01/2014	181 * XVII
LXU9865	54015859E	5541/4	20/01/2014	181 * XVII
LYI8089	54015754E	5541/1	18/01/2014	181 * XVII
LYS3852	54015702E	5541/2	17/01/2014	181 * XVII
MBL6635	54014314E	5185/1	06/01/2014	167
MCD7448	54015873E	5541/4	25/01/2014	181 * XVII
MCE2062	54015230E	5541/2	03/02/2014	181 * XVII
MDA3126	54015886E	5541/2	04/02/2014	181 * XVII
MDD4557	54015862E	5185/1	22/01/2014	167
MDM4534	54015868E	6122/0	24/01/2014	214 * I
MDW4676	54014883E	7366/2	25/01/2014	252 * VI
MEF3117	54015220E	5541/2	16/01/2014	181 * XVII
MFK2520	54015856E	5541/2	20/01/2014	181 * XVII
MGG6861	54015612E	5231/1	22/01/2014	172
MHA6516	54014739E	5541/4	15/01/2014	181 * XVII
MHS4798	54011172E	5550/0	01/02/2014	181 * XVIII
MIE5109	54015851E	5541/2	20/01/2014	181 * XVII
MIX5828	54015431E	5185/1	18/12/2013	167
MKL5794	54015129E	5967/0	28/01/2014	203 * V
MMM0751	54015322E	6041/2	06/01/2014	207

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1588/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1588/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFC0821	54015523E	6920/0	03/12/2013	R\$ 127,69	233
MHE7511	54015515E	6920/0	29/11/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1589/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 036 1589/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ARZ6027	54015658E	6920/0	19/12/2013	233
JEX3085	54011481E	6599/2	04/02/2014	230 * V
JEX3085	54011482E	5045/0	04/02/2014	162 * V
LXP5876	54015850E	6920/0	29/01/2014	233
LYI7684	54009780E	6599/2	24/12/2013	230 * V
LYI7684	54009781E	5045/0	24/12/2013	162 * V
LYI7684	54009782E	5142/0	24/12/2013	164 c/c 162 * V
MBO2794	54011480E	5010/0	26/01/2014	162 * I
MBW1791	54015834E	6920/0	27/01/2014	233
MDN4898	54015804E	6920/0	15/01/2014	233
MEM7730	54015838E	6920/0	27/01/2014	233
MHR1366	54015803E	6920/0	16/01/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1590/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 036 1590/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABA4978	54015267E	5541/2	05/02/2014	181 * XVII
KWS4049	54015580E	5185/2	23/12/2013	167
LYI7684	54009779E	6050/1	24/12/2013	208
LZJ8007	54015436E	5185/1	18/12/2013	167
MBO7024	54015571E	5185/1	21/12/2013	167
MCE2062	54015953E	5541/2	11/02/2014	181 * XVII
MDP9366	54015266E	5541/2	05/02/2014	181 * XVII
MEL0164	54015902E	5940/1	08/02/2014	203 * III
MFG9381	54015706E	5460/0	07/02/2014	181 * IX
MFH9609	54015131E	5878/0	03/02/2014	199
MFQ6773	54011468E	6050/1	22/12/2013	208
MFY8516	54012456E	5541/5	18/12/2013	181 * XVII
MHB3401	54015130E	5185/1	03/02/2014	167
MHB8071	54015122E	5207/0	17/12/2013	169
MHB8071	54015123E	5215/2	17/12/2013	170
MHB8071	54015124E	5835/0	17/12/2013	195
MHF5244	54015424E	5185/1	18/12/2013	167
MHQ5941	54012460E	5452/1	23/01/2014	181 * VIII
MIJ0251	54015269E	5541/2	05/02/2014	181 * XVII
MIQ7593	54012754E	5541/2	08/02/2014	181 * XVII
MIY9393	54015564E	5541/4	19/12/2013	181 * XVII
MKO6132	54015852E	5541/2	20/01/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1591/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1591/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MER1028	54015391E	6041/2	09/12/2013	R\$ 127,69	207
MIG9536	54015358E	5541/6	23/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1592/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 036 1592/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
NEX1253	54015670E	6920/0	20/12/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1593/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 036 1593/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DBB1083	54015271E	5541/2	07/02/2014	181 * XVII
MGA8169	54014870E	5541/3	20/12/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1594/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1594/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALO8759	55009480D	5010/0	30/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
ALO8759	55009481D	5118/0	30/11/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1595/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 036 1595/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALR3969	54011169E	5010/0	09/01/2014	162 * I
ALR3969	54011170E	5118/0	09/01/2014	164 c/c 162 * I
AOG8021	54015604E	5010/0	15/01/2014	162 * I
LBY8152	54016005E	6920/0	07/02/2014	233
LWT4143	54016006E	6920/0	07/02/2014	233
LWX8382	54016018E	6920/0	04/02/2014	233
LYW6985	54016047E	6920/0	10/02/2014	233
LZF6453	54016039E	6920/0	10/02/2014	233
LZY2086	54015698E	6920/0	08/01/2014	233
MBA6900	54015685E	6920/0	07/01/2014	233
MBY7715	54016040E	6920/0	13/02/2014	233
MEL7742	54015136E	5045/0	20/02/2014	162 * V
MEL7742	54015137E	5142/0	20/02/2014	164 c/c 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1596/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 036 1596/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HJF5150	54015956E	5541/2	18/02/2014	181 * XVII
IUU0100	54015960E	5452/2	19/02/2014	181 * VIII
LXL7803	54015589E	5541/5	08/01/2014	181 * XVII
MBR4509	54014415E	5541/2	03/01/2014	181 * XVII
MBR4509	54015213E	5541/2	08/01/2014	181 * XVII
MCF2379	54014414E	5541/2	03/01/2014	181 * XVII
MIM7661	54009610E	6050/1	10/02/2014	208
MIM7661	54009612E	7366/2	10/02/2014	252 * VI
MJA0944	54015870E	5185/2	24/01/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1598/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 036 1598/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIW7864	54015423E	5185/1	18/12/2013	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1599/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 036 1599/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGP5593	54014316E	5320/0	18/01/2014	176 * V
IAZ7456	54013273E	5010/0	22/01/2014	162 * I
IAZ7456	54013274E	5118/0	22/01/2014	164 c/c 162 * I
IAZ7456	54013275E	6599/2	22/01/2014	230 * V
JTN1806	54011175E	6912/0	25/02/2014	232
JTN1806	54011176E	5169/1	25/02/2014	165
LXD5729	54016041E	6920/0	13/02/2014	233
LZA8050	54016037E	6920/0	13/02/2014	233
MDL3981	54014317E	5010/0	18/01/2014	162 * I
MDL3981	54014318E	5118/0	18/01/2014	164 c/c 162 * I
MES7882	54011483E	5118/0	06/02/2014	164 c/c 162 * I
MES7882	54011484E	5010/0	06/02/2014	162 * I
MEU2478	54016151E	5010/0	26/02/2014	162 * I
MEU2478	54016152E	5118/0	26/02/2014	164 c/c 162 * I
MJJ3535	54016050E	6920/0	20/02/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1600/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 036 1600/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFN0492	54015875E	5541/2	25/01/2014	181 * XVII
DFO8808	54015331E	5541/5	10/01/2014	181 * XVII
JFP9452	54015861E	5541/2	22/01/2014	181 * XVII
MAR4482	54015224E	5541/2	28/01/2014	181 * XVII
MBR5185	54014750E	6050/1	24/02/2014	208
MLX8010	54015885E	5541/2	03/02/2014	181 * XVII
MML0879	54015867E	5541/4	23/01/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

SIMAE**PREGÃO PRESENCIAL PP 0054/2014 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0074/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0054/2014

PROTOCOLO JHL 3276/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0054/2014 - Licitação 0074/2014, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Registro de Preços de Serviços de Escavadeira Hidráulica com equipamento hidráulico e com rompedor, a fim de auxiliar a Autarquia SIMAE, na retirada de rochas e matacões de valas onde executar redes de água e esgoto, no exercício de 2015.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 12/12/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 12/12/2014 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 24/12/2014 a 12/12/2014.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 24 DE NOVENBRO DE 2014

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE.

PREGÃO PRESENCIAL PP 0050/2014 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0070/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0050/2014

PROTOCOLO JHL 3183/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0050/2014 - Licitação 0070/2014, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: aquisição de materiais de segurança, escritório e PVC para reposição de estoque do SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 05/12/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 05/12/2014 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 24/12/2014 a 05/12/2014.


Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 24 DE NOVENBRO DE 2014

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE.

HOMOLOGAÇÃO TP08/2014 SIMAE

 ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 8/2014 - TP
	Processo Administrativo: 49/2014 Processo de Licitação: 49/2014 Data do Processo: 01/09/2014

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 49/2014
b) Licitação Nr.: 8/2014-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 24/11/2014
e) Data da Adjudicação: 24/11/2014 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA URBANIZAÇÃO, REFORMA E MELHORIAS DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE HERVAL D'OESTE, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA - ME (8051)

1 URBANIZAÇÃO, REFORMA E MELHORIAS DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE HERVAL D'OESTE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: HERVAL	SV	1,00	0,0000	174.328,09	174.328,09
Total do Fornecedor:					174.328,09
Total Geral:					174.328,09

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.052.4.4.90.00.00.00.00 (16) Saldo: 978.631,93

Joaçaba, 24 de Novembro de 2014.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 047/2014 PML 1º TERMO ADITIVO

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 047/2014 PML-1º TREMO ADITIVO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 06.099.082/0001-50, com sede a Rua Salvador Inácio Pereira, 421 - Bairro São José CEP: 89.520-000 - Curitiba-nos/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Pavimentação Asfáltica das Ruas Argentina, Cel Lica Ramos e João Rogerio Floriani, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital,

- Lote 01 - Rua Argentina;
- Lote 02 - Rua Cel Lica Ramos.
- Lote 03 - Rua João Rogério Floriane

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, fica prorrogado em mais 6 (seis) meses.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 28 de Agosto. 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 286/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 286/2014 PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: FRAMA CONSTRUÇÕES LTDA inscrita no CNPJ n.º 13.673.051/0001-26, com sede a Rua Otacilio Vieira da Costa, 190 - Sala 2 Praça Joca Neves - CEP 88501-050 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Cobertura da Quadra poliesportiva da EMEB Lupércio de Oliveira Koeche, nesta cidade, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, em até 90 (noventa) dias, a contar da data da assinatura da Ordem de Serviço

2.3 De Entrega, em 05 (cinco) dias da conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado endereçado à Secretaria de Infraestrutura, aos cuidados do Responsável Técnico pelo acompanhamento e fiscalização.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 170.790,56 (cento e setenta mil, setecentos e noventa reais e cinquenta e seis centavos).

Lages, 13 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 186/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 186/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: LABNEWS INDÚSTRIAS QUIÍMICAS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 01.940.597/0001-17, estabelecida na Rua Ademir Bombo 165 - Parque Industrial - Mogi Guaçu/SP, CEP 13.846-146.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Enfermagem para Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 15 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais reais),

Lages, 08 de Agosto de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 66/2014 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 066/2014 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: N.B FALCE & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 82.643.131/0001-51, com sede a Rua 2 de Setembro, 605 - Bairro Itoupava Norte CEP: 89052-000 - Blumenau/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 37/2014, correlato ao Pregão nº 24/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Conjunto de Motobomba e Inversor de Frequência para a Adequação do Abastecimento de Água na Cidade de Lages, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. - SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 14.150,00 (quatorze mil, cento e cinquenta reais)

Lages, 21 de Novembro de 2014.
Benjamin Schultz
Secretário SEMASA

EXTRATO CONTRATO 67/2014 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 067/2014 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: WIATEC ELETRICIDADE E AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA ME, inscrita no CNPJ sob n.º 10.430.521/0001-32, com sede à Av. Dom Pedro II 128 - Bairro Coral Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 37/2014, correlato ao Pregão nº 24/2014, aberto em 13/11/2014 e homologado em 21/11/2014 consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Conjunto de Motobomba e Inversor de Frequência para a Adequação do Abastecimento de Água na Cidade de Lages, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. - SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais)

Lages, 21 de Novembro de 2014.
Benjamin Schultz
Secretário SEMASA

RERRATIFICAÇÃO Nº 02 PP 87-2014 PML

RERRATIFICAÇÃO Nº 02

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2014 PML

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA USO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que houveram alterações no edital em comento. Um novo edital será disponibilizado aos interessados e a data de abertura da sessão, marcada para às 16:30 horas do dia 26/11/2014, será ADIADA para às 09:00 do dia 18/12/2014.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 21 de novembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO 1/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO DL Nº. 01/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 14/2014

A CÂMARA DE VEREADORES DE LAGES, sito à Rua Otacílio Vieira da Costa, 280, centro Lages (SC), inscrito no CNPJ sob o nº. 83.509.547/0001-44, através da Comissão Permanente de Licitação torna público que pretende contratar mediante Dispensa de Licitação o seguinte objeto: Contratação de estabelecimento bancário para a centralização dos serviços de pagamento das remunerações e salários dos servidores e agentes políticos da Câmara Municipal de Lages (SC). Leva ao conhecimento dos interessados que, com base no Artigo 24, inciso VIII da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, procedeu a Dispensa de Licitação visando a Contratação da Empresa: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. CNPJ nº. 00.360.305/0001-04, com o prazo de vigência de 60 (sessenta meses) a contar da data de assinatura do contrato, atendidas as condições do § 4º, do artigo 57, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Câmara Municipal de Lages - SC, 21 de NOVEMBRO de 2014.
ANILTON FREITAS
PRESIDENTE

Lauro Muller

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO FINAL PROCESSO SELETIVO Nº 004/2014

MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2014 - HMHL

Decreto nº 118/2014 de 16 de Setembro de 2014, por meio do Hospital Municipal Henrique Laje, para provimento de vagas previstas no referido Decreto, a serem admitidos pelo regime da CLT, de acordo com a Lei nº 1503/2008 e suas posteriores alterações.

CLASSIFICAÇÃO FINAL

Cargo:	TÉCNICO DE ENFERMAGEM (HMHL)
--------	------------------------------

Classificação	Inscrição	Nome de Candidato	Nota	Acertos	Específicas	Títulos	Média Final
1	10	DANIELLY HOFFMANN	5,5	11	5	NA	5,50
2	5	VANUSA DOS SANTOS	5,5	11	4	NA	5,50

* Desempate no critério de maior acerto de questões específicas

Cargo:	FARMACÊUTICO (HMHL)
--------	---------------------

Classificação	Inscrição	Nome de Candidato	Nota	Acertos	Específicas	Títulos	Média Final
1	1	JESSICA SANDRINI	5,0	10	5	NA	5,00

Legendas:
NC - Não Classificado
NA - Não se Aplica

Lebon Régis

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 2014

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Pregão Nº PR42/2014 Processo Administrativo: 60/2014. OBJETO:

A presente licitação visa à aquisição de aparelhos e equipamentos de avaliação, eletroterapia e reabilitação em geral para a clínica de fisioterapia, vindo beneficiar as pessoas que precisam de reabilitação e tratamento fisioterápico desta unidade do município, conforme especificações técnicas e de quantidades descritas no Anexo I do edital e demais anexos. Data de Homologação: 20/11/2014. Licitantes Homologados: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - Valor total de R\$ 2.906,06; PROHOSPITAL SUL - COM. MAT. MED. ODONT. LTDA - Valor total de R\$ 19.921,40; ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA - Valor total de R\$ 3.641,70. Lebon Régis, 20 de novembro de 2014.

Francisco Jucelino-Gestor

EXTRATO CONTRATUAL - Contrato nº 31/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis. Contratado: PROHOSPITAL SUL - COM. MAT. MED. ODONT. LTDA. Valor: R\$ 19.921,40. Vigência: 20/11/2014 Término: 31/12/2014. Nº licitação: PR42/2014. Objeto: O Presente contrato tem por objeto o fornecimento de FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA, conforme descrição detalhada do Termo de Referência e da Proposta Comercial. Lebon Régis, 20 de novembro de 2014. Francisco Jucelino Ribeiro-Gestor

EXTRATO CONTRATUAL - Contrato nº32/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis. Contratado: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. Valor: R\$ 2.906,06. Vigência: 20/11/2014 Término: 31/12/2014. Nº licitação: PR42/2014. Objeto: O Presente contrato tem por objeto o fornecimento de MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA, conforme descrição detalhada do Termo de Referência e da Proposta Comercial. Lebon Régis, 20 de novembro de 2014. Francisco Jucelino Ribeiro-Gestor

EXTRATO CONTRATUAL - Contrato nº 33/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis-Contratado: ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA

Valor: R\$ 3.641,70. Vigência: 20/11/2014 Término: 31/12/2014. Nº licitação: PR42/2014. Objeto: O Presente contrato tem por objeto o fornecimento de MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA, conforme descrição detalhada do Termo de Referência e da Proposta Comercial

Lebon Régis, 20 de novembro de 2014. Francisco Jucelino Ribeiro-Gestor

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EXTRATO TP 08/2014

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2014

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para Contratação de empresa do ramo de engenharia sanitária para a prestação dos serviços de varrição de vias públicas e, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares e compactáveis, no dia 12 de dezembro de 2014, às 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 21 de novembro de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

PL 131/2014 - TP 007/2014 - TERRENOS DISTRITO INDUSTRIAL - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 0131/2014 - Concorrência Pública nº 0007/2014 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA.

OBJETO: Concessão de direito real de uso sobre bens imóveis abaixo arrolados, localizados na áreas indicadas, de propriedade do Município, com a finalidade de incentivo e estímulo à instalação de empresa ou a prevenção de sua evasão do município, e a geração de emprego e renda, com encargos e cláusula de reversão, constante da descrição abaixo: LOTE 01 - Terreno urbano denominada área "3 - E", com um área superficial de 3.245,10 m². LOTE 02- Terreno urbano denominada área "3 - F", com uma área superficial de 4.257,01 m².

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia 29 de dezembro de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO: às 09h15m do dia 29 de dezembro de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br.

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

DECRETO 1928

DECRETO Nº 1928 de 20 de novembro de 2014.

"REVOGA O DECRETO 837 de 23 de abril de 2007 E DÁ NOVA REDAÇÃO AO DECRETO 518 de 26 de maio de 2004".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º - Fica revogado na íntegra o Decreto 837 de 23 de abril de 2007.

Art.2º - Fica revogado o artigo 4º e Anexo Único do Decreto 518 de 26 de maio de 2004.

Art.3º - Fica incluído o inciso VIII no artigo 1º do Decreto 518 de 26 de maio de 2004 com a seguinte redação:

Art. 1º - ...

..

VIII - Realizar as atribuições previstas na Lei nº 1314 de 11 de novembro de 2014.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 20 de novembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 1929

DECRETO Nº 1929 de 20 de novembro de 2014.

"NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREGO/CMTE DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe conferem as Leis 010 de 20.02.1997 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR o CONSELHO MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREGO/CMTE DE LUZERNA(SC), ficando assim constituído:

I - REPRESENTANTES DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

a)Secretaria da Fazenda e Administração (ocupando a vaga do SINE)

Titular : IMGART MARLONE GRAHL EBERT

Suplente : JANE ELISA OTTO BRANDALISE

b)Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Titular : REGINA CARIN JACOBY CUREAU

Suplente: VALCIR ANTÔNIO GOTARDO

II - REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES

a)Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Joaçaba e Região

Titular : HILÁRIO BATISTA

Suplente: JOSÉ DA SILVA

b)Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Joaçaba e Luzerna

Titular : DILETO PAGANINI

Suplente: SONIA DIEHL

III - REPRESENTANTES DOS EMPREGADORES

a)Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Joaçaba e Região/SINDIMEC

Titular : ADEMIR LUIZ DALLA LANA

Suplente: MÁRCIO LUIS DALLA LANA

b)Associação de Comerciantes, Industriais e Artesãos de Luzerna/ACIAL

Titular : SOLANGE MARIA DALCIN

Suplente: ELOA MOTT

Art.2º- As atividades exercidas pelos membros titulares e suplentes do Conselho não serão remuneradas em razão de sua relevância social.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 20 de novembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 1931

DECRETO Nº 1931 de 21 de novembro de 2014.

"NOMEIA OS CONSELHOS LOCAIS DE SAÚDE DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe confere a Lei nº 1255 de 12 de agosto de 2014,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR os CONSELHOS LOCAIS DE SAÚDE do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), ficando assim constituídos:

CONSELHO LOCAL DE SAÚDE

ESF VILA ALEMANHA

TITULARES

I - Representantes de usuários

1º- Eloisa Moretto - 15 votos

2º- Adiles Beal- 14 Votos

3º Enório Luiz Simon- 07 votos

4º Olmar Diesel- 03 votos

SUPLENTE

1º Marisa Debus Ceron - 03 votos

2º Bruno Ristau- 02 votos

3º Claudete Paula Hack- 02 votos

4º Irma Schmitz- 02 votos

II - Representantes do Governo**TITULARES:**

Alessandra Daros Nunes

Adriana Biachi

Maria Cristine Bender

Helga Mazarino

SUPLENTE:

Neusa Schumacher

Edina Tedesco

Nilda Dal Vesco

Cleide da Silva

CONSELHO LOCAL DE SAÚDE

ESF SÃO FRANCISCO

TITULARES

I - Representantes de usuários

1º Matheus Geuster -17 votos

2º Eliane Xavier Duarte - 14 votos

3º Arlete Hoffelder - 13 votos

4º Daniele Lima - 10 votos

SUPLENTE

1º Irene Denardi - 6 votos

2º Elenir Zamboni - 5 votos

3º Ingart Jung- 4 votos

4º Inês Schneider- 3 votos

II - Representantes do Governo**TITULARES**

1º Thábita I. Mascarello

2º Lucélia Pires

3ºAdriana Ebert

4º Erlo Lutz

SUPLENTE

1º Elisa Patzlaf

2º Sandra Hoffelder

3º Letícia Lamb

4º Juliana Hericks

Art.2º- As atividades exercidas pelos membros titulares e suplentes dos Conselhos não serão remuneradas em razão de sua relevância social.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 21 de novembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 1930

DECRETO Nº 1930 de 21 de novembro de 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Lei nº 1171 de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º- Ficam anuladas parcialmente ou na sua totalidade, nas Atividades abaixo discriminadas, as Modalidades de Aplicação das despesas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

GABINETE DO PREFEITO

Atividade - 0201.04.122.0004.1002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.860,02

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.306.0043.2036 - Programa da Merenda Escolar do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.470,00

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação R\$ 16.389,56

Atividade - 0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 9.540,00

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.15.452.0061.2057 - Segurança do Trânsito Urbano

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 56 - Convênio de Trânsito R\$ 5.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 35.259,58

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas as dotações atribuídas às Atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

GABINETE DO PREFEITO

Atividade - 0201.04.122.0004.1002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.860,02

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.306.0043.2036 - Programa da Merenda Escolar do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.470,00

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação R\$ 16.389,56

Atividade - 0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 9.540,00

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.15.452.0061.2057 - Segurança do Trânsito Urbano

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 56 - Convênio de Trânsito R\$ 5.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 35.259,58

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 21 de novembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LICITAÇÃO DESERTA - PL 127/2014 - PP 076/2014 - LIMPEZA PÚBLICA - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO – LICITAÇÃO DESERTA

Processo Licitatório 0127/2014 – PML

Pregão nº 0076/2014 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) Declarar Deserto o Processo Licitatório nº 0127/2014, em função da ausência de qualquer empresa interessada no certame, inobstante tenha sido publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, na edição do dia 11 de novembro de 2014 e no site do Município no dia 10 de novembro de 2014, para dar amplo conhecimento aos eventuais interessados.

Luzerna (SC), 21 de novembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

PL 132/2014 - PP 080/2014 - LIMPEZA PÚBLICA - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 132/2014 - PML

Pregão Presencial nº 080/2014 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação, de empresa especializada para fornecimento de mão de obra, equipamentos e insumos para a execução de serviços de limpeza pública, conforme normas e especificações contidas neste Edital e em seus anexos.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 10 horas do dia 04 de dezembro de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 10h10min do dia 04 de dezembro de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

CONTRATO PML Nº 167.14

Contrato PML Nº167/14

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE EDUCACIONAL (ESPAÇO EDUCATIVO II - 6 SALAS DE AULA) CONTENDO 3 (TRÊS) BLOCOS DISTINTOS, PEDAGÓGICO, ADMINISTRATIVO E DE SERVIÇO, COM ÁREA TOTAL DE 853,20M², NA RUA VIGÁRIO FREI JOÃO, CENTRO, LUZERNA/SC CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, CADERNO DE ENCARGOS, ORÇAMENTO MÁXIMO E CRONOGRAMA EM ANEXO.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado residente à Rua Beno Dresch, s/n, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609000, de ora em diante denominado CONTRATANTE e ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.377.072/0001-40, com endereço na Rua Antônio Bevilacqua, 30, em Herval d'Oeste/SC, CEP 89610-000, representada por seu sócio administrador, SIMAR JOSÉ ROSA brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade nº 1.079.721 e inscrito no CPF/MF sob o nº 437.061.009-59, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE EDUCACIONAL (ESPAÇO EDUCATIVO II - 6 SALAS DE AULA) CONTENDO 3 (TRÊS) BLOCOS DISTINTOS, PEDAGÓGICO, ADMINISTRATIVO E DE SERVIÇO, COM ÁREA TOTAL DE 853,20M², NA RUA VIGÁRIO FREI JOÃO, CENTRO, LUZERNA/SC CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, CADERNO DE ENCARGOS, ORÇAMENTO MÁXIMO E CRONOGRAMA EM ANEXO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

1.1.O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório 122/2014, Tomada de Preços nº 015/2014, é contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de uma unidade educacional (espaço educativo II - 6 salas de aula) contendo 3 (três) blocos distintos, pedagógico, administrativo e de serviço, com área total de 853,20m², na Rua Vigário Frei João, Centro, Luzerna/SC conforme projeto, memorial descritivo, caderno de encargos, orçamento máximo e cronograma em anexo.

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Total R\$
1	1,00	UN	Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de uma unidade educacional (espaço educativo II – 6 salas de aula) contendo 3 (três) blocos distintos, pedagógico, administrativo e de serviço, com área total de 853,20m², na Rua Vigário Frei João, Centro, Luzerna/SC conforme projeto, memorial descritivo, caderno de encargos, orçamento máximo e cronograma em anexo.	1.019.996,36

1.2. O objeto da licitação deverá ser executado em conformidade com os Projetos Básicos, Memorial Descritivo e demais informações constantes do Anexo I (CD) do Edital.

1.3. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial e entregar a obra, completamente executada, no prazo de até 12 (doze) meses contados da mesma data.

1.4. Para o início dos serviços são necessários os seguintes documentos:

1.4.1. Pela CONTRATADA:

a) Visto junto ao CREA/SC, em conformidade com o disposto na Lei nº 5.194/66 e em consonância com o art. 1º, II, da Resolução nº 413/97 do CONFEA, caso a CONTRATADA seja sediada em outro Estado.

b) ART's de execução, que deverão ser entregues ao Município, antes da execução dos serviços a elas vinculados;

c) Matrícula do INSS da obra (Matrícula CEI);

1.4.2. Pelo Município:

a) Ordem de Serviço autorizando início da obra.

1.4.3. Da medição dos serviços:

a) Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela CONTRATADA serão medidos mensalmente de 30 em 30 dias, lançados no Boletim de Medição, que depois de conferidos e aprovados, serão assinados pelo responsável técnico da CONTRATADA e pelo fiscal da obra.

b) Se o dia determinado for feriado, sábado ou domingo deverá ocorrer no dia posterior ao determinado.

c) Os pagamentos serão efetuados com base em valores apurados através das medições dos serviços efetivamente executados no período, independentemente do cronograma físico-financeiro apresentado, com base nos preços constantes do contrato e devidamente certificados.

1.4.4. Ao encerrar a obra a CONTRATADA deverá apresentar os documentos relacionados abaixo, ficando a última parcela condicionada a apresentação dos mesmos:

a) "As built" da obra,

b) Encerramento da Matrícula com o INSS com as devidas quitações, que deverão ser apresentadas antes da emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

1.5. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA's, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.

1.6. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.

1.7. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

1.8. Serão de total responsabilidade da CONTRATADA, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.9. Caberá exclusivamente à CONTRATADA, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

1.10. Serão de responsabilidade da CONTRATADA as despesas relativas à instalação e consumo de água e energia elétrica necessárias à execução do objeto, devendo as faturas destes fornecimentos serem emitidas em seu nome, durante o período da contratualidade.

1.11. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá R\$ 1.019.996,96 (hum milhão e noventa e nove mil e novecentos e noventa e seis reais e noventa e seis centavos);

2.2. O pagamento será efetuado até 15 (quinze) dias mediante apresentação do documento fiscal devidamente atestado por servidor municipal competente, conforme os laudos de medição mensais efetuados pela Assessoria de Planejamento da Prefeitura de Luzerna e de Declaração da Prefeitura Municipal, onde foram executados os serviços.

2.3. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

2.4. Caso seja antecipado o cronograma físico, na mesma proporção poderá ser antecipado o cronograma financeiro.

2.5. O último pagamento só será efetuado após o recebimento parcial e total da obra.

2.6. Doravante, o termo de recebimento total da obra somente será emitido após a entrega pela contratada da "as built".

2.7. A alíquota de 3,0% referente ao ISS incidente sobre os serviços prestados serão retidos no ato dos pagamentos a serem efetuados pela Contratante a CONTRATADA;

2.8. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para a PREFEITURA DE LUZERNA, Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna - SC, CNPJ/MF 01.613.428/0001-72, e ter

a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

2.9. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

2.10. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado e protocolado pela CONTRATADA.

2.11. Os valores contratuais somente serão reajustados após 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento formalizado pela contratada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO

3.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC e dos seus Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos seguintes termos:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas – Investimentos

Elemento: 4.490.51.98 – Obras Contratadas

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Executar o objeto do presente contrato de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e demais informações constantes do Edital;

4.2. Iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados da data de emissão da Ordem de Serviço Inicial;

4.3. Entregar a obra, completamente executada, em até 12 (doze) meses contados da data de emissão da Ordem de Serviço, conforme estabelece o cronograma físico-financeiro;

4.4. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;

4.5. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.6. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.7. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer;

4.8. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

4.9. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da CONTRATADA

4.10. Prestar a garantia por eventuais patologias construtivas decorrentes do emprego de materiais não especificados no Memorial Descritivo e/ou de mão-de-obra desqualificada, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados do término da obra;

4.11. Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços;

4.12. Executar Diário da Obra comprovando o andamento dos serviços e os prazos de execução;

4.13. Formalizar expediente de designação do Responsável Técnico da empresa;

4.14. Fornecer à Secretaria Municipal Infraestrutura a documentação de sua competência, relativa à Pasta de Obras do "e-Sfinge Obras" do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

- 4.15.Facilitar todas as atividades de fiscalização da Comissão;
4.16.Exigir do Município a emissão da Ordem de Serviço Inicial, para proceder ao início da execução do objeto;
4.17.Fornecer ART dos serviços executados.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do objeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, com fulcro no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações:

- a) Advertência;
b) Multa, de até 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de descumprimento das cláusulas do Edital ou do contrato dele proveniente;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

5.2. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

5.3. Os serviços em atraso sujeitarão o proponente vencedor à multa de mora, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), por dia que exceder aos prazos estabelecidos, exceto quando justificados e aceitos pelo Município.

5.4. A multa a que alude o subitem 5.3 não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

5.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo previsto implicará na multa de 5% (cinco por cento), do valor do contrato.

5.6. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letras "a" e "b" e inciso II, letras "b", "c" e "d", observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato poderá ser rescindo nos seguintes casos:

7.1.1. por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do art.78 da Lei 8.666/93;

7.1.2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente;

7.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

7.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

7.4. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.66/93 e alterações,

sem que assista a CONTRATADA direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA

9.1. O contrato proveniente do presente processo licitatório terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de emissão Ordem de Serviço Inicial, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, na forma da Lei.

CLÁUSULA NONA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 18 de novembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

SIMAR JOSÉ ROSA

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 20/11/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 20/11/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		48.629,70
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	47.378,01
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	47.378,01
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	47.370,68
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b	47.370,68
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do FPM 60%	28.422,41
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do FPM 25%	11.842,67
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do FPM 15%	7.105,60
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	7,33
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do ITR 60%	4,40
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do ITR 25%	1,83
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do ITR 15%	1,10
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	10.727,28
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	10.727,28
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	6.436,37
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.290,91
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-9.475,59
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-9.475,59
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-9.474,13
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-9.474,13
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-1,46

Luzerna, 21/11/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Mafra

PREFEITURA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 471/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 471/2014.

FORNECEDOR: CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA
CERENE

CNPJ: 79.372.108/0005-99

OBJETO: Prestação de serviços relativos ao abrigo e tratamento de dependente de substâncias psicoativas, através do Fundo Municipal de Assistência Social.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso IV, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 11.220,00 (Onze mil duzentos e vinte reais).

Mafra, (SC) 21 de novembro de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 192/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 192/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para Contratação de empresa especializada para confecção de livros do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA e flyers informativos, aprovados pelo CMDCA com recursos do FIA, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 11h00min do dia 11/12/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 21 de novembro de 2014.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil

Pregoeiro Municipal

Maravilha

PREFEITURA

PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2014-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE MARAVILHA

PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE
2014-2017



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE MARAVILHA

**PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE
2014-2017**

**PREFEITA
Rosimar Maldaner**

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
Jonas Dall'Agnol**

ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE

Equipe e Assessoria Técnica

Colaboração – Coordenadores de Setor, Servidores Públicos e Conselho Municipal de Saúde (CMS).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
INTRODUÇÃO	7
I – DIAGNÓSTICO SITUACIONAL	9
01 – CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MUNICÍPIO	9
1.1 – HISTÓRICO	9
1.1.2 – Localização, Altitude, Clima e Limites Territoriais do Município	10
1.2.2 – Limites Territoriais	11
1.2.3 – Distâncias Referências serviços SUS	11
1.2.4 – Mapa interativo de Santa Catarina.	11
2 – ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	12
2.2 – População	12
2.3 – Estrutura etária, razão de dependência e índice de envelhecimento população .	12
2.4 – Pirâmide Etária – Maravilha, SC – 1991-2010	13
2.5 – Longevidade, mortalidade e fecundidade.	14
2.6 – Densidade Demográfica de Maravilha – SC	15
2.7 – Aspectos étnicos da população de Maravilha – SC.....	15
2.8 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Maravilha – SC	16
2.9 – Ranking Brasil e Estado de Santa Catarina.....	18
3 – ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E DE INFRAESTRUTURA	18
3.1 – Renda Per Capita de Maravilha – SC	18
3.2 – Principais Atividades Econômicas de Maravilha	19
3.2.1 – Setor Agropecuário	20
3.2.2 – Setor industrial.....	21
3.2.3 – Setor comercial	21
3.2.4 – Prestação de Serviços	21
3.3 – Trabalho – Taxa de Atividade e Desocupação 18 anos ou mais 2010.	21
4 – ASPECTOS EDUCACIONAIS	22
4.1 – Rede Pública de Ensino.....	22
4.2 – Crianças e Jovens Frequentando a Escola	23
5 – ASPECTOS GERAIS COM ABRANGÊNCIA RURAL E URBANA.....	25
5.1 – Indicadores de Habitação – Água.....	25
5.2 – Indicadores de Habitação – Esgoto	25
5.3 – Indicadores de Habitação – Energia Elétrica.	27
5.4 – Indicadores de Habitação – Coleta de Lixo	27
5.5 – Vulnerabilidade Social – Maravilha	28
5.6 – Meio Ambiente.	29
II – DIAGNÓSTICO EPIDEMIOLÓGICO	30
6.1 – Vigilância Epidemiológica.....	30
6.2 – Mortalidade Geral	30
6.3 – Mortalidade Infantil.....	32
6.4 – Mortalidade Materna	34
6.5 – Morbidade Hospitalar	35
7 – ANÁLISE DAS LINHAS DE ATENÇÃO À SAÚDE.....	37
7.1 – Atenção Básica.....	37
7.2 – Cobertura Vacinal	39
7.3 – Doenças de Notificação Compulsória	40
7.4 – Sistema de Informações Ambulatoriais.....	41
7.5 – Atenção Hospitalar.....	42
7.6 – Serviços de urgência e emergência.	42
7.7 – Assistência Farmacêutica	43
7.8 – Gestão e Planejamento do Sistema Único de Saúde.	44
7.9 – Descentralização, regionalização e hierarquização	44
7.10 – Financiamento em Saúde.....	45
7.11 – Participação e Controle Social no SUS	45

7.12 – Gestão do Trabalho em Saúde.....	46
7.13 – Informações em Saúde.....	46
III – DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS	48
OBJETIVO GERAL DO PLANO	48
1 – ATENÇÃO BÁSICA	48
1.1 – ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)	49
1.2 – SAÚDE BUCAL.....	51
1.3 – SAÚDE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	53
1.4 – AÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER	55
1.5 – AÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DO HOMEM	57
1.6 – SAÚDE DO IDOSO	58
1.7 – SAÚDE MENTAL.....	60
2 – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC) – AMBULATORIAL E HOSPITALAR.....	63
3 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE.....	66
4 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	70
5 – GESTÃO DO SUS.....	72
DIRETRIZ I – GESTÃO DO TRABALHO.....	73
DIRETRIZ II – EDUCAÇÃO PERMANENTE.....	75
DIRETRIZ III – CUSTEIO E INVESTIMENTO	77
6 – CONTROLE SOCIAL	79
MECANISMOS DE MONITORAMENTO DO PLANO	82



Figura 01 – Pórtico de Entrada Maravilha – BR 282



Figura 02 – Lei que dá o Título de CIDADE DAS CRIANÇAS

APRESENTAÇÃO

Apresentamos à população marvilhense o Plano Municipal de Saúde (PMS) que deverá nortear as atividades da Secretaria da Saúde no período de 2014 a 2017. Este documento atende à determinação da Lei nº. 8.080/90, em seu art. 15, inciso VIII, que define ser atribuição dos gestores do Sistema Único de Saúde – SUS, implementar instrumentos de gestão, competentes para o gerenciamento das políticas públicas de saúde em seu âmbito de governo.

O Plano de Saúde é definido como o instrumento que baseado em uma análise situacional, define intenções e resultados a serem buscados pelo município num período de quatro anos, expressos em objetivos, diretrizes, metas e ações.

Neste sentido, a gestão municipal, indica prioridades de intervenções e assume o compromisso de realizar ações orientadas para a redução das desigualdades em saúde, com a pactuação de metas estratégicas que possibilitem a melhoria das condições de saúde da população e da resolutividade do sistema.

O Plano ora apresentado, prima pela transparência e pela construção participativa e democrática das políticas de saúde, por meio do envolvimento ativo do controle social na definição de ações e serviços de saúde.

Importante destacar que a concepção deste Plano Municipal de Saúde mobilizou a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, bem como outros segmentos sociais representados no Conselho Municipal de Saúde, que possibilitou a elaboração de um instrumento com capacidade de responder às principais demandas oriundas das necessidades de saúde da população.

A afirmação de Armando Raggio (2000) de que "Um planejamento municipal integrado, solidário, colocando as políticas e as técnicas dos vários setores em conformidade com as aspirações populares, pode constituir uma "parceria" de diversos atores com maior potencial resolutivo", enfatiza muito bem a importância da intersetorialidade e do controle social no processo do planejamento das ações de saúde, que com certeza, resultará na qualificação da gestão municipal.

Por fim, destacamos que esta ferramenta merecerá constante revisão e atualização conforme necessidades do processo de gestão administrativa e financeira da política de saúde e, principalmente, do monitoramento e da avaliação da situação de saúde da população do município de Maravilha.

Jonas Dall'Agnol

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

INTRODUÇÃO

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a saúde no Brasil passa a ser considerada como direito social e dever do Estado, cuja efetivação vem sendo buscada através de medidas de reorganização do setor saúde que viabilizem os princípios e diretrizes estabelecidas na Carta Constitucional para a implementação do SUS no País.

Preconizada pelo novo sistema, a descentralização das ações e serviços de saúde reputa o município como instância concreta para a execução dessas atribuições.

No entanto, a descentralização constitui um processo complexo, interativo e dinâmico, implicando mudanças e envolvendo vários atores com diferenciadas expectativas e possibilidades, o que exige flexibilidade e progressividade, assim como a consideração da necessidade de cooperação técnica entre as esferas de governo e o acompanhamento de seu desenvolvimento na tentativa de superar as dificuldades que venham a manifestar-se.

Esse movimento de descentralização comporta uma série de medidas já efetuadas, as quais foram avaliadas, de alguma forma, por diversos segmentos envolvidos neste processo.

Acumulam-se avanços e retrocessos, cabendo salientar a presença de incessante reflexão concernente aos desafios que ainda permanecem no contexto da implementação do Sistema Único de Saúde.

Um desses desafios continua sendo o aprimoramento da gestão do sistema nos municípios, a partir do desencadeamento de práticas que promovam base técnica para a definição das reais necessidades de saúde da população e da adequada intervenção para supri-las.

O Sistema Único de Saúde (SUS), vigente hoje no Brasil decorre, segundo LUCCHESE (1996), de processo mais amplo e complexo, que se inicia, no final dos anos 60, em movimentos dos profissionais de saúde engajados nos mais diversos setores, dos partidos políticos progressistas, dos sindicatos, dos movimentos populares e dos municipalistas, em decorrência de seu descontentamento com o sistema de saúde então existente. Com isso, acabam por construir as bases da Reforma Sanitária mesmo em contexto político repressivo.

No começo da década de 80, este movimento proporcionou o debate acerca da redefinição do Estado democrático e suas funções públicas, reivindicando a s direito de todos devida pelo Estado.

Entretanto, a gestão local necessita incorporar instrumentos que permitam uma abordagem apropriada da realidade. Grande ênfase tem sido atribuída, pelas políticas de saúde, ao planejamento estratégico, que privilegia: o processamento de problemas, o

desenho das operações para enfrentá-los, a definição dos objetivos e metas a serem atingidos, a determinação dos recursos necessários e o cronograma de execução, além de um sistema de acompanhamento e avaliação que possibilite reformulações, quando preciso, utilizando a participação e a comunicação intensivas e favorecendo a responsabilidade compartilhada quanto aos objetivos a serem atingidos. Isto nos leva a refletir a respeito da necessidade de planejamento e, ao mesmo tempo, acerca da complexidade que envolve.

Muitos esforços têm sido feitos para o desenvolvimento de métodos que possam ser empregados na prática da gestão do sistema. Na América Latina, o desenvolvimento do planejamento inicia-se com um enfoque normativo – inspirado no planejamento econômico – e evolui para um enfoque estratégico, que vai incorporar a racionalidade política, retomando a problemática da planificação social.

Entre as elaborações existentes para o enfoque estratégico, o Planejamento Estratégico Situacional (PES) – desenvolvido por Carlos Matus – tem balizado no Brasil, experiências de planejamento, em virtude de conter um corpo teórico e de apresentar um método que, apesar de complexo, é bem articulado e potente. O núcleo principal deste é constituído por problemas e pelas operações realizadas para seu enfrentamento, cuja explicitação é feita mediante uma estrutura modular de plano.

Estendendo-se a descentralização da atenção à saúde ao Município, este passa a responder pela saúde de sua população, o que lhe exige dispor de habilidades para planejar e administrar a rede de serviços de saúde em seu território. Como uma de suas funções, o município deve elaborar um Plano Municipal de Saúde, porém nem sempre as tecnologias de planejamento são suficientemente difundidas, disponibilizadas e até mesmo valorizadas. Assim, para que tal elaboração ocorra de forma coerente com a realidade e consistente com as necessidades a serem supridas, é preciso ter clareza, em primeiro lugar, dos objetivos da elaboração de um plano para a gestão do sistema de saúde local e, em segundo lugar, da necessidade de optar por um método de planejamento que auxilie nessa tarefa.

O Plano Municipal é o instrumento que integra a formulação dos Planos Estaduais e Nacional e serve de base à elaboração da Programação Anual e do Relatório de Gestão do Município que conformará o Relatório Estadual e Nacional. Este encadeamento visa à construção da rede regionalizada e hierarquizada dos serviços, para possibilitar a efetivação da gestão em cada nível e a avaliação de desempenho do Sistema, em busca de unificação.

Sendo assim, o Plano Municipal de Saúde conforma um instrumento fundamental, não só para a gestão do sistema dos municípios, mas também no âmbito estadual e federal, pois é a partir dele que se planeja a atenção à saúde no País e se tem condições de avaliar a gestão nos diferentes níveis.

I – DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

01 – CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MUNICÍPIO

1.1 – HISTÓRICO

No início do século XX, havia no Oeste mais de 90% de florestas. Com novas companhias territoriais colonizadoras, as terras foram sendo ocupadas. Onde hoje é o município de Maravilha, as terras eram da companhia Territorial Sul Brasil, formada em 1925. Nesta terra tinha gente morando, mas havia ainda muito espaço livre disponível para aquisições.

Do velho município de Chapecó Quando colonizado em 1942, o pequeno povoado recebeu o nome graças à “*mancha dos pinhais*”, e a expressão “*Que Maravilha!*” firmou-se unânime e espontaneamente.

Os maravilhenses costumam contar que alguns caçadores vindos do Rio Grande do Sul, ao chegarem ao alto do morro, onde hoje está localizado o antigo seminário, olharam a paisagem, com a copada dos pinhais na planície e exclamaram: “Que Maravilha!”.

Antes de o nome Maravilha ser oficializado, chamavam a área de Cabeceira do Rio Iracema ou Mancha dos Pinhais.

Maravilha surgiu como a obra de um visionário: prosperar, tanto pela posição geográfica como pela importância microrregional. O belo nome serviu como atrativo à colonização pelos imigrantes gaúchos, a partir de 1949. O primeiro marco da projetada cidade de Maravilha foi solenemente colocado no dia 22.07.1951.

O belo nome surgiu como atrativo à colonização de imigrantes gaúchos, a partir de 1949. O primeiro marco da projetada cidade de Maravilha foi solenemente colocado no dia 22 de julho de 1951. Em Maravilha, a colonização foi múltipla, tanto na origem étnica, com predominância de alemães e italianos, quanto na religião, principalmente católicos, evangélicos e luteranos.

O município foi planejado com um perímetro urbano, tendo suas ruas quadriláteras regulares conforme os pontos cardeais. Os latifúndios não tiveram vez. A Companhia Territorial Sul Brasil dividiu e se comprometeu com a colonização. Eram mais de nove mil lotes coloniais à venda.

No ano de 1956, Maravilha virou Distrito, desmembrando-se do Distrito de Cunha Porã. Maravilha cresceu rapidamente, destacando-se na agricultura, comércio e indústria de madeiras. O impulso colonizador foi tão acentuado que, em apenas nove anos, (1949-1958) a “mancha de pinhais dava lugar à cidade”.

Maravilha tornou-se município, juntamente com Cunha Porã e inúmeros outros, através da Lei Estadual nº 348, de 21 de junho de 1958. A instalação oficial ocorreu no dia 27 de julho de 1958, data que se comemora o dia do município.

Um município em franco desenvolvimento, voltado para o crescimento econômico e bem estar de seus munícipes, Maravilha é polo microrregional no Oeste Catarinense, sendo ainda sede da Associação dos Municípios Entre Rios (AMERIOS).

O processo de desenvolvimento em Maravilha teve seu foco modificado. Além de buscar o crescimento econômico, buscam-se vincular, também, a distribuição de renda e redução no número de famílias menos favorecidas.

"Maravilha, Cidade das Crianças", surgiu como "Capital da Criança" em 1970, pelo motivo do grande número de crianças presentes na escola local e nas ruas, por ocasião dos desfiles. Nas festas e nas recepções às autoridades "enfeitavam-se as ruas com crianças". O censo de 1970 veio confirmar a alta taxa de natalidade e o destaque ao elemento CRIANÇA como símbolo de nossa bela cidade!

O termo Cidade das Crianças surgiu porque os viajantes diziam que Maravilha era Cidade das Crianças. No dia 07 de setembro de 1954, todas as crianças da escola compareceram pela primeira vez uniformizadas e o povo que assistiu ao desfile se admirou com a fila de crianças. Então, o termo nunca mais mudou.

Em 2012, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.596, que conferiu ao Município de Maravilha, o título oficial de Cidade das Crianças. O projeto de criação da lei foi de autoria do deputado federal Onofre Santo Agostini.

1.1.2 – Localização, Altitude, Clima e Limites Territoriais do Município

O município de Maravilha está localizado na Região Oeste do Estado de Santa Catarina, Macro Região do Grande Oeste, paralelo 26°46'12 de latitude Sul com o meridiano 53°13'00 de longitude Oeste. Faz parte da Associação de Municípios do Entre Rios (AMERIOS), pertence a 2ª Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) com sede em Maravilha. A extensão territorial é de 169,1 Km². A população residente, segundo o Censo IBGE 2010 a estimativa é de 22.642 habitantes para 2012. O município localiza-se a uma altitude de 606 metros acima do nível do mar no perímetro urbano. O Clima é mesotérmico úmido, com as quatro Estações do ano bem definidas. Limita-se ao Norte, com os municípios de São Miguel da Boa Vista, Tigrinhos e Bom Jesus do Oeste; ao Sul, com Cunha Porã e Iraceminha; ao Leste, com Modelo e ao Oeste, com Flor do Sertão.

1.2.2 – Limites Territoriais

O município de Maravilha limita-se ao Norte, com os municípios de São Miguel da Boa Vista, Tigrinhos e Bom Jesus do Oeste; ao Sul, com Cunha Porã e Iraceminha; ao Leste, com Modelo e ao Oeste, com Flor do Sertão.

1.2.3 – Distâncias Referências serviços SUS

O município de Maravilha dista das principais cidades de Santa Catarina, onde referencia serviços de saúde, conforme segue:

<i>Cidade</i>	<i>Distancia</i>	<i>Referência/Serviço</i>
São Miguel do Oeste	50 km	Serviço de Saúde (HRO) – Hemodiálise
Chapécó	95 km	Serviços de Saúde – Centro Econômico
Florianópolis	630 km	Capital do Estado
Xanxerê	120 km	Serviços de Saúde – Cardiologia

1.2.4 – Mapa interativo de Santa Catarina.



Localização do Município em Santa Catarina.

2 – ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

2.2 – População

Entre 2000 e 2010, a população de Maravilha teve uma taxa média de crescimento anual de 1,78%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 1,09%. No Estado, estas taxas foram de 1,02% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 16,20%.

Quadro 001: População Total, por Gênero e Taxa de Urbanização – Maravilha

População	Populaã o (1991)	% do Total (1991)	Populaã o (2000)	% do Total (2000)	Populaã o (2010)	% do Total (2010)
População Total	16.796	100	18.521	100	22.101	100
Homens	8.395	49,98	9.127	49,28	10.907	49,35
Mulheres	8.401	50,02	9.394	50,72	11.194	50,65
Urbana	11.829	70,43	14.226	76,81	18.087	81,84
Rural	4.967	29,57	4.295	23,19	4.014	18,16
Taxa de urbanização	-	70,43	-	76,81	-	81,84

Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

Analisando o quadro, podemos perceber a importante mudança – migração (êxodo rural) – da população do município de Maravilha, como ocorre na maioria das cidades brasileiras. Com agricultura e pecuária cada vez mais tecnificada menos pessoas são necessárias para cuidar das atividades. As famílias cada vez menores, (com média de 3,5 pessoas por domicílio, faz com que a população jovem, ao saírem para estudar, deixem o campo e fixam residência nas cidades, onde além da busca por emprego a falsa ilusão de vida “fácil” acaba provocando esse movimento e aumentando a taxa de urbanização que atualmente em Maravilha está em torno de 82%.

2.3 – Estrutura etária, razão de dependência e índice de envelhecimento da população

No quadro a seguir é possível observar aspectos relacionados à estrutura etária, razão de dependência e o índice de envelhecimento da população de Maravilha.

Quadro 002: Estrutura etária, razão de dependência e envelhecimento da população – Maravilha 1991-2010

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menor de 15 anos	5.473	32,59	5.182	27,98	5.289	23,93
15 a 64 anos	10.647	63,39	12.187	65,80	14.998	67,86
65 anos ou mais	676	4,02	1.152	6,22	1.814	8,21
Razão de dependência	57,76	0,34	51,97	0,28	41,38	0,19
Índice de envelhecimento	-	4,03	-	6,22	-	8,21

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Maravilha passou de 51,97% para 41,38% e o índice de envelhecimento evoluiu de 6,22% para 8,21%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 57,76% para 51,97%, enquanto o índice de envelhecimento evoluiu de 4,03% para 6,22%. Razão de dependência é a população de menos de 14 anos e de 65 anos (população dependente) ou mais em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa). Já o índice de envelhecimento da população leva em consideração as pessoas de 65 anos ou mais em relação à população de < 15 anos.

2.4 – Pirâmide Etária – Maravilha, SC – 1991-2010

1991

Pirâmide etária - Maravilha - SC

Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade

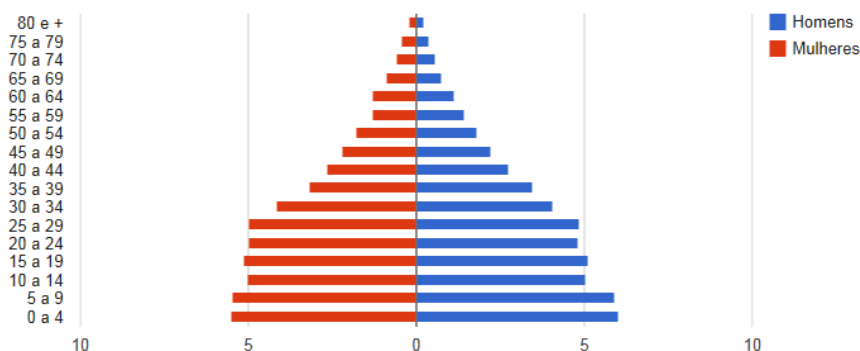


Gráfico 001 – Fonte: PNUD, IPEA e FJP

2000 Pirâmide etária - Maravilha - SC

Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade

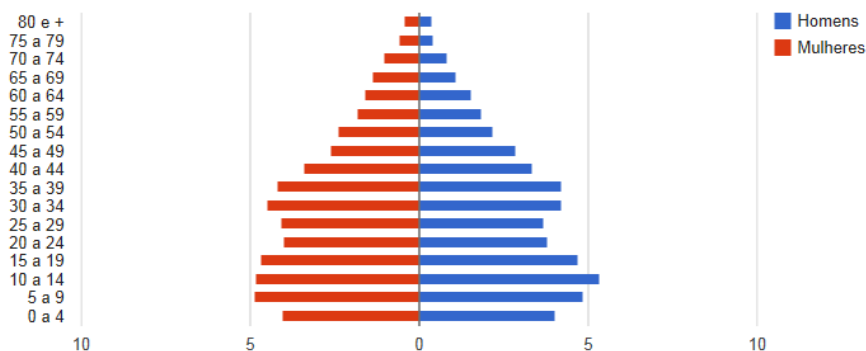


Gráfico 002 – Fonte: PNUD, IPEA e FJP

2010 Pirâmide etária - Maravilha - SC

Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade

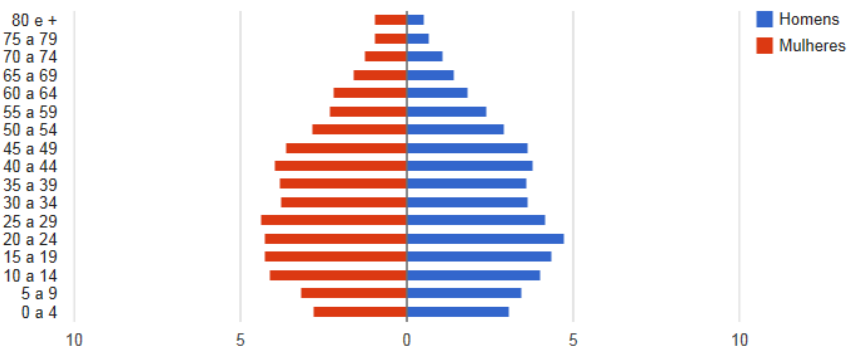


Gráfico 003 – Fonte: PNUD, IPEA e FJP

2.5 – Longevidade, mortalidade e fecundidade.

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Maravilha reduziu 49%, passando de 18,9 por mil nascidos vivos em 2000 para 9,5 por mil nascidos vivos em 2010. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 11,5 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente.

Quadro 003: Longevidade, mortalidade e fecundidade em Maravilha – SC

INDICADOR	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	69,1	74,2	78,2
Mortalidade até 01 ano de idade (por mil nascidos vivos)	27,6	18,9	9,5
Mortalidade até 05 anos de idade (por mil nascidos vivos)	31,8	21,8	11,2
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,7	2,2	1,5

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Maravilha, a esperança de vida ao nascer aumentou 9,1 anos nas últimas duas décadas, passando de 69,1 anos em 1991 para 74,2 anos em 2000, e para 78,2 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 76,6 anos e, para o país, de 73,9 anos.

2.6 – Densidade Demográfica de Maravilha – SC

Baseado nos resultados do último censo a densidade demográfica no município de Maravilha é de 130,18 habitantes por Km². Em 2010, o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE apontou 22.101 habitantes.

2.7 – Aspectos étnicos da população de Maravilha – SC

O gráfico a seguir apresenta informações levantadas pelo Censo IBGE 2010, sobre a distribuição da população de Maravilha por quantidade de habitantes e como se autodeclaram com relação à cor da pele.

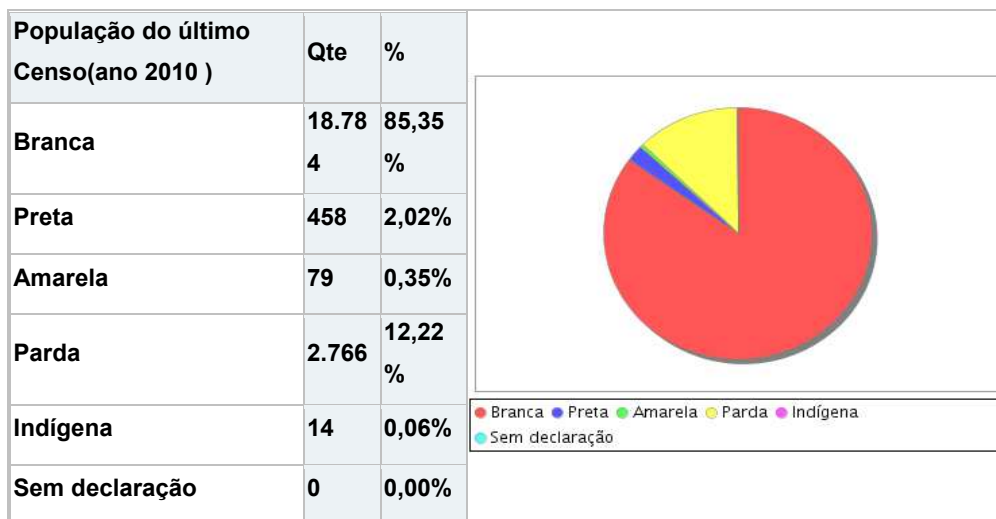
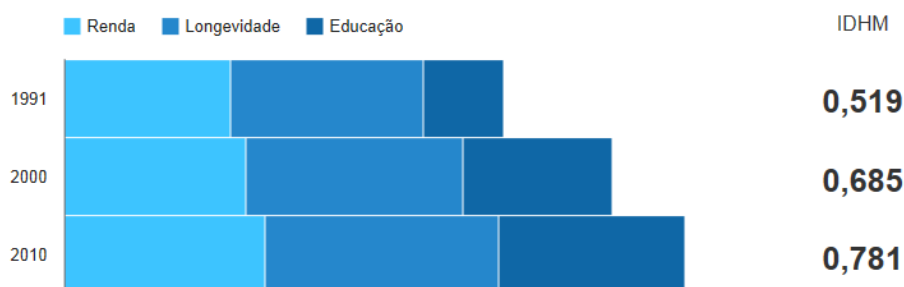


Gráfico 004 – Fonte: SARGSUS 2012

No gráfico acima, percebe-se que a população do município de Maravilha, é caracterizada pela grande predominância da cor da pele branca, assim como na grande maioria dos municípios da região. Do total de habitantes residentes no município, 18.784 se autodeclararam brancos alcançando o percentual de 85,35%. Em seguida os habitantes que se autodeclararam de cor parda, 2.766 habitantes num percentual de 12,22%, seguindo-se os habitantes de cor preta 458 correspondendo a 2,02% da população. Habitantes que se declararam da cor amarela foram 79 habitantes, 0,35%. Segundo o censo do IBGE 2010, há 14 indígenas em Maravilha, 0,06% da população.

2.8 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Maravilha – SC

IDHM

**Gráfico 005 – Fonte: PNUD, IPEA e FJP**

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Maravilha é 0,781, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,138), seguida por Renda e por Longevidade. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,267), seguida por Longevidade e Renda.

Quadro 004: IDH Municipal e seus componentes 1991-2010: Maravilha/SC

IDHM e Componentes: % de indivíduos e faixa etária	1991	2000	2010
IDHM Educação	0.303	0.570	0.708
18 anos ou mais com ensino fundamental completo.	28,34	39,05	56,23

05 a 06 anos frequentando a escola.	29,48	88,07	95,10
11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental.	52,42	87,38	94,66
15 a 17 anos com ensino fundamental completo.	28,89	58,12	74,50
18 a 20 anos com ensino médio completo.	14,22	41,98	53,77
IDHM Longevidade	0,734	0,819	0,886
Esperança de vida ao nascer (em anos).	69,05	74,16	78,17
IDHM Renda	0,628	0,689	0,758
Renda per capita (em R\$)	397,33	583,00	896,02

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

O IDHM passou de 0,685 em 2000 para 0,781 em 2010, uma taxa de crescimento de 14,01%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 30,48% entre 2000 e 2010.

O IDHM passou de 0,519 em 1991 para 0,685 em 2000 - uma taxa de crescimento de 31,98%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 34,51% entre 1991 e 2000.

Maravilha teve um incremento no seu IDHM de 50,48% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47,46%) e acima da média de crescimento estadual (42,54%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 54,47% entre 1991 e 2010.

Evolução do IDHM - Maravilha - SC

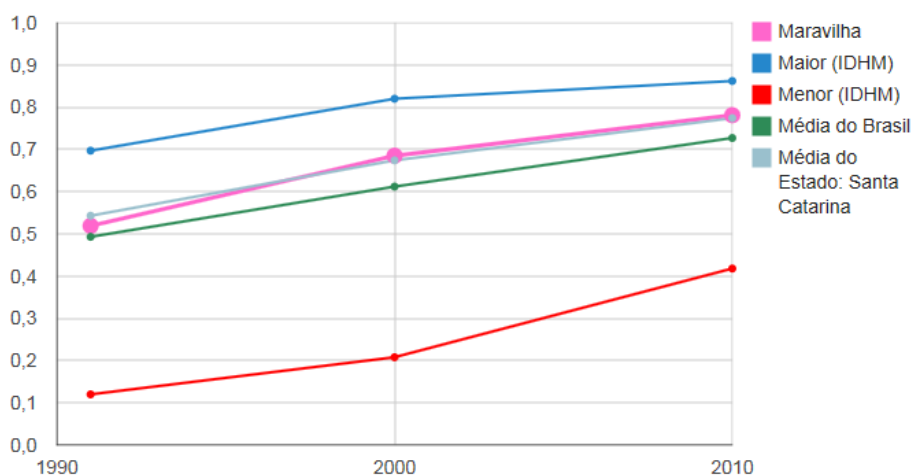


Gráfico 006 – Fonte: PNUD, IPEA e FJP

2.9 – Ranking Brasil e Estado de Santa Catarina

Maravilha ocupa a 521ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 520 (9,34%) municípios estão em situação melhor e 5.045 (90,66%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 293 outros municípios de Santa Catarina, Maravilha ocupa a 64ª posição, sendo que 63 (21,50%) municípios estão em situação melhor e 230 (78,50%) municípios estão em situação pior ou igual.

3 – ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E DE INFRAESTRUTURA

Nesta seção é apresentada uma visão geral do município de Maravilha sob o ponto de vista de seu desempenho econômico nos últimos anos. Deste modo, foram estudados aspectos renda per capita, taxa média anual de crescimento, extrema pobreza e desigualdade social.

3.1 – Renda Per Capita de Maravilha – SC

A renda per capita média de Maravilha cresceu 125,51% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 397,33 em 1991 para R\$ 583,00 em 2000 e R\$ 896,02 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 46,73% no primeiro período e 53,69% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 13,40% em 1991 para 3,62% em 2000 e para 0,39% em 2010.

A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,58 em 1991 para 0,51 em 2000 e para 0,45 em 2010.

O Índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que **zero** representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor **um** significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

Quadro 005: Renda, Pobreza e Desigualdade – Maravilha – SC

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	397,33	583,00	896,02
% de extremamente pobres	13,40	3,62	0,39
% de pobres	33,45	13,15	2,14
Índice de Gini	0,58	0,51	0,45

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Quadro 006: Porcentagem da Renda Apropriada por Estratos – Maravilha – SC

	1991	2000	2010
20% mais pobres	2,65	3,87	5,52
40% mais pobres	9,07	12,03	15,38
60% mais pobres	19,76	25,15	28,84
80% mais pobres	37,23	44,12	48,13
20% mais ricos	67,72	55,88	51,87

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

3.2 – Principais Atividades Econômicas de Maravilha

A história de Maravilha pode ser dividida em quatro períodos sob o prisma desenvolvimentista. O primeiro período ficou entre os anos de 1950 e 1960, a principal atividade econômica da época era a agropecuária de subsistência, exceto as madeireiras e imobiliárias. Os principais produtos agropecuários da época eram: milho, feijão, fumo, trigo, arroz e suínos. O segundo período aconteceu entre os anos 1960 e 1980, a produção agrícola aumentou com o cultivo de novos produtos como a soja, com isso houve a instalação de uma extratora de óleo, a CIVEMA.

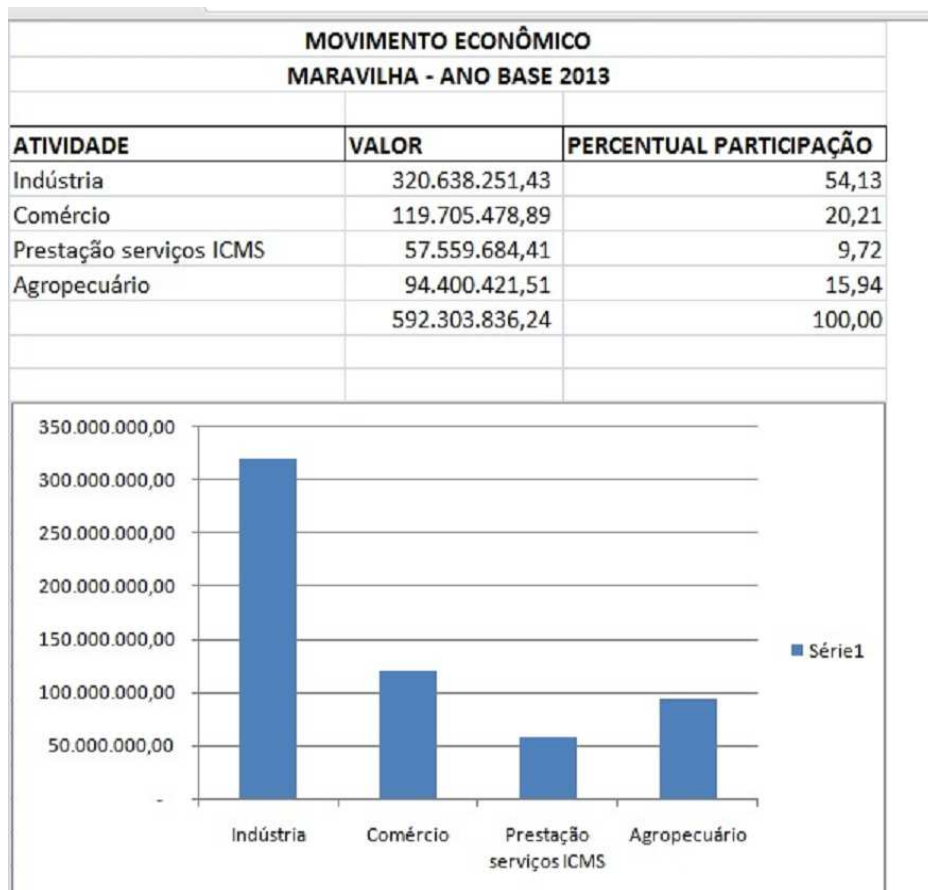
O progresso aconteceu em 1970 quando duas grandes rodovias federais foram abertas: BR 282 e 158. Entre as indústrias podem se destacar a fábrica de fogões da Metalúrgica Maravilha e a produção de móveis e esquadrias. No comércio se destacou os alemães Alexandre Kasper e Alexandre Dondoefer e o italiano Reimundo Gottardo. O terceiro período ficou entre os anos 1980 e 1995 essa fase foi de industrialização, houve a tentativa da instalação do frigorífico de suínos FRIMASA (Frigorífico Maravilha S.A). a construção estava quase concluída quando muitas pessoas faliram e ele virou ruínas.

Em agosto de 1988 iniciou a produção do Frigorífico de Aves da Coopercentral (AURORA). No setor primário que estava baseado na produção de grãos entra uma nova fase: a produção de aves em escala industrial. Com a industrialização surgiram outras empresas como as de metalurgia, equipamentos para avicultura, transporte, móveis, recapagem de pneus, oficinas mecânicas e autopeças além de prestadoras de serviços. Em 1981 também se instalou em Maravilha a Tabacos Brasileiros S. A, depois a Universal Leaf Tabacos.

O quarto período acontece a partir de 1995 nesse período pode-se citar a criação da ANERIOS a instalação do Campus aproximado da Universidade do Oeste de Santa Catarina da Unoesc SMO e a 23ª Coordenadoria Regional de Educação. Diversas empresas foram destaque como a Avioeste, Realce, Folle Produtos Siderúrgicos e atualmente a Laticínios Bela Vista.

Em 2013 o gráfico apresenta os seguintes percentuais de contribuição no movimento econômico do município: Setor Industrial representou, 54,13% do movimento econômico do

município, seguindo pelo Comércio com 20,21%, ramo agropecuário com 15,94% e, prestadores de serviços, que representam 9,72% do movimento.



3.2.1 – Setor Agropecuário

Maravilha destaca-se na agropecuária, indústria e comércio sendo tudo relacionado a agricultura. A citricultura, piscicultura e hortaliças foram estimuladas no início da década de 2000 mas não representam grande importância para a economia local.

Atualmente em torno de 16% (dezesesseis por cento) do movimento econômico de Maravilha, provem do Setor Primário com destaque para a produção de aves de corte, gado leite e suínos. Já nos grãos o milho e soja tem destaque, seguidos de feijão e trigo. Há ainda a produção de fumo em folha, utilizado para a produção de cigarros.

3.2.2 – Setor industrial

Iniciou com a exploração da madeira e, com isso surgiram as serrarias isso nas décadas de 50 e 60. Com o esgotamento das reservas de floresta várias empresas faliram, assim outros setores ganharam impulso, como os de gêneros alimentícios e de vestuário.

Atualmente o parque industrial de Maravilha é bastante desenvolvido e com uma grande diversidade de indústrias instaladas em nosso município. A diversidade do setor é demonstrada de vários aspectos, haja vista que, estão instaladas e solidificadas, indústrias que beneficiam produtos agropecuários com destaque para a Cooperativa Central Aurora, em que o frigorífico de abate de aves (frangos). A Laticínios Piracanjuba trabalha no beneficiamento de leite produzindo diversos subprodutos lácteos.

Destacamos ainda a produção de móveis domésticos como fogões a gás e a lenha, cozinhas, mesas cadeiras entre outros.

3.2.3 – Setor comercial

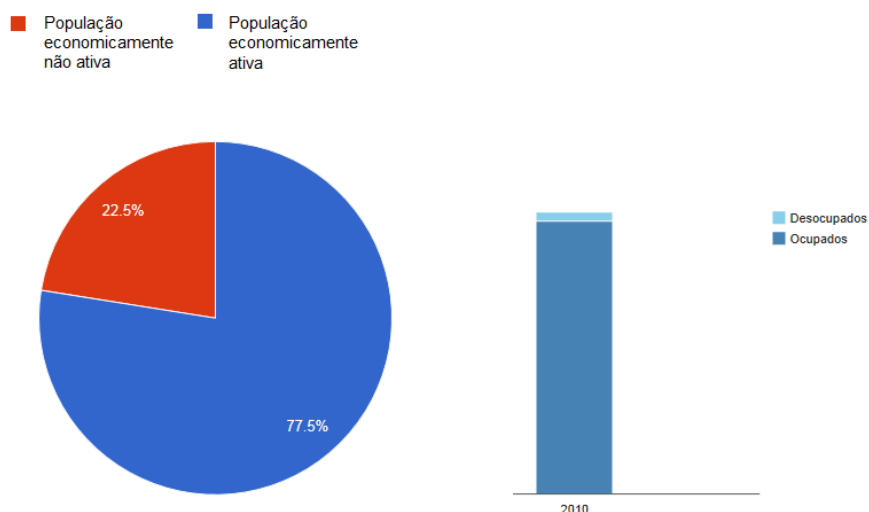
O Setor Comercial em Maravilha destaca-se pela diversidade e pela grande oferta de produtos em praticamente todas as áreas, alimentos, móveis e utensílios domésticos, eletroeletrônicos, tecidos e confecções, calçados, aviamentos, peças, veículos e demais. A oferta de produtos no município é ampla e atende praticamente toda a demanda da população local e dos municípios vizinhos. Representa cerca de 20% da economia local e está organizado através da CDL/Associação Empresarial de Maravilha, com cerca de 420 (quatrocentos e vinte) associados e tem como missão “Representar e defender a classe empresarial, estimular a competitividade e o empreendedorismo, e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico.” E visão “Ser reconhecida pelos associados e comunidade em geral como a entidade de maior representatividade e de excelência na prestação de serviços da região”.

3.2.4 – Prestação de Serviços

A prestação de serviços tem destaque no município, com cerca de 10% do movimento econômico do município. Assume grande importância para o Poder público, uma vez que o ente público legisla sobre a arrecadação de impostos, com destaque para o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) em que a receita total fica para o município. Entre os serviços prestados podemos destacar o transporte de cargas, manutenção em geral, construção civil, telecomunicações entre outros.

3.3 – Trabalho – Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais 2010.

No Gráfico a seguir são apresentadas informações relativas à taxa de atividade e de desocupação da população economicamente ativa de Maravilha em 2010.

Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais - 2010**Gráfico 008 – Fonte: PNUD, IPEA e FJP**

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 75,04% em 2000 para 77,52% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) diminuiu de 6,14% em 2000 para 2,57% em 2010.

4 – ASPECTOS EDUCACIONAIS**4.1 – Rede Pública de Ensino**

A Rede Pública de ensino no município de Maravilha é bastante ampla e atende toda a demanda de alunos desde o Ensino Infantil até o Ensino Médio, com diversas escolas da Rede Municipal e da Rede Estadual de Educação. Há no município 02 (duas) escolas da Rede Privada que atuam nesses níveis de ensino. No total são 18 (dezoito) escolas no município entre estaduais, municipais e particulares no ensino infantil, fundamental e médio. Há ainda duas Universidades Privadas que oferecem cerca de 15 cursos de nível superior diferentes e nas mais diversas áreas como exatas, humanas e biológicas.

Quadro 007: Rede de Ensino do Município de Maravilha – Ano base 2013

ESCOLAS	Creche	Pré-Escola	Ensino Fundam. 1ª a 4ª	Ensino Fundam. 5ª a 8ª	Ensino Médio	Total de alunos	Docentes
12 Municipais	620	449	618	443	00	2.130	309
04 Estaduais	00	00	839	695	909	2.443	321
02 Particulares	35	37	65	69	38	244	57
TOTAL	655	486	1.522	1.207	947	4.817	687
ENSINO SUPERIOR					Alunos	Tutores	Cursos
UNOPAR EAD					1.600	20	15
UONESC					502	70	07
TOTAL					2.102	90	22

Fonte: Secretaria Municipal/Estadual de Educação – INEP – Secretaria das Universidades

Pelo quadro acima podemos perceber que cerca de 7.000 alunos estão estudando no município de Maravilha com uma população de cerca de 23.000h poderíamos afirmar que aproximadamente 30% da população estariam frequentando as salas de aula, considerando do ensino infantil ao ensino superior. Claro que no caso do Ensino Superior, cerca de 60% são alunos oriundos de outros municípios, mas é um percentual importante de indivíduos que frequentam a escola. Assim como há um numero importante de alunos que estudam no município no Ensino Superior, certamente outros tantos estudam em outras cidades, por opção de cursos de graduação pretendidos.

Um dado importante a ser destacado é o de que, à medida que os níveis de ensino aumentam, o número de alunos diminui, ou seja, é inversamente proporcional e isso preocupa, pois o desenvolvimento de uma cidade, por que não dizer do país, precisa de pessoas com formação em nível superior, de bacharéis de pesquisadores etc. e quanto maior esse número, maiores são as possibilidades de crescimento.

O índice de evasão escolar, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação e IBGE, era de 0,2% nos anos iniciais e de 2,30% nos anos finais. Já no ensino médio esse percentual chega a 7,20%. Esses percentuais reforçam o que dissemos anteriormente em relação ao aumento do nível de ensino e a diminuição do número de alunos.

4.2 – Crianças e Jovens Frequentando a Escola

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 7,98% e no de período 1991 e 2000, 198,74%. A proporção de crianças de 11 a 13

anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 8,33% entre 2000 e 2010 e 66,69% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 28,18% no período de 2000 a 2010 e 101,18% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 28,08% entre 2000 e 2010 e 195,22% entre 1991 e 2000.

No gráfico a seguir são demonstrados os índices de frequência escolar no município de Maravilha, Estado de Santa Catarina e Brasil.

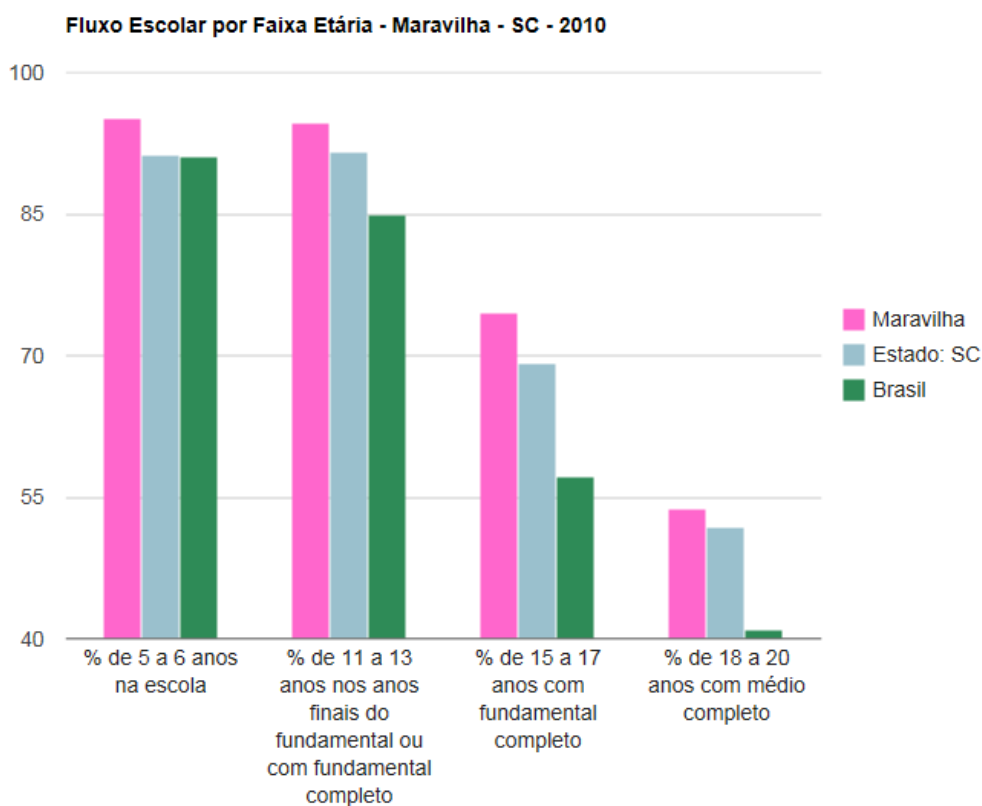


Gráfico 009 – Fonte: PNUD, IPEA e FJP

5 – ASPECTOS GERAIS COM ABRANGÊNCIA RURAL E URBANA

5.1 – Indicadores de Habitação – Água

Sendo a água o principal alimento e fonte de vida em todo o planeta, importa analisar de onde as pessoas retiram a água para o consumo humano e a produção de alimentos. A água é essencial para os humanos e para as outras formas de vida. Ela age como reguladora de temperatura, diluidora de sólidos e transportadora de nutrientes e resíduos por entre os vários órgãos. Bebemos água para ajudar na diluição e funcionamento normal dos órgãos para em seguida ser eliminada pela urina e por evaporação nos poros, mantendo a temperatura corporal e eliminando resíduos solúveis, como sais e impurezas. As lágrimas são outro exemplo de eliminação de água. Na indústria ela desempenha o mesmo papel de diluidora, transportadora e resfriadora nos vários processos de manufatura e transformações de insumos básicos em bens comerciais.

No município de Maravilha, haviam sérios problemas com o abastecimento de água, pois o riacho onde era captada a água para o consumo humano (Jundiá) devido as frequentes estiagem que ocorrem no estado, não dava mais conta de atender a demanda. Em virtude disso, foi perfurado um poço profundo pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), para resolver o problema. O Poço fora perfurado com uma profundidade total de 1.305m e busca a água diretamente no Aquífero Guarani, um dos maiores reservatórios de água doce do Planeta. Com isso o problema foi diminuído e a cidade hoje pode contar com água potável de qualidade. Como o sistema exige equipamentos robustos e trabalham sempre no limite, ocorrem quebras que ocasionam falta de água, pois devido as especificidades a dificuldade para consertar os equipamentos em função da profundidade, do poço, faz com que o processo seja demorado, e com isso faz-se necessário reativar o sistema convencional em sistema de rodízio, para garantir o abastecimento de água nesses períodos.

No interior do município, como ocorre em grande parte do Planeta, as águas superficiais estão contaminadas o que as torna impróprias para consumo humano e também para os animais, forçando o Poder Público buscar soluções alternativas. A perfuração de poços artesianos (assim denominados porque a água jorra/flui naturalmente do solo, sem a necessidade de bombeamento) de média profundidade – 100 a 300m. Há em funcionamento no interior do município e fornece água aos moradores do zonal rural, 32 (trinta e dois) poços que atendem mais de 4.200 habitantes, ou seja, praticamente todos os moradores da zona rural.

A problemática da água é tão significativa, que mesmo estes poços de profundidade maior, onde na teoria, deveriam estar livres de contaminação biológica mas que no entanto

precisam de tratamento regular para controlar a contaminação, pois apresentam contaminação por coliformes.

Pelo quadro a seguir, podemos ver o total de domicílios e o percentual destes que recebem água potável diretamente do sistema público.

Quadro 008: Abastecimento de água nos domicílios 2008-2012 – Maravilha/SC

ABASTECIMENTO DE ÁGUA	2008	2009	2010	2011	2012
Número de domicílios no município	3.630	6.792	7.250	6.415	7.665
% de domicílios com água de rede pública	64,13	80,83	79,03	77,66	81,28
% domicílios com água de poço ou nascente	35,48	19,01	20,86	22,23	18,79
% domicílios com água de outras fontes	0,39	0,16	0,11	0,11	0,04

Fonte: SIAB 2013

Pelo quadro podemos verificar que mais de 80% da população recebe água tratada da Rede Pública administrada pela CASAN, no município de Maravilha. Os 19% dos domicílios restante, utilizam água de poços artesianos, poços e fontes superficiais. Há no município 32 (trinta e dois) poços artesianos (uso coletivo) com cerca de 1.200 famílias atendidas/beneficiadas.

5.2 – Indicadores de Habitação – Esgoto.

No perímetro urbano do município não há rede de captação e tratamento de esgoto. Os domicílios possuem sistema de esgoto próprio: fossa séptica, sumidouro, fossa rudimentar etc. O mesmo acontece com as famílias residentes na área rural do município. Pelo quadro a seguir podemos verificar como é feita a destinação das águas servidas e a deposição do esgoto doméstico no município.

Quadro 009: Destinação do esgoto doméstico – Maravilha – 2008/2012

Instalações Sanitárias (em %)	2008	2009	2010	2011	2012
Número de domicílios no município	3.630	6.792	7.250	6.415	7.665
Domicílios com fossa séptica	98,35	98,20	98,37	98,43	99,40
Domicílios com fossa rudimentar	0,80	1,28	1,26	1,22	0,48
Domicílios sem instalação sanitária	0,85	0,52	0,37	0,36	0,12

Fonte: SIAB 2013

Pelo quadro podemos perceber praticamente 100% do esgoto sanitário do município de Maravilha é despejado na natureza sem nenhum tipo de tratamento. Sabemos que as fossas sépticas são uma forma rudimentar/primitiva de tratamento de esgoto e indicada para

a zona rural devido a distancia entre as casas. Já no perímetro urbano isso já está ultrapassado e necessitamos de investimentos em Tratamento de Esgoto, sob pena de não conseguirmos mais água potável para o consumo humano. Isto já está provado no município pois o abastecimento é feito através de poço profundo ou através de poços artesianos como dito anteriormente.

5.3 – Indicadores de Habitação – Energia Elétrica.

No município de Maravilha, segundo dados do censo IBGE 2010, 99,97% da população possui energia elétrica em suas residências, sendo este um dos fatores que contribuem para a qualidade de vida da população. Percebe-se no quadro a seguir que este percentual em 1991 era de 91,04%, passou para 98,93% em 2000, atingindo 99,97% em 2010 graças aos investimentos dos governos municipal e estadual.

Quadro 010 – Domicílios, percentual com energia elétrica – Maravilha/SC – 2008/2012

Energia Elétrica	2008	2009	2010	2011	2012
Total de domicílios no município	3.630	6.792	7.250	6.415	7.665
% de domicílios com energia elétrica	98,48	99,54	99,81	99,86	99,92

Fonte: SIAB 2013

A energia elétrica produzida no Brasil é talvez a energia produzida da forma mais “limpa” que há no Planeta. Se por um lado as águas superficiais estão, quase que totalmente contaminadas, por outro lado o relevo e a abundância de rios e riachos, permitem-nos produzir energia de forma barata e que chegue a todos os lares brasileiros. Em Maravilha praticamente todos domicílios possuem energia elétrica, produzida em Usinas Hidrelétricas. As poucas residências que não possuem, tratam-se de barracos e/ou casebres em construídos em locais proibidos (faixa de domínio de rodovias) ou em terrenos invadidos de propriedade pública ou privada.

5.4 – Indicadores de Habitação – Coleta de Lixo

A coleta de lixo é realizada no perímetro urbano onde o percentual atinge 100% das residências. Já no interior do município, o lixo é queimado ou enterrado, ou ainda, existem situações onde o lixo é jogado a céu aberto, o que evidencia a necessidade de políticas intersetoriais visando à conscientização da população para a necessidade de dar destino adequado ao lixo.

O lixo contaminante (resíduos de hospitais, postos de saúde, consultórios médicos, odontológicos, farmácias etc.) é recolhido por empresa especializada que dá destino a este tipo de lixo, conforme legislação específica.

Quadro 011: Domicílios e destinação do Lixo Doméstico – Maravilha /SC – 2008/2012

Destino do Lixo doméstico	2008	2009	2010	2011	2012
Número de domicílios no município	3.630	6.792	7.250	6.415	7.665
% de lixo coletado	70,47	85,94	86,07	85,50	87,91
% de lixo queimado ou enterrado	28,76	13,68	13,78	14,40	12,08
% de lixo jogado a Céu aberto	0,77	0,38	0,15	0,09	0,01

Fonte: SIAB 2012

Analisando o quadro acima, podemos perceber que a maioria dos domicílios, tem coleta regular de lixo domiciliar, podemos identificar que no perímetro urbano 100% dos domicílios tem coleta regular, já na zona rural, não há recolhimento de lixo domiciliar, o lixo reciclável é recolhido seguindo um cronograma estabelecido pelo poder público, quinzenal, mensal ou bimestral dependendo do tipo de lixo e da quantidade produzida. O lixo úmido e outras é enterrado ou queimado, gerando lixo ambiental. É a alternativa que resta os moradores do interior. As embalagens de agrotóxicos e outros materiais de maior risco ambiental, são recolhidos pelas empresas que vendem os produtos de acordo com o que prevê a Lei 9974/200 – Regulamentada pelo Decreto 4.074/2002.

5.5 – Vulnerabilidade Social

A vulnerabilidade social é um conceito que tem sua origem na área dos Direitos Humanos. Refere-se a grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seu direito à cidadania. No quadro a seguir é demonstrada a vulnerabilidade social no município de Maravilha.

Quadro 012: Comparativo da Vulnerabilidade Social – Maravilha/SC – 1991-2010

Crianças e Jovens	1991	2000	2010
Mortalidade infantil.	27,60	18,90	9,50
% de crianças de 4 a 5 anos fora da escola.	-	43,13	3,20
% de crianças de 6 a 14 anos fora da escola.	16,81	2,31	2,31
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza.	-	8,60	2,88
% de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos.	1,07	1,59	0,00
% de mulheres de 15 a 17 anos que tiveram filhos.	9,36	8,48	7,09
Taxa de atividade – 10 a 14 anos (%).	-	20,34	18,61
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental completo	8,70	9,72	14,79

e com filhos menores de 15 anos.			
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos.	2,03	1,85	0,25
% de crianças extremamente pobres.	20,57	7,12	0,85
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza.	60,64	31,92	10,80
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal.	-	43,61	28,30
Condição de Moradia			
% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitários inadequados.	4,19	2,80	0,10

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

5.6 – Meio Ambiente.

A consciência ambiental tem sido tema de muitas discussões e encaminhamentos por parte de várias entidades no município. Percebe-se uma grande preocupação com o meio ambiente que desde os primórdios da colonização vem sendo agredido por práticas inadequadas principalmente da produção agropecuária que tinha como único objetivo o fator econômico, sem levar em consideração a degradação ambiental.

Com o passar dos anos e os sérios problemas enfrentados pelos fenômenos climáticos, como estiagens e enchentes, governos e sociedade passaram a levar em consideração a necessidade de um cuidado maior com o meio ambiente.

No município de Maravilha os problemas ambientais são similares aos municípios da região, caracterizando-se pela contaminação dos mananciais hidrográficos especialmente pelo uso indevido de agrotóxicos, e lançamento de dejetos nos córregos e riachos que acabam contaminando o lençol freático. O Poder público municipal juntamente com demais entidades governamentais vem desenvolvendo ações visando melhor as condições ambientais no município.

II – DIAGNÓSTICO EPIDEMIOLÓGICO

O perfil da morbimortalidade da população brasileira é caracterizado pela crescente prevalência e incidência das doenças crônicas não transmissíveis, pela persistência de

doenças transmissíveis que já poderiam ter sido eliminadas, coexistindo com as transmissíveis classificadas como emergentes ou reemergentes, bem como pela alta carga de acidentes e violências. Para termos um diagnóstico da situação de saúde do município, faz-se necessário que tenhamos uma série de informações de diversos indicadores de saúde, para demonstrar o diagnóstico epidemiológico. Assim sendo, passamos a analisar alguns indicadores de setores diversos, em relação a morbidade ambulatorial e hospitalar, assim como os indicadores de mortalidade, proporcional, infantil e materna.

6.1 – Vigilância Epidemiológica

A dinâmica do perfil epidemiológico das doenças, o avanço do conhecimento científico e algumas características da sociedade contemporânea têm exigido não só constantes atualizações das normas e procedimentos técnicos de Vigilância Epidemiológica, como também o desenvolvimento de novas estruturas e estratégias capazes de atender aos desafios que vêm sendo colocados.

A análise da condição de saúde no município de Maravilha, apresentada a seguir, foi organizada considerando inicialmente o perfil de mortalidade geral, segundo os principais grupos de causas, a distribuição por faixa etária e por sexo, destacando-se algumas particularidades locais.

Neste sentido, a Secretaria Municipal de Saúde de Maravilha, através dos profissionais responsáveis pela Vigilância Epidemiológica no município busca constantemente aperfeiçoar as ações visando à busca de resultados efetivos na epidemiologia no município.

6.2 – Mortalidade Geral

Nos últimos 50 anos ocorreram significativas mudanças no perfil da mortalidade da população brasileira, com diminuição dos óbitos por doenças infecto-parasitárias e aumento das mortes por causas externas e doenças crônico-degenerativas.

O município de Maravilha acompanha esta tendência, tendo as doenças do aparelho circulatório, seguidas das neoplasias e doenças do aparelho respiratório como principal causa de óbito.

Quadro 013: Mortalidade Geral por causas capítulos 2009-2013 – Maravilha – SC

Causas Capítulo CID 10	2009	2010	2011	2012	2013	Total
I – Algumas doenças infecciosas e parasitárias	06	04	05	01	02	18
II – Neoplasias (tumores)	26	26	25	33	27	137

III – Doenças do sangue, órgãos hematológicos e transtornos imunitários.	00	01	00	01	00	02
IV – Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	04	12	04	06	06	32
V – Transtornos mentais e comportamentais	03	04	03	02	00	12
VI – Doenças do sistema nervoso	04	00	00	02	07	13
IX – Doenças do aparelho circulatório	38	39	40	37	30	184
X – Doenças do aparelho respiratório	16	14	18	22	19	89
XI – Doenças do aparelho digestivo	08	12	08	05	09	42
XII – Doenças da pele e do tecido subcutâneo	00	01	00	00	00	01
XIV – Doenças do aparelho geniturinário	00	00	06	04	05	15
XV – Gravidez, parto e puerpério	00	00	01	01	00	02
XVI – Algumas afecções orig. no período perinatal	01	01	03	00	02	07
XVII – Malformações congênitas, deformações e anomalias cromossômicas	01	01	01	02	02	07
XX – Causas externas	15	22	13	19	17	86
IGN – Causas mal definidas	03	05	08	05	02	23
Total	126	143	136	142	130	670

Fonte – DATASUS – Tabnet/SIM

Analisando o quadro acima, podemos perceber que nos últimos cinco anos, as principais causas de morte, permaneceram inalteradas sem oscilações importantes no período. A principal causa de mortes está relacionada às doenças do Aparelho Circulatório – Capítulo X, com cerca de 27,5% das mortes. Em segundo lugar as Neoplasias Malignas (Tumores) Capítulo II com 20,44% do total de óbitos no período. Chama-se a atenção para as mortes por causas externas, que com 86 óbitos no período, está em terceiro plano, juntamente com as mortes relacionadas às doenças do aparelho respiratório. É importante fator de morbimortalidade no município e região. Merecer ser monitorado e ações para redução, devem ser implantadas/implementadas em conjunto com outros setores públicos, como a Secretaria de Segurança Pública (SSP) Educação e outros.

Quadro 014: Mortalidade geral, faixa etária e Causas Capítulo, 2009-2013 – Maravilha

Causas Capítulo CID 10	< 01	01 a 04	05 a 09	10 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80 e +
I – Algumas doenças infecciosas e parasitárias	00	00	00	00	00	03	01	01	06	05	02
II – Neoplasias (tumores)	00	01	00	00	02	05	15	26	30	32	26
III – Doenças do sangue, órgãos hematológicos e transtornos imunitários.	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01	01
IV – Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	00	00	01	00	00	00	01	05	03	07	15
V – Transtornos mentais e comportamentais	00	00	00	00	01	01	01	04	03	01	01
VI – Doenças do sistema nervoso	01	00	00	00	00	01	01	01	02	03	04
IX – Doenças do aparelho circulatório	00	00	01	00	02	01	09	18	32	51	70
X – Doenças do aparelho respiratório	02	02	00	00	00	00	03	05	17	32	28
XI – Doenças do aparelho digestivo	00	00	00	00	01	01	03	09	11	08	09
XII – Doenças da pele e do tecido subcutâneo	00	00	00	00	00	00	00	00	01	01	00

XIV – Doenças do aparelho geniturinário	00	00	00	00	00	01	02	00	02	06	04
XV – Gravidez, parto e puerpério	00	00	00	00	01	01	00	00	00	00	00
XVI – Algumas afecções orig. no período perinatal	07	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
XVII – Malformações congênitas, deformações e anomalias cromossômicas	05	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
XX – Causas externas	00	00	01	09	19	19	11	14	04	04	05
IGN – Causas mal definidas	00	00	00	00	00	00	00	02	05	07	09
Total	15	03	03	09	26	23	47	86	116	158	174

Fonte: DATASUS Tabnet/SIM

Por este quadro, podemos verificar que a mortalidade geral, está concentrada nas faixas populacionais mais elevadas, ou seja, nas pessoas mais velhas o que indica a qualidade de vida da população em determinado local e em determinada época. Segundo Nelson de Moraes, 1995, a curva em forma de “J” no quadro da mortalidade, sugere uma boa expectativa e qualidade de vida. Podemos perceber que 67% dos óbitos em Maravilha no período, ficaram concentrados na população com 60 anos ou mais, o que representa que a população está morrendo em idade avançada.

6.3 – Mortalidade Infantil

A mortalidade infantil no Brasil caiu de 69,1 por mil nascidos vivos, em 1980, para 16,7 por mil, em 2010, o que representa queda de 75,8%. O resultado está na pesquisa Tábuas de Mortalidade 2010 – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, (IBGE 2010).

Na avaliação do Instituto, a redução na taxa de mortalidade infantil é resultado concreto de ações governamentais e não governamentais no campo da saúde e reflete as condições de vida da população.

Aleitamento materno, melhoria nas condições de saneamento básico e higiene pública, campanhas de vacinação, maior acesso da população aos serviços de saúde, maior escolaridade da mãe e política de assistência básica às gestantes são programas que efetivamente têm forte impacto na diminuição da mortalidade infantil e infanto-juvenil.

No quadro a seguir é demonstrada taxa de mortalidade em crianças menores de 1 ano de idade a cada mil nascidos vivos em Saltinho no referido período.

Quadro 014: Óbitos Infantis e Taxa de Mortalidade Infantil. Período 2009-2013

ANO DO ÓBITO	2009	2010	2011	2012	2013
Óbitos Infantis – (número absoluto)	1,00	2,00	5,00	2,00	5,00
Taxa de Mortalidade Infantil por 1000	3,00	7,30	16,94	6,34	17,24

Fonte SINASC/DATASUS

O quadro nos mostra que no período de 2009 a 2013, houveram 15 óbitos infantis (número absoluto) que representou uma taxa média de mortalidade de 10,164 por mil nascidos vivos. Taxa esta muito próxima do que preconiza a Organização Mundial de Saúde (OMS) e que é meta do Ministério da Saúde, em que a mortalidade infantil esteja abaixo de dois dígitos, ou seja, menos de 10 por mil nascidos vivos.

Quadro 015: Nascidos vivos e outros fatores. Período 2009-2013, Maravilha – SC

Condições	2009	2010	2011	2012	2013
Total de nascidos vivos	255	275	295	315	290
% de mães de 10 a 14 anos	1,18	1,45	0,68	0,32	0,00
% de mães de 15 a 19 anos	12,16	13,45	12,20	11,43	12,76
Nascidos vivos de partos Vaginais	27,45	19,64	21,02	9,21	12,75
Nascidos vivos de partos Cesáreos	72,55	80,36	78,98	90,79	87,25
Consultas de Pré-natal < de 07	23,66	6,67	6,18	12,20	20,95
Consultas de Pré-natal 07 ou >	73,28	91,37	93,48	87,45	76,19

Fonte: SINASC/DATASUS

Ao analisarmos o quadro acima, é importante observar, no que se refere à gravidez na adolescência, que no município de Maravilha, esse percentual está bem abaixo da média da Região, Estado e País, onde os índices estão próximos de 20% de mães com menos de 20 anos. Estima-se que a cada ano, no mundo, nasçam cerca de dois milhões de bebês de mães com menos de 15 anos, e destas em cada 10 que dão a luz, duas morrem em consequência do parto.

Em Maravilha o percentual de adolescentes menores de 15 anos que deram a luz no período, está em torno de 1% (um por cento) já para adolescentes entre 15 e 19 anos, o percentual médio no período foi de 12% (doze por cento) cinquenta por cento abaixo da média nacional.

O percentual de partos vaginais em relação aos partos cesáreos, ainda é um desafio a ser vencido. A implantação da Rede Cegonha busca resgatar essa prática, porém sabemos que muito ainda havemos de galgar, pois questões culturais, orientações e a prática de grande parte dos profissionais de saúde, inclusive da Rede Pública, são adeptos dos partos cesáreos por serem menos doloridos, permitem programar o dia e hora do nascimento entre outros fatores que contribuem para o péssimo “desempenho” desse indicador. Mais de 85% na média dos partos, são cesáreos enquanto o SUS, na Rede Pública, em hospitais públicos ou credenciados, permite/remunera apenas em torno de 25% dos partos cesáreos/mês.

As informações acima apontam para a necessidade de uma efetividade maior no que se refere ao acompanhamento das gestantes, para que se possa atingir a meta de no mínimo 07 consultas de pré-natal por gestante. Sabe-se que a migração é um fator que dificulta esse acompanhamento, pois algumas vidas de outras cidades, procuram as UBS somente no final da gravidez.

6.4 – Mortalidade Materna

O Coeficiente de Mortalidade Materna também representa um bom indicador de saúde da população feminina. Faz parte dos Objetivos do Milênio da ONU e expressa também a qualidade da saúde pública.

Neste sentido o foco é enfrentar os desafios para a redução da mortalidade materna, principalmente aquela decorrente do parto e puerpério, que aparece entre as três maiores causas de morte de mulheres. São mortes evitáveis, em sua grande maioria. A rigor, nenhuma mulher deveria morrer em razão do parto no mundo atual.

No quadro a seguir é demonstrado o número de mortes maternas no período de 2008 a 2012, no município de Maravilha.

Quadro 016: Taxa de mortalidade materna em Maravilha 2008-2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Óbitos de mulheres em idade fértil e óbitos Maternos (número absoluto)	5,00	11,00	8,00	7,00	14
Durante a gravidez, parto ou aborto	2,00	1,00	0,00	0,00	01
Durante o puerpério, até 42 dias	0,00	0,00	0,00	1,00	00
Não na gravidez ou puerpério	3,00	7,00	8,00	6,00	13
Não informado ou ignorado	0,00	3,00	0,00	0,00	00

Fonte: DATASUS

Pelo quadro acima, podemos identificar um total de 14 mortes no período estudado, sendo que destas, a principal causa foi por Neoplasias (Tumores) com quatro óbitos e em seguida, com três óbitos as causas externas foram as causas de maior expressão. Houve uma morte materna devida a complicações obstétricas indiretas.

6.5 – Morbidade Hospitalar

Em epidemiologia, morbidade é a taxa de portadores de determinada doença em relação à população total estudada, em determinado local e em determinado momento. A quantificação das doenças ou cálculo das taxas e coeficientes de morbidade e morbi-

mortalidade são tarefas essenciais para Vigilância epidemiológica e controle das doenças que, por sua vez para fins de organização dos serviços de saúde e intervenção nos níveis de saúde pública podem ser divididas em doenças transmissíveis e Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANTs).

A palavra morbidade provém da palavra latina morbus, que significa tanto doença física, enfermidade, como doença do espírito, paixão. A medida de morbidade é um dos temas centrais da epidemiologia, sendo que sua obtenção apresenta diferentes graus de dificuldade. Também é a taxa de portadores de determinadas doenças em relação ao número de habitantes sãos em determinado local ou em determinado doente.

O termo “**freqüência**” necessita ser bem definido na epidemiologia, sofrendo distinção entre “**incidência**” e “**prevalência**”, no intuito de separar determinados aspectos que, se não levados em conta, dificultam as comparações de “freqüências”.

Incidência e Prevalência: A **incidência** de uma doença refere-se aos casos novos e a **prevalência** aos casos existentes. Comparando, a incidência é como se fosse um “filme” sobre a ocorrência da doença, constitui-se como uma sucessão de ocorrências de adoecimentos e curas ou óbitos. **Prevalência** produz um “retrato” dela na coletividade. Assim uma é dinâmica, a outra é estática.

Para conhecimento da incidência, especifica-se a duração do tempo de observação de surgimento de casos novos, como por exemplo, a incidência de casos dengue durante um mês. A prevalência informa o número de casos existentes, como por exemplo, a prevalência de casos de tuberculose nos dias de hoje. Nos seus resultados estão misturados casos novos e antigos.

O que medem incidência e prevalência? A incidência reflete a dinâmica com que os casos aparecem no grupo. Por exemplo, ela informa quantos, entre os sadios, se tornam doentes em um dado período de tempo; ou ainda quando, entre os doentes, apresentam uma dada complicação ou morrem decorrido certo período de tempo. Por isso se costuma dizer que a incidência reflete a “força de morbidade” (ou “força de mortalidade”, quando referente aos óbitos).

A incidência é um dos fatores determinantes do nível de prevalência. Essa ultima representa o estoque de casos, ou seja, a proporção da população que apresenta uma dada doença. Ela aumenta com os casos novos e diminui com a cura e o óbito.

Quadro 016: Morbidade Hospitalar por grupos de causas, por local de residência – Maravilha – SC – 2009-2013.

Causas Capítulo CID 10	2009	2010	2011	2012	2013	Total
I – Algumas doenças infecciosas e parasitárias	83	77	69	64	51	344
II – Neoplasias (tumores)	115	95	147	165	195	717
III – Doenças do sangue, órgãos hematológicos e transtornos imunitários.	37	32	38	39	33	178
IV – Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	31	35	30	25	35	156
V – Transtornos mentais e comportamentais	45	33	27	38	37	180
VI – Doenças do sistema nervoso	36	37	58	59	61	251
VII – Doenças do olho e anexos	06	02	01	01	03	13
VIII – Doenças do ouvido, apófise e mastoide	01	02	08	04	12	27
IX – Doenças do aparelho circulatório	220	175	148	187	174	904
X – Doenças do aparelho respiratório	327	268	249	240	291	1.375
XI – Doenças do aparelho digestivo	206	218	231	204	266	1.125
XII – Doenças da pele e do tecido subcutâneo	11	13	30	16	08	78
XIII – Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	49	55	61	67	83	315
XIV – Doenças do aparelho geniturinário	79	114	142	132	156	623
XV – Gravidez, parto e puerpério	199	231	216	219	232	1.097
XVI – Algumas afecções orig. no período perinatal	21	15	19	06	13	74
XVII – Malformações congênitas, deformações e anomalias cromossômicas	07	11	12	15	14	59
XVIII – Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e laboratoriais.	07	13	19	08	09	56
XIX – Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	133	138	168	160	168	767
XX – Causas externas	01	00	00	01	00	02
IGN – Causas mal definidas	05	04	04	03	04	20
Total	1619	1568	1677	1653	1845	8.361

Fonte: DATASUS/TabNet

Numa visão geral do quadro acima, podemos afirmar que as internações hospitalares (morbidade) no período, tiveram um comportamento regular, sem que nenhuma patologia merece maior destaque. Como de regra a maior causa de internação hospitalar, mesmo sendo considera “sensível” a Atenção Básica, refere-se aos problemas do Aparelho Respiratório – Capítulo X. Explica-se por diversos fatores de morbidade em que a população está exposta. Clima tropical com variações bruscas de temperatura, trabalho em indústrias frigoríficas com temperaturas baixas, umidade alta e bem diferente da temperatura ambiente, na maior parte do tempo.

Considerando que os dados preliminares, indicam que cerca de 30% das internações hospitalares no Brasil, são por causas tidas como “sensíveis a Atenção Básica”, acredita-se então que poderiam ser reduzidas, mas isso é um trabalho de médio longo prazo e envolve

mudanças de atitude dos profissionais que internam, sem seguir protocolos clínicos e a superlotação das urgências/emergências dos hospitais, que leva a questões culturais, e para que isso mude, são necessários esforços concentrados e compartilhados de saber e comportamento, que envolvem setores diversos, como saúde, educação, profissionais, gestores e prestadores de serviços.

7 – ANÁLISE DAS LINHAS DE ATENÇÃO À SAÚDE

Linha do cuidado é a imagem pensada para expressar os fluxos assistenciais seguros e garantidos ao usuário, no sentido de atender às suas necessidades de saúde. É como se ela desenhasse o itinerário que o usuário faz por dentro de uma rede de saúde, incluindo segmentos não necessariamente inseridos no sistema de saúde, mas participam de alguma forma da rede, tal como entidades comunitárias e de assistência social. (Camila Maia Franco, Mestranda em Saúde Coletiva – UFF) Artigo de Mestrado.

Temos então que as Linhas de Cuidado ou de Atenção à Saúde, são formas de articulação de recursos e das práticas de produção de saúde, orientadas por diretrizes clínicas, entre as unidades de atenção de uma dada região de saúde, para a condução oportuna, ágil e singular, dos usuários pelas possibilidades de diagnóstico e terapia, em resposta às necessidades epidemiológicas de maior relevância. Visa à coordenação ao longo do contínuo assistencial, através da pactuação/contratualização e a conectividade de papéis e de tarefas dos diferentes pontos de atenção e profissionais. Pressupõem uma resposta global dos profissionais envolvidos no cuidado, superando as respostas fragmentadas.

O desenvolvimento de práticas alternativas à atenção hospitalar e a racionalização da utilização das tecnologias médicas, por meio do fortalecimento da Atenção Básica, são essenciais à reorganização da prática assistencial e melhoria das ações e serviços prestados no SUS.

A seguir serão abordados aspectos da atenção básica, atenção ambulatorial especializada, atenção hospitalar e serviços de urgência e emergência.

7.1 – Atenção Básica

A Atenção Básica caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades. É desenvolvida por meio do exercício de práticas de cuidado e gestão,

democráticas e participativas, sob a forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios definidos, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações. Utiliza tecnologias de cuidado complexas e variadas que devem auxiliar no manejo das demandas e necessidades de saúde de maior frequência e relevância em seu território, observando critérios de risco, vulnerabilidade, resiliência e o imperativo ético de que toda demanda, necessidade de saúde ou sofrimento deve ser acolhida.

A Atenção Básica é desenvolvida com o mais alto grau de descentralização e capilaridade, próxima da vida das pessoas. Deve ser o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde. Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social. A Atenção Básica considera o sujeito em sua singularidade e inserção sociocultural, buscando produzir a atenção integral.

A seguir são demonstradas informações relacionadas à Atenção Básica no município de Maravilha, como cobertura das Equipes de da Estratégia Saúde da Família e Estratégia Saúde Bucal, bem como demais indicadores de Atenção Básica.

Quadro 017: Indicadores de Saúde – Atenção Básica 2008-2012 – Maravilha/SC

COBERTURA POPULACIONAL ESF	2008	2009	2010	2011	2012
% Cobertura Estratégia Saúde da Família	47,28	39,66	64,94	81,44	80,44
% Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de Saúde Bucal	47,28	79,33	77,93	95,02	100,00
INDICADORES	2008	2009	2010	2011	2012
Média de escovação dental supervisionada	15,52	25,68	4,35	1,20	0,05
% de acompanhamento das condicionalidades Programa Bolsa Família	0,53	99,37	82,09	69,64	69,75
Taxa de Internação por diabetes mellitus e suas complicações (população > de 30 anos)	5,50	8,59	6,73	2,24	-
Taxa de Internação por Acidente Vascular Cerebral - AVC (população > de 30 anos)	12,08	5,37	11,21	8,97	-
Taxa da população idosa internada por fratura de fêmur	16,72	37,76	18,40	25,45	25,15
Razão de exames cito patológicos do colo do útero realizados em mulheres de 25 a 64	0,85	1,01	1,16	0,97	1,08
Razão de mamografias realizadas em mulheres de 50 a 69 anos e a população feminina na mesma faixa etária	0,03	0,03	0,33	0,44	0,36

Fonte: DATASUS/TabNet

O quadro nos mostra a evolução da Estratégia Saúde da Família (ESF) e alguns indicadores no município de Maravilha entre 2008 a 2012. Vemos que a cobertura das equipes de ESF tem aumentado, mas ainda não atinge 100% da população, considerando a média por equipe de 3.000 (três mil) pessoas. Sabendo-se que para um bom trabalho, seria razoável que a relação população/equipe fosse de 2.000 (dois mil) indivíduos, a cobertura seria ainda menor. Esse certamente é um dos objetivos a serem contemplados no Plano Municipal de Saúde, a ampliação das equipes de ESF. Já na Saúde Bucal, seguindo mesma lógica das equipes de ESF, apresenta cobertura de 100%, esse dado na verdade apenas representa o cálculo equipes versus população, mas que na prática, o acesso aos serviços é limitado e não é integral. Podemos ver pela cobertura de ações coletivas em que a média de escovações supervisionadas caiu de forma vertiginosa. Mudanças radicais nas políticas e ações em saúde bucal devem ser implantadas/implementadas com urgência. Os demais indicadores estão dentro da média a exceção da cobertura de mamografias deve ser melhorada/ampliada de acordo com os parâmetros assistências propostos.

7.2 – Cobertura Vacinal

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) constitui peça importante no controle das doenças transmissíveis que podem ser prevenidas mediante imunizações. O modelo tecnológico adotado no controle dessas doenças combina uma série de elementos: a vacinação de rotina, os dias nacionais de vacinação, as campanhas periódicas e a vigilância epidemiológica.

No município de Maravilha o calendário vacinal é observado de forma efetiva e os resultados alcançados são muito positivos, conforme é demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 018: Cobertura vacinal em % por imuno. Maravilha – período 2008-2012

Menores de 01 ano	2008	2009	2010	2011	2012
BCG	100,76	97,71	105,10	103,53	119,61
Hepatite B	99,62	103,05	107,45	100,39	116,86
Rotavirus Humano	82,44	90,84	100,39	89,02	121,18
Poliomielite Oral	99,24	100,00	109,80	101,96	127,84
Tetralente	98,85	100,00	109,41	101,96	129,02
Influenza (Campanha)	40,33	63,97	62,24	-	-

Fonte: Informações em Saúde SES – API

A cobertura vacinal das doenças imunopreveníveis é um indicador importante na Atenção Básica, representa o controle, a eliminação ou a erradicação da doença. Em

Maravilha a cobertura vacinal, atinge percentual acima de 100%. Acredita-se que não seja pela população subestimada na faixa etária correspondente. Considerada a “Cidade da Crianças” seria no mínimo incoerência não haver políticas públicas votadas para essa importante faixa populacional.

7.3 – Doenças de Notificação Compulsória

Notificação compulsória é um registro que obriga e universaliza as notificações, visando o rápido controle de eventos que requerem pronta intervenção. Para construir o Sistema de Doenças de Notificação Compulsória (SDNC), cria-se uma Lista de Doenças de Notificação Compulsória (LDNC), cujas doenças são selecionadas através de determinados critérios como: magnitude, potencial de disseminação, transcedência, vulnerabilidade, disponibilidade de medidas de controle, compromisso internacional com programas de erradicação, etc.

Devido as alterações no perfil epidemiológico, a implementação de outras técnicas para o monitoramento de doenças, o conhecimento de novas doenças ou a re-emergência de outras, tem a necessidade de constantes revisões periódicas na LDNC no sentido de mantê-la atualizada.

No quadro a seguir, apresentaremos os resultados da notificação das Doenças de Notificação Compulsória no município de Maravilha no período de 2008 a 2012.

Quadro 019: Doenças de Notificação Compulsória – Maravilha – 2008-2012

DOENÇAS NOTIFICADAS	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Acidentes por animais peçonhentos	13	23	55	56	26	173
Atendimento anti-rábico	20	19	29	27	29	124
Caxumba (parotidite epidêmica)	01	-	01	01	01	04
Condiloma acuminado	-	-	-	02	02	04
Dengue	21	03	10	04	-	38
Febre amarela	-	-	04	01	-	05
Gestante HIV	-	-	02	01	01	04
Hantavirose	39	07	05	06	-	57
Hepatites virais	13	09	07	16	21	66
Leptospirose	44	26	15	12	03	100
Malária	00	01	02	-	01	04
Meningite – doenças meningocócicas	01	-	-	-	-	01
Meningite – outras meningites	01	01	01	01	01	05
Pneumonia não especificada	-	-	-	01	-	01

Sífilis em gestante	01	01	02	-	01	05
Sífilis em adulto	-	-	02	-	-	02
Síndrome do corrimento cervical em mulheres	117	157	93	01	-	368
Tétano acidental	01	-	-	-	01	02
Varicela	11	21	32	22	12	98
Violência doméstica, sexual e outras violências	00	03	09	06	07	25

Fonte: SINAN (Sistema de Informação de Notificação de Agravos)

Esse quadro merece ser analisado de forma criteriosa e cuidadosa tendo em vista que os dados/informações tem variações importantes. A hantavirose e a leptospirose, tiveram picos no ano de 2008 com queda acentuada a partir de 2010. Importante ressaltar que no caso da leptospirose, por tratar-se de uma doença cuja transmissão dá-se pela urina do rato, e mesmo que não haja saneamento básico no município, mas pelas questões culturais e do conhecimento da população, é uma doença muito recorrente se considerarmos esse fatores. Ações nesse sentido deverão ser tomadas para reduzir esse número de infecções nesta patologia.

Em relação aos acidentes por animais peçonhentos e atendimento anti-rábico, estão dentro da média da região e mantém uma certa “regularidade” dos incidentes. Quanto à síndrome do corrimento cervico-vaginal em mulheres, deixou de ser uma doença de notificação compulsória, mas era bastante recorrente quando era notificada.

7.4 – Sistema de Informações Ambulatoriais

Dentre os instrumentos necessários à gerência eficaz das organizações, a informação é insumo de grande importância na medida em que é adequada para fortalecer o processo de tomada de decisões.

A Organização Mundial de Saúde define um Sistema de Informação de Serviços de Saúde como aquele cujo propósito é selecionar os dados pertinentes a esses serviços e transformá-los na informação necessária para o processo de decisões, próprio das organizações e dos indivíduos que planejam, administram, medem e avaliam os serviços de saúde. Considera-se que a transformação de um dado em informação exige, além da análise, a divulgação e as recomendações para a ação (OMS, 1997).

O sistema que produz a informação intervém em três grandes setores: onde se originam os dados, onde são processados e onde são avaliados. O objetivo é chegar a conclusões sobre o grau de aproximação das atividades executadas com os parâmetros de referência existentes, para que se possam tomar decisões mais apropriadas.

7.5 – Atenção Hospitalar

A atenção hospitalar no município de Maravilha é prestado pela Sociedade Hospitalar Beneficente de Maravilha – Hospital São José, que é um hospital de Médio Porte, pelo nível de hierarquia estabelecido pela Secretaria de Estado da Saúde (SES). São 88 (oitenta e oito leitos) dos quais 68 (sessenta e oito) estão ativos e estão disponíveis ao SUS 49 (quarenta e nove) leitos.

Entre os serviços prestados estão cirurgias de pequena e média complexidade, atendimento de urgência/emergência, internações clínicas, pediátricas e cirúrgicas. Possui UTI tipo II com dez leitos, dois leitos de isolamento, duas serviços de imagem com Raio X, Tomografia Computadorizada, Ultrassonografia. Exames laboratoriais de Análises Clínicas, serviços de fisioterapia entre outros. No hospital são realizadas cirurgias gerais, em ortopedia, oftalmologia (cataratas e implante de lentes), vascular entre outras. Além do município de Maravilha o hospital atende ainda, através da PPI, mais

O Hospital São José faz parte da a Rede de Urgência/Emergência (RUE) – Portaria 2395/2011, como Hospital de Retaguarda para atendimentos de acordo com os protocolos estabelecidos na referida portaria à Região do Grande Oeste, nas Regiões de Saúde do Extremo Oeste, Oeste Região e Região Oeste Xanxerê.

Os serviços de Alta Complexidade são referenciados em São Miguel do Oeste – Hospital Tereza Gaio Basso e Chapecó, Hospital Regional do Oeste que atende em todas as áreas de alta complexidade, a exceção de Cardiologia, cujos serviços são prestados pelo Hospital São Paulo de Xanxerê.

7.6 – Serviços de urgência e emergência

Seguindo a lógica da implantação de uma rede hierarquizada, regionalizada e regulada por critérios técnicos, e na perspectiva de melhorar e modernizar a execução dos serviços de urgência e emergência em saúde no Brasil, o Ministério da Saúde delineou uma nova proposta de organização desses serviços. Trata-se da construção de uma rede assistencial hierarquizada, considerando a atenção pré-hospitalar fixa e móvel, a atenção hospitalar e a atenção pós-hospitalar e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). O SAMU foi criado tendo como objetivo prestar socorro à população em casos de urgências ou emergências 24 horas, diminuindo o número de óbitos, o tempo de internação em hospitais e as sequelas decorrentes da falta de socorro precoce.

O projeto institui o componente pré-hospitalar móvel, em municípios e regiões de todo o território brasileiro. O serviço deve ser organizado e gerenciado pelo município, mas várias cidades poderão organizar um serviço de amplitude regional, cuja Central de Regulação Médica de Urgências será coordenada pela Secretaria Estadual da Saúde, de

forma a diminuir custos e qualificar a estrutura do atendimento às urgências nos municípios integrados.

No Município de Maravilha conta com uma Unidade de Suporte Básico (USB) do SAMU, que atende Maravilha e região, com cerca de 10 (dez) municípios estão na área de abrangência da USB, que é regulada pela Central de Regulação do SAMU, com sede em Chapecó. Com a definição e implantação da Rede de Urgência e Emergência Etapa IV – Portaria Ministerial 1.256/2013, uma nova Unidade de Suporte Avançado (USA) foi destinada para o município de Maravilha, mas que será disponibilizada somente em 2015, segundo informações da Organização Social que administra o SAMU em Santa Catarina, pela falta de recursos em sua implantação.

7.7 – Assistência Farmacêutica

A consolidação das ações de Atenção Básica, como fator estruturante do Sistema Municipal de Saúde, torna-se um desafio para o seu fortalecimento. Neste contexto, a Assistência Farmacêutica reforça e dinamiza a organização do sistema municipal, tornando-o mais eficiente, consolidando vínculos entre os serviços e a população, contribuindo para a universalização do acesso e a integralidade das ações.

A Política Municipal de Assistência Farmacêutica tem como propósito precípua garantir a necessária segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos, a promoção do uso racional e o acesso da população àqueles medicamentos considerados essenciais.

Importante ressaltar que o Plano Municipal de Assistência e Atenção Farmacêutica deverá conter as diretrizes básicas para nortear esta política no âmbito do SUS e que garanta a assistência sem ser assistencialista. Sendo este um dos maiores problemas de demandas judiciais na saúde pública, torna-se ainda maior o desafio, à medida que o impacto financeiro e de “desconstrução” do SUS que essas demandas judiciais causam, precarizando os critérios previstos no Decreto 7.508/2011 – Art. 28 e seguintes.

O município de Maravilha possui uma Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) que contempla quase que a totalidade das patologias, ainda assim são frequentes os pedidos de medicamentos no constantes de REMUME, e normalmente prescritos por profissionais não SUS, o que tem gerado algumas demandas judiciais e a necessidade de fornecimento destes itens, através de farmácias e/ou drogarias locais. Para eu isso seja feito, e de acordo com a legislação vigente, são utilizadas duas formas: através de auxílio financeiro à pessoa, ou por meio de um credenciamento público, em que as empresas interessadas, fornecem os medicamentos de acordo com um desconto sobre a tabela de preço máximo de venda, disponibilizada mensalmente pela ANVISA.

7.8 – Gestão e Planejamento do Sistema Único de Saúde.

O processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde configura-se como responsabilidade dos entes públicos, desenvolvido de forma contínua, articulada, integrada e solidária entre as três esferas de governo, de modo a conferir direcionalidade à gestão pública da saúde, definindo diretrizes, objetivos e metas a serem alcançadas mediante ações e serviços programados pelos entes federados e desta forma contribuindo para melhoria da qualidade do SUS e impactando na condição de saúde da população brasileira.

A Lei 8.080/90 e sua regulamentação, instituída no Decreto 7.508/2011, estabelecem que o planejamento da saúde é ascendente e integrado, do nível local até o federal, ouvidos os respectivos Conselhos de Saúde.

Nesse contexto, a recente edição do Decreto 7.508/2011 coloca o planejamento da saúde na centralidade da agenda da gestão, ao tempo em que introduz significativas mudanças nesse processo, apontado a necessidade de fomento à cultura de planejamento da saúde, em todos os níveis de gestão, desde a micro-gestão até a interface com os demais entes públicos, para obter-se o maior grau de resolutividade possível no sistema.

7.9 – Descentralização, regionalização e hierarquização

Estes princípios tratam, na realidade, de formas de concretizar o SUS na prática. Os serviços devem ser organizados em níveis crescentes de complexidade, circunscritos a uma determinada área geográfica, planejados a partir de critérios epidemiológicos, e com definição e conhecimento da população a ser atendida.

A regionalização é um processo de articulação entre os serviços que já existem, visando o Comando Unificado dos mesmos. Já a hierarquização deve proceder à divisão de níveis de atenção e garantir formas de acesso a serviços que façam parte da complexidade requerida pelo caso, nos limites dos recursos disponíveis numa determinada região.

Descentralizar é redistribuir poder e responsabilidade entre os três níveis de governo. Com relação à saúde, descentralização objetiva prestar serviços com maior qualidade e garantir controle e fiscalização por parte dos cidadãos. No SUS, a responsabilidade pela saúde deve ser descentralizada até o município, ou seja, devem ser fornecidas ao município condições gerenciais, técnicas, administrativas e financeiras para exercer esta função. Para que valha o princípio da descentralização, existe a concepção constitucional do comando único, onde cada esfera de governo é autônoma e soberana nas suas decisões e atividades, respeitando os princípios gerais e a participação da sociedade.

7.10 – Financiamento em Saúde

O financiamento tem-se constituído numa preocupação permanente dos gestores e de todos os envolvidos diretamente com a construção do sistema de saúde, tornando-se tema constante em todas as discussões das instâncias gestoras. A partir da promulgação da Constituição Federal em 1988, todo cidadão brasileiro tem direito à atenção à saúde de forma integral e gratuita.

Garantir a universalidade e integralidade diante de um cenário de restrições orçamentárias e financeiras e alocar recursos de forma equânime em um país de tantas desigualdades sociais e regionais têm-se transformado em um grande desafio para os gestores do SUS.

Os recursos para o financiamento da saúde são repassados por meio de transferências Fundo a Fundo, regulares e automáticas e destinam-se ao financiamento das ações e serviços de saúde ambulatorial e hospitalar, à assistência de média e alta complexidade e às ações básicas de saúde.

Um grande avanço nesse sentido, foi a promulgação da Lei 141/2012 – 12 anos após a Emenda Constitucional ter sido editada, que garantiu o mínimo de recursos de cada ente público. Com isso os municípios ficaram obrigados a investir 15% (quinze) por cento da receita de impostos em saúde. Estados 12% e a união, não teve nenhum percentual mínimo contemplado na referida Lei. Movimentos e abaixo assinado, estão na pauta para garantir no mínimo 10% (dez por cento) da receita da união em saúde. Se isso for assegurado, termos a “injeção” de cerca de 20 (vinte) bilhões de reais no setor.

Sabemos que o recuso por si só, não é a solução do problema do financiamento, faz-se necessário uma boa gestão do recursos, capacidade de conseguir investir com resolutividade e que os prestadores de serviços,, uma vez contratados/contratualizados, cumpram com as obrigações pactuadas.

7.11 – Participação e Controle Social no SUS

A participação da comunidade, sob a perspectiva do controle social, permite que a população interfira na gestão do SUS, empregando as ações do Estado na direção dos interesses da coletividade. Essa perspectiva é considerada uma das formas mais avançadas de democracia, pois determina uma nova relação entre o Estado e a Sociedade, de maneira que decisões sobre as ações de saúde deverão ser negociadas com os representantes da sociedade, uma vez que eles conhecem a realidade da saúde das comunidades. (BRASIL, 2001).

Em Maravilha o Controle Social é exercido de forma efetiva pelos membros do Conselho Municipal de Saúde (CMS) que são escolhidos democraticamente pelas entidades

representativas da sociedade para representá-la na definição das políticas públicas de saúde e também na fiscalização das ações de saúde desenvolvidas no município.

Como uma das propostas da atual gestão, é a criação dos Conselhos Locais de Saúde, para que as ações e políticas de saúde, estejam mais próximas possível da realidade local e que a comunidade possa participar ativamente da consolidação dos SUS e melhorar e efetivada e racionalidade.

7.12 – Gestão do Trabalho em Saúde

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) na década de 1980 representou para os gestores, trabalhadores e usuários do sistema uma nova forma de pensar, estruturar, se desenvolver e produzir serviços e assistência em saúde. Atualmente a gestão do trabalho é uma questão que tem merecido a devida atenção por parte de todas as instituições que buscam a correta adequação entre as necessidades da população usuária e seus objetivos institucionais.

Entender a gestão do trabalho como eixo da estrutura organizacional dos serviços de saúde significa pensar estrategicamente, uma vez que a produtividade e a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade serão, em boa parte, reflexos da forma e das condições de trabalho com que são tratados os que atuam profissionalmente na organização.

7.13 – Informações em Saúde

Informação em Saúde é uma área estratégica para o conhecimento da rede, perfil dos pacientes, indicadores de saúde e a produção de serviços do SUS. É com base em dados contidos no Sistema DATASUS, tabulados e formatados por meio de programas como Tabwin, Tabnet e de Sistemas de Informação sobre Mortalidade (SIM) e Nascidos Vivos (Sinasc) que os gestores do SUS tomam as decisões na administração da rede de serviços.

Em Maravilha a operacionalização dos Sistemas de Informações é exercida por uma equipe de, em fase de implantação, com três pessoas que compõe a Equipe de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria (ECA) que precisa ser treinada/capacitada para, emitir relatórios analíticos e gerenciais, permitindo ao gestor, subsídios para a tomada de decisões com base em dados concretos e fidedignos.

Além dos Sistemas de Informações Oficiais do Ministério da Saúde, o município possui um sistema informatizado de gestão pública, prestado por empresa especializada no setor, e que permite, em tempo real, uma série de informações de auxílio à gestão. Ocorre no entanto, que nem todas, ou melhor, poucas informações são fornecidas ao sistema, o que prejudica/limita a produção de série histórica e diminui a potencialidade de o sistema, ser utilizado como apoio matricial.

A equipe de ECA, está em fase de implantação e implementação, mas já demonstrou avanços importantes no controle da prestação de serviços externa, e já permite vislumbrar efetividade maior na regulação dos serviços, tanto internos quanto externos.

III – DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

OBJETIVO GERAL DO PLANO

O Plano Municipal de Saúde (PMS) de Maravilha tem como objetivo principal a implementação e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo o arranjo organizacional que dará suporte a efetivação das políticas públicas de saúde no município.

Compreende um conjunto organizado e articulado de serviços e ações de saúde, e aglutina o conjunto das organizações públicas de saúde existentes no município e em outros, assegurados à população através da Programação Pactuada Integrada (PPI) ambulatorial e hospitalar e assim que firmado, através do Contrato Organizativo da Administração Pública em Saúde (COAP).

Está dividido em seis Eixos principais e segue a lógica dos Blocos de Financiamento (Portaria 204/2007 e seguintes), facilitando assim a compreensão e a execução financeira e contábil do Fundo Municipal de Saúde (FMS).

1 – ATENÇÃO BÁSICA

A Constituição Federal definiu que “a saúde é direito de todos e dever do Estado” e a Lei Federal n. 8.080/1990, que regulamentou o SUS, prevê em seu Artigo 7º, como princípios do sistema, entre outros:

- I – universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;*
- II – integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e dos serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso, em todos os níveis de complexidade do sistema; (...).*

Nestes termos, fica explícito que o Brasil optou por um sistema público e universal de saúde, que deve garantir atendimento integral para todos os cidadãos, não cabendo, em nenhuma hipótese, a limitação de seus atendimentos a um “pacote” mínimo e básico de serviços de saúde, destinado à parcela mais pobre da população.

Daí a importância de se compreender a atenção básica como o eixo orientador do SUS e nunca como barreira limitante ou exclusiva do sistema. “Tentação” que tende a aumentar entre os governantes, na medida do encarecimento dos procedimentos de maior complexidade tecnológica em saúde, fato que vem se agravando nos últimos anos e que se tornou preocupação em praticamente todos os países do mundo. (MEDICI, 2002; DOCTEUR AND OXLEY, 2003)

A prioridade da atual gestão é a qualificação da rede atual, com foco na Atenção Básica como eixo estruturador do modelo de atenção. Para isso, os esforços serão direcionados na qualificação gerencial dos instrumentos de trabalho e dos profissionais na

ponta do atendimento, com o intuito de diminuir a sobrecarga das equipes e os vazios de cobertura.

Necessário será também, democratizar os espaços de gestão, e promover espaços de co-gestão com discussões transversais, como forma de “empoderamento” dos trabalhadores no seu cotidiano de trabalho, o que inclui ainda a revisão dos processos de trabalho (vigilância e assistência) para integração das ações.

Nesse intuito, torna-se necessário adequar o modelo assistencial aos princípios do SUS, garantindo a qualidade e a integralidade das ações básicas de saúde; ampliar a oferta municipal de serviços de saúde, reformando e modernizando a infra-estrutura operacional das Unidades de Saúde no município. Ampliar e aperfeiçoar os serviços de saúde oferecidos pela Rede Municipal, além de garantir a consolidação de um modelo de atenção à saúde com clínica ampliada, acolhimento e humanização.

A Atenção Básica à saúde é de responsabilidade do município, com suporte, apoio técnico e financiamento tripartite, e tem fundamental importância na organização do sistema de saúde e na promoção da saúde da população. Qualificar o atendimento na Atenção Básica demanda a manutenção da estratégia de cobertura da atenção básica em 100% da população, considerando seus direitos fundamentais e a necessidade de evitar a pressão da demanda reprimida sobre a rede.

Diretriz

Aprimorar o acesso integral aos serviços de saúde através da Atenção Básica, fortalecendo e consolidando as portas de entrada do SUS (Decreto 7508/2011 – Art.9º) e de acordo com a Portaria 2488/2011.

OBJETIVOS DA DIRETRIZ

1.1 – ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)

Objetivos

- Ampliar o acesso aos serviços ambulatoriais da Atenção Básica, por meio das equipes de ESF.
- Assegurar os recursos necessários – humanos, materiais, veículos e instalações físicas – adequados ao atendimento aos usuários da Atenção Básica, com qualidade e resolutividade.
- Humanizar o atendimento às pessoas com acolhimento e escuta qualificada, priorizando às urgências e os grupos vulneráveis como idosos, crianças, gestantes, de acordo com o que preconiza o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003).

- Planejamento das ações com vistas a definir estratégias, organizar os fluxos, estabelecer rotinas e avaliar os resultados.
- Reorientação do Modelo Assistencial voltado para a promoção de saúde e a prevenção de doenças.
- Consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) tendo as UBS, como portas de entrada aos serviços de saúde.
- Garantia de Assistência Farmacêutica Integral e distribuição regular da REMUME.

Metas e indicadores

Meta	2014	2015	2016	2017	Indicador
Atender 100% da demanda por consultas médicas em Atenção Básica através das equipes de ESF.	34.000	38.000	42.000	46.000	Consultas Médicas ambulatoriais
Ampliar para 10 (dez) as equipes de ESF, visando melhorar a equidade da população nas áreas asdscritas.	06	08	09	10	Equipes ESF implantadas
Assegurar a carga horária semanal de profissionais médicos para o atendimento	240	320	360	400	Horas Semanais de médicos ESF
Reorientação do Modelo Assistencial através de acolhimento humanizado e escuta qualificada.	X	Manter	Manter	Manter	Profissionais da Saúde
Contratar profissionais de Nível médio (Técnicos em Enfermagem)	07	02	Manter	Manter	Profissionais de nível médio
Implementar ações do NASF compatibilizando a carga horária com as necessidades.	200	200	200	200	Horas semanais equipe multidisciplinar.
Definir calendário de reuniões para planejar ações	X	X	X	X	Equipe de Saúde

e definir estratégias de ação.					
Realizar ações de Promoção de Saúde e Prevenção de Doenças à população Maravilhense.	5.000	7.000	8.500	10.000	Habitantes /ano
Planejar o atendimento através do agendamento prévio dos atendimentos eletivos (consultas e exames) na Atenção Básica.	X	Manter	Manter	Manter	Equipes ESF

1.2 – SAÚDE BUCAL

Objetivos

- Garantir o atendimento integral à população na área de Saúde Bucal, contemplando desde a Promoção de Saúde e Prevenção de Doenças da cavidade oral através da Odontologia Social em escolas, creches, APAE e outros.
- Realizar o tratamento clínico em consultórios odontológicos realizando minimamente os procedimentos estabelecidos no Caderno de Atenção Básica Nº 17 (Brasil, 2008)
- Restaurar a saúde bucal da população endentada de acordo com o preconizado pelo Programa Brasil Sorridente através da protetização.
- Ampliar o acesso dos usuários da Atenção Básica da Rede Pública Municipal de saúde aos serviços de Saúde Bucal de forma planejada e organizada estabelecendo rotinas de acesso e integralidade na atenção.
- Ampliar a abrangência do atendimento clínico bem como implementar as ações de promoção e prevenção, orientando acerca dos problemas de saúde bucal.
- Implantar o sistema de Tratamento Concluído (TC) de modos que o cidadão possa, após a primeira consulta programática, seguir o tratamento até o TC através de consultas agendadas com dia e hora marcados previamente, evitando o atendimento à livre demanda, exceto os casos de urgência/emergência.
- Organizar a atenção em saúde bucal, através do ciclo de vida iniciando com a gestante, bebê, crianças e adolescentes até a fase adulta, atenção esta através de equipe multi-profissional com foco na educação para o auto-cuidado, conscientizando cada cidadão sobre a importância da higiene bucal adequada.
- Estimular os profissionais da área, para participarem de cursos e capacitações voltados para a Atenção Primária, bem como realizar ações de maior amplitude, em

datas comemorativas específicas, abordando a saúde bucal nas diversas mídias, visando difundir e informar a sociedade sobre o tema.

- Manter e ampliar os recursos materiais necessários para o desenvolvimento dos trabalhos evitando a falta dos insumos mínimos para as ações de promoção e prevenção, o tratamento clínico e a protetização

Meta e indicadores

Meta/ação	2014	2015	2016	2017	Indicador
Realizar Escovação dental supervisionada pelo menos 04 (quatro) vezes ao ano vezes aos alunos entre 03 e 15 anos.	4.500	4.800	5.200	5.650	Crianças 03 a 15 anos – procedimentos coletivos
Realizar palestras educativas e orientações em escolas e creches.	32	40	45	50	Turmas/ano
Implantar sistema de Tratamento Concluído (TC) na Atenção Básica com a 1ª Consulta programática.	X	Manter	Manter	Manter	População usuária SUS
Organizar o acesso aos serviços por meio do agendamento prévio e reagendamento até o final do tratamento.	X	Manter	Manter	Manter	Equipes Saúde Bucal
Ampliar o atendimento clínico curativo com vistas a integralidade da assistência.	22.000	28.000	36.000	40.000	Procedimentos /ano
Ampliar o numero de equipes e Saúde Bucal com profissionais e carga horária adequados.	06	08	09	10	Equipes SB implantadas
Organizar a Atenção em Saúde Bucal pelo Ciclo de Vida.	X	100%	100%	100%	Gestantes, crianças, idosos.

Disponibilizar os materiais ambulatoriais necessários para o tratamento clínico e preventivos.	X	X	X	X	Insumos
Capacitação e atualização dos profissionais de Saúde Bucal.	10	06	06	08	Profissionais SB todos os níveis.
Fornecer Próteses Totais (PT) e Próteses Parciais Removíveis (PPR) à população maravilhense de acordo com a demanda.	480	600	840	900	Próteses/ano
Aprimorar o acolhimento humanizado à população em todos os níveis.	X	Manter	Manter	Manter	Servidores Públicos
Contratar profissionais de Nível Médio (TSB) com vínculo protegido através de Concurso Público.	04	Manter	Manter	Manter	Servidores concursados admitidos.
Contratar Odontólogos para Atenção Básica (SB) com vínculo protegido através de Concurso Público e carga horária de 40h semanais.	04	Manter	Manter	Manter	Odontólogos contratados
Implantar e/ou implementar o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) Tipo I	X	Manter	Manter	Manter	CEO tipo I

1.3 – SAÚDE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Objetivos

• Promoção do crescimento e desenvolvimento saudável;
• Atenção integral e integrada a saúde da criança;
• Estímulo às ações trans-setoriais visando a integralidade da atenção;
• Formação e educação permanente dos profissionais de saúde do SUS na área de saúde da criança;

<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar o aleitamento materno nos primeiros meses de vida.
<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a realização do Teste do Pezinho e Teste do Olhinho, Teste da Orelhinha de acordo com os prazos preconizados.
<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a imunização em todas as crianças de acordo com o calendário vacinal estipulado.
<ul style="list-style-type: none"> • Manter as ações de vigilância das doenças, agravos e fatores de risco associados.

Metas e indicadores

Meta/ação	2014	2015	2016	2017	Indicador
Acompanhar o crescimento e desenvolvimento das crianças (ACDC) até 05 anos peso e altura.	850	1.100	1.200	1.300	Crianças de até cinco anos
Estimular o aleitamento materno nos primeiros seis meses de vida a todas as puérperas.	280	280	280	270	Gestantes e puérperas
Identificar os recém nascidos, com fatores de risco para morbimortalidade infantil e indicar o acompanhamento prioritário.	100%	100%	100%	100%	Recém nascidos com fatores de risco.
Captar 100% das Declarações de Nascidos Vivos (DNs) e inseri-las no SINASC	100%	100%	100%	100%	Nascidos vivos
Captar 100% das Declarações de Óbitos (DO) infantis e digitá-las no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM)	100%	100%	100%	100%	Óbitos menores de um ano.
Manter a vigilância dos óbitos infantis através da investigação e análise de 100% dos óbitos em crianças	100%	100%	100%	100%	Óbitos em menores de um ano

menores de um ano.					
Acompanhar o Programa Bolsa Família em 100% das crianças menores de cinco anos.	60	60	55	55	Crianças cadastradas no PBF < 05 anos

1.4 – AÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER

Objetivos

- Promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres residentes no município de Maravilha, mediante a garantia de direitos legalmente constituídos e ampliação do acesso aos meios e serviços de promoção, assistência e recuperação da saúde.
- Garantir a atenção às mulheres vítimas de violência sexual e doméstica.
- Reduzir a morbimortalidade relacionada ao câncer de colo uterino e mamas.
- Detectar precocemente câncer de mamas, através da oferta de exames de diagnóstico para mulheres na faixa etária recomendada.
- Expansão do programa de Terapia de Reposição Hormonal (TRH) através de equipe multi disciplinar e fornecimento de medicamentos.
- Humanizar o atendimento, aumentado a segurança e melhorando a qualidade da assistência ao pré-natal, parto e puerpério.
- Implantar/implementar o programa de Planejamento Familiar com vistas a reduzir a gravidez na adolescência, gravidez de alto risco e óbitos maternos.
- Redução da mortalidade infantil e neonatal, garantindo a saúde e bem estar da mulher e do conceito.

Metas e indicadores

Meta/ação	2014	2015	2016	2017	Indicador
Realizar exame preventivo (coleta de material citológico) para o câncer do colo do útero com busca ativa das faltosas ao menos um exame/ano.	2.100	2.400	2.400	2.500	Mulheres entre 25 e 64 anos
Realizar exames de mamografia para rastreamento	980	990	1.010	1.030	Mulheres na faixa etária

em mulheres entre 50/69 anos.					
Consultas ambulatoriais médicas e de enfermagem agendadas previamente.	5.400	5.600	6.000	6.500	Mulheres a partir dos 15 anos
Realizar reuniões/palestras mensais com as gestantes oferecendo orientação multiprofissional sobre a importância do pré-natal.	12	12	12	12	Palestras gestantes/ano
Garantir atendimento multiprofissional às gestantes de risco.	100%	100%	100%	100%	Gestação de risco
Notificar os casos identificados de violência contra mulher e vítimas de violência sexual.	100%	100%	100%	100%	Casos de violência identificados
Estabelecer fluxo de atendimento integrado à mulheres vítimas de violência através de parcerias.	Implantar	Manter	Manter	Manter	Fluxo de acolhimento discreto
Promover campanhas de esclarecimento sobre planejamento familiar e métodos contraceptivos.	02	02	02	02	Campanhas anuais
Investigar os óbitos maternos e mulheres em idade fértil (MIF)	100%	100%	100%	100%	Óbitos maternos e/ou em idade fértil
Assegurar atendimento em ginecologia e obstetrícia para a demanda da Atenção Básica.	100%	100%	100%	100%	Demanda referenciada AB
Implantar grupos de orientação às mulheres em período de climatério e menopausa.	05	06	08	10	Mulheres > 60 anos.

1.5 – AÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DO HOMEM

Objetivos

- Promover a melhoria das condições de saúde da população masculina do município, contribuindo, de modo efetivo para a redução da morbimortalidade dessa população, através do enfrentamento racional dos fatores de risco e mediante a facilitação ao acesso às ações e serviços de assistência integral à saúde do homem. (Portaria nº. 1.944/2009).
- Assegurar a integralidade da assistência desde a Atenção Básica até o nível terciário.
- Fortalecer as ações de promoção da saúde e prevenção das doenças crônicas.
- Detectar precocemente os casos de canceres com atenção especial para o câncer de próstata.

Metas e indicadores

Meta/ação	2014	2015	2016	2017	Indicador
Ampliar a oferta de exames na Rede Pública, para detecção precoce de doenças crônicas como hipertensão e diabetes.	3.500	4.000	4.500	5.000	Exames análises clínicas/ano
Promover na população masculina, conjuntamente com o Programa Nacional de DST/AIDS, a prevenção e o controle das doenças sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV.	1.000	1.000	1.200	1.200	Consultas/ano para homens a partir dos 20 anos
Conscientizar os homens sobre paternidade responsável, garantindo oferta de contracepção cirúrgica voluntária (Vasectomia).	30	35	40	50	Vasectomias/ano
Estimular o auto-cuidado através de palestras e orientações nos grupos de idosos.	12	12	12	12	Palestras/ano
Garantir acesso à consulta com Urologista nos casos suspeitos de CA de Próstata, faixa etária acima de 40 anos.	250	280	300	350	Consultas urologista/ano

Fortalecer a atenção básica no cuidado com o homem, facilitando e garantindo o acesso e a qualidade da atenção necessária ao enfrentamento dos fatores de risco das doenças e dos agravos à saúde;	100%	100%	100%	100%	Demanda espontânea
Implementar o Programa de Controle do Tabagismo no município para atender a demanda.	X	Manter	Manter	Manter	Programa Implementado

1.6 – SAÚDE DO IDOSO

Objetivos

- A Política de Atenção à Saúde do Idoso tem o intuito de garantir a promoção da capacidade funcional e da saúde do idoso em ações que visem à valorização, ao respeito e à efetivação do Estatuto do Idoso. (Lei Nº10.741, de 01.10.2003).
- A ampliação do acesso ao cuidado e aos serviços e equipamentos públicos de assistência social e à saúde.
- Garantia de acesso ao medicamento, às terapias adequadas, incluindo a saúde bucal e ocular, as terapias integrativas, e reabilitação física e cognitiva.
- Prevenção de osteoporose, quedas e fraturas em idosos para a redução da Taxa de Internação Hospitalar em pessoas idosas por fraturas do fêmur;
- Desenvolvimento de ações intersetoriais de fortalecimento da pessoa idosa, mediante ações contínuas e sistemáticas de apoio aos familiares e/ou cuidadores de idoso com dependência funcional;
- Garantia do acesso aos equipamentos de tecnologia assistiva (órtese e prótese).

Metas e indicadores

Meta/ação	2014	2015	2016	2017	Indicador
Implantação de ações contínuas e sistemáticas de apoio aos familiares e/ou cuidadores de idoso com	Implantar	Manter	Manter	Ampliar	Idosos acima de 60 anos.

dependência;					
Implantação de grupos de educação em saúde de idosos e criação de uma Rede Solidária de Cuidado ao Idoso na comunidade;	X	X	X	X	
Realizar capacitação aos profissionais de saúde visando qualificar a atenção às pessoas idosas.	10	15	15	15	Profissionais capacitados.
Definição e implantação de protocolos clínicos e linhas de cuidados de atenção à saúde do idoso.	X	X	X	X	Idosos
Ampliação das visitas/atendimentos domiciliares aos idosos acamados, garantindo seu atendimento integral nas residências.	X	X	X	X	Visitas domiciliares nível médio e superior ESF.
Assegurar a assistência farmacêutica integral e regular com medicamentos de uso contínuo e/ou temporários.	X	X	X	X	REMUME
Otimização do fluxo dos atendimentos, de acordo com a demanda e quando necessário encaminhamento à geriatras.	X	X	X	X	Demanda livre e agendada nas ESFs
Implantação de práticas integrativas assistidas – Academia ao Ar Livre, Fitoterapia e outros.	X	X	X	X	Idosos do município.
Organização de redes solidárias com as	X	X	X	X	Idoso/comunidades e equipes de ESF.

comunidades e promoção de grupos de convívio e orientação.					
Ações e orientações para o envelhecimento saudável.	02	02	02	02	Reuniões/ano em cada grupo de idosos.
Formar grupos e implantar ações de hidroterapia e equoterapia melhorando a autonomia e qualidade de vida.	02	04	04	04	Grupos formados para as ações propostas

1.7 – SAÚDE MENTAL

Objetivos

- Ampliar o acesso à atenção psicossocial da população em geral, de forma articulada com os demais pontos de atenção em saúde e outros pontos intersetoriais.
- Consolidar, no município de Maravilha, uma rede de atenção integral e resolutive para os usuários com transtorno em decorrência do uso de drogas – lícitas e ilícitas – promovendo espaços de inclusão e de reinserção social e atuando junto às famílias e à comunidade.
- Fortalecer ações integradas de saúde do trabalhador voltadas ao controle do tabagismo e do sedentarismo;
- Fortalecer a Política de Controle do Tabagismo através do apoio matricial do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF)

Metas e indicadores

Meta/ação	2014	2015	2016	2017	Indicador
Desenvolver um plano de atuação intersetorial para a atenção ao usuário de drogas.	X	Manter	Ampliar	Manter	Usuários de drogas
Realização de mapeamento por equipe de ESF em relação ao uso de álcool e outras drogas, lícitas e/ou ilícitas.	X	Manter	Manter	Manter	Alcoolistas e outras drogas.
Realizar ações de redução de danos e prevenção do uso de drogas no território.	X	X	X	X	Dependentes químicos

Estabelecer protocolos e fluxos nas Unidades de Atendimento para garantir o atendimento de 100% da demanda de portadores de transtorno mental.	X	X	X	X	Demanda identificada em Saúde Mental
Elaboração de fluxos e rotinas de ações junto ao NASF e Equipes de Saúde da Família e aos serviços de referência (CAPS) entre outros.	X	X	X	X	
Redução da prevalência de dependentes do tabaco no município, gradualmente.	10%	20%	20%	20%	Fumantes do município.
Formar grupos e realizar oficinas terapêuticas com portadores de transtornos mentais por similaridade.	06	08	10	12	Oficinas/ano por grupo.
Definir o NASF como o ordenador de Saúde Mental no município, qualificando a equipe e ampliando a carga horária.	X	X	X	X	NASF
Formar no município, grupos (02 a 04 ao ano) de tabagistas e, de acordo com as diretrizes do Programa Nacional de Combate ao Tabagismo (PNCT), reduzir a prevalência de fumantes.	02	04	04	04	Grupos de tabagistas
Expandir o Projeto de Ambientes Livre do Fumo para todas as Repartições Públicas Municipais, incluindo as escolas.	02	02	02	02	Repartições Públicas Municipais ano.
Implantar o programa Saber Saúde (controle do tabagismo e outros fatores de risco de câncer)	X	Manter	Manter	Manter	Escolas públicas

nas escolas municipais como parte do Programa de Saúde na Escola (PSE).					
Inserir o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) no âmbito da Atenção Básica, como apoio institucional às equipes de ESF.	X	X	X	X	Equipes de ESF/NASF
Elaborar, juntamente com as equipes de ESF, protocolos de atendimento, visando o cuidado compartilhado.	X	Manter	Ampliar	Ampliar	NASF/ESF Necessidade percebida
Capacitação e educação permanente em temas relevantes oriundos da demanda espontânea ou pactuada com as equipes de ESF/Atenção Básica	X	Ampliar	Ampliar	Ampliar	NASF/ESF Necessidade percebida
Ampliar a equipe multiprofissional do NASF, contratando profissionais com vínculo protegido.	02 prof. 40h	Manter equipe	Manter equipe	Manter Equipe	Profissionais CBO NASF – Portaria

2 – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC) – AMBULATORIAL E HOSPITALAR

A organização da prestação da assistência no SUS é baseada em dois princípios fundamentais: a regionalização e a hierarquização. Além destes princípios o sistema, ao longo dos anos, estabeleceu que as ações e procedimentos se dispusessem em dois blocos, sendo um relativo à atenção básica, e o outro, que contempla as ações de média e

alta complexidade ambulatorial e hospitalar. Desta forma, foram definidos sistemas de informação, de pagamento, e de controle, avaliação e regulação.

As ações e procedimentos considerados de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar constituem-se para o gestor um importante elenco de responsabilidades, serviços e procedimentos relevantes para a garantia da resolutividade e integralidade da assistência ao cidadão. Além disso, este componente consome em torno de 40% dos recursos da União alocados no Orçamento da Saúde (Média e Alta Complexidade – MAC e Fundo de Ações Estratégicas e Compensação – Faec).

Na média e alta complexidade, propõe-se a melhoria da oferta de serviços da Rede Própria e, de forma complementar através do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS (CIS/AMERIOS) buscando o fortalecimento do processo de descentralização dos serviços de saúde, buscando garantir a consolidação de um modelo de atenção à saúde com clínica ampliada, integralidade, acolhimento e co-gestão.

Desta forma, será possível potencializar as ações de saúde nas UBS, incluindo a oferta de diagnóstico laboratorial, considerando risco e vulnerabilidade de grupos e sujeito, e ainda articular a atenção especializada à vigilância em saúde, com a disponibilidade do diagnóstico laboratorial aos agravos e doenças de notificação compulsória. Além disso, outra importante linha de ação será a qualificação dos encaminhamentos (protocolos de acesso da média complexidade – consultas e exames) e a elaboração de um Plano de Referência com ordenamento de fluxos e rotinas.

DIRETRIZ

Consolidar e aperfeiçoar o modelo assistencial de atenção à saúde de média e alta complexidade, contribuindo com a resolutividade e qualificação da rede na produção de saúde e assegurando a integralidade da assistência nos diversos níveis de atenção.

Objetivos

Fortalecimento das Redes de Atenção com garantia de acesso.
Potencializar as ações de saúde com a oferta de diagnóstico laboratorial e de imagem, prioritariamente para os programas de saúde estruturados na rede básica, considerando risco e vulnerabilidade de grupos e sujeito.
Ampliar a oferta de consultas especializadas para atendimento em tempo adequado.
Fortalecimento da Assistência pré-hospitalar (SAMU)
Melhorar a oferta de procedimentos hospitalares de média e alta complexidade.

Metas e indicadores

Meta/ação	2014	2015	2016	2017	Indicador
Ampliar e adequar o espaço físico para ofertas de serviços de fisioterapia.	X	Manter	Manter	Manter	Serviços de fisioterapia
Ampliação da equipe NASF para implantar/implementar ações multi e inter disciplinares e apoio matricial às equipes de ESF.	80h	Manter	Manter	Manter	Ampliar a Carga Horária profissionais do NASF
Aumento do número de especialidades da rede de forma equânime priorizando a expansão das especialidades com maior déficit e garantindo ao usuário consultas à especialistas de acordo com a sua gravidade	10%	20%	20%	20%	Ampliação da oferta de consultas especializadas
Ampliar a oferta de exames laboratoriais de análises clínicas com resultados em tempo resposta adequados.	20%	20%	10%	10%	Percentual de aumento/ano.
Manter e ampliar a participação Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS (CIS/AMERIOS).	X	X	X	X	Participação em Consórcio de Saúde.
Aumentar a oferta de procedimentos ambulatoriais e clinico-cirúrgicos de alta complexidade para população marvilhense.	20%	20%	20%	20%	Cirurgias eletivas de média e alta complexidade
Garantir o acesso aos serviços para pessoas com transtornos mentais/comportamentais unidades ambulatoriais (CAPS) ou hospitalares, de acordo com a demanda.	60	70	80	100	Indivíduos acompanhados pelo CAPS
Manutenção do Serviço de	X	X	X	X	USB/SAMU

Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) no município.					
Contratação de profissionais de nível superior, vínculo protegido para atuarem no CEO, CAPS e NASF.	08	Manter	Manter	Manter	Profissionais concursados e admitidos.
Ordenar o acesso aos serviços de média complexidade no Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).	X	Manter	Manter	Manter	CEO Implantado
Assegurar a manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) Tipo I, com equipe mínima, materiais e equipamentos necessários	X	X	X	X	Serviço Mantido
Garantir a oferta de serviços profissionais de nível superior na Rede Própria em fisioterapia, psicologia, nutricionista, psiquiatria entre outros.	X	X	X	X	Oferta de Serviços de Média Complexidade
Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) tipo I, com profissionais e os insumos necessários.	X	X	X	X	CAPS mantido

3 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Vigilância é a observação contínua da distribuição e tendências de doenças mediante a coleta sistemática, consolidação e avaliação de informes de morbidade e mortalidade, assim como de outros dados relevantes, e a regular disseminação dessas informações a todos que necessitam conhecê-la. (LANGMUR, 1963)

Vigilância da Saúde é uma proposta de reorganização das práticas de saúde, cujas bases conceituais e metodológicas vem sendo definidas a partir da reflexão sobre um processo de experimentação iniciado a cerca de 15 anos (TEIXEIRA, Carmen 2004).

A partir destas definições, serão objeto de atenção a vigilância, prevenção e controle das doenças transmissíveis, das não transmissíveis e das imuno-preveníveis, bem como a manutenção da capacidade de resposta às emergentes. Constituirão igualmente prioridades o fortalecimento da promoção da saúde, nesta incluída a vigilância em saúde ambiental e a implantação da política de saúde do trabalhador. Particularmente em relação às doenças transmissíveis, deverão ser empreendidas ações de atuação voltadas ao diagnóstico e tratamento precoce, bem como ao controle e à eliminação de agravos.

No tocante às doenças não transmissíveis, a estratégia central consistirá na implementação e monitoramento de ações voltadas à redução da mortalidade decorrente destas doenças. A prevenção e o controle incluirão o fortalecimento de medidas educativas, com prioridade à conscientização da população quanto aos fatores de risco relacionados a essas doenças.

A Vigilância Sanitária (VISA) tem por objeto de atuação o controle e a regulação das atividades humanas que podem gerar risco à saúde, seja dos trabalhadores e consumidores envolvidos na ação, seja da população em geral. Em função disso, a VISA municipal desenvolve inspeções e normatiza a conduta do comércio, formal e informal, e da indústria.

Nos últimos anos a VISA tem ampliado seu escopo de atuação, de forma pactuada com a Secretaria Estadual de Saúde, mas também tem buscado consolidar localmente as suas atividades. Nesse sentido os esforços serão concentrados na qualificação e expansão das ações de vigilância sanitária, a serem executadas de forma transversal e integradas às políticas de saúde, com o objetivo de prevenir e controlar os riscos oriundos da produção, comercialização e uso de bens e serviços mediante o monitoramento do risco e o controle sanitário.

DIRETRIZ

Redução dos riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Objetivos

- Fortalecer a promoção e vigilância em saúde, implementando ações para a redução das desigualdades sociais e a promoção da qualidade de vida.

- Reduzir a morbimortalidade decorrente das doenças e agravos prevalentes e privilegiar a intensificação de ações coletivas de caráter preventivo.
- Implementar e aprimorar as ações de Vigilância, Prevenção e Controle de Acidentes e Violências e Promoção da Saúde, na perspectiva de fomentar um enfrentamento efetivo, interdisciplinar e intersetorial.
- Prevenir e controlar as DST/Aids no município e promover a melhoria da qualidade de vida com assistência adequada à saúde das pessoas soropositivas ao HIV residentes no município.
- Ampliar a atuação da VISA, aprimorando suas práticas de trabalho e apoio tecnológico

Metas e indicadores

Meta/ação	2014	2015	2016	2017	Indicador
Manter e ou alcançar as coberturas vacinais preconizadas pelo Ministério da Saúde.	X	X	X	X	Cobertura vacinal público alvo
Encerrar oportunamente pelo menos 95% dos as doenças de notificação compulsória imediata registrados no SINAN.	95%	95%	95%	95%	Encerramento oportuna DNC.
Manter a proporção de cura nas coortes dos casos novos de hanseníase.	X	X	X	X	100% cura casos novos
Investigar e encerrar oportunamente 100% dos óbitos de mulheres em idade fértil	100%	100%	100%	100%	100% dos casos investigados e encerrados
Investigar e encerrar oportunamente 100% dos óbitos infantis no município	100%	100%	100%	100%	100% dos casos investigados e encerrados
Reduzir para menos de dois dígitos a taxa de mortalidade infantil no município no período.	02	02	02	02	Óbitos infantis
Elaborar e implementar a Política Municipal de Práticas Integrativas Complementares.		Elaborar	Implementar	Manter	Práticas Integrativas
Implementação de ações de	X	X	X	X	Ações

prevenção e controle ao HIV e Aids na população vulnerável (gays, travestis, profissionais do sexo etc.), e também dirigidas a adolescentes, mulheres e às pessoas acima de 50 anos.					implementadas
Manter cadastrados 100% dos estabelecimentos de interesse da saúde no município (VISA).	90%	100%	100%	100%	Estabelecimentos inspecionados
Alcançar as metas pactuadas no Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQAVS) Portaria 1708/2013.	80%	80%	90%	90%	Metas pactuadas a serem alcançadas.
Atualizar o Código Sanitário Municipal (Lei Municipal) de acordo com a legislação vigente.	X	Manter	Manter	Manter	CSM
Atualizar Lei/Decreto que regulamenta a cobrança de taxas da Vigilância Sanitária.	X	Manter	Manter	Atualizar	Taxas municipais
Manutenção de inspeções em unidades comerciais, pelo menos uma inspeção em cada estabelecimento.	800	960	1.100	1.300	Inspeções/ano
Capacitação dos trabalhadores para boas práticas de fabricação/manipulação de alimentos e/ou produtos de interesse da saúde.	150	150	200	200	Trabalhadores capacitados
Capacitação em normas de biossegurança e riscos de contaminação para profissionais dos Salões de Beleza, Barbearias, e afins.	02	02	02	02	Capacitações realizadas.
Monitorar a qualidade da água para consumo humano - soluções alternativas coletivas – poços	48	48	48	48	Amostras de água analisadas por mês.

artesianos, através de análise mensal e tratamento quando for o caso.					
Monitoramento da qualidade da água consumida na Rede Pública e em poços coletivos, de acordo com a Portaria 2914/2011.	25	25	25	25	Amostras de água/mês enviadas ao LACEN
Implantar e implementar a Política de Saúde do Trabalhador no setor primário e terciário.	X	Manter	Ampliar	Ampliar	Saúde do trabalhador
Cadastrar, notificar e investigar 100% das ocorrências de surtos de DTAs.	100%	100%	100%	100%	Surtos DTAs
Atualizar o mapa de Reconhecimento Geográfico (RG) do perímetro urbano para controle da Dengue.	01	01	01	01	01 RG/ano
Realizar 100% das ações de campo para determinar os índices de infestação do mosquito Aedes Aegypti, de acordo com o PNCD – Levantamento de Índice (LI) e Pontos Estratégicos (PE)	2.616 PE 384	LI 2.619 PE 384	LI 2.619 PE 384	LI 2.619 PE 384	LI – imóveis 873x3/ano PE 16x24 visitas ano
Realizar 100% das ações de bloqueio e delimitação de focos, quando e se houver, de acordo com PNCD.	100%	100%	100%	100%	Ações de Bloqueio
Realizar pelo menos um evento anual com atividades educativas visando mobilizar a comunidade em geral sobre ações de prevenção e combate a dengue.	01	01	01	01	Evento anual
Elaboração de material informativo (folders, banner, placas) e distribuí-los/afixá-los em pontos estratégicos.	5.000 20	5.000 20	5.000 20	5.000 20	Panfletos/folders Placas/banners

Contratação de Agente de Combate a Endemias (ACE) com vínculo protegido – concurso público.	02	Manter	Manter	Manter	ACE Concursado
---	----	--------	--------	--------	----------------

4 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

A Assistência Farmacêutica é um dos componentes para garantia de integralidade da assistência em qualquer nível de atenção. A Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), prevista no Decreto 7508/2011 – Seção II – Artigos 25 a 29, pressupõe que todo indivíduo atendido na Rede Pública de Saúde, deva ter assegurado o acesso ao tratamento completo. Isso implica em garantir o acesso aos medicamentos para o restabelecimento da saúde do indivíduo, medicamentos estes que devem estar disponíveis em tempo integral e de acordo com as especificidades locais regionais.

Para garantia da assistência farmacêutica, demanda o aprimoramento dos fluxos internos de trabalho e de articulação entre o setor de compras e o almoxarifado, evitando desta forma, faltas indesejáveis de medicamentos essenciais, sejam estes de uso contínuo ou sazonais.

DIRETRIZ

Garantia de Assistência Farmacêutica integral aos usuários do SUS.

Objetivos

- Manter e adequar a oferta de medicamentos da Assistência Farmacêutica Básica à população marvilhense, com revisões sistemáticas da REMUME.
- Definir a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME).
- Garantir o acesso e a distribuição de medicamentos do componente básico, excepcional e demandas judiciais.

Metas e indicadores

Meta/ação	2014	2015	2016	2017	Indicador
Elaborar a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME), de acordo com os	X	Manter	Manter	Manter	REMUME

protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, preconizados.					
Rever anualmente a REMUME, com base em portarias ministeriais, evidências científicas e perfil epidemiológico local.	X	X	X	X	Revisão REMUME
Garantir a oferta de medicamentos com base no uso racional do medicamento.	X	X	X	X	REMUME Dispensação
Manter estoques mínimos necessários para evitar a falta de medicamentos de uso contínuo ou sazonais nas UBS.	X	X	X	X	Estoque de remédios mantido.
Ampliação/adequação do almoxarifado Central, com climatização e acondicionamento adequado dos insumos da assistência farmacêutica.	X	Manter	Manter	Manter	Estrutura física
Implantação gradual e regular, de uma Política de fitoterápicos na Rede Pública Municipal de Saúde.	X	X	X	X	Fitoterapia implantada
Assegurar o destino correto dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), Grupos A e B – RDC ANVISA 306, produzidos pela Rede Pública de Saúde.	X	X	X	X	Resíduos de Serviços de Saúde
Assegurar a capacitação quanto ao uso adequado de insumos e equipamentos.	02	02	02	02	Servidores capacitados
Manter alimentação regular do Sistema de Controle de Estoque – entradas e saídas – no Sistema de Gestão Municipal (GEMUS).	X	X	X	X	Sistema alimentado regularmente.
Dispensar regularmente os medicamentos prescritos pelos	X	X	X	X	Medicamentos dispensados regularmente.

profissionais da Rede Básica Municipal e referenciados através da PPI/COAP ou Consórcio.					
Contratação de profissionais de nível superior (farmacêuticos) para assegurar a Assistência Farmacêutica à população usuária.	02	Manter	Manter	Manter	Profissionais contratados.
Estabelecer rotinas de reposição de insumo – solicitação, aquisição, entrega e pagamento – de modos a assegurar o eetoque regular e faltas frequentes.	X	Manter	Manter	Manter	Rotinas efetivas

05 – GESTÃO DO SUS

Mesmo levando em consideração a conquista histórica que significa o Sistema Único de Saúde (SUS) no nosso país, devemos ter muito claro as enormes dificuldades que significam a sua implementação dado a nossa história de tratamento do estado com relações de fisiologismo, patrimonialismo, loteamento e privatização por grupos e corporações organizadas, como também de um modelo de atenção equivocado.

Assim, se por um lado temos um sistema com significativos avanços e que tem sido de uma importância incomensurável para toda a população brasileira, de outro há ainda gargalos que são produtos de toda essa nossa cultura e que necessitam de um tratamento correto e sintonizado com os princípios da Reforma Sanitária.

A prática corrente tem sido do tratamento da doença em detrimento de ações que possibilitem a promoção efetiva da saúde. Quando analisamos o SUS, nos seus vinte e poucos anos, percebemos que apesar de alguns avanços pontuais e de relevância e impacto no contexto sócio-epidemiológico, continuamos presos a uma lógica focada nos medicamentos, nos leitos hospitalares, “medicocêntrica” e mais recentemente nos exames de alta complexidade.

O descompromisso com uma efetiva e agressiva prática de promoção da saúde tem gerado uma demanda cada vez mais crescente por tratamentos cada vez mais especializados e de custos cada vez mais elevados, colocando em xeque não só a capacidade de financiamento, mas o próprio sistema como um todo. Não temos programas que possibilitem um acompanhamento racional de diabetes, hipertensão, oftalmologia,

saúde mental, assistência farmacêutica, saúde bucal e outros e somos obrigados, em consequência, a arcar com os desumanos e insustentáveis tratamentos de hemodiálise, cirúrgicos, transplantes, intoxicações e câncer, só para citar alguns. (CNS, 2006 – João Batista Júnior).

A partir dos pressupostos acima, queremos poder assegurar aos profissionais de saúde e a população sulflorense, a certeza de que não mediremos esforços no sentido de melhorar indicadores e a efetiva mudança do modelo assistencial atual, centrado no ato médica, na cura de doenças em detrimento da promoção de saúde, do auto-cuidado e da prevenção de doenças.

DIRETRIZ I – GESTÃO DO TRABALHO

Objetivos

- Consolidar a Gestão do Trabalho no SUS, centrada na valorização dos trabalhadores e com a participação dos diversos atores envolvidos no processo, fortalecendo as relações do trabalho, o desenvolvimento profissional e uma atuação solidária, humanizada e de qualidade, na perspectiva do trabalho em equipe e integralidade da atenção à Saúde.
- Fortalecer e aprimorar as ferramentas/instrumentos de gestão como um espaço democrático de avaliação contínua e participativa dos trabalhadores.
- Desenvolver estratégias para a incorporação da prática do planejamento no cotidiano das ações desenvolvidas em todos os âmbitos da Secretaria de Saúde.
- Implantar/implementar o Sistema de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria (ECA) com vistas a ordenar, coordenar a aprimorar as ações e serviços de saúde na atenção ambulatorial e hospitalar.

Metas e indicadores

Meta/ação	2014	2015	2016	2017	Indicador
Elaboração da Programação Anual em Saúde (PAS)	01	01	01	01	PAS elaborada
Elaboração do Relatório Anual de Gestão (SARGSUS)	01	01	01	01	RAG elaborado
Elaboração do Plano Municipal de Saúde (PMS)	01	Revisão	Revisão	Revisão	PMS 2014/2017
Atualizar o plano de Carreira,	X	Manter	Manter	Manter	PCCS adequado

Cargos e Salários (PCCS) adequando vencimentos aos padrões regionais.					
Realização de Concurso Público para provimento de vagas e garantir vínculo protegido à pelo menos 95% do servidores.	X		X	X	Concurso público para provimento de vagas.
Manter canal de negociação com servidores para adequação da Política Municipal de Cargos e Salários.	X	X	X	X	Mesa de negociação
Contratação de servidores de nível superior para as vagas/cargos existentes e novas a serem criadas.	20	04	04	06	Servidores contratados
Contratação de Servidores de nível médio e fundamental para as vagas em aberto e novas.	10	04	02	02	Servidores nível médio/fundamental contratados
Instalar mecanismo de controle de registro frequência (ponto) nos locais de trabalho.	X	Manter	Manter	Manter	Ponto Eletrônico
Fazer a avaliação de desempenho (Estágio Probatório) dos servidores novos com objetivo de inseri-los no contexto da filosofia de trabalho da Secretaria de Saúde.	X	02	02	02	Avaliações/ano
Estabelecer calendário de reuniões regulares com a equipe para planejar, discutir	06	06	06	06	Reuniões/ano

e implantar/implementar ações e políticas de saúde adequadas ao tempo.					
Estruturar e capacitar uma equipe de regulação, controle, avaliação e auditoria (ECA) do SUS.	X	Manter	Manter	Manter	Equipe ECA
Estabelecer protocolos de acesso aos serviços ambulatoriais de média complexidade, de acordo com os Parâmetros Assistenciais (Portaria 1.101/2002)	X	Aprimorar	Atualizar	Ampliar	Protocolos estabelecidos
Capacitar a equipe de ECA para Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria de acordo com as normas vigentes.	03	X	03	X	Servidores capacitados

DIRETRIZ II – EDUCAÇÃO PERMANENTE

O processo da Educação Permanente deve estar voltado à qualificação dos profissionais de saúde com foco na consolidação e ampliação da resolutividade da Atenção Primária, bem como para o fortalecimento da atuação em áreas prioritárias, além dos aportes para o fortalecimento gerencial, como a formação aos funcionários que trabalham nas farmácias e no apoio administrativo das Unidades Básicas de Saúde.

Para isso, deve ser elaborado um Plano de Educação Permanente articulado ao modelo de atenção atual, contemplando as áreas de gestão de sistema, atenção à saúde, educação e controle social, assumindo um olhar no território, e das propostas estratégicas das áreas temáticas. Além disso, este plano deverá pensar estratégias e critérios para a garantia da participação dos servidores em eventos e atividades inerentes a função.

O município de Maravilha, firma compromisso com a prática da Educação Permanente, em contraposição à lógica da capacitação continuada e das ações fragmentadas de treinamento e capacitação. Propõem-se estratégias que fortaleçam o caráter pedagógico da prática cotidiana, fornecendo os aportes necessários de

conhecimento atualizado para o seu fortalecimento e qualificação, de acordo com o desenvolvimento profissional dos atores envolvidos.

Objetivos

- Ampliar o processo de educação permanente a todos os servidores.
- Buscar soluções a partir dos problemas enfrentados no cotidiano do trabalho e com isso, promover transformações na prática profissional.
- Promover o aprimoramento e a atualização dos profissionais, considerando suas vivências profissionais e as especificidades de cada serviço.

Metas e indicadores

Meta/ação	2014	2015	2016	2017	Indicador
Possibilitar/promover a participação dos servidores em cursos de capacitação em pelo menos 40h/ano.	60	60	60	60	Agentes Comunitários de Saúde (ACS)/ano.
Ampliação da equipe multiprofissional do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) através de concurso público	X	Manter	Manter	Manter	Concurso público
Estabelecer critérios para remoção de profissionais nos períodos de férias e/ou que antecedem a entrada de novos profissionais na rede.	X	X	X	X	Critérios estabelecidos
Priorizar a contratação de profissionais por meio de concurso público, mantendo o vínculo protegido	Concurso público priorizado	Concurso público priorizado	Concurso público priorizado	Concurso público priorizado	Concursos para reposição de profissionais
Estimular e organizar	01 evento	01 evento	01 evento	01 evento	01 evento /ano realizado.

pelo menos um evento por ano com toda equipe de Atenção Primária para atualização e aperfeiçoamento das Políticas Públicas.					
---	--	--	--	--	--

DIRETRIZ III – CUSTEIO E INVESTIMENTO

Para o próximo período, a secretaria de saúde busca o melhor desenvolvimento dos processos internos, no intuito de garantir agilidade e eficiência administrativa. Desta forma, pretende-se aprimorar a gestão de contratos e convênios, e o desenvolvimento dos atos necessários às ações de manutenção e expansão dos serviços. No tocante à infraestrutura física, veículos e de equipamentos além da reforma do Centro Municipal de Saúde está prevista a reforma e manutenção das demais unidades de saúde.

Em relação ao custeio, cabe a gestão assegurar os recursos financeiros necessários para implementação das ações e políticas de saúde pública no município, com remuneração de pessoal, compra de materiais e insumos, custeio de energia elétrica, telefonia, água e manutenção da estrutura física, veículos, equipamentos de saúde, de informática rede de frios entre outros.

Objetivos

- | |
|---|
| • Garantir ambientes adequados e com área necessária para execução dos serviços. |
| • Equipar as Unidades de Saúde com equipamentos e veículos de acordo com as necessidades. |
| • Aprimorar a aplicação dos recursos de custeio e remuneração de pessoal. |

Metas e indicadores

Meta/ação	2014	2015	2016	2017	Indicador
Ampliação e reforma da UBS Bela Vista, programa RequalifiaUBS	X	Manter	Manter	Manter	UBS Reformada

Manutenção e reforma das demais UBS da Rede Municipal.	X	Manter	Manter	Manter	UBS adequadas
Construção de UBS nova no Bairro CAIC – Programa RequalificaUBS.	X	Manter	Manter	Manter	UBS Edificada
Manutenção preventiva de veículos e equipamentos ambulatoriais, odontológicos, de informática, rede de frios etc..	X	X	X	X	Manutenção regular
Adequação de espaço físico para implantação do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).	X	Manter	Manter	Manter	CEO implantado
Garantir estrutura física, equipamentos, veículos e os recursos humanos necessários para Equipe Multidisciplinar de Atenção Domiciliar (EMAD).	X	Manter	Manter	Manter	EMAD funcionando
Assegurar os recursos financeiros para custeio necessários ao pagamento de recursos humanos, dos prestadores de serviços e despesas operacionais.	X	X	X	X	Recursos financeiros LDO Execução orçamentária e financeira.
Aprimorar a execução financeira de acordo com o orçamento vigente, para aquisição de medicamentos, materiais ambulatoriais, odontológicos, de escritório e expediente.	X	X	X	X	Execução orçamentária

6 – CONTROLE SOCIAL

O Controle Social no SUS, talvez seja ainda o maior desafio a ser enfrentado pelos gestores, trabalhadores, prestadores de serviço e especialmente pelos usuários do Sistema. Nota-se uma participação muito tímida da grande maioria dos usuários. Os Conselhos

Municipais de Saúde (CMS) funcionam de forma muito irregular ao ponto do Ministério Público Federal, ter expedido correspondência para verificar o funcionamento dos conselhos, sua estruturação e se estão de acordo com o que preconiza a Resolução CNS 453/2012.

A Resolução 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) de 10 de maio de 2012, em sua Terceira Diretriz traz. *“a participação da sociedade organizada, garantida na legislação, torna os Conselhos de Saúde uma instância privilegiada na proposição, discussão, acompanhamento, deliberação, avaliação e fiscalização da implementação da Política de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros. A legislação estabelece, ainda, a composição paritária de usuários em relação ao conjunto dos demais segmentos representados. O Conselho de Saúde será composto por representantes de entidades, instituições e movimentos representativos de usuários, de entidades representativas de trabalhadores da área da saúde, do governo e de entidades representativas de prestadores de serviços de saúde, sendo o seu presidente eleito entre os membros do Conselho, em reunião plenária. Nos Municípios onde não existem entidades, instituições e movimentos organizados em número suficiente para compor o Conselho, a eleição da representação será realizada em plenária no Município, promovida pelo Conselho Municipal de maneira ampla e democrática”.*

A principal mudança entra as Leis Orgânicas da Assistência à Saúde (LOAS) 8080/90 e 8142/90, é justamente a participação popular no controle social. Participação esta muito tímida por parte da sociedade, seja de usuários, profissionais e prestadores de serviço, e não obstante, vemos gestores públicos eximindo-se das responsabilidades impostas para efetivação do controle social. Por isso fazem-se necessárias medidas para estruturação e efetivação do controle social em todos os níveis de gestão, desde a esfera federal à esfera municipal.

O município de Maravilha, por meio seu Gestor de Saúde, definiu entre as prioridades a ampliação do controle social e deu início a implantação de Conselhos Locais de Saúde justamente para que a participação da comunidade com sugestões, participação nas decisões e auxiliar a definir a implantação de ações e políticas de saúde pública.

DIRETRIZ

Implementação do Controle Social na Gestão de Políticas Públicas de Saúde.

Objetivos

- Implementar o controle social na rede de serviços públicos.
- Garantir a estruturação e o funcionamento regular do Conselho Municipal de Saúde.

- Realização de conferências municipais de saúde.

Metas e indicadores

Meta/ação	2014	2015	2016	2017	Indicador
Promover a renovação sistemática dos conselheiros quando não houver a participação desejada.	X	X	X	X	Renovação do CMS
Assegurar a capacitação dos conselheiros de saúde de pelo menos 12h anuais, para atualização e conhecimento da atuação junto ao CMS	06	08	10	12	Conselheiros capacitados.
Realizar pelo menos Conferencia Municipal de Saúde no período com a realização de 04 (quatro) pré-conferencias.	00	01 06 - pré	00	00	Conferência realizada 06 pré-conferencias.
Estimular a participação das comunidades, sociedade civil organizada, idosos e outros segmentos para participarem das reuniões do CMS	X	X	X	X	Estimulo contínuo
Manter a realização de pelo menos uma reunião mensal do CMS, com calendário aprovado no inicio de cada ano e recesso de 60 (sessenta) dias.	06	10	10	10	Reuniões anuais do CMS.
Implantar Conselhos Locais de Saúde (CLS) visando ampliar a participação e o controle social no SUS.	05	Manter	Manter	Manter	Conselhos Locais implantados.
Realizar a prestação de contas quadrimestral ao CMS – lei 141/2012 – Artigo 41.	04	04	04	04	Relatórios quadrimestrais apresentados
Submeter a aprovação do CMS	X	X	X	X	RAG e PAS aprovados.

o Relatório Anual de Gestão (RAG) e a Programação Anual em Saúde (PAS) no prazo estipulado (Portaria Ministerial 2.135/2013).					
---	--	--	--	--	--

MECANISMOS DE MONITORAMENTO DO PLANO

O Plano Municipal de Saúde 2014-2017 será revisado anualmente, no período de outubro a dezembro quando da elaboração da Programação Anual em Saúde (PAS), conforme prevê a Portaria Ministerial 2135/2013 de 25 de setembro de 2013, para adequação e aprimoramento de suas metas.

O denso elenco de atividades propostas em função do enfrentamento dos problemas diagnosticados e dos objetivos, que se pretende alcançar, exige da gestão a definição de estratégias específicas e monitoramento e avaliação de suas metas estratégicas, da eficiência administrativa e do impacto, quando possível, das ações realizadas. Para tanto, a formação de grupos técnicos para estudo do PMS, é uma proposta a ser implementada no primeiro ano da vigência.

Outras ferramentas a serem utilizadas para monitoramento do Plano estão o Relatório Anual de Gestão (RAG), a o Relatório Quadrimestral da Execução Financeira e Contábil (Lei 141/2012). O Relatório de Gestão deverá ser descritivo e analítico, sendo sempre relacionado ao Plano, servindo de subsídio para a sua revisão.

Todas estas estratégias, juntas, implicarão no monitoramento das ações realizadas e propostas no Plano Municipal de Saúde, e serão sempre apresentadas e discutidas no Conselho Municipal de Saúde, e conseqüentemente, inseridas no processo anual de revisão e readequação do Plano Municipal de Saúde 2014-2017.

Massaranduba

PREFEITURA

LEI N. 1635, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 1634, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

Institui o Sistema de Assistência Odontológica dos Servidores Públicos Municipais de Massaranduba.

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Assistência Odontológica dos Servidores de Massaranduba ativos e inativos ocupantes de cargos de provimento efetivo ou de comissão e de seus dependentes.

Art. 2º A Assistência Odontológica compreenderá a prestação de serviços em Atendimento Inicial, Cirurgia, Radiologia, Dentística, Endodontia, Odontopediatria, Ortodontia e Ortopedia Funcional e Periodontia.

Art. 3º A Assistência Odontológica será prestada mediante contratação de serviços de terceiros, pessoas jurídicas, ou por meio de celebração de contratos e convênios.

Art. 4º O servidor ativo ou inativo terá que optar pelo ingresso no Sistema de Assistência Odontológica por escrito mediante Termo de Adesão bem como para seus dependentes.

Art. 5º O Sistema de Assistência Odontológica colocado à disposição dos servidores públicos terá uma contribuição mensal dos segurados que será descontada diretamente na folha do servidor na proporção de 50% do valor da mensalidade.

Art. 6º As mensalidades referentes aos dependentes do segurado correrão por conta exclusiva do servidor, descontadas de sua remuneração mensal.

Art. 7º Definem-se como segurados do Sistema de Assistência Odontológico:

- I - O segurado;
- II - O segurado especial;
- III - O segurado dependente;
- IV - O segurado agregado.

Parágrafo Único Para efeitos desta Lei denomina-se:

I - Segurado - O servidor ativo e inativo nomeado em caráter efetivo ou temporário para cargo público do Poder Executivo e Legislativo de suas autarquias e fundações.

II - Segurado Especial - O Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito, os Vereadores, os Secretários e os ocupantes de cargos comissionados declarados em lei de livre nomeação e exoneração pelo chefe do Poder Executivo Municipal e Presidente da Câmara.

III - Segurado Dependente - quando devidamente escrito pelo Servidor e qualificado nas condições a seguir:

- a) O cônjuge;
- b) O companheiro ou companheira nos termos definidos no Regulamento do Sistema de Assistência Odontológico;
- c) Os filhos solteiros, menores de dezoito anos;
- d) Os filhos solteiros maiores de dezoito anos definitivamente inválidos ou incapazes, desde que comprovada a dependência econômica definida em regulamento;
- e) Os enteados solteiros, menores de dezoito anos, desde que comprovada a dependência econômica definida em regulamento.

IV - Segurado Agregado - quando devidamente inscrito pelo servidor e qualificado nas seguintes condições:

- a) O ex-cônjuge, separado judicialmente ou divorciado, com direito à pensão alimentícia, desde que conste expressamente do processo judicial que o segurado ou o segurado especial deverá garantir sua Assistência Odontológica.
- b) Os menores de dezoito anos que estejam sob a guarda judicial.

Art. 8º A presente Lei será regulamentada por decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 9º A presente Lei entra em vigor na data de publicação

Massaranduba, 21 de novembro de 2014

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra

CAMILA ROSSI

Auxiliar Administrativo

ATA 24.2014 - HORAS MAQUINA, CAMINHÃO

ADITIVO DE QUANTIDADE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 24/2014

Processo Licitatório Nº. 71 / 2014

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 42 / 2014

Aos dezoito dias do mês de Novembro do ano de 2014, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 71/2014 - Pregão Presencial Nº. 42/2014 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para aquisição de horas máquina, caminhão e macadame, destinadas a recuperação de estradas vicinais no interior do município, conforme Convênio nº. 479/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Aquisição de horas máquina, caminhão e macadame, destinadas a recuperação de estradas vicinais no interior do município, conforme Convênio nº. 479/2014, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

1.2. Este aditivo deu-se em virtude da quantidade estima não ser o suficiente para suprir as necessidades estimadas no processo licitatório. Segue abaixo as especificações e quantitativos aditados.

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde licitada	Qtde aditivada	R\$ unit.	R\$ total
03	JEAN MENIN ME	ESCAVADEIRA HIDRAULICA, COM NO MÍNIMO 20 TONELADAS. CAPACIDADE DA CONCHA 0,50 M3, COM LANÇA DE 4,60M E BRAÇO DE 2,50M. FORÇA DE ESCAVAÇÃO NA CAÇAMBA DE 8.250KGF.	HORAS	JCB JS200	310	73:30h	R\$ 135,00	R\$ 9.922,50

1.3. O valor estimado para o citado aditivo será de R\$ 9.922,50 (nove mil, novecentos e vinte dois reais e cinquenta centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. Integram esta Ata, o Edital de Processo Licitatório nº. 71/2014, e as propostas das empresas classificadas no certame acima mencionado.

2.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

2.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 19 de Novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA	JEAN MENIN ME
MÁRIO FERNANDO REINKE	JEAN MENIN
Prefeito	Contratada

DECRETO Nº 3008 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3008 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0403 - GERENCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM
0403.026.782.0060.2029 - Conservação de Estradas Vicinais
0403 - 33900000 - Aplicações Diretas
0403 - 10000 - Recursos Ordinários
.....R\$ 30.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) do programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0403 - GERENCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM
0403.026.782.0060.2029 - Conservação de Estradas Vicinais
0403 - 33900000 - Aplicações Diretas
0403 - 10000 - Recursos Ordinários
.....R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 19 de Novembro de 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI
Gerente do Procon

DECRETO Nº 3009 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3009 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 135.000,00 (Cento e trinta e cinco mil reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0403 - GERENCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM
0403.026.782.0060.2029 - Conservação de Estradas Vicinais
0403 - 33900000 - Aplicações Diretas
0403 - 12455 - Outras transferências de Convênios do Estado
..... R\$ 135.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no presente exercício.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 19 de Novembro de 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI
Gerente do Procon

Meleiro**PREFEITURA****PORTARIA N.º 448/2014**

PORTARIA n.º 448/2014

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença saúde, a servidora LORIZETE BECKER ARIGONI, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 22/11/2014.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 347/2014.

Meleiro, 21 de Novembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 449/2014

PORTARIA n.º 449/2014

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença saúde, a servidora DANIELA BENEDET PASINI, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 22/11/2014.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 437/2014.

Meleiro, 21 de Novembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo**PREFEITURA****PORTARIA Nº 164/2014**

PORTARIA Nº 164/2014 de 21.11.2014

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À CONSELHEIRAS TUTELARES, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com a Lei Municipal 2.027/2012 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido às Conselheiras Tutelares relacionadas abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Carine Bruneto	05.07.2013 a 04.07.2014	23.12.2014 a 11.01.2015 (20 dias)
Lúcia Euzébio	04.07.2013 a 03.07.2014	16.12.2014 a 04.01.2015 (20 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 21 de novembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

Francieli Pavalicini

Chefe de Setor

DECRETO Nº 294/2014

DECRETO Nº 294/2014 DE 21.11.2014

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E MANDATO DO CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - COMED, DE MODELO - SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.440/2000,

Considerando as disposições legais e normativas deliberadas pelo Conselho da Educação em especial da ata de posse dos conselheiros,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a nomeação com seus respectivos mandatos, dos membros do Conselho Municipal de Educação de Modelo - SC - COMED - conforme datas bases e indicações, estabelecidas em ata própria, ficando a sua composição e mandatos, conforme a seguir especificado:

- Representante do Departamento Municipal de Educação
Mandato: maio de 2014 a maio de 2017.

- Eliane F. Hanauer Chaves - titular
- Jussane M. T. Frandoloso - suplente

- Representantes do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino
Mandato: novembro de 2014 a novembro de 2017

- Zilda Schlintwein - titular
- Gilneide Braun - suplente

Mandato: maio de 2014 a maio de 2017

- Iliana M. P. Casagrande - titular
- Simone Spier - suplente

- Representantes da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino
Mandato: novembro de 2014 a novembro de 2017

- Rosane Ferronato - titular
- Lucia Frandoloso - suplente

Mandato: maio de 2014 a maio de 2017

- Daniela Marins - titular
- Nilva Alebrandt - suplente

- Representante das Associações de Pais e Professores (APPs)
Mandato: novembro de 2014 a novembro de 2017

- Janete Toseto - titular
- Marines Zanini - suplente

- Representante da área da Agricultura
Mandato: novembro de 2014 a novembro de 2017

- Marcia Rudiger - titular
- Jorge Varnier - suplente

- Representante do Comércio e Indústria
Mandato: novembro de 2014 a novembro de 2017

- Mirtes Castaman - titular
- Nara Fritzen - suplente

- Representante da Educação Especial
Mandato: novembro de 2014 a novembro de 2017

- Silvainha Kreutz - titular
- Leni Zilli - suplente

Art. 2º - As atribuições do conselho são as constantes da Lei Municipal nº 1440/2000, das disposições do regimento interno e são consideradas de caráter relevante na forma da lei.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 21 de novembro de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

PORTARIA Nº 165/2014

PORTARIA Nº 0165/2014 de 21.11.2014

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUIZ BIANCHETTO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com o Art. 112 da Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal LUIZ BIANCHETTO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Externos, conforme Decreto de nomeação nº 053/2008 de 12.02.2008, 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO, a que faz jus, conforme disposto no artigo 112 da Lei Municipal 1.513/2002, relativo ao período aquisitivo de 02/2008 a 02/2013, a ser usufruída no período de 24.11.2014 a 23.12.2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 21 de novembro de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Navegantes

PREFEITURA

DECISÃO- PEDIDO REEQUILIBRIO DE PREÇOS – INDEFERIMENTO – CONC. 168/2014

DECISÃO- PEDIDO REEQUILIBRIO DE PREÇOS - INDEFERIMENTO - CONC. 168/2014

EMPRESA: INSTITUTO BARRIGA VERDE
CNPJ: 08072361/0001-55

Aos 20 (vinte) dias, do mês de novembro de 2014, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, cito a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e dos decretos nº. 3.931/2001 e 056/2009, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação da proposta apresentada na Concorrência nº.168/2014, licitação homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE INDEFERIR o pedido de aditivo de 25% sobre o preço contratado;

Em 14 de novembro 2014 foi protocolado o pedido de aditivo em 25% sob a justificativa de a estimativa inicial ser de 3.000 candidatos, todavia as inscrições alcançaram o número de 5.100 candidatos.

Após análise do edital de licitação Concorrência 168/2014 e do Contrato 227/2014, o Município indefere o pedido da requerente, tendo como base as cláusulas a seguir:

Anexo X Minuta do Contrato, edital 168/2014 e contrato 227/2014
5.2 O preço retro referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo ou supressão, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

Anexo xi Termo de referencia, edital 168/2014

8. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE INSCRIÇÕES

Estima-se a inscrição de 3.500 (três mil e quinhentos) candidatos. Entretanto, a Prefeitura de Navegantes não terá qualquer responsabilidade se o número for maior ou menor, cabendo à licitante fazer suas próprias estimativas e apresentar seu preço de acordo com sua própria conveniência, por sua conta e risco.

Conforme supracitado a estimativa contida no edital era de 3.500 e não 3.000 como mencionado pelo requerente, sendo esta apenas uma estimativa dando plena liberdade para o licitante fazer seus próprios estudos e propor seu preço conforme sua conveniência, o que de fato ocorreu, desta forma não havendo direito ao aditivo, a decisão do Município é indeferir o pedido.

Douglas Lemos - Presidente

Comissão de Licitação - Maria B. Correa

Fernanda Hassmann

Carla Claudino

Adriana Correa

Corroborando

Benilde Perão

Secretária de Administração

DECRETO 741 DISPÕE SOBRE LIMITAÇÃO DE DESPESAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 741 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a limitação de despesas do orçamento municipal de 2014, constantes da Lei Municipal de nº 2802 de 18 de novembro de 2013

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III,

CONSIDERANDO o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 e no artigo 15 da Lei Municipal nº 2777 de 9 de outubro de 2013 e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2014, que estabelece os Critérios e Formas de Limitação de Empenho;

CONSIDERANDO a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira com o objetivo de manter na execução orçamentária e o equilíbrio das contas públicas para o exercício financeiro vigente;

CONSIDERANDO o não atingimento das metas de arrecadação ao final 5º bimestre o exercício de 2014; e

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 9º da Lei Complementar n.º 101/2000 se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias;
DECRETA:

Art. 1º Para fins de limitação de empenhos, conforme artigo 15 da Lei Municipal nº 2777 de 9 de outubro de 2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2014, ficam bloqueados, a partir do dia 17 de novembro de 2014, os valores correspondentes a 90% do saldo atualizado das dotações:

I - Relativas à contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Referentes às obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Relativas à aquisição de combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - Destinadas à aquisição de materiais de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades do poder público municipal.

Art. 2º Os bloqueios a que se refere o artigo 1º deste Decreto dar-se-ão somente nas seguintes fontes de recursos:

00.010000 - Recursos Ordinários;

00.010001 - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação;

00.010002 - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde;

00.010042 - Recursos SESAN.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

Art. 3º Os órgãos competentes da Administração Municipal adotarão as medidas e procedimentos, inclusive com relação aos contratos e às licitações, necessários à redução das despesas e à sua adequação aos limites fixados neste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se o Decreto nº 713 de 5 de novembro de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE NOVEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ATA CONCORRÊNCIA 194/2014 PMN– ABERTURA DE HABILITAÇÃO

ATA CONCORRÊNCIA 194/2014 - ABERTURA DE HABILITAÇÃO
ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS, BALT, BELGA E CR ARTEFATOS TODAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS, NÃO HOUVE APRESENTAÇÃO POR NENHUMA DAS EMPRESAS DA CERTIDÃO SIMPLIFICADA NEM DA DECLARAÇÃO DE ME/EPP DESTA FORMA NÃO HOUVE LICITANTE CADASTRADA COMO ME/EPP.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PRESIDENTE E A COMISSÃO ABRIRAM OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DAS LICITANTES e após a verificação passou para os licitantes verificarem e rubricarem, como não houve tempo para todos a licitação foi suspensa as 11:30 e comunicado que a sessão retornaria as 13:30 para finalização da verificação dos documentos pertinentes a habilitação. Reaberta a sessão as 13:30 e disponibilizado aos licitantes os documentos após foram apontadas as seguintes pendências:
QUANTO AO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA: CR ARTEFATOS - para o item bloco de concreto intertravado "paver" apresentou 5.277,98m² e o edital pedia no mínimo 14.250,00m².---
----- BELGA foi verificado um atestado com o CNPJ divergente dos documentos da licitante (foi aberta diligência e constatado que a prefeitura de Joinville colocou seu próprio cnpj quando deveria colocar o da licitante) após verificação o entendimento é que foram apresentados os atestados conforme solicitação -----BALT apresentou os atestados conforme solicitação.

Quanto a Certidão de Acervo Técnico do Profissional item 5.4.5: as licitantes, BELGA, E BALT atenderam o solicitado no edital e a licitante CR ARTEFATOS não apresentou na CAT o serviço de sub-base.

Após a apontamentos da comissão foi aberto prazo para as licitantes se pronunciarem conforme segue:
as licitantes BELGA e CR ARTEFATOS apontaram que a licitante BALT não apresentou o atestado de execução com fornecimento de lajotas pre-moldadas item 5.4.3, o que conforme entendimento da comissão e presidente realmente ficou faltando pois todos os atestados foram apresentados com serviços de paver intertravado

e não lajota.

A licitante BALT aponta que a BELGA não apresentou CAT dos atestados apresentados em nome da licitante BELGA, conforme entendimento do presidente e comissão o edital não solicitava que a CAT fosse em nome da empresa mas sim do profissional vinculado a mesma, (ou seja atestado de capacidade técnica-empresa, CAT-engenheiro).

Auxiliando a comissão e presidente verificando os atestados de capacidade técnica e CAT esteve presente o sr Vinicius de Castro Oliveira (engenheiro civil) e verificando os índices contábeis o sr Sidnei Milani (contador).

Desta forma finaliza a sessão com habilitação da licitante BELGA e inabilitação da CR artefatos e BALT pelos motivos acima apresentados.

DESDE JÁ FICAM INTIMADOS OS LICITANTES QUE A ABERTURA DO ENVELOPE DE PROPOSTA SERÃO DIA 01/12/14 as 14 horas mesmo local desta sessão, E QUE QUALQUER RECURSO SERÁ PUBLICADO NO SITE DA PREFEITURA PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS ASSIM COMO SUA DECISÃO.

MOMENTO EM QUE SE ENCERRA A SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE.

Navegantes 21 de novembro de 2014
Douglas lemos
Presidente

Comissão de Licitação - Maria B.Correa, Carla Claudino, Adriana Correa, Fernanda Hassmann

ATA PREGÃO PRESENCIAL 45/2014 FMS – HABILITAÇÃO I

ATA PREGÃO PRESENCIAL 45/2014 - HABILITAÇÃO I

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS, CEK INFORMÁTICA E INFOPLAN LTDA AMBAS APRESENTARAM OS DOCUMENTOS PERTINENTES AO BENEFÍCIO DAS ME/EPP'S, SENDO AMBAS CREDENCIADAS.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO PROCEDERAM COM A ABERTURA DO ENVELOPE DE PROPOSTAS E VERIFICAÇÃO DOS CATALOGOS, FOI QUESTIONADO AOS LICITANTES QUANTO AO MONITOR SVGA, O QUAL FOI APONTADO QUE OS MESMOS ESTÃO DESCRITOS NA CONTROLADORA DE VIDEO DUAL (INTEGRADA) "FOLDER" DE AMBAS A PROPOSTAS (a entrada do monitor é do tipo DVI superior a SVGA conforme afirmativa de ambos licitantes.) APÓS A APROVAÇÃO DE AMBAS AS LICITANTES FOI PASSADO PARA A ETAPA DE LANÇES ONDE COTOU O MENOR VALOR A CEK INFORMÁTICA.

SENDO ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA CEK INFORMÁTICA FOI CONSTATADO QUE A MESMA APRESENTOU A CERTIDÃO MUNICIPAL VENCIDA, SENDO ABERTO PRAZO DA LEI 123/2006 (ME/EPP) PARA APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO VÁLIDA, TAMBÉM FOI CONSTATADO QUE A LICITANTE CEK INFORMÁTICA APRESENTOU ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO EMITIDO PELA PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL DATADO DE 09/12/2010 ENTRETANTO NÃO CONSTAVA O DESCRITIVO DO OBJETO FORNECIDO (apenas mencionava o fornecimento de materiais e equipamentos de acordo ao solicitado nas licitações) DESTA FORMA O PREGOEIRO TAMBÉM INFORMA QUE ABRIRÁ DILIGÊNCIA PARA VERIFICAR QUAL ITEM É PERTINENTE AO ATESTADO E CASO SEJA COMPATÍVEL COM A LICITAÇÃO A EMPRESA SERÁ DECLARADA VENCEDORA. Desta forma após a apresentação da cnd municipal e a diligência será publicado a confirmação da habilitação da licitante CEK informática (a decisão será publicada no DOM e site da Prefeitura)

MOMENTO EM QUE DECLARA-SE ENCERRADA A PRESENTE SESSÃO E ENCAMINHA-SE PARA A AUTORIDADE COMPETENTE.

Douglas Lemos
Pregoeiro

ATA PREGÃO PRESENCIAL 45/2014 – HABILITAÇÃO II

ATA PREGÃO PRESENCIAL 45/2014 - HABILITAÇÃO II
O PREGOEIRO e a EQUIPE DE APOIO INFORMAM QUE APOS ABERTURA DE DILIGENCIA JUNTO A PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL/SC PARA VERIFICAÇÃO DA VERACIDADE DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, FOI CONSTATADO QUE O MATERIAL FORNECIDO PELA LICITANTE ERA COMPATIVEL COM O OBJETO LICITADO EM NAVEGANTES E A CERTIDÃO MUNICIPAL QUE HAVIA SIDO APRESENTADA VENCIDA NA PRIMEIRA SESSÃO, FOI REAPRESENTADA EM ATENDIMENTO A LEI 123/2006 EM CONFORMIDADE COM O EDITAL, CERTIDÃO COM VALIDADE ATÉ 17/12/2014, DESTA FORMA O PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO DECLARAM VENCEDORA A EMPRESA CEK INFORMATICA.

Douglas Lemos
Pregoeiro

LEI 2949 OBRIGATORIEDADE DE ORIENTAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N º 2949 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA ORIENTAÇÃO, PARA CONSTRUÇÕES DE CALÇADAS, NO CARNÊ DE IPTU E FATURA DA CONTA DE ÁGUA E/OU ESGOTO EMITIDA PELA SESAN

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O município de Navegantes deverá fazer constar do carnê de IPTU orientações a respeito da forma correta para se construir calçadas padrão, com acessibilidade para deficientes físicos, visuais e pessoas com mobilidade reduzida.

Art. 2 º A Secretaria Municipal de Saneamento Básico de Navegantes - SESAN - também deverá fazer constar mensalmente da fatura de cobrança de água e/ou esgoto orientações a respeito da forma correta para se construir calçadas padrão com acessibilidade para deficientes físicos, visuais e pessoas com mobilidade reduzida.

Art. 3 º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE NOVEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATOS CONTRATUAIS Nº 275/2014 / 276/2014.

Extrato Contratual PMN 275/2014.

Contrato Nº...: 275/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Artefatos de Cimento Santa Terezinha Ltda.

Vigência : Início: 15/11/2014 Término: 15/03/2015.

Licitação : Tomada de Preços nº 089/2014.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : Segundo Termo aditivo ao Contrato nº135/2014, referente à Obra de Pavimentação com Lajotas Sextavadas de Concreto e Drenagem Pluvial da Rua Raul Couto, localizada no Bairro Nossa Senhora das Graças, no Município de Navegantes/SC, através do Convênio com a SDR nº 4798/2013, conforme Tomada de Preço nº 89/2014.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.

Extrato Contratual PMN 276/2014.

Contrato Nº...: 276/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: CR Artefatos de Cimento Ltda.

Vigência : Início: 17/11/2014 Término: 17/03/2015.

Licitação : Tomada de Preços nº 095/2014.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 174/2014, referente à Drenagem Pluvial e Pavimentação com Paver (com fornecimento de materiais) da Rua Antônio Hengel - Bairro Hugo de Almeida, e com Lajotas Sextavadas de Concreto para a Rua Olindio Rodolfo de Souza - Bairro Escalvados e Rua Inácio A.Vieira - Bairro Porto Escalvados, Município de Navegantes, conforme Tomada de Preço nº 095/2014 -TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.

NAVEGANTESPREV

PORTARIA N.º 024 DE NOVEMBRO DE 2014 "CONCEDE PENSÃO POR MORTE DA SERVIDORA DANIELA PEREIRA"

PORTARIA N º 024 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

CONCEDE PENSÃO POR MORTE, EM CARÁTER INTEGRAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, §7, inciso II da Constituição Federal c/c da E.C nº 41/03, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime.

RESOLVE:

I Determinar a concessão do benefício de Pensão por Morte, nos termos do art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal (Redação da Emenda Constitucional nº 41/03) e do art. 47 da Lei Complementar Municipal nº 099/2011, em decorrência do falecimento em

data de 15 de novembro de 2014 da servidora ativa DANIELA PEREIRA, portador da cédula de identidade RG nº 3.059.488 SSP/SC, PIS/PASEP nº 170.48372.24.7 inscrito no CPF sob nº 939.764.619-20, em favor de GABRIELA CAROLINE VIEIRA, filha menor, nascido em 15/01/2000, portadora da cédula de identidade RG nº 6.532.472 SSP/SC e inscrita no CPF sob o nº 115.075.369-25, hoje com 14 (quatorze) anos, o equivalente a 50% (cinquenta por cento), e em favor de THAIS CRISTINE VIEIRA, nascido em 02/12/1994, portadora da cédula de identidade RG nº 5.352.280 SSP/SC e inscrita no CPF sob o nº 087.485.229-37, hoje com 19 (dezenove) anos, o equivalente a 50% (cinquenta por cento), conforme processo administrativo n.º 2014.07.00118, a partir da data do seu falecimento, até posterior deliberação.

II Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do art. 47º, inciso II da Lei Complementar Municipal nº 99/2011, observada a metodologia contida na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2014.07.00118, que serão pagos mensalmente pelo NAVEGANTESPREV.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 15 de novembro de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Jan Ullrich
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 20 de novembro de 2014.

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 222/2014

DECRETO nº 222/2014

convoca os aprovados nos processos seletivos 04 e 09/2014 que nominam para comparecimento e apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem ao setor de Recursos Humanos, no dia 24 de novembro de 2014, munidos da documentação abaixo relacionada observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XII - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 19 de novembro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº 222/2014)

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS

Classificação	Nome completo
04	Lucas Budkewitz

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF (CENTRO)

Classificação	Nome completo
01	Viviani de Lima

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF (CLARAÍBA)

Classificação	Nome completo
01	Neusa Maria Mariann Guarnieri
02	Katiana da Silva

CARGO: ENFERMEIRO (A) - HIC

Classificação	Nome completo
01	Vanderlita Trainotti

CARGO: FARMACÊUTICO (A) - HIC

Classificação	Nome completo
01	Indianara Waltrick Abreu

CARGO: PSICÓLOGO (A) - NASF

Classificação	Nome completo
01	Pollyanna Ruberti Voltolini

PORTARIA Nº 966/2014

PORTARIA Nº 966/ 2014

Exonera Servidor

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal JACKSON FERREIRA DA SILVA SANTOS, matrícula nº 6451, ocupante do cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 15 (quinze) horas semanais (Ensino Fundamental, Área II - Inglês), na E. E. F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a partir do dia 13 de novembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 967/2014

PORTARIA Nº 967/ 2014

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 951/2014 "A", que Concedeu

Licença Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal INÊS DE AGUIRRE TAMANINI, matrícula nº 11, concursada no cargo de Professor Nível IV, Referência E, (Ensino Fundamental - Inglês), com 20 (vinte) horas semanais, lotada na E. E. Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Reis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 12 de novembro de 2014 a 10 de janeiro de 2015, conforme resultado pericial datado de 18/11/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e Publicada a presente Portaria em 18 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 968/2014

PORTARIA Nº 968/ 2014

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria de nº 951/2014 "B", que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, JUCÉLI MARIA ARMELINI, matrícula nº 6050, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Área II - Inglês), na E. E. F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 12 de novembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), em substituição a Titular Inês de Aguirre Tamanini, afastada conforme Portaria de nº 967/2014 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 18 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora JUCÉLI MARIA ARMELINI,

brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Madre Paulina, s/nº, Bairro Vígolo, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 035.603.309-50, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Área II - Inglês), na E.E.F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, em substituição a Titular Inês de Aguirre Tamanini, afastada conforme Portaria de nº 967/2014 (Licença Tratamento de Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.019,46 (hum mil e dezenove reais e quarenta e seis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 12 de novembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com

as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 12 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Jucéli Maria Armelini

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 12 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 969/2014

PORTARIA Nº 969/ 2014

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 504/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, GISELIA DA CUNHA SANTOS, matrícula nº 6379, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, (Educação Infantil - Pré Escolar), sendo 20 (vinte) horas semanais na Escola de Educação Fundamental João Bayer Sobrinho - Claraíba e 20 (vinte) horas semanais no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, a contar de 15 de novembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), em substituição à titular Mirielle Demonti Amorin, afastada conforme Portaria nº 503/2014 (Designação).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 18 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora GISELIA DA CUNHA SANTOS, brasileira,

convivente em união estável, residente e domiciliado na Rua Ida Franzozi Voltolini, s/n, Bairro Besenello, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 034.481.129-84, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, (Educação Infantil - Pré Escolar), sendo 20 (vinte) horas semanais na Escola de Educação Fundamental João Bayer Sobrinho - Claraíba e 20 (vinte) horas semanais no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, em substituição à titular Mirielle Demonti Amorin, afastada conforme Portaria nº 503/2014 (Designação).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.466,09 (hum mil quatrocentos e sessenta e seis reais e nove centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 15 de novembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado

assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Giselia da Cunha Santos

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 970/2014

PORTARIA Nº 970/ 2014

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 505/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, MORGANA STROPOLLO BOZANO, matrícula nº 6380, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 10 (dez) horas semanais (Ensino Fundamental - Área I - Inglês), na E. E. F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 15 de novembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), em substituição a Titular Estelita Emilia de Souza, afastada conforme Portaria de nº 022/2014 (Licença Sem Vencimento).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 18 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MORGANA STROPOLLO BOZANO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua José Antonio Soares,

nº 1492, Bairro Ribanceira do Sul, município de São João Batista, portadora do CPF nº 081.339.589-54, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observando o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 10 (dez) horas semanais (Ensino Fundamental - Área I - Inglês), na E.E.F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, em substituição a Titular Estelita Emilia de Souza, afastada conforme Portaria de nº 022/2014 (Licença Sem Vencimento).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 366,52 (trezentos e sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 15 de novembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3

(um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 02 (dois) horas diárias, totalizando 10 (dez) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Morgana Stropollo Bozano

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Novo Horizonte**PREFEITURA****EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL FMS Nº 011/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 011/2014
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 007/2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 002/2014
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 20/11/2014
CONTRATADO: MARK LABORATÓRIO DE PROTESES DENTÁRIAS LTDA-ME
CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E RESTAURAÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, PARA ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES INCLUIDAS NO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL, DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.430,00 (Três mil quatrocentos e trinta reais)
DATA: 20/11/2014 - TANIA MARA WAGNER MURARO - Secretária De Saúde E Promoção Social/gestora Fms.

Palhoça**PREFEITURA****TOMADA DE PREÇOS 204/2014 - RESULTADO**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESUMO DE JULGAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº 204/2014

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento das Propostas de Preços apresentadas para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 204/2014, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de Galeria Pluvial na Rua Monte Cambirela no bairro Praia de Fora neste município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

TRANSPEREIRA CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA venceu o item, totalizando a importância de R\$ 191.560,58 (cento e noventa e um mil, quinhentos e sessenta reais e cinquenta e oito centavos).

Palhoça, 21 de Novembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito

LEI Nº 4.137, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.137, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.
UTILIDADE PÚBLICA. Associação João Paulo II.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação João Paulo II, inscrita sobre o CNPJ nº 76.276.500/0001-12, localizada na Rua João Gonçalves, nº 128, CEP 88.130-330, no Bairro Ponte do Imaruim - Palhoça-SC.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 21 de novembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.136, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.136, de 21 de NOVEMBRO DE 2014.
DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Manoel Rosemiro Pereira.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Servidão Manoel Rosemiro Pereira, com extensão de 240 metros de comprimento e 6 metros de

largura, com início na Rodovia Evadio Paulo Broering, via pública localizada no bairro Pinheira, Município de Palhoça/SC.

Parágrafo único. A localização da via pública de que trata o artigo anterior obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 21 de novembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.135, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.135, de 21 de NOVEMBRO DE 2014.
DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Joel Gomes.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Joel Gomes, com extensão de 400 (quatrocentos) metros e 7 (sete) metros de largura, com início na rua Geral Morro dos Quadros no Bairro Guarda do Cubatão.

Parágrafo único. A localização da via pública, de que trata o artigo este artigo, obedece ao croqui em anexo, a certidão de óbito, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 21 de novembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 3015/2014.

PORTARIA Nº. 3015/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MICHELE CRISTINA DA ROSA, matrícula nº. 400401-1, titular do cargo de Agente de Controle de Endemias, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/03/2003 a 10/03/2008, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/10/2014 à 01/11/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3021/2014.

PORTARIA Nº. 3021/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Alexandra Branco de Souza	Merendeira	30	04/08/14	I – M 65-9, II – M 75-5
Alexandra da Silva	Técnico em Enfermagem	15	30/07/14	I – K 81, II – F 32
Alexandra da Silva	Técnico em Enfermagem	30	25/08/14	I – K 81, II – F 32
Alexandra Oliveira P. Mandiga	Enfermeira	03	24/07/14	I –
Aline Santelina de Oliveira	ASO	120	20/07/14	I – M 53-1, II – M 17-0
Amanda Ricci Regis	Técnico em Enfermagem	05	16/07/14	I – Z 76-3, II – J 06
Ana Cristina de Souza	Assistente Administrativo	10	03/09/14	I – M 25-5
Ângela Maria Coelho	ASP	15	25/07/14	I – G 56-0
Bruna Pereira	ACD	13	01/09/14	I – M 79-6
Catarina Maria Nunes	ASO	08	01/09/14	I – M 54-5
Cintia de Pierri Martins	Médico	15	02/09/14	I – E 04-2
Cristina Cipriano	ACS	11	02/09/14	I – M 54-5
Cristina Maria Santos	Fisioterapeuta	21	23/07/14	I – J 32-0
Daiane Maua Puttis	Técnico em Enfermagem	02	04/08/14	I –
Daise Rodrigues Neto Mafra	Psicólogo	02	29/07/14	I – J 18-0
Dayane Aline Farias	Professor	28	07/08/14	I – C 73, II – E 89,
Denise Heinzen	Enfermeiro	05	04/08/14	I –
Denize Silveira de Souza	Assistente Administrativo	15	28/07/14	I – M 23-0
Eliana Maria Thome da Silva	Dentista	30	28/07/14	I – M 79-6, II – I 83-9
Eliete Nunes	ASO	30	31/07/14	I – M 25-1
Eliza Ferreira Pereira	Técnico em Enfermagem	180	03/09/14	I –
Elizabete Elza Souza	ASO	30	01/09/14	I – Z 76-3
Fabiana Witt	Professor	180	16/08/14	I –
Fernanda Benta Nunes Gama	Professor	07	28/08/14	I – R 49
Gabriela Terezinha da Silva	Professor	15	04/08/14	I – Z 54-0
Gabriela Vieira de Melo	Professor	05	28/08/14	I –
Geovana Moreira Borba	Professor	30	04/08/14	I – Z 54-0

Gisele Rozeane de Melo	ACS	05	25/08/14	I – N 23
Gladet Maria Parisoto	Agente Administrativo Auxiliar	90	29/09/14	I – M 65
Gracielle Frabciane Picolli	Monitor	67	17/07/14	I – M 79-6, II – M 77-1
Graziela Nazaré Nunes	Enfermeiro	30	29/08/14	I – F 43
Ildegardt Bock da Silva	ACS	60	04/08/14	I – Z 76-3
Ivone da Rosa A. de Souza	Técnico em Enfermagem	90	29/07/14	I – M 54-2, II – M 25-5
Joana Schmidt	Agente Administrativo Auxiliar	04	02/09/14	I – M 25-5
Joelma Maria da Silveira	Monitor	05	03/09/14	I – M 15
Joice de Souza Pereira	Farmacêutico	03	23/07/14	I – R 10-1
Karine Pereira Correa de Oliveira	ASO	60	30/07/14	I – Z 54, II – N 11
Karla Garcia Cortez	Dentista	44	02/08/14	I – O 47-0
Kátia dos Santos Keth Marques	ASO	90	04/09/14	I – C 50
Lais Pamela de Souza	Assessor	03	27/08/14	I – K 01-7
Lais Pamela de Souza	Assessor	03	08/08/14	I – K 01-7
Ledia Mara S. Martins	Assistente Social	10	30/08/14	I – M 27-9
Lenita Ferreira Maria Rabelo	Psicólogo	118	04/08/14	I – N 77-4, II – G 57-6
Magda dos Santos	Merendeira	27	27/08/14	I – M 25-5
Maicon Enedir da Silva	ACS	30	29/07/14	I – J 35,
Margarete Paulina da Rosa Araujo	Professor	30	28/08/14	I – M 72-2, II – M 76-6
Maria Aparecida Coelho	ASO	08	04/07/14	
Maria Celi Simonete	Merendeira	12	25/08/14	I – M 17-0
Maria Gorete Flores Pereira	ASO	120	28/07/14	I – M 45-0
Maria Raquel Pereira da Silva	Professor	15	19/08/14	I – F 43
Mayara Vieira Pereira	Técnico em Enfermagem	07	01/09/14	I – S 42
Michele Nazaré F, da Silva	Técnico em Enfermagem	10	29/08/14	I – Z 76-3
Pamela Reus Rick	Professor	180	28/07/14	I -
Perla Camargo	Técnico em Enfermagem	20	29/08/14	I – F 41
Rosa Maria de Souza Pereira	ASO	30	30/07/14	I –
Rosana Luiz	Agente Administrativo I	60	29/07/14	I -
Sandra Cruz da Silva	ASO	60	22/07/14	I –
Sandra Mara Martins	Técnico em Enfermagem	07	30/07/14	I – J 45, II – S 93-4
Sandra Mara Martins	Técnico em Enfermagem	32	25/08/14	I – J 45, II – S 93-4
Silvana Adelia Mafra Flor	ACE	04	29/07/14	I – C 64-0

Silvia Cristina da Rosa Madeira	ACS	15	01/09/14	I –
Simone Rodrigues Vieira	ACS	20	29/08/14	I – S 83-1
Tânia Soares	Professor	60	04/08/14	I – R 49
Tânia Walter	Merendeira	60	30/07/14	I – H 54-2
Tatiane da Silva	Merendeira	04	26/08/14	I – M 54-4
Teles dos Santos Custodio	Merendeira	30	21/08/14	I – F 41-2, II – Z 76-3
Thatiana Regis	Técnico em Enfermagem	30	03/09/14	I – F 43-2
Vanessa Salena Becker	Dentista	09	21/08/14	I – O 16

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3022/2014.

PORTARIA Nº. 3022/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 3201 de 01 de outubro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado o servidor LEANDRO RIMOLO OSORIO, como Médico Clínico Geral, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 02/10/2014 a 31/10/2014, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3023/2014.

PORTARIA Nº. 3023/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para MARISA NEUSA RACHADEL, matrícula nº. 129014-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3024/2014.

PORTARIA Nº. 3024/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO JANAINA MOREIRA DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Nova Geração da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3025/2014.

PORTARIA Nº. 3025/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO CLEUSA SOUZA RODRIGUES DE CAMPOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Voo Livre da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3026/2014.

PORTARIA Nº. 3026/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO EUNICE MARIA LOURDES DE JESUS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Nova Esperança da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3027/2014.

PORTARIA Nº. 3027/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ELIANE APARECIDA PESSOA MARTINS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Inês Marta da Silva da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3028/2014.

PORTARIA Nº. 3028/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO JOICE GRAZIELA JUSTEN SOUZA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Bolinhas de Sabão da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3029/2014.

PORTARIA Nº. 3029/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO VANILDA DE SOUZA PIRES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Inês Marta da Silva da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3030/2014.

PORTARIA Nº. 3030/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2714 de 17 de setembro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado o servidor GABRIELA ROUSSENG STOPAZZOLLI, titular do cargo de Médico Clínico Geral, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/10/2013 a 02/11/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3031/2014.

PORTARIA Nº. 3031/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO REGIANE APARECIDA GONÇALVES ROSA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Aprender Brincando da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3032/2014.

PORTARIA Nº. 3032/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO EDA BRUCH WALTER, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Criança Esperança da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3033/2014.

PORTARIA Nº. 3033/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO KALIUP BARCELOS DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Bolinhas de Sabão da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3034/2014.

PORTARIA Nº. 3034/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ANISIA CRISTIANE PIRES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Especial, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Reinaldo Weingartner da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3035/2014.

PORTARIA Nº. 3035/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO LIA CASTELLO BRANCO GOULART, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Especial, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Neri Brasiliano Martins da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3036/2014.

PORTARIA Nº. 3036/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO RAFAEL MERENDA PUERTO para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Geografia, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Abílio Manoel de Abreu da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 13/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3037/2014.

PORTARIA Nº. 3037/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO BEATRIZ GISLEINE MEINSCHN KRETZER, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Especial, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Prefeito Reinaldo Weingartner da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 06/11/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3038/2014.

PORTARIA Nº. 3038/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ISABEL LUZIA KRETZER, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Especial, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Nossa Senhora de Fátima da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 13/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3039/2014.

PORTARIA Nº. 3039/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ANA BEATRIZ DOS SANTOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Especial, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 07/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3040/2014.

PORTARIA Nº. 3040/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ELIETE REGINA FAUSTINO ESPINDOLA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Especial, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Mara Luiza Vieira Liberato da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3041/2014.

PORTARIA Nº. 3041/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO SOLANGE REGINA MORAIS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Especial, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Escola Reunida Maria Luzia de Souza da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3043/2014.

PORTARIA Nº. 3043/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO DIOGO PASSIG, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Especial, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Nova Esperança da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3044/2014.

PORTARIA Nº. 3044/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ALINE CATARINA SCHADEN CRUZ, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Técnico Pedagógico, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Neri Brasiliano Martins da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3042/2014.

PORTARIA Nº. 3042/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO LISANDRA MELLO DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Especial, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Frei Damião da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 06/11/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3045/2014.

PORTARIA Nº. 3045/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO SABRINA RIOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Orientador Educacional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Grupo Escolar Guilherme Wierthorn Filho da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3046/2014.

PORTARIA Nº. 3046/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO para o servidor JOÃO OTAVIO CARDOSO AMANTE, matrícula nº. 500914-1, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 169 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 14041/2014, com efeitos a contar de 26/06/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3047/2014.
PORTARIA Nº. 3047/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO GISELI CRISTINA BOHNEN, para ocupar o cargo da categoria funcional de Orientador Educacional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Reinaldo Weingartner da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 13/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3048/2014.
PORTARIA Nº. 3048/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO SANDRA SEBASTIÃO DE SOUZA MARTINS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Orientador Educacional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Mara Luiza Vieira Liberato da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3049/2014.
PORTARIA Nº. 3049/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO RUI ANDRADE DOS SANTOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Inglês, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Mara Luiza Vieira Liberato da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3050/2014.
PORTARIA Nº. 3050/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ANA LUCIA FONSECA GRIGUC NASCIMENTO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Religioso, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Abílio Manoel de Abreu da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3051/2014.
PORTARIA Nº. 3051/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ILDGARDT BOCK DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Merendeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº. 001/2011, homologado em 10/05/2011, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 07/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3052/2014.

PORTARIA Nº. 3052/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO JOANA FONTES NEGROMONTE, para ocupar o cargo da categoria funcional de Médico, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Passa Vinte da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3053/2014.

PORTARIA Nº. 3053/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ANA PAULA DA ROSA ZACCHI, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Controle a Endemias, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3054/2014.

PORTARIA Nº. 3054/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ALESSANDRA DE SOUZA DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de agosto de 2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3055/2014.

PORTARIA Nº. 3055/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ALEXANDRA AMIN LINEBURGER, titular do cargo de Fisioterapeuta, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de agosto de 2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3056/2014.

PORTARIA Nº. 3056/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para IVANA CARVALHO MENDES, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de julho de 2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3057/2014.

PORTARIA Nº. 3057/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ANDRE JOÃO ALVES, titular do cargo de Artífice, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de agosto de 2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3058/2014.

PORTARIA Nº. 3058/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para BRUNA PEREIRA, titular do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de

2011, com efeito a contar de agosto de 2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3059/2014.

PORTARIA Nº. 3059/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para CARLA ANDREA LEIMANN, titular do cargo de Fonoaudióloga, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de agosto de 2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3060/2014.

PORTARIA Nº. 3060/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para CARLOS EDUARDO SIQUEIRA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de agosto de 2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3061/2014.

PORTARIA Nº. 3061/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para CESAR DA SILVA XAVIER, titular do cargo de Socorrista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de agosto de 2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

AUTO DE INFRAÇÃO 234

NOTIFICAÇÃO			
Processo Administrativo N°:	14941/2010	Data:	24/08/2010
Auto de Infração Ambiental N°:	234	Auto de Embargo/Interdição N°:	274

Qualificação do Autuado			
Nome:	Claudio Espíndola	CPF:	455.465.929-15
		RG:	2.809.602
Endereço:	Avenida Rio Grande, s/n - Rio Grande - Palhoça/SC		CEP:
			88131-601

Localização e Data dos Autos			
Local da Ocorrência:	Rua Ervino Espíndola, S/N - Rio Grande - Palhoça/SC		
Data da Lavratura:	24/08/2010	Hora da Lavratura:	16:00
		CEP:	88131-710

Descrição Sumária da Infração	
Corte de Vegetação e Aterro em Área de Preservação Permanente - APP	
Legislação Incidente	
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008	
Multa:	R\$ 5.000,00

O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar as Alegações Finais no prazo de 10 (vinte) dias, a contar da data de recebimento da presente notificação.
--

AUTO DE INFRAÇÃO 267

Prefeitura Municipal de Palhoça – Santa Catarina
Fundação Cambirela de Melo Ambiente

Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC CEP: 88130-600
 FONES / FAX: (48) 3279-1796 - CGC 06.139.152/0001-56
 www.fcam.sc.gov.br

JULGAMENTO EM 1º GRAU AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL (AIA)	DO AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 000267
---	--

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:	241-2008	DATA:	16/01/2008
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:	5593-2009	DATA:	17/04/2009
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:	6350-2011	DATA:	21/03/2011

QUALIFICAÇÃO DO AUTUADO			
NOME:	Janaína Correa Caetano	CNPJ/CPF:	784.577.260-72
RG:	5.819.675	ENDEREÇO RESIDENCIAL:	Rua Raul Antônio da Silva, s/n – Aririú da Formiga – Palhoça/SC
COMPLEMENTO:	Em frente à casa nº 700	CEP:	88.134.770

LOCALIZAÇÃO E DATA DA INFRAÇÃO AMBIENTAL			
LOCAL DA INFRAÇÃO:	Rua Raul Antônio da Silva, s/n – Aririú da Formiga – Palhoça/SC		
COMPLEMENTO:	Em frente à casa nº 700	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:	--
DATA DA LAVRATURA DO AIA:	21/06/2010	HORA DA LAVRATURA DO AIA:	16h:15

JULGAMENTO EM 1º GRAU
<p>Houve dano ambiental (edificação de 1 depósito, 1 Salão de recreação, 2 salões de eventos, 1 açude, 1 piscina e muros em faixa marginal de curso d'água), em área de preservação permanente e o responsável foi autuado pela fiscalização ambiental/ FCAM.</p> <p>Vistos e analisados os autos do processo administrativo, verificou-se que o autuado cometeu infração ambiental grave e foi enquadrado no artigo 74 do Decreto Federal nº 6.514/08, assim conclui-se:</p> <p>Pela manutenção do auto de infração ambiental nº 000267, fixando o valor da multa simples em R\$10.000,00 (dez mil reais), a ser recolhido no prazo de 5 dias, a partir do recebimento desta notificação, ou para apresentar recurso, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, conforme estabelecido no Decreto Federal nº 6.514/08, arts.127 a 130.</p> <p>Deverá o autuado executar a demolição imediata das obras erigidas, bem como apresentar, em até trinta dias, o Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) referente à recuperação do dano causado por sua conduta, com respectivo responsável técnico para análise dessa Fundação.</p> <p>Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE, E CONFIRMO AS PENALIDADES APLICADAS.</p> <p>Expeça-se o competente Ofício, encaminhe-se ao infrator para tomar ciência das obrigações a ele aqui determinadas.</p> <p style="text-align: right;">Palhoça, 13 de agosto de 2012.</p>

AUTORIDADE JULGADORA EM 1º GRAU
<p>Engº. Danilo Netto Al Cicci Diretor Superintendente FCAM</p>

Análise Administrativa nº 010-12 - AIA nº 267 - Processo nº 6350-11 e 5593-09 - FÁBIO E JANAÍNA CORRÊA CAETANO - ARIRIÚ DA FORMIGA da Formiga

AUTO DE INFRAÇÃO 422

NOTIFICAÇÃO			
Processo Administrativo N°:	1964/2014	Data:	15/10/2014
Auto de Infração Ambiental N°:	422		

Qualificação do Autuado			
Nome:	Marcelo João dos Santos	CPF:	800.069.659-20
Endereço:	Rua Laudelino A. Goulart, lado n°25, Passage Maciambú -Palhoça/SC	CEP:	88130-000

Localização e Data dos Autos			
Local da Ocorrência:	Avenida Evádio Paulo Broering, s/n - Baixa do Maciambú - Palhoça/SC		
Data da Lavratura:	15/10/2014	Hora da Lavratura:	17:20
		CEP:	88139-075

Descrição Sumária da Infração	
Parcelamento do Solo em Área de Preservação Permanente - APP.	
Legislação Incidente	
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008	
Multa:	R\$ 35.000,00

O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.
--

AUTO DE INFRAÇÃO 287

NOTIFICAÇÃO			
Processo Administrativo Nº:	13210/2011 e 14390/2011	Data:	08/06/2011
Auto de Infração Ambiental Nº:	287	Auto de Embargo/Interdição Nº:	326

Qualificação do Autuado			
Nome:	Itacir Gomes de Andrade	CPF:	032.513.709-95
		RG:	4.363.245
Endereço:	Rua Osni José Pereira, S/N - Pachecos - Palhoça/SC		CEP: 88135-075

Localização e Data dos Autos			
Local da Ocorrência:	Rua Osni José Pereira, S/N - Pachecos - Palhoça/SC		
Data da Lavratura:	08/06/2011	Hora da Lavratura:	15:15
		CEP:	88135-075

Descrição Sumária da Infração	
Edificação em Área de Preservação Permanente - APP	
Legislação Incidente	
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008	
Multa:	R\$ 10.000,00

As sanções previstas pelo Fiscal da FCAM apresentada no Auto de Infração foram mantidas pela JIMA - Junta de Infrações do Meio Ambiente, a qual previu em relatório de julgamento a aplicação de MULTA, o DESFAZIMENTO IMEDIATO do objeto do Auto de Infração supracitado, bem como do prazo de 20 (vinte) dias para apresentar recurso.

AUTO DE INFRAÇÃO 318

NOTIFICAÇÃO			
Processo Administrativo N°:	16728/2011	Data:	13/10/2011
Auto de Infração Ambiental N°:	318	Auto de Embargo/Interdição N°:	354

Qualificação do Autuado			
Nome:	Marcelo Mortari ME	CNPJ:	01.690.920/0001-41
Endereço:	Rodovia BR 101, 1140 - Aririú - Palhoça/SC	CEP:	88134-001

Localização e Data dos Autos			
Local da Ocorrência:	Rodovia BR 101, 1140 - Aririú - Palhoça/SC		
Data da Lavratura:	13/10/2011	Hora da Lavratura:	17:23
		CEP:	88134-001

Descrição Sumária da Infração	
Recondicionamento de Pneumáticos sem Licença/Autorização Ambiental.	
Legislação Incidente	
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008	
Multa:	R\$ 1.000,00

As sanções previstas pelo Fiscal da FCAM apresentada no Auto de Infração foram mantidas pela JIMA - Junta de Infrações do Meio Ambiente, a qual previu em relatório de julgamento a aplicação de MULTA, a Regularização da Atividade, bem como do prazo de 20 (vinte) dias para apresentar recurso.

AUTO DE INFRAÇÃO 322

NOTIFICAÇÃO			
Processo Administrativo Nº:	22789/2011 e 23931/2011	Data:	21/10/2011
Auto de Infração Ambiental Nº:	322	Auto de Embargo/Interdição Nº:	357

Qualificação do Autuado			
Nome:	Cleuber Adriano Migliorini	CPF:	732.487.549-15
		RG:	2.428.488
Endereço:	Rua Beira Rio, 479 - Pinheira - Palhoça/SC		CEP: 88139-241

Localização e Data dos Autos			
Local da Ocorrência:	Rodovia Evádio Paulo Broering, s/n - Mar Aberto - Palhoça/SC		
Data da Lavratura:	21/10/2011	Hora da Lavratura:	16:35
		CEP:	88130-000

Descrição Sumária da Infração	
Edificação em Área de Preservação Permanente - APP	
Legislação Incidente	
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008	
Multa:	R\$ 10.500,00

As sanções previstas pelo Fiscal da FCAM apresentada no Auto de Infração foram mantidas pela JIMA - Junta de Infrações do Meio Ambiente, a qual previu em relatório de julgamento a aplicação de MULTA, regularização da obra, bem como do prazo de 20 (vinte) dias para apresentar recurso.

AUTO DE INFRAÇÃO 163 E 333

NOTIFICAÇÃO			
Processo Administrativo N°:	16415/2009	Data:	22/09/09 e 18/06/12
Auto de Infração Ambiental N°:	163 e 333	Auto de Embargo/Interdição N°:	201 e 379

Qualificação do Autuado			
Nome:	Margarida Cardoso Miranda	CPF:	845.337.909-25
		RG:	498.347
Endereço:	Rua Campos Novos, 50 - Barra do Airiú - Palhoça/SC		CEP: 88134-245

Localização e Data dos Autos			
Local da Ocorrência:	Rua Campos Novos, 50 - Barra do Airiú - Palhoça/SC		
Data da Lavratura:	22/09/09 e 18/06/12	Hora da Lavratura:	18:20 e 17:35
		CEP:	88134-245

Descrição Sumária da Infração	
Corte de Vegetação, Aterro e Depósito de Entulhos em Área de Preservação Permanente - APP	
Legislação Incidente	
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008	
Multa:	R\$ 8.500,00

As sanções previstas pelo Fiscal da FCAM apresentada no Auto de Infração foram mantidas pela JIMA - Junta de Infrações do Meio Ambiente, a qual previu em relatório de julgamento a aplicação de MULTA, bem como do prazo de 20 (vinte) dias para apresentar recurso.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA**PORTARIA 066/2014**

PORTARIA Nº 066/2014

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público do servidor Francisco Leopoldo Zimmermann.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

, Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor Francisco Leopoldo Zimmermann, detentor da matrícula funcional nº 500152-01, inscrito no CPF sob o 309.457.209-04 e no PIS/PASEP sob o nº 105.810.957-39, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional do Sul, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/11/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 17 de novembro de 2014.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espindola
Prefeito Municipal Presidente

Ariana Vera da Rosa Tavares
Técnico Previdenciário
Matrícula 900048

PORTARIA 067/2014

PORTARIA Nº 067/2014

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público da servidora Terezinha Florina da Costa.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

, Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora Terezinha Florina da Costa, detentora da matrícula funcional nº 500043-01, inscrita no CPF sob o nº 637.024.289-68 e no

PIS/PASEP sob o nº 108.960.667-35, lotada na Secretaria da Saúde, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/11/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 17 de novembro de 2014.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espindola
Prefeito Municipal Presidente da Autarquia

Maria Terezinha Broering Fernandes
Assistente Administrativo
Matrícula 300054-1

PORTARIA 068/2014

PORTARIA Nº 068/2014

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público da servidora MARIA DAS GRAÇAS MATOS DE FREITAS

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

, Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora MARIA DAS GRAÇAS MATOS DE FREITAS, detentora da matrícula funcional nº 800303-02, inscrita no CPF sob o 144.850.289-68 e no PIS/PASEP sob o nº 102.386.399-13, lotada na Secretaria da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor da Educação Infantil, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 - Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/11/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 17 de novembro de 2014.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espindola
Prefeito Municipal Presidente da Autarquia

Andrea Mara Harger Luckmann Pleticos

Assistente administrativo

Matrícula 300010-01

PORTARIA 069/2014

PORTARIA Nº 069/2014

Concede aposentadoria por idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º inciso III alínea "b" da Constituição Federal (Redação das Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/03) e do art. 23 da Lei municipal nº 1.320/01, autoriza o pagamento de proventos pela aplicação da Lei Federal nº 10.887/04, e declara a vacância do cargo público da servidora Maria Lucia Loch Farias.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art.1º Aposentar, por idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal (Redação das Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/03) e do art. 23 da Lei Municipal nº 1.320/01, a servidora Maria Lucia Loch Farias, detentora da matrícula funcional nº 400228-01, inscrita no CPF sob o nº 313.573.509-53 e no PIS/PASEP sob o nº 101.047.237-31, lotada na Secretaria da Saúde, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por idade, em caráter proporcional, correspondente a 53,34% (cinquenta e três vírgula trinta e quatro por cento) da média das contribuições, conforme a metodologia de cálculo disposta nos §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 41/2003) e na Lei Federal nº 10.887/04, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/11/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 17 de novembro de 2014.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espindola
Prefeito Municipal Presidente do IPPA

Andréa Mara Harger Luckmann Pléticos

Assistente Administrativo

Matrícula 300010-01

PORTARIA 070/2014

PORTARIA Nº 070/2014

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e declara a vacância do cargo público do servidor SEBASTIÃO NATALINO SILVEIRA.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, o servidor SEBASTIÃO NATALINO SILVEIRA, detentor da matrícula funcional nº 500121-01, inscrito no CPF sob o Nº 466.401.699-91 e no PIS/PASEP sob o nº 108.610.004-28, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 100,00% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 70/2010, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85, da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/11/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 17 de novembro de 2014.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espíndola
Prefeito Municipal Presidente do IPPA

Ariana Vera da Rosa Tavares

Técnico Previdenciário

Matrícula 900048

PORTARIA 071/2014

PORTARIA Nº 071/2014

Concede a aposentadoria por invalidez, em caráter integral, nos termos do §1º, inciso I do art. 40 da Constituição da República, observada a modificação determinada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, do art. 27, inciso I da Lei municipal nº 1320/01 e do art. 1º da Lei Federal nº 10.887/04 e declara a vacância do cargo público do servidor Anderson Luciano Boeno.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, §1º inciso I da Constituição da República, observada a modificação determinada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1.320/01, o servidor Anderson Luciano Boeno, detentor da matrícula funcional nº 801233-01, inscrito no CPF sob o Nº 986.763.269-91 e no PIS/PASEP sob o nº 125.503.302-87, lotado na Secretaria da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral ao tempo de contribuição, nos termos do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1.320/01, correspondente a 100,00% (cem por cento) da média das contribuições, conforme a metodologia de calculo disposta nos §§3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 41/2003) e na Lei Federal nº 10.887/04, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único. A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85, da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/11/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 17 de novembro de 2014.

Camilo Nazareno Pagani Martins	Milton Luiz Espindola
Prefeito Municipal	Presidente do IPPA

Maria Terezinha Broering Fernandes
Assistente Administrativo
Matrícula 300054-1

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 136/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 136/2014. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 65/2014. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME, CONFORME ANEXO I. Data da entrega dos envelopes: 04/12/2014 até as 08:30 horas. Data da abertura: 04/12/2014 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 21 de Novembro de 2014.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

PROCESSO 137/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 137/2014. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 66/2014. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR, CONFORME ANEXO I. Data da entrega dos envelopes: 10/12/2014 até as 08:30 horas. Data da abertura: 10/12/2014 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 21 de Novembro de 2014.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

PROCESSO 138/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 138/2014. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 67/2014. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, CONFORME ANEXO I. Data da entrega dos envelopes: 11/12/2014 até as 08:30 horas. Data da abertura: 11/12/2014 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 21 de Novembro de 2014.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

Lei Municipal n=BA 3.821/2014

LEI Nº. 3.821/2014.
De 21 de novembro de 2014.

DECLARA BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER A SUA ALIENAÇÃO OU DAR O DESTINO ADEQUADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis os bens móveis pertencentes ao patrimônio municipal, descritos no anexo único a esta Lei.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a alienar ou dar o destino adequado os bens móveis inservíveis relacionados nos anexos desta Lei, mediante licitação na modalidade leilão.

Art. 3º Os valores mínimos dos bens declarados inservíveis serão os considerados no laudo de avaliação da Comissão nomeada pelo Prefeito.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 5º O Poder Executivo promoverá ampla divulgação do presente, nos meios de comunicação local, além do sítio oficial da Prefeitura Municipal.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Palmitos, em 21 de novembro de 2014.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

ANEXO I
Veículos e Máquinas

QUANT.	Nº Patrimônio	DESCRIÇÃO
01	3344	RETRO-ESCAVADEIRA, MAXION, ANO 2002, COR AMARELA, MODELO 8390053 – BRUTALE 910R
01	3340	CAR/CAMINHÃO/ BASCULANTE, MERCEDES BENZ, PLACAS MAG 7598, COR AZUL, ANO/MODELO 1990/1990, CHASSI Nº 9BM384041LB883171, RENAVAL Nº 553693301
01	9759	CAR/CAMINHÃO/ BASCULANTE, MERCEDES BENZ, PLACAS LZQ 2985, COR AZUL, ANO/MODELO 1975/1975, CHASSI Nº 34404112270759, RENAVAL Nº 553052543
01	6937	FIAT UNO MILLE EX, PLACAS MEJ 5550, ANO/MODELO 1999/2000, COR BRANCA, CHASSI Nº 9BD158018Y409342, RENAVAL Nº 730314766

ANEXO II**Equipamentos de informática/eletrônicos**

Quant.	nº de Pat.	Descrição	Qualificação
01	324	Microcomputador	Irrecuperável
01	421	Microcomputador	Irrecuperável
01	430	Microcomputador	Irrecuperável
01	452	Microcomputador	Irrecuperável
01	2015	Microcomputador Laboratório	Irrecuperável
01	3934	Microcomputador	Irrecuperável
01	4019	Microcomputador	Irrecuperável
01	4057	Microcomputador	Irrecuperável
01	4082	Microcomputador Intel Celeron 490 MB	Irrecuperável
01	4093	Microcomputador Genuine Intel 60MB	Irrecuperável
01	4147	Microcomputador Intel Pentium 4 2.00GHZ 512MB	Irrecuperável
01	4328	Microcomputador AMD Duron 115 MB	Irrecuperável
01	4335	Microcomputador	Irrecuperável
01	4862	Microcomputador	Irrecuperável
01	4922	Microcomputador	Irrecuperável
01	4923	Microcomputador AMD Duron 1.20GHZ 224 MB	Irrecuperável
01	4925	Microcomputador AMD Duron 1.20GHZ 224 MB	Irrecuperável
01	4930	Microcomputador AMD Duron 1.20GHZ 224 MB	Irrecuperável
01	5027	Microcomputador Intel Pentium Dual 1.80 GHZ 1GB	Irrecuperável
01	5038	Microcomputador Genuine Intel 1.60 GHZ 1 GB	Irrecuperável
01	5295	Microcomputador Laboratório	Irrecuperável
01	5296	Microcomputador Laboratório	Irrecuperável
01	5297	Microcomputador Laboratório	Irrecuperável
01	5310	Microcomputador Intel Celeron 2.53GHZ 504 MB	Irrecuperável
01	6169	Microcomputador AMD Duron 122MB	Irrecuperável
01	6799	Microcomputador Intel Pentium 4 2.80 GHZ 0.99 GB	Irrecuperável
01	6727	Microcomputador CCE Intel Celeron D	Irrecuperável
01	6811	Microcomputador Pentium 4 3.20 GHZ 1 GB	Irrecuperável
01	6821	Microcomputador Pentium 4	Irrecuperável
01	6833	Microcomputador Pentium 4 2.80 GHZ 512 MB	Irrecuperável
01	6845	Microcomputador Servidor Net	Irrecuperável
01	6848	Microcomputador Servidor Net	Irrecuperável
01	6862	Microcomputador Genuine Intel 1.60GHZ	Irrecuperável
01	6908	Microcomputador	Irrecuperável
01	6916	Microcomputador	Irrecuperável
01	6977	Microcomputador Pentium 4 2.20GHZ 896 MB	Irrecuperável
01	7027	Microcomputador Celeron 2.80GHZ 480 MB	Irrecuperável
01	7067	Microcomputador Coreo DUO 2.2 2GB	Irrecuperável

01	7081	Microcomputador Coreo Duo 2.2 2GB	Irrecuperável
01	7085	Microcomputador Coreo Duo 2.2 2GB	Irrecuperável
01	7225	Microcomputador	Irrecuperável
01	7243	Microcomputador	Irrecuperável
01	7244	Microcomputador	Irrecuperável
01	7245	Microcomputador	Irrecuperável
01	7247	Microcomputador	Irrecuperável
01	7826	Microcomputador Firewall	Irrecuperável
01	8079	Microcomputador c/ processador Core 2 Quad	Irrecuperável
01	8102	Microcomputador c/ Processador Intel Core 2 Quad,	Irrecuperável
01	8281	Microcomputador 2.7 GHZ, HD SATA 320 GB, 02 GB de memória	Irrecuperável
01	5148	Monitor Marca AOC 15 Pol	Irrecuperável
01	5153	Monitor Marca Samsung 17 pol	Irrecuperável
01	5185	Monitor Marca AOC 15 Pol	Irrecuperável
01	5201	Monitor Marca AOC 15 Pol	Irrecuperável
01	5202	Monitor Marca AOC 15 Pol	Irrecuperável
01	5203	Monitor Marca AOC 15 Pol	Irrecuperável
01	5205	Monitor Marca AOC 15 Pol	Irrecuperável
01	5303	Monitor Laboratorio	Antieconômico
01	5304	Monitor Laboratorio	Antieconômico
01	5305	Monitor Laboratorio	Antieconômico
01	5308	Monitor Laboratorio	Antieconômico
01	5426	Monitor Marca AOC 15 Pol	Irrecuperável
01	5444	Monitor Marca Philips 15 Pol	Irrecuperável
01	5452	Monitor Marca AOC 15 Pol	Irrecuperável
01	5643	Monitor Marca Microtec 14 Pol	Irrecuperável
01	5661	Monitor Marca Samsung 15 Pol	Irrecuperável
01	5867	Monitor Marca Samsung 14 Pol	Irrecuperável
01	5889	Monitor Marca AOC 14 Pol	Irrecuperável
01	6108	Monitor Marca Samsung 17 Pol Tela Plana	Irrecuperável
01	6401	Monitor Marca Samsung 17 Pol	Irrecuperável
01	6411	Monitor Marca LG 17 Pol	Irrecuperável
01	6684	Monitor Marca AOC 14 Pol	Irrecuperável
01	6712	Monitor Marca Positivo 15 Pol	Irrecuperável
01	6719	Monitor Marca AOC 15 Pol	Irrecuperável
01	6813	Monitor LCD Marca AOC 17 Pol	Irrecuperável
01	6818	Monitor LCD Marca AOC 17 Pol	Irrecuperável
01	6842	Monitor Marca Jtec 14 Pol	Irrecuperável
01	6843	Monitor Marca LG 15 Pol	Irrecuperável
01	6853	Monitor LCD Marca AOC 17 Pol	Irrecuperável
01	6860	Monitor LCD Marca AOC 17 Pol	Irrecuperável
01	6861	Monitor LCD Marca AOC 17 Pol	Irrecuperável
01	6909	Monitor Marca Philips 17 Pol	Irrecuperável
01	6917	Monitor Marca Proview 17 Pol	Irrecuperável
01	6927	Monitor Marca Samsung 15 Pol	Irrecuperável
01	6928	Monitor Marca Samsung 17 Pol	Irrecuperável
01	6953	Monitor Marca LG 17 Pol	Irrecuperável

01	6960	Monitor Marca LG 15 Pol	Irrecuperável
01	6964	Monitor Marca Samsung	Irrecuperável
01	7003	Monitor Marca Samsung 15 Pol	Irrecuperável
01	7028	Monitor Marca AOC 15 Pol	Irrecuperável
01	7068	Monitor LCD Marca AOC 17 Pol	Irrecuperável
01	7086	Monitor LCD Marca AOC 17 Pol	Irrecuperável
01	7235	Monitor LCD "17" Samsung	Irrecuperável
01	8094	Monitor LCD 18.5" Marca Acer	Irrecuperável
01	8103	Monitor LCD 18.5" Marca Acer	Irrecuperável
01	8533	Monitor LCD 18.5" Marca AOC	Irrecuperável
01	8663	Monitor LCD 18.5" Marca AOC	Irrecuperável
01	8938	Monitor LCD 18.5" Marca AOC	Irrecuperável
01	8972	Monitor LCD 18.5" Marca AOC	Irrecuperável
01	9093	Monitor LCD 18.5" Marca AOC	Irrecuperável
01	9671	Monitor LED 18.5"	Irrecuperável
120	-	Teclados para computador	Irrecuperável
01	2048	Impressora matricial marca Epson LQ 570	Antieconômico
01	3932	Impressora matricial marca Epson FX 2180	Antieconômico
01	3961	Impressora marca HP Laser Jet 100	Obsoleto
01	3998	Impressora matricial marca Epson LX 300	Antieconômico
01	4179	Impressora marca HP 840c	Irrecuperável
01	4944	Impressora matricial marca Olivetti DM 209L	Antieconômico
01	5023	Impressora matricial marca Epson LX 300	Antieconômico
01	5034	Impressora marca HP Laser Jet 1018	Irrecuperável
01	5327	Impressora marca Samsung Laser Jet ML -1610	Irrecuperável
01	5380	Impressora marca HP Laser Jet 1018	Irrecuperável
01	5647	Fotocopiadora marca Xerox 5614	Irrecuperável
01	5649	Impressora marca Apollo P 2200	Antieconômico
01	5795	Impressora marca HP 8400	Irrecuperável
01	6702	Impressora marca Lexmark Laser Jet E120	Antieconômico
01	6840	Impressora multifuncional marca Lexmark X215	Antieconômico
01	6852	Impressora marca HP 3745	Irrecuperável
01	6902	Impressora marca HP 840 C	Irrecuperável
01	7079	Impressora marca HP Laser Jet P2015 DN	Irrecuperável
01	7080	Impressora marca HP Laser Jet 2015	Irrecuperável
01	7248	Impressora multifuncional Samsung	Irrecuperável
01	7249	Impressora multifuncional Samsung	Irrecuperável
01	7252	Impressora multifuncional Samsung	Irrecuperável
01	7253	impressora matricial marca Epson FX890	Antieconômico

01	7254	Impressora multifuncional Samsung	Irrecuperável
01	7265	Impressora marca HP Laser Jet 2015	Irrecuperável
01	7594	Impressora HP Laser Jet CP 1515N	Irrecuperável
01	7825	Impressora matricial LX 300	Antieconômico
01	8161	Impressora laser Samsung ML 2010.	Irrecuperável
01	8211	Impressora matricial marca Epson LX 300	Antieconômico
01	8212	Impressora matricial marca Epson LX 300	Antieconômico
01	8213	Impressora matricial marca Epson LX 890	Antieconômico
01	8553	Impressora HP Deskjet 2460	Irrecuperável
01	8554	Impressora HP Deskjet 2460	Irrecuperável
01	8555	Impressora HP Deskjet 2460	Irrecuperável
01	8557	Impressora HP Deskjet 2460	Irrecuperável
01	9349	Impressora Laser Jet P1102WUSB, marca HP	Irrecuperável
01	55	Mimeógrafo marca Menno	Obsoleto
01	69	Mimeógrafo marca Copiatic	Obsoleto
01	151	Mimeógrafo	Obsoleto
01	464	Mimeógrafo	Obsoleto
01	1435	Mimeógrafo marca Copiatic	Obsoleto
01	1436	Mimeógrafo marca DM 96	Obsoleto
01	1437	Mimeógrafo marca Copiatic	Obsoleto
01	1926	Mimeógrafo marca Copiatic	Obsoleto
01	2076	Mimeógrafo marca Copiatic	Obsoleto
01	2823	Mimeógrafo marca Copiatic	Obsoleto
01	5583	Mimeógrafo marca Copiatic	Obsoleto
01	326	Estabilizador marca Phoenix	Irrecuperável
01	420	Estabilizador marca Phoenix	Irrecuperável
01	429	Estabilizador marca Phoenix	Irrecuperável
01	451	Estabilizador marca Phoenix	Irrecuperável
01	1412	Estabilizador marca Phoenix	Irrecuperável
01	1910	Estabilizador marca Phoenix	Irrecuperável
01	2013	Estabilizador marca Phoenix	Irrecuperável
01	3614	Estabilizador marca Televolt	Irrecuperável
01	3675	Estabilizador marca SMS	Irrecuperável
01	4001	Estabilizador marca SMS	Irrecuperável
01	4027	Estabilizador marca Phoenix	Irrecuperável
01	4066	Estabilizador marca Phoenix	Irrecuperável
01	4090	Estabilizador marca Ragtech	Irrecuperável
01	4151	Estabilizador marca SMS	Irrecuperável
01	4340	Estabilizador marca Forceline	Irrecuperável
01	4341	Estabilizador marca Forceline	Irrecuperável
01	4345	Estabilizador marca Forceline	Irrecuperável
01	4469	Estabilizador marca Phoenix	Irrecuperável
01	4480	Estabilizador marca SMS	Irrecuperável
01	4884	Estabilizador marca Forceline	Irrecuperável
01	4933	Estabilizador marca Ragtech	Irrecuperável
01	4935	Estabilizador marca Ragtech	Irrecuperável

01	4938	Estabilizador marca Ragtech	Irrecuperável
01	5035	Estabilizador marca SMS	Irrecuperável
01	5039	Estabilizador marca Ragtech	Irrecuperável
01	5043	Estabilizador marca SMS	Irrecuperável
01	5046	Estabilizador marca SMS	Irrecuperável
01	5050	Estabilizador marca Microsol	Irrecuperável
01	5311	Estabilizador marca Phoenix	Irrecuperável
01	5312	Estabilizador marca SMS	Irrecuperável
01	5314	Estabilizador marca SMS	Irrecuperável
01	5316	Estabilizador marca Enermax	Irrecuperável
01	5328	Estabilizador marca SMS	Irrecuperável
01	5329	Estabilizador marca SMS	Irrecuperável
01	5868	Estabilizador marca Phoenix	Irrecuperável
01	6170	Estabilizador marca SMS	Irrecuperável
01	6678	Estabilizador marca Enermax	Irrecuperável
01	6686	Estabilizador marca SMS	Irrecuperável
01	6746	Estabilizador marca Microsol	Irrecuperável
01	6748	Estabilizador marca Microsol	Irrecuperável
01	6812	Estabilizador marca SMS	Irrecuperável
01	6815	Estabilizador marca Phoenix	Irrecuperável
01	6817	Estabilizador marca SMS	Irrecuperável
01	6888	Estabilizador marca Phoenix	Irrecuperável
01	6965	Estabilizador marca SMS	Irrecuperável
01	7087	Estabilizador marca NHS	Irrecuperável
01	7894	Estabilizador 300VA marca Microsol	Irrecuperável
01	7897	Estabilizador 300VA marca Microsol	Irrecuperável
01	8096	Estabilizador 300VA	Irrecuperável
01	8101	Estabilizador 300VA	Irrecuperável
01	8104	Estabilizador 300VA	Irrecuperável
01	8106	Estabilizador 300VA	Irrecuperável
01	8107	Estabilizador 300VA	Irrecuperável
01	8777	Estabilizador 300 WATS bivolt marca SMS	Irrecuperável
01	8885	Estabilizador 300VA na cor preta	Irrecuperável
01	8886	Estabilizador 300VA na cor preta	Irrecuperável
01	4081	Nobreak marca Forceline NB 2000	Irrecuperável
01	6846	Nobreak marca NHS Compact	Irrecuperável
01	6847	Nobreak marca NHS Mini	Irrecuperável
01	6865	Nobreak marca NHS Mini	Irrecuperável
01	7255	Nobreak marca Forceline	Irrecuperável
01	7256	Nobreak marca Forceline	Irrecuperável
01	7259	Nobreak marca Forceline	Irrecuperável
01	7260	Nobreak marca Forceline	Irrecuperável
01	7263	Nobreak marca Forceline	Irrecuperável
01	8289	Nobreak NHS 2.2 KVA	Irrecuperável
01	7593	Autotrafo universal Hayonik Habby 1050VA 127/220	Irrecuperável
01	7966	Autotrafo universal bivolt 1050 VA.	Irrecuperável
01	7968	Autotrafo universal bivolt 1050 VA.	Irrecuperável

01	7971	Autotrafo universal bivolt 1050 VA.	Irrecuperável
01	6695	Notebook marca Toshiba Intel Pentium 4	Irrecuperável
01	6696	Notebook marca Acer Intel Centrino Duo 1.60GHZ 2GB MB	Irrecuperável
01	7267	Notebook com tela de 14", com 1.6 GHZ, memória de 2GB	Irrecuperável
01	7964	Notebook marca Intelbras, com tela de 12"	Irrecuperável
01	8260	Notebook positivo R230L com memória de 2GB	Irrecuperável
01	4083	Hub Switch marca Encore 16 Portas	Irrecuperável
01	5317	Hub marca D-LICK 16 Portas	Irrecuperável
01	5384	Hub Switch marca Encore 16 Portas	Irrecuperável
01	6889	Hub Switch marca D-LINK DES 1016	Irrecuperável
01	6849	Hub Switch marca Furukawa C5E 24 Portas	Irrecuperável
01	6850	Hub Switch marca Planet FNSW 24-01 24 Portas	Irrecuperável
01	9664	Aparelho Switch 24 portas 10/100/1000 MBPS	Irrecuperável
01	7824	Patch Painele 48 P	Irrecuperável
01	5030	Aparelho de Fax marca Panasonic KX FT 902	Antieconômico
01	5376	Aparelho de Fax marca Panasonic KX FT 931	Antieconômico
01	5885	Aparelho de Fax marca Sharp UX-66	Antieconômico
01	3628	Máquina de escrever marca Olivetti Linea 98	Obsoleto
01	3949	Máquina de escrever marca Olivetti Linea 98	Obsoleto
01	3994	Máquina de escrever marca Olivetti Linea 98	Obsoleto
01	6760	Máquina de escrever marca Olivetti Tenke 3	Obsoleto
01	6948	Máquina de escrever marca Olivetti ET 1250 elétrica	Obsoleto
01	3936	Calculadora elétrica marca Olivetti Logos 682	Irrecuperável
01	4079	Calculadora elétrica marca Olivetti Logos 642	Irrecuperável
01	4123	Calculadora elétrica marca Olivetti Logos 682	Irrecuperável
01	6819	Calculadora elétrica marca Olivetti Logos 662	Irrecuperável
01	6955	Calculadora elétrica marca Olivetti Logos 662	Irrecuperável
01	6962	Calculadora elétrica marca Olivetti Logos 662	Irrecuperável
01	6851	Rack para servidor net	Irrecuperável

01	7832	Rack com porta em acrílico piso padrão 19"	Irrecuperável
01	6643	Aparelho sequencial marca Tec Port SS-50 10 Canais	Irrecuperável
01	2046	Scanner de mesa marca AOC	Irrecuperável
01	890	Televisor marca Sanyo com tela de 20"	Irrecuperável
01	2251	Televisor marca Philips com tela de 14"	Obsoleto
01	2808	Televisor marca Sanyo de 20"	Irrecuperável
01	5325	Televisor marca CCE, tela plana de 29"	Irrecuperável
01	5708	Televisor tela plana marca LG, de 29"	Irrecuperável
01	6671	Televisor marca LG, tela plana com 21"	Irrecuperável
01	6672	Televisor marca LG, tela plana com 21"	Irrecuperável
01	6789	Televisor marca LG, com tela plana de 21"	Irrecuperável

ANEXO III Mobiliário escolar

Quant.	nº. de Pat.	Descrição	Qualificação
01	0019	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0025	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0026	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0029	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0031	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0036	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0037	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0041	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0043	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0045	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0546	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0548	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0553	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0554	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0555	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0558	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0975	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0977	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0979	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0981	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0983	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	2228	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	2230	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	2231	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	2235	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	2236	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	2237	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	2238	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável

01	5728	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	5732	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	5733	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	7109	Cadeira pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0009	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0052	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0053	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0223	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0224	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0225	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0226	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0561	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0563	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0985	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0988	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	1119	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	2247	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	2248	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	2249	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	2280	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	2282	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	2283	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	2285	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	2286	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	2299	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	2300	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	2634	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	2635	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	2636	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	2637	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	2659	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	2741	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	2802	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	2881	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	2984	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	2990	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	5588	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	7090	Mesa pré-escolar em madeira	Irrecuperável
01	0328	Cadeira escolar em fórmica	Irrecuperável
01	0353	Cadeira escolar em fórmica	Irrecuperável
01	0400	Cadeira escolar em fórmica	Irrecuperável
01	0411	Cadeira escolar em fórmica	Irrecuperável
01	0577	Cadeira escolar em fórmica	Irrecuperável
01	0587	Cadeira escolar em fórmica	Irrecuperável
01	0599	Cadeira escolar em fórmica	Irrecuperável
01	0619	Cadeira escolar em fórmica	Irrecuperável
01	0632	Cadeira escolar em fórmica	Irrecuperável
01	0634	Cadeira escolar em fórmica	Irrecuperável
01	0673	Cadeira escolar em fórmica	Irrecuperável
01	0680	Cadeira escolar em fórmica	Irrecuperável
01	0696	Cadeira escolar em fórmica	Irrecuperável

[illegible]

[illegible]

[illegible][illegible]

[illegible]

01	1120	Mesa pré-escolar em fórmica	Irrecuperável
01	1121	Mesa pré-escolar em fórmica	Irrecuperável
01	2938	Mesa pré-escolar em fórmica	Irrecuperável
01	4772	Mesa pré-escolar em fórmica	Irrecuperável
01	4913	Mesa pré-escolar em fórmica redonda	Irrecuperável
01	4914	Mesa pré-escolar em fórmica redonda	Irrecuperável
01	5411	Mesa pré-escolar em fórmica redonda	Irrecuperável
01	5412	Mesa pré-escolar em fórmica redonda	Irrecuperável
01	5504	Mesa pré-escolar em fórmica	Irrecuperável
01	5505	Mesa pré-escolar em fórmica	Irrecuperável
01	5506	Mesa pré-escolar em fórmica	Irrecuperável
01	5572	Mesa pré-escolar em fórmica	Irrecuperável
01	5584	Mesa pré-escolar em fórmica	Irrecuperável
01	5758	Mesa pré-escolar em fórmica	Irrecuperável
01	5759	Mesa pré-escolar em fórmica	Irrecuperável
01	5760	Mesa pré-escolar em fórmica	Irrecuperável
01	6750	Mesa pré-escolar em fórmica	Irrecuperável
01	6751	Mesa pré-escolar em fórmica	Irrecuperável
01	6755	Mesa pré-escolar redonda em fórmica	Irrecuperável
01	9109	Mesa pré-escolar central em fórmica redonda	Irrecuperável
01	9122	Mesa pré-escolar central em fórmica redonda	Irrecuperável
01	0320	Mesa para professor em fórmica	Irrecuperável
01	0321	Mesa para professor em fórmica	Irrecuperável
01	0572	Mesa para professor em fórmica	Irrecuperável
01	0889	Mesa para professor em fórmica	Irrecuperável
01	0955	Mesa para professor em fórmica	Irrecuperável
01	0995	Mesa para professor em fórmica	Irrecuperável
01	1257	Mesa para professor em fórmica	Irrecuperável
01	2291	Mesa para professor em fórmica com três gavetas	Irrecuperável
01	5001	Mesa para professor em fórmica	Irrecuperável
01	1615	Mesa para professor em madeira com seis gavetas	Irrecuperável
01	1740	Mesa para professor em madeira com duas gavetas	Irrecuperável
01	1872	Mesa para professor em madeira com duas gavetas	Irrecuperável
01	1913	Mesa para professor em madeira com duas gavetas	Irrecuperável
01	2553	Mesa para professor em madeira com quatro gavetas	Irrecuperável
01	2570	Mesa para professor em madeira com duas gavetas	Irrecuperável
01	4992	Mesa para professor em madeira com três gavetas	Irrecuperável
01	7274	Mesa para professor	Irrecuperável
01	7275	Mesa para professor	Irrecuperável
01	7276	Mesa para professor	Irrecuperável
01	7277	Mesa para professor	Irrecuperável

01	7279	Mesa para professor	Irrecuperável
01	7280	Mesa para professor	Irrecuperável
01	7281	Mesa para professor	Irrecuperável
01	7282	Mesa para professor	Irrecuperável
01	7283	Mesa para professor	Irrecuperável
01	7284	Mesa para professor	Irrecuperável
01	7286	Mesa para professor	Irrecuperável
01	7289	Mesa para professor	Irrecuperável
01	7294	Mesa para professor	Irrecuperável
01	7298	Mesa para professor	Irrecuperável
01	7299	Mesa para professor	Irrecuperável
01	7301	Mesa para professor	Irrecuperável
01	7302	Mesa para professor	Irrecuperável
01	2052	Mesa para professor em MDF com três gavetas	Irrecuperável
01	2227	Mesa para professor em MDF com três gavetas	Irrecuperável
01	5528	Mesa para professor em MDF com três gavetas	Irrecuperável
01	7304	Carteira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7305	Carteira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7307	Carteira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7309	Carteira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7311	Carteira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7313	Carteira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7315	Carteira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7317	Carteira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7319	Carteira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7320	Carteira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7321	Carteira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7322	Carteira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7324	Carteira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7325	Carteira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7326	Carteira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7327	Carteira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7328	Carteira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7329	Carteira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7330	Carteira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7331	Carteira escolar em fórmica verde	Irrecuperável

01	7464	Cadeira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7465	Cadeira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7468	Cadeira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7469	Cadeira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7470	Cadeira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7471	Cadeira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7473	Cadeira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7475	Cadeira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7477	Cadeira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7479	Cadeira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7485	Cadeira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7489	Cadeira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7492	Cadeira escolar em fórmica verde	Irrecuperável
01	7729	Cadeira escolar infantil em fórmica tubo 7/8.	Irrecuperável
01	7732	Cadeira escolar infantil em fórmica tubo 7/8.	Irrecuperável
01	7733	Cadeira escolar infantil em fórmica tubo 7/8.	Irrecuperável
01	7740	Cadeira escolar infantil em fórmica tubo 7/8.	Irrecuperável
01	7744	Cadeira escolar infantil em fórmica tubo 7/8.	Irrecuperável
01	7745	Cadeira escolar infantil em fórmica tubo 7/8.	Irrecuperável
01	7746	Cadeira escolar infantil em fórmica tubo 7/8.	Irrecuperável
01	7747	Cadeira escolar infantil em fórmica tubo 7/8.	Irrecuperável
01	7758	Cadeira escolar infantil em fórmica tubo 7/8.	Irrecuperável
01	7765	Cadeira escolar infantil em fórmica tubo 7/8.	Irrecuperável
01	7769	Cadeira escolar infantil em fórmica tubo 7/8.	Irrecuperável
01	7771	Cadeira escolar infantil em fórmica tubo 7/8.	Irrecuperável
01	7772	Cadeira escolar infantil em fórmica tubo 7/8.	Irrecuperável
01	7776	Cadeira escolar infantil em fórmica tubo 7/8.	Irrecuperável
01	7785	Cadeira escolar infantil em fórmica tubo 7/8.	Irrecuperável
01	7786	Cadeira escolar infantil em fórmica tubo 7/8.	Irrecuperável
01	7788	Cadeira escolar infantil em fórmica tubo 7/8.	Irrecuperável
01	7789	Cadeira escolar infantil em fórmica tubo 7/8.	Irrecuperável
01	7794	Cadeira escolar infantil em fórmica tubo 7/8.	Irrecuperável

01	7799	Cadeira escolar infantil em fórmica tubo 7/8.	Irrecuperável
01	7804	Cadeira escolar infantil em fórmica tubo 7/8.	Irrecuperável
01	7807	Cadeira escolar infantil em fórmica tubo 7/8.	Irrecuperável
01	7816	Cadeira escolar infantil em fórmica tubo 7/8.	Irrecuperável
01	7822	Cadeira escolar infantil em fórmica tubo 7/8.	Irrecuperável
01	7679	Carteira escolar infantil para mesa oitavada em fórmica tubo 7/8	Irrecuperável
01	7680	Carteira escolar infantil para mesa oitavada em fórmica tubo 7/8	Irrecuperável
01	7619	Mesa oitavada em fórmica com 110cm de diâmetro, tubo 7/8	Irrecuperável
01	7621	Mesa oitavada em fórmica com 110cm de diâmetro, tubo 7/8	Irrecuperável
01	0304	Estante em aço para livros	Irrecuperável
01	0305	Estante em aço para livros	Irrecuperável
01	0306	Estante em aço para livros	Irrecuperável
01	0307	Estante em aço para livros	Irrecuperável
01	1422	Estante em aço para livros	Irrecuperável
01	4376	Estante em ferro para livros	Irrecuperável
01	4382	Estante em ferro para livros	Irrecuperável
01	4916	Estante em aço para livros	Irrecuperável
01	4917	Estante em aço para livros	Irrecuperável
01	5318	Estante em MDF para livros	Irrecuperável
01	5319	Estante em MDF para livros	Irrecuperável
01	0790	Quadro negro	Obsoleto
01	0888	Quadro negro	Irrecuperável
01	0953	Quadro negro	Irrecuperável
01	0989	Quadro negro	Obsoleto
01	1083	Quadro negro	Obsoleto
01	1201	Quadro negro	Obsoleto
01	1255	Quadro negro	Obsoleto
01	1301	Quadro negro	Irrecuperável
01	1383	Quadro negro	Irrecuperável
01	1618	Quadro negro	Irrecuperável
01	1745	Quadro negro	Irrecuperável
01	1867	Quadro negro	Irrecuperável
01	2222	Quadro negro	Irrecuperável
01	2287	Quadro negro	Irrecuperável
01	2891	Quadro negro	Irrecuperável
01	3546	Quadro negro	Irrecuperável
01	5131	Quadro negro	Irrecuperável
01	1474	Quadro mural	Irrecuperável
01	4494	Quadro mural em madeira	Irrecuperável
01	5422	Quadro mural em madeira	Irrecuperável

01	1868	Quadro branco para sala de aula	Irrecuperável
01	4324	Quadro branco em vidro para sala de aula	Irrecuperável
01	4980	Quadro branco para sala de aula	Irrecuperável
01	4988	Quadro branco para sala de aula	Irrecuperável
01	5009	Quadro branco para sala de aula	Irrecuperável
01	5060	Quadro branco em vidro para sala de aula pequeno	Irrecuperável
01	5227	Quadro branco para sala de aula em vidro	Irrecuperável
01	5278	Quadro branco para sala de aula	Irrecuperável
01	5279	Quadro branco para sala de aula	Irrecuperável
01	5343	Quadro branco em vidro para sala de aula	Irrecuperável
01	5508	Quadro branco em vidro para sala de aula	Irrecuperável
01	7611	Quadro branco para pincel, moldura em alumínio medindo 2,00 x 1,20.	Irrecuperável
01	9478	Quadro branco com moldura de alumínio, medindo 1,20 x 2,5 cm.	Irrecuperável
01	4273	Cadeira universitária estofada em tecido	Irrecuperável
01	4292	Cadeira universitária estofada em tecido	Irrecuperável
01	4313	Cadeira universitária estofada em tecido	Irrecuperável
01	4364	Cadeira universitária estofada em tecido	Irrecuperável
01	6512	Cadeira universitária estofada em tecido	Irrecuperável
01	6514	Cadeira universitária estofada em tecido	Irrecuperável
01	6518	Cadeira universitária estofada em tecido	Irrecuperável
01	6527	Cadeira universitária estofada em tecido	Irrecuperável
01	6546	Cadeira universitária estofada em tecido	Irrecuperável
01	6566	Cadeira universitária estofada em tecido	Irrecuperável
01	6579	Cadeira universitária estofada em tecido	Irrecuperável
01	6597	Cadeira universitária estofada em tecido	Irrecuperável
01	6657	Cadeira universitária estofada em tecido	Irrecuperável
01	9656	Cadeira universitária estofada em tecido	Irrecuperável
01	9251	Cadeira universitária fixa na cor branca	Irrecuperável
01	0557	Banquinho em madeira	Irrecuperável
01	0565	Banquinho em madeira	Irrecuperável
01	1495	Banquinho em madeira	Irrecuperável
01	1919	Banquinho em madeira	Irrecuperável
01	2296	Banquinho em madeira	Irrecuperável

01	1482	Banco em madeira para refeitório	Irrecuperável
01	1483	Banco em madeira para refeitório	Irrecuperável
01	1484	Banco em madeira para refeitório	Irrecuperável
01	1485	Banco em madeira para refeitório	Irrecuperável
01	1491	Banco em madeira para refeitório	Irrecuperável
01	1492	Banco em madeira para refeitório	Irrecuperável
01	1493	Banco em madeira para refeitório	Irrecuperável
01	2297	Banco em madeira para refeitório	Irrecuperável
01	2298	Banco em madeira para refeitório	Irrecuperável
01	2532	Banco em madeira para refeitório	Irrecuperável
01	2845	Banco em madeira para refeitório	Irrecuperável
01	5419	Banco em madeira para refeitório	Irrecuperável
01	5420	Banco em madeira para refeitório	Irrecuperável
01	2745	Banco em madeira	Irrecuperável
01	4389	Banco em madeira	Irrecuperável
01	4569	Banco em madeira	Irrecuperável
01	7113	Banco em madeira	Irrecuperável
01	7114	Banco em madeira	Irrecuperável
01	2652	Banquinho em madeira para refeitório	Irrecuperável
01	2973	Banquinho em madeira para refeitório	Irrecuperável
01	2974	Banquinho em madeira para refeitório	Irrecuperável
01	2975	Banquinho em madeira para refeitório	Irrecuperável
01	2976	Banquinho em madeira para refeitório	Irrecuperável
01	7185	Carrinho de bebê	Irrecuperável
01	7186	Carrinho de bebê	Irrecuperável
01	2666	Berço em madeira	Irrecuperável
01	2667	Berço em madeira	Irrecuperável
01	2657	Mesa para refeitório em madeira	Irrecuperável
01	2743	Mesa para refeitório em madeira	Irrecuperável
01	2859	Mesa para refeitório em madeira	Irrecuperável
01	3116	Mesa para refeitório em madeira com tampo em fórmica	Irrecuperável
01	2674	Mesa em madeira para trocador	Irrecuperável
01	4097	Mesa em madeira com três gavetas - trocador	Irrecuperável

01	2371	Mesa de tênis de mesa em fórmica	Irrecuperável
01	8299	Cadeira pra refeição infantil em laca colorida	Irrecuperável
01	8300	Cadeira pra refeição infantil em laca colorida	Irrecuperável
01	8301	Cadeira pra refeição infantil em laca colorida	Irrecuperável
01	8302	Cadeira pra refeição infantil em laca colorida	Irrecuperável
01	8226	Lixeira de inox 30 litros, marca Tramontina	Irrecuperável
01	8227	Lixeira de inox 30 litros, marca Tramontina	Irrecuperável
01	8228	Lixeira de inox 30 litros, marca Tramontina	Irrecuperável
01	8234	Lixeira de inox 30 litros, marca Tramontina	Irrecuperável

ANEXO IV
Mobiliário em geral

Quant.	nº. de Pat.	Descrição	Qualificação
01	0459	Estante em aço	Irrecuperável
01	1129	Estante em aço	Irrecuperável
01	1302	Estante em aço	Irrecuperável
01	2023	Estante em aço	Irrecuperável
01	2026	Estante em aço	Irrecuperável
01	2075	Estante em aço	Irrecuperável
01	2605	Estante em aço	Irrecuperável
01	2691	Estante em aço	Irrecuperável
01	2692	Estante em aço	Irrecuperável
01	2750	Estante em aço	Irrecuperável
01	2955	Estante em aço	Irrecuperável
01	2962	Estante em aço	Irrecuperável
01	3126	Estante em aço	Irrecuperável
01	3156	Estante em aço	Irrecuperável
01	4044	Estante em aço	Irrecuperável
01	4165	Estante em aço	Irrecuperável
01	4238	Estante em aço	Irrecuperável
01	4353	Estante em aço	Irrecuperável
01	4571	Estante em aço	Irrecuperável
01	4970	Estante em aço	Irrecuperável
01	5656	Estante em aço	Irrecuperável
01	5697	Estante em aço	Irrecuperável
01	5698	Estante em aço	Irrecuperável
01	8043	Estante de aço com seis prateleiras na cor cinza.	Irrecuperável
01	8044	Estante de aço com seis prateleiras na cor cinza.	Irrecuperável
01	9436	Estante de aço com seis prateleiras na cor cinza.	Irrecuperável
01	9437	Estante de aço com seis prateleiras na cor cinza.	Irrecuperável
01	1927	Estante em madeira	Irrecuperável

01	2029	Estante em madeira	Irrecuperável
01	2293	Estante em madeira	Irrecuperável
01	2644	Estante em madeira	Irrecuperável
01	3148	Estante em madeira	Irrecuperável
01	3180	Estante em madeira	Irrecuperável
01	4481	Estante em madeira	Irrecuperável
01	6810	Estante em madeira	Irrecuperável
01	3785	Longarina em ferro estofada em corvin cinco lugares	Irrecuperável
01	3787	Longarina em ferro estofada em corvin cinco lugares	Irrecuperável
01	3788	Longarina em ferro estofada em corvin cinco lugares	Irrecuperável
01	3791	Longarina em ferro estofada em corvin cinco lugares	Irrecuperável
01	3794	Longarina em ferro estofada em corvin cinco lugares	Irrecuperável
01	3805	Longarina em ferro estofada em corvin cinco lugares	Irrecuperável
01	3806	Longarina em ferro estofada em corvin cinco lugares	Irrecuperável
01	3809	Longarina em ferro estofada em corvin cinco lugares	Irrecuperável
01	3810	Longarina em ferro estofada em corvin cinco lugares	Irrecuperável
01	3812	Longarina em ferro estofada em corvin cinco lugares	Irrecuperável
01	3813	Longarina em ferro estofada em corvin cinco lugares	Irrecuperável
01	3800	Longarina em ferro estofada em corvin três lugares	Irrecuperável
01	3801	Longarina em ferro estofada em corvin três lugares	Irrecuperável
01	3919	Longarina em ferro estofada em corvin três lugares	Irrecuperável
01	4212	Longarina em ferro estofada em corvin três lugares	Irrecuperável
01	4410	Longarina em ferro estofada em corvin três lugares	Irrecuperável
01	4440	Longarina em ferro estofada em corvin três lugares	Irrecuperável
01	4467	Longarina em ferro estofada em corvin três lugares	Irrecuperável
01	5897	Longarina em ferro estofada em corvin três lugares	Irrecuperável
01	5910	Longarina em ferro estofada em corvin três lugares	Irrecuperável
01	8045	Longarina de quatro lugares em tecido	Irrecuperável
01	0503	Cadeira em madeira estilo colonial	Irrecuperável
01	0504	Cadeira em madeira estilo colonial	Irrecuperável
01	0505	Cadeira em madeira estilo colonial	Irrecuperável
01	3010	Cadeira em madeira estilo colonial	Irrecuperável
01	3056	Cadeira em madeira estilo colonial	Irrecuperável

01	3068	Cadeira em madeira estilo colonial	Irrecuperável
01	3071	Cadeira em madeira estilo colonial	Irrecuperável
01	3072	Cadeira em madeira estilo colonial	Irrecuperável
01	1395	Cadeira fixa estofada em tecido	Irrecuperável
01	1464	Carteira fixa estofada em tecido	Irrecuperável
01	1466	Carteira fixa estofada em tecido	Irrecuperável
01	2056	Cadeira fixa estofada em tecido	Irrecuperável
01	3452	Cadeira fixa estofada em tecido	Irrecuperável
01	3494	Cadeira fixa estofada em tecido	Irrecuperável
01	3497	Cadeira fixa estofada em tecido	Irrecuperável
01	4074	Cadeira fixa estofada em tecido com encosto de braço	Irrecuperável
01	4118	Poltrona fixa estofada em tecido com encosto de braço	Irrecuperável
01	4209	Cadeira fixa estofada em tecido	Irrecuperável
01	4863	Cadeira fixa estofada em tecido	Irrecuperável
01	4881	Cadeira fixa estofada em tecido	Irrecuperável
01	6670	Cadeira fixa estofada em tecido com encosto de braço	Irrecuperável
01	6681	Cadeira fixa estofada em tecido com encosto de braço	Irrecuperável
01	6687	Cadeira fixa estofada em tecido	Irrecuperável
01	6730	Cadeira estofada em tecido	Irrecuperável
01	6761	Cadeira fixa estofada em tecido	Irrecuperável
01	6783	Cadeira fixa estofada em tecido	Irrecuperável
01	6828	Cadeira fixa estofada em tecido	Irrecuperável
01	6906	Cadeira fixa estofada em tecido	Irrecuperável
01	6925	Cadeira fixa estofada em tecido com encosto para braço	Irrecuperável
01	7562	Cadeira fixa estofada em tecido com encosto de braço	Irrecuperável
01	8018	Cadeira fixa estofada com encosto fixo	Irrecuperável
01	8019	Cadeira fixa estofada com encosto fixo	Irrecuperável
01	8021	Cadeira fixa estofada com encosto fixo	Irrecuperável
01	8570	Cadeira fixa com estrutura de metal	Irrecuperável
01	8571	Cadeira fixa com estrutura de metal	Irrecuperável
01	8814	Cadeira fixa com pé palito na cor azul.	Irrecuperável
01	9317	Cadeira de aproximação fixa na cor branca com detalhes em preto	Irrecuperável
01	9326	Cadeira de aproximação fixa na cor branca com detalhes em preto	Irrecuperável
01	0444	Cadeira fixa estofada em corvin	Irrecuperável
01	3980	Cadeira fixa estofada em corvin com encosto de braço	Irrecuperável
01	4213	Cadeira fixa estofada em corvin	Irrecuperável
01	4214	Cadeira fixa estofada em corvin	Irrecuperável
01	6981	Poltrona fixa estofada em corvin	Irrecuperável

01	6986	Poltrona fixa estofada em corvin	Irrecuperável
01	3945	Cadeira giratória estofada em tecido	Irrecuperável
01	4022	Cadeira giratória estofada em tecido	Irrecuperável
01	4349	Cadeira giratória estofada em tecido	Irrecuperável
01	4353	Cadeira giratória estofada em tecido	Irrecuperável
01	4354	Cadeira giratória estofada em tecido	Irrecuperável
01	4355	Cadeira giratória estofada em tecido	Irrecuperável
01	4356	Cadeira giratória estofada em tecido	Irrecuperável
01	4357	Cadeira giratória estofada em tecido	Irrecuperável
01	4358	Cadeira giratória estofada em tecido	Irrecuperável
01	4359	Cadeira giratória estofada em tecido	Irrecuperável
01	4402	Poltrona giratória estofada em tecido com encosto de braço	Irrecuperável
01	4450	Cadeira giratória estofada em tecido	Irrecuperável
01	4548	Poltrona giratória estofada em tecido com encosto de braço	Irrecuperável
01	4897	Cadeira giratória estofada em tecido	Irrecuperável
01	6159	Cadeira giratória estofada em tecido	Irrecuperável
01	6222	Cadeira giratória estofada em tecido	Irrecuperável
01	6864	Poltrona giratória estofada em tecido e com encosto de braço	Irrecuperável
01	6900	Cadeira giratória estofada em tecido	Irrecuperável
01	7181	Cadeira giratória revestida em tecido azul marca Cavaletti	Irrecuperável
01	8006	Cadeira giratória revestida em tecido azul	Irrecuperável
01	8291	Cadeira giratória em tecido na cor azul	Irrecuperável
01	8349	Cadeira giratória secretária com base a gás	Irrecuperável
01	8351	Cadeira giratória secretária com base a gás	Irrecuperável
01	8774	Cadeira diretor de vinil com braço e base a gás	Irrecuperável
01	8781	Cadeira giratória secretária	Irrecuperável
01	8783	Cadeira giratória secretária	Irrecuperável
01	8930	Cadeira giratória secretária com a gás	Irrecuperável
01	9008	Cadeira giratória secretária com encosto braçal	Irrecuperável
01	2704	Cadeira em madeira	Irrecuperável
01	2705	Cadeira em madeira	Irrecuperável
01	2706	Cadeira em madeira	Irrecuperável
01	3967	Cadeira giratória estofada em corvin	Irrecuperável

01	3979	Cadeira giratória estofada em corvin	Irrecuperável
01	6510	Cadeira giratória estofada em corvin	Irrecuperável
01	6511	Cadeira giratória estofada em corvin	Irrecuperável
01	9246	Cadeira Poly com assento e encosto anatômico na cor branca	Irrecuperável
01	0064	Armário em madeira com quatro portas	Irrecuperável
01	0510	Armário em madeira com três portas	Irrecuperável
01	2292	Armário em madeira com duas portas de correr	Irrecuperável
01	2310	Armário em madeira com duas portas de correr	Irrecuperável
01	2646	Armário em madeira com duas portas de correr	Irrecuperável
01	2676	Armário em madeira com duas portas de correr	Irrecuperável
01	2773	Armário em madeira com três portas	Irrecuperável
01	2806	Armário em madeira com quatro portas e quatro gavetas	Irrecuperável
01	3157	Armário em madeira com duas portas	Irrecuperável
01	3226	Armário em madeira guarda volumes, com vinte e cinco portas	Irrecuperável
01	5320	Armário em madeira com duas portas	Irrecuperável
01	5439	Armário em madeira com duas portas	Irrecuperável
01	6207	Armário aéreo em madeira	Irrecuperável
01	8810	Armário com duas portas em aglomerado na cor mogno	Irrecuperável
01	0954	Armário em aço com duas portas	Irrecuperável
01	1038	Armário em aço com duas portas	Irrecuperável
01	1298	Armário em aço com duas portas	Irrecuperável
01	1390	Armário em aço com duas portas	Irrecuperável
01	1405	Armário em aço com quatro gavetas	Irrecuperável
01	1449	Armário em aço de duas portas	Irrecuperável
01	1922	Arquivo em aço com quatro gavetas	Irrecuperável
01	2086	Armário em aço com duas portas	Irrecuperável
01	3211	Armário em aço com quatro gavetas	Irrecuperável
01	3952	Arquivo em aço com quatro gavetas	Irrecuperável
01	3997	Arquivo em aço com cinco gavetas	Irrecuperável
01	4128	Arquivo em aço com quatro gavetas	Irrecuperável
01	6967	Arquivo em aço com quatro gavetas	Irrecuperável
01	6968	Arquivo em aço com quatro gavetas	Irrecuperável

01	6969	Arquivo fichário em aço com duas gavetas	Irrecuperável
01	6972	Arquivo em aço com quatro gavetas	Irrecuperável
01	1389	Armário em fórmica com duas portas	Irrecuperável
01	4211	Armário em fórmica com duas portas	Irrecuperável
01	8666	Armário fechado com duas portas	Irrecuperável
01	3940	Armário em Eucatex com duas portas de correr	Irrecuperável
01	3944	Armário em Eucatex com duas portas de correr	Irrecuperável
01	4004	Armário em Eucatex com quatro portas	Irrecuperável
01	4105	Armário em Eucatex com duas portas	Irrecuperável
01	4107	Armário em Eucatex	Irrecuperável
01	4108	Armário em Eucatex com duas portas de correr	Irrecuperável
01	4110	Armário em Eucatex com duas portas	Irrecuperável
01	4256	Armário em Eucatex	Irrecuperável
01	8569	Armário com duas portas com chave, com três prateleiras internas	Irrecuperável
01	5031	Armário em MDF com nove portas e cinco gavetas	Irrecuperável
01	5929	Armário em MDF de duas portas com chave	Irrecuperável
01	6890	Armário em MDF de duas portas com chave	Irrecuperável
01	6892	Armário em MDF de duas portas com chave	Irrecuperável
01	6971	Armário em MDF com duas portas e chave	Irrecuperável
01	8222	Armário em MDF de duas portas com chave, na cor bege	Irrecuperável
01	8698	Armário em MDF com duas portas	Irrecuperável
01	8699	Armário em MDF com duas portas	Irrecuperável
01	0458	Mesa para reunião em madeira com oito lugares	Irrecuperável
01	1448	Mesa para reunião em madeira com seis lugares	Irrecuperável
01	2073	Mesa em madeira de oito lugares	Irrecuperável
01	4055	Mesa em madeira com seis lugares	Irrecuperável
01	0568	Mesinha em madeira	Irrecuperável
01	3003	Mesinha em madeira	Irrecuperável
01	3981	Mesinha em madeira	Irrecuperável
01	4153	Mesinha em madeira	Irrecuperável
01	4210	Mesinha em madeira	Irrecuperável
01	4421	Mesinha de centro em madeira	Irrecuperável
01	7540	Mesinha de centro em madeira	Irrecuperável

01	2050	Mesa para impressora em MDF	Irrecuperável
01	3999	Mesinha para impressora em MDF	Obsoleto
01	4149	Mesa para impressora em MDF	Irrecuperável
01	2051	Mesa para computador com MDF com três gavetas	Irrecuperável
01	4002	Mesa para computador em MDF	Irrecuperável
01	4084	Mesinha para computador em MDF	Irrecuperável
01	4186	Mesa para computador em MDF	Irrecuperável
01	4399	Mesa para computador em MDF	Irrecuperável
01	4478	Mesa para computador em MDF	Irrecuperável
01	4489	Mesa para computador em MDF com duas gavetas	Irrecuperável
01	4937	Mesa para computador em MDF	Irrecuperável
01	5040	Mesa para computador em MDF	Irrecuperável
01	5330	Mesa em MDF quatro lugares/sala de informática	Irrecuperável
01	5428	Mesa para computador em MDF	Irrecuperável
01	6120	Mesa para computador com MDF com três gavetas	Irrecuperável
01	6676	Mesa para computador em MDF	Irrecuperável
01	2309	Mesa em madeira com duas gavetas	Irrecuperável
01	2603	Mesa em madeira	Irrecuperável
01	2663	Mesa em madeira	Irrecuperável
01	3113	Mesa em madeira	Irrecuperável
01	3120	Mesa em madeira	Irrecuperável
01	4055	Mesa em madeira com seis lugares	Irrecuperável
01	4134	Mesa em madeira com três gavetas	Irrecuperável
01	4391	Mesa em madeira	Irrecuperável
01	2824	Mesa em madeira para cozinha	Irrecuperável
01	2829	Mesa em madeira para cozinha	Irrecuperável
01	4011	Mesa em fórmica seis lugares	Irrecuperável
01	2999	Mesa em madeira com tampo de inox/ cozinha	Irrecuperável
01	3112	Mesa em madeira com tampo em formica	Irrecuperável
01	3118	Mesa em madeira com tampo em formica	Irrecuperável
01	3119	Mesa em madeira com tampo em formica	Irrecuperável
01	3121	Mesa em madeira com tampo em formica	Irrecuperável
01	3123	Mesa em madeira com tampo em formica	Irrecuperável
01	3954	Mesinha em fórmica	Irrecuperável
01	3995	Mesinha em ferro para Máquina de escrever	Obsoleto

01	4150	Mesa para computador em fórmica	Irrecuperável
01	4425	Mesa para computador em fórmica	Irrecuperável
01	6692	Mesa para computador em fórmica formato "L" com três gavetas	Irrecuperável
01	6707	Mesa em MDF	Irrecuperável
01	3604	Mesa para escritório em madeira com três gavetas	Irrecuperável
01	3613	Mesa para escritório em madeira com duas gavetas	Irrecuperável
01	3629	Mesa para escritório em madeira com três gavetas	Irrecuperável
01	3783	Mesa para escritório em madeira com duas gavetas	Irrecuperável
01	3816	Mesa para escritório em madeira com três gavetas	Irrecuperável
01	3921	Mesa para escritório em madeira com duas gavetas	Irrecuperável
01	3929	Mesa para escritório em madeira com duas gavetas	Irrecuperável
01	3956	Mesa para escritório em madeira com seis gavetas	Irrecuperável
01	3957	Mesa para escritório em madeira com duas gavetas	Irrecuperável
01	3992	Mesa para escritório em madeira com três gavetas	Irrecuperável
01	4174	Mesa para escritório em madeira com seis gavetas	Irrecuperável
01	4193	Mesa para escritório em madeira com três gavetas	Irrecuperável
01	4433	Mesa para escritório em madeira com três gavetas	Irrecuperável
01	5943	Mesa para escritório em madeira com duas gavetas	Irrecuperável
01	6123	Mesa para escritório em madeira com três gavetas	Irrecuperável
01	4202	Mesa para escritório em fórmica com seis gavetas	Irrecuperável
01	4527	Mesa para escritório em MDF, formato em "L", com três gavetas	Irrecuperável
01	6692	Mesa para computador em fórmica formato "L" com três gavetas	Irrecuperável
01	6874	Mesa p/ escritório em MDF, formato em "L", com quatro gavetas	Irrecuperável
01	6898	Mesa para escritório em formato "L" com duas gavetas	Irrecuperável
01	6899	Mesa para escritório em formato "L" com duas gavetas	Irrecuperável
01	8582	Conjunto de mesa em "L", revestida em fórmica na cor azul	Irrecuperável
01	8673	Conjunto de mesa em "L"	Irrecuperável
01	7122	Mesa para computador 1,20X0,60X0,75 com teclado rebaixado	Irrecuperável

01	7131	Mesa para computador 1,20X0,60X0,75 com teclado rebaixado	Irrecuperável
01	7142	Mesa para computador 1,20X0,60X0,75 com teclado rebaixado	Irrecuperável
01	7145	Mesa para computador 1,20X0,60X0,75 com teclado rebaixado	Irrecuperável
01	7151	Mesa para computador 1,20X0,60X0,75 com teclado rebaixado	Irrecuperável
01	9296	Mesa com tampo em MDF, estrutura em tubo industrial	Irrecuperável
01	4634	Mesa para escritório em MDF com três gavetas	Irrecuperável
01	5367	Mesa para escritório em MDF com três gavetas	Irrecuperável
01	6706	Mesa para escritório em MDF com três gavetas	Irrecuperável
01	6717	Mesa para escritório em MDF com três gavetas	Irrecuperável
01	6785	Mesa para escritório em MDF com três gavetas	Irrecuperável
01	6803	Mesa para escritório em MDF com três gavetas	Irrecuperável
01	7121	Mesa em melaminia cor branca de 1,50X0,60X0,75, com três gavetas	Irrecuperável
01	8040	Mesa em MDF e acabamento em melaminia, na cor branca	Irrecuperável
01	0509	Balcão em madeira com duas portas e quatro gavetas	Irrecuperável
01	1905	Balcão em madeira com quatro portas de corre e quatro gavetas	Irrecuperável
01	2675	Balcão em madeira com duas portas	Irrecuperável
01	2835	Balcão pia em madeira 11 portas, bacia em inox com duas cubas	Irrecuperável
01	2892	Balcão em madeira com uma porta	Irrecuperável
01	2907	Balcão em madeira com duas portas	Irrecuperável
01	2953	Balcão em madeira com duas portas	Irrecuperável
01	3935	Balcão em madeira com tampo em fórmica	Irrecuperável
01	4012	Balcão em madeira com duas portas e duas gavetas	Irrecuperável
01	4394	Balcão em madeira com duas portas	Irrecuperável
01	4411	Balcão em madeira com duas portas e uma gaveta	Irrecuperável
01	4443	Balcão em madeira com cinco portas	Irrecuperável
01	5032	Balcão em MDF com quatro portas de correr e cinco gavetas	Irrecuperável
01	5155	Balcão em madeira com rodinhas	Irrecuperável

01	5769	Balcão em madeira com duas portas de correr	Irrecuperável
01	5771	Balcão em madeira com duas portas de correr	Irrecuperável
01	7604	Balcão baixo em aglomerado na cor azul	Irrecuperável
01	9481	Balcão Regale	Irrecuperável
01	4143	Balcão em Eucatex com quatro portas de correr	Irrecuperável
01	5228	Balcão em fórmica com quatro portas e cinco gavetas	Irrecuperável
01	1547	Suporte para TV, DVD e vídeo em ferro	Irrecuperável
01	5765	Suporte para TV, DVD e vídeo em ferro	Irrecuperável
01	4199	Banco estofado em corvin com dois lugares	Irrecuperável
01	6092	Banco em ferro estofado em corvin	Irrecuperável
01	4124	Gaveteiro em MDF com quatro gavetas	Irrecuperável
01	4360	Bancada em MDF com dois lugares	Irrecuperável
01	4361	Bancada em MDF com dois lugares	Irrecuperável
01	7216	Bancada em MDF com dois lugares	Irrecuperável
01	7217	Bancada em MDF com dois lugares	Irrecuperável
01	5290	Bancada para computador em MDF com cinco lugares	Irrecuperável
01	5291	Bancada para computador em MDF com cinco lugares	Irrecuperável
01	3842	Porta bandeira em madeira	Irrecuperável
01	4005	Armário em vidro porta bandeira	Irrecuperável
01	4528	Porta bandeira em madeira	Irrecuperável
01	6495	Mesa em madeira com tampo em granito com 0,75m de altura	Irrecuperável
01	6452	Banqueta em ferro estofada em corvin	Irrecuperável
01	7529	Escrivaninha em madeira com três gavetas	Irrecuperável
01	7530	Escrivaninha em madeira com três gavetas	Irrecuperável
01	7531	Escrivaninha em madeira com três gavetas	Irrecuperável
01	7532	Escrivaninha em madeira com três gavetas	Irrecuperável
01	7533	Escrivaninha em madeira com três gavetas	Irrecuperável

01	7534	Escritivaninha em madeira com três gavetas	Irrecuperável
01	7538	Escritivaninha em madeira com três gavetas	Irrecuperável
01	8217	Escritivaninha em MDF na cor branca	Irrecuperável
01	8293	Escritivaninha em MDF na cor branca	Irrecuperável
01	6791	Rack em MDF	Irrecuperável

ANEXO V Eletrodomésticos

Quant.	nº. de Pat.	Descrição	Qualificação
01	0616	Ventilador de teto marca Tron	Irrecuperável
01	1299	Ventilador de teto marca Loren Sid	Irrecuperável
01	1300	Ventilador de teto marca Loren Sid	Irrecuperável
01	1553	Ventilador de teto marca Loren Sid	Irrecuperável
01	1554	Ventilador de teto marca Loren Sid	Irrecuperável
01	1620	Ventilador de teto marca Loren Sid	Irrecuperável
01	1621	Ventilador de teto marca Loren Sid	Irrecuperável
01	1677	Ventilador de teto marca Loren Sid	Irrecuperável
01	1678	Ventilador de teto marca Loren Sid	Irrecuperável
01	1870	Ventilador de teto marca Loren Sid	Irrecuperável
01	1871	Ventilador de teto marca Loren Sid	Irrecuperável
01	1993	Ventilador de teto marca Loren Sid	Irrecuperável
01	2090	Ventilador de teto marca Loren Sid	Irrecuperável
01	2225	Ventilador de teto marca Loren Sid	Irrecuperável
01	2226	Ventilador de teto marca Loren Sid	Irrecuperável
01	2312	Ventilador de teto marca Loren Sid	Irrecuperável
01	2370	Ventilador de teto marca Loren Sid	Irrecuperável
01	2554	Ventilador de teto marca Loren Sid	Irrecuperável
01	2555	Ventilador de teto marca Loren Sid	Irrecuperável
01	2565	Ventilador de teto marca Tron	Irrecuperável
01	3132	Ventilador de teto	Irrecuperável
01	1425	Ventilador de parede marca Brisa	Irrecuperável
01	1450	Ventilador de parede marca Brisa	Irrecuperável
01	5269	Ventilador de parede marca Tron	Irrecuperável
01	5292	Ventilador de parede marca Tron	Irrecuperável
01	5354	Ventilador de parede marca Tron	Irrecuperável
01	5569	Ventilador de parede marca Tron	Irrecuperável
01	5600	Ventilador de parede marca Tron	Irrecuperável
01	5601	Ventilador de parede marca Tron	Irrecuperável
01	5607	Ventilador de parede marca Tron	Irrecuperável
01	5617	Ventilador de parede marca Arge	Irrecuperável
01	5655	Ventilador de parede marca Arge	Irrecuperável
01	5692	Ventilador de parede	Irrecuperável
01	5699	Ventilador de parede marca Tron	Irrecuperável
01	5711	Ventilador de parede marca Tron	Irrecuperável
01	5755	Ventilador de parede marca Arge	Irrecuperável
01	2608	Ventilador marca Britânia	Irrecuperável

01	2819	Ventilador marca Britânia	Irrecuperável
01	2820	Ventilador marca Britânia	Irrecuperável
01	2821	Ventilador marca Britânia	Irrecuperável
01	2952	Ventilador marca Britânia	Irrecuperável
01	3183	Ventilador marca Britânia	Irrecuperável
01	5359	Ventilador marca Britânia	Irrecuperável
01	5415	Ventilador marca Britânia	Irrecuperável
01	5880	Ventilador marca Britânia	Irrecuperável
01	6679	Ventilador marca Britânia	Irrecuperável
01	7568	Ventilador Mallory Boreal 30 cm	Irrecuperável
01	7577	Ventilador ventus marca Britânia 30 cm	Irrecuperável
01	0511	Refrigerador marca Consul de 280L	Irrecuperável
01	2303	Refrigerador marca Consul	Irrecuperável
01	2684	Refrigerador marca Steigleder	Irrecuperável
01	2834	Refrigerador marca Prosdócimo de 340L	Irrecuperável
01	3203	Refrigerador marca Eletrolux	Irrecuperável
01	4008	Refrigerador marca Consul	Irrecuperável
01	5611	Refrigerador marca Prosdócimo	Irrecuperável
01	8983	Refrigerador 260L, marca Eletrolux	Irrecuperável
01	1878	Freezer de coluna marca Prosdócimo	Irrecuperável
01	2983	Freezer marca Consul	Irrecuperável
01	4814	Freezer marca Eletrolux H500 litros	Irrecuperável
01	5176	Freezer marca Eletrolux de 210L	Irrecuperável
01	9443	Freezer horizontal, modelo H210 na cor branca	Irrecuperável
01	6767	Frigobar marca Eletrolux, de 130 litros	Irrecuperável
01	1263	Fogão industrial a gás de duas bocas	Irrecuperável
01	2308	Fogão industrial duas bocas	Irrecuperável
01	4219	Fogão industrial com duas bocas marca Geral	Irrecuperável
01	6771	Fogão a gás quatro bocas marca Dako	Antieconômico
01	2686	Fogão industrial quatro bocas marca Dako	Irrecuperável
01	2830	Fogão industrial quatro bocas	Irrecuperável
01	5567	Fogão industrial marca Dako quatro bocas	Irrecuperável
01	2700	Bebedouro marca Master Frio	Irrecuperável
01	2818	Bebedouro marca Master Frio	Irrecuperável
01	3219	Bebedouro marca Belliere	Irrecuperável
01	5233	Bebedouro refrigerado	Irrecuperável
01	5418	Bebedouro marca Master Frio	Irrecuperável
01	5448	Bebedouro marca Advanced	Irrecuperável
01	6987	Bebedouro marca Master Frio	Irrecuperável

01	7931	Bebedouro Icy na cor branca, marca Latina	Irrecuperável
01	8799	Bebedouro de pressão, marca Latina, com capacidade de 5.200L	Irrecuperável
01	9446	Purificador de água marca Latina	Irrecuperável
01	4023	Aparelho de ar condicionado marca Consul 10.000	Obsoleto
01	4063	Aparelho de ar condicionado marca Consul 10.000	Obsoleto
01	4145	Aparelho de ar condicionado marca Consul 7.500	Obsoleto
01	4369	Aparelho de ar condicionado marca consul 10.000BTUS	Obsoleto
01	4520	Aparelho de ar condicionado marca Consul 18.000BTUS	Obsoleto
01	6786	Aparelho de ar condicionado marca Eletrolux 7500	Obsoleto
01	6839	Aparelho de ar condicionado marca Eletrolux 7500	Obsoleto
01	6867	Aparelho de ar condicionado marca Eletrolux 7500	Obsoleto
01	7220	Climatizador de ar marca Eletrolux	Irrecuperável
01	8117	Climatizador de ar 12.000 BTUS modelo Split	Irrecuperável
01	8443	Climatizador de ar Mitsuo 12.000BTUS	Irrecuperável
01	8703	Climatizador de ar 12.000BTUS marca Austin	Irrecuperável
01	8704	Climatizador de ar 12.000BTUS marca Austin	Irrecuperável
01	8742	Climatizador de ar 9.000BTUS marca Austin	Irrecuperável
01	8788	Climatizador de ar 9.000 BTUS marca Gree	Irrecuperável
01	8986	Climatizador de ar Eletrolux 9.000BTUS	Irrecuperável
01	9331	Climatizador de ar 60.000BTUS marca Austin	Irrecuperável
01	9339	Climatizador de ar 9.000BTUS marca Austin	Irrecuperável
01	8718	Cortina de ar 1.200 220v com 1.20m	Irrecuperável
01	0515	Batedeira marca Britania	Antieconômico
01	2557	Batedeira marca Britânia	Antieconômico
01	3173	Batedeira planetária marca Arno	Irrecuperável
01	5424	Batedeira marca Britânia	Irrecuperável
01	5613	Batedeira planetária marca Arno	Irrecuperável
01	5712	Batedeira marca Britânia	Irrecuperável
01	5739	Batedeira marca Walita	Irrecuperável
01	1267	Liquidificador marca Walita	Antieconômico
01	5230	Liquidificador marca Britânia	Antieconômico
01	5387	Liquidificador marca Arno	Antieconômico
01	5423	Liquidificador marca Britânia	Irrecuperável
01	5738	Liquidificador marca Walita	Irrecuperável

01	7527	Liquidificador industrial três velocidades	Irrecuperável
01	2696	Espremedor de frutas marca Black e Decker	Irrecuperável
01	2304	Forno elétrico marca ITC	Antieconômico
01	2683	Forno elétrico marca ITC	Antieconômico
01	2986	Forno elétrico marca Nardelli	Antieconômico
01	5369	Forno elétrico marca Electrolux me 285	Irrecuperável
01	6020	Forno elétrico marca Tropical	Irrecuperável
01	8164	Forno elétrico Calabria Grill marca Nardeli	Irrecuperável
01	8769	Forno elétrico Plus, 220v, 44L, na cor preto e branco	Irrecuperável
01	8678	Cafeteira marca Britânia	Irrecuperável
01	2709	Lavadora de roupas marca Mueller	Antieconômico
01	2841	Lavadora de roupas marca Muller	Antieconômico
01	3001	Lavadora de roupas	Antieconômico
01	5013	Lavadora de roupas pop tank marca Estrela	Irrecuperável
01	7189	Lavadora de roupas 4Kg de madeira	Irrecuperável
01	7190	Lavadora de roupas Pop Tank	Irrecuperável
01	8114	Lavadora de roupa Muller Plus, capacidade para 4,5 kg, 220 v	Irrecuperável
01	3176	Sovadeira elétrica	Irrecuperável
01	7222	Centrifuga de roupas Tubo Kim	Irrecuperável
01	8588	Centrifuga Turbo Kin	Irrecuperável
01	8833	Centrifuga de roupas marca Muller	Irrecuperável
01	8834	Centrifuga de roupas marca Muller	Irrecuperável

ANEXO VI

Equipamentos de áudio, vídeo e foto

Quant.	nº. de Pat.	Descrição	Qualificação
01	6694	Aparelho data show marca Sony 3LCD	Irrecuperável
01	6697	Aparelho data show marca Infocus	Irrecuperável
01	8954	Aparelho de data show multimídia marca LG	Irrecuperável
01	1550	Aparelho de som marca Aiwa NSX-5333	Obsoleto
01	1749	Aparelho de som minisystem marca Philips AZ1202	Obsoleto
01	1921	Aparelho de som minisystem marca Philips AZ1050	Obsoleto
01	2031	Aparelho de som minisystem marca Philips AZ 1202	Irrecuperável
01	2307	Aparelho de som minisystem marca Philips AZ 1008	Irrecuperável
01	2651	Aparelho de som minisystem marca Britânia	Irrecuperável
01	2768	Aparelho de som minisystem marca Britânia	Irrecuperável

01	5144	Aparelho de som minisystem marca Philips AZ1222	Irrecuperável
01	5375	Aparelho de som minisystem marca TRC Sound com MP3	Irrecuperável
01	5570	Aparelho de som minisystem marca Diplomat	Irrecuperável
01	5593	Aparelho de som minisystem marca Philips AZ1017	Irrecuperável
01	5714	Aparelho de som minisystem marca Lenox Sound	Irrecuperável
01	5761	Aparelho de som minisystem marca Diplomat	Irrecuperável
01	6787	Aparelho de som minisystem marca Britânia Sound	Irrecuperável
01	6788	Aparelho de som minisystem marca Lenox Sound	Irrecuperável
01	7036	Aparelho de som MD marca Sony MDS JE 480	Irrecuperável
01	7092	Aparelho de som minisystem marca Diplomat	Irrecuperável
01	8241	Aparelho de som minisystem marca Britania	Irrecuperável
01	8243	Aparelho de som minisystem marca Britania	Irrecuperável
01	8927	Aparelho de som minisystem marca Lenox	Irrecuperável
01	8928	Aparelho de som minisystem marca Lenox	Irrecuperável
01	9666	Aparelho de som marca Britânia	Irrecuperável
01	4989	Aparelho de DVD marca Sony	Irrecuperável
01	5229	Aparelho de DVD marca Pro Audio	Irrecuperável
01	5560	Aparelho de DVD marca Omnicom	Irrecuperável
01	5653	Aparelho de DVD marca Philips	Irrecuperável
01	5709	Aparelho de DVD marca Philips	Irrecuperável
01	5764	Aparelho de DVD marca Philips	Irrecuperável
01	6632	Aparelho de DVD marca Midi	Irrecuperável
01	6642	Aparelho de DVD marca Midi	Irrecuperável
01	6790	Aparelho DVD marca Roadstar	Irrecuperável
01	1546	Vídeo cassete marca Panasonic 5 Head	Antieconômico
01	2032	Vídeo cassete marca Sanyo 4 Head	Antieconômico
01	2665	Vídeo cassete marca Panasonic 5 Head	Antieconômico
01	2809	Vídeo cassete marca Panasonic 5 Head	Antieconômico
01	7959	Lousa digital interativa marca Creboard, com tela de 77"	Irrecuperável
01	0469	Retroprojektor marca Visiograf	Antieconômico
01	2030	Retroprojektor marca Visiograf	Antieconômico
01	4320	Retroprojektor marca Visiograf Economy 300	Antieconômico
01	6761	Retroprojektor marca Visiograf VG300H	Antieconômico
01	6933	Retroprojektor marca Grafotec	Antieconômico
01	4974	Câmera digital marca Canon A640 10.0MPXL	Irrecuperável

01	5151	Câmera digital marca Olympus 5.1 megapixels	Irrecuperável
01	7845	Câmera digital marca Fuji 51500	Irrecuperável
01	7847	Câmera digital marca Fuji	Irrecuperável
01	8137	Câmera digital ES60 preta	Irrecuperável
01	8206	Câmera digital D 90, com CCD, formado DX de 12.3 megapixel	Irrecuperável
01	8239	Câmera digital marca Samsung ES60, preta, 12.2MP	Irrecuperável
01	9402	Câmera digital marca Samsung ST67 14.2 MP	Irrecuperável
01	5373	Filmadora marca JVC NV-VJ64PN	Antieconômico
01	0470	Tela para projeção de imagem	Irrecuperável
01	1433	Tela de projeção de imagem	Irrecuperável
01	6673	Tela para projeção de imagem	Irrecuperável
01	6674	Tela para projeção de imagem	Irrecuperável
01	7191	Projektor de slides marca Epson	Antieconômico
01	7268	Projektor de slides marca Epson	Antieconômico
01	7270	Projektor de slides marca Epson	Antieconômico
01	7271	Projektor de slides marca Epson	Antieconômico
01	1552	Caixa de som marca Frahn SS150	Irrecuperável
01	6629	Caixa de som com 1 auto falante, 1 Tweeter e 1 corneta	Irrecuperável
01	6631	Caixa de som com 1 auto falante, 1 Tweeter e 1 corneta	Irrecuperável
01	6638	Caixa de som com 1 auto falante, 1 Tweeter e 1 corneta	Irrecuperável
01	6639	Caixa de som com 1 auto falante, 1 Tweeter e 1 corneta	Irrecuperável
01	6640	Caixa de som com 1 auto falante, 1 Tweeter e 1 corneta	Irrecuperável
01	6641	Caixa de som com 1 auto falante, 1 Tweeter e 1 corneta	Irrecuperável
01	6932	Caixa de som amplificada LL 200	Irrecuperável
01	6626	Equalizador de som marca Appotek GA 15.2	Irrecuperável
01	6628	Amplificador de som marca Dobsom GSA-2400	Irrecuperável
01	7038	Amplificador de som marca Mark Audio MK 4000 Turbo	Irrecuperável
01	6634	Receptor para microfone de cabeça marca Karsect, com microfone	Irrecuperável
01	6637	Receptor para microfone marca Shure, com microfone	Irrecuperável
01	6646	Caixa em MDF para canhão de luz	Irrecuperável
01	6647	Caixa em MDF para canhão de luz	Irrecuperável
01	7040	Microfone profissional	Irrecuperável
01	8937	Transmissor de TV em VHF, modelo VI250P, com potencia de 50WPS	Irrecuperável

01	3840	Mesa de som marca Wattsom MSM 8	Irrecuperável
01	6624	Mesa de som marca Staner Bux-12	Irrecuperável
01	6919	Mesa de som marca Wattsom MXS 6II	Irrecuperável

ANEXO VII Demais Bens

Quant.	nº. de Pat.	Descrição	Qualificação
01	4818	Balança marca São Sebastião, com capacidade de 05kg	Irrecuperável
01	8968	Estação de solda modelo Hobby 220v, TS-900, marca Toyo	Irrecuperável
01	9082	Aparelho mini-compressor de ar portátil, com motor elétrico	Irrecuperável
01	8282	Kit CFTV de monitoramento	Obsoleto
01	4429	Receptor de parabólica marca Century USR 1900	Antieconômico
01	5029	Receptor de parabólica marca Century	Antieconômico
01	4470	Desumidificador de papel marca Menno	Irrecuperável
01	4961	Central de alarme marca Sulton RXM	Irrecuperável
01	7088	Central de alarme com seis sensores, duas sirenes e acessórios	Irrecuperável
01	5016	Roçadeira marca Tramontina	Irrecuperável
01	5025	Episcopio marca Grafoscope	Antieconômico
01	6666	Episcopio marca Grafoscope	Antieconômico
01	3177	Furadeira marca Bosch GSB 19-2	Irrecuperável
01	8159	Furadeira profissional GSB13 eletrônica, marca Bosch	Irrecuperável
01	3198	Lava jato marca X230	Irrecuperável
01	5015	Lava jato marca Jacto 6200	Irrecuperável
01	5390	Lava jato marca Stihl	Irrecuperável
01	7025	Lava-jato marca Gong	Irrecuperável
01	8259	Lava jato 1800 LB com enrolador de mangueira	Irrecuperável
01	8537	Lava jato 1800 Watts marca Vulcar	Irrecuperável
01	9442	Guilhotina com capacidade de corte para 20 folhas	Irrecuperável
01	3698	Morça	Antieconômico

ANEXO VIII

CERTIDÃO

Eu, Aline Carina Pöttker, servidora pública municipal, matrícula nº 959801, responsável pelo Departamento de Patrimônio, CERTIFICO que a descrição dos bens constantes nos anexos I a VII foi feita de acordo com o que consta na descrição de cada bem no sistema Betha Patrimônio, sendo que nem todos possuem identificação como marca, modelo, etc.. Em razão do prazo decorrido desde o cadastro dos bens há dificuldade em complementar esses cadastros falhos.

Ainda, certifico de que quando indicado a quantidade de teclados para computador, no anexo II, deixou-se de mencionar o número de patrimônio, visto que estes itens não são identificados com numeração, por serem parte integrante dos microcomputadores.

ALINE CARINA POTTKER

Mat. 959801

Responsável pelo Setor de Patrimônio

Município de Palmitos/SC

Passo de Torres

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO PREF Nº 141/2014

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 141/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE

PASSO DE TORRES

CONTRATADA: COOPERATIVA DE ELETRICIDADE

PRAIA GRANDE - CEPRAG

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO

PERTINENTE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DE MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO

PÚBLICA DO MUNICÍPIO ESTIMADA EM 150 HORAS

DURANTE EXERCÍCIO DE 2014.

VALOR: R\$ 2.000,00

VIGÊNCIA: 31/12/2014

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

(134) 3.3.90.00.00.00.00 0100

PASSO DE TORRES, 06 DE OUTUBRO DE 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 142/2014

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 142/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE

PASSO DE TORRES

CONTRATADA: CORETRANS COLETORA DE RESÍDUOS E

TRANSPORTES LTDA

OBJETO: COLETA MANUAL E MECANIZADA E TRANSPORTE

DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS

COM SERVIÇO DE TRIAGEM, COMPOSTAGEM COM

TRATAMENTO ORGÂNICO E DESTINAÇÃO FINAL DE

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS CONFORME LEI Nº 12.305,

DE 2 DE AGOSTO DE 2010, ART. 3º, VII, QUE INSTITUI A

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

VALOR: R\$ 51.750,00

VIGÊNCIA: 31/12/2014

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93

LICITAÇÃO: PR 88/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

(131) 2.048 3.3.90.00.00.00.00 0100

PASSO DE TORRES, 16 DE OUTUBRO DE 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 143/2014

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 143/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE

PASSO DE TORRES

CONTRATADA: LUCIANO BITENCOURT BATISTA - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E

ESCOLAS MUNICIPAIS

VALOR: R\$ 23.730,50

VIGÊNCIA: 31/12/2014

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93

LICITAÇÃO: PR 89/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

(131) 2.048 3.3.90.00.00.00.00 0100

(33) 2.010 3.3.90.00.00.00.00 0058

PASSO DE TORRES, 17 DE OUTUBRO DE 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 144/2014

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 144/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE

PASSO DE TORRES

CONTRATADA: AMANDA COMÉRCIO DE PAPÉIS E

EMBALAGENS LTDA - EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO

NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS MUNICIPAIS

DE PASSO DE TORRES/SC

VALOR: R\$ 17.165,27

VIGÊNCIA: 31/12/2014

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93

LICITAÇÃO: PR 91/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

(33) 3.3.90.00.00.00.00 0058

(35) 3.3.90.00.00.00.00 0062

PASSO DE TORRES, 22 DE OUTUBRO DE 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 145/2014

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 145/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE

PASSO DE TORRES

CONTRATADA: ANA PAULA BARBOSA

OBJETO: MINISTRAÇÃO DE AULAS PARA

CONFECIONAR GUIRLANDAS DE NATAL E

OUTROS ACESSÓRIOS DE MOTIVO NATALINO,

COM PÚBLICO ALVO IDOSOS, ADULTOS E JOVENS

DOMICILIADAS (O) NO MUNICÍPIO E QUE POSSAM

VIABILIZAR A PROMOÇÃO DA SAÚDE, DA QUALIDADE

DE VIDA E DA AUTOESTIMA. CONFORME PROJETO " NATAL ".

VALOR: R\$ 480,00

VIGÊNCIA: 23/12/2014

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

(79) 2.034 3.3.90.00.00.00.00 0052

PASSO DE TORRES, 23 DE OUTUBRO DE 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 146/2014

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 146/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE

PASSO DE TORRES

CONTRATADA: ADRIANA ROSPA XAVIER

OBJETO: MINISTRAÇÃO DE AULAS DE BISCUIT,

PARA OS ALUNOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA

E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV.

CONFORME PROJETO "CONVIVENDO E APRENDENDO.

" OFICINA DE BISCUIT".

VALOR: R\$ 960,00

VIGÊNCIA: 31/12/2014
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
(79) 2.034 3.3.90.00.00.00.00 0052

PASSO DE TORRES, 31 DE OUTUBRO DE 2014.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 147/2014

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 147/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
CONTRATADA: BERENICE BEATRIZ BACKHAUS
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA DAR ASSESSORIA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, PARA GESTÃO NO SISTEMA SUA WEB E PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS; ORIENTAÇÃO E ENCAMINHAMENTOS DE ACORDO COM A DEMANDA APRESENTADA PELAS FAMÍLIAS; ARTICULAÇÃO DOS SERVIÇOS DESENVOLVIDOS PELA REDE SÓCIO ASSISTENCIAL; E SUPORTE PARA OS EQUIPAMENTOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
VALOR: R\$ 4.231,00
VIGÊNCIA: 31/12/2014
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
(79) 2.034 3.3.90.00.00.00.00 0052

PASSO DE TORRES, 05 DE NOVEMBRO DE 2014.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 148/2014

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 148/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
CONTRATADA: STANIK IND.COM. MÓVEIS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOVEIS PARA USO DESTE CENTRO ADMINISTRATIVO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESCOLAS MUNICIPAIS E SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTOS DE VINCULOS DE PASSO DE TORRES/SC
VALOR: R\$ 28.045,47
VIGÊNCIA: 31/12/2014
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93
LICITAÇÃO: 92/2014 CV
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
4.4.90.00.00.00.00.00 0100 (16)
4.4.90.00.00.00.00.00 0695 (39)
4.4.90.00.00.00.00.00 0149 (173)
4.4.90.00.00.00.00.00 0695 (49)

PASSO DE TORRES, 05 DE NOVEMBRO DE 2014.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 149/2014

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 149/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
CONTRATADA: ISADORA ANDRIOLI DA SILVA
OBJETO: MINISTRAÇÃO DE AULAS DE MANICURE E PEDICURE, PARA DESENVOLVER ATIVIDADES COM PESSOAS DA COMUNIDADE QUE POSSAM VIABILIZAR A PROMOÇÃO DA SAÚDE, DA QUALIDADE DE VIDA E DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL ATRAVÉS DE OFICINAS GERADORAS DE RENDA E DE PROMOÇÃO SOCIAL. CONFORME PROJETO "OFICINA E EMBELEZAMENTO".
VALOR: R\$ 1.114,00
VIGÊNCIA: 31/12/2014
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
(79) 2.034 3.3.90.00.00.00.00 0052

PASSO DE TORRES, 05 DE NOVEMBRO DE 2014.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO DE CONTRATO FMS Nº 08/2014

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 08/2014
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES
CONTRATADA: ANA PAULA CARDOSO KJILLIN ME
OBJETO: FICA ACORDADO ENTRE AS PARTES CONTRATANTES, E DE ACORDO COM O PREVISTO NA CLAUSULA SEGUNDA O ADITIVO DE PREÇO DO COMBUSTIVEL, OLEO DIESEL FICA ADITIVADO EM 0,119 CENTAVOS, VALOR INICIAL R\$ 2,20 PASSANDO PARA R\$ 2,319 PREÇO POR LITRO, E AGASOLINA COMUM EM 0,089 CENTAVOS, VALOR INICIAL R\$ 2,67 PASSANDO PARA R\$ 2,759 PREÇO POR LITRO, MANTIDA AS DEMAIS CONDIÇÕES ESTIPULADAS NO REFEREIDO CONTRATO.
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93 E LICITAÇÃO PR 05/2014.

PASSO DE TORRES, 10 DE NOVEMBRO DE 2014.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE RECISÃO DO CONTRATO PMPT Nº 146/2014

EXTRATO TERMO RECISÃO CONTRATO Nº 146/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
CONTRATADA: ADRIANA ROSPA XAVIER
OBJETO: FICA RESCINDIDO DE COMUM ACORDO ENTRE AS PARTES O CONTRATO Nº 146/2014 O MONTANTE DE R\$ 640,00 (SEISCENTOS E QUARENTA REAIS) A CONTAR COM A DATA DE 19/11/2014, ANULANDO-SE O SALDO DO EMPENHO Nº 2304/2014
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93

PASSO DE TORRES, 19 DE NOVEMBRO DE 2014.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

Passos Maia

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº. 0096/2014

EXTRATO CONTRATO n. 0096/2014

PROCESSO LICITATORIO n. 0059/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO n. 0015/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: SEVILLE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI - EPP

Objeto: O presente instrumento contratual tem como objeto a prestação de serviços de segurança privada a ser realizado no Festival da Canção Passosmaiese - FECAP, nos seguintes dias e horários: a) das 19h00m do dia 05/12 até à 02h00m do dia 06/12, b) das 21h00m do dia 06/12 até às 05h00m.

Valor: Pelos serviços e produtos a serem prestados, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 3.100,00 (três mil e sem reais).

Vigência: O presente contrato vigorará até o dia 07 de dezembro de 2014.

Passos Maia, SC, 21 de novembro de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 0095/2014

EXTRATO CONTRATO n. 0095/2014

PROCESSO LICITATORIO n. 0058/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO n. 0014/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: ELTON INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA

Objeto: O presente instrumento contratual tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de instalação, manutenção, retirada e assistência técnica da decoração e iluminação natalina na Praça Municipal 12 de Dezembro, e demais prédios públicos.

Valor: Pelos serviços e produtos a serem prestados, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais).

Vigência: O presente contrato vigorará até o dia 31 de dezembro de 2014.

Passos Maia, SC, 21 de novembro de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

LEI Nº 739, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 739, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a presente Lei:

Art. 1º. Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2015, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e

na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I - metas e prioridades da administração municipal;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - das metas fiscais; e

VII - das disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º. Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, subfunção e programa às quais se vinculam.

Art. 4º. A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com as Portarias conjuntas do STN, e despesas em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa;

IV - Programa de Trabalho;

V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade, podendo ser indicado o seu desdobramento por Elemento e/ou Sub-Elemento, segundo cada Unidade Orçamentária;

IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;

XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portarias conjuntas do STN.

Art. 5º. O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, e dos Fundos Municipais, abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);
- Fundo Municipal de Assistência Social (centralizado);
- Fundo Municipal da Criança e da Adolescência (centralizado);

Art. 6º. mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

- I - Texto da Lei;
- II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2011a 2013, fixada para 2014 e projetada para 2015 a 2017;
- III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2013 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2015 a 2017;
- IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;
- V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;
- VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2011 a 2013;
- VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2015;
- VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2011 a 2013, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;
- IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º. O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2015 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º. Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2015, excluídas as previsões de convênios, operações

de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º. Se a receita estimada para o exercício de 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

- I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com horas extras;
- III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV - redução dos investimentos programados;
- V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;
- VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11. A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não poderá exceder, no exercício de 2015 a 10%(Dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2015.

Art. 12. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13. O Orçamento para o exercício de 2015, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexos desta Lei.

Art. 14. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15. Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

- I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;
- II - publicar, até 30 (trinta) dias, após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;
- III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas

fiscais, em audiência pública.

Art. 16. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17. As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2015, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18. A transferência de recursos do Tesouro Municipal, a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em 2015, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20. As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22. Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2015, a preços correntes.

Art. 24. O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição

Federal.

Art. 25. Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26. O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27. Obedecidos os limites, estabelecido sem Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2015, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28. As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29. A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30. O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33. O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34. Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35. A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39. O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40. Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41. O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2015, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42. Até o dia 30 de Outubro de 2014, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2015.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2014, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a;

- Anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43. O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44. Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) - Demonstrativo I - Metas anuais;
- b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;
- d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;
- g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;
- j) - Demonstrativos das receitas e despesas.

Art. 45. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de novembro de 2014.

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado em data supra.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

LEI Nº 740, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 740, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal sanciona a presente Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. Fica estimada a receita e fixada a despesa do Município de Passos Maia para o exercício de 2015.

Art. 2º. O Orçamento Geral do Município de Passos Maia, para exercício de 2015, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 16.510.200,00 (dezesseis milhões, quinhentos e dez mil e duzentos reais).

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 3º. O orçamento da do Município para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 15.190.000,00 (quinze milhões, cento e noventa mil reais) e a Despesa Orçamentária em R\$ 11.779.881,00 (onze milhões, setecentos e setenta e nove mil, oitocentos e oitenta e um reais), e Despesa Financeira de R\$ 3.410.119,00 (três milhões, quatrocentos e dez mil, cento e dezenove reais).

§ 1º - A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	15.189.985,00
1.1- Receita Tributária	814.200,00
1.2- Receitas de Contribuições	57.200,00
1.3- Receita Patrimonial	238.015,00
1.4- Receita Agropecuária	25.000,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	137.500,00
17-Transferências Correntes	13.824.680,00
1.9- Outras Receitas Correntes	93.390,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	15,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	15,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	15.190.000,00

§ 2º - A despesa do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	10.889.716,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	6.254.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	35.000,00
3.3- Outras Despesas Correntes	4.600.716,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	868.165,00

4.4- Investimentos	522.165,00
4.5- Inversões Financeiras	301.000,00
4.6- Amortização da Dívida	45.000,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.000,00
9.9- Reserva de Contingência	22.000,00
- TRANSF. FINANCEIRAS AS FUN- DOS MUNICIPAIS	3.410.119,00
- Fundo Municipal da Saúde	2.610.119,00
- Câmara Municipal de Vereadores	800.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	15.190.000,00

§ 3º - O orçamento do Fundo Municipal da Saúde e do Poder Legislativo para o exercício de 2015 estima a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

I - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE:

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	1.320.198,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	10.340,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	1.309.858,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	0,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	2,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	2,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PRE- FEITURA	2.610.119,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	2.610.119,00
TOTAL	3.930.319,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	3.830.907,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	2.356.600,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	1.474.307,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	99.412,00
4.4- Investimentos	99.412,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	3.930.319,00

II - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES:

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PRE-FEITURA	800.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	800.000,00
TOTAL	800.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	663.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	528.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	135.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	137.000,00
4.4- Investimentos	8.500,00
4.5- Inversões Financeiras	128.500,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	800.000,00

Art. 4º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de intempéries da natureza conforme anexo IX da LDO:

UNIDADE GESTORA: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

I - Passivo Contingente	0,00
II - Intempéries	22.000,00
III - Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV - Obtenção de Resultado Primário	0,00
V - Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	22.000,00

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º- Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 5º. O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 40% da Despesa estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único: Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício, e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se

estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º. Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas prioritizados nesta lei.

Art. 8º. Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 10º. Esta Lei entra em vigor no dia 2 de janeiro de 2015.

Gabinete do Prefeito, 20 de novembro de 2014.

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado em data supra.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

LEI Nº 741, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 741, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a presente Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o chefe do poder executivo, nos termos da presente lei, abrir crédito especial no orçamento de 2015, no valor de R\$ 149.000,00 (cento e quarenta e nove mil reais) na seguinte programação de despesa:

Código	Secretaria/departamento	
13.01	Fundo Municipal da Saúde	
funcional	Proj./ativ.	descrição
10.301.1001	2.036	Manutenção das atividades do Fundo da Saúde
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.93.00.00	01.02	145.000,00
3.1.71.00.00	01.02	4.000,00
TOTAL		149.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º, será anulada dotação dentro do orçamento vigente para o exercício de 2015 nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento	
13.01	Fundo Municipal da Saúde	
funcional	Proj./ativ.	descrição
10.301.1001	2.026	Manutenção das atividades da Saúde
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.71.00.00	01.02	130.000,00
3.3.90.00.00	01.02	19.000,00
TOTAL		149.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor no dia 2 de Janeiro de 2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de novembro de 2014.

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado em data supra.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Paulo Lopes

PREFEITURA

PORTARIA Nº 404/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 404/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente Resolve:

DECLARAR ESTÁVEL, a Servidora Pública Municipal, efetiva, Andreza Martinho, brasileira, portadora do CPF nº 038.597.829-40, matrícula nº 10704, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 220 horas mensais, nomeada pela portaria nº 362/2011, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, após conclusão do período de estágio probatório de 14/11/2011 à 14/11/2014.

Município de Paulo Lopes - SC, em 14 de Novembro de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Sabrina Rodrigues de Souza Eger
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 405/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº405/2014

EVANDRO JOAO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao Servidor Público Municipal, Alécio Licínio Pereira, brasileiro, efetivo e estável, portadora do CPF nº 538.543.819-72, matrícula nº 37, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, a disposição na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, no período de 17/11/2014 à 16/12/2014, referente ao quinquênio de 02/06/2007 à 01/06/2012, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 17 de Novembro de 2014.
Evandro Joao dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Sabrina Rodrigues de Souza Eger
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 406/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 406/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, Elizete Zanela dos Santos, brasileira, portadora do CPF nº 625.684.429-72 matrículas nº 15 e 10989, ocupante do Cargo de Professora a disposição da Secretaria Municipal de Educação até 12/01/2015, conforme benefício nº 6080353664 em anexo.

Município de Paulo Lopes-SC, em 18 de Novembro de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Sabrina Rodrigues de Souza Eger
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 407/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 407/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR POR APOSENTADORIA, o Servidor Público Municipal efetivo e estável, Serafim Agostinho, brasileiro, portador do CPF nº 522.155.989-72, matrícula nº. 996, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, junto ao Regime Geral de Previdência Social, por invalidez conforme benefício nº 6083.6391-86.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Novembro de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Sabrina Rodrigues de Souza Eger
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 408/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 408/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal vigente, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL, de A para B, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, brasileira, Andreza Martinho,

portador do CPF nº 038.597.829-40 matrícula nº 10704 a disposição na Secretaria Municipal de Educação.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Novembro 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Sabrina Rodrigues de Souza Eger
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 409/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 409/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL POR NIVEL VERTICAL, Especialização, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Juliana Marques Moraes, brasileira, portadora do CPF nº 042.339.639-05, matrícula nº 10239, ocupante do Cargo de Professora, carga horária 10h semanais, com vínculo junto a Secretaria Municipal de Educação.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Novembro de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Sabrina Rodrigues de Souza Eger
Secretária Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

DECRETO Nº 2122/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2122/2014

NOMEIA: o Sr. EVALDO EREDES DOS NAVEGANTES, ao cargo em comissão de SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, da Secretaria de Planejamento, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 21 de novembro de 2014.
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2123/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2123/2014

NOMEIA: o Sr. ALESSANDRO RUBENS DA SILVA, do cargo em comissão de DIRETOR DE ENGENHARIA, da Secretaria de Planejamento, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 21 de novembro de 2014.
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2124/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2124/2014

EXONERA: a pedido o Sr. MAURICIO OLIVIO BROCKVELD, do cargo em comissão de DIRETOR DO DETRAPEN, do Departamento de Trânsito, da Secretaria de Planejamento, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 21 de novembro de 2014.
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2125

DECRETO Nº 2125 /2014

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE REDUÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, NO VALOR DE R\$-250.000,00 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS), E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$-250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), autorizado pela Lei Municipal nº 2.658 de 19 de novembro de 2013, por conta da redução parcial de dotação orçamentária, destinado a reforçar a seguinte dotação:

Órgão: 10 - Secretaria da Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Ensino
Programa de Trabalho: 12.361.0009

Atividade: 2.023- Funcionamento e manutenção do Ensino Fundamental

Fonte de Recursos: 0.0.0001 - Recursos Próprios

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000/070 - Aplicações diretas ...
..... R\$ 250.000,00

Art.2º - Os recursos necessários para atendimento do presente Decreto de abertura de crédito suplementar correrá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão: 10 - Secretaria da Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Ensino

Programa de Trabalho: 12.361.0009

Atividade: 2.023- Funcionamento e manutenção do Ensino Fundamental

Fonte de Recursos: 0.0.0001 - Recursos Próprios

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0000/073 - Aplicações diretas ...
..... R\$ 250.000,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada suas disposições em contrário.

Penha, 21 de novembro de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino

Secretário da Administração

Petrolândia**PREFEITURA****CONTRATO Nº 63/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 49/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 63/2014

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Petrolândia e a empresa OSNY JAIRO MARTINS ME, CNPJ nº 10.282.533/0001-67. Objeto: LOCAÇÃO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA (COLOCAÇÃO E RETIRADA) PARA DECORAÇÃO NATALINA DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA NO ANO DE 2014. Data: 24/11/2014. Valor da Aquisição: R\$ 25.000,00.

Joel Longen
Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto**PREFEITURA****AVISO DE LEILÃO PÚBLICO Nº 003/ 2014.**

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 003/ 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

O município de PINHEIRO PRETO, SC, com sede na Av. Marechal Arthur Costa e Silva, Nº 111, Centro, cidade de Pinheiro Preto, inscrito no CNPJ SOB nº 82.827.148/0001 69, Telefone (49) 3562 2000, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 09 horas do dia 10 de DEZEMBRO de 2014, tendo como local a CASA DO IDOSO, próximo ao GINÁSIO DE ESPORTES MUNICIPAL, Avenida Marechal Costa e Silva, SN, Centro, Pinheiro Preto, SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Público Oficial Sr. Júlio Ramos Luz, matrícula AARC/162, para venda à vista de bens móveis inservíveis, a saber: LOTE 01: 01 ÔNIBUS MERCEDES BENZ /OF 1315, ano/modelo 1992, Placas LIL 9968, cor branca, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 8.000,00. LOTE 02: 01 CAMINHÃO MERCEDES BENZ/ L 1113, ano/modelo 1976, Placas LZJ 3296, cor azul, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 8.500,00. LOTE 03: 01 ENSILADEIRA JUMIL. LANCE INICIAL R\$ 500,00. LOTE 04: 01 CARRETA AGRÍCOLA. LANCE INICIAL R\$ 50,00. LOTE05: 01 ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO MULLER, VAP 551, Diesel, ano 1986. LANCE INICIAL R\$ 35.000,00. O Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura, ou ainda pelos sites WWW.JULIORAMOS.COM.BR e www.pinheiropreto.Sc.gov.br, ou ainda pelos telefones (49) 3562 2000, (Prefeitura). Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

PINHEIRO PRETO (SC), 20 de novembro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

TERMO ADITIVO 045/2014

(Ementa)

TERMO ADITIVO 045/2014

CONTRATO N.º081/2014

OBJETO: Considerando de a necessidade de realizar fechamento do perímetro do lote com muros e cercas, tendo em vista que fora ampliado o terreno onde se encontra a Creche, há necessidade de aumento da extensão do muro.

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS. nº 002/2014

EMPRESA CONTRATADA: CONSTRUTORA E INCORPORADORA BOTTEGA

VALOR DO CONTRATO: O valor aditado em razão da ampliação da obra é de R\$ 12.029,23 (doze mil, vinte e nove reais e vinte e três centavos).

DATA DO CONTRATO: 21 de novembro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

DECRETO Nº 4.107, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.107, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme artigo 6º da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de Novembro de 2013; considerando o disposto no item 4.2 da Nota Técnica nº 509/2006-GEAAC/CCONT-STN de 27 de Março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, a abrir crédito adicional suplementar pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 36.850,00 (Trinta e seis mil, oitocentos e cinquenta reais) vinculada à destinação de recursos na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

02 - Poder Executivo

02.06 - Secretaria de Transportes e Obras

02.06. 15 - Urbanismo

02.06.15.182 - Defesa Civil

02.06.15.182.0601 - Segurança Municipal

02.06.15.182.0601.2029 - Manutenção Fundo Defesa Civil

3390.0000 - Aplicações Diretas

Fonte: 0124

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior ocorrerão a conta do Repasse de Recurso conforme Portaria nº 262 de 09 de outubro de 2014, Processo nº 590500010532014-17, entre a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Município de Pinheiro Preto, destinado a ações destinadas ao socorro, assistência as vítimas e restabelecimento de serviços essenciais, em cenário de desastres.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Pomerode**PREFEITURA****EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 516/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 516/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAB4271	55255710B	20/11/2007	55250	181 * XV
LXL6177	55192372B	29/10/2007	55410	181 * XVII
MAN1743	55192404B	12/10/2007	54520	181 * VIII
MBT4838	55192459B	16/11/2007	73660	252 * VI
MBW1766	55255703B	20/11/2007	55250	181 * XV
MBW1766	55255729B	29/11/2007	55410	181 * XVII
MCA9070	55255734B	28/11/2007	51850	167
MCF5381	55192461B	16/11/2007	54520	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 226/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 226/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYF1898	54487483A	06/05/2004	51850	167	127.69
LYG1441	54487145A	12/05/2004	50100	162 * I	574.61
LYO0040	55599804A	18/05/2004	54520	181 * VIII	127.69
LYR1082	55599803A	11/05/2004	65990	230 * V	191.53
MAM2030	55599851A	26/04/2004	55410	181 * XVII	53.20
MBD6836	55599802A	03/05/2004	60500	208	191.53
MBM7075	54487484A	06/05/2004	52070	169	53.20
MCD6872	54486973A	05/05/2004	55410	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 370/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 370/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAS5833	55601743A	24/07/2006	53800	181 * I	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 173/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 173/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGW4817	54487210A	01/04/2003	55500	181 * XVIII	85.12
AIS8742	54488272A	13/04/2003	55680	181 * XIX	127.69
LXY6816	54487211A	03/04/2003	57380	186 * II	191.53
LZQ8646	54487256A	15/04/2003	54870	181 * XI	127.69
MAD0434	54487213A	04/04/2003	55250	181 * XV	85.12
MAW7321	54488271A	10/04/2003	59240	203 * I	191.53
MBE2079	54486444A	26/03/2003	57970	191	191.53
MEU7341	54487214A	16/04/2003	61220	214 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 235/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 235/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCK2118 55599969A 01/09/2004 60500 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 265/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 265/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AET3975	55601201A	18/02/2005	73400	252 * IV
AIM9639	55600370A	14/03/2005	51850	167
DCC0093	55600369A	14/03/2005	73660	252 * VI
ICS9574	55601203A	18/02/2005	66700	230 * XIII
LZT1545	55600336A	19/03/2005	51690	165
MBK9048	54488297A	27/02/2005	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 254/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 254/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEN6917	55599695A	05/01/2005	73400	252 * IV
LXF2374	54487340A	05/01/2005	51850	167
LXF2374	54487341A	05/01/2005	73400	252 * IV

LXM2474 55600123A 02/12/2004 65990 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 341/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 341/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BNX2555	55599893A	24/06/2006	51850	167
MCG4336	55601825A	16/07/2006	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 415/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 415/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACT7526	55190605B	17/03/2007	51690	165
AEG9149	55190918B	22/03/2007	67260	230 * XVIII
AEG9149	55190919B	22/03/2007	66370	230 * IX
AFT2618	55190026B	25/02/2007	65990	230 * V
GPE2379	55190930B	23/03/2007	66370	230 * IX
GPE2379	55190927B	23/03/2007	65560	230 * I
LYM1899	55190475B	22/03/2007	69120	232
LZB4945	55600449A	22/03/2007	50450	162 * V
MBG7811	55601430A	28/01/2007	51180	164 c/c 162 * I
MBS5844	55190216B	22/03/2007	69120	232
MBS5844	55190215B	22/03/2007	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 224/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 224/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXR1859	54487336A	06/05/2004	50450	162 * V	191.53
LZC2175	55600234A	11/05/2004	53800	181 * I	85.12
LZR3911	54486976A	22/04/2004	52740	175	191.53
LZR3911	54486975A	22/04/2004	65990	230 * V	191.53
MAE4094	54486978A	23/04/2004	65300	228	127.69
MAE5519	54486977A	23/04/2004	55680	181 * XIX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 517/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 517/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BBW1600	55192315B	31/10/2007	66290	230 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 363/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 363/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXB2053	55601072A	05/07/2006	51850	167	127.69
LYH3415	55601826A	16/07/2006	55500	181 * XVIII	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 214/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 214/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXP3887	54488324A	17/02/2004	57380	186 * II	191.53
LZM8898	54487069A	26/01/2004	50100	162 * I	574.61
LZM8898	54487070A	26/01/2004	65990	230 * V	191.53
MAE4983	54487073A	21/02/2004	72340	250 * I * a	85.12
MCM5780	54488319A	10/02/2004	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 200/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 200/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

AGT9727	54486336A	29/10/2003	50100	162	* I	574.61
LYN0213	54486341A	29/10/2003	55410	181	* XVII	53.20
LZL7546	54488396A	11/11/2003	50100	162	* I	574.61
LZL7546	54488397A	11/11/2003	51180	164	c/c 162 * I	574.61
MBS0953	55599650A	07/11/2003	73660	252	* VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 119/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 119/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CQM2638	54486699A	17/03/2002	55500	181 * XVIII	85.12
IDH9998	54486893A	26/02/2002	55500	181 * XVIII	85.12
LWS6472	54486845A	17/03/2002	73400	252 * IV	85.12
LWS6472	54486845A	17/03/2002	70300	244 * I	191.53
LXA6747	54486894A	02/03/2002	70300	244 * I	191.53
LXA6747	54486894A	02/03/2002	69120	232	53.20
LXI4342	54486688A	11/03/2002	59240	203 * I	191.53
LXU6520	54486485A	06/03/2002	69200	233	127.69
LXU6624	54932454A	15/03/2002	50100	162 * I	574.61
LXY7464	54486700A	20/03/2002	54520	181 * VIII	127.69
LYL5429	54486626A	14/03/2002	73660	252 * VI	85.12
LYO9990	54486895A	10/03/2002	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LZU1747	54487193A	09/03/2002	72340	250 * I * a	85.12
MAI9124	54487192A	09/03/2002	50100	162 * I	574.61
MAO2868	54486944A	17/03/2002	65990	230 * V	191.53
MAO2868	54486944A	17/03/2002	51850	167	127.69
MBG3730	54486696A	17/03/2002	69120	232	53.20

MBP1320	54486692A	15/03/2002	50100	162 * I	574.61
MBP1320	54486692A	15/03/2002	70480	244 * II	191.53
MIM2010	54486946A	17/03/2002	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 207/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 207/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXJ2370	54487330A	08/12/2003	69200	233	127.69
LXN5865	54486969A	06/01/2004	69120	232	53.20
LYF6289	54486335A	20/12/2003	51690	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 227/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 227/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXR1646	55600274A	22/05/2004	69120	232	53.20
LZC6284	55599715A	06/06/2004	65990	230 * v	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 295/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 295/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LXW6247 55601228A 05/10/2005 65990 230 * V
LYR0444 55600825A 05/10/2005 50100 162 * I
LYT6037 55601227A 05/10/2005 65990 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 132/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 132/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

ACJ5638 54487752A 06/06/2002 51850 167 127.69
BJH4970 54487755A 06/06/2002 62380 218 * II * a 127.69
CNG5894 54486298A 13/06/2002 53800 181 * I 85.12
IFX9959 54932618A 12/06/2002 61220 214 * I 191.53
LWU2524 54487751A 05/06/2002 61220 214 * I 191.53
LXM2782 54486296A 08/06/2002 70480 244 * II 191.53
LYC9977 54486714A 08/06/2002 50450 162 * V 191.53
LYJ2102 54486493A 04/06/2002 69200 233 127.69
LYQ8042 54487754A 06/06/2002 65990 230 * V 191.53
MAL0346 54486713A 07/06/2002 59400 203 * III 191.53
MAY7000 54932470A 08/06/2002 55680 181 * XIX 127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 40/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 40/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACY8291	55560469	11/12/1998	62380	218 * II * a	127.69
BLS3727	55560456	18/11/1998	62380	218 * II * a	127.69
IHU4606	55560587	09/12/1998	62460	218 * II * b	574.61
LWT0614	55560454	18/11/1998	62380	218 * II * a	127.69
LXH9045	55560577	02/12/1998	58190	193	574.61
LXK8007	55560526	16/11/1998	62380	218 * II * a	127.69
LXQ4911	55560407	22/11/1998	52070	169	53.20
LYA3507	55559689	29/11/1998	70300	244 * I	191.53
LYC8250	55560708	24/11/1998	55410	181 * XVII	53.20
LYD4425	55560283	10/11/1998	62380	218 * II * a	127.69
LYD4474	55560556	20/11/1998	62380	218 * II * a	127.69
LYM7426	55560455	18/11/1998	62380	218 * II * a	127.69
LYU7779	55560582	05/12/1998	58350	195	127.69
LYU7779	55560581	05/12/1998	70480	244 * II	191.53
LYU7871	55560651	30/11/1998	62380	218 * II * a	127.69
LYW3552	55560301	27/10/1998	65990	230 * V	191.53
LYY2222	55560710	17/11/1998	55410	181 * XVII	53.20
LYY2802	55559685	19/11/1998	60500	208	191.53
LYY3069	55560553	20/11/1998	62380	218 * II * a	127.69
LZC8848	55559688	28/11/1998	70300	244 * I	191.53
LZJ3584	55560551	17/11/1998	62380	218 * II * a	127.69
LZO0285	55560467	11/12/1998	62380	218 * II * a	127.69
LZX9836	55560547	06/11/1998	55410	181 * XVII	53.20
MCB3830	55560536	29/10/1998	55410	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 499/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 499/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEC3457	55601700A	23/10/2007	65990	230 * V
AEY7751	55190735B	19/09/2007	50100	162 * I
AEY7751	55190736B	19/09/2007	69120	232
LZJ9416	55191686B	26/10/2007	69120	232
MAR9032	55191674B	13/09/2007	50450	162 * V
MAX5814	55191843B	02/09/2007	65990	230 * V
MCV7354	55255557B	08/10/2007	69200	233
MEU2978	55191280B	01/10/2007	50100	162 * I
MEU2978	55191281B	01/10/2007	65800	230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

LEI ORDINÁRIA Nº 2.678, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.678, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL 2.663 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014 PARA RETIFICAR O CNPJ DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS E ASSISTENCIAIS - PEAL -, FILIAL DE POMERODE.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O Artigo 1º da Lei 2.663 de 2 de outubro de 2014, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS E ASSISTÊNCIAS - PEAL - FILIAL DE POMERODE, com sede na rua xv de Novembro, 10.298, Bairro Testo Central, Município de Pomerode, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 08.889.308/0005-75, limitando-se exclusivamente a ela os benefícios da Lei.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 21 de outubro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 036/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 036/2014 FMS

Tipo de licitação: Menor preço por Item;

Objeto: Aquisição de oxigênio medicinal para atender as necessidades das unidades básicas de saúde do Município de Porto Belo, pelo período de doze meses, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 03/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 03/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 21 de novembro de 2014

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 11/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 11/2014

A Prefeitura Municipal de Porto Belo no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, que estarão abertas as inscrições a para o Processo Seletivo a partir de 25 de novembro de 2014, destinado ao cadastro de reserva e preenchimento de vagas temporárias existentes no quadro de pessoal do Poder Executivo, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público. O Processo Seletivo reger-se-á pelas disposições expressas no presente Edital, bem como na legislação vigente: Leis nº 1489/2007, 1879/2010, 2109/2013 e suas alterações. Maiores informações no site www.portobelo.sc.gov.br.

Porto Belo, 21 de novembro de 2014.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

PORTARIA Nº 035/2014

PORTARIA Nº 035, de 20 de novembro de 2014.

Nomeia Comissão de Inquérito Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "f" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento no artigo 239 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, no que tange ao Processo Administrativo, determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e constituir a respectiva Comissão Disciplinar encarregada de apurar fato determinado imputado ao Servidor DAIR DOLINSKI, pelo descumprimento dos incisos VII e XI, do Artigo 213, da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, quais sejam: obediência às ordens superiores, salvo quando manifestadamente ilegais e manter, nas relações de trabalho ou não, comportamento condizente com sua qualidade de servidor e de cidadão, bem como utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares, conforme proibições especificadas no Art. 214, Inciso XIX, do mesmo Diploma Legal.

Art. 2º Em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, mandar cientificar/citar, desde logo, o Sr. Dair Dolinski, para que acompanhe todos os atos do presente processo, bem como para que, se assim desejar, constitua advogado para acompanhá-lo durante todo o processo.

Art. 3º Designar, como membros da Comissão, nos termos do Artigo 246 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994:

I- Juliana Hochstein Posenatto - Presidente;

II- Vanessa Nalon dos Santos - Secretária;

III- Ilse Aparecida Simioni - Membro;

IV- Thais Aparecida Jung - Membro;

V- Dinarte Ribeiro Guedes Neto - Membro.

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Parágrafo único. Caso seja necessária a prorrogação desta Portaria, a mesma será sem ônus para os membros da Comissão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 027/2014 - FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 034/2014 - FAS

Extrato de Edital de Pregão Presencial 027/2014 - FAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para a Aquisição de Material de Expediente Destinados à Instituição de Acolhimento. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 05 de dezembro de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 21 de novembro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 587/2014

DECRETO Nº 587, de 18 de novembro de 2014.

Nomeia Comissão Responsável pela Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério Público Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c", da Lei Orgânica do Município e de conformidade com os Artigos 16 a 19 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Responsável pela Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério Público Municipal, para o período de 03 (três) anos, conforme estabelece o artigo 17, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011.

Art. 2º Designar como membros da Comissão do Núcleo Educacional João Fernando Sobral:

I- Isabel Caznok - Diretora da Unidade Educacional;

II- Maria de Lurdes Furkim dos Santos - Professora do Suporte Pedagógico;

III- Neide Inês Giacomini Dalgallo e Celma de Fátima Oleksyszen - Professoras que atuam na docência da Unidade Educacional;

IV- Adriana Mary Correa Stacehen - Representante da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Designar para constituírem a Comissão de Avaliação, quando os participantes da mesma forem avaliados, nos termos do que dispõe o Artigo 19 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, os seguintes membros:

I- Ciane Gianini Drosdoski Mohr;

II- Cladian Reisdorfer.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 18 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 588/2014

DECRETO Nº 588, de 18 de novembro de 2014.

Nomeia Comissão Responsável pela Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério Público Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c", da Lei Orgânica do Município e de conformidade com os Artigos 16 a 19 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Responsável pela Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério Público Municipal, para o período de 03 (três) anos, conforme estabelece o artigo 17, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011.

Art. 2º Designar como membros da Comissão do Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis:

I- Gisele Casagrande - Diretora da Unidade Educacional;

II- Eloisa Bradoski Wojciechowski - Professora do Suporte Pedagógico;

III- Caroline Moyses de Souza e Everton Back - Professores que atuam na docência da Unidade Educacional;

IV- Sandra Mara Pfleger Sass - Representante da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Designar para constituírem a Comissão de Avaliação, quando os participantes da mesma forem avaliados, nos termos do que dispõe o Artigo 19 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, os seguintes membros:

I- Eliane Lidia Corsico Tomal;

II- Moira de Cássia Ferreira.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 18 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 589/2014

DECRETO Nº 589, de 18 de novembro de 2014.

Nomeia Comissão Responsável pela Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério Público Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c", da Lei Orgânica do Município e de conformidade com os Artigos 16 a 19 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Responsável pela Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério Público Municipal, para o período de 03 (três) anos, conforme estabelece o artigo 17, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011.

Art. 2º Designar como membros da Comissão do Núcleo Educacional Frei Deodato:

I- Emilia da Conceição Banaszkeski Skubisz - Diretora da Unidade Educacional;

II- Rute dos Santos Renner - Professora do Suporte Pedagógico;
III- Ilza Terezinha Reinbold de Andrade e Liliane de Fátima Camargo - Professoras que atuam na docência da Unidade Educacional;
IV- Maria Estela Flenik Santos - Representante da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Designar para constituírem a Comissão de Avaliação, quando os participantes da mesma forem avaliados, nos termos do que dispõe o Artigo 19 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, os seguintes membros:

- I- Ivanir Scheibe Savi;
- II- Sirlei Helena Krysiak Schor.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 18 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 590/2014

DECRETO Nº 590, de 18 de novembro de 2014.
Nomeia Comissão Responsável pela Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério Público Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c", da Lei Orgânica do Município e de conformidade com os Artigos 16 a 19 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Responsável pela Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério Público Municipal, para o período de 03 (três) anos, conforme estabelece o artigo 17, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011.

Art. 2º Designar como membros da Comissão do Núcleo Educacional São Bernardo do Campo:

- I- Leila de Fátima Longo Ruaro - Diretora da Unidade Educacional;
- II- Rosani Ester Schroh de Camargo - Professora do Suporte Pedagógico;
- III- Eroni Natalia Guimaraes de Brito e Ana Paula Souza Costa Tesi - Professoras que atuam na docência da Unidade Educacional;
- IV- Maria Estela Flenik Santos - Representante da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Designar para constituírem a Comissão de Avaliação, quando os participantes da mesma forem avaliados, nos termos do que dispõe o Artigo 19 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, os seguintes membros:

- I- Andressa Cristina Weiller;
- II- Cleunice Regina Kerecz Lisboa.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 18 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 591/2014

DECRETO Nº 591, de 18 de novembro de 2014.

Nomeia Comissão Responsável pela Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério Público Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c", da Lei Orgânica do Município e de conformidade com os Artigos 16 a 19 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Responsável pela Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério Público Municipal, para o período de 03 (três) anos, conforme estabelece o artigo 17, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011.

Art. 2º Designar como membros da Comissão do Núcleo Educacional da Lança:

- I- Zilda Leoni Färber - Diretora da Unidade Educacional;
- II- Eliane Regina Karpowicz Stringhini - Professora do Suporte Pedagógico;
- III- Adriana Sander Grossl e Marcelo Amaro - Professores que atuam na docência da Unidade Educacional;
- IV- Silvia Aparecida Roiek Correa - Representante da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Designar para constituírem a Comissão de Avaliação, quando os participantes da mesma forem avaliados, nos termos do que dispõe o Artigo 19 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, os seguintes membros:

- I- Flavio Michel Doudera Zavaski;
- II- Agueda Krebs Heimann.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 18 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 592/2014

DECRETO Nº 592, de 18 de novembro de 2014.

Nomeia Comissão Responsável pela Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério Público Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c", da Lei Orgânica do Município e de conformidade com os Artigos 16 a 19 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Responsável pela Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério Público Municipal, para o período de 03 (três) anos, conforme estabelece o artigo 17, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011.

Art. 2º Designar como membros da Comissão do Núcleo Educacional São Pedro do Timbó:

- I- Josiane Grossl Froelich - Diretora da Unidade Educacional;
- II- Silvia Aparecida Roiek Correa - Professora do Suporte

Pedagógico;

III- Márcia Isabel Ludke Brixner e Águeda Krebs Heimann - Professoras que atuam na docência da Unidade Educacional;

IV- Eliane Regina Karpowicz Stringhini - Representante da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Designar para constituírem a Comissão de Avaliação, quando os participantes da mesma forem avaliados, nos termos do que dispõe o Artigo 19 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, os seguintes membros:

I- Adriana Sander Grossl;

II- Marcelo Amaro.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 18 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 593/2014

DECRETO Nº 593, de 18 de novembro de 2014.

Nomeia Comissão Responsável pela Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério Público Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c", da Lei Orgânica do Município e de conformidade com os Artigos 16 a 19 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Responsável pela Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério Público Municipal, para o período de 03 (três) anos, conforme estabelece o artigo 17, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011.

Art. 2º Designar como membros da Comissão do Núcleo Educacional Legru:

I- Annelore Wilke Cendron - Diretora da Unidade Educacional;

II- Rute dos Santos Renner - Professora do Suporte Pedagógico;

III- Katia Cordeiro Ribeiro e Kelly Cordeiro Ribeiro - Professoras que atuam na docência da Unidade Educacional;

IV- Sandra Mara Pfleger Sass - Representante da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Designar para constituírem a Comissão de Avaliação, quando os participantes da mesma forem avaliados, nos termos do que dispõe o Artigo 19 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, os seguintes membros:

I- Giuvan Mauri Bianco;

II- Irineu Bilinieć.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 18 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 594/2014

DECRETO Nº 594, de 18 de novembro de 2014.

Nomeia Comissão Responsável pela Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério Público Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c", da Lei Orgânica do Município e de conformidade com os Artigos 16 a 19 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Responsável pela Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério Público Municipal, para o período de 03 (três) anos, conforme estabelece o artigo 17, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011.

Art. 2º Designar como membros da Comissão do Núcleo de Educação Infantil Moranguinho:

I- Luciane Cristina Kaminski Vaudan - Diretora da Unidade Educacional;

II- Cecília Clarete Kopko Tidre - Professora do Suporte Pedagógico;

III- Telma Cristina Zakaliak e Eliane Hoff Trentin - Professoras que atuam na docência da Unidade Educacional;

IV- Celia Regina Plautz Buch - Representante da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Designar para constituírem a Comissão de Avaliação, quando os participantes da mesma forem avaliados, nos termos do que dispõe o Artigo 19 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, os seguintes membros:

I- Elaine Pressendo;

II- Ivonete de Fátima Húpalo.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 18 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 595/2014

DECRETO Nº 595, de 18 de novembro de 2014.

Nomeia Comissão Responsável pela Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério Público Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c", da Lei Orgânica do Município e de conformidade com os Artigos 16 a 19 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Responsável pela Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério Público Municipal, para o período de 03 (três) anos, conforme estabelece o artigo 17, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011.

Art. 2º Designar como membros da Comissão do Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz:

I- Silmara de Fátima Amarante Bueno - Diretora da Unidade

Educacional;

II- Cecília Clarete Kopko Tidre - Professora do Suporte Pedagógico;
III- Caroline Moyses de Souza e Salete Terezinha Hupalo Budniak - Professoras que atuam na docência da Unidade Educacional;
IV- Celia Regina Plautz Buch - Representante da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Designar para constituírem a Comissão de Avaliação, quando os participantes da mesma forem avaliados, nos termos do que dispõe o Artigo 19 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, os seguintes membros:

I- Rosane de Fátima Holowaty de Oliveira;
II- Sonia Viero Stacechen.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 18 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 596/2014

DECRETO Nº 596, de 18 de novembro de 2014.

Nomeia Comissão Responsável pela Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério Público Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c", da Lei Orgânica do Município e de conformidade com os Artigos 16 a 19 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Responsável pela Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Magistério Público Municipal, para o período de 03 (três) anos, conforme estabelece o artigo 17, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011.

Art. 2º Designar como membros da Comissão do Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente:

I- Isabela de Fátima Machado - Diretora da Unidade Educacional;
II- Cecília Clarete Kopko Tidre - Professora do Suporte Pedagógico;
III- Maristela Zonta e Edi Aparecida de Lima Mitzko - Professoras que atuam na docência da Unidade Educacional;
IV- Celia Regina Plautz Buch - Representante da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Designar para constituírem a Comissão de Avaliação, quando os participantes da mesma forem avaliados, nos termos do que dispõe o Artigo 19 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, os seguintes membros:

I- Ivone Oroski de Souza Kuritzza;
II- Monica Langa.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 18 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1112/2014 - RH

PORTARIA Nº 1112, de 04 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 04 de novembro de 2014 a 02 de fevereiro de 2015 sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Vilma de Fátima Pinto da Silva, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Ivonete Vezaro Nasykowski, que se encontra em férias até 03 de dezembro de 2014 e posteriormente Licença Prêmio de 60 (sessenta) dias consecutivos.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de novembro de 2014.

Porto União - SC, em 14 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 605/2014

DECRETO Nº 605, de 20 de novembro de 2014.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal ao Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos Municipais - IMPRESS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 19 de novembro de 2014 a 31 de dezembro de 2016, ao Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos Municipais - IMPRESS, inscrito no CNPJ sob o nº 02.390.926/0001-66, com sede na Rua Getúlio Vargas, nº 228, nesta cidade de Porto União - SC, o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (um) veículo Ford Fiesta 1.6 Flex, combustível álcool/gasolina, cor prata, ano/modelo 2008/2008, Placa AQO 8411/PR, Chassi nº 9BFZF16P888311484, Renavan nº 985697059.

Art. 2º O bem móvel em referência deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 19 de novembro de 2014.

Porto União (SC), 20 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara a abaixo-assinada, representante legal do Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos Municipais - IMPRESS, inscrito no CNPJ sob o nº 02.390.926/0001-66, com sede na Rua Getúlio Vargas, nº 228, nesta cidade de Porto União - SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 19 de novembro de 2014 a 31 de dezembro de 2016, o bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (um) veículo Ford Fiesta 1.6 Flex, combustível álcool/gasolina, cor prata, ano/modelo 2008/2008, Placa AQO8411/PR, Chassi nº 9BFZF16P888311484, Renavan nº 985697059.

Compromete-se ainda a Permissionária a obedecer aos seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência deverá ser utilizado pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2016.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supramencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso do equipamento, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada

unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União, para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 20 de novembro de 2014.

PERMITENTE: ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA:
Presidente: MARGARETH FLISSAK
RG nº 4.173.840-5
CPF nº 820.464.099.49

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 4421, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4421, de 18 de novembro de 2014.
"EXONERA JOSÉ ADALBERTO DUARTE".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 31/10/2014, o servidor JOSÉ ADALBERTO DUARTE, do cargo em comissão de Assistente de Manutenção do Centro de Eventos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

18 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário Municipal de Administração em Exercício

DECRETO Nº 4417, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4417 14 de novembro de 2014.

"REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/14."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o processo licitatório representado pelo Pregão Presencial nº 140/14 29.09.2014.

Parágrafo único - A anulação decidida no "caput", se dá por não haver interessado em participar do presente certame licitatório.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

14 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário Municipal de Administração em Exercício

DECRETO Nº 4416, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4416, de 14 de novembro de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA TOMADA DE PREÇO Nº 150/2014."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013, o resultado da Tomada de Preço nº 150/2014, de 06.10.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante: CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

14 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CARLOS ALBERTO LUIRHARDT

Secretária Municipal de Administração em Exercício

ANEXO AO DECRETO Nº 4416

Tomada de Preço nº 150/2014, de 06.10.2014.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para execução asfáltica, drenagem pluvial e obras complementares no Pátio Central do Corpo de Bombeiros, localizado na Alameda Bela Aliança, Bairro Jardim América neste município.

Preço: Menor Preço Global.

Participantes:

- LZK CONSTRUTORA LTDA;
- CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA.

DECRETO Nº 4423, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4423, de 18 de novembro de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 154/2014".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3765/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 154/2014 de 03.11.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também

autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- MSC PLAYGROUND LTDA EPP.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
18 de novembro de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

REGINA GARCIA FERREIRA
Secretário Municipal de Educação

ANEXO DECRETO Nº 4423/2014

Pregão Presencial Nº 154/2014 de 03.11.2014

Objeto da Licitação: Aquisição de Parque Infantil C.E.I. Cinderela Ruth Ohf, da Secretaria Municipal de Educação.
Participante:

- MSC PLAYGROUND LTDA EPP.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou o vencedor o licitante:

- MSC PLAYGROUND LTDA EPP.

DECRETO Nº 4418, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4418, de 14 de novembro de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2014".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3765/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 157/2014 de 03.11.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADM. E PEG. LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
14 de novembro de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário Municipal de Administração em Exercício

ANEXO DECRETO Nº 4418/2014

Pregão Presencial Nº 157/2014 de 03.11.2014

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA

PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS PARA FUNÇÃO DE PROFESSOR E PEDAGÓGICO. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Participante:

- CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADM. E PEG. LTDA;
- SARMENTO CONCURSOS LTDA EPP.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou o vencedor o licitante:

- CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADM. E PEG. LTDA;

3º TERMO ADITIVO - EDNA SOARES GUTZ

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 191/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDNA SOARES GUTZ, portador(a) do CPF nº 028.172.109-21, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 191/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 191/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

EDNA SOARES GUTZ
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

4º TERMO ADITIVO - EDNA SOARES GUTZ

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 191/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDNA SOARES GUTZ, portador(a) do CPF nº 028.172.109-21, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 191/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 191/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	EDNA SOARES GUTZ Contratado(a)
--	-----------------------------------

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 148/2014

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 148/2014 firmado em 04/02/2014, com término previsto para 23/12/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDA TEREZINHA LOSI DE JESUS portador(a) do CPF nº 543.186.539-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 148/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, a partir de 02/10/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CEI Adelaide Ledra, em substituição a Beatriz Aparecida da Silva, que

está afastada em Licença Tratamento de Saúde.”

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 20/11/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

EDA TEREZINHA LOSI DE JESUS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

Nome:.

CPF:.

CPF:.

PORTARIA Nº 1178/RH

PORTARIA Nº. 1178/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, DEISE FERNANDES, para exercer o cargo de provimento efetivo de COZINHEIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

CARLOS ALBERTO LUTHARDT

Secretário Municipal de Administração Interino

Dr

PORTARIA Nº 1179/RH

PORTARIA Nº. 1179/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, FABIOLA ANTUNES PLAUDA, para exercer o cargo de provimento efetivo de COZINHEIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário Municipal de Administração Interino
Dr

TERMO DE CONVOCAÇÃO - DEISE FERNANDES TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) DEISE FERNANDES, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 4.234 de 05/08/2014 e suas retificações posteriores. (Cargo de COZINHEIRO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 1178/RH de 17/11/2014, publicada em 24/11/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino Auxiliar de Serviços Gerais Masculino Cozinheiro	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG - 40 ANOS; 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 21 de novembro de 2014.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - FABIOLA ANTUNES PLAUDA

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) FABIOLA ANTUNES PLAUDA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 4.234 de 05/08/2014 e suas retificações posteriores. (Cargo de COZINHEIRO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 1179/RH de 17/11/2014, publicada em 24/11/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino Auxiliar de Serviços Gerais Masculino Cozinheiro	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG - 40 ANOS; 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 21 de novembro de 2014.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

CONCURSO 002/2014 - PORTARIA 1183 - "TORNAR SEM EFEITO" A PORTARIA 1059, PUBLICADA EM 09/10/2014 EM VIRTUDE DE PERDA DE PRAZO DE POSSE.

PORTARIA Nº. 1183/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 1059/2014/RH de

30/09/2014, a qual nomeia IRIA SCHMOELLER para exercer o cargo de provimento efetivo COZINHEIRO, 40h, em virtude da perda do prazo legal para posse, nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de novembro de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário Municipal de Administração Interino
Vmb

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 768, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

RESOLUÇÃO Nº 768, DE 21 NOVEMBRO DE 2014.

Autoriza pagamento de quatro diárias, inscrições e indenização de transporte a Vereador e Assessoras.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de quatro diárias ao vereador Mário Miguel, no valor de R\$ 1.164,62 (hum mil cento e sessenta e quatro reais e sessenta e dois centavos) para participar do curso "Inovação e Eficiência em Administração Pública - Módulo II", a ser realizado entre os dias 25 e 28 de novembro, tendo como local o Hotel Lumar, sito a rua Conselheiro Mafra, 848 - Centro, na cidade de Florianópolis - SC - DF.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento de quatro diárias as assessoras parlamentares Neusa Judite Stofela e Inolésia Lunelli Vincentim, no valor de R\$ 894,00 (hum mil quinhentos e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos) para participar do curso referido no artigo anterior.

Art. 3º Fica ainda autorizado o pagamento de inscrição no valor de R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais) a cada participante.

Art. 4º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis - SC, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 5 de outubro de 2010.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 21 de novembro de 2014.

JAIME SBORZ Presidente da Mesa	CARISO SÁVIO GIACOMINI Vice Presidente da Mesa
JANARA MAFRA 1ª Secretária	ZELI DA SILVA 1ª Secretária

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL Nº 91/2014 PR

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC
LICITAÇÃO Nº 91/2014 - PR Nº 91/2014

A Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para fornecimento de Combustíveis, Lubrificantes e Material de Limpeza pesada para uso nos veículos e máquinas da frota municipal, para serem adquiridos parceladamente durante o exercício de 2015, com recebimento da documentação e proposta até as 13h:45min do dia 04/12/2014, com abertura dos envelopes prevista para às 14:00h do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113.

e-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br.

Santa Rosa do Sul, 21 de novembro de 2014
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

LEI Nº 1230 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 1230 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECLARA BENS INSERVÍVEIS AO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º - Fica pela presente Lei declarados inservíveis ao Município de Santa Terezinha do Progresso os seguintes bens:

a) Caminhão Caçamba Wolkswagem Placa MBI 3024.

Art. 2º - Os bens declarados inservíveis pela presente Lei, são parte integrante do patrimônio público sendo que alguns deles ainda estão sendo utilizados mas com limitação, já que são bens antigos e que não convém ao município sua utilização pelo alto gasto de manutenção.

Art. 3º - Fica pela presente Lei autorizado o Departamento de Contabilidade a proceder a referida baixa no sistema patrimonial do município, bem como o departamento de compras a promover leilão público para venda dos referidos bens.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal, Santa Terezinha do Progresso, 20 de Novembro de 2014.

Publicada e registrada em data supra

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

Diretora de Recursos Humanos.

Matricula nº 1268/8

LEI Nº 1231 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 1231 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por provável excesso de

arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, por conta dos recursos de excesso arrecadação da Receita do FUNDEB, no valor de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais).

1000.00.00.00.00 Receitas Correntes

1700.00.00.00.00 Transferências Correntes

1724.00.00.00.00 Transferências Multigovernamentais

1724.01.00.00.00 Transferências de Recursos do FUNDEB

0118 - Transferências do FUNDEB - Magistério

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012, até o valor de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

04.00 Secretaria de Educação				
04.02 FUNDEB				
123610018.2.010000 Manutenção das atividades de Ensino Fundamental - FUNDEB				
464	0118	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	200.000,00

04.00 Secretaria de Educação				
04.02 FUNDEB				
123650018.2.009000 Manutenção das atividades de Educação Infantil				
550	0118	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	18.000,00

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Dpto de Educação				
123650018.2.013000 Manutenção de Creche				
	0118	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	17.000,00

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal, Santa Terezinha do Progresso, 20 de Novembro de 2014.

Publicada e registrada em data supra

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

Diretora de Recursos Humanos.

Matricula nº 1268/8

LEI Nº 1232 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 1232 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de até R\$ 29.544,70 (vinte e nove mil quinhentos e quarenta e quatro reais setenta centavos).

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
1417	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	29.544,70

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 29.544,70 (vinte e nove mil quinhentos e quarenta e quatro reais setenta centavos), a seguir especificados:

01.00 Câmara Municipal de Vereadores				
01.01 Câmara Municipal de Vereadores				
010310001.2.001000 Manutenção das atividades do Poder Legislativo				
5	0100	3.3.50.00.00.0000	Transf. A Inst. Privadas sem fins Lucrativos	1.500,00
8	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
29	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	23.044,70

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, Santa Terezinha do Progresso, 20 de Novembro de 2014.

Publicada e registrada em data supra
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
Diretora de Recursos Humanos.
Matricula nº 1268/8

LEI Nº 1233 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 1233 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de até R\$ 69.018,46 (sessenta e nove mil dezoito reais quarenta e seis centavos).

04.00 Secretaria da Educação				
04.01 Depto de Educação				
123610018.1.04000 Aquisição de Terreno				

	0119	4.5.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	52.010,00
--	------	-------------------	--------------------	-----------

04.00 Secretaria da Educação				
04.01 Depto de Educação				
123610018.1.04000 Aquisição de Terreno				
	0158	4.5.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	8.400,00
	0358	4.5.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	8.608,46

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 69.018,46 (sessenta e nove mil dezoito reais quarenta e seis centavos), a seguir especificados:

04.00 Secretaria da Educação				
04.01 Depto de Educação				
123610018.2.00800 Manutenção das atividades da secretaria de Educação				
1539	0358	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	8.608,46
360	0158	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	8.400,00

04.00 Secretaria da Educação				
04.02 FUNDEB				
123610018.2.010000 Manutenção das atividades de Ensino Fundamental – FUNDEB				
483	0119	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	6.000,00

04.00 Secretaria da Educação				
04.02 FUNDEB				
123610018.2.011000 Manutenção do Transporte Escolar - FUNDEB				
524	0119	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	24.000,00

04.00 Secretaria da Educação				
04.02 FUNDEB				
123650018.2.009000 Manutenção das atividades de Educação Infantil				
569	0119	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	22.010,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, Santa Terezinha do Progresso, 20 de Novembro de 2014.

Publicada e registrada em data supra
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
Diretora de Recursos Humanos.
Matricula nº 1268/8

LEI Nº 1234 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 1234 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, por conta dos recursos de excesso arrecadação da Receita do FUNDEB, no valor de R\$ 40.981,54 (quarenta mil novecentos e oitenta e um reais cinquenta e quatro centavos).

1000.00.00.00.00 Receitas Correntes

1700.00.00.00.00 Transferências Correntes

1724.00.00.00.00 Transferências Multigovernamentais

1724.01.00.00.00 Transferências de Recursos do FUNDEB

0119 - Transferências do FUNDEB

1721.35.00.00.00 Transferências de Recursos do FNDE

1721.35.01.00.00 Transferências do Salário-Educação

0158 - Salário Educação

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012, até o valor de R\$ 40.981,54 (quarenta mil novecentos e oitenta e um reais cinquenta e quatro centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

04.00 Secretaria da Educação				
04.01 Depto de Educação				
123610018.1.04000 Aquisição de Terreno				
	0119	4.5.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.357,77
	0158	4.5.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	35.623,77

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, Santa Terezinha do Progresso, 20 de Novembro de 2014.

Publicada e registrada em data supra

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

Diretora de Recursos Humanos.

Matricula nº 1268/8

LEI Nº 1235 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 1235 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103040025.2.042000 Vigilância Sanitária				
	0166	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	8.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a seguir especificados:

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103040025.2.042000 Vigilância Sanitária				
1008	0166	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	8.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, Santa Terezinha do Progresso, 20 de Novembro de 2014.

Publicada e registrada em data supra

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

Diretora de Recursos Humanos.

Matricula nº 1268/8

CONTRATO Nº. 90/2014

CONTRATO Nº. 90/2014

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa PRE MOLDADOS MARAVILHA LTDA estabelecida na cidade de MARAVILHA - SC, CNPJ n.86.739.364/0001-03, neste ato representado pelo Sr. ANIVO JUNG, residente e domiciliado em MARAVILHA, CPF/RG n. 460.171.439-72 O doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de AQUISIÇÃO DE TUBOS PARA

RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS CONFORME CONVENIO N 2558/2014 DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em decorrência do Processo Licitatório n. 767/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA GARANTIA

Este contrato tem por objeto o fornecimento pela CONTRATADA, de AQUISIÇÃO DE TUBOS PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS CONFORME CONVENIO N 2558/2014 DO ESTADO DE SANTA CATARINA, conforme especificações e quantidades a seguir, pelos preços registrados em decorrência da proposta de preços apresentada no Pregão nº 27/2014.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo de garantia será de cento e oitenta (180) dias, contados a partir da data do aceite do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

O prazo para entrega dos bens, objeto do presente Contrato será de dez (10) dias, contados a partir da data da emissão da autorização de compras.

Os bens deverão ser entregues na Avenida Tancredo Neves, 337, centro, Município de Santa Terezinha do Progresso/SC.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O recebimento provisório ocorrerá por ocasião da entrega dos produtos no local indicado, mediante assinatura do responsável pelo órgão.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O acondicionamento e transporte do(s) produto(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) e identificado(s);

PARÁGRAFO TERCEIRO - O texto e demais exigências legais previstas devem estar em conformidade com a legislação do Código de Defesa do Consumidor e Legislação específica no que couber.

PARÁGRAFO QUARTO - O recebimento definitivo dos bens contratados se dará após: a) a verificação física do objeto para a constatação da integridade física do mesmo; b) a verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes do Edital e da proposta da Contratada/Fornecedora;

PARÁGRAFO QUINTO - Sendo satisfatórias as verificações será declarado aceite, bem como se resultarem insatisfatórias as verificações será lavrado Termo de Recusa, no qual deverão ser descritas as divergências.

PARÁGRAFO SEXTO - O(s) item(ns) que for(em) recusado(s) deverá(ao) ser substituído(s) no prazo máximo de até 10 (dez) dias consecutivos, contados da data da notificação da Fornecedora, sem qualquer ônus para a Contratante, repetindo-se no recebimento dos produtos em substituição o procedimento descrito no PARÁGRAFO QUARTO.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a substituição dos bens cotados não for realizada no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital e em Lei.

PARÁGRAFO OITAVO - O recebimento dos bens, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da fornecedora pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos produtos, durante o prazo de garantia do bem entregue.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, REAJUSTE E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pelo fornecimento ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 12.892,00 (doze mil oitocentos e noventa e dois reais) correspondente às quantidades fornecidas e de acordo com os preços devidamente registrados, sendo:

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VLR UNITARIO	VLR TOTAL DO ITEM
2	79,00	UND	TUBOS DE CONCRETO TAMANHO 60 CM	68,00	5.372,00
3	8,00	UND	TUBOS DE CONCRETO TAMANHO 2,00 METROS	940,00	7.520,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do objeto, mediante crédito direto na conta bancária da CONTRATADA, cujo Banco, número da Agência e da Conta Corrente, será fornecido na data da assinatura do presente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A nota fiscal deverá ser emitida em nome da MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC, localizada Avenida Tancredo Neves, n. 337, município de Santa Terezinha do Progresso - SC - CNPJ Nº 01.612.847/0001-90, e informar o Banco, a Agência e a Conta Corrente para depósito.

CLÁUSULA QUARTA - DIREITOS DA PARTE

Os direitos das partes contraentes encontram-se inseridos na lei nº 8.666/93, Lei nº. 8.078-Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Caberá ao CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Termo de Contrato, de acordo com o estabelecimento na Cláusula Terceira.

A CONTRATADA obriga-se fornecer os bens objeto do presente contrato de acordo com a proposta apresentada no processo do Pregão nº 27/2014

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA dará ao CONTRATANTE total garantia de qualidade dos materiais, e ficará obrigada a arcar com o ônus, quando for constatado irregularidades, de acordo com os termos da lei Federal nº 8.666/93 e com a Legislação de defesa do Consumidor.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA será responsabilizada civil e criminalmente pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE ou qualquer outro órgão fiscalizador.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Todos os encargos sociais trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência do presente Contrato, correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento do objeto do presente Termo de Contrato, será efetuado através do item orçamentário:

0601	26	782	40	2	32	Manutenção das atividades de estradas de	339030990000	Outros Materiais De Consumo	124
------	----	-----	----	---	----	--	--------------	-----------------------------	-----

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A recusa na assinatura do contrato ou a inexecução parcial ou total do mesmo, acarretará nas seguintes penalidades:

a) No caso de recusa na assinatura do contrato, quando regularmente convocado, ou no caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, multa de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato ou do saldo a executar, conforme o caso.

b) No caso de não cumprimento do prazo de entrega proposto, ficará a CONTRATADA, sujeita à multa de 0,33 (trinta e três décimos por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento).

c) No caso de descumprimento de cláusulas contratuais não previstas nas alíneas "a" e "b", multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Concomitantemente as penalidades pecuniárias previstas nesta Cláusula, poderá ser aplicada penalidade de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade, de acordo com a gravidade da infração.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) o atraso injustificado na entrega dos materiais;
- e) a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- g) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;
- i) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) a dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;
- l) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- m) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- n) a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta lei;
- o) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- p) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do serviço executado, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- q) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- r) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência à Administração;
- s) judicialmente, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica reconhecido, nos termos da Lei, os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste termo de Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO

O contrato terá vigência da data da assinatura até o adimplemento das obrigações, observada a vigência do correspondente crédito orçamentário, ou seja, 31/12/14.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação apresentadas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato vincula-se ao Pregão nº 27/2014 e à proposta do Contratado, nos Termos da Lei de Licitações e Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Campo Ere - SC, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 21/11/14.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

ANIVO JUNG

Contratada

Testemunhas:

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA:

O presente Contrato do Processo Licitatório nº 767/ 2014, cumpre com os requisitos exigidos pelo que, de acordo com o disposto no artigo 38, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, o dou como aprovado.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 21/11/14.

IVO HANKE JUNIOR

Assessor Jurídico

OAB/SC 14.778

CONTRATO Nº. 91/2014

CONTRATO Nº. 91/2014

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa GLOBAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME estabelecida na cidade de BOM JESUS DO OESTE - SC, CNPJ n.08.902.971/0001-39, neste ato representado pelo Sr. ELTON HENRIQUE DA SILVA, residente e domiciliado em BOM JESUS DO OESTE, CPF/RG n. 548.276.630-68 0 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de AQUISIÇÃO DE TUBOS PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS CONFORME CONVENIO N 2558/2014 DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em decorrência do Processo Licitatório n. 767/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA GARANTIA

Este contrato tem por objeto o fornecimento pela CONTRATADA, de AQUISIÇÃO DE TUBOS PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS CONFORME CONVENIO N 2558/2014 DO ESTADO DE SANTA CATARINA, conforme especificações e quantidades a

seguir, pelos preços registrados em decorrência da proposta de preços apresentada no Pregão nº 27/2014.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo de garantia será de cento e oitenta (180) dias, contados a partir da data do aceite do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

O prazo para entrega dos bens, objeto do presente Contrato será de dez (10) dias, contados a partir da data da emissão da autorização de compras.

Os bens deverão ser entregues na Avenida Tancredo Neves, 337, centro, Município de Santa Terezinha do Progresso/SC.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O recebimento provisório ocorrerá por ocasião da entrega dos produtos no local indicado, mediante assinatura do responsável pelo órgão.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O acondicionamento e transporte do(s) produto(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) e identificado(s);

PARÁGRAFO TERCEIRO - O texto e demais exigências legais previstas devem estar em conformidade com a legislação do Código de Defesa do Consumidor e Legislação específica no que couber.

PARÁGRAFO QUARTO - O recebimento definitivo dos bens contratados se dará após: a) a verificação física do objeto para a constatação da integridade física do mesmo; b) a verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes do Edital e da proposta da Contratada/Fornecedora;

PARÁGRAFO QUINTO - Sendo satisfatórias as verificações será declarado aceite, bem como se resultarem insatisfatórias as verificações será lavrado Termo de Recusa, no qual deverão ser descritas as divergências.

PARÁGRAFO SEXTO - O(s) item(ns) que for(em) recusado(s) deverá(ao) ser substituído(s) no prazo máximo de até 10 (dez) dias consecutivos, contados da data da notificação da Fornecedora, sem qualquer ônus para a Contratante, repetindo-se no recebimento dos produtos em substituição o procedimento descrito no PARÁGRAFO QUARTO.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a substituição dos bens cotados não for realizada no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital e em Lei.

PARÁGRAFO OITAVO - O recebimento dos bens, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da fornecedora pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos produtos, durante o prazo de garantia do bem entregue.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, REAJUSTE E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pelo fornecimento ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 16.807,20 (dezesseis mil oitocentos e sete reais e vinte centavos) correspondente às quantidades fornecidas e de acordo com os preços devidamente registrados, sendo:

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VLR UNITARIO	VLR TOTAL DO ITEM
1	447,00	UND	TUBOS DE CONCRETO TAMANHO 40 CM	37,60	16.807,20

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do objeto, mediante crédito direto na conta bancária da CONTRATADA, cujo Banco, número da Agência e da Conta Corrente, será fornecido na data da assinatura do presente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A nota fiscal deverá ser emitida em nome da MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC, localizada Avenida Tancredo Neves, n. 337, município de Santa Terezinha do Progresso - SC - CNPJ Nº 01.612.847/0001-90, e informar o Banco, a Agência e a Cota Corrente para depósito.

CLÁUSULA QUARTA - DIREITOS DA PARTE

Os direitos das partes contraentes encontram-se inseridos na lei

nº 8.666/93, Lei nº. 8.078-Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Caberá ao CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Termo de Contrato, de acordo com o estabelecimento na Cláusula Terceira.

A CONTRATADA obriga-se fornecer os bens objeto do presente contrato de acordo com a proposta apresentada no processo do Pregão nº 27/2014

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA dará ao CONTRATANTE total garantia de qualidade dos materiais, e ficará obrigada a arcar com o ônus, quando for constatado irregularidades, de acordo com os termos da lei Federal nº 8.666/93 e com a Legislação de defesa do Consumidor.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA será responsabilizada civil e criminalmente pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE ou qualquer outro órgão fiscalizador.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Todos os encargos sociais trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência do presente Contrato, correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento do objeto do presente Termo de Contrato, será efetuado através do item orçamentário:

0601	26	782	40	2	32	Manutenção das atividades de estradas de	339030990000	Outros Materiais De Consumo	124
------	----	-----	----	---	----	--	--------------	-----------------------------	-----

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A recusa na assinatura do contrato ou a inexecução parcial ou total do mesmo, acarretará nas seguintes penalidades:

a) No caso de recusa na assinatura do contrato, quando regularmente convocado, ou no caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, multa de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato ou do saldo a executar, conforme o caso.

b) No caso de não cumprimento do prazo de entrega proposto, ficará a CONTRATADA, sujeita à multa de 0,33 (trinta e três décimos por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento).

c) No caso de descumprimento de cláusulas contratuais não previstas nas alíneas "a" e "b", multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Concomitantemente as penalidades pecuniárias previstas nesta Cláusula, poderá ser aplicada penalidade de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade, de acordo com a gravidade da infração.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

c) a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;

d) o atraso injustificado na entrega dos materiais;

e) a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

f) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou

parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

g) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

h) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;

i) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

j) a dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;

l) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

m) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

n) a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta lei;

o) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

p) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do serviço executado, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

q) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

r) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência à Administração;

s) judicialmente, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica reconhecido, nos termos da Lei, os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste termo de Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO

O contrato terá vigência da data da assinatura até o adimplemento das obrigações, observada a vigência do correspondente crédito orçamentário, ou seja, 31/12/14.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO
A CONTRATADA se obriga a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação apresentadas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato vincula-se ao Pregão nº 27/2014 e à proposta do Contratado, nos Termos da Lei de Licitações e Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Campo Ere - SC, como competente

para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 21/11/14.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

ELTON HENRIQUE DA SILVA
Contratada

Testemunhas:

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA:

O presente Contrato do Processo Licitatório nº 767/ 2014, cumpre com os requisitos exigidos pelo que, de acordo com o disposto no artigo 38, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, o dou como aprovado.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 21/11/14.

IVO HANKE JUNIOR
Assessor Jurídico
OAB/SC 14.778

DECRETO N. 302, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO N. 302, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

HOMOLOGA JULGAMENTO PROFERIDO PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 767 /2014

MODALIDADE: Pregão N. 27/2014.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas que lhe confere a Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e alterações:

HOMOLOGA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pela Portaria n. 1592014, de 20/05/14, sobre o Processo de Licitação n. 767/2014, Pregão N.27/2014, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE TUBOS PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS CONFORME CONVENIO N 2558/2014 DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada (s):

Empresa	Itens	Descrição do Item	Qtde	Valor homologado
PRE MOLDADOS MARAVILHA LTDA	2	TUBOS DE CONCRETO TAMANHO 60 CM	79,00	5.372,00
PRE MOLDADOS MARAVILHA LTDA	3	TUBOS DE CONCRETO TAMANHO 2,00 METROS	8,00	7.520,00
GLOBAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME	1	TUBOS DE CONCRETO TAMANHO 40 CM	447,00	16.807,20

°Valores expressos em reais

Nome do Fornecedor	Valor Total	
PRE MOLDADOS MARAVILHA LTDA	12.892,00	doze mil oitocentos e noventa e dois reais
GLOBAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME	16.807,20	dezesseis mil oitocentos e sete reais e vinte centavos

°Valores expressos em reais

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso em, 21 de novembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
Diretora de Recursos Humanos.
Matricula nº 1268/8

São Bento do Sul

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO Nº 323/2014 RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 323/2014

1 - No Extrato de convocação para o Edital de Pregão Presencial nº 323/2014.

No item 01:
ONDE SE LÊ VALOR MÁXIMO UNITÁRIO R\$ 511,00,00 LEIA-SE R\$ 814,00
ONDE SE LÊ VALOR MÁXIMO TOTAL R\$ 13.286,00 LEIA-SE R\$ 21.164,00

No item 02:
ONDE SE LÊ VALOR MÁXIMO UNITÁRIO R\$ 511,00,00 LEIA-SE R\$ 814,00
ONDE SE LÊ VALOR MÁXIMO TOTAL R\$ 26.850,00 LEIA-SE R\$ 40.700,00

No item 04:
ONDE SE LÊ VALOR MÁXIMO UNITÁRIO R\$ 1,50 LEIA-SE R\$1,30
ONDE SE LÊ VALOR MÁXIMO TOTAL R\$ 510,00 LEIA-SE R\$ 442,00

ENTENDA-SE, PORTANTO, RETIFICADO O ACIMA EXPOSTO NO EDITAL E, PARA QUE ESTA PRODUZA OS SEUS EFEITOS CONFORME LEI, PERMANECE A ABERTURA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 323/2014 NO DIA 04/12/2014 ÀS 09:30 HORAS E PROTOCOLO ÀS 09:00 HORAS.

São Bento do Sul, 21 de novembro de 2014.
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
DIRETOR DE COMPRAS

IPRESBS

RETIFICAÇÃO PORTARIA IPRESBS Nº408/2014 RETIFICAÇÃO

Na Portaria 408/2014, de 18 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios de 18 de novembro de 2014.

Onde se lê:

"Art. 1º (...) pelo período de 21/11/2014 a 27/02/2014, (...)"

Leia-se:

"Art. 1º (...) pelo período de 21/11/2014 a 27/02/2015 (...)"

São Bento do Sul, 21/11/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 83/2014**

Pregão Presencial nº 83/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 83/2014

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 11 de dezembro de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Locação de veículo retroescavadeira com operador e fornecimento de combustível.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 21 de novembro de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

EDITAL PROCESSO SELETIVO 001/2014



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, torna público que se encontram abertas, no período de **24/11/2014 a 10/12/2014** as inscrições para Processo Seletivo destinado à formação de cadastro reserva para preenchimento de vagas em caráter temporário no quadro da Secretaria de Educação, Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer e Auxiliar de Serviços Gerais, que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital e legislação vigente.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. Disposições preliminares:

1.1.1. O presente Edital de Processo Seletivo é disciplinado pelo art. 37, inciso II da Constituição Federal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município-Lei Complementar nº 009/2013, de 02 de setembro de 2013 e demais Legislações Pertinentes.

1.1.2. O Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de São Carlos-SC, e executado pela IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda., com sede na Rua São Lucas, nº120-E, Bairro Palmital, Chapeco-SC, Telefone (49)3323-8630/9965-6773, <http://www.ioplan.com.br>.

1.1.3. Os documentos exigidos pelas normas do presente edital deverão ser entregues, respeitados os prazos e condições editalícias, no endereço: Prefeitura Municipal de São Carlos (SC) – Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, Rua Demétrio Lorenz, 747, CEP 89885-000, Telefone: 49-3325 3000, atendimento nos dias úteis, das 7h30min às 11h30min, e das 13h30min às 17h30min.

1.1.3.1. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Processo Seletivo serão feitas através de editais e publicados no site <http://www.ioplan.com.br> e <http://www.saocarlos.sc.gov.br>.

1.1.4. A inscrição no Processo Seletivo implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1. do edital e demais determinações referentes ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.1.6. O presente Processo Seletivo é válido pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.

1.1.8. São condições para participação no presente Processo Seletivo:

- a) Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do § 1º, do artigo 12 da Constituição Federal;
- b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;
- c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital;
- d) Possuir o nível de escolaridade e habilitação legal para o exercício da profissão e exigida para o cargo.

1.1.9. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

1.1.10. Os candidatos que tenham concluído curso de graduação em data posterior ao mês de julho de 2014, cujos diplomas não tenham sido disponibilizados pela instituição de ensino, poderão comprovar a habilitação com certidão emitida pela instituição de ensino respectiva declarando ter o candidato concluído todos os créditos exigidos, ter sido aprovado sem ressalvas o trabalho de monografia ou equivalente, bem como ter cumprido todas as demais exigências do curso.

1.1.11. O Processo Seletivo será realizado em duas etapas, de caráter **unicamente classificatório**:

a) Primeira etapa: PROVA ESCRITA, de caráter eliminatório para o candidato que zerar em uma das áreas da prova. Para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais a prova será unicamente classificatória.

b) Segunda etapa: PROVA DE TÍTULOS, de caráter unicamente classificatório para todos os cargos.

1.2 Cargos, vagas, carga horária, remuneração e habilitação:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014

1.2.1. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada neste edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer com as seguintes especificações:

Descrição dos Cargos	Vagas	Carga Horária	Vencimento R\$	Habilitação/Escolaridade	TAXA INSCRIÇÃO
Auxiliar de Serviços Gerais	CR	40h	785,20	Alfabetizado.	R\$ 30,00
Professor de Educação Infantil - Creche e Pré-escolar	CR	10h e 20h	10h: 477,00 20h: 954,00	Licenciatura em Pedagogia.	R\$ 50,00
	CR	10h e 20h	10h: 415,25 20h: 830,51	Habilitação Magistério nível médio.	
	CR	10h e 20h	10h: 311,44 20h: 622,88	<u>Não Habilitado</u> Cursando Pedagogia	
Professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais 1º ao 5º ano	CR	10h e 20h	10h: 477,00 20h: 954,00	Licenciatura em Pedagogia.	R\$ 50,00
	CR	10h e 20h	10h: 415,25 20h: 830,51	Habilitação Magistério nível médio.	
	CR	10h e 20h	10h: 311,44 20h: 622,88	<u>Não Habilitado</u> Cursando Pedagogia	
Professor de Ensino Fundamental - 6º ao 9º ano - Língua Portuguesa	CR	10h e 20h	10h: 477,00 20h: 954,00	Licenciatura em Língua Portuguesa.	R\$ 50,00
	CR	10h e 20h	10h: 311,44 20h: 622,88	<u>Não Habilitado</u> Cursando Licenciatura em Língua Portuguesa e/ou Magistério nível médio concluído.	
Professor de Ensino Fundamental - 6º ao 9º ano - Matemática	CR	10h e 20h	10h: 477,00 20h: 954,00	Licenciatura em Matemática.	R\$ 50,00
	CR	10h e 20h	10h: 311,44 20h: 622,88	<u>Não Habilitado</u> Cursando Licenciatura em Matemática e/ou Magistério nível médio concluído.	
Professor de Ensino Fundamental - 6º ao 9º ano - Ciências	CR	10h e 20h	10h: 477,00 20h: 954,00	Licenciatura em Ciências.	R\$ 50,00
	CR	10h e 20h	10h: 311,44 20h: 622,88	<u>Não Habilitado</u> Cursando Licenciatura em Ciências e/ou Magistério nível médio concluído.	
Professor de Ensino Fundamental - 6º ao 9º ano - História	CR	10h e 20h	10h: 477,00 20h: 954,00	Licenciatura plena em História.	R\$ 50,00
	CR	10h e 20h	10h: 311,44	<u>Não Habilitado</u>	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

			20h: 622,88	Cursando Licenciatura em História e/ou Magistério nível médio concluído.	
Professor de Ensino Fundamental - 6º ao 9º ano - Geografia	CR	10h e 20h	10h: 477,00 20h: 954,00	Licenciatura em Geografia.	R\$ 50,00
	CR	10h e 20h	10h: 311,44 20h: 622,88	<u>Não Habilitado</u> Cursando Licenciatura em Geografia e/ou Magistério nível médio concluído.	
Professor de Ensino Fundamental - 6º ao 9º ano - Ensino Religioso	CR	10h e 20h	10h: 477,00 20h: 954,00	Licenciatura em Ensino Religioso.	R\$ 50,00
	CR	10h e 20h	10h: 311,44 20h: 622,88	<u>Não Habilitado</u> Cursando Licenciatura em Ensino Religioso ou Filosofia e/ou Magistério nível médio concluído.	
Professor de Ensino Fundamental - 1º ao 9º ano - Inglês	CR	10h e 20h	10h: 477,00 20h: 954,00	Licenciatura em Ensino Inglês.	R\$ 50,00
	CR	10h e 20h	10h: 311,44 20h: 622,88	<u>Não Habilitado</u> Cursando Licenciatura em Inglês e/ou Ensino Médio com Curso de Aperfeiçoamento mín. 160 horas.	
Professor de Ensino Fundamental - Creche/Pré-escolar ao 9º ano - Artes	CR	10h e 20h	10h: 477,00 20h: 954,00	Licenciatura em Artes.	R\$ 50,00
	CR	10h e 20h	10h: 311,44 20h: 622,88	<u>Não Habilitado</u> Cursando Licenciatura em Artes e/ou Magistério nível médio concluído.	
Segundo Professor de Turma	CR	10h e 20h	10h: 477,00 20h: 954,00	Licenciatura em Pedagogia em Educação Especial, ou Pedagogia.	R\$ 50,00
	CR	10h e 20h	10h: 311,44 20h: 622,88	<u>Não Habilitado</u> Cursando ou concluído Pedagogia e/ou Magistério em nível médio concluído.	
Professor de Ensino Fundamental - Creche/Pré-escolar ao 9º ano - Educação Física	CR	10h e 20h	10h: 477,00 20h: 954,00	Licenciatura em Educação Física com registro no CREF.	R\$ 50,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

	CR	10h e 20h	10h: 311,44 20h: 622,88	<u>Não Habilitado</u> Cursando Licenciatura em Educação Física.	
Educação Física - Bacharel	CR	10h, 20h, 30h e 40h	10h: 477,00 20h: 954,00 30h: 1.431,00 40h: 1.908,00	Bacharel em Educação Física com registro no CREF.	R\$ 50,00
	CR	10h, 20h, 30h e 40h	10h: 477,00 20h: 954,00 30h: 1.431,00 40h: 1.908,00	<u>Não Habilitado</u> Cursando Bacharel em Educação Física.	
Professor de Ensino Fundamental - 1º ao 9º ano - Informática	CR	10h e 20h	10h: 477,00 20h: 954,00	Ensino Superior em Sistemas de Informações, ou Ciências da Computação, ou Tecnologia da Informação.	R\$ 50,00
	CR	10h e 20h	10h: 477,00 20h: 954,00	<u>Não Habilitado</u> Cursando Ensino Superior em Sistemas de Informações, ou Ciências da Computação, ou Tecnologia da Informação, ou Ensino Médio com Curso de Aperfeiçoamento mín. 160 horas.	

*CR (Cadastro de Reserva)

1.2.2. Cadastro Reserva é a seleção de candidatos para vagas que surgirem dentro do prazo de validade deste processo seletivo.

1.2.3. O candidato não habilitado, quando convocado, deverá apresentar certidão da instituição de ensino, mencionando a fase ou semestre letivo em que o aluno esteja regularmente matriculado e frequentando as aulas.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o Processo Seletivo somente serão efetuadas pela **INTERNET**, no período de **24/11/2014 a 10/12/2014**.

2.1.1. Para inscrever-se o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

- acessar o endereço eletrônico: www.ioplan.com.br.
- Ler e concordar com todas as disposições do presente edital;
- Preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

d) Imprimir o boleto Bancário (**este é o comprovante de inscrição**) referente à inscrição e efetuar o seu pagamento em qualquer agência bancária.

2.2. A Prefeitura Municipal de São Carlos e a IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda., não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.3. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico **www.ioplan.com.br**.

2.4. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.5. A inscrição somente será confirmada mediante confirmação bancária da quitação do respectivo boleto de pagamento até a data do respectivo vencimento.

2.6. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfazer a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.7. A inscrição não poderá ser feita pelo correio ou por meio de fac-símile.

2.8. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.9. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita até o último dia de inscrições na IOPLAN, e após esse período, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São Carlos (SC).

2.10. O candidato poderá inscrever-se para **apenas 01 cargo**. Verificando-se mais de uma inscrição do mesmo candidato será considerada apenas a inscrição mais recente.

2.11. O valor da taxa de inscrição conforme segue:

HABILITAÇÃO/ESCOLARIDADE	VALOR INSCRIÇÃO
Licenciatura na área de atuação, Nível Superior e Nível de Ensino Médio	R\$ 50,00
Alfabetizado	R\$ 30,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

2.12. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do Processo Seletivo, qualquer que seja o motivo ensejado.

2.13. Da isenção do Pagamento da Taxa de Inscrição para os doadores de sangue:

2.13.1. O candidato que preencher os requisitos da Lei Estadual nº 10.567/97 (Doador de Sangue) poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição neste Teste Seletivo.

2.14. Equipara-se a doador de sangue, a pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a doação.

2.15. O requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição deverá ser dirigido à Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de São Carlos, e entregue pessoalmente ou por procurador no endereço constante no subitem 1.1.3, até o dia **03/12/2014** modelo de requerimento ANEXO III, juntamente com os seguintes documentos:

a) Cópia do requerimento de inscrição;

b) Comprovante expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue, relacionando o número e a data em que foram realizadas as doações, sendo que não poderá ser inferior a 03 (três) doações anuais.

c) no caso o subitem 2.14, documento específico que comprove que o candidato integre a Associação de doadores de Sangue legalmente constituída e que contribua para estimular de forma direta e indireta a doação, relacionando, minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo candidato.

2.16. A Comissão de Acompanhamento avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão no mural público do município e no site da empresa executora do certame, até o dia **04/12/2014** não sendo encaminhada resposta individual ao candidato, salvo se solicitado.

2.17. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição indeferidos poderão participar do presente Processo Seletivo desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até a data de vencimento do boleto bancário.

2.18. Do requerimento de condições especiais.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

2.19. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

2.20. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição.

2.21. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados através de aviso publicado no endereço eletrônico do Processo Seletivo, **www.ioplan.com.br**, do deferimento ou não do pedido.

2.22. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

3. DAS VAGAS RESERVADAS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. As pessoas portadoras de necessidades especiais amparadas na legislação vigente (Lei Estadual nº12870, de 12 de janeiro de 2004 e Decreto Estadual nº 2874. De 15 de dezembro de 2009) poderão, nos termos do edital, concorrer as vagas correspondentes a 5% do total do total das vagas ofertadas, exclusivamente para cargos que ofereçam mais de 1 (uma) vaga. Havendo somente 1 (uma) vaga para determinado cargo, esta será disputada em igualdade de condições entre os concorrentes, sendo que os portadores de necessidades especiais não serão privilegiados na nomeação.

3.1.1. Considerando tratar-se teste seletivo com cadastro reserva, será convocado 1 (um) candidato inscrito para as vagas reservadas aos deficientes a cada 19 (dezenove) candidatos inscritos para as vagas de livre concorrência.

3.1.2. O percentual de vagas referidas no subitem 3.1. será computado com arredondamento das frações dos percentuais para o número inteiro imediatamente superior.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

3.2. O candidato portador de necessidade especial física que desejar concorrer às vagas definidas no item 1.2. deverá preencher requerimento ANEXO VI, no ato da inscrição, declara-se portador de necessidades especiais e anexar laudo médico emitido nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência e encaminhar documentos para endereço constante subitem 1.1.3. Se aprovado no Processo Seletivo, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pela Prefeitura Municipal de São Carlos (SC), que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de necessidades especiais ou não, e sobre o grau de deficiência, com a finalidade de verificar se a necessidade especial (deficiência) de que é portador realmente o habilita a ocupar uma das vagas reservadas (Constituição Federal, art. 37, VIII).

3.2.1. Para cumprimento do exigido no item 3.2, não serão considerados resultados de exames e/ou outros documentos diferentes dos descritos naquele item.

3.2.2. O candidato que for considerado portador de limitação ou deficiência, após ou concomitante a perícia contida no item 3.2, será submetido à mesma junta médica, podendo esta se servir de parecer de outros profissionais e especialidades, para avaliação e certificação da real condição de adaptabilidade do candidato ao exercício das funções do cargo, considerando os critérios legais de segurança no trabalho, eficiência do serviço público e mínima oneração do Município para adaptar equipamentos e meios de comunicação. Concluindo a perícia que a deficiência impede o candidato ao exercício do cargo, o mesmo será desclassificado.

3.3. O Candidato portador de necessidades especiais que no ato da realização da inscrição não apresentar o documento exigido no item 3.2 (laudo médico), ou apresentar documento com dados insuficientes terá sua inscrição indeferida como concorrente inscrito nessa condição.

3.4. O candidato portador de necessidades especiais que tiver sua inscrição indeferida nos termos do item 3.3, não será excluído do Processo Seletivo, passando, automaticamente, a figurar como candidato não portador de necessidades especiais.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

3.5. A não observância do disposto nos itens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.6. O candidato que, no ato de inscrição, declarar-se portador de necessidades especiais, se classificado, além de figurar na lista geral de classificação, terá seu nome publicado em relação à parte.

3.7. As vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais que não forem providas por falta de candidatos serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

3.8. O candidato portador de necessidades especiais, respeitadas as condições dispostas em lei, participará do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne ao conteúdo da prova escrita, à avaliação e aos critérios de aprovação, bem como, ao horário, ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.9. Caso o candidato portador de necessidades especiais após a aprovação seja considerado inapto para o exercício das atribuições do cargo público, não será nomeado/contratado e será convocado o candidato da mesma condição, classificado imediatamente posterior, na ordem de classificação.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento das inscrições.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicada sem documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de São Carlos (SC) e endereço eletrônico da empresa organizadora do certame (www.ioplan.com.br).

5. DAS PROVAS

5.1. **Primeira Etapa** - Da prova escrita.

5.1.1. A prova escrita objetiva será obrigatória a todos os candidatos, independente do cargo que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

5.1.2. A prova escrita será **aplicada no dia 20/12/2014 na UNIVERSIDADE DO NORTE DO PARANÁ-UNOPAR, Rua do Comércio, 300, centro São Carlos/SC.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

5.1.2.1. A **abertura dos portões** para o ingresso dos candidatos será a partir das **8h20min**.

5.1.2.2. O **fechamento dos portões** será às **8h55min** sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.3. A **prova** terá **início às 9h e término às 12h**.

5.1.2.4. A relação de ensalamento para a realização das provas será publicada após a homologação das inscrições no site **www.ioplan.com.br**.

5.1.3. A prova escrita será realizada em uma única etapa, terá a duração de **03 (três) horas**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA e será composta de questões objetivas com 4 (quatro) alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente uma será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no CARTÃO-RESPOSTA.

5.1.4. As questões da prova escrita versarão sobre questões de conhecimentos gerais e conhecimentos específicos, conforme abaixo:

5.1.4.1. A prova escrita será composta de 25 (vinte e cinco) questões.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

5.1.5. À prova escrita será atribuída nota de acordo com a tabela abaixo:

CARGO	DISCIPLINAS (PROVA OBJETIVA)	Nº de Questão	Peso por Questão	PESO TOTAL
Auxiliar de serviços gerais (Creche e Escola)	Conhecimentos Gerais			
	- Português	05	0,50	2,50
	- Matemática (Raciocínio Lógico)	05	0,50	2,50
	Conhecimentos Específicos	10	0,50	5,00
TOTAIS		20		10,00

CARGO	DISCIPLINAS (PROVA OBJETIVA)	Nº de Questão	Peso por Questão	PESO TOTAL
Para todos os cargos <u>NÃO HABILITADOS</u>	Conhecimentos Gerais			
	- Português	05	0,40	2,00
	- Matemática (Raciocínio Lógico)	05	0,40	2,00
	- Informática Básica	05	0,40	2,00
	Conhecimentos Específicos	10	0,40	4,00
TOTAIS		25		10,00

CARGO	DISCIPLINAS (PROVA OBJETIVA)	Nº de Questão	Peso por Questão	PESO TOTAL
Para todos os Cargos de Nível Superior <u>HABILITADOS</u>	Conhecimentos Gerais			
	- Português	05	0,30	1,50
	- Matemática (Raciocínio Lógico)	05	0,30	1,50
	- Informática Básica	05	0,30	1,50
	Conhecimentos Específicos	10	0,30	3,00
TOTAIS		25		7,50

5.1.6. Os conteúdos programáticos mínimos sugeridos sobre os quais versarão as questões da prova escrita estão publicados no ANEXO II.

5.1.7. Normas para a realização da prova escrita:

5.1.7.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos pelo Edital, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o início das provas, munidos de documento de identificação original (com fotografia).

5.1.7.1.1. Recomenda-se aos candidatos que tenham consigo no dia da realização da prova o Comprovante de Inscrição (**boleto bancário**), o qual servirá para solucionar qualquer pendência.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

5.1.7.2. A não apresentação de documento de identidade, nos termos deste edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

5.1.7.3. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2 (8h50min), mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.1.7.4. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação(somente o modelo novo e com foto).

5.1.7.5. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Processo Seletivo.

5.1.7.6. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.1.7.8. Para a realização da prova escrita o candidato receberá um caderno de questões e um CARTÃO-RESPOSTA.

5.1.7.9. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo do qual se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como ler as instruções relacionadas a marcação das respostas.

5.1.7.10. As respostas das questões da prova escrita deverão ser transcritas para o CARTÃO-RESPOSTA, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

5.1.7.11. O CARTÃO-RESPOSTA não será substituído por erro do candidato.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

5.1.7.12. O preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo.

5.1.7.13. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no CARTÃO-RESPOSTA.

5.1.7.13.1. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova escrita que estiver em desacordo com este Edital e com o cartão-resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver assinalada no CARTÃO-RESPOSTA.

5.1.7.14. A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no CARTÃO-RESPOSTA e não terão validade, quaisquer anotações feitas no caderno de questões.

5.1.7.15. Ao terminar a prova o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o caderno de questões e CARTÃO-RESPOSTA.

5.1.7.16. Só será permitido ao candidato entregar sua prova escrita/objetiva após transcorrido, no mínimo, 1(uma) hora do seu início.

5.1.7.17. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

5.1.7.18. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.1.7.19. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala, só poderão entregar a prova e o CARTÃO-RESPOSTA ao mesmo tempo, e retirarem-se do local, após assinarem, juntamente com os fiscais de sala, o verso de todos os CARTÃO-RESPOSTA, a lista de presença e a Ata, na qual constará as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, CARTÃO-RESPOSTA rasurados ou com questões não assinaladas, etc.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

5.1.7.20. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.1.7.21. O caderno de provas será publicado no primeiro dia útil após a realização das provas no site da empresa organizadora do certame.

5.1.7.22. A Prefeitura Municipal de São Carlos (SC) e a empresa organizadora do certame, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização da prova escrita.

5.1.8. Materiais permitidos no local de prova:

5.1.8.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) Documento de identificação;
- b) Cópia do Requerimento de Inscrição (boleto bancário);
- c) Caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta;
- d) Lápis preto e borracha;
- e) Água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.1.8.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala antes do início da prova.

5.1.8.3. A Prefeitura Municipal de São Carlos e a empresa IOPLAN não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

5.1.9. É vedado durante a realização das provas:

- a) Ingerir qualquer tipo de alimentos;
- b) Fumar;
- c) Comunicação entre os candidatos;
- d) Consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, etc);
- e) Porte ou uso de qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, etc.

5.1.9.1. Durante a realização da prova, a simples posse, mesmo que desligado, ou o uso de qualquer material, equipamento, objeto não permitido, configura violação às



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

normas do edital e implica na exclusão do candidato do certame, sendo atribuída nota zero à prova.

5.2. Segunda Etapa - Da Prova de Títulos.

5.2.1. A Prova de Títulos constitui-se pela análise e pontuação de certificados e ou diplomas de curso de pós-graduação, aperfeiçoamento ou atualização apresentados pelos candidatos.

5.2.2. Poderão participar da prova com valoração de Títulos os candidatos HABILITADOS inscritos no Processo Seletivo.

5.2.3. Para participar da Prova de Títulos o candidato deverá entregar, imediatamente após a prova escrita, no mesmo endereço da realização da prova escrita - Sala de Coordenação, cópia fotostática (Xerox) dos títulos de aperfeiçoamento/atualização ou pós-graduação acompanhado do histórico escolar (se for o caso), organizados em uma pasta ou grampeados na seguinte ordem:

- a) Requerimento anexo ao presente edital ANEXO IV devidamente preenchido e assinado;
- b) Cópias xerográficas dos documentos comprobatórios dos cursos de aperfeiçoamento/atualização na ordem em que foram elencados no requerimento de que trata o item "a";
- c) Cópia xerográfica do documento comprobatório do curso pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado).

5.2.4. O candidato declara, no requerimento ANEXO IV que os documentos apresentados são cópias fiéis dos originais e que quando solicitado deverá apresentar os originais, ciente de que a constatação de qualquer irregularidade implicará na exclusão do candidato do concurso, sem prejuízo das sanções legais.

5.2.5. Os títulos não serão avaliados e computados no momento da entrega, o responsável pelo protocolo receberá os títulos que posteriormente serão avaliados pela Banca Examinadora do Processo Seletivo.

5.2.6. Os títulos apresentados serão pontuados de forma cumulada conforme tabela abaixo:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E/OU ATUALIZAÇÃO	
TÍTULO	PONTUAÇÃO
Cursos de aperfeiçoamento, capacitação e/ou atualização na disciplina para a qual se inscreveu ou na área de Educação , emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo MEC, Conselho Estadual de Educação ou Secretaria Estadual de Educação, realizados no período de 2012, 2013 e 2014 <ul style="list-style-type: none">Serão considerados os cursos com duração mínima de 20 horas;Cada certificado de 20 horas receberá a pontuação de 0,05 pontos, até o limite de 200 horas, num total de 0,5 pontos.	0,50
Pontuação máxima atribuída aos certificados de cursos de aperfeiçoamento, capacitação/e ou atualização: 0,50	
CERTIFICADOS OU DIPLOMAS DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	
Diploma ou certificado de curso de pós-graduação, acompanhado do histórico escolar, em nível de Especialização <i>Lato Sensu</i> , na disciplina/área, para a qual se inscreveu ou em educação.	1,00
Diploma ou certificado de curso de pós-graduação, acompanhado do histórico escolar, em nível de Mestrado, na disciplina/área, para a qual se inscreveu ou em educação.	0,50
Diploma ou certificado de curso de pós-graduação, acompanhado do histórico escolar, em nível de Doutorado, na disciplina/área, para a qual se inscreveu ou em educação.	0,50
Pontuação máxima atribuída aos diplomas ou certificados de cursos pós-graduação: 2,00	

5.2.7. O máximo de pontos obtidos na prova de títulos será "2,5 pontos".

5.2.8. Caso o candidato apresente títulos em número maior do máximo admitido (02 pontos) não serão considerados os títulos excedentes.

5.2.9. Não serão pontuados os títulos que constituírem requisito básico para o exercício do cargo.

5.2.10. Os pontos dos títulos serão contados apenas para efeito de "**classificação**".

5.2.11. A nota da Prova de Títulos será o número de pontos obtidos segundo a tabela acima.

5.2.12. A nota da prova de títulos será somada à da prova escrita para apuração da nota final do candidato.

5.2.13. Os títulos obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei, e se redigidos em língua estrangeira devem estar acompanhados por tradução feita por tradutor oficial.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

5.2.14. Não serão pontuados os títulos apresentados em número excedente ao previsto no edital.

5.2.15. Não serão pontuadas certidões, atestados ou quaisquer outros documentos que não sejam certificados ou diplomas emitidos na forma da lei e de acordo com as normas do edital.

5.2.16. A apresentação de títulos é de iniciativa do candidato sendo que os títulos poderão ser validados ou recusados conforme especificação no presente Edital.

6. MÉDIA FINAL E CLASSIFICAÇÃO

6.1. A Nota Final obedecerá à fórmula abaixo indicada:

6.1.1 Nota Final para NÃO HABILITADOS e para o Cargo de Serviços Gerais: Será a soma do número de acertos multiplicado pelo peso das questões atribuído às áreas de conhecimento.

6.1.2. Nota Final para HABILITADOS: Será a soma do número de acertos multiplicado pelo peso das questões atribuído às áreas de conhecimento, mais a pontuação da prova de títulos.

6.2. A lista final de classificação do Processo Seletivo apresentará todos os candidatos classificados, por cargo, na ordem decrescente, da(s) nota(s) obtida(s).

6.2.1. Os candidatos não habilitados integrarão lista de classificação em separado e serão convocados somente quando não existir candidato habilitado classificado.

6.3. Ocorrendo empate na nota final será aplicado para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

6.4. Para os candidatos não amparados no item anterior, o desempate será conforme abaixo:

- a) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;
- b) Maior número de acertos nas questões de Português;
- c) Maior número de acertos nas questões de Matemática;
- d) Maior número de acertos nas questões de Informática Básica;
- e) Tiver Maior idade contada com base na idade em dia, meses e anos no dia da realização da prova escrita;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

f) Tiver maior número de dependentes.

7. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

7.1. O gabarito provisório será divulgado a partir das 20 horas do dia 20/12/2014 no site da empresa organizadora do certame www.ioplan.com.br.

7.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

8. DOS RECURSOS/REQUERIMENTOS

8.1. Caberão recursos do indeferimento da inscrição, conteúdo das provas escritas e gabarito provisório, do resultado da prova de títulos, e do resultado final, que deverão ser interpostos até às 17:30 horas do segundo dia útil subsequente à publicação no sítio www.ioplan.com.br, dos resultados contra os quais deseja o candidato recorrer.

8.1.1. Os recursos interpostos em face das provas e dos gabaritos deverão ser apresentados por petição à Comissão Municipal do Processo Seletivo, protocolados na Prefeitura Municipal de São Carlos/SC, que serão processados de acordo com as normas do Direito Administrativo. Na petição, o candidato deverá identificar o cargo em disputa e a(s) questão(ões) contraditada(s), além da fundamentação e justificativa das razões do recurso.

8.1.2. Os recursos interpostos em face dos resultados do Processo Seletivo (do resultado da prova escrita ou do resultado final) serão apresentados por petição à Comissão Municipal do Concurso Público, protocolados na Prefeitura Municipal de São Carlos/SC, os quais serão processados, de forma objetiva, de acordo com as normas de Direito Administrativo. Na petição deverá constar a identificação nominal do recorrente, o número de inscrição e do documento de identidade informado pelo candidato no ato de sua inscrição e o cargo a que está concorrendo, além da fundamentação e justificativa(s) do recurso.

8.1.3. Os recursos, uma vez protocolados na Prefeitura Municipal, serão imediatamente encaminhados à IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda. para análise e manifestação acerca do arguido.

8.1.4. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

8.1.5. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão apreciados pela Banca Examinadora da empresa executora do Processo Seletivo.

8.1.6. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados por fax, correio eletrônico, ou qualquer outra forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

8.1.7. O resultado do julgamento dos recursos será publicado após o término do prazo para a apresentação dos mesmos, no site da empresa executora do Processo Seletivo www.ioplan.com.br.

8.1.8. A íntegra da decisão do recurso exarada pela banca examinadora será enviada ao candidato por e-mail ou para outro endereço válido informado no formulário de inscrição.

8.1.9. A questão anulada será considerada como respondida corretamente para todos os candidatos, do referido Cargo, independente de terem recorrido.

8.1.10. Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Banca Examinadora.

8.1.11. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

8.1.12. A decisão exarada nos recursos pela Banca Examinadora é irrecorrível na esfera administrativa.

8.1.13. Admitido o recurso, decidir-se-á pela reforma ou manutenção do ato recorrido, determinando sua publicação.

9. DO PROVIMENTO

9.1. A nomeação é de competência do Prefeito Municipal, segundo interesse e conveniência da Administração Municipal.

9.2. O provimento das vagas obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos e a contratação se dará sob o regime estatutário, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos da Legislação Municipal Vigente.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

9.2.1. A chamada dos candidatos será feita obedecendo a ordem de classificação, até o preenchimento das vagas existentes, voltando ao início da lista quando do surgimento de novas vagas.

9.2.1.1. Havendo a necessidade, a Secretaria de Educação procederá o remanejamento do quadro dos professores antes de convocar o próximo classificado.

9.3. O candidato será investido no cargo se atender às seguintes exigências:

- a) nacionalidade brasileira;
- b) o gozo dos direitos políticos;
- c) quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- e) nível de escolaridade, formação e habilitação profissional exigidos para o exercício do cargo;
- f) aptidão física e mental;
- g) condição de estrangeiro, conforme for estabelecido em Lei Federal; e
- h) comprovação de inexistência de condenação criminal.

9.4. Apresentar outros documentos que se fizerem necessários à época da posse.

9.5. A inexatidão das informações e/ou irregularidades nos documentos, ainda que verificados posteriormente ao provimento, ocasionarão sua exoneração.

9.6. O candidato deverá manter atualizado seu endereço no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de São Carlos (SC).

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. As publicações sobre o Processo Seletivo serão afixadas no Mural Público da Prefeitura Municipal de São Carlos e no endereço eletrônico da empresa executora www.ioplan.com.br.

10.2. Decorrido o prazo da homologação do Processo Seletivo, a empresa contratada entregará ao Município todos os registros escritos originais gerados no certame (fichas de inscrição, cadernos de questões da prova escrita, listas de presença, atas de ocorrências por sala, recursos e respostas da banca examinadora) **exceto** os CARTÕES-RESPOSTAS.

10.3. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de São Carlos (SC).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

10.4. Os casos não previstos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de São Carlos em conjunto com a empresa contratada pela execução do mesmo – IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda.

10.5. Fica delegada competência à empresa IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda. para: receber, deferir, indeferir e homologar as inscrições; publicar o documento da homologação das inscrições; elaborar, aplicar, corrigir e avaliar as provas, escrita e de títulos, apreciar os recursos previstos no item 8. deste Edital; apresentar o relatório final com a classificação dos candidatos e prestar informações sobre o Processo Seletivo.

10.6. É de competência do Prefeito Municipal de São Carlos a homologação do resultado final do Processo Seletivo.

10.7. O Prefeito Municipal poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Processo Seletivo, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

10.8. É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo de São Carlos e da empresa IOPLAN.

10.9. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

Anexo I. Atribuições dos cargos;

Anexo II. Conteúdo programático;

Anexo III. Requerimento pedido de isenção de taxa de inscrição;

Anexo IV. Requerimento prova de títulos;

Anexo V. Cronograma previsto (sujeito a alterações).

Anexo VI. Requerimento - Pessoa com Deficiência.

São Carlos (SC) 21 de novembro de 2014.

CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

ANEXO I - ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGOS: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL; PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º ao 5º ANO; PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA; PROFESSOR DE MATEMÁTICA; PROFESSOR DE CIÊNCIAS; PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO; PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA – INGLÊS; PROFESSOR DE ARTES; PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA; SEGUNDO PROFESSOR DE TURMA; PROFESSOR DE INFORMÁTICA.

Descrição Analítica: Cumprir com o que estabelece o artigo 13 da Lei 9394/96, que refere-se: "Os docentes incumbir-se-ão de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; zelar pela aprendizagem dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade". Ter conhecimento do conteúdo, capacidade de trabalho e habilidades metodológicas e didáticas; demonstrar profissionalismo e comprometimento; participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento; seguir as diretrizes educacionais do Estabelecimento e da Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se em integrar a ação pedagógica na consecução dos fins e objetivos; ministrar aulas, garantindo a efetivação do processo ensino-aprendizagem e o projeto político-pedagógico da Unidade Escolar; executar o trabalho diário, de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem; elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência, de conformidade com as diretrizes metodológicas da escola e com a legislação vigente; avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados; manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade indispensáveis à eficácia da ação educativa; manter com os colegas o espírito de colaboração; promover recuperações preventivas e paralelas e/ou atividades de complementação, aperfeiçoamento e aprofundamento, conforme a exigência dos diagnósticos de avaliação; comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões pedagógicas, conselhos de classe, palestras e outras promoções convocadas pela direção da escola ou pela secretaria municipal de educação; cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar; Zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com dignidade; realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos; monitorar, orientar e auxiliar na alimentação, higiene pessoal, bem como desenvolver atividades voltadas à preservação da limpeza e acompanhar as crianças e alunos sob sua responsabilidade; zelar pela conservação, limpeza e o bom nome da escola, bem como a conservação dos bens materiais; encaminhar aos serviços competentes os casos de indisciplina ocorridos, após sua própria advertência; acompanhar o desenvolvimento de seus alunos, comunicando ocorrências à direção e ao serviço de orientação educacional; executar as normas estabelecidas no regime escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e na legislação vigente; executar outras tarefas afins.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

Descrição Analítica: Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão; Executar trabalhos braçais; Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e seus veículos; Executar serviços auxiliares de limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação das máquinas; Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão; Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e alunos; Receber, protocolar e entregar correspondência interna e externa; Requisitar material necessário aos serviços; Processar cópia de documentos; Receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependências do órgão; Receber e transmitir mensagens; Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão; Encarregar-se da limpeza e polimento de veículos e máquinas; Relatar as anormalidades verificadas; Atender telefone e transmitir ligações; Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

1.1. PORTUGUÊS - CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Conteúdos:

LÍNGUA E LINGUAGEM: Norma culta e variedades linguísticas. Semântica e interação. Significação das palavras. Denotação e conotação. Funções da Linguagem. Textualidade (coesão, coerência e contexto discursivo). MORFOSSINTAXE: Estudo dos verbos e sua relação com as formas pronominais. Sintaxe do período e da oração e seus dois eixos: coordenação e subordinação: Sintaxe de Concordância. Sintaxe de Colocação. Sintaxe de Regência. Análise Sintática. Estudo das classes gramaticais (incluindo classificação e flexão): Artigo, Adjetivo, Numeral, Pronome, Verbo, Advérbio, Conjunção, Preposição, Interjeição, Conectivos, Formas variantes. Emprego das palavras. ORTOGRAFIA E ACENTUAÇÃO. ESTUDO DE TEXTOS: Interpretação de textos. Tópico frasal e sua relação com ideias secundárias. Pontuação. Conteúdo, ideias e tipos de texto. O texto literário: tema, foco narrativo, personagens, tempo.

1.2. PORTUGUÊS – CARGOS: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL; PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º ao 5º ANO; PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA; PROFESSOR DE MATEMÁTICA; PROFESSOR DE CIÊNCIAS; PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO; PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA – INGLÊS; PROFESSOR DE ARTES; PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA; SEGUNDO PROFESSOR DE TURMA; PROFESSOR DE INFORMÁTICA.

Conteúdos:

1) Compreensão e Interpretação de texto: ideia central; leitura compreensão das informações; vocabulário; substituição de palavras e expressões no texto. 2) Ortografia oficial. 3) Acentuação gráfica. 4) Classes gramaticais; 5) Classificação, uso e flexão de substantivos e adjetivos: singular e plural; aumentativo e diminutivo; feminino e masculino. 6) Sinônimos e antônimos. 7) Concordância nominal e verbal. 8) Ocorrência de crase. 9) Vícios de linguagem. 10) Vozes do verbo. 11) Estilística: Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Linguagem Figurada. Discurso Direto e Indireto, Significação das palavras: sinônimo, homônimos e parônimos, Análise Sintática; Emprego de pronomes. Uso dos Porquês. Fonética e Fonologia; Semântica.

1.3. MATEMÁTICA – CARGOS: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Conteúdos:

1) Sistema numérico: unidade, dezena e centena. 2) Conjunto dos números naturais e decimais: adição, subtração, multiplicação e divisão. 3) Sistema monetário brasileiro. 4) Unidade de medida: tempo e comprimento. 5) Equações e inequações: 1º grau, 2º grau. 6) Raciocínio lógico.

1.4. MATEMÁTICA – CARGOS: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL; PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º ao 5º ANO; PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA; PROFESSOR DE MATEMÁTICA; PROFESSOR DE CIÊNCIAS; PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO; PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA – INGLÊS; PROFESSOR DE ARTES; PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA; SEGUNDO PROFESSOR DE TURMA; PROFESSOR DE INFORMÁTICA.

Conteúdos:

1) Conjuntos Numéricos: Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais, Reais – propriedades, operações, representação geométrica. 2) Equações e inequações: 1º grau, 2º grau, exponencial, logarítmica, trigonométrica. 3) Funções: geometria trigonométrica. 4) Trigonometria: triângulo retângulo, triângulos quaisquer, ciclo trigonométrico, relações entre arcos, equações e inequações. 5) Sequências numéricas: progressão aritmética (PA) e progressão geométrica (PG). 6) Análise Combinatória. 7) Probabilidade. Estatística. 8) Matemática Financeira: juros simples e compostos, descontos, taxas proporcionais; 9) razão e proporção, regra de três, porcentagem, taxas de acréscimo e decréscimos, taxa de lucro ou margem sobre o preço de custo e sobre o preço de venda. 10) Geometria Plana: ângulos, polígonos, triângulos, quadriláteros, círculo, circunferência,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

polígonos regulares inscritos e circunscritos, unidades de medida. 11) Propriedades, perímetro e área. 12) Elementos, classificação, unidades de medidas, áreas e volume. 13) Raciocínio lógico. 14) Aplicação dos conteúdos acima listados em situações cotidianas.

1.5. INFORMÁTICA BÁSICA - CARGOS: para todos os cargos **exceto** para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Conteúdos:

Utilização: Word 2003 e versões posteriores, Excel 2003 e versões posteriores e PowerPoint 2003 e versões posteriores. Recursos Básicos e utilização do Adobe Reader 8 e versões posteriores. Configuração e utilização de Impressoras. Noções básicas de Internet (Internet Explorer 8 e versões posteriores, Google Chrome 21 e versões posteriores e Mozilla Firefox 14 e versões posteriores). Utilização de Correio Eletrônico – Outlook e interface webmail. Noções de segurança para Internet.

2. PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

2.1. CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Conteúdos:

Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo. Noções gerais sobre: limpeza e higiene em geral, Saúde: riscos de contaminação (doenças). Remoção de lixo e detritos. Segurança e higiene do trabalho. Noções básicas de preparação de alimentos. Coleta e armazenamento e tipos de recipientes, coleta seletiva de lixo; Materiais utilizados na limpeza em geral. Guarda e conservação de Alimentos. Controle de Estoque de Material de Limpeza e de cozinha. Uso correto dos EPI'S (Equipamentos de Proteção Individual); Atribuições do cargo.

2.2. CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Conteúdos:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil. Constituição Federal de 1988 (Art. 205 a 217). Concepção de criança e infância. O processo educacional na pré-escola. O desenvolvimento, o brincar e o jogo infantil. O processo de socialização da criança na escola. A evolução da linguagem oral e escrita na criança. Alfabetização, leitura e escrita. A organização escolar com relação ao espaço físico, recursos materiais e a função social. A afetividade e a construção do sujeito. Contribuições educacionais de Vygotsky, Wallon e Piaget, com relação a criança, meio e formação de conceitos. A educação e seu discurso pedagógico, ideológico e filosófico. Perfil do educador da pré-escola e séries iniciais. Ensino e aprendizagem na perspectiva histórico-cultural. Sexualidade na infância e adolescência. Avaliação e seus processos avaliativos. Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil vol. 1, 2 e 3. Atualidades na Educação.

2.3. CARGOS: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º ao 5º ANO; PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA; PROFESSOR DE MATEMÁTICA; PROFESSOR DE CIÊNCIAS; PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO; PROFESSOR DE ARTES; PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA – INGLÊS; SEGUNDO PROFESSOR DE TURMA; PROFESSOR DE INFORMÁTICA.

Conteúdos:

Currículo Escolar: sentido amplo e específico do planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceitualização apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem; Sequência Didática; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Sistema de escrita



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento; Gêneros textuais orais e escritos; Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente; Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação.

2.4. CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Conteúdos:

Educação Física: concepção e importância social. A Educação Física como cultura corporal. Cultura corporal e cidadania. Aprender e ensinar Educação Física: automatismos e atenção, afetividade e estilo pessoal, portadores de necessidades especiais. Objetivos gerais e específicos de Educação Física para a educação fundamental. Os conteúdos de Educação Física na educação fundamental: critérios de seleção e organização dos conteúdos. Critérios gerais e específicos de avaliação de Educação Física para o ensino fundamental; Jogos, recreação e lazer. Objetivos Gerais e Específicos de Educação Física para Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à educação e ao esporte: lazer e as interfaces com a educação física, esporte, mídia e os desdobramentos na educação física. Nutrição e atividade física. Socorro de urgência aplicado à educação física. A educação física no currículo da educação básica, significados e possibilidades: as diferentes tendências pedagógicas da educação física na escola. Educação física escolar e cidadania. A Educação Física como área de conhecimento escolar: finalidades e diretrizes. Conhecimento escolar: os saberes e práticas que compõem o ensino da Educação Física: organização curricular, conteúdos de ensino, metodologias, avaliação do processo ensino aprendizagem. Estatuto da criança e do adolescente; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96 e alterações); Constituição Federal: arts. 205 a 217. Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN. Proposta Curricular de Santa Catarina.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

ANEXO III

REQUERIMENTO ISENÇÃO TAXA DE INSCRIÇÃO

Para

Comissão Organizadora do Processo Seletivo

Eu _____ portador do documento de
identidade nº _____, inscrição nº _____, venho solicitar isenção para taxa de
inscrição ao Processo Seletivo, Edital nº 001/2014. Declaro para os devidos fins que preencho os requisitos da
Lei Estadual nº 10.567/97.

São Carlos (SC) _____

CANDIDATO (A)

Documentos anexos:

1: _____

2: _____

3: _____



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

ANEXO IV - FORMULÁRIO PARA PROVA DE TÍTULOS

1ª VIA – EMPRESA

Candidato (a): _____

Nº inscrição _____ **Nº CPF** _____

Cargo _____

Através do presente venho requerer o recebimento dos títulos abaixo relacionados que declaro serem cópias autênticas dos documentos originais.

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E/OU ATUALIZAÇÃO

	Instituição	Data da Conclusão	Carga Horária	Exclusivo IOPLAN
1				
2				
3				
4				
5				
6				

CURSOS DE PÓS - GRADUAÇÃO

	Instituição	Data da Conclusão	Carga Horária	Exclusivo IOPLAN
1				
2				
3				
TOTAL DE PONTOS				

Nº DE CÓPIAS ENTREGUES: _____

Declaro que os documentos apresentados são cópias fiéis dos originais e que quando solicitado deverei apresentar os originais, ciente de que a constatação de qualquer irregularidade implicará em minha exclusão do concurso, sem prejuízo das sanções legais.

São Carlos (SC), em _____ de 2014.

Responsável pelo recebimento

Assinatura do(a) Candidato(a)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

2ª VIA – CANDIDATO

Candidato (a): _____

Nº inscrição _____ Nº CPF _____

Cargo _____

Através do presente venho requerer o recebimento dos títulos abaixo relacionados que declaro serem cópias autênticas dos documentos originais.

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E/OU ATUALIZAÇÃO

	Instituição	Data da Conclusão	Carga Horária	Exclusivo IOPLAN
1				
2				
3				
4				
5				
6				

CURSOS DE PÓS - GRADUAÇÃO

	Instituição	Data da Conclusão	Carga Horária	Exclusivo IOPLAN
1				
2				
3				
TOTAL DE PONTOS				

Nº DE CÓPIAS ENTREGUES: _____

Declaro que os documentos apresentados são cópias fiéis dos originais e que quando solicitado deverei apresentar os originais, ciente de que a constatação de qualquer irregularidade implicará em minha exclusão do concurso, sem prejuízo das sanções legais.

São Carlos (SC), em _____ de 2014.

Responsável pelo recebimento

Assinatura do(a) Candidato(a)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014**

**ANEXO V
CRONOGRAMA GERAL DAS FASES DO CONCURSO 001/2014**

ITEM	ATIVIDADES	DATA INICIAL	DATA FINAL
1	Publicação do edital	21/11/2014	
2	Período de inscrição	24/11/2014	10/12/2014
3	Publicação das inscrições deferidas e indeferidas		11/12/2014
4	Interposição de recurso em face do indeferimento de inscrições	11/12/2014	12/12/2014
5	Listagem das Inscrições Homologadas		15/12/2014
6	Listagem geral de ensalamento		16/12/2014
6	Data da Prova Escrita		20/12/2014
7	Divulgação do Gabarito Provisório		22/12/2014
8	Interposição de recurso com relação às questões da prova e do gabarito	22/12/2014	24/12/2014
9	Divulgação do Gabarito Definitivo		29/12/2014
10	Publicação da Classificação da Prova Escrita		30/12/2014
11	Interposição de recurso quanto a classificação	05/01/2015	07/01/2015
12	Publicação da classificação final do Concurso		09/01/2015
13	Homologação do Resultado Final do Concurso	A partir de	12/01/2015



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014

ANEXO VI
REQUERIMENTO – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Processo Seletivo: _____ Entidade: _____

Nome do candidato: _____

Nº da inscrição: _____ Cargo: _____

Vem **REQUERER** vaga especial como **PESSOA COM DEFICIÊNCIA**, apresentou LAUDO MÉDICO com CID (colocar os dados abaixo, com base no laudo):

Tipo de deficiência de que é portador: _____

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID: _____

Nome do Médico Responsável pelo laudo: _____

(OBS: Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres)

Dados especiais para aplicação das PROVAS: (marcar com X no local caso necessite de Prova Especial ou não. Em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário)

☐ **NÃO NECESSITA** DE PROVA ESPECIAL e/ou TEMPO ADICIONAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL

☐ **NECESSITA** DE PROVA ESPECIAL e/ou TEMPO ADICIONAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL

(Discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário e/ou tratamento especial)

É obrigatória a apresentação de LAUDO MÉDICO com CID. No caso de pedido de tempo adicional, é obrigatório PARECER justificando sua necessidade junto a esse requerimento.

_____, ____ de _____ de 2014.

Assinatura

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 93 DE 16 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 93 DE 16 DE OUTUBRO DE 2014

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1704 de 04 de dezembro 2013 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 3.720,00 (três mil, setecentos e vinte reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS
02 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
17.512.0135.2058 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 3.720,00

TOTALR\$ 3.720,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o excesso de arrecadação de recursos ordinários, verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
16 de outubro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 94 DE 16 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 94 DE 16 DE OUTUBRO DE 2014

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1704 de 04 de dezembro 2013 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), para cobertura de dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, conforme seguem:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0127.2024 - Manutenção das Ações Básicas de Saúde e

Equipes de Programas de Saúde Básica

3.1.90.00.00.00.00.00.0074 - Aplicações Diretas R\$ 2.200,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0074 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

TOTAL R\$ 2.700,00

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro será utilizado o excesso de arrecadação de recursos vinculados do FNS/ PMAQ - Fundo Nacional de Saúde - Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica, verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
16 de outubro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº. 95 DE 16 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº. 95 DE 16 DE OUTUBRO DE 2014

"Transpõe dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1704 de 04 de dezembro 2013 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 34.299,76 (trinta e quatro mil, duzentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos), para cobertura de dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, conforme seguem:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0127.2024 - Manutenção das Ações Básicas de Saúde e Equipes de Programas de Saúde Básica
3.1.90.00.00.00.00.00.0040 - Aplicações Diretas R\$ 9.113,70
3.1.90.00.00.00.00.00.0085 - Aplicações Diretas R\$ 25.036,06
10.304.0127.2025 - Manutenção das Ações de Vigilância Sanitária
3.1.90.00.00.00.00.00.0085 - Aplicações Diretas R\$ 150,00

TOTALR\$ 34.299,76

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro, serão anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0127.2024 - Manutenção das Ações Básicas de Saúde e Equipes de Programas de Saúde Básica
3.3.90.00.00.00.00.00.0040 - Aplicações Diretas R\$ 9.113,70
3.3.93.00.00.00.00.00.0085 - Aplic. Dir. Consórcio Público do qual o Ente Participe..R\$ 24.916,06
4.4.90.00.00.00.00.00.0085 - Aplicações Diretas R\$ 120,00
10.304.0127.2025 - Manutenção das Ações de Vigilância Sanitária
3.3.90.00.00.00.00.00.0085 - Aplicações Diretas R\$ 150,00

TOTALR\$ 34.299,76

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
16 de outubro de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 116 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 116 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a fixação do preço público para cobrança de fotocópia ou impressão de documento, previsto no §5º, do art. 8º, da Lei n.º 1.739, de 14 de novembro de 2014 e, dá outras providências. JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, no uso de suas atribuições constitucionais e legais conferidas pelo artigo 30, incisos, I, II e III da Constituição Federal e art. 55, inciso V, da Lei Orgânica Municipal de 06 de abril de 1990, bem como pelo artigo 8º, §5º da Lei n.º 1.739, de 14 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer preço por fotocópia ou impressão de documentos para atender aos pedidos de informação previstos pela Lei de Acesso à Informação, que estabeleceu a cobrança pelo serviço e os parâmetros para sua fixação; CONSIDERANDO o Relatório Gerencial emitido pela empresa Adry Papelaria, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.659.316/000001-90, e a Resolução CM n. 10 de 8 de setembro de 2014, do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina;

DECRETA:

Art. 1º. O fornecimento de cópias fotostáticas e/ou impressas dos documentos municipais para atender aos pedidos de informação, nos termos da Lei n.º 1.739, de 14 de novembro de 2014, será precedido do pagamento do preço público fixado neste Decreto.

Art. 2º. Para dar cumprimento ao disposto no artigo anterior serão adotadas as seguintes providências:

- a) o interessado fará requerimento formal, com base nos procedimentos adotados pelo art. 6º e, seguintes da Lei n.º 1.739, de 14 de novembro de 2014, discriminando detalhadamente quais são os documentos de que deseja cópias;
- b) o órgão responsável fará o cálculo do preço a ser recolhido, considerando a seguinte fórmula: $NC \times PU = PG$, donde NC = Número de Cópias PU = Preço Unitário PG = Preço a Pagar, acrescido da respectiva Taxa de Expediente.
- c) o processo será encaminhado ao Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, que comunicará ao interessado o preço a ser pago, com a entrega ou emissão da respectiva guia de recolhimento;
- d) uma vez recolhido o preço público as cópias serão entregues ao requerente, mediante recibo, com o arquivamento do pedido.

Art. 3º Fica fixado o preço unitário da reprodução fotostática e impressa em 0,005 UFM (Unidade Fiscal Monetária) do Município de São João do Sul.

Parágrafo Único - O critério utilizado como parâmetro para fixação deste valor é o preço praticado pela única empresa especializada situada no município e, em atividade.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
21 de novembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

São José

PREFEITURA

PORTARIA Nº 117/2014/SF

PORTARIA Nº 117/2014/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 25 e 36, da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 50.448,75 (cinquenta mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos), referente as dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

10.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0111.2.063 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social
544 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,
Recursos Próprios R\$ 8.170,00
Total desta Atividade R\$ 8.170,00
Total do Órgão R\$ 8.170,00

14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.17.512.0106.1.081 - Programa Aceleração do Crescimento - PAC 2

695 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$ 42.278,75
Total deste Projeto R\$ 42.278,75
Total do Órgão R\$ 42.278,75
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 50.448,75

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 50.448,75 (cinquenta mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos), das dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

10.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0111.2.063 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social
538 - 3.3.90.14.00.00.0080 - Diárias - Civil,
Recursos Próprios R\$ 8.170,00
Total desta Atividade R\$ 8.170,00
Total do Órgão R\$ 8.170,00

14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0106.2.023 - Manutenção das Vias Urbanas

813 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 42.278,75
Total desta Atividade R\$ 42.278,75
Total do Órgão R\$ 42.278,75
Total da Anulação R\$ 50.448,75

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de novembro de 2014.
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 3432/2014

DECRETO Nº 3432/2014

ALTERA O § 10º DO ARTIGO 14 DO DECRETO N.º 3125/2014, QUE REGULAMENTA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ANUAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO E ESTÁVEL INTEGRANTE DOS QUADROS PERMANENTES E SUPLEMENTARES DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO, SUAS AUARQUIAS E FUNDAÇÕES, PARA FINS DE CONCESSÃO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 28 e 34 da Lei Complementar N.º 053, de 21 de setembro de 2011, e nos artigos 27 e 32 da Lei Complementar N.º 054, de 21 de setembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º- O § 10 do artigo 14 do Decreto N.º 3125/2014 passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 14 -
[...]

§ 10 - O servidor deverá entregar fotocópias integrais (frente e verso), autenticadas em cartório, de seus certificados de formação, capacitação e aperfeiçoamento no momento em que apresentar o requerimento de concessão de gratificação de desempenho junto ao Centro de Atendimento ao Cidadão." (NR)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de novembro de 2014.
SANDERSON ALMECI DE JESUS
PREFEITO MUNICIPAL

CLÓVIS RENATO SQUIO
PROCURADOR-GERAL

WALDEMAR BORNHAUSEN NETO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO CONVITE N.81/2014

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE CONVITE Nº81/2014

A Prefeitura Municipal de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 81/2014, Edital de Convite Nº 81/2014, Objeto: Contratação, sob o regime de empreitada por preço global, de empresa especializada em construção civil para execução de uma quadra poliesportiva no Loteamento São Domingos, na zona urbana de São José do Cedro, com fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários à execução do objeto, conforme projetos, memorial descritivo e orçamento anexo. Recurso proveniente do Estado de Santa Catarina (Convênio n.2014TR002461). Recebimento das propostas até às 10:00 horas do dia 01/12/2014. Abertura dos envelopes às 10:00 horas do dia 01/12/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail - compras@prefcedro.sc.gov.br, pelo telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30.

São José do Cedro.
Antonio Plinio de Castro Silva
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 261/2014 - SF

DECRETO Nº. 261/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 7º e inciso II do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 83,00 (oitenta e três reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S
01	COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.101	PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI
"311"	3.3.90.30.00.00.1.0050 Material de Consumo
 R\$ 83,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 83,00 (oitenta e três reais), Recursos Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Fonte 1.0050, das verbas a seguir discriminadas:

18	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S
01	COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.101	PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI
"312"	3.3.90.36.00.00.1.0050 Serviços de Terceiros - Pessoa Física
 R\$ 83,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de novembro de 2014.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 19 de novembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 262/2014 - SF

DECRETO Nº. 262/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -F.M.A.S
01	COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.013	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS
"486"	3.3.90.30.00.00.1.0053 Material de Consumo
 R\$6.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Transferências de Convênio Assistência Social, Fonte 1.0053 no valor R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de novembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 19 de novembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº 5.490, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 5.490, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

"HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO DOS INSCRITOS NO EDITAL Nº. 002/2014/SME DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pelo Art. 69, Inciso X, da Lei orgânica Municipal, especialmente aquelas contidas no Edital de Concurso Público nº. 001/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a classificação dos inscritos no Edital nº 002/2014/SME, relacionado a alteração de carga horária destinado a professores efetivos do Magistério Público Municipal, conforme

segue:

PROFESSOR NÍVEL 02, ÁREA I – EDUCAÇÃO INFANTIL		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
01	TÂNIA BECKER	1º
02	JANETE SCHOLL SCHNEIDER*	DESCL.

Art. 2º. A candidata desclassificada apresentou declaração de que não tem interesse em alterar carga horária, nos termos do Edital 002/2014/SME.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 12 de novembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 12 de novembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº 5.492, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 5.492, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

“INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias da funcionária pública municipal MARISETE BALBINOT, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Nível 01, Grupo ATM, Matrícula nº 1693, a partir de 13 de novembro de 2014, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 13 de novembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 13 de novembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº 5.494, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 5.494, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pelo Art. 69, Inciso X, da Lei orgânica Municipal, especialmente aquelas contidas no Edital de Concurso Público nº. 001/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Resultado Preliminar (Antes dos recursos) relativo ao Edital de Concurso Público Edital nº 001/2014 do Município de São José do Cedro - SC, conforme segue:

ADMINISTRADOR DE CEMITÉRIO Modalidade A								
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
4	10047 - Claudio-mir Joel Kleinbing	11/09/1981	4,90	1,20	1,00	7,10	1º	
2	12124 - Maicon Joel Conte	30/07/1991	4,20	2,00	0,80	7,00	2º	
13	18539 - César Rogério Ebert	30/10/1964	4,20	1,80	1,00	7,00	3º	
7	10772 - Daiane Carla Ames	14/06/1991	3,50	1,80	0,80	6,10	4º	
9	17219 - Geovani Rodrigues De Oliveira	28/01/1992	3,85	1,40	0,80	6,05	5º	
8	12151 - Maria Eduarda Da Silva Ribeiro	12/10/1995	3,85	1,40	0,60	5,85	6º	
11	16425 - Vilmar José Reimann	20/12/1971	3,15	1,40	0,80	5,35	7º	
10	8566 - José Antônio Berwian	09/09/1965	2,10	1,40	1,00	4,50	8º	
1	12716 - Marcia Marisa Delazari Postay	21/03/1976	2,10	1,40	0,80	4,30	9º	
12	18317 - Ana Paula Gallina	15/06/1986	2,10	1,40	0,60	4,10	10º	
3	16160 - Bernadete Teresinha Zatti Biazus	18/03/1971	2,10	0,60	0,80	3,50	Desc.	

6	13699 - Jaque-line Von Borstel Mallmann	22/02/1991	1,75	1,20	0,40	3,35	Desc.	
5	16837 - Agenor Antônio Cardoso Da Silva	19/09/1975	1,40	0,80	0,40	2,60	Desc.	
AGENTE ADMINISTRATIVO Modalidade A								
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
24	12906 - Simone Marli Nielsson	14/06/1986	4,90	1,80	1,00	7,70	1º	
35	12726 - Daiany Fernanda Trevisol	17/02/1992	5,25	1,00	1,00	7,25	2º	
30	8773 - Rafael Santin	02/03/1995	5,60	0,60	0,80	7,00	3º	
23	14112 - Mauro Steffens	16/01/1983	4,20	1,60	0,80	6,60	4º	
38	16979 - Andrenize Becker	19/09/1991	4,20	1,40	1,00	6,60	5º	
28	10154 - Renan Christani	22/01/1991	4,20	1,20	1,00	6,40	6º	
31	17331 - Elcio Luiz Bisutti	26/06/1972	3,50	1,40	1,00	5,90	7º	
33	18253 - Leticia Carossi	28/09/1991	4,20	1,20	0,40	5,80	8º	
39	13725 - Diego Meotti	02/10/1990	3,50	1,20	1,00	5,70	9º	
19	18608 - Bruna Anzolin	12/05/1990	2,80	1,60	1,00	5,40	10º	
42	16655 - Deise Daniela Dassoler	16/10/1982	3,15	1,20	1,00	5,35	11º	
26	18492 - Vinícius Roman	21/02/1994	3,15	1,20	1,00	5,35	12º	
18	17656 - Ana Paula Bogorni	04/04/1992	3,50	1,00	0,80	5,30	13º	
37	16090 - Gabriel Carlet Zanardi	27/02/1997	3,50	0,80	1,00	5,30	14º	
25	18023 - Maikel Marciel Giehl	21/08/1993	3,15	1,00	1,00	5,15	15º	

27	17556 - Rafaela Perondi	27/09/1989	2,45	1,60	1,00	5,05	16º	
22	12576 - Neusa Ducatti Kuhn	01/01/1900	3,15	1,20	0,60	4,95	17º	
15	18176 - Katia Regina Junges	11/01/1995	3,50	1,20	0,20	4,90	18º	
44	10352 - Rosinha Schein	13/11/1984	2,80	1,20	0,80	4,80	19º	
20	15749 - Debora Ceroli	03/11/1991	3,15	1,00	0,60	4,75	20º	
47	8736 - Simone Triches	25/04/1990	3,15	0,80	0,80	4,75	21º	
41	13290 - Juliana Salete Colle	07/06/1979	3,15	0,60	0,80	4,55	22º	
48	14994 - Natalia Pasqualon	24/12/1996	3,50	1,00	0,00	4,50	23º	
43	14235 - Keli Cristina Maldaner	20/06/1990	3,15	0,60	0,60	4,35	24º	
21	10853 - Francielle Baú	17/02/1986	3,15	0,40	0,80	4,35	25º	
17	18153 - Clecir Brun	12/11/1975	2,80	1,00	0,40	4,20	26º	
32	17000 - Grasieli Di Domenico	06/12/1987	2,80	0,80	0,60	4,20	27º	
34	8572 - Adriana Pereira Da Silva Webler	10/04/1991	2,10	1,20	0,80	4,10	28º	
40	14576 - Simone Bianchin	03/12/1986	2,10	1,00	1,00	4,10	29º	
36	11280 - Daniela Alves Righi	29/05/1995	2,10	0,80	0,60	3,50	Desc.	
16	14959 - Fabiane Schwab	20/08/1993	2,45	0,60	0,40	3,45	Desc.	
29	8656 - Roberto Eurico Ferraz	21/07/1979	2,10	0,80	0,40	3,30	Desc.	
14	17034 - Ana Paula Pesente	25/03/1991	1,05	0,80	0,80	2,65	Desc.	
ASSISTENTE FINANCEIRO Modalidade A								
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	

84	10146 - Patricia Maldaner	22/11/1990	5,95	1,20	1,00	8,15	1º	
52	17455 - Wilderson Resende De Oli- veira	11/04/1988	5,25	1,80	1,00	8,05	2º	
64	18423 - Maiara Ongaratto	14/04/1991	5,25	1,00	1,00	7,25	3º	
89	11484 - Daniela Heleninha Ammon	17/11/1988	4,20	2,00	1,00	7,20	4º	
116	9086 - Vanderlis- se Ribeiro Alves	08/09/1990	3,85	2,00	1,00	6,85	5º	
112	9701 - Juliana Paula Demarco	06/07/1985	4,90	0,80	1,00	6,70	6º	
115	14864 - Jessica Schommer	11/06/1992	3,85	1,80	1,00	6,65	7º	
72	12527 - Graciela Neumann	21/01/1984	4,20	1,40	1,00	6,60	8º	
106	16266 - Cassiano Schneider	12/04/1991	4,55	1,20	0,80	6,55	9º	
63	8615 - Euclícia Potrick	13/11/1975	4,55	1,00	1,00	6,55	10º	
126	16753 - Andréa Bulegon	22/04/1991	4,55	1,00	0,60	6,15	11º	
61	8587 - Felipe Grasel	08/01/1988	3,85	1,20	1,00	6,05	12º	
111	18822 - Ana Cristina Pesente	10/02/1993	4,20	0,80	1,00	6,00	13º	
62	11606 - Marciele Cristina Bruder	01/08/1987	3,85	1,40	0,60	5,85	14º	
130	10331 - Felipe Reinisch	22/07/1989	3,85	1,20	0,80	5,85	15º	
104	18464 - Darlan Assis Mortari	17/03/1983	3,85	1,00	1,00	5,85	16º	
91	15824 - Jhonimar Chanadu Da Costa	28/09/1988	3,85	1,00	1,00	5,85	17º	
57	9908 - Marina Zanetti Del Sant	01/07/1994	3,85	1,00	1,00	5,85	18º	
58	16609 - Franciele Lazzaroto	08/10/1987	4,20	0,60	1,00	5,80	19º	

133	17053 - Cheila Dal Magro	16/10/1981	3,50	1,20	1,00	5,70	20º	
83	16918 - Cheila Maria Muller	29/12/1992	3,85	0,80	1,00	5,65	21º	
76	14900 - Gabriela Ines Klaus Da Silva	29/11/1987	3,15	1,40	1,00	5,55	22º	
127	14391 - Kelly Cristina Favretto Acorsi	01/03/1993	3,50	1,00	1,00	5,50	23º	
90	12619 - Jaqueline ândrea Werlang	27/12/1994	3,50	1,00	1,00	5,50	24º	
124	12573 - Djonatan Pagno	25/07/1996	3,50	1,00	1,00	5,50	25º	
53	14205 - Evaldo José Grie- bler	21/12/1990	3,85	0,60	1,00	5,45	26º	
95	13533 - Caroline Ines Colle	16/03/1994	3,85	0,60	1,00	5,45	27º	
102	11265 - Natasha Giorgia Alberti	14/11/1988	3,15	1,20	1,00	5,35	28º	
108	8646 - Derocio Felipe Perondi Meotti	22/05/1995	3,50	0,80	1,00	5,30	29º	
117	11064 - Aérica Pereira Da Silva	03/07/1994	3,15	1,20	0,80	5,15	30º	
109	17310 - Edinilson Moacir Krefta Arrial	08/03/1991	3,50	0,60	1,00	5,10	31º	
86	15219 - Susana Balbinot	27/06/1985	3,15	1,00	0,80	4,95	32º	
100	17605 - Daniel Fernando Petry	22/01/1980	3,15	0,80	1,00	4,95	33º	
128	10253 - Juliano Cesar Reolon	04/12/1980	3,15	0,80	1,00	4,95	34º	
87	10733 - Jandir José Hart- mann	24/08/1985	3,15	0,80	1,00	4,95	35º	
88	16858 - Vanei- de Dos Santos	01/05/1992	3,15	0,80	1,00	4,95	36º	

120	18250 - Vanessa De Pellegrin	03/07/1991	2,45	1,40	0,80	4,65	37°
51	17302 - Catiane Dal Orso-letta	11/07/1995	2,80	1,20	0,60	4,60	38°
103	10963 - Marina Schons Brusamarello	16/09/1990	2,80	0,80	1,00	4,60	39°
119	18390 - Renan Rodolfo Pinheiro	16/10/1991	2,80	0,80	1,00	4,60	40°
101	9956 - Alexandre Luis Graf	27/07/1989	3,15	0,60	0,80	4,55	41°
69	18383 - Leonardo José Piccoli Parpinelli	16/01/1992	3,15	0,60	0,80	4,55	42°
59	16839 - Carina Aparecida Lemes De Souza	20/12/1978	3,15	0,40	1,00	4,55	43°
71	10195 - Marina Klaus	31/05/1995	3,15	0,40	1,00	4,55	44°
121	18547 - Luan Rossetti	26/07/1992	2,45	1,20	0,80	4,45	45°
73	18788 - Ronaldo Silva	20/03/1987	2,45	1,00	1,00	4,45	46°
132	18651 - Denis Teles Rodrigues	19/03/1978	2,80	1,00	0,60	4,40	47°
78	16386 - Leandro Carossi	07/08/1994	2,10	1,20	1,00	4,30	48°
123	18242 - Cleomar Antonio Cado	08/05/1965	2,45	1,00	0,80	4,25	49°
82	18173 - Francieli Bedin	19/12/1984	2,45	1,00	0,80	4,25	50°
118	15725 - Kyndia Pasqualon	22/03/1990	2,45	1,00	0,80	4,25	51°
131	15561 - Cleber Junior De Bona	29/09/1990	2,80	1,00	0,40	4,20	52°
114	13905 - Caio Júnior Rigotti	13/09/1993	2,80	0,60	0,80	4,20	53°
113	18089 - Taila Avila Baladore	22/08/1994	1,75	1,40	1,00	4,15	54°

122	17278 - Juliano André Hartmann	26/01/1994	2,10	1,20	0,80	4,10	55°
97	14617 - Luzenir Maria Bizotto	22/12/1973	2,45	0,80	0,80	4,05	56°
75	11293 - Leticia Santin Da Silva	26/06/1994	2,45	0,80	0,80	4,05	57°
60	12192 - Juliana Ines Kern	09/07/1986	2,45	0,60	1,00	4,05	58°
96	11852 - Anderson Gottardi	18/05/1994	2,45	0,60	1,00	4,05	59°
85	13536 - Eliane Maria Sartori	06/09/1974	3,15	0,20	0,60	3,95	Desc.
110	9700 - Airtio De Bona	26/09/1985	2,10	0,80	1,00	3,90	Desc.
125	17303 - Ederson Weiss	18/11/1983	1,75	1,00	1,00	3,75	Desc.
54	15837 - Vanessa Rancatti	19/09/1991	2,10	0,80	0,60	3,50	Desc.
94	11945 - Ueliton Salvi	26/04/1996	2,10	0,40	1,00	3,50	Desc.
99	12744 - Juliana Walber	11/03/1986	2,10	0,60	0,80	3,50	Desc.
65	18512 - Rosana Gonçalves	06/07/1988	2,45	1,00	0,00	3,45	Desc.
81	16585 - Jackeline Cembrani	24/05/1995	2,45	0,60	0,40	3,45	Desc.
74	18330 - Rubia Daiane Gallina	03/11/1991	1,40	1,00	1,00	3,40	Desc.
93	13687 - Angela Da Rosa	21/02/1995	1,75	0,40	1,00	3,15	Desc.
49	14931 - Susana De Moura	11/04/1989	0,70	1,60	0,80	3,10	Desc.
56	18794 - Elson Bohnenberger	29/10/1968	2,10	0,20	0,80	3,10	Desc.
98	14669 - Juliel Guerreiro Do Amaral Dutra	14/06/1990	2,45	0,20	0,40	3,05	Desc.
55	15958 - Edivaldo Simch De Vargas	20/09/1990	1,05	1,00	0,80	2,85	Desc.

80	11457 - Luana Paula Luft	10/04/1995	1,40	1,00	0,40	2,80	Desc.	
105	12999 - Carine Inês Pelisser	06/01/1995	1,05	0,60	1,00	2,65	Desc.	
129	17146 - Marisa De Fatima Belle	31/05/1988	0,70	0,60	0,60	1,90	Desc.	
ASSISTENTE SOCIAL Modalidade A								
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
142	15478 - Edson Finger	08/03/1988	6,30	1,80	1,00	9,10	1º	
157	10610 - Lucelia Costacurta	02/09/1977	7,00	1,40	0,40	8,80	2º	
146	17451 - Simone Patricia Corti	26/12/1991	6,30	1,40	1,00	8,70	3º	
139	10210 - Bruna Antonieta Cavalheiro Vargas	29/12/1987	5,95	1,80	0,80	8,55	4º	
162	15955 - Manoela Cozer	09/12/1984	6,30	1,40	0,80	8,50	5º	
141	8614 - Catiana Vedana Casali	28/03/1987	6,30	1,40	0,80	8,50	6º	
140	12325 - Indiana Inês Scopel	29/12/1989	6,65	1,40	0,40	8,45	7º	
138	8624 - Keli Fernanda De Souza Oliveira	25/02/1986	5,95	1,60	0,80	8,35	8º	
159	15932 - Helena Beatriz Arend Francisco	06/05/1980	5,95	1,20	0,80	7,95	9º	
155	15527 - Kátia Regina Soares	19/09/1987	6,30	1,20	0,40	7,90	10º	
167	11167 - Marciane Althaus	31/10/1985	5,60	1,40	0,80	7,80	11º	
134	18370 - Angelita Poletto	18/01/1983	5,60	1,60	0,40	7,60	12º	
166	8544 - Jaquelina Fatima Lolato	13/07/1983	5,60	1,40	0,60	7,60	13º	

158	16446 - Leila De Ramos Pivetta	14/04/1988	5,95	0,80	0,60	7,35	14º	
160	8588 - Jozane Antunes De Paula Bard	10/07/1971	5,25	1,40	0,60	7,25	15º	
154	17277 - Nadia Costacurta	02/12/1980	5,25	1,40	0,60	7,25	16º	
156	18400 - Talita Divanir Da Rosa Ames	23/10/1985	5,60	1,00	0,60	7,20	17º	
161	13653 - Arlei Maria Nava	24/10/1976	5,95	0,80	0,40	7,15	18º	
152	8536 - Nalú Martini Picoli	15/10/1980	5,60	1,00	0,40	7,00	19º	
163	12277 - Marta Von Dentz	26/07/1985	5,95	0,60	0,40	6,95	20º	
168	10300 - Eliane Bau	10/08/1984	5,25	1,40	0,20	6,85	21º	
164	17029 - Priscila Fusieger	25/04/1987	4,90	1,20	0,60	6,70	22º	
144	13302 - Raquel Dal' Alba	01/09/1986	5,60	0,80	0,20	6,60	23º	
153	14916 - Aline Wartha	19/08/1985	4,55	1,00	1,00	6,55	24º	
137	10327 - Daniela Trevisol Boldrin	08/02/1980	4,90	1,00	0,60	6,50	25º	
149	11034 - Lisiane Schu	17/06/1990	5,25	1,20	0,00	6,45	26º	
151	17988 - Maeli Cristina Dos Santos	08/12/1992	5,25	0,80	0,20	6,25	27º	
147	17789 - Simone Carla Boito	30/10/1984	3,85	1,40	0,60	5,85	28º	
145	16383 - Scheila Cristina Kuhn	25/04/1990	4,20	1,00	0,60	5,80	29º	
148	18098 - Francieli Consoli	22/05/1983	4,90	0,60	0,20	5,70	30º	
169	18457 - Diandra Antunes Gottardi	06/11/1990	3,85	1,00	0,80	5,65	31º	

150	8499 - Deise Gralow	25/03/1988	4,90	0,60	0,00	5,50	32º	
165	12604 - Luana Leocadia Dos Santos	25/12/1991	4,55	0,40	0,40	5,35	33º	
143	8573 - Suami Wilhelms	19/01/1988	3,50	0,80	0,20	4,50	34º	
ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO Modalidade A								
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
195	18186 - Liane Maria Lunkes Simioni	30/07/1969	6,65	1,80	0,80	9,25	1º	
192	15157 - Elaine Terezinha Simch	12/12/1983	5,95	1,40	1,00	8,35	2º	
190	18807 - Janete Maria Backes Müller	02/10/1973	5,95	1,40	0,80	8,15	3º	
202	17568 - édina Gusta Zamboni	12/06/1977	5,95	1,20	1,00	8,15	4º	
174	14259 - Jovana Neinas	27/10/1987	6,30	1,20	0,60	8,10	5º	
178	9753 - Caroline Kuhn	06/08/1990	5,60	1,60	0,60	7,80	6º	
206	15729 - Aldinha Baseggio	30/11/1980	5,60	1,40	0,80	7,80	7º	
191	16231 - Gessi Boller	23/05/1974	5,25	1,60	0,80	7,65	8º	
172	16876 - Brigida Rosa Poli	06/04/1980	5,25	1,60	0,80	7,65	9º	
173	12458 - Gisele Henicka Miola	17/01/1986	5,25	1,60	0,60	7,45	10º	
204	12568 - Andressa Sartori	30/08/1991	5,95	1,20	0,20	7,35	11º	
198	17003 - Cleusa De Fátima Telles Fantinelli	31/10/1975	5,95	0,80	0,60	7,35	12º	
189	14473 - Joceli Zaneti	02/07/1975	5,95	0,60	0,80	7,35	13º	

170	13295 - Geovane Carine Liberalesso	03/02/1983	5,25	1,20	0,80	7,25	14º	
185	17247 - Marinice Machado Da Silva	15/12/1988	5,25	1,20	0,80	7,25	15º	
188	8625 - Janes Paula Dos Santos	02/12/1990	5,25	1,20	0,80	7,25	16º	
199	8664 - Daniela Bruzzo	26/04/1989	4,90	1,20	1,00	7,10	17º	
182	16792 - Maide Luiza Klein Anzolin	28/10/1968	5,60	1,00	0,40	7,00	18º	
176	12392 - Daiane Pavin	27/10/1988	5,60	0,80	0,60	7,00	19º	
183	10330 - Marcia Maria Fer-ronatto	14/02/1992	5,95	0,60	0,40	6,95	20º	
197	16378 - Aline Cristina Dittrich	16/02/1989	5,95	0,40	0,60	6,95	21º	
179	9693 - Viviane Smaniotto	27/08/1982	4,55	1,60	0,80	6,95	22º	
181	12091 - Rosmeri Inês Mat-tje Dalla Vecchia	12/10/1967	4,90	1,20	0,80	6,90	23º	
196	18052 - Margarete Lisaki	15/06/1988	5,60	1,00	0,20	6,80	24º	
177	13554 - Elisiane Alves	28/08/1987	5,60	0,60	0,60	6,80	25º	
205	16044 - Cristiane Graff	05/02/1991	4,90	1,40	0,40	6,70	26º	
187	10054 - Keila Cieplak	03/04/1983	5,60	0,60	0,40	6,60	27º	
200	8501 - Laís Kasper	06/10/1988	4,90	1,00	0,60	6,50	28º	
186	12085 - Regí Dal'alba	13/07/1982	5,25	1,00	0,20	6,45	29º	
171	12138 - Debora Trevisol	09/09/1981	4,55	1,00	0,80	6,35	30º	
203	18389 - Eliane Ana Spironello Foppa	07/05/1976	4,55	1,00	0,60	6,15	31º	

194	14208 - Leda Maria Britz Lunkes	22/02/1966	4,90	0,60	0,40	5,90	32º	
175	9305 - Cristina Ines Griebler Dotti	03/10/1989	3,85	1,20	0,80	5,85	33º	
180	10856 - Sueli Zamboni	27/12/1969	4,55	0,40	0,60	5,55	34º	
201	12003 - Catiane Regina Lavall	19/07/1986	3,50	1,20	0,80	5,50	35º	
193	13426 - Auriane Dos Santos Rubin	01/07/1979	3,15	1,20	0,40	4,75	36º	
AUXILIAR ADMINISTRATIVO Modalidade A								
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
222	13631 - Marlei Maria Hoffmann	23/04/1987	6,65	2,00	1,00	9,65	1º	
240	8559 - Patricia Finch	26/02/1990	5,95	2,00	1,00	8,95	2º	
260	12486 - Carina Cristiane Cerioli Thalheimer	18/09/1979	5,95	1,80	1,00	8,75	3º	
227	15835 - Janice Inês Riffel	07/10/1984	5,60	2,00	1,00	8,60	4º	
218	15049 - Cristiane Barbosa	05/10/1994	5,60	2,00	1,00	8,60	5º	
214	18002 - Leornado Picon	23/02/1995	5,60	2,00	1,00	8,60	6º	
220	8836 - Rubia Lebens	14/11/1996	5,60	2,00	1,00	8,60	7º	
245	14332 - Guilherme Stefanello	17/08/1994	5,60	1,80	1,00	8,40	8º	
251	12958 - Helena Fagundes	19/12/1995	5,60	1,80	1,00	8,40	9º	
255	10990 - Everton Luis Simon Engel	08/04/1993	5,25	2,00	1,00	8,25	10º	
228	9731 - Henrique Antonio Gasperin	13/06/1996	5,25	2,00	1,00	8,25	11º	

235	12429 - Minéia Staats	23/05/1986	5,25	2,00	0,80	8,05	12º	
211	18733 - Simone Guzzo	25/11/1993	5,25	1,80	1,00	8,05	13º	
267	9250 - Bruna Thalia Dos Santos Rohssler	26/05/1997	5,25	1,80	1,00	8,05	14º	
250	15834 - Fabiane Mantelli	31/12/1980	5,25	1,80	0,80	7,85	15º	
223	13907 - Maiara Regina Brancher	31/08/1993	5,25	1,60	1,00	7,85	16º	
252	12978 - Diogo Wilian Lemes De Souza	21/01/1994	5,25	1,60	1,00	7,85	17º	
269	8638 - Luiz Carlos Menegassi	12/02/1985	4,90	1,80	1,00	7,70	18º	
207	16888 - Simone Dos Santos	28/07/1990	5,25	1,80	0,60	7,65	19º	
243	17160 - Lucas Djoni Soares	17/01/1997	4,55	2,00	0,80	7,35	20º	
209	9659 - Siliane Sinhori Schmitz	02/06/1984	4,90	1,80	0,60	7,30	21º	
217	17458 - Marcela Perondi	12/06/1988	4,90	1,60	0,80	7,30	22º	
247	17777 - Alexandre Alves De Anhaia	25/07/1991	4,90	1,40	1,00	7,30	23º	
215	12488 - Juliane Kafer	26/12/1990	4,20	2,00	1,00	7,20	24º	
212	16096 - Sancér Eduardo Zanotelli	01/02/1998	4,20	2,00	1,00	7,20	25º	
256	12043 - Eloisa Ferreira Weiand Spironelo	16/07/1983	4,55	2,00	0,60	7,15	26º	
219	11232 - Marlise Terezinha Limberger Pagno	05/05/1974	4,20	1,80	1,00	7,00	27º	
263	12937 - Claudio-mar Jose Moscon	21/11/1972	4,55	1,40	1,00	6,95	28º	

248	16249 - Fagner Vinicius Salvi	19/06/1982	4,20	2,00	0,60	6,80	29°
208	17775 - Vanderlei Rossa	26/05/1985	4,20	1,80	0,80	6,80	30°
266	16211 - Eias De Oliveira Couto Neto	10/10/1996	4,20	1,80	0,80	6,80	31°
268	12208 - Francieli Nunemacher	30/12/1990	3,85	2,00	0,80	6,65	32°
241	17871 - Tais Keli Beckenkamp	05/04/1993	3,85	2,00	0,80	6,65	33°
265	18484 - Dinay Martini Picoli Ebert	27/07/1976	4,20	1,60	0,80	6,60	34°
264	13473 - Bruna Schaefer Sovrani	01/10/1993	4,20	1,60	0,80	6,60	35°
225	11830 - Jaqueline Wagner	24/06/1992	3,50	2,00	0,80	6,30	36°
246	8885 - Luan Auri Dos Santos	07/10/1996	3,85	1,60	0,80	6,25	37°
259	13773 - Fernanda Bosa Hart	19/07/1992	4,20	1,20	0,80	6,20	38°
230	18502 - Nathan Kerkhoven	16/07/1996	3,15	2,00	1,00	6,15	39°
242	16148 - Suely Decarli	11/02/1993	3,50	2,00	0,60	6,10	40°
224	13887 - Fabiana Dresch	06/08/1995	3,50	1,80	0,80	6,10	41°
254	12804 - Bruna Carolina Reichert	30/06/1997	3,50	1,60	1,00	6,10	42°
231	12158 - Lucivane De Oliveira	20/01/1980	3,85	1,80	0,40	6,05	43°
257	13073 - Débora Cristina Santin	17/04/1990	3,85	1,40	0,80	6,05	44°
238	14063 - Odirlei Soldá	17/08/1994	3,15	1,80	1,00	5,95	45°
258	9216 - Daiana Paula Wisniewski	22/04/1992	3,50	1,80	0,60	5,90	46°

210	16306 - Sintia Albonico	28/08/1995	2,80	2,00	1,00	5,80	47°
249	12815 - Aimony Camilla Techio Zanin	23/04/1996	2,80	2,00	1,00	5,80	48°
237	18031 - Juliana Terezinha Bergmann	25/07/1991	3,15	1,80	0,80	5,75	49°
244	18148 - Jéssica Lazzari	07/09/1996	3,15	1,80	0,80	5,75	50°
236	17485 - Ricardo Trevisol	09/07/1993	3,15	1,60	0,80	5,55	51°
216	13770 - Marлизete Aparecida Rauber	08/05/1975	3,50	1,20	0,80	5,50	52°
221	18870 - Marlene Alves Garcia Gomercindo	15/02/1966	2,80	1,80	0,80	5,40	53°
229	18075 - Juliane Hendges	04/08/1992	3,15	1,80	0,40	5,35	54°
253	10984 - André Igor Lazarotto	21/10/1994	3,15	1,40	0,80	5,35	55°
261	11202 - Andrea Graziela Dalla Costa	29/01/1989	2,80	1,60	0,80	5,20	56°
239	17269 - Karine Mantovanigregia-nin	23/12/1995	3,15	1,40	0,60	5,15	57°
262	14593 - Darlan Luiz Dassel	03/01/1995	2,10	1,80	0,80	4,70	58°
AUXILIAR DE DENTISTA Modalidade A							
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
279	11000 - Eduarda Banhara Bortolotto	16/04/1998	3,85	1,80	1,00	6,65	1°
284	10678 - Gislaïne Bonna Da Silveira Schnorr	08/10/1989	3,50	1,80	1,00	6,30	2°
277	16776 - Rosmarí Demski	26/06/1972	3,15	1,80	0,80	5,75	3°
274	16722 - Ana Carolina Alberti	23/09/1996	2,80	1,80	1,00	5,60	4°

283	18293 - Júlia Fávero Schmidt	27/02/1995	2,45	1,80	1,00	5,25	5°	
278	16281 - Márcia Simioni Gottardi	03/06/1988	2,45	1,80	0,60	4,85	6°	
276	16455 - Eliane Collett Sasso	28/02/1986	2,80	1,20	0,80	4,80	7°	
281	16017 - Anderson Luís Müller	26/07/1997	2,10	1,60	0,80	4,50	8°	
282	12246 - Marcell Mayer	20/06/1991	2,45	1,00	0,80	4,25	9°	
271	17351 - Simone Boff	18/12/1980	1,40	2,00	0,80	4,20	10°	
270	15793 - Maira Maria Flach Spielmann	16/07/1982	1,75	1,40	1,00	4,15	11°	
273	14878 - Roseli Schwab Bertollo	11/12/1988	1,75	1,60	0,60	3,95	Desc.	
280	16005 - Cassiane De Rita Anzolin Winter	25/09/1979	1,75	1,60	0,60	3,95	Desc.	

MÉDICO - ESF | Modalidade A

Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
288	18655 - Andrea Barros Brito Silva	12/11/1982	5,95	1,80	1,00	8,75	1°	
287	18680 - Jose Cristiano Da Silva	04/11/1982	5,95	1,60	1,00	8,55	2°	
297	16846 - Mauricio Piacentini	20/03/1985	5,60	1,40	1,00	8,00	3°	
289	8687 - Ana Paula Corrêa Fernandes	08/01/1976	4,90	1,40	1,00	7,30	4°	
304	12290 - Renan Prigol	24/04/1984	4,90	1,40	1,00	7,30	5°	
298	11739 - Bruno César Da Mata Torreão	26/05/1984	4,90	1,40	1,00	7,30	6°	
303	13097 - Josia-na Braz Pereira	13/07/1985	4,90	1,40	1,00	7,30	7°	

301	12520 - Leandro Afonso Bordin	20/12/1977	5,25	1,20	0,80	7,25	8°	
286	8629 - Gustavo Butzge Rubenich	29/11/1990	4,90	1,40	0,80	7,10	9°	
285	14529 - Mariana Turra Damo	21/06/1989	3,85	1,80	1,00	6,65	10°	
299	11365 - Jose Vicente Picoletto Meister Pinto	17/11/1986	4,55	1,20	0,80	6,55	11°	
306	12707 - Milena Vieira De Carvalho Silva Bordin	27/08/1978	4,90	1,00	0,60	6,50	12°	
300	10800 - Renato Mocellini	01/02/1977	4,20	1,20	1,00	6,40	13°	
302	17582 - Jucelia Candido	17/11/1982	4,90	0,80	0,40	6,10	14°	
305	17794 - Rondinelli Schiavi Pesconi	30/08/1977	3,15	1,00	0,60	4,75	15°	

MONITOR DE CRECHE | Modalidade A

Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
323	16613 - Marisa Danieli Lolato	06/07/1977	5,25	1,40	1,00	7,65	1°	
370	16861 - Fabiane Cristina Weppo	22/10/1992	5,25	1,20	1,00	7,45	2°	
377	10015 - Ediane Daniela Dahmer	26/02/1995	5,25	1,20	1,00	7,45	3°	
371	11023 - Cristiane Garbin	03/06/1985	5,60	1,00	0,80	7,40	4°	
381	17716 - Samara Marciana Dalmoro	15/04/1989	5,25	1,20	0,80	7,25	5°	
366	18734 - Janeffer Scholl	01/11/1985	4,90	1,00	1,00	6,90	6°	
362	15564 - Berenice Grubler	20/09/1978	5,25	1,00	0,60	6,85	7°	
369	9475 - Edina Cristina Favero	14/09/1992	4,90	1,00	0,80	6,70	8°	

334	9884 - Franciele Herbert Mantovani	16/06/1984	5,25	0,60	0,80	6,65	9º
333	13153 - Táis Andrieli Graetzler	02/04/1997	4,20	1,40	1,00	6,60	10º
338	16967 - Margarete Ines Pellenz	21/03/1973	4,55	1,20	0,80	6,55	11º
336	13379 - Cristiane André Da Silva Almeida	24/12/1978	4,55	1,20	0,80	6,55	12º
346	10163 - Paloma Schuerz	13/08/1995	4,55	1,20	0,80	6,55	13º
372	8620 - Leilane Pavan	26/11/1985	4,55	1,00	1,00	6,55	14º
344	18010 - Gracieli Bragagnolo	29/01/1994	4,55	1,00	1,00	6,55	15º
339	17530 - Ana Paula Turani Rubin	06/11/1986	5,25	0,80	0,40	6,45	16º
329	18393 - Claudia Regina Londero	12/05/1984	4,20	1,00	1,00	6,20	17º
348	12786 - Isaura Reichert	23/05/1982	4,20	0,80	1,00	6,00	18º
343	18773 - Stefany Eduarda Franceschini Cristofoli	23/09/1996	4,20	0,80	1,00	6,00	19º
335	16087 - Vera Lúcia Schmitz	01/12/1982	4,55	1,00	0,40	5,95	20º
347	14839 - Geneci Ochôa Brixner	11/02/1983	4,55	0,60	0,80	5,95	21º
367	13580 - Silvana Pellegrini	27/01/1987	4,55	0,60	0,80	5,95	22º
326	16704 - Angela Lauer-mann Federhem	12/02/1987	3,85	1,60	0,40	5,85	23º
379	17089 - Marines Fatima Moraes Klein	29/10/1976	4,20	1,00	0,60	5,80	24º
365	13383 - Ana Paula Schroder	31/08/1995	4,55	0,60	0,60	5,75	25º

331	17372 - Marisa Teresinha Zimmer Pecin	01/03/1976	4,90	0,60	0,20	5,70	26º
376	17256 - Gessica Fernandes	27/11/1990	3,50	1,20	1,00	5,70	27º
324	12533 - Gisele Regina Orzechoski	31/10/1976	3,85	1,00	0,80	5,65	28º
322	18161 - Karen Zanetti Bizotto	14/10/1995	3,50	1,20	0,80	5,50	29º
341	15789 - Carine Helena Mayer	25/08/1995	3,85	1,00	0,60	5,45	30º
342	17773 - Carla Maria Mayer	29/10/1996	3,85	0,80	0,80	5,45	31º
380	12448 - Nadir Salete Schultz	15/09/1965	4,20	0,80	0,40	5,40	32º
325	16650 - Simone Lauer-mann	07/08/1985	4,20	0,80	0,40	5,40	33º
320	18108 - Mara Regina Deves Budtinger	27/10/1985	4,20	0,80	0,40	5,40	34º
382	16495 - Elisane Maria Graff Justen	23/07/1979	4,20	0,40	0,80	5,40	35º
321	18816 - Magda Fernanda Budtinger	04/01/1991	3,50	1,00	0,80	5,30	36º
328	18452 - Juliana Dill	15/03/1986	4,20	0,60	0,20	5,00	37º
340	11981 - Caciane Marcela Madalozzo Arend	18/11/1981	3,15	1,20	0,60	4,95	38º
383	10189 - Carolina Joaninha Trevisan	24/06/1989	3,15	1,00	0,80	4,95	39º
359	16233 - Juliana Da Silva	25/12/1987	3,50	1,20	0,20	4,90	40º
378	11032 - Jana Mara Franzosi	03/03/1993	3,50	0,40	1,00	4,90	41º
364	16445 - Sandra Zanolli Martinelli	13/06/1977	2,80	1,20	0,80	4,80	42º

375	18016 - Istéfani Cristina Barro	10/08/1995	3,15	0,80	0,80	4,75	43°
332	15917 - Cristiane Raquel Scheuermann Gomes	19/12/1985	3,15	0,60	0,80	4,55	44°
355	10776 - Jéssica Machado Neumann	13/09/1996	3,50	0,80	0,20	4,50	45°
345	13166 - Daiani Foretti	23/05/1991	3,85	0,60	0,00	4,45	46°
368	18196 - Maira Regina Toigo	20/07/1994	2,80	0,60	1,00	4,40	47°
357	18460 - Karine Maria Kuhn	16/03/1989	2,80	0,60	0,80	4,20	48°
337	11792 - Eliane Marcia Pinto Johner	16/04/1986	2,80	0,80	0,40	4,00	49°
388	13305 - Emanuele Hoesel	23/05/1994	2,80	0,80	0,40	4,00	50°
327	12484 - Cristina Covolo Kasper Vidal	24/09/1987	3,15	0,40	0,40	3,95	Desc.
373	18429 - Micheli Rubin	24/10/1994	3,15	0,40	0,40	3,95	Desc.
352	18437 - Lucilei Rosa Vendruscolo Da Silveira	26/02/1977	2,45	0,80	0,60	3,85	Desc.
358	8616 - Elisângela Cristina Da Silva	04/07/1982	2,10	1,00	0,60	3,70	Desc.
390	15093 - Andreia Patricia Belle	30/12/1984	2,10	1,40	0,20	3,70	Desc.
387	14338 - Daniela Lúcia Spironello	30/05/1991	2,45	0,80	0,40	3,65	Desc.
330	15015 - Graciél Soldá	18/01/1994	1,75	0,80	1,00	3,55	Desc.
389	17471 - Elidiane Maria Gass Arrial	25/07/1990	2,45	0,80	0,20	3,45	Desc.

392	18704 - Marisete Zachi	11/02/1992	2,10	0,80	0,40	3,30	Desc.
385	18770 - Janete Bernardy	05/01/1968	1,75	0,80	0,40	2,95	Desc.
386	18797 - Marta Elena Bernardy Apio	31/12/1987	1,40	1,00	0,40	2,80	Desc.
350	12578 - Marinez Salete Justen	12/04/1982	1,75	0,60	0,40	2,75	Desc.
374	13191 - Cassiane Zanetti Ruckhaber	28/12/1982	1,75	0,80	0,20	2,75	Desc.
384	12887 - Franciele Cristina Mayer Kafer Klauch	07/01/1986	1,75	0,60	0,40	2,75	Desc.
354	15573 - Beatriz De Mello Martini	21/09/1984	1,40	0,80	0,40	2,60	Desc.
394	18155 - Francini Andreolla	19/05/1994	1,40	0,80	0,40	2,60	Desc.
349	18040 - Angela Cristina Both	04/08/1977	1,40	0,40	0,60	2,40	Desc.
351	16875 - Simone Andreoli	10/04/1987	1,40	0,80	0,20	2,40	Desc.
353	11387 - Andréia Da Silva	17/07/1993	1,40	0,20	0,60	2,20	Desc.
356	18255 - Marli Mayer	11/10/1987	1,40	0,20	0,40	2,00	Desc.
391	18151 - Neiva Maria Becker Bossa	25/12/1967	1,40	0,00	0,40	1,80	Desc.
MONITOR SOCIAL Modalidade A							
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
409	13108 - Edeli Dittrich Bolgenhagen	30/05/1984	4,90	0,80	1,00	6,70	1º
397	17903 - Andressa Beninca	22/11/1993	4,90	0,80	1,00	6,70	2º
412	18721 - Giovane Carlos Justen	19/08/1995	4,90	0,80	1,00	6,70	3º

408	15211 - Iohana Eloise Weiss	03/01/1997	4,20	1,40	1,00	6,60	4º	
395	11514 - Ana Paula Pecin	08/09/1993	4,55	1,20	0,80	6,55	5º	
400	12897 - Cleide De Fátima Netto Isoton	20/05/1981	4,20	1,40	0,80	6,40	6º	
406	12229 - Sueli Conceição Da Silva	06/05/1970	4,90	0,80	0,60	6,30	7º	
407	16607 - Michele Beckenkamp Christani	16/02/1991	4,55	0,80	0,80	6,15	8º	
404	17342 - Elisete Ferraz	03/08/1981	4,20	1,00	0,60	5,80	9º	
396	18246 - Claudinéia De Fátima Daponte	10/06/1995	3,85	1,20	0,60	5,65	10º	
401	18300 - Andreia Ferreira Gomes Lermen	06/10/1982	4,20	0,60	0,80	5,60	11º	
411	12695 - Sibeli Vettorazzi	11/03/1995	3,50	0,80	0,80	5,10	12º	
405	18192 - Maria Gorete De Abreu Kerkhoven	06/07/1976	3,50	0,80	0,60	4,90	13º	
399	17678 - Rosalene Maria Sasso	08/03/1984	3,50	0,80	0,60	4,90	14º	
402	16146 - Tais Regina Luft	24/12/1989	3,15	0,60	0,80	4,55	15º	
410	11924 - Tiago Santin	15/01/1993	2,80	0,60	0,80	4,20	16º	
398	18355 - Ines Monica Gretzler	11/12/1991	3,50	0,40	0,20	4,10	17º	
403	16954 - Francieli Batista	27/12/1991	3,50	0,20	0,40	4,10	18º	
NUTRICIONISTA Modalidade A								
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
496	8514 - Karine Lazarotto	15/09/1992	6,65	1,40	0,60	8,65	1º	

481	8690 - Sofie Bohr	22/11/1992	5,60	1,80	0,80	8,20	2º	
505	16167 - Amanda Cadoná	29/12/1990	5,60	1,80	0,60	8,00	3º	
502	14465 - Joseane Inês Knob	19/03/1990	5,25	1,60	1,00	7,85	4º	
503	11336 - Josi Raquel Heinen	18/01/1983	5,60	1,20	1,00	7,80	5º	
494	17072 - Maria Cristina Almeida	09/01/1988	6,30	0,80	0,60	7,70	6º	
514	8547 - Gabriela Regina Pinto	01/06/1990	5,25	1,60	0,60	7,45	7º	
510	15489 - Maitê Dacrocce	21/10/1990	5,95	0,80	0,60	7,35	8º	
490	8552 - Marilis De Oliveira	24/03/1985	4,90	1,40	1,00	7,30	9º	
474	18408 - Anna Crystina Rodrigues	19/09/1990	5,25	1,20	0,80	7,25	10º	
497	12696 - Bárbara Scherner	09/06/1990	5,95	0,80	0,40	7,15	11º	
500	17024 - Manuela Mayer	07/07/1984	4,90	1,20	1,00	7,10	12º	
485	11194 - Talita Fachinello	13/08/1984	5,25	1,20	0,60	7,05	13º	
512	11103 - Josiane Sinhori	08/11/1988	5,25	1,20	0,60	7,05	14º	
501	12080 - Ana Luisa Cervo	12/05/1984	5,25	1,00	0,80	7,05	15º	
507	17057 - Luciana Terezinha Rech	10/06/1987	5,60	0,80	0,60	7,00	16º	
476	10904 - Joana Da Rocha Schreiner	13/09/1989	4,90	1,20	0,80	6,90	17º	
515	12365 - Cristiane Perondi	19/11/1993	5,25	0,80	0,80	6,85	18º	
477	11290 - Josiani Katia Cenatti	22/09/1984	4,90	1,20	0,60	6,70	19º	
493	11992 - Simone Carla Jacobs	30/08/1990	3,85	2,00	0,80	6,65	20º	

486	8864 - Thiele Pires Valente	22/02/1988	4,20	1,40	1,00	6,60	21º
513	11366 - Indira Alnoch	17/07/1987	4,55	1,40	0,60	6,55	22º
489	16431 - Patricia Thomazi	24/02/1990	4,90	1,00	0,60	6,50	23º
478	18076 - Taren Beatriz Ferreira Leite De Oliveira	02/02/1989	5,25	0,80	0,40	6,45	24º
498	17117 - Janaina Terezinha Hendges	20/11/1991	4,20	1,40	0,80	6,40	25º
488	16250 - Mayara Faim Dos Santos	03/12/1992	4,20	1,40	0,80	6,40	26º
475	8811 - Cirlene Mathiello	11/11/1979	4,55	1,20	0,60	6,35	27º
480	18403 - Morgana Dalla Líbera	14/03/1994	4,55	1,00	0,80	6,35	28º
470	8631 - Gisele R. De Toledo	26/01/1986	4,90	0,80	0,60	6,30	29º
491	12474 - Rafaela Da Silva Dorneles	15/07/1987	4,90	0,80	0,60	6,30	30º
511	11424 - Cristina Giongo	02/03/1988	4,20	1,00	1,00	6,20	31º
484	16485 - Tanicler Nunes	01/09/1986	4,55	1,20	0,40	6,15	32º
473	8558 - Cíntia Mara Ansolin	08/05/1992	4,90	1,00	0,20	6,10	33º
472	13816 - Joseane Carla Schabarium	08/02/1992	3,85	1,20	1,00	6,05	34º
479	18035 - Sabrinne Luana Colling	23/11/1987	4,55	0,80	0,60	5,95	35º
499	16531 - Alana Roberta De Moura	23/11/1992	4,55	1,00	0,20	5,75	36º
504	12374 - Evlin Diuliana Ganzer	25/09/1990	4,55	0,80	0,40	5,75	37º

508	16416 - Carine Aparecida Fachin	04/04/1992	4,20	0,80	0,60	5,60	38º
495	8671 - Carla Daliana Damasceno	31/08/1988	3,85	1,20	0,40	5,45	39º
487	18154 - Thais Biasuz	26/01/1993	4,20	0,80	0,40	5,40	40º
509	11769 - Liziane Maria Paetzold	22/08/1989	3,50	1,00	0,60	5,10	41º
506	16721 - Daline Maria Berlatto	28/06/1992	3,50	0,80	0,60	4,90	42º
ORIENTADOR SOCIAL Modalidade A							
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
535	16385 - Raquel Gonzatto	09/01/1991	4,55	1,20	0,60	6,35	1º
536	14883 - Gabriela Postai	03/04/1994	4,55	0,80	1,00	6,35	2º
537	17042 - Daniela Martinelli De Lima	30/12/1984	4,20	0,60	0,80	5,60	3º
538	17616 - Susana Camicia	12/08/1983	3,85	0,40	0,40	4,65	4º
539	18444 - Rosane Prestes	17/07/1987	2,80	1,40	0,40	4,60	5º
PSICÓLOGO Modalidade A							
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
541	12919 - Marcelo Bonadeu	04/08/1987	6,30	1,80	1,00	9,10	1º
578	11206 - Michele Seffrin	04/10/1987	6,30	1,80	1,00	9,10	2º
562	10297 - Andréia Cristiane Dobner	04/07/1985	6,30	1,80	0,60	8,70	3º
576	17246 - Franciele Lazarotto	17/05/1987	6,30	1,60	0,80	8,70	4º
589	8586 - Dayane Bouffleur	20/09/1988	6,30	1,40	1,00	8,70	5º
574	17729 - Diane Maria Zanetti Anverça	20/05/1985	5,95	1,40	1,00	8,35	6º

547	10574 - Jaque-line Elisa Maldaner	26/10/1983	5,60	1,60	1,00	8,20	7º
546	16519 - Adílma Malacarne	18/10/1979	5,95	1,20	1,00	8,15	8º
548	8635 - Barbara Camila Da Silva	20/09/1990	5,95	1,60	0,60	8,15	9º
552	13904 - Eromil-des De Grandis Beato	05/10/1977	5,60	1,80	0,60	8,00	10º
557	10838 - Gabriela Marin	05/07/1987	5,95	1,60	0,40	7,95	11º
558	8699 - Giovana Bedin Pereira	14/08/1991	5,95	1,40	0,60	7,95	12º
566	9782 - Simone Cristina Back	17/11/1992	5,25	1,60	1,00	7,85	13º
569	8510 - Fabiana Gusen	03/01/1982	5,60	1,40	0,80	7,80	14º
582	8498 - Kamila Ribeiro	10/04/1990	5,60	1,40	0,80	7,80	15º
560	10809 - Alana Angelica Peruffo	04/07/1991	5,95	1,20	0,60	7,75	16º
579	12031 - Karine Zambiasi	26/03/1990	5,95	1,40	0,20	7,55	17º
567	18613 - Raquel Cristine Beling	23/02/1988	5,95	1,00	0,60	7,55	18º
563	14847 - Juliana Camini Oliveira	30/07/1983	5,60	1,00	0,80	7,40	19º
591	8611 - Shirley Paloschi	30/03/1985	5,60	0,60	1,00	7,20	20º
550	15638 - Juliana De Quadros	05/12/1984	5,95	0,80	0,40	7,15	21º
584	16086 - Michele Zanin	31/10/1987	4,55	1,80	0,80	7,15	22º
564	14239 - Viviane Rost	18/05/1984	4,90	1,60	0,60	7,10	23º
542	10942 - Marcionize Filipini	06/03/1990	4,90	1,40	0,80	7,10	24º
588	11773 - Mauriane Françozi	13/01/1977	4,55	1,60	0,80	6,95	25º

553	8565 - Isadora Regina Schwab	21/03/1992	4,55	1,40	1,00	6,95	26º
570	18295 - Ana Silvia Scandola	20/06/1984	5,25	1,00	0,60	6,85	27º
573	12165 - Douglas Henrique Castanha	08/09/1991	5,25	1,00	0,60	6,85	28º
586	18498 - Karine Lunkes	10/09/1990	4,90	1,20	0,60	6,70	29º
568	17449 - Tatiane Cunha	24/08/1985	4,55	1,40	0,60	6,55	30º
551	15046 - Cristiane Luvizon Hendges	12/04/1983	4,55	1,20	0,80	6,55	31º
572	9973 - Crisianne Baldin Garcia	26/01/1982	4,90	1,20	0,40	6,50	32º
575	8598 - Dayanna Basso Perozzo	20/10/1986	4,90	1,20	0,40	6,50	33º
559	16853 - Camille Kuhn	16/06/1992	4,90	0,80	0,80	6,50	34º
592	11251 - Alisson Mauricio Monteiro	03/10/1992	4,90	0,80	0,80	6,50	35º
581	17612 - Mayara Bertamoni	13/05/1982	5,25	0,80	0,40	6,45	36º
556	9534 - Greyce Camila Dos Santos	19/06/1991	4,20	1,40	0,80	6,40	37º
577	13622 - Nemora Paula Spillmann	20/12/1986	4,55	1,20	0,60	6,35	38º
565	8597 - Telma Aline Corti	29/08/1990	4,55	1,00	0,80	6,35	39º
555	17349 - Delciana Bianchi	26/02/1991	4,90	0,80	0,60	6,30	40º
583	15663 - Mayellin Lavall	14/08/1992	4,90	0,80	0,60	6,30	41º
587	8600 - Priscila Jaroskeski Giron	20/08/1982	4,20	1,40	0,40	6,00	42º
571	12497 - Debora Mezzomo Rios	03/03/1988	4,20	1,20	0,60	6,00	43º

545	15728 - Fernanda Segat	09/08/1982	4,20	1,20	0,40	5,80	44°	
561	16969 - Fernanda Perondi	17/03/1985	4,55	1,00	0,00	5,55	45°	
580	10318 - Maiara Bruna Machado	07/09/1989	4,55	0,80	0,20	5,55	46°	
549	16313 - Idene Pauli	17/02/1983	4,55	0,60	0,40	5,55	47°	
585	17768 - Leila Vaz Pinheiro	18/01/1979	3,85	1,00	0,00	4,85	48°	
540	12399 - Micheli Pergher	21/03/1990	2,80	1,00	0,80	4,60	49°	
554	11005 - Aline Cristiane Andreolla Mattos	29/10/1985	2,80	1,00	0,60	4,40	50°	
544	11589 - Andréa Maria Campos	08/01/1974	2,80	0,40	0,60	3,80	Desc.	
TÉCNICO EM ENFERMAGEM Modalidade A								
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
594	17764 - Juliana Immig	08/04/1979	5,25	1,00	1,00	7,25	1°	
595	18341 - Ana Carla Carvalho Dos Santos	24/05/1990	4,55	1,40	1,00	6,95	2°	
596	8652 - Delci Lúcia Bruder Dos Santos	20/12/1974	4,55	1,20	0,80	6,55	3°	
593	13106 - Janice Salete Hartmann	27/05/1989	4,55	0,80	1,00	6,35	4°	
597	9207 - Fabiane Schneider	25/11/1986	4,55	0,60	0,60	5,75	5°	
TELEFONISTA Modalidade A								
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
603	16245 - Pierina Libera Salvi	29/06/1952	4,20	2,00	1,00	7,20	1°	
600	13417 - Vanessa Nicola	10/11/1993	4,55	1,80	0,60	6,95	2°	

609	18366 - Clarice Casarin Possatto	02/01/1965	3,85	2,00	1,00	6,85	3°	
601	18755 - Glaustimar Guarez	27/08/1972	4,20	1,80	0,60	6,60	4°	
607	17512 - Marivani De Fatima Perreira Dos Santos	16/10/1978	3,50	1,80	0,80	6,10	5°	
604	16778 - Marlei De Mello	25/06/1982	3,85	1,40	0,80	6,05	6°	
608	13961 - Beatris Christofoli Rossini	06/04/1970	4,20	1,60	0,20	6,00	7°	
610	11789 - Maci Consalter Favero	30/08/1991	3,15	1,80	0,80	5,75	8°	
599	18375 - Irene Costa Curta	29/03/1963	2,45	1,60	1,00	5,05	9°	
602	13336 - Luiz Cunes Da Silva	15/11/1972	3,15	1,00	0,80	4,95	10°	
606	17707 - Joice Muhl	30/08/1996	2,45	1,60	0,80	4,85	11°	
598	17714 - Leila Cristina Silva	03/05/1982	2,10	1,60	1,00	4,70	12°	
605	13138 - Maria Baldisa- relli Petry	03/07/1975	2,45	1,60	0,60	4,65	13°	
OPERADOR DE EQUIPAMENTOS Modalidade B								
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Prova Práti- ca	Total	Class.
521	16273 - Jocimar Gottardi	14/06/1986	1,92	1,17	0,50	3,20	6,79	1°
520	16351 - Luiz Fernando Krumme- nauer	24/06/1989	1,76	1,30	0,50	3,20	6,76	2°
524	8561 - Valter Troian	19/12/1985	1,92	0,78	0,40	3,40	6,50	3°
530	14415 - Leandro Inácio Specht	26/06/1982	2,08	0,91	0,50	3,00	6,49	4°
519	11986 - Vander Spironelo	17/11/1982	1,92	1,04	0,40	3,00	6,36	5°

517	16766 - Airton Anderson Massmann	08/04/1989	1,92	1,04	0,50	2,90	6,36	6º
533	17329 - Junior Cristiano Furtim	14/05/1989	1,44	1,04	0,50	3,30	6,28	7º
522	15109 - Edeimar Cherubini	06/10/1982	1,76	0,78	0,40	3,30	6,24	8º
525	18256 - Alexandre Tremea	13/11/1989	1,76	0,91	0,40	3,00	6,07	9º
529	11863 - Valmir Scholl	04/06/1973	1,28	0,91	0,40	3,40	5,99	10º
528	12094 - Jucimar Berte	23/02/1988	1,60	0,78	0,40	3,10	5,88	11º
531	18167 - Dieferson Cristiano Gomerindo	18/12/1990	1,44	0,91	0,40	3,00	5,75	12º
518	9327 - Djonathan Cris Andrighi	10/05/1991	1,28	0,91	0,30	3,20	5,69	13º
526	11394 - Felipe Alécio Webler	23/10/1994	1,60	1,30	0,50	2,20	5,60	14º
523	16048 - éliton Mattos De Freitas	09/06/1994	1,12	1,04	0,40	0,00	2.560	Des-classificado (Não atingiu a nota mínima exigida na Prova Prática).
532	12128 - Ademair José Conte	01/09/1978	1,28	0,39	0,30	0,00	1.970	Des-classificado (Não atingiu a nota mínima exigida na Prova Objetiva).

527	17906 - Fábio Junior Sasso	22/10/1991	0,96	0,26	0,20	0,00	1.420	Des-classificado (Não atingiu a nota mínima exigida na Prova Objetiva).
MECÂNICO Modalidade B								
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Prova Prática	Total	Class.
317	13549 - Denacir Epping	29/05/1982	1,76	1,04	0,50	4,20	7,50	1º
311	17542 - Marcio Schutz	09/03/1981	2,08	1,04	0,50	3,60	7,22	2º
316	18407 - Rodrigo Vichietti	29/10/1991	1,76	1,17	0,50	3,40	6,83	3º
318	15970 - Joel Cabral Dos Santos	10/10/1984	1,76	1,04	0,40	3,40	6,60	4º
313	16617 - Rafael Martinelli	31/10/1993	1,60	1,17	0,40	3,10	6,27	5º
312	11415 - Jucimar Schutz	26/06/1986	1,44	1,04	0,50	2,90	5,88	6º
315	15984 - Marciano Baseggio	25/10/1987	0,96	0,91	0,50	3,10	5,47	7º
310	18203 - Paulo Henrique Machado	05/08/1989	0,96	0,91	0,30	2,70	4,87	8º
314	18303 - Carlos Alberto Schmidt	09/02/1970	0,96	0,39	0,40	0,00	1,75	Des-classificado (Não atingiu a nota mínima exigida na Prova Objetiva).
MOTORISTA Modalidade B								
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Prova Prática	Total	Class.
431	9442 - Jefferson Luiz Welter	01/03/1985	2,56	1,30	0,50	3,00	7,36	1º

444	8667 - Cleberson Kovalski	16/10/1982	2,08	1,17	0,40	3,30	6,95	2º
437	15693 - Daniel Augusto Dilli	19/10/1982	2,08	1,30	0,50	2,90	6,78	3º
464	17265 - Idalino De Mello	03/07/1979	1,60	1,30	0,40	3,30	6,60	4º
428	18775 - Jean Marciel Schlin- dwein	07/05/1990	2,08	0,91	0,40	3,20	6,59	5º
445	10145 - Daniel De Pellegrin	14/06/1989	2,08	1,17	0,40	2,90	6,55	6º
434	15115 - Marcos Aurélio Bortolotto	16/05/1971	1,60	1,30	0,50	3,10	6,50	7º
413	12529 - Edgar Antonio Pietchak	26/04/1976	1,92	1,17	0,40	3,00	6,49	8º
430	11752 - Roberto Fabiano Arend	21/02/1983	2,08	0,78	0,30	3,30	6,46	9º
423	16679 - Gilnei Ville	27/01/1992	1,12	1,17	0,30	3,80	6,39	10º
419	11590 - Talison Gregori Zini	18/05/1988	1,92	0,91	0,40	3,10	6,33	11º
427	16652 - Vinícius Estreich	06/09/1988	1,44	1,17	0,50	3,20	6,31	12º
433	10162 - Normé- lio Luis Lebens	22/02/1973	1,76	1,04	0,40	3,10	6,30	13º
466	9489 - Hilario David Kunkel	16/05/1983	1,60	0,78	0,50	3,40	6,28	14º
416	16380 - Clairton Idacir Schneider	11/07/1984	1,28	1,17	0,50	3,30	6,25	15º
453	10151 - Orivan Provensi	26/03/1986	1,76	1,17	0,50	2,70	6,13	16º
462	8520 - Tiago Carlos Piran	22/10/1988	1,44	1,04	0,40	3,20	6,08	17º
436	10645 - Gusta- vo Joel Rauber	28/02/1986	1,44	1,04	0,50	3,10	6,08	18º
429	15654 - Vitor Matheus Rohde	06/12/1985	1,60	1,17	0,30	3,00	6,07	19º

467	17466 - André Ferreira Gomes	23/10/1985	1,28	1,17	0,40	3,20	6,05	20º
443	10550 - Ademir Luiz Klein	04/09/1958	1,44	0,65	0,40	3,40	5,89	21º
468	8657 - Adavilson Da Rosa	14/05/1985	1,44	0,78	0,40	3,20	5,82	22º
452	8921 - Ivanor Fernando Da Luz	13/10/1992	1,44	1,17	0,50	2,70	5,81	23º
455	16794 - Nauredir A. Da Luz	21/05/1970	1,44	0,91	0,30	3,00	5,65	24º
442	8660 - Felipe Baldissa- relli	02/06/1992	1,28	0,91	0,30	3,10	5,59	25º
435	18469 - Cedemir Carlos Lenhardt	15/02/1982	1,60	0,78	0,50	2,70	5,58	26º
417	18199 - Adilso Luis Zatti	14/06/1978	1,28	1,04	0,40	2,80	5,52	27º
441	17820 - Andre Luis Thalhei- mer	28/04/1991	1,12	0,91	0,40	3,00	5,43	28º
438	11668 - Edimar Fabio Cadorwe	17/12/1983	1,28	0,65	0,40	2,60	4,93	29º
422	12227 - Roberto Nunes	31/08/1985	0,80	0,78	0,40	0,00	1,98	Des- classi- ficado (Não atingiu a nota mínima exigida na Prova Objeti- va).
456	8673 - Marcio Rafael Mayer	13/03/1989	0,96	0,65	0,30	0,00	1,91	Des- classi- ficado (Não atingiu a nota mínima exigida na Prova Objeti- va).

465	16867 - Clair Luiz Bernardi	08/03/1954	1,12	0,39	0,40	0,00	1,91	Des- classi- ficado (Não atingiu a nota mínima exigida na Prova Objeti- va).
449	16921 - Silvio Cesar Bloss	10/07/1976	0,64	0,65	0,30	0,00	1,59	Des- classi- ficado (Não atingiu a nota mínima exigida na Prova Objeti- va).
414	10857 - Edenir Luiz Ber- tollo	21/08/1979	0,64	0,52	0,40	0,00	1,56	Des- classi- ficado (Não atingiu a nota mínima exigida na Prova Objeti- va).
432	17873 - Pedro Jose De Maia	08/12/1976	0,80	0,26	0,10	0,00	1,16	Des- classi- ficado (Não atingiu a nota mínima exigida na Prova Objeti- va).
426	15896 - Leandro Zonta	24/09/1991	0,64	0,39	0,10	0,00	1,13	Des- classi- ficado (Não atingiu a nota mínima exigida na Prova Objeti- va).

420	18627 - Evandro Marcio Cristofoli	30/01/1982	2,24	1,04	0,50	0,00	3,78	Des- classi- ficado (Fal- tante na realiza- ção da Prova Práti- ca).
424	9380 - Juarez Carlos Schreiner	01/06/1971	2,08	0,91	0,50	0,00	3,49	Des- classi- ficado (Não atingiu a nota mínima exigida na Prova Práti- ca).
418	18189 - Adilson José Kerkhoven	14/10/1972	1,76	1,17	0,40	0,00	3,33	Des- classi- ficado (Fal- tante na realiza- ção da Prova Práti- ca).
451	17182 - Marco Andrigo Primmaz	28/01/1986	1,92	0,91	0,40	0,00	3,23	Des- classi- ficado (Não reali- zou a Prova Prática por não possuir CNH exigi- da).
457	14933 - Junior Kunz	25/04/1986	1,60	1,04	0,50	0,00	3,14	Des- classi- ficado (Não reali- zou a Prova Prática por não possuir CNH exigi- da).

454	9666 - Joacir Schmitz	31/08/1986	1,60	0,78	0,30	0,00	2,68	Desclassificado (Não atingiu a nota mínima exigida na Prova Prática).
415	16031 - Antonio De Assis Do Amaral	21/06/1970	1,12	1,04	0,30	0,00	2,46	Desclassificado (Não realizou a Prova Prática por não possuir CNH exigida).
425	13778 - Joel Nodari	29/06/1992	1,12	0,78	0,50	0,00	2,40	Desclassificado (Faltante na realização da Prova Prática).
450	15916 - Lucenir Cezar	03/02/1983	1,12	0,78	0,30	0,00	2,20	Desclassificado (Faltante na realização da Prova Prática).
446	10525 - Laurindo Johann	01/07/1970	1,12	0,52	0,50	0,00	2,14	Desclassificado (Não realizou a Prova Prática por não possuir CNH exigida).

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de novembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA

Prefeito Municipal

Art. 2º. Os desempates estão de acordo com o Item 6. do Edital.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

DECRETO Nº 5.493, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014**DECRETO Nº 5.493, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014****HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2014.**

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pelo Art. 69, Inciso X, da Lei orgânica Municipal, especialmente aquelas contidas no Edital de Processo Seletivo nº. 001/2014:

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições relativas ao Edital de Processo Seletivo Edital nº 001/2014 do Município de São José do Cedro – SC, conforme segue:

Auxiliar de Ensino - Modalidade B

Nenhum candidato inscrito neste cargo.
--

Auxiliar de Serviços Gerais - Modalidade B

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
17272	Maiara Balerini	HOMOLOGADA
23164	Ivanete De Vargas Araújo Klain	HOMOLOGADA
23731	Eliane Collett Sasso	HOMOLOGADA
24281	Elisângela Cristina Da Silva	HOMOLOGADA

Merendeira - Modalidade B

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
15798	Sonia Aparecida Soqueira Ely	HOMOLOGADA
18319	Clemilda Barbosa Ferreira	HOMOLOGADA
21871	Marlice Terezinha Hendges	HOMOLOGADA
23869	Marlei De Mello	HOMOLOGADA

Monitor de Creche - Modalidade B

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
14733	Marisa Danieli Lolato	HOMOLOGADA
15549	Bruna Schaefer Sovrani	HOMOLOGADA
17509	Fernanda Bosa Hart	HOMOLOGADA
18263	Vanea Menin	HOMOLOGADA
22174	Leilane Pavan	HOMOLOGADA

Rua Jorge Lacerda, 1049, Centro • CEP: 89930-000 • Fone: (49) 3643 0247 • Fax: (49) 3643 0247
www.prefcedro.sc.gov.br • E-mail: imprensa@prefcedro.sc.gov.br • CNPJ: 83.026.781/0001-10



PREFEITURA DE
SÃO JOSÉ DO CEDRO



22309	Daniela Lúcia Spironello	HOMOLOGADA
22505	Elisete Ferraz	HOMOLOGADA
22611	Kassia Kayana Romanoski	HOMOLOGADA
23402	Carolina Joaninha Trevisan	HOMOLOGADA
23437	Janesca Martinelli Rocha	HOMOLOGADA
24042	Simone Maria Schaffer	HOMOLOGADA
24199	Isaura Reichert	HOMOLOGADA
24480	Eliane Da Silva Sertório	HOMOLOGADA
24488	Giovana Eloí	HOMOLOGADA
24531	Camila Simoni	HOMOLOGADA

Professor de Artes - Habilitado - Modalidade A

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
13431	Silvana Ester Delevatti	HOMOLOGADA
20808	Paulo Roberto Socol	HOMOLOGADA
23734	Marinês Philipsen	HOMOLOGADA

Professor de Artes - Não Habilitado - Modalidade A

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Professor de Ciências - Habilitado - Modalidade A

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
21614	Marines Maria Banaszkeski Stringhini	HOMOLOGADA

Professor de Ciências - Não Habilitado - Modalidade A

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Professor de Educação Especial 2º Professor - Habilitado - Modalidade A

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
15652	Deise Daniela Dassoler	HOMOLOGADA
16765	Viviane Smaniotto	HOMOLOGADA
17992	Sabrina Banhara	HOMOLOGADA
21440	Noeli Terezinha Pellenz	HOMOLOGADA
23031	Maide Luiza Klein Anzolin	HOMOLOGADA
23113	Angela Vendramin Rauber	HOMOLOGADA
24302	Elza Maria Vogel	HOMOLOGADA

Professor de Educação Especial 2º Professor - Não Habilitado - Modalidade A

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
21226	Edilaine Girardi	HOMOLOGADA



**Professor de Educação Física - Habilitado - Modalidade A**

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
12994	Cristiana Reichert	HOMOLOGADA
14336	Tiago Carlos Piran	HOMOLOGADA
14974	Sirlei Rubin	HOMOLOGADA
17052	Daniela Martinelli De Lima	HOMOLOGADA
18274	Tatiane Bossa	HOMOLOGADA
18708	Rosane Maria Kummer	HOMOLOGADA
22476	Eider Carlos Silva	HOMOLOGADA
24062	Ademir Alberto Zanatta	HOMOLOGADA
24260	Samara Borille	HOMOLOGADA
24543	Suely Decarli	HOMOLOGADA

Professor de Educação Física - Não Habilitado - Modalidade A

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
13425	Elizandra Fontana	HOMOLOGADA
16493	Lucas Seffrin Brambilla	HOMOLOGADA
24046	Genair Cavalheiro Martins	HOMOLOGADA
24218	Karen Zanetti Bizotto	HOMOLOGADA
24434	Nathan Kerkhoven	HOMOLOGADA

Professor de Educação Infantil - Habilitado - Modalidade A

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
13486	Keila Cieplak	HOMOLOGADA
13002	Sueli Zamboni	HOMOLOGADA
13364	Janeffer Scholl	HOMOLOGADA
13583	Angela Cristina Both	HOMOLOGADA
14374	Camila Regina Kummer	HOMOLOGADA
14581	Carla Inês Rosenbach	HOMOLOGADA
15103	Catiane Regina Lavall	HOMOLOGADA
15402	Solange Agostini	HOMOLOGADA
15887	Dionara Decarli	HOMOLOGADA
16084	Vera Lúcia Schmitz	HOMOLOGADA
16145	Gisele Henicka Miola	HOMOLOGADA
16615	Maira Caetano Casagrande	HOMOLOGADA
16619	Ana Maria Casagrande Conferri	HOMOLOGADA
16764	Viviane Smaniotto	HOMOLOGADA
17020	Cleusa De Fátima Telles Fantinelli	HOMOLOGADA
17138	Rosamar Mazzoneto	HOMOLOGADA

Rua Jorge Lacerda, 1049, Centro • CEP: 89930-000 • Fone: (49) 3643 0247 • Fax: (49) 3643 0247
www.prefcedro.sc.gov.br • E-mail: imprensa@prefcedro.sc.gov.br • CNPJ: 83.026.781/0001-10





17711	Juliana Miola Martini	HOMOLOGADA
18530	Leila Sandra Baierle Bittencourt	HOMOLOGADA
18536	Elaine Terezinha Simch	HOMOLOGADA
20229	Giovana Cristina Breier Miola	HOMOLOGADA
20350	Simone Lauermann	HOMOLOGADA
20587	Helenir Lúcia Festa	HOMOLOGADA
20790	Fabiane Cristina Weppo	HOMOLOGADA
20851	Eduarda Noro	HOMOLOGADA
20896	Daiane Mireli Gularte De Mattos Passarin	HOMOLOGADA
20922	Neiva Maria Becker Bossa	HOMOLOGADA
21002	Brigida Rosa Poli	HOMOLOGADA
21052	Cristiane Graff	HOMOLOGADA
21590	Denise Colombo Lolato	HOMOLOGADA
21607	Joceli Zaneti	HOMOLOGADA
21757	Betânia Luiza Poli	HOMOLOGADA
21845	Keli Cristina Muller	HOMOLOGADA
21852	Ivanete Da Silva	HOMOLOGADA
21857	Janes Paula Dos Santos	HOMOLOGADA
23112	Angela Vendramin Rauber	HOMOLOGADA
23166	Daniela Bruzzo	HOMOLOGADA
23219	Marciele Schraegle Hoffmann	HOMOLOGADA
23234	Elisandra Dos Reis	HOMOLOGADA
23244	Leila Britsche	HOMOLOGADA
23328	Franciele Fernanda Carossi	HOMOLOGADA
23401	Carolina Joaquina Trevisan	HOMOLOGADA
23582	Patricia Noll	HOMOLOGADA
23646	Beatriz De Mello Martini	HOMOLOGADA
23707	Janete Bernardy	HOMOLOGADA
23835	Elisandra Lúcia Valandro Theisen	HOMOLOGADA
23874	Leandra Valeria Schultz	HOMOLOGADA
24165	Gessi Boller	HOMOLOGADA
24181	Ivanete Zimmer	HOMOLOGADA
24239	Solange Turani	HOMOLOGADA
24324	Regi Dal'Alba	HOMOLOGADA
24339	Eliane Ana Spironello Foppa	HOMOLOGADA
24414	Édina Gusta Zamboni	HOMOLOGADA

Professor de Educação Infantil - Não Habilitado - Modalidade A

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
13572	Silvana Pellegrini	HOMOLOGADA

Rua Jorge Lacerda, 1049, Centro • CEP: 89930-000 • Fone: (49) 3643 0247 • Fax: (49) 3643 0247
www.prefcedro.sc.gov.br • E-mail: imprensa@prefcedro.sc.gov.br • CNPJ: 83.026.781/0001-10





13915	Luciele Marta Cezar	HOMOLOGADA
14841	Mria Ediana Pereira Da Silva	HOMOLOGADA
14890	Gabriela Postai	HOMOLOGADA
14940	Deise Michele Tiecher	HOMOLOGADA
16323	Raquel Lazzari	HOMOLOGADA
16422	Marisa Lassen	HOMOLOGADA
16689	Sueli Conceição Da Silva	HOMOLOGADA
17026	Yeligel Laris Delevatti	HOMOLOGADA
17790	Daiane Ines Marmett	HOMOLOGADA
17805	Helena Cristine Pacheco	HOMOLOGADA
18049	Mara De Ré	HOMOLOGADA
19341	Nadir Salete Schultz	HOMOLOGADA
20291	Cristiane André Da Silva Almeida	HOMOLOGADA
20368	Rosemilda Pereira Da Luz	HOMOLOGADA
20952	Salete Terezinha Wolfart Dos Santos	HOMOLOGADA
22349	Vanessa Aparecida Nilsson Paulus	HOMOLOGADA
22425	Marinez Salete Justen	HOMOLOGADA
22499	Juliane Kafer	HOMOLOGADA
23120	Elidiane Maria Gass Arrial	HOMOLOGADA
23262	Karline Elizabete Back	HOMOLOGADA
23302	Franciele Cristina Mayer Kafer Klauch	HOMOLOGADA
23415	Solange Oliveira De Almeida	HOMOLOGADA
23550	Catussa Bosa	HOMOLOGADA
23685	Deise Cristina Da Silva Rockenbach	HOMOLOGADA
23712	Marta Elena Bernardy Apio	HOMOLOGADA
24104	Cristiane Garbin	HOMOLOGADA
24112	Marley Tresinha Klein Anzolin	HOMOLOGADA
24322	Francieli Batista	HOMOLOGADA
24389	Mara Regina Deves Budtinger	HOMOLOGADA

Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais - Habilitado - Modalidade A

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
16076	Liane Terezinha Canto Potrich	HOMOLOGADA
13485	Keila Cieplak	HOMOLOGADA
13363	Janeffer Scholl	HOMOLOGADA
13582	Angela Cristina Both	HOMOLOGADA
14252	Jovana Neinas	HOMOLOGADA
14373	Camila Regina Kummer	HOMOLOGADA
15102	Catiane Regina Lavall	HOMOLOGADA
15651	Deise Daniela Dassoler	HOMOLOGADA

Rua Jorge Lacerda, 1049, Centro • CEP: 89930-000 • Fone: (49) 3643 0247 • Fax: (49) 3643 0247
www.prefcedro.sc.gov.br • E-mail: imprensa@prefcedro.sc.gov.br • CNPJ: 83.026.781/0001-10





15886	Dionara Decarli	HOMOLOGADA
16083	Vera Lúcia Schmitz	HOMOLOGADA
16144	Gisele Henicka Miola	HOMOLOGADA
16618	Ana Maria Casagrande Conferri	HOMOLOGADA
17019	Cleusa De Fátima Telles Fantinelli	HOMOLOGADA
17137	Rosamar Mazzoneto	HOMOLOGADA
17670	Daiane Pavin	HOMOLOGADA
17991	Sabrina Banhara	HOMOLOGADA
18535	Elaine Terezinha Simch	HOMOLOGADA
18823	Marciele Huning	HOMOLOGADA
20228	Giovana Cristina Breier Miola	HOMOLOGADA
20290	Cristiane André Da Silva Almeida	HOMOLOGADA
20351	Simone Lauermann	HOMOLOGADA
20850	Eduarda Noro	HOMOLOGADA
20905	Daiane Mireli Gularte De Mattos Passarin	HOMOLOGADA
20921	Neiva Maria Becker Bossa	HOMOLOGADA
21001	Brigida Rosa Poli	HOMOLOGADA
21051	Cristiane Graff	HOMOLOGADA
21436	Edilaine Girardi	HOMOLOGADA
21439	Noeli Terezinha Pellenz	HOMOLOGADA
21586	Denise Colombo Lolato	HOMOLOGADA
21606	Joceli Zaneti	HOMOLOGADA
21756	Betânia Luiza Poli	HOMOLOGADA
21849	Ivanete Da Silva	HOMOLOGADA
21856	Janes Paula Dos Santos	HOMOLOGADA
23030	Maide Luiza Klein Anzolin	HOMOLOGADA
23165	Daniela Bruzzo	HOMOLOGADA
23172	Aline Andréia Thums	HOMOLOGADA
23218	Marciele Schraegle Hoffmann	HOMOLOGADA
23233	Elisandra Dos Reis	HOMOLOGADA
23254	Vanessa Caroline Kuhn	HOMOLOGADA
23291	Franciele Fernanda Carossi	HOMOLOGADA
23482	Debora Trevisol	HOMOLOGADA
23581	Patricia Noll	HOMOLOGADA
23706	Janete Bernardy	HOMOLOGADA
23834	Elisandra Lúcia Valandro Theisen	HOMOLOGADA
23873	Leandra Valeria Schultz	HOMOLOGADA
24164	Gessi Boller	HOMOLOGADA
24180	Ivanete Zimmer	HOMOLOGADA
24238	Solange Turani	HOMOLOGADA

Rua Jorge Lacerda, 1049, Centro • CEP: 89930-000 • Fone: (49) 3643 0247 • Fax: (49) 3643 0247
www.prefcedro.sc.gov.br • E-mail: imprensa@prefcedro.sc.gov.br • CNPJ: 83.026.781/0001-10





24253	Maria Terezinha Lazzari	HOMOLOGADA
24327	Regi Dal'Alba	HOMOLOGADA
24338	Eliane Ana Spironello Foppa	HOMOLOGADA

Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais - Não Habilitado - Modalidade A

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
13571	Silvana Pellegrini	HOMOLOGADA
14889	Gabriela Postai	HOMOLOGADA
14939	Deise Michele Tiecher	HOMOLOGADA
16301	Daiani Foretti	HOMOLOGADA
16322	Raquel Lazzari	HOMOLOGADA
16688	Sueli Conceição Da Silva	HOMOLOGADA
17025	Yeligel Laris Delevatti	HOMOLOGADA
17804	Helena Cristine Pacheco	HOMOLOGADA
18048	Mara De Ré	HOMOLOGADA
19340	Nadir Salete Schultz	HOMOLOGADA
20480	Daniela Johner Fogiato	HOMOLOGADA
20951	Salete Terezinha Wolfart Dos Santos	HOMOLOGADA
21749	Maria Carolina Araujo Johner	HOMOLOGADA
22348	Vanessa Aparecida Nilsson Paulus	HOMOLOGADA
22424	Marinez Salete Justen	HOMOLOGADA
22498	Juliane Kafer	HOMOLOGADA
23301	Franciele Cristina Mayer Kafer Klauch	HOMOLOGADA
23413	Solange Oliveira De Almeida	HOMOLOGADA
23711	Marta Elena Bernardy Apio	HOMOLOGADA
24103	Cristiane Garbin	HOMOLOGADA
24321	Francieli Batista	HOMOLOGADA
24446	Liane Maria Lunkes Simioni	HOMOLOGADA

Professor de Espanhol - Habilitado - Modalidade A

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
21758	Rosane Vichietti	HOMOLOGADA

Professor de Espanhol - Não Habilitado - Modalidade A

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
24245	Franciele Herbert Mantovani	HOMOLOGADA

Professor de Geografia - Habilitado - Modalidade A

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
13476	Lenise Winter	HOMOLOGADA



20179	Eliane Menin	HOMOLOGADA
24045	Célia Osmari Toigo	HOMOLOGADA

Professor de Geografia - Não Habilitado - Modalidade A

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
16356	Dinorá Merigo Bisutti	HOMOLOGADA
16811	Edina Cristina Favero	HOMOLOGADA
17487	Raquel Gonzatto	HOMOLOGADA

Professor de História - Habilitado - Modalidade A

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
23523	Gabriela Garcia De Mattos	HOMOLOGADA
23655	Tatiane Aparecida Gugel	HOMOLOGADA

Professor de História - Não Habilitado - Modalidade A

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
16355	Dinorá Merigo Bisutti	HOMOLOGADA
16976	Ana Paula Grzebielucas Marchesan	HOMOLOGADA
18281	Jéssica Jarabiza	HOMOLOGADA
18636	Geovane Luiz Ribeiro Barbosa	HOMOLOGADA
19401	Maria Baldissarelli Petry	HOMOLOGADA

Professor de Inglês - Habilitado - Modalidade A

Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
--	--	--

Professor de Inglês - Não Habilitado - Modalidade A

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
24328	Franciele Herbert Mantovani	HOMOLOGADA

Professor de Matemática - Habilitado - Modalidade A

Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
--	--	--

Professor de Matemática - Não Habilitado - Modalidade A

Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
--	--	--

Professor de Português - Habilitado - Modalidade A

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
21759	Rosane Vichietti	HOMOLOGADA

Professor de Português - Não Habilitado - Modalidade A



Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
22553	Taisa Markus	HOMOLOGADA
23303	Gisele Regina Orzechoski	HOMOLOGADA

Professor Habilitado com Magistério - Modalidade A

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
13144	Rozeli Pinheiro	HOMOLOGADA
17910	Franciela Triches	HOMOLOGADA
21196	Eliate Cristine Schneider Balen	HOMOLOGADA
22371	Tania Teresinha Rodrigues Da Silva	HOMOLOGADA
23756	Cleusa Teresinha Amann	HOMOLOGADA
24486	Fernanda Fátima Franzosi Castelli	HOMOLOGADA

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 de novembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 008/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 008/2014

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA SELEÇÃO DE TÉCNICOS EM ENFERMAGEM EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EXCEPCIONAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, IX da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 219, inciso IV, da Lei Complementar nº 118 de 2010 (Estatuto dos Servidores), demais disposições legais aplicáveis a espécie, resolve baixar normas para realização de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE TÍTULOS, para admissão de Técnicos em Enfermagem, em caráter temporário e excepcional, regendo-se pelas seguintes regras:

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1 - Abre inscrições para Processo Seletivo para admissão de 05 (cinco) Técnicos em Enfermagem, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde, as quais serão realizadas gratuitamente, pelo próprio candidato, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, sito a Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, em São Lourenço do Oeste - SC, nos dias 1º e 02 de dezembro de 2014, das 7:30 às 10:30 horas e das 13:00 às 16:30 horas.

1.2 - A validação das inscrições será realizada pela Comissão responsável pelo processo seletivo nº 008/2014, após analisados os documentos.

2. DA DOCUMENTAÇÃO

2.1. Quanto à validação da inscrição, o candidato deverá apresentar na Secretaria Municipal de Saúde cópias e originais dos seguintes documentos:

2.1.1 Obrigatoriamente:

- a) Carteira de Identidade (cópia);
- b) CPF (cópia);
- c) Título de Eleitor e quitação eleitoral (cópia);
- d) Carteira Nacional de Habilitação categoria B (cópia);
- e) Comprovante de quitação militar (quando for o caso) (cópia);
- f) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos (se for o caso) (cópia);
- g) Certificado de conclusão de ensino médio completo e curso técnico profissionalizante na área de atuação;
- h) Registro no COREN do estado em que reside o candidato;
- i) Comprovante de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação em nível de Especialização na área de atuação (se houver).

3. DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA

3.1 - Para atuar na área:

- a) Certificado de conclusão de ensino médio completo e curso técnico profissionalizante e Carteira Nacional de Habilitação categoria B, Comprovações de especialização, cursos, seminários, simpósios ou palestras, na área de atuação.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 - A classificação dar-se-á em ordem decrescente, obedecidos os seguintes critérios:

- a) Certificado de Ensino Médio Completo e Curso Técnico Profissionalizante;
- b) Diploma de Graduação no curso de enfermagem ou Certificado de conclusão de curso;
- c) Especialização na Área de Enfermagem;
- d) Maior pontuação obtida através dos comprovantes de especialização, cursos, seminários, simpósios ou palestras, na área de atuação.

4.2 - No cálculo de pontos será obedecido o seguinte critério:

- a) a cada 10 horas de graduação, especialização, cursos, seminários, simpósios ou palestras, na área de atuação: 01 ponto.

5. DO DESEMPATE

5.1 - Verificada a ocorrência de empate após a aplicação dos critérios de classificação definidos no item 4 deste Edital, o desempate será feito a partir do seguinte critério:

- a) candidato mais idoso;
- b) candidato com maior número de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- c) sorteio público.

6. DA PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

6.1 - As listas classificatórias serão divulgadas no Mural do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Duque de Caxias, 789, a partir do dia 04 de dezembro de 2014, no site oficial do Município (www.saolourenco.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

7. DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

7.1 - O candidato terá o dia 08 de dezembro de 2014, para entrar com pedido de reconsideração, exclusivamente para sua classificação, junto à Comissão do Processo Seletivo, por meio de requerimento, cuja resposta será fornecida no dia 09 de dezembro de 2014, via comunicação pessoal.

7.2 - Após analisados eventuais pedidos de reconsideração, o resultado final será divulgado, a partir do dia 10 de dezembro de 2014, por meio de Edital, a ser publicado no mural e no Diário Oficial dos Municípios - DOM (site: www.diariomunicipal.sc.gov.br), e no site oficial do Município: www.saolourenco.sc.gov.br.

8. DAS VAGAS

8.1 - A presente seleção destina-se ao provimento temporário de 05 (cinco) vagas do cargo de Técnico em Enfermagem, pelo prazo máximo de 01 (um) ano, bem como das vagas que surgirem durante a vigência do presente Processo Seletivo.

8.2 - O provimento das vagas será feito de acordo com a ordem de classificação dos candidatos inscritos no Processo Seletivo.

9. DA ADMISSÃO:

9.1 - A partir da homologação do resultado, obedecida a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto física e mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Poder Público preencherá as vagas conforme necessidades da Rede Municipal de Saúde.

9.2 - Para fins de admissão, o profissional quando convocado para o preenchimento de vaga deverá, no prazo de um dia, apresentar ao setor competente desta Municipalidade, os documentos descritos no subitem abaixo, sob pena de perder a vaga.

9.2.1 - Cópias e originais:

- a) Carteira de Identidade;

- b) Título de Eleitor e comprovante da última votação;
 c) Comprovante de quitação militar (quando for o caso);
 d) Certidão de filhos menores de 14 anos;
 a) CPF;
 b) Certidão de nascimento ou casamento;
 c) Certificado de conclusão de ensino médio completo, curso técnico profissionalizante, Carteira Nacional de Habilitação Categoria B e registro no COREN/SC;
 d) Endereço atualizado (conta de água, luz ou telefone);
 e) Número de Telefone para contato;
 f) Nº do PIS ou PASEP;
 g) Nº da Conta Bancária na Caixa Econômica Federal;
 h) Tipagem sanguínea;

9.2.2 - Originais:

- a) Atestado de Saúde Física e Mental;
 b) Declaração de Bens;
 c) Declaração de não Acumulação de Cargo/Função;
 d) Declaração de dependentes (citando o nome e a data de nascimento);
 e) Folha Corrida Judicial para Efeitos Criminais (Fórum);
 f) 01 Foto 3 x 4 recente.

9.3 - Somente será permitida a admissão de candidatos aposentados, na hipótese destes comprovarem a carga horária inativa de 20 (vinte) horas semanais, haja vista a proibição de cumulação de cargos, superior a 60 (sessenta) horas semanais, levando-se em conta a carga horária da atividade e inatividade, de acordo com o entendimento pacífico da jurisprudência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Superior Tribunal de Justiça.

9.4 - Os profissionais serão admitidos em caráter excepcional e temporário, para prover, durante o prazo máximo de 01 (um) ano, vagas não providas pelo Concurso Público nº 001/2013, podendo ser demitido a qualquer tempo, a critério da Municipalidade e a bem do interesse público, com fundamento no art. 218, inciso IV, da Lei Complementar nº 118/2010.

10. DA REMUNERAÇÃO:

Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais – mais adicional de insalubridade	Vencimento: R\$ 1.065,19 +
Vale Alimentação	R\$ 280,66 +
Insalubridade	20% (vinte por cento) sobre o vencimento
REMUNERAÇÃO:	R\$ 1.558,88

11. DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1 - O servidor admitido mediante o presente processo seletivo será submetido ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Lourenço do Oeste (Lei Complementar nº 118/2010), sujeitando-se ao Regime Geral de Previdência Social, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social.

11.2 - O Prefeito Municipal, antes de qualquer nomeação, a bem do interesse público, se reserva no direito de anular o Processo Seletivo.

11.3 - Os candidatos inscritos declaram que aceitam os termos deste edital.

11.4 - Eventuais alterações na legislação municipal relativa a normas inerentes aos servidores públicos, com reflexo na contratação prevista no presente edital, serão automaticamente incorporadas a partir da sua vigência.

11.4 - O presente Processo Seletivo possui vigência de 02 (dois) anos.

11.5 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão responsável pelo processo seletivo, mantidas, em qualquer caso, as condições estabelecidas neste Edital.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de novembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Edital de Processo Seletivo nº 008/2014)

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA TÉCNICO EM ENFERMAGEM
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

INSCRIÇÃO Nº _____

Nome do Candidato: _____

Data de nascimento: ____/____/____

Estado Civil: _____

Carteira de Identidade (RG) _____

CPF: _____

Telefone: Residencial: _____

Celular: _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Escolaridade: _____

Formação: _____

Cargo: _____

O candidato entregou a seguinte documentação:

- () Carteira de Identidade (cópia);
 () CPF (cópia);
 () Título de Eleitor e quitação eleitoral (cópia);
 () Carteira Nacional de Habilitação categoria B (cópia);
 () Comprovante de quitação militar (quando for o caso) (cópia);
 () Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos (se for o caso) (cópia);
 () Certificado de conclusão de ensino médio completo (cópia);
 () Certificado de curso técnico profissionalizante na área de enfermagem (cópia);
 () Registro no COREN da sede de residência do candidato (cópia);
 () Comprovante de conclusão de curso de graduação na área de atuação (cópia);
 () Comprovante de conclusão de pós-graduação em nível de Especialização na área de atuação (cópia);
 () Comprovantes de cursos, seminários, simpósios ou palestras, na área de atuação; (cópias) (___ quantidade de certificados);

Declaro conhecer as disposições do Edital de Processo Seletivo nº 008/2014.

Por ser verdade, o acima exposto confirmo minha inscrição:

São Lourenço do Oeste - SC, em ____ de ____ de 2014.

Assinatura: _____

Comprovante de Inscrição Realizada sob
nº _____

São Lourenço do Oeste - SC, ____ de ____ de 2014.

Responsável pelo recebimento dos documentos

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2014, PR Nº 091/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 05/12/2014, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 091/2014, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAREM SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO DE 2015. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2014, PR Nº 092/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 04/12/2014, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2014, OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO EM DIVERSOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME DESCRITOS NO ANEXO I-A DO EDITAL. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.987, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.987, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

Regulamenta a Lei nº 1.917, de 15 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º O enquadramento nas faixas previstas no artigo 26 e nos Anexos I e II da Lei nº 1.917, de 15 de dezembro de 2010, dar-se-á por propriedade, levará em conta a totalidade do registro da produção dos produtores que nelas exerçam suas atividades, e será apurado com base nos dados informados nos respectivos blocos de produtor rural, conforme disposto em regulamento. Parágrafo único. Para efeitos do caput deste artigo, o produtor interessado no registro de sua produção deverá solicitar ao Setor de Bloco de Notas um relatório da produção anual do ano anterior e efetuar o cadastro junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura.

Art. 2º Os valores dos serviços executados, de que trata o artigo 29-A e art. 30, da Lei nº 1.917, de 15 de dezembro de 2010, serão

apurados após a realização dos mesmos na propriedade e serão recolhidos mediante DAM - Documento de Arrecadação Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a execução dos serviços, deduzindo-se do montante a ser pago o valor equivalente ao subsídio concedido com base no artigo 28 da mesma Lei.

§ 1º. O número de horas de trabalho executadas por cada equipamento será individualizado e anotado na ficha de solicitação dos serviços, e será certificado mediante assinaturas do produtor e do operador do respectivo equipamento, no termo de recebimento/execução dos serviços.

§ 2º. A Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura anotará na ficha de solicitação dos serviços o valor da hora de trabalho de cada equipamento utilizado, apurará o valor a ser recolhido pelo produtor mediante emissão do DAM - Documento de Arrecadação Municipal, para recolhimento do respectivo valor junto à rede bancária, do qual constará data de vencimento.

§ 3º. O produtor rural, tomador do serviço, deverá procurar a Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura, a partir do 10º (décimo) dia útil após a realização do serviço, de que trata o artigo 30 da Lei nº 1.917, de 15 de dezembro de 2010, para retirada e recolhimento do DAM - Documento de Arrecadação Municipal, dentro do prazo estabelecido no caput deste artigo, sob pena das sanções previstas no § 4º deste artigo.

§ 4º. A falta de pagamento no prazo estipulado no caput deste artigo implica na inscrição do débito em dívida ativa e sujeita o devedor na aplicação de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total dos serviços executados, incluindo-se nestes o valor equivalente ao subsídio recebido, bem como inscrição no SERASA - Centralização dos Serviços dos Bancos S.A., nos moldes estabelecidos no art. 195-B do Código Tributário Municipal (Lei n. 298, de 18/12/1979).

Art. 3º O atendimento da solicitação de serviços com base no art. 32, da Lei nº 1.917, de 15 de dezembro de 2010, obedecerá ao seguinte:

I - A solicitação da realização de serviço será apresentada mediante preenchimento de formulário próprio junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura;

II - Será deferida por despacho do Secretário Municipal de Agricultura e Aquicultura;

III - Terá o atendimento organizado por ordem cronológica de solicitação e região de abrangência;

IV - Será limitado a 1 (um) atendimento por propriedade a cada ano.

Parágrafo único. Para efeitos do inciso III do caput, a execução das atividades será feita por comunidade e a ordem será definida por sorteio em reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS, sendo conferida prioridade a participar no sorteio, as comunidades com representantes presentes nas reuniões, enquanto que as demais serão incluídas na sequência.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de novembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2014

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 137/2014 - Pregão Presencial Nº 088/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLOTAGENS, CÓPIAS E REPRODUÇÕES DE DOCUMENTOS.

FORNECEDOR: SILVA & GOBI LTDA - ME - CNPJ: 85.097.467/0001-54.

VALOR: R\$ 19.392,50 (dezenove mil e trezentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos).
TOTAL: R\$ 19.392,50 (dezenove mil e trezentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: 21/11/2014.
VIGÊNCIA: 21/11/2014 à 31/12/2014.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROC. 61.2014 PP 37.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2014

O Fundo Municipal de Saúde, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Lote.

OBJETO: Aquisição de materiais de laboratório destinados para a realização de exames laboratoriais para o Laboratório de Análises Clínicas Municipal da Secretaria Municipal de Saúde de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital. Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 05 de dezembro de 2014.

Abertura: às 14hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 21 de novembro de 2014.

AIRTON JOSE MACARINI SEGUNDO

Gestor do Fundo

PROC. 62.2014 PP 38.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2014

O Fundo Municipal de Saúde, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Item.

OBJETO: Aquisição de alimentação especial destinada ao atendimento do programa "Brasil sem Miséria", desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 8h45min do dia 08 de dezembro de 2014.

Abertura: às 9hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 21 de novembro de 2014.

AIRTON JOSE MACARINI SEGUNDO

Gestor do Fundo

PROC. 63.2014 PP 39.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2014

O Fundo Municipal de Saúde, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Item.

OBJETO: Aquisição de uniformes destinados aos servidores da Unidade de Pronto Atendimento Leonardo Weissheimer - UPA 24hs e também camisetas destinadas aos agentes de saúde e agentes da Vigilância Epidemiológica para a campanha de prevenção de combate ao mosquito da dengue da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 08 de dezembro de 2014.

Abertura: às 14hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 21 de novembro de 2014.

AIRTON JOSE MACARINI SEGUNDO

Gestor do Fundo

PROC. 64.2014 PP 40.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2014

O Fundo Municipal de Saúde, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Item.

OBJETO: Contratação de empresa para serviço de mão de obra com fornecimento de materiais, destinados para a manutenção e conservação do veículo Ducato placa MHV 8673 do Programa de Tratamento de Saúde Fora do Domicílio - TFD da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 8h45min do dia 09 de dezembro de 2014.

Abertura: às 9hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 21 de novembro de 2014.

AIRTON JOSE MACARINI SEGUNDO

Gestor do Fundo

PROC. 65.2014 PP 41.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2014

O Fundo Municipal de Saúde, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Item.

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente destinados ao almoxarifado central da Secretaria Municipal de Saúde para posterior distribuição as Unidades Básicas de Saúde, Programa Saúde Bucal e Programa DST/HIV/AIDS e demais hepatites virais desta secretaria, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 09 de dezembro de 2014.

Abertura: às 14hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 21 de novembro de 2014.

AIRTON JOSE MACARINI SEGUNDO

Gestor do Fundo

PROC. 66.2014 PP 42.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014

O Fundo Municipal de Saúde, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Item.

OBJETO: Aquisição de filtros e óleos lubrificantes destinados para a conservação e manutenção dos veículos da frota da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 8h45min do dia 10 de dezembro de 2014.

Abertura: às 9hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 21 de novembro de 2014.

AIRTON JOSE MACARINI SEGUNDO

Gestor do Fundo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE CREDENCIAMENTO 105.2014

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 105/2014 - CREDENCIAMENTO

OBJETO: O objeto do presente Chamamento Público consiste no Cadastramento de Leiloeiros Públicos Oficiais matriculados na junta comercial do Estado de Santa Catarina para realização de alienação em hasta pública de bens pertencentes ao Município de São Pedro de Alcântara.

DATA INÍCIO DO CREDENCIAMENTO: 26/11/2014 das 07:00h às 12:45h.

DATA TÉRMINO DO CREDENCIAMENTO: 09/12/2014 às 12:45h.

RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no email licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203.

São Pedro de Alcântara, 21/11/2014

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO 002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Fone/ Fax: (048)3277-0122
 São Pedro de Alcântara – SC

HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES

O Prefeito de São Pedro de Alcântara torna público a lista de Homologação dos candidatos inscritos, conforme estabelecido no Edital de Processo Seletivo nº 02/2014. As provas escritas serão realizadas às 14:00 horas do dia 29/11/2014, nas dependências da Escola Básica Municipal Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho, Bairro Santa Tereza - São Pedro de Alcântara

01 - TRABALHADOR BRAÇAL - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
4	ALDECIO FORSTER	DEFERIDO
16	ANTONIO CARLOS ELIAS	DEFERIDO
59	ALDO ERHARDT	DEFERIDO
126	JAISON SOARES DA SILVA	DEFERIDO

02 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
14	EDNA REGINA STAHELIN	DEFERIDO
17	LUCINEIA VIEIRA	DEFERIDO
53	ALINE APARECIDA DOS SANTOS	DEFERIDO
56	GLAUCEA HENCKEL BAUER	DEFERIDO
57	IZETE HINCKEL BAUER	DEFERIDO
101	JANAINA DE PINHO	DEFERIDO
121	DULCE SCHEIDT BAUER SOARES	DEFERIDO
124	LUZIA KREICH DA CUNHA	DEFERIDO
130	JUCÉLIA VITOR LOPES	DEFERIDO
134	MARIA ELIZIA DOS SANTOS BARBOSA	DEFERIDO

03 - MOTORISTA II - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
5	FERNANDO LUIZ SCHMITT	DEFERIDO
7	JOÃO PAULO DOS SANTOS	DEFERIDO
20	RAFAEL MEDEIROS	DEFERIDO
28	PAULO SERGIO RODRIGUES FELHIPE	DEFERIDO
44	JOSÉ MARIO DE CASTRO	DEFERIDO
66	AILSO EGER	DEFERIDO
71	GISELE CRISTINE DE SOUZA	DEFERIDO
73	VALCIR JOSÉ KRETZER JUNIOR	DEFERIDO
82	DALCIONI OLIVEIRA DE SOUZA	DEFERIDO
90	SILVANO MARTINS	DEFERIDO
92	GILSON DA SILVA	DEFERIDO
93	JOSÉ LINO NAU	DEFERIDO
98	MARI AN JONÉ NIUTRA	DEFERIDO

132	DJONATAN HENRIQUE LUTZ	DEFERIDO
135	ANA PAULA RODRIGUES DOS SANTOS	DEFERIDO
149	HÉLVIO MARIO MULLER	DEFERIDO

04 - OPERADOR DE MAQUINA II - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
10	VILMAR ADEMAR DE SOUZA	DEFERIDO
18	EMERSON JOSÉ PAULI	DEFERIDO
55	MILTON MIDIO EHARDT	DEFERIDO
63	VILMAR FORSTER	DEFERIDO
147	ISRAEL MARTINS	DEFERIDO
165	CARLOS DE MATOS	DEFERIDO

05 - OPERADOR DE MAQUINA III - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
172	RICARDO KRETZER	DEFERIDO

06 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF AREA I- CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
29	ANDREIA ERHARDT	DEFERIDO
84	ALESSANDRA SCARABELO	DEFERIDO
159	DAIANE DOS SANTOS	DEFERIDO

06 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF - AREA II - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
3	EDITE HACK	DEFERIDO
43	DENISE EMERENCIANO	DEFERIDO
131	KEROLLEN PRISCILA SILVA	DEFERIDO
152	IVONE CONSTANCE TRIERVEILER	DEFERIDO

07- AGENTE ADMINISTRATIVO - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
21	LUIZA MARIA BORGES DAS NEVES BONOW	DEFERIDO
27	LUANA VIEIRA	DEFERIDO
33	RODOLFO SCHMITT STAHELIN	DEFERIDO
39	DANUBIA DA SILVA EMERECIANO	DEFERIDO
47	IANNY SILVA LUCIANO	DEFERIDO
68	CHARLES DE SOUZA SCHMITT	DEFERIDO
80	HAMANDA RAFAELA SILVA	DEFERIDO
89	LEONARDO GESSER	DEFERIDO
104	AMANDA MELO VIEIRA	DEFERIDO
105	DAIARA DA SILVA	DEFERIDO
106	DANUBIA DA SILVA MARTINS	DEFERIDO
107	JOSÉ LAURO SEVERIANO DA SILVA	DEFERIDO
111	MANOELA LOHN	DEFERIDO
119	GABRIEL HOFFMANN	DEFERIDO
120	RAFAEL SOARES	DEFERIDO
122	SILVANA LOBO GOULART	DEFERIDO
127	GRASELI JUNCKES	DEFERIDO
129	PRISCILA TOLENTINO	DEFERIDO

138	DANIELA BARBOSA DE SOUZA	DEFERIDO
144	ANA PAULA HERZMANN MARQUES	DEFERIDO
150	BARBARA HARTMANN CARDOSO	DEFERIDO
151	JENNIFER DE SOUZA RIBEIRO	DEFERIDO
157	OTONIEL MESQUITA DA SILVA	DEFERIDO
158	ROSEANE ROSELIA VERLICH	DEFERIDO
160	DENISE ROMILDA QUINTINO	DEFERIDO
161	DANIELA DA SILVA RODRIGUES	DEFERIDO
162	FRANCYELEN REGINA SILVEIRA ZANIBONI	DEFERIDO
163	BRUNO RICARDO DA SILVA	DEFERIDO

08 - TECNICO EM ENFERMAGEM - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
8	JESSICA GUERRILHA SUENSON	DEFERIDO
24	PATRICIA SUELI MANOEL	DEFERIDO
69	CHARLES DA CUNHA	DEFERIDO
81	FABIANA ROSA	DEFERIDO
83	GRAZIELA DOS SANTOS	DEFERIDO
85	VIVIAN CRISTINA SCHLEMPER	DEFERIDO
86	OTAVINO DA SILVA JUNIOR	DEFERIDO
87	DEBORA SOUSA ALVES	DEFERIDO
96	LARIANE DE MELO	DEFERIDO
125	ELIEZER FELIZARDO DA CRUZ	DEFERIDO
140	ALINE STEINBACH	DEFERIDO

09 - POFESSOR I - AUXILIAR DE SALA - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
1	LARICE PATRICIA DE ALMEIDA	DEFERIDO
9	AMELIA GUETTEN LOHN	DEFERIDO
15	ANGELA RODRIGUES	DEFERIDO
22	NATHALIA REITZ FRANCENER DE SOUZA	DEFERIDO
23	ADRIANA RAITZ	DEFERIDO
30	ADRIANA LEIA JUNKES	DEFERIDO
34	LETICIA DOS SANTOS	DEFERIDO
35	LUANA BACK LIVRAMENTO	DEFERIDO
36	RITCHELLE WEBER DA SILVA	DEFERIDO
37	MARIA LUCIA RIBEIRO	DEFERIDO
38	PRISCILA NEIS	DEFERIDO
40	MARLANA DE SOUZA LOHN	DEFERIDO
41	VIVIANE KUHN	DEFERIDO
42	ADRIANA KARLA SCHUTZ DA SILVA	DEFERIDO
46	ELAINE CRISTINA ALVES	DEFERIDO
72	LIDIANE LAURECI DE SOUZA	DEFERIDO
88	PRISCILA ANACLETO DE SOUZA	DEFERIDO
91	JANAÍNA FLORES	DEFERIDO
94	FERNANDA LEANDRA COSNTE	DEFERIDO
95	KARLA PATRICIA DA COSTA SCHOENAU	DEFERIDO
99	EZILDA GERALDINA COELHO	DEFERIDO
102	GISELE MATIAS JUNKES DA SILVA	DEFERIDO
103	SCHEILA DUTRA	DEFERIDO
112	FRANCIELLE SCHUTZ	DEFERIDO
128	CLEIDIMAR CUNRADI	DEFERIDO
136	SUELY SCHMITT SANTOS	DEFERIDO
142	BRUNA DE SOUZA	DEFERIDO

143	AMARILDA ILMA SOUZA	DEFERIDO
145	VERA LUCIA KUHN STAHELIN	DEFERIDO
164	FABIANA HAMES	DEFERIDO

10 - PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
2	ADRIANA VIEIRA	DEFERIDO
6	FABIANA LOHN	DEFERIDO
49	DAIANA PLEGER KREMER	DEFERIDO
50	TATIANA CORDEIRO DA SILVA	DEFERIDO
52	FERNANDA DE SOUZA KIRCHNER	DEFERIDO
64	ANA PAULA MOREIRA	DEFERIDO
79	MAYARA MAFRA BONDAVALLE	DEFERIDO
109	LUCIANA MATOS CORDEIRO	DEFERIDO
139	EDUARDA STAHELIN	DEFERIDO

11 - PROFESSOR II - ANOS/SÉRIES INICIAIS - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
31	DIELI HOFFMANN	DEFERIDO
45	TAMYRIS TELMA NAU	DEFERIDO
77	ALEX SANDER BORGES	DEFERIDO
118	RAQUEL PETRY LOHN LOHN	DEFERIDO
123	JUCILEA APARECIDA COUTINHO	DEFERIDO
148	CLARICIA ELIANI KNISS	DEFERIDO
166	EUNICE APARECIDA PAULI HOFFMANN	DEFERIDO
154	ELISEIA RIBEIRO DE SOUZA	DEFERIDO

12 - PROFESSOR II - EDUCAÇÃO ESPECIAL - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
13	CRISTIANE HOFFMANN	DEFERIDO
67	MARIANE APARECIDA PEREIRA	DEFERIDO

13- PROFESSOR HORISTA HABILITADO - PORTUGUÊS - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
51	ANGELA DE ALMEIDA E SILVA	DEFERIDO
54	ANA RUTE DA SILVA RIBEIRO	DEFERIDO
100	PEDRO HENRIQUE LOHN	DEFERIDO

14 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO - MATEMÁTICA - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
14	VINICIUS MAURICIO SACRAMENTO	DEFERIDO

16 - PROFESSOR HABILITADO GEOGRAFIA

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
26	MARCIA JANICE DA SILVA LOPES	DEFERIDO

17 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO - CIÊNCIAS - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
17	SCHEILA MAGALI SEGALIN NASCIMENTO	DEFERIDO

18 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO EDUCAÇÃO FÍSICA - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
11	LIDIANNE CORDEIRO DA SILVA JUNCKES	DEFERIDO
48	THIAGO RODRIGUES	DEFERIDO
75	ANDRE FREITAS FONSECA	DEFERIDO
137	RODRIGO MUHLHAUSEN	DEFERIDO
168	DERLANE MOURA GRIMOUTH	DEFERIDO
169	MARCOS EDUARDO GARCIA	DEFERIDO
74	VANESSA STAHELIN	DEFERIDO
170	TATIANA VALERIA BORIN	DEFERIDO

26 - PROFESSOR HORISTA NÃO HABILITADO - CIÊNCIAS - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
76	DÉBORA PEREIRA	DEFERIDO

27 - PROFESSOR HORISTA NÃO HABILITADO EDUCAÇÃO FÍSICA - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	SITUAÇÃO
60	LUIZ ADGILSON FREITAS SOMBRA	DEFERIDO
61	FRANCISCO ADEDNO MELO SOMBRA	DEFERIDO
110	FELIPE LOHN	DEFERIDO
116	CLAUDINEI DE ESPINDOLA	DEFERIDO

32 - PROFESSOR HORISTA NÃO HABILITADO AULAS DE MÚSICA FANFARRA - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	SITUAÇÃO
133	ARTUR JOSÉ FERNANDES	DEFERIDO

33 - ENFERMEIRO ESF- CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
12	JULIANA TRIERVEILER	DEFERIDO
32	FABIANE MENDES DE MELO	DEFERIDO
58	CRISTIANE HAMES	DEFERIDO
62	JOSETE SIMOES DA SILVA REIS	DEFERIDO
65	SCHIRLEY TEREZINHA DE SOUZA KUHN	DEFERIDO
70	RAFAEL DE SOUZA SCHLISCHTING	DEFERIDO
97	MICHELE CRISTINE CLASEN	DEFERIDO
108	SCHEILA BIANCHI MARQUES	DEFERIDO
113	CRISLAINE SILVA	DEFERIDO
114	JULIANA MESQUITA DE MEDEIROS	DEFERIDO
115	ANA CAROLINA DA SILVA COELHO	DEFERIDO
117	WAGNER BENTO	DEFERIDO
141	KAMILA SANTOS TRIERVEILER	DEFERIDO
146	ALINE VIEIRA	DEFERIDO
153	JOÃO MARQUES BARBOSA NETO	DEFERIDO
155	ADRIANA MARIA DA SILVA RUBINI	DEFERIDO
156	IVANI CORREIA GOSS	DEFERIDO
167	TAINA LUIZA GERENT	DEFERIDO

34 - MÉDICO CLINICO GERAL ESF - 2 VAGAS + CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
--------------	-------------------	----------

78	ANDRE BATISTA RIBEIRO	DEFERIDO
----	-----------------------	----------

36 - MÉDICO PEDIATRA - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
171	AIESON CAMILO STEIN	INDEFERIDO

JUCELIO KREMER
PREFEITO MUNICIPAL

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 260/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 260/2014-PMS

Dispensa nº. 105/2014-PMS

Processo nº. 237/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 78.218.187/0001-91, estabelecida na Rua Pedro Paulo Streits/n, Bairro Avaí, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a Aquisição de Blocos de Auto de Infração de Trânsito para atender as necessidades da Polícia Militar do Município de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Bloco auto de infração de trânsito - AIT. Bloco 50 X 3 vias - medidas 12 X 19,5 cm; corte inicial, refil final, intercalação, bloqueio, grampo, vinco numeração em vermelho, serilha; laser filme, CTP, primeira via em autocopiativo - CB branco 50g/m2 com 1X 0 cores; segunda via em autocopiativo - CFB amarelo 50g/m2 com 1X 1 cores; terceira via em autocopiativo - CF - rosa 50g/m2 com 1X 0 cores; capa envolvente em cartolina amarela 240g/m2 com 1x1 cores, protocolo de entrega - 1ª via em autocopiativo CB branco 50g/m2 com 1X 0 cores; protocolo de entrega - 2ª via em autocopiativo - CF - amarelo 50g/m2 com 1X 0 cores.	25	UNIDADE	32,80	820,00
TOTAL R\$					820,00

Valor do contrato: R\$ 820,00 (oitocentos e vinte reais)

Data da Assinatura: 21/11/2014 - Vigência: 31/12/2014

Moacir Zamboni

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 261/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 261/2014-PMS

Dispensa nº. 106/2014-PMS

Processo nº. 238/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FISIOCORPUS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 03.018.190/0002-43, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 4548, Centro, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de Clínica Especializada em Fisioterapia. Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças. Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Sessão de Fisioterapia para Joelho Esquerdo	20	UNIDADE	34,00	680,00
TOTAL R\$					680,00

Valor do contrato: R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais)

Data da Assinatura: 21/11/2014 - Vigência: 31/12/2014

Moacir Zamboni

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 3.156/2014 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3.156/2014 de 13 de novembro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.305.3013.2.362 - Vigilância Epidemiológica

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0066 - Outros Serviços de Terceiros

- Pessoa Física R\$ 500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 - UNID. DE SAÚDE
04.01.10.305.3013.2.362 - Vigilância Epidemiológica
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0066 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 13 de novembro de 2014.
MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.157/2014 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3.157/2014 de 14 de novembro de 2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
05.02.12.122.3001.2.308 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Material de Consumo R\$ 80,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
07.01 - UNID DE AGRICULTURA
07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 60,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
05.02.12.122.3001.2.308 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Indenizações Restituições Trabalhistas R\$ 80,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
07.01 - UNID DE AGRICULTURA
07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 60,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de novembro de 2014.
MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.158/2014 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3.158/2014 de 14 de novembro de 2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADACÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.530,00 (um mil quinhentos e trinta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.02 - UNID. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica (CRAS)
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0043 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.530,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação - Recurso: 00.01.0043 R\$ 1.530,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de novembro de 2014.
MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.159/2014 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3.159/2014 de 14 de novembro de 2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 2.240,00 (dois mil duzentos e quarenta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
05.02.12.122.3001.2.308 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Obrigações Patronais R\$ 1.600,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 240,00

05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 400,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
05.02.12.122.3001.2.308 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 1.840,00

05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Material de Consumo R\$ 400,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de novembro de 2014.
MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

TERMO ADITIVO Nº. A57/2014 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A57/2014 - PMS
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 241/2013-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal em exercício, o Senhor Moacir Zamboni, e,

CONTRATADA: TIAGO KRUTSCH-ME, inscrita no CNPJ sob o no 04.688.713/0001-40, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 6471, Centro Norte, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Tiago Krutsch, inscrito no CPF sob o no 073.951.559-47, portador da carteira de identidade nº 5.596.003-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 241/2013-PMS, celebrado em 19 de novembro de 2013, proveniente do Processo

de licitação nº. 191/2013 - PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 85/2013-PMS, para a contratação de empresa especializada em serviços de jardinagem, conservação e manutenção das áreas verdes (espaços) sob competência do Município, da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Saúde e Assistência Social; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria de Obras e Serviços para prorrogação de prazo para o período 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, no valor, reajustado conforme índice IGPM, total R\$ 59.652,12 (cinquenta e nove mil seiscentos e cinquenta e dois reais e doze centavos).

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como especificada na cláusula 14ª do contrato original, conforme parecer da Procuradoria Municipal

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição" no item 01, aditivada a quantidade de 12 meses, no valor mensal de R\$ 4.971,01 (quatro mil novecentos e setenta e um reais e um centavo), totalizando o valor total R\$ 59.652,12 (cinquenta e nove mil seiscentos e cinquenta e dois reais e doze centavos) e na Cláusula Quarta "do valor do contrato", item 4.1, passando o valor total do contrato original para R\$ 117.597,12 (cento e dezessete mil quinhentos e noventa e sete reais e doze centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	<p>O objeto desta licitação consiste na contratação de empresa especializada para serviços (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de jardinagem para conservação e manutenção das áreas verdes sob competência do Município de Schroeder (SC), compreendendo os seguintes serviços: Roçada; adubação; poda; troca de plantas e mudas de flores de época, limpeza de canteiros, destinação de resíduos orgânicos e demais serviços dentro da atividade de jardinagem, sempre que se fizer necessário para manter as áreas indicadas, limpas e organizadas ou quando solicitado pela Administração. 1. Posto de saúde e Praça de Atividades Físicas.. (R. Guaramirim, 560 – Sch. I)1. Trevo de acesso principal-(R. Jaraguá)</p> <p>2. Pórtico-(R. Jaraguá)</p> <p>3. Praça Germano Gustavo Ristow;</p> <p>4. Praça Cristian Mathias Schroede-(Prefeitura)</p> <p>5. Campo futebol Cláudio Tomaselli-(Complexo Esportivo)</p> <p>6. Cerca Viva-(Junto ao Gin. De Esportes Alfredo Passold)</p> <p>7. Posto de Saúde Central- (R. Paulo Jahn - Centro)</p> <p>8. Praça de atividades física-(R. Paulo Jahn - Centro)</p> <p>9. Biblioteca-(R. Paulo Jahn - Centro)</p> <p>10. Centro de Múltiplo-Uso;(CRAS)- (R. Paulo Jahn - Centro)</p> <p>11. Naes-(Junto ao SENAI)</p> <p>12. Rotatória entrada Duas Mamas-(Início R. Joinville/Estr. Duas Mamas)</p> <p>13. Rotatória Escola Santos Tomaselli-(Em frente a Escola Santos Tomaselli)</p> <p>14. Praça Gerhard Zastrow-(Em frente Mater. De Constr.Santantonio)</p> <p>15. Posto de saúde Schroeder III-(R.Alphons M. Schmalz/Bco.Bradesco)</p> <p>16. Posto de saúde Itoupava-açu- (Itoupava Açú)</p> <p>17. Campo de futebol Garcia-(R. Ricardo Vierguts – Centro Norte)</p> <p>18. Praça da nova sede da Prefeitura-(Prefeitura)</p> <p>19. Poda de arvores das calçadas-(Ruas pavimentadas)</p> <p>20. Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer-(Prefeitura)</p> <p>21. Creche Ezélia-(R. Guaramirim – Sch. I)</p> <p>22. Estação de Tratamento de Água-(ETA – Bracinho)</p> <p>23. Reservatório de Água-(Em frente a Ponte Trindade)</p> <p>24. Reservatório de Água-(Centro –Próximo a Prefeitura/Antena)</p> <p>25. Praça Helmuth Moritz Germano Hertel-(R.Guilherme Zastrow – B. Sossego)</p> <p>26. Equipe Estratégia Saúde da Família II-(R.Pr.Costa e Silva, 677, B. Rio Hern)</p> <p>27. Creche Girassol- (R: Guilherme Zastrow, 36 – Sossego)</p> <p>28. Creche Cristiane Zerbin-(R: Mário Zerbin), 60 – Rio Hern).</p> <p>29. Praça Ayrton Senna-(R: Paulo Jahn – Centro)</p>	12	Meses	4.828,75	57.945,00
TOTAL R\$					57.945,00

Cláusula 2ª - Fica alterada a Cláusula Décima Quarta "da vigência" no item 14.1, prorrogando-se para o período de 1º. de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015 a vigência do contrato.

Cláusula 3ª- Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 241/2013-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 21 de novembro de 2014.

CONTRATADA:

TIAGO KRUTSCH - ME

Tiago Krutsch

CPF nº. 073.951.559-47

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Moacir Zamboni

Prefeito Municipal em exercício

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

ATA PREGÃO PRESENCIAL 103/2014-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 103/2014 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 223/2014 Data do Processo: 22/10/2014
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 162/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus novos radiais para veículos e micro-ônibus da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC.

Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas MAICON PNEUS LTDA. - ME, MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME, MODELO PNEUS LTDA., TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA., CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA e J. K. PNEUS LTDA., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. A empresa MODELO PNEUS LTDA. e J. K. PNEUS LTDA., encaminharam os envelopes e documentos via correio/transportadora. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas MAICON PNEUS LTDA. - ME, MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME, MODELO PNEUS LTDA. e J. K. PNEUS LTDA. estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. O representante da empresa MODELO PNEUS LTDA. e J. K. PNEUS LTDA., não estão presentes na sessão. A empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. apresentou Contrato Social, documento exigido no edital no item 4.1.2, Registrado na Junta Comercial do Rio Grande do Sul em 09/06/2011 sob nº. 34785399 sendo que na Certidão Simplificada consta uma nova alteração contratual em 10/09/2014 sob nº. 3993956 sendo assim a empresa não apresentou a última alteração contratual, diante do exposto o representante da empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. A empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA. apresentou Contrato Social, documento exigido no edital no item 4.1.2, Registrado na Junta Comercial de Santa Catarina em 06/08/2014 sob nº. 20142134350 sendo que na Certidão Simplificada consta uma nova alteração contratual em 23/10/2014 sob nº. 20142862720 sendo assim a empresa não apresentou a última alteração contratual, diante do exposto o representante da empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA. não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. Foram abertos os envelopes das propostas comerciais das empresas MAICON PNEUS LTDA. - ME, MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME, MODELO PNEUS LTDA., TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA., CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA e J. K. PNEUS LTDA.. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa MODELO PNEUS LTDA. para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa MODELO PNEUS LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa J. K. PNEUS LTDA. para o item 02, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa J. K. PNEUS LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA para o item 03, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA. não apresentou Contrato Social documento exigido no edital no item 7.1.11 "Contrato Social, Ato constitutivo, Estatuto ou Registro Comercial (no caso de empresa individual), com todas as alterações neles efetuadas (Dispensado no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento).", sendo que este não foi apresentado corretamente no ato do Credenciamento, diante do exposto a empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA. não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Será passado o item 03 para a segunda colocada a empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. sendo aberto o envelope de habilitação da licitante segunda colocada, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. e apresentou Contrato Social, documento exigido no edital no item 7.1.11, Registrado na Junta Comercial do Rio Grande do Sul em 09/06/2011 sob nº. 34785399 sendo que na Certidão Simplificada consta uma nova alteração contratual em 10/09/2014 sob nº. 3993956 sendo assim a empresa não apresentou a última alteração contratual, sendo que este não foi apresentado corretamente no ato do Credenciamento, também apresentou Alvará de Licença e Localização sem a data de validade expressa no Corpo do Alvará sendo este emitido em 18/08/2010, este documento é exigido no edital no item 7.1.7 e deverá estar de acordo com o edital nos itens 7.5 e 7.6.1, diante do exposto a empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Será passado o item 03 para a terceira colocada a empresa J. K. PNEUS LTDA da qual o envelope de habilitação já foi

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 103/2014 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 223/2014 Data do Processo: 22/10/2014
	Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 162/2014 (Sequência: 1)

aberto e está habilitada. Constatando vencedora a empresa MAICON PNEUS LTDA. - ME para o item 05, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa MAICON PNEUS LTDA. - ME não apresentou Certidão de INSS documento exigido no edital no item 7.1.1, sendo que a empresa é Microempresa devidamente comprovada no ato do credenciamento conforme o item 4.1.3, e sendo a certidão de negativa do INSS verificada na internet e mesma encontra-se válida, contactou-se que a empresa MAICON PNEUS LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME para o item 06, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME não apresentou Certidão de Negativa e INSS e não apresentou Certidão de Negativa Federal documentos exigidos no item 7.1.1 e 7.1.2 sendo as mesmas consultadas na internet e as mesmas constarem em pendências, sendo a empresa Microempresa devidamente comprovada no ato do credenciamento conforme o item 4.1.3 será concedido o prazo de 05 dias prorrogáveis por mais 05 de acordo com artigo 43, parágrafo 1º e 2º da Lei 123/2006, sendo que a empresa MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME tem até o dia 05/12/2014 para apresentar as Certidão. O representante da empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. manifesta a intensão de recurso devido o motivo pelo qual foi inabilitado. O representante da empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA. manifesta a intensão de recurso devido decisões tomadas no certame. Diante do exposto, abre-se prazo recursal de acordo com a Lei 8666/93 e 10.520/02, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

Schroeder, 21 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	-	- Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	-	- Equipe de Apoio
Gelson Stein	-	- Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	-	- Equipe de Apoio
Cheila Adriane klitzke	-	- Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

LEANDRO DA SILVEIRA MARQUES	-	- Representante
DOUGLAS CANSAN	-	- Representante
LUCAS BORGES FERREIRA	-	- Representante
MAICON FREITAS	-	- Representante
ELOIR JOSÉ WENDT	-	- Setor Solicitante

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 103/2014 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 223/2014 Data do Processo: 22/10/2014
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 162/2014 (Sequência: 1)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus novos radiais para veículos e micro-ônibus da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC.

Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas MAICON PNEUS LTDA. - ME, MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME, MODELO PNEUS LTDA., TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA., CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA e J. K. PNEUS LTDA., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. A empresa MODELO PNEUS LTDA. e J. K. PNEUS LTDA., encaminharam os envelopes e documentos via correio/transportadora. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas MAICON PNEUS LTDA. - ME, MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME, MODELO PNEUS LTDA. e J. K. PNEUS LTDA. estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. O representante da empresa MODELO PNEUS LTDA. e J. K. PNEUS LTDA., não estão presentes na sessão. A empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. apresentou Contrato Social, documento exigido no edital no item 4.1.2, Registrado na Junta Comercial do Rio Grande do Sul em 09/06/2011 sob nº. 34785399 sendo que na Certidão Simplificada consta uma nova alteração contratual em 10/09/2014 sob nº. 3993956 sendo assim a empresa não apresentou a última alteração contratual, diante do exposto o representante da empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. A empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA. apresentou Contrato Social, documento exigido no edital no item 4.1.2, Registrado na Junta Comercial de Santa Catarina em 06/08/2014 sob nº. 20142134350 sendo que na Certidão Simplificada consta uma nova alteração contratual em 23/10/2014 sob nº. 20142862720 sendo assim a empresa não apresentou a última alteração contratual, diante do exposto o representante da empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA. não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. Foram abertos os envelopes das propostas comerciais das empresas MAICON PNEUS LTDA. - ME, MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME, MODELO PNEUS LTDA., TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA., CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA e J. K. PNEUS LTDA.. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa MODELO PNEUS LTDA. para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa MODELO PNEUS LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa J. K. PNEUS LTDA. para o item 02, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa J. K. PNEUS LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA para o item 03, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA. não apresentou Contrato Social documento exigido no edital no item 7.1.11 "Contrato Social, Ato constitutivo, Estatuto ou Registro Comercial (no caso de empresa individual), com todas as alterações neles efetuadas (Dispensado no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento).", sendo que este não foi apresentado corretamente no ato do Credenciamento, diante do exposto a empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA. não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Será passado o item 03 para a segunda colocada a empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. sendo aberto o envelope de habilitação da licitante segunda colocada, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. e apresentou Contrato Social, documento exigido no edital no item 7.1.11, Registrado na Junta Comercial do Rio Grande do Sul em 09/06/2011 sob nº. 34785399 sendo que na Certidão Simplificada consta uma nova alteração contratual em 10/09/2014 sob nº. 3993956 sendo assim a empresa não apresentou a última alteração contratual, sendo que este não foi apresentado corretamente no ato do Credenciamento, também apresentou Alvará de Licença e Localização sem a data de validade expressa no Corpo do Alvará sendo este emitido em 18/08/2010, este documento é exigido no edital no item 7.1.7 e deverá estar de acordo com o edital nos itens 7.5 e 7.6.1, diante do exposto a empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Será passado o item 03 para a terceira colocada a empresa J. K. PNEUS LTDA da qual o envelope de habilitação já foi

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 103/2014 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 223/2014 Data do Processo: 22/10/2014
	Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 162/2014 (Sequência: 1)

aberto e está habilitada. Constatando vencedora a empresa MAICON PNEUS LTDA. - ME para o item 05, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa MAICON PNEUS LTDA. - ME não apresentou Certidão de INSS documento exigido no edital no item 7.1.1, sendo que a empresa é Microempresa devidamente comprovada no ato do credenciamento conforme o item 4.1.3, e sendo a certidão de negativa do INSS verificada na internet e mesma encontra-se válida, contatou-se que a empresa MAICON PNEUS LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME para o item 06, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME não apresentou Certidão de Negativa e INSS e não apresentou Certidão de Negativa Federal documentos exigidos no item 7.1.1 e 7.1.2 sendo as mesmas consultadas na internet e as mesmas constarem em pendências, sendo a empresa Microempresa devidamente comprovada no ato do credenciamento conforme o item 4.1.3 será concedido o prazo de 05 dias prorrogáveis por mais 05 de acordo com artigo 43, parágrafo 1º e 2º da Lei 123/2006, sendo que a empresa MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME tem até o dia 05/12/2014 para apresentar as Certidão. O representante da empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. manifesta a intensão de recurso devido o motivo pelo qual foi inabilitado. O representante da empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA. manifesta a intensão de recurso devido decisões tomadas no certame. Diante do exposto, abre-se prazo recursal de acordo com a Lei 8666/93 e 10.520/02, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

Schroeder, 21 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki - - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza - - Equipe de Apoio
Gelson Stein - - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer - - Equipe de Apoio
Cheila Adriane klitzke - - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

LEANDRO DA SILVEIRA MARQUES - - Representante
DOUGLAS CANSAN - - Representante
LUCAS BORGES FERREIRA - - Representante
MAICON FREITAS - - Representante
ELOIR JOSÉ WENDT - - Setor Solicitante

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 103/2014 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 223/2014 Data do Processo: 22/10/2014
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 162/2014 (Sequência: 1)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus novos radiais para veículos e micro-ônibus da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC.

Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas MAICON PNEUS LTDA. - ME, MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME, MODELO PNEUS LTDA., TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA., CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA e J. K. PNEUS LTDA., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. A empresa MODELO PNEUS LTDA. e J. K. PNEUS LTDA., encaminharam os envelopes e documentos via correio/transportadora. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas MAICON PNEUS LTDA. - ME, MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME, MODELO PNEUS LTDA. e J. K. PNEUS LTDA. estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. O representante da empresa MODELO PNEUS LTDA. e J. K. PNEUS LTDA., não estão presentes na sessão. A empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. apresentou Contrato Social, documento exigido no edital no item 4.1.2, Registrado na Junta Comercial do Rio Grande do Sul em 09/06/2011 sob nº. 34785399 sendo que na Certidão Simplificada consta uma nova alteração contratual em 10/09/2014 sob nº. 3993956 sendo assim a empresa não apresentou a última alteração contratual, diante do exposto o representante da empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. A empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA. apresentou Contrato Social, documento exigido no edital no item 4.1.2, Registrado na Junta Comercial de Santa Catarina em 06/08/2014 sob nº. 20142134350 sendo que na Certidão Simplificada consta uma nova alteração contratual em 23/10/2014 sob nº. 20142862720 sendo assim a empresa não apresentou a última alteração contratual, diante do exposto o representante da empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA. não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. Foram abertos os envelopes das propostas comerciais das empresas MAICON PNEUS LTDA. - ME, MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME, MODELO PNEUS LTDA., TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA., CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA e J. K. PNEUS LTDA.. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa MODELO PNEUS LTDA. para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa MODELO PNEUS LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa J. K. PNEUS LTDA. para o item 02, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa J. K. PNEUS LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA para o item 03, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA. não apresentou Contrato Social documento exigido no edital no item 7.1.11 "Contrato Social, Ato constitutivo, Estatuto ou Registro Comercial (no caso de empresa individual), com todas as alterações neles efetuadas (Dispensado no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento).", sendo que este não foi apresentado corretamente no ato do Credenciamento, diante do exposto a empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA. não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Será passado o item 03 para a segunda colocada a empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. sendo aberto o envelope de habilitação da licitante segunda colocada, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. e apresentou Contrato Social, documento exigido no edital no item 7.1.11, Registrado na Junta Comercial do Rio Grande do Sul em 09/06/2011 sob nº. 34785399 sendo que na Certidão Simplificada consta uma nova alteração contratual em 10/09/2014 sob nº. 3993956 sendo assim a empresa não apresentou a última alteração contratual, sendo que este não foi apresentado corretamente no ato do Credenciamento, também apresentou Alvará de Licença e Localização sem a data de validade expressa no Corpo do Alvará sendo este emitido em 18/08/2010, este documento é exigido no edital no item 7.1.7 e deverá estar de acordo com o edital nos itens 7.5 e 7.6.1, diante do exposto a empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Será passado o item 03 para a terceira colocada a empresa J. K. PNEUS LTDA da qual o envelope de habilitação já foi

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 103/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 223/2014 Data do Processo: 22/10/2014
	Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 162/2014 (Sequência: 1)

aberto e está habilitada. Constatando vencedora a empresa MAICON PNEUS LTDA. - ME para o item 05, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa MAICON PNEUS LTDA. - ME não apresentou Certidão de INSS documento exigido no edital no item 7.1.1, sendo que a empresa é Microempresa devidamente comprovada no ato do credenciamento conforme o item 4.1.3, e sendo a certidão de negativa do INSS verificada na internet e mesma encontra-se válida, contactou-se que a empresa MAICON PNEUS LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME para o item 06, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME não apresentou Certidão de Negativa e INSS e não apresentou Certidão de Negativa Federal documentos exigidos no item 7.1.1 e 7.1.2 sendo as mesmas consultadas na internet e as mesmas constarem em pendências, sendo a empresa Microempresa devidamente comprovada no ato do credenciamento conforme o item 4.1.3 será concedido o prazo de 05 dias prorrogáveis por mais 05 de acordo com artigo 43, parágrafo 1º e 2º da Lei 123/2006, sendo que a empresa MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME tem até o dia 05/12/2014 para apresentar as Certidão. O representante da empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. manifesta a intensão de recurso devido o motivo pelo qual foi inabilitado. O representante da empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA. manifesta a intensão de recurso devido decisões tomadas no certame. Diante do exposto, abre-se prazo recursal de acordo com a Lei 8666/93 e 10.520/02, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

Schroeder, 21 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki - - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza - - Equipe de Apoio
Gelson Stein - - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer - - Equipe de Apoio
Cheila Adriane klitzke - - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

LEANDRO DA SILVEIRA MARQUES - - Representante
DOUGLAS CANSAN - - Representante
LUCAS BORGES FERREIRA - - Representante
MAICON FREITAS - - Representante
ELOIR JOSÉ WENDT - - Setor Solicitante

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 103/2014 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 223/2014 Data do Processo: 22/10/2014
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 162/2014 (Sequência: 1)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus novos radiais para veículos e micro-ônibus da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC.

Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas MAICON PNEUS LTDA. - ME, MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME, MODELO PNEUS LTDA., TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA., CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA e J. K. PNEUS LTDA., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. A empresa MODELO PNEUS LTDA. e J. K. PNEUS LTDA., encaminharam os envelopes e documentos via correio/transportadora. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas MAICON PNEUS LTDA. - ME, MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME, MODELO PNEUS LTDA. e J. K. PNEUS LTDA. estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. O representante da empresa MODELO PNEUS LTDA. e J. K. PNEUS LTDA., não estão presentes na sessão. A empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. apresentou Contrato Social, documento exigido no edital no item 4.1.2, Registrado na Junta Comercial do Rio Grande do Sul em 09/06/2011 sob nº. 34785399 sendo que na Certidão Simplificada consta uma nova alteração contratual em 10/09/2014 sob nº. 3993956 sendo assim a empresa não apresentou a última alteração contratual, diante do exposto o representante da empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. A empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA. apresentou Contrato Social, documento exigido no edital no item 4.1.2, Registrado na Junta Comercial de Santa Catarina em 06/08/2014 sob nº. 20142134350 sendo que na Certidão Simplificada consta uma nova alteração contratual em 23/10/2014 sob nº. 20142862720 sendo assim a empresa não apresentou a última alteração contratual, diante do exposto o representante da empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA. não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. Foram abertos os envelopes das propostas comerciais das empresas MAICON PNEUS LTDA. - ME, MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME, MODELO PNEUS LTDA., TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA., CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA e J. K. PNEUS LTDA.. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa MODELO PNEUS LTDA. para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa MODELO PNEUS LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa J. K. PNEUS LTDA. para o item 02, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa J. K. PNEUS LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA para o item 03, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA. não apresentou Contrato Social documento exigido no edital no item 7.1.11 "Contrato Social, Ato constitutivo, Estatuto ou Registro Comercial (no caso de empresa individual), com todas as alterações neles efetuadas (Dispensado no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento).", sendo que este não foi apresentado corretamente no ato do Credenciamento, diante do exposto a empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA. não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Será passado o item 03 para a segunda colocada a empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. sendo aberto o envelope de habilitação da licitante segunda colocada, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. e apresentou Contrato Social, documento exigido no edital no item 7.1.11, Registrado na Junta Comercial do Rio Grande do Sul em 09/06/2011 sob nº. 34785399 sendo que na Certidão Simplificada consta uma nova alteração contratual em 10/09/2014 sob nº. 3993956 sendo assim a empresa não apresentou a última alteração contratual, sendo que este não foi apresentado corretamente no ato do Credenciamento, também apresentou Alvará de Licença e Localização sem a data de validade expressa no Corpo do Alvará sendo este emitido em 18/08/2010, este documento é exigido no edital no item 7.1.7 e deverá estar de acordo com o edital nos itens 7.5 e 7.6.1, diante do exposto a empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Será passado o item 03 para a terceira colocada a empresa J. K. PNEUS LTDA da qual o envelope de habilitação já foi

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 103/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 223/2014 Data do Processo: 22/10/2014
	Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 162/2014 (Sequência: 1)

aberto e está habilitada. Constatando vencedora a empresa MAICON PNEUS LTDA. - ME para o item 05, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa MAICON PNEUS LTDA. - ME não apresentou Certidão de INSS documento exigido no edital no item 7.1.1, sendo que a empresa é Microempresa devidamente comprovada no ato do credenciamento conforme o item 4.1.3, e sendo a certidão de negativa do INSS verificada na internet e mesma encontra-se válida, contactou-se que a empresa MAICON PNEUS LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME para o item 06, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME não apresentou Certidão de Negativa e INSS e não apresentou Certidão de Negativa Federal documentos exigidos no item 7.1.1 e 7.1.2 sendo as mesmas consultadas na internet e as mesmas constarem em pendências, sendo a empresa Microempresa devidamente comprovada no ato do credenciamento conforme o item 4.1.3 será concedido o prazo de 05 dias prorrogáveis por mais 05 de acordo com artigo 43, parágrafo 1º e 2º da Lei 123/2006, sendo que a empresa MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME tem até o dia 05/12/2014 para apresentar as Certidão. O representante da empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. manifesta a intensão de recurso devido o motivo pelo qual foi inabilitado. O representante da empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA. manifesta a intensão de recurso devido decisões tomadas no certame. Diante do exposto, abre-se prazo recursal de acordo com a Lei 8666/93 e 10.520/02, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

Schroeder, 21 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki - - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza - - Equipe de Apoio
Gelson Stein - - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer - - Equipe de Apoio
Cheila Adriane klitzke - - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

LEANDRO DA SILVEIRA MARQUES - - Representante
DOUGLAS CANSAN - - Representante
LUCAS BORGES FERREIRA - - Representante
MAICON FREITAS - - Representante
ELOIR JOSÉ WENDT - - Setor Solicitante

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 103/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 223/2014 Data do Processo: 22/10/2014

Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 162/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus novos radiais para veículos e micro-ônibus da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC.

Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas MAICON PNEUS LTDA. - ME, MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME, MODELO PNEUS LTDA., TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA., CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA e J. K. PNEUS LTDA., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. A empresa MODELO PNEUS LTDA. e J. K. PNEUS LTDA., encaminharam os envelopes e documentos via correio/transportadora. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas MAICON PNEUS LTDA. - ME, MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME, MODELO PNEUS LTDA. e J. K. PNEUS LTDA. estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. O representante da empresa MODELO PNEUS LTDA. e J. K. PNEUS LTDA., não estão presentes na sessão. A empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. apresentou Contrato Social, documento exigido no edital no item 4.1.2, Registrado na Junta Comercial do Rio Grande do Sul em 09/06/2011 sob nº. 34785399 sendo que na Certidão Simplificada consta uma nova alteração contratual em 10/09/2014 sob nº. 3993956 sendo assim a empresa não apresentou a última alteração contratual, diante do exposto o representante da empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. A empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA. apresentou Contrato Social, documento exigido no edital no item 4.1.2, Registrado na Junta Comercial de Santa Catarina em 06/08/2014 sob nº. 20142134350 sendo que na Certidão Simplificada consta uma nova alteração contratual em 23/10/2014 sob nº. 20142862720 sendo assim a empresa não apresentou a última alteração contratual, diante do exposto o representante da empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA. não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. Foram abertos os envelopes das propostas comerciais das empresas MAICON PNEUS LTDA. - ME, MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME, MODELO PNEUS LTDA., TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA., CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA e J. K. PNEUS LTDA.. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa MODELO PNEUS LTDA. para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa MODELO PNEUS LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa J. K. PNEUS LTDA. para o item 02, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa J. K. PNEUS LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA para o item 03, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA. não apresentou Contrato Social documento exigido no edital no item 7.1.11 "Contrato Social, Ato constitutivo, Estatuto ou Registro Comercial (no caso de empresa individual), com todas as alterações neles efetuadas (Dispensado no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento).", sendo que este não foi apresentado corretamente no ato do Credenciamento, diante do exposto a empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA. não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Será passado o item 03 para a segunda colocada a empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. sendo aberto o envelope de habilitação da licitante segunda colocada, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. e apresentou Contrato Social, documento exigido no edital no item 7.1.11, Registrado na Junta Comercial do Rio Grande do Sul em 09/06/2011 sob nº. 34785399 sendo que na Certidão Simplificada consta uma nova alteração contratual em 10/09/2014 sob nº. 3993956 sendo assim a empresa não apresentou a última alteração contratual, sendo que este não foi apresentado corretamente no ato do Credenciamento, também apresentou Alvará de Licença e Localização sem a data de validade expressa no Corpo do Alvará sendo este emitido em 18/08/2010, este documento é exigido no edital no item 7.1.7 e deverá estar de acordo com o edital nos itens 7.5 e 7.6.1, diante do exposto a empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Será passado o item 03 para a terceira colocada a empresa J. K. PNEUS LTDA da qual o envelope de habilitação já foi

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 103/2014 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 223/2014 Data do Processo: 22/10/2014
	Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 162/2014 (Sequência: 1)

aberto e está habilitada. Constatando vencedora a empresa MAICON PNEUS LTDA. - ME para o item 05, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa MAICON PNEUS LTDA. - ME não apresentou Certidão de INSS documento exigido no edital no item 7.1.1, sendo que a empresa é Microempresa devidamente comprovada no ato do credenciamento conforme o item 4.1.3, e sendo a certidão de negativa do INSS verificada na internet e mesma encontra-se válida, contactou-se que a empresa MAICON PNEUS LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME para o item 06, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME não apresentou Certidão de Negativa e INSS e não apresentou Certidão de Negativa Federal documentos exigidos no item 7.1.1 e 7.1.2 sendo as mesmas consultadas na internet e as mesmas constarem em pendências, sendo a empresa Microempresa devidamente comprovada no ato do credenciamento conforme o item 4.1.3 será concedido o prazo de 05 dias prorrogáveis por mais 05 de acordo com artigo 43, parágrafo 1º e 2º da Lei 123/2006, sendo que a empresa MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME tem até o dia 05/12/2014 para apresentar as Certidão. O representante da empresa TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA. manifesta a intensão de recurso devido o motivo pelo qual foi inabilitado. O representante da empresa CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA. manifesta a intensão de recurso devido decisões tomadas no certame. Diante do exposto, abre-se prazo recursal de acordo com a Lei 8666/93 e 10.520/02, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

Schroeder, 21 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane klitzke	- - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

LEANDRO DA SILVEIRA MARQUES	- - Representante
DOUGLAS CANSAN	- - Representante
LUCAS BORGES FERREIRA	- - Representante
MAICON FREITAS	- - Representante
ELOIR JOSÉ WENDT	- - Setor Solicitante

ATA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2014-PMS - SEQUENCIA 03

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 11/2014 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 215/2014 Data do Processo: 20/10/2014

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 163/2014 (Sequência: 3)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa ou pessoa física especializada na prestação de serviços de Consultoria nas Áreas de Contabilidade Pública e Planejamento Governamental para a Prefeitura Municipal e seus Fundos, na sede do Município de Schroeder/SC para o exercício de 2015

A comissão reuniu-se após transcorrido prazo de recurso impetrado pela empresa INSTITUTO CATARINENSE DE MODERNIZAÇÃO MUNICIPAL anteriormente inabilitada conforme ata nº 154/2014, sequencia 01, de 13 de novembro de 2014, e contrarrecurso impetrado pela empresa SAPPPIA AUDITORES INDENPEDENTES, bem como recebimento do parecer da Procuradoria nº 058/2014-PROJUR. No parecer da Procuradoria nº 058/2014-PROJUR traz na conclusão "Diante do exposto, concluímos que o Edital em seu capítulo VIII deixa explícito os documentos necessários para habilitação dos interessados a participar do certame, bem como as exigências necessárias para os mesmos. Portanto perante aos fatos arguidos pela empresa INSTITUTO CATARINENSE DE MODERNIZAÇÃO MUNICIPAL, recorrente e a análise disposta neste parecer fica comprovado que a mesma deixou de cumprir com os requisitos para habilitação na licitação deixando de apresentar os documentos solicitados nos itens 8.1.7 e 8.1.12 os quais ao contrário dos exposto no pedido de recurso administrativo da referida empresa, não são meros formalismos procedimentais. Ademais cabe ressaltar que o pedido de recurso feito pela referida empresa é uma cópia fiel de documento extraído da internet, o qual encontramos no link: <http://jus.com.br/artigos/22134/o-principio-do-procedimento-formal-e-o-formalismo>, que não alude em momento algum o caso em questão, pois aqui tratamos de não apresentação de documentos e não de erros de edital e tampouco exageros procedimentais. Compulsando os autos e sopesando a matéria desenhada, sugere - se o INDEFERIMENTO do recurso interposto pela empresa INSTITUTO CATARINENSE DE MODERNIZAÇÃO MUNICIPAL, e dando DEFERIMENTO do contra recurso interposto pela empresa SAPPPIA AUDITORES INDEPENDENTES, dando assim continuidade ao processo licitatório". De acordo com o exposto e o parecer da Procuradoria nº 058/2014-PROJUR a comissão mantém sua decisão de inabilitação da empresa INSTITUTO CATARINENSE DE MODERNIZAÇÃO MUNICIPAL e habilitação da empresa SAPPPIA AUDITORES INDENPEDENTES, de acordo com ata mencionada anteriormente. Sendo marcada para dia 25 de novembro de 2014, às 09h, para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial da empresa habilitada. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata as empresas participantes, juntamente com o parecer da Procuradoria nº 058/2014-PROJUR.

Schroeder, 21 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Gelson Stein	- - Membro
Cheila Adriane klitzke	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- - Membro Suplente
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente

DISPENSA 105/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 105/2014 - DL
	Processo Nr.: 237/2014 Data: 21/11/2014
Folha: 1/2	

Fornecedor: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA Endereço: RUA PEDRO PAULO STREIT S/N Cidade: Guaramirim - SC CNPJ: 78.218.187/0001-91	Código: 6052 Inscrição Estadual: 251.048.993
Objeto da Compra: Aquisição de Blocos de Auto de Infração de Trânsito para atender as necessidades da Polícia Militar do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	25,00	Bloco auto de infração de trânsito - AIT. Bloco 50 X 3 vias - medidas 12 X 19,5 cm; corte inicial, refile final, intercalação, blocagem, grampo, vinco numeração em vermelho, serilha; laser filme, CTP, primeira via em autocopiativo - CB branco 50g/m2 com 1X 0 cores; segunda via em autocopiativo - CFB amarelo 50g/m2 com 1 X 1 cores; terceira via em autocopiativo - CF - rosa 50g/ m2 com 1 X 0 cores; capa envolvente em cartolina amarela 240g/m2 com 1x1 cores, protocolo de entrega - 1ª via em autocopiativo CB branco 50g/m2 com 1X 0 cores; protocolo de entrega-2ª via em autocopiativo - CF - amarelo 50g/m2 com 1X 0 cores.	UN	32,80	820,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Considerando, a necessidade desse produto para o bom desempenho da viatura da Polícia Militar é imprescindível este serviço de segurança pública no Município, e também tendo em vista o valor total da aquisição.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 21 de Novembro de 2014

MOACIR ZAMBONI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 105/2014 - DL**

Processo Nr.: 237/2014
Data: 21/11/2014

Folha: 2/2

17/11/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 17 de Novembro de 2014

Valor da Despesa: 820,00 (oitocentos e vinte reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA 106//2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 106/2014 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 238/2014 Data: 21/11/2014
Folha: 1/2	

Fornecedor: FISIOCORPUS CLINICA DE FISIOTERAPIA E REABILITACAO Endereço: R MARECHAL CASTELO BRANCO, 4548 Cidade: Schroeder - SC CNPJ: 03.018.190/0002-43	Código: 10794 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Contratação de Clínica Especializada em Fisioterapia. Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças. Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	20,00	Sessão de Fisioterapia para Joelho Esquerdo	UN	34,00	680,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Contratação de um especialista em fisioterapia devido ao acidente de trabalho da servidora Ana Paula Schreiner, sendo que a mesma necessidade de um especialista conforme encaminhamento do Médico Ortopedista.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 21 de Novembro de 2014

MOACIR ZAMBONI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 106/2014 - DL**

Processo Nr.: 238/2014
Data: 21/11/2014

Folha: 2/2

20/11/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 20 de Novembro de 2014

Valor da Despesa: 680,00 (seiscentos e oitenta reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA Nº 58/2014-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**
Nr.: 58/2014 - DLProcesso Nr.: 85/2014
Data: 21/11/2014

Folha: 1/2

Fornecedor: NELCI IVANISE ENGELMANN - ME

Código: 10279

Endereço: RUA MARECHAL CASTELO BCO, 1953

Cidade: Schroeder - SC

CNPJ: 08.288.050/0001-28

Inscrição Estadual: 255.252.218

Objeto da Compra: Aquisição de medicamento fornecido através de Ação Civil Pública nº 026.13.001158-0 para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	100,00	LACTULONA 667MG/ML (LACTUGOLD ORIGINAL)	FR	16,20	1.620,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA

Solicito a autorização para a compra do medicamento elencado que é Ação Civil Pública nº 026.13.001159-0, paciente portadora de Diverticulite (CID K57.3) e precisa realizar tratamento com Lactulona 667 mg/ml (LACTUGOLD) 10ml 2 a 3 vezes ao dia. O poder Judiciário condenou o Município a fornecer o medicamento no prazo de 10 dias, sujeito a multa. Foi utilizados todos os meios para aquisição do mesmo via processo licitatório, entretanto, nenhuma empresa cotou o item.

Schroeder, 21 de Novembro de 2014

MOACIR ZAMBONI
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 58/2014 - DL**

Processo Nr.: 85/2014
Data: 21/11/2014

Folha: 2/2

21/11/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 21 de Novembro de 2014

Valor da Despesa: 1.620,00 (um mil seiscentos e vinte reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Siderópolis

PREFEITURA

16/2014 DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL LIXO

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS Nº. 88/2014
DISPENSA DE LICITAÇÃO PMS 16/2014

O Município de Siderópolis, em conformidade com o art. 24 inciso IV da Lei Federal Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação subsequente comunica que estará realizando Dispensa de Licitação para contratação de empresa em caráter emergencial para execução de Serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e outros compactáveis no perímetro urbano do Município, sendo que a proposta mais vantajosa foi decorrente de uma prévia pesquisa de mercado e verificação quanto a regularidade da documentação. Assim sendo, a escolha recaiu na empresa:

CONTRATADA: RETRANS RECICLAGEM E TRANSPORTES ME,
CNPJ 01.572.511/0001-40;

VIGÊNCIA: A vigência da presente contratação tem por termo final o último dia do mês em que se concluir a licitação tendente a contratar os serviços aludidos, respeitando o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sendo que o período de vigência contratual, não exime a Administração contratante da comprovação de existência de recursos orçamentários aprovados por lei, nos termos do artigo 167, inciso II da CF, para efetiva continuidade da prestação dos serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao da assinatura do contrato.

VALOR: R\$ 16.000,00 mensais.

Siderópolis, 21 de novembro de 2014.

RONI REMOR.

Prefeito Municipal em Exercício

Sombrio

PREFEITURA

LEI Nº. 2187/14

LEI Nº. 2187 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
"DENOMINA VIA PÚBLICA QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. A Rua 3 A, localizada no Bairro Nova Guarita, passa a ser denominada de "LÍDIO NORBERTO DE FREITAS".

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Sombrio (SC), 18 de novembro de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORTARIA Nº. 151/14

PORTARIA Nº 151 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 1ª Licença Prêmio a servidora efetiva, Sra JOVINA RIBEIRO DE SOUZA, Auxiliar de Serviços Gerais, com regime de trabalho de 40 horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
4817	2009 à 2014	28/10//2014 `a 26/12/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 03 de novembro de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORTARIA Nº. 150/14

PORTARIA Nº 150 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores públicos Municipais, conforme quadro de escala que segue:

MAT	NOME	PERIODO AQUISITIVO			PERIODO DE GOZO		
3773	Antonio José A de Alcantara	01/08/2012	à	31/07/2013	01/11/2014	á	30/11/2014
3043	Anselmo Pagani	05/01/2013	á	04/01/2014	01/11/2014	á	30/11/2014
4229	Enio Bento da Silva	01/02/2013	á	31/01/2014	01/11/2014	á	30/11/2014
1232	Francisco da Silva Correa	01/02/2013	á	31/01/2014	01/11/2014	á	30/11/2014
1300	Gean N. P. da Silva	04/04/2010	á	02/04/2011	01/11/2014	á	30/11/2014
3614	Jair da Rosa Albino	08/02/2012	á	07/02/2013	01/11/2014	á	30/11/2014
933	Jair Daboit	22/10/2012	á	21/10/2013	01/11/2014	á	30/11/2014
2707	José A. de Souza Quadros	04/04/2012	á	03/04/2013	01/11/2014	á	30/11/2014
5269	José Giovane de S. Silveira	01/10/2013	á	30/09/2014	01/11/2014	á	30/11/2014
4808	José A. de Macedo	23/03/2012	á	22/03/2013	01/11/2014	á	30/11/2014
2564	João C. Rocha Silva	01/03/2013	á	28/02/2014	01/11/2014	á	30/11/2014
5202	Joelcio Cardoso Colares	07/07/2013	á	06/07/2014	01/11/2014	á	30/11/2014
4454	Joelcio Minatto	02/05/2013	á	01/05/2014	13/11/2014	á	12/12/2014
6087	José Vanio da S. Gomes	02/01/2013	á	01/01/2014	01/11/2014	á	30/11/2014
879	João Alberto Vargas	13/11/2013	á	12/10/2014	01/11/2014	á	20/11/2014
6010	Maria M. M. da Silva	04/05/2013	á	03/05/2014	01/11/2014	á	30/11/2014
1234	Milton C. Raupp Coelho	01/02/2012	á	31/01/2013	01/11/2014	á	30/11/2014
4228	Paulo Sergio da Rosa	01/02/2011	á	31/01/2012	01/11/2014	á	20/11/2014
2576	Valdir de Oliveira	01/03/2011	á	29/02/2012	01/11/2014	á	30/11/2014
2560	Vilmar de Andrade	01/03/2011	á	29/02/2012	01/11/2014	á	30/11/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 03 de novembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORTARIA SAMAE Nº. 009/14

PORTARIA Nº 009 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE DE SOMBRIO - SC, Senhor José Paulo Custódio, no uso das atribuições legais e em conformidade com o Decreto 007, de 02 de janeiro de 2013 e Lei nº 1114, de 07 de abril de 1997 e sua alterações, combinado com a Lei 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de Sombrio - SC, conforme quadro de escala que segue:

NOME	MAT.	PER. AQUIS.	PER. DE GOZO
Elias J. Raupp Farias	37	01/09/11 à 31/08/12	01/11/14 à 20/11/14

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Município de Sombrio-SC, 03 de novembro de 2014.

José Paulo Custódio

Diretor Presidente

Timbó

PREFEITURA

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2014

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - SC

Edital 001/2014 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Edital de Homologação do Concurso Público n. 001/2014

O Prefeito de Timbó, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó, bem como nos termos definidos no Edital n. 001/2014 e no Decreto n. 249/2005, diante do relatório de regularidade do certame público apresentado pela Comissão nomeada através da Portaria n. 1038 de 09 de abril de 2014, HOMOLOGA o resultado final do Concurso Público n. 001/2014 para provimento de vagas para cargos de Auxiliar Operacional I e Agente de Trânsito e Transporte do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Administração Direta, conforme Decreto n. 3263, de 30 de setembro de 2013 e Lei Complementar n. 01/93.

Timbó, 18 de novembro de 2014.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2014 - FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - SC

Edital 001/2014

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

Edital de Homologação do Concurso Público n. 001/2014 - FCT

O Prefeito de Timbó, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó, bem como nos termos definidos no Edital n. 001/2014 - FCT e no Decreto n. 249/2005, diante do relatório de regularidade do certame público apresentado pela Comissão nomeada através da Portaria n. 1038 de 09 de abril de 2014, HOMOLOGA o resultado final do Concurso Público n. 001/2014 - FCT para provimento de vagas para cargos de Auxiliar Operacional I do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Administração Indireta - Fundação Cultural de Timbó, conforme Decreto n. 3263, de 30 de setembro de 2013 e Lei Complementar n. 01/93.

Timbó, 18 de novembro de 2014.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2014 - FME

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - SC

Edital 001/2014

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Edital de Homologação do Concurso Público n. 001/2014 - FME

O Prefeito de Timbó, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó, bem como nos termos definidos no Edital n. 001/2014 - FME e no Decreto n. 249/2005, diante do relatório

de regularidade do certame público apresentado pela Comissão nomeada através da Portaria n. 1038 de 09 de abril de 2014, HOMOLOGA o resultado final do Concurso Público n. 001/2014 - FME para provimento de vagas para cargos de Auxiliar Operacional I do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Administração Indireta - Fundação Municipal de Esportes, conforme Decreto n. 3263, de 30 de setembro de 2013 e Lei Complementar n. 01/93.

Timbó, 18 de novembro de 2014.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 136 2014 PMT - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 136/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de Preço para aquisição de materiais e equipamentos de informática, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE e do Fundo Municipal de Trânsito - FUMTRAN.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Infoplan Ltda Me, AJ Brasil Informática Eirelli ME, Top Center Comercial Ltda Me, Nano Empreendimentos Ltda Me, Doin Gama Comercio de Produtos de Informática Ltda Me, Império do Papel Comércio de Papéis LTDA ME, Luiz Fernando Cunha Grenier Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 54.481,80 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta centavos)

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 20/11/2015

Timbó, 21/11/2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente SAMAE

DIVULGA LOCAIS E HORÁRIOS DAS PROVAS DO EDITAL Nº 001/2014 DE PROCESSO SELETIVO

Ato 005/SEMEDI/14

DIVULGA LOCAIS E HORÁRIOS DAS PROVAS

DO EDITAL Nº 001/2014 DE PROCESSO SELETIVO

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do município de Timbó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Processo seletivo, torna público, conforme segue:

1. As provas escritas objetivas do Processo Seletivo Edital 01/2014, da Secretaria de Educação de Timbó, serão realizadas no dia 22 de novembro de 2014 nos seguintes locais e horários:

1.1 Horários: Para todos os cargos, em todas as escolas os horários seguirão a tabela abaixo:

Tipo de Cargo	Evento	Horário
TODOS OS CARGOS (Vespertino)	Abertura dos portões e acesso dos candidatos aos locais de prova.	13h15
	Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	13h50
	Abertura dos invólucros e distribuição das provas e na sequência início das provas OBS.: O tempo gasto para abertura e distribuição das provas será acrescido ao tempo final da prova caso seja necessário.	14h
	Tempo mínimo de permanência em sala de prova	14h30
	Final Devolução obrigatória do caderno de questões e cartão-resposta	16h

1.2 Locais: As provas serão realizadas nos seguintes locais:

Cargos	Local da Prova/endereço
Auxiliar de Recreação Infantil Educador Infantil (habilitado e não-habilitado) Professor Pré Escolar (habilitado e não habilitado) Secretário Escolar Auxiliar Operacional I	E.M. Erwin Prade Rua Frederico Schumann, 209, Bairro Pomeranos - Timbó SC
Professor Educação Física para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (habilitado e não habilitado) Professor Educação Jovens e Adultos (habilitado) Professor Educação Inclusiva Pré-Escolar e Ensino Fundamental (habilitado e não habilitado) Professor Informática Educacional Ensino Fundamental (não habilitado) Professor Espanhol para Ensino Fundamental (habilitado e não habilitado) Professor Ensino Fundamental para 4º e 5º ano (habilitado e não habilitado) Professor Ensino Religioso para Ensino Fundamental (habilitado e não habilitado) Professor Inglês para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (habilitado e não habilitado) Professor Artes para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (habilitado e não habilitado) Professor Ciências para Ensino Fundamental (habilitado e não habilitado) Professor Geografia para Ensino Fundamental (habilitado e não habilitado) Professor História para Ensino Fundamental (habilitado e não habilitado) Professor Língua Portuguesa para Ensino Fundamental (habilitado e não habilitado) Professor Matemática para Ensino Fundamental (habilitado e não habilitado) Professor Ensino Fundamental 1º 2º e 3º ano (habilitado e não habilitado)	E.M. Pe. Martinho Stein Rua Rodolfo Piske, 310 Bairro Pe. Martinho Stein - Timbó SC

2. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos no edital de convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões, munido de documento de identidade original, não sendo permitido o acesso ao local da prova do candidato que chegar atrasado.

2.1 Os portões de acesso ao local da prova escrita objetiva fecham 10 (dez) minutos antes do horário definido para início da prova.

2.2 Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o fechamento do portão seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que chegar com atraso

a qualquer uma das provas, eliminado do concurso público

2.3 O candidato deverá apresentar obrigatoriamente documento de identificação oficial com foto e levar duas canetas esferográfica, de tubo transparente de tinta azul ou preta.

Timbó, 19 de Novembro de 2014.
Secretário Municipal de Educação
Sergi Frederico Mengarda

LEI Nº 2744, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 2744, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2014, da Administração Direta.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder a anulação, no valor de até R\$ 159.409,91 (cento e cinquenta e nove mil, quatrocentos e nove reais e noventa e um centavos), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Timbó (Lei nº 2687 de 12/12/2013):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

03.01.004.0122.0015.1009.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.0122.0015.1009.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.0122.0015.1009.	FROTA DE VEÍCULOS - SEMFA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	22.120,70
	TOTAL	22.120,70
06.01.022.661.0030.1031.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.1031.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.1031.	MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SECRETARIA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.305,07
	TOTAL	1.305,07
06.02.011.334.0032.1033.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.02.011.334.0032.1033.	INCENTIVO AO TRABALHO	
06.02.011.334.0032.1033.	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA O TRABALHO	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	13.741,10

	TOTAL	13.741,10
06.02.011.334.0032.2066.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.02.011.334.0032.2066.	INCENTIVO AO TRABALHO	
06.02.011.334.0032.2066.	MANUTENÇÃO E APOIO AO ENSINO PROFISSIONAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	8.459,53
	TOTAL	8.459,53
06.03.020.606.0034.1037.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.1037.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.1037.	MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTO DO SETOR DE AGRICULTURA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	822,53
	TOTAL	822,53
08.02.015.451.0052.1071.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.02.015.451.0052.1071.	OBRAS MUNICIPAIS	
08.02.015.451.0052.1071.	ESPAÇOS PÚBLICOS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	92.960,98
	TOTAL	92.960,98
	RESUMO	
0.10000	VINCULO LIVRE	139.409,91

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

19.01.027.813.0090.1241.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME	
19.01.027.813.0090.1241.	ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO	
19.01.027.813.0090.1241.	OBRAS E CONSTRUÇÕES - FME	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00
	RESUMO	
0.10000	VINCULO LIVRE	20.000,00

Art. 2º O Prefeito Municipal fica autorizado a abrir crédito suplementar, no valor de até R\$ 159.409,91(cento e cinquenta e nove mil, quatrocentos e nove reais e noventa e um centavos), à conta da anulação prevista no artigo 1º, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2687 de 12/12/2013):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

06.01.022.661.0030.2062.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.2062.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.2062.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	45.000,00
	TOTAL	45.000,00
06.03.020.606.0034.2072.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.2072.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.2072.	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	94.409,91
	TOTAL	94.409,91
	RESUMO	
0.10000	VINCULO LIVRE	139.409,91

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

19.01.027.813.0090.2236.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME	
19.01.027.813.0090.2236.	ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO	
19.01.027.813.0090.2236.	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
19.01.027.813.0090.2240.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME	
19.01.027.813.0090.2240.	ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO	
19.01.027.813.0090.2240.	MANUTENÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
	RESUMO	
0.10000	VINCULO LIVRE	20.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

LEI Nº 2745, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 2745, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

Denomina e define as Ruas Projetadas do Loteamento Strey.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Denomina-se RUA PONTA GROSSA, o logradouro integrante da malha viária do loteamento Strey, situado no lado par da rua Tirolezes, com uma área total de 2.150,72m², distante pelo lado esquerdo, 279,04m da esquina formada com o lado ímpar da rua Palmas. Iniciando no ponto PP, situado no final da curva de transição do lado par da rua Tirolezes com o lado par da rua Ponta Grossa, segue pela frente em 25,98m com o lado par da rua Tirolezes até o ponto 01; deste segue pelo lado direito defletindo à esquerda na curva de transição em 9,38m, com ângulo central de 85°28'33" com o Lote 03, Matrícula 20.488, L-2 de propriedade de Orlando Strey até o ponto 02; deste segue em 146,42m, sendo: em 84,18m com o Lote 03, Matrícula 20.488, L-2 de propriedade de Orlando Strey, e em 62,24m com a Área Remanescente, Matrícula 20.491, L-2 de propriedade de Orlando Strey até o ponto 03; deste segue pelos fundos defletindo à direita com ângulo interno de 90°42'45" em 14,00m com a Área Remanescente, Matrícula 20.491, L-2 de propriedade de Orlando Strey até o ponto 04; deste segue pelo lado esquerdo defletindo à direita com ângulo interno de 89°17'15" em 146,31m sendo: em 15,75m com o Lote 14, em 26,00m com o Lote 13, em 15,01m com o Lote 12, em 8,10m com o Lote 11, em 24,00m com a rua Morretes, em 8,98m com o Lote 05, em 15,00m com o Lote 04, em 15,00m com o Lote 03, e em 18,47m com o Lote 01 até o ponto 05; deste segue defletindo à esquerda na curva de transição em 9,53m, com ângulo central de 91°02'30" com o Lote 01 até o ponto de partida PP com o início desta descrição. Perfazendo o perímetro em 351,62m. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público".

Art. 2º Denomina-se RUA MORRETES, o logradouro integrante da malha viária do loteamento Strey, situado no lado par da rua Ponta Grossa, com uma área total de 1.436,30m², distante 63,56m da esquina formada com o lado par da rua Tirolezes. Iniciando no ponto PP, situado no final da curva de transição do lado par da rua Ponta Grossa com o lado par da rua Morretes, segue pela frente em 24,00m com o lado par da rua Ponta Grossa até o ponto 01; deste segue pelo lado direito defletindo à esquerda na curva de transição em 9,51m, com ângulo central de 90°50'28" com o Lote 11 até o ponto 02; deste segue em 115,32m sendo: em 23,83m com o Lote 11, em 15,38m com o Lote 17, em 10,84m com o Lote 18, em 24,00m com a rua Rio Negro, em 10,99m com o Lote 19, em 17,00m com o Lote 20 e em 13,28m com o Lote 21 até o ponto 03; deste segue pelos fundos defletindo à direita com ângulo interno de 62°40'09" em 13,51m com terras de José Conti, Matrícula 12.763, L-2, até o ponto 04; deste segue pelo lado esquerdo defletindo à direita com ângulo interno de 117°19'51" em 109,48m sendo: em 25,70m com o Lote 10, em 14,82m com o Lote 09, em 15,00m com o Lote 08, em 15,00m com o Lote 07, em 15,00m com o Lote 06, e em 23,96m com o Lote 05 até o ponto 05; deste segue defletindo à esquerda na curva de transição em 9,34m, com ângulo central de 89°09'32" com o Lote 05 até o ponto de partida PP com o início desta descrição. Perfazendo o perímetro em 281,16m. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público".

Art. 3º Denomina-se RUA RIO NEGRO o logradouro integrante da malha viária do loteamento Strey, situado no lado ímpar da rua Morretes, com uma área total de 1.262,81m², distante 56,14m da esquina formada com o lado par da rua Ponta Grossa. Iniciando no ponto PP, situado no final da curva de transição do lado ímpar da rua Morretes com o lado ímpar da rua Rio Negro, segue pela frente

em 24,00m com o lado ímpar da rua Morretes até o ponto 01; deste segue pelo lado esquerdo defletindo à direita na curva de transição em 9,44m, com ângulo central de 90°07'53" com o Lote 19 até o ponto 02; deste segue em 91,09m sendo: em 24,01m com o Lote 19, em 12,00m com o Lote 22 - Área Verde, em 15,00m com o Lote 23, em 15,00m com o Lote 24, e em 25,08m com o Lote 25 até o ponto 03; deste segue defletindo à direita na curva de transição em 9,51m com ângulo central de 90°46'36" com o Lote 25 até o ponto 04; deste segue pelos fundos em 18,08m com o lado ímpar da rua Pinhais até o ponto 05; deste segue pelo lado direito defletindo à esquerda com ângulo interno de 89°13'24" em 97,39m, sendo: em 32,58m com a Área Remanescente, Matrícula 20.491, L-2 de propriedade de Orlando Strey, em 26,40m com o Lote 15, em 15,00m com o Lote 16 e em 23,41m com o Lote 18 até o ponto 06; deste segue defletindo à direita na curva de transição em 9,41m, com ângulo central de 89°52'07" com o Lote 18 até o ponto de partida PP com o início desta descrição. Perfazendo o perímetro em 258,92m. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público".

Art. 4º Denomina-se RUA PINHAIS o logradouro integrante da malha viária do loteamento Strey, situado nos fundos da rua Rio Negro, com uma área total de 576,63m², distante 103,38m da esquina formada com o lado ímpar da rua Morretes. Iniciando no ponto PP, situado na interseção da frente com o lado direito, segue pela frente em 43,95m sendo: em 18,08m com a rua Rio Negro, em 9,90m com o Lote 23, e em 15,97m com o Lote 26 até o ponto 01; deste segue pelo lado esquerdo defletindo à esquerda com ângulo interno de 67°47'27" em 15,12m com terras do Município de Timbó, Matrícula 6.814, L-2 até o ponto 02; deste segue pelos fundos defletindo à esquerda com ângulo interno de 112°12'33" em 38,42m com a Área Remanescente, Matrícula 20.491, L-2 de propriedade de Orlando Strey, até o ponto 03; deste segue pelo lado direito defletindo à esquerda com ângulo interno de 89°13'24" em 14,00m com a Área Remanescente, Matrícula 20.491, L-2 de propriedade de Orlando Strey até o ponto de partida PP, deste defletindo à esquerda com ângulo interno de 90°46'36", com início desta descrição. Perfazendo o perímetro em 111,49m. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público".

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

LEI Nº 2746, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 2746, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

Denomina e define as Ruas Projetadas do Loteamento Borchardt.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Denomina-se RUA PRIMAVERA, o logradouro integrante da malha viária do Loteamento Borchardt, constituído de: Uma faixa de terras com área de 4.863,60m² (quatro mil oitocentos e sessenta e três metros e sessenta décimos quadrados), iniciando no alinhamento ímpar da Rua Tupiniquim, segue na direção sul até encontrar o alinhamento ímpar da Edmund Lindner; situada no lado ímpar da Rua Tupiniquim, distando, pelo lado direito, 383,54 metros da esquina formada com lado ímpar da Rua Araçonguihas, com as seguintes dimensões e confrontações: iniciando no ponto PP, localizado no início da curva de transição do lado ímpar da Rua Tupiniquim com o lado ímpar da Rua "A", segue confrontando pela frente do imóvel, em linha quebrada, com o lado ímpar da Rua Tupiniquim em 7,48 metros até o ponto 1; deste segue

defletindo à esquerda com ângulo interno de 166°12'56", confrontando com o lado ímpar da Rua Tupiniquim em 24,85 metros, até o ponto 2; deste segue pelo lado esquerdo do imóvel, na curva de transição, defletindo à esquerda com o ângulo central de 95°09'26", raio de 8,00 metros, tangente de 8,75 metros e distância de 13,29 metros, confrontando com o lote nº 03 até o ponto 3; deste segue confrontando em 24,46 metros, sendo: em 12,39 metros com o lote nº 03 e em 12,07 metros com o lote nº 04, até o ponto 4; deste segue em linha curva de 30,17 metros, tendo um ângulo central de 10°29'19" e raio de 164,81 metros, tangente de 15,13 metros, confrontando em 15,02 metros com o lote nº 05 e em 15,15 metros com o lote nº 06, até o ponto 5; deste segue confrontando em 57,95 metros, sendo: em 15,25 metros com o lote nº 07, em 15,25 metros com o lote nº 08, em 15,25 metros com o lote nº 09 e em 12,20 metros com o lote nº 10, até o ponto 6; deste segue em linha curva de 24,14 metros, tendo um ângulo central de 10°29'08" e raio de 131,90 metros, confrontando em 12,12 metros com o lote nº 11 e em 12,02 metros com o lote nº 12, até o ponto 7; deste segue confrontando em 181,62 metros, sendo: em 12,00 metros com o lote nº 13, em 12,01 metros com o lote nº 14, em 12,00 metros com o lote nº 15, em 12,00 metros com o lote nº 16, em 18,00 metros com o lote nº 17, em 12,00 metros com o lote nº 18, em 12,00 metros com o lote nº 19, em 12,00 metros com o lote nº 20, em 12,00 metros com o lote nº 21, em 12,00 metros com o lote nº 22, em 12,00 metros com o lote nº 23, em 12,00 metros com o lote nº 24, em 12,00 metros com o lote nº 25, em 12,00 metros com o lote nº 26 e em 7,61 metros com o lote nº 27, até o ponto 8; deste segue pela curva de transição, defletindo à direita com o ângulo central de 90°37'45", confrontando com o lote nº 27 em 18,98 metros até o ponto 9; deste segue pelos fundos do imóvel, defletindo à esquerda com ângulo interno de 90°00'00", em relação ao centro do raio, confrontando com o alinhamento ímpar da Rua Edmund Lindner, em 41,14 metros até o ponto 10; deste segue pelo lado direito do imóvel, na curva de transição, defletindo à direita com o ângulo central de 90°00'00", confrontando com o lote nº 33 em 23,56 metros até o ponto 11; deste segue confrontando em 175,00 metros, sendo: em 11,00 metros com o lote nº 33, em 22,00 metros com o lote nº 34, em 30,00 metros com a testada da Rua "D", em 21,00 metros com o lote nº 49, em 21,00 metros com o lote nº 50, em 30,00 metros com a testada da Rua "C", em 20,00 metros com o lote nº 67 e em 20,00 metros com o lote nº 68, até o ponto 12; deste segue em linha curva de 28,46 metros, tendo um ângulo central de 10°29'08" e raio de 145,90 metros, confrontando com a testada da Rua "B", até o ponto 13; deste segue confrontando em 58,83 metros, sendo: em 32,03 metros com o lote nº 85 e em 26,80 metros com a Área Remanescente até o ponto 14; deste segue em linha curva de 27,61 metros, tendo um ângulo central de 10°29'19" e raio de 150,81 metros, confrontando com a Área Remanescente até o ponto 15; deste segue confrontando com a Área Remanescente em 24,65 metros, até o ponto 16; deste segue pela curva de transição, defletindo à direita com o ângulo central de 100°25'40", raio de 8,00 metros, tangente de 9,61 metros, confrontando com a Área Remanescente em 14,02 metros, até o ponto PP; com início desta descrição; perfazendo o perímetro um total de 776,21 metros.

Art. 2º Denomina-se RUA DAS HORTÊNSIAS, o logradouro integrante da malha viária do Loteamento Borchardt, constituído de: Uma faixa de terras com área de 2.041,36m² (dois mil e quarenta e um metros e trinta e seis décimos quadrados), iniciando no alinhamento ímpar da futura Rua "A", segue na direção noroeste até o virador; distando, pelo lado direito, 127,35 metros medidos a partir da intersecção do lado ímpar da Rua "B" com a Rua "A", até a intersecção formada com o lado ímpar da Rua Tupiniquim, com as seguintes dimensões e confrontações: iniciando no ponto PP, localizado no início da curva de transição do lado ímpar da Rua "A" com o lado ímpar da Rua "B", segue confrontando pela frente do imóvel, em linha curva, com ângulo central de 10°29'08" e raio de 145,90 metros, com o lado ímpar da Rua "A" em 28,46 metros

até o ponto 1; deste segue pelo lado esquerdo do imóvel, na curva de transição, defletindo à esquerda com o ângulo central de 90°00'00", confrontando com o lote nº 68 em 12,57 metros até o ponto 2; deste segue confrontando em 107,00 metros, sendo: em 12,00 metros com o lote nº 68, em 15,00 metros com o lote nº 70, em 15,00 metros com o lote nº 72, em 15,00 metros com o lote nº 74, em 15,00 metros com o lote nº 76, em 15,00 com o lote nº 78, em 13,00 metros com o lote nº 80 e em 7,00 metros com o lote 82 até o ponto 3; deste segue defletindo à direita com ângulo interno de 90°00'00", confrontando com o lote nº 82 em 3,00 metros, até o ponto 4; deste segue defletindo à esquerda com ângulo interno de 270°00'00", confrontando em 20,00 metros, sendo: em 5,00 metros com o lote nº 82 e em 15,00 metros com o lote nº 84 até o ponto 5; deste segue pelos fundos do imóvel, defletindo à esquerda com ângulo interno de 90°00'00", confrontando com o imóvel matriculado sob o nº 10.772, Livro 2, de propriedade do Município de Timbó em 20,00 metros, até o ponto 6; deste segue pelo lado direito do imóvel, defletindo à esquerda com ângulo interno de 90°00'00", confrontando em 20,00 metros com a área remanescente até o ponto 7; deste segue defletindo à esquerda com ângulo interno de 270°00'00", confrontando com a área remanescente em 3,00 metros, até o ponto 8; deste segue defletindo à direita com ângulo interno de 90°00'00", confrontando em 109,48 metros, sendo: em 1,07 metro com a área remanescente, em 32,93 metros com o lote nº 90, em 19,62 com o lote nº 89, em 15,00 metros com o lote nº 88, em 15,00 metros com o lote nº 87, em 15,00 metros com o lote nº 86, em 10,86 metros com o lote nº 85 até o ponto 9; deste segue pela curva de transição, defletindo à direita, com o ângulo central de 79°30'36", confrontando com o lote nº 85 em 11,10 metros até o ponto PP; início desta descrição; perfazendo o perímetro um total de 334,61 metros.

Art. 3º Denomina-se RUA DOS HIBISCUS, o logradouro integrante da malha viária do Loteamento Borchardt, constituído de: Uma faixa de terras com área de 2.037,47m² (dois mil e trinta e sete metros e quarenta e sete décimos quadrados), iniciando no alinhamento ímpar da futura Rua "A", segue na direção noroeste até o virador; distando, pelo lado esquerdo, 56,00 metros medidos a partir da intersecção do lado par da Rua "D" com a Rua "A", até a intersecção formada com lado ímpar da Rua Edmund Lindner, com as seguintes dimensões e confrontações: iniciando no ponto PP, localizado no início da curva de transição do lado ímpar da Rua "A" com o lado par da Rua "D", segue confrontando pela frente do imóvel, com o lado ímpar da Rua "A" em 30,00 metros até o ponto 1; deste segue pelo lado direito do imóvel, na curva de transição, defletindo à direita com o ângulo central de 90°00'00", confrontando com o lote nº 49 em 12,57 metros até o ponto 2; deste segue confrontando em 127,00 metros, sendo: em 12,00 metros com o lote nº 49, em 15,00 metros com o lote nº 51, em 15,00 metros com o lote nº 53, em 15,00 metros com o lote nº 55, em 15,00 metros com o lote nº 57, em 15,00 com o lote nº 59, em 13,00 metros com o lote nº 61, em 12,00 metros com o lote nº 63 e em 15,00 metros com o lote nº 65, até o ponto 3; deste segue pelos fundos do imóvel, defletindo à direita com ângulo interno de 90°00'00", confrontando com o imóvel matriculado sob nº 18.342, Livro 02, de propriedade de Raul Krieser em 20,00 metros, até o ponto 4; deste segue pelo lado esquerdo, defletindo à direita com ângulo interno de 90°00'00", confrontando em 20,00 metros, sendo: em 15,00 metros com o lote nº 48 e em 5,00 metros com o lote nº 47, até o ponto 5; deste segue defletindo à direita com ângulo interno de 90°00'00", confrontando com o lote nº 47 em 6,00 metros, até o ponto 6; deste segue defletindo à esquerda com ângulo interno de 270°00'00", confrontando em 107,00 metros, sendo: em 7,00 metros com o lote nº 47, em 13,00 metros com o lote nº 46, em 15,00 com o lote nº 44, em 15,00 metros com o lote nº 42, em 15,00 metros com o lote nº 40, em 15,00 metros com o lote nº 38, em 15,00 metros com o lote nº 36 e em 12,00 metros com o lote nº 34, até o ponto 7; deste segue pela curva de transição, defletindo à esquerda, com o ângulo central de 90°00'00", confrontando com o lote nº 34 em 12,57 metros até

o ponto PP; deste segue defletindo à direita com ângulo interno de 90°00'00", em relação ao centro do raio, início desta descrição; perfazendo o perímetro um total de 335,14 metros.

Art. 4º - Denomina-se PASSEIO PÚBLICO DAS AGAVES, o logradouro integrante da malha viária do Loteamento Borchardt constituído de: constituído de Uma faixa de terras com área de 353,00m² (Trezentos e cinquenta e três metros quadrados), destinada ao PASSEIO PÚBLICO, situado no lado par da Rua Edmund Lindner, iniciando no alinhamento par desta rua, segue na direção sul até encontrar o término da Rua Abílio Lenzi; com as seguintes dimensões e confrontações: iniciando no ponto PP, localizado na intersecção da frente com o lado esquerdo do imóvel, segue confrontando pela frente do imóvel com o lado par da Rua Edmund Lindner, em 6,01 metros até o ponto 1; deste segue pelo lado direito do imóvel, defletindo a direita, com ângulo interno de 87°31'23", confrontando em 59,27 metros, sendo: em 29,06 metros com o lote nº 30 e em 30,21 metros com a Área de Preservação Permanente 06 até o ponto 2; deste segue pelos fundos do imóvel, defletindo à direita com ângulo interno de 84°02'55", confrontando em 6,03 metros com a testada da Rua Abílio Lenzi, até o ponto 3; deste segue, pelo lado esquerdo do imóvel, defletindo à direita com ângulo interno de 95°57'05", com 58,39 metros, sendo em 30,21 metros com a Área de Preservação Permanente 04 e 28,18 metros, com o lote nº 29 até o ponto PP; deste segue defletindo à direita com ângulo interno de 92°28'37", início desta descrição; perfazendo o perímetro um total de 129,70 metros. "Esta área deverá ser transferida para o Patrimônio do Município de Timbó, passando a constituir o respectivo logradouro público". Nesta área destinada ao Passeio Público, há uma faixa de APP - Área de Preservação Permanente com área de 181,26m², fazendo frente em 6,03 metros com o próprio passeio público, fundos em 6,03 metros com a testada da Rua Abílio Lenzi, lado direito em 30,21 metros com a APP 06 e lado esquerdo em 30,21 metros com a APP 04.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

SAMAE

PORTARIA NO SAMAE -134 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA No SAMAE -134 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014
Concede Exoneração, a pedido, ao Servidor VANDERLEI DE JESUS, contratado temporariamente para cargo de Agente de Manutenção, a contar de 21.11.2014

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, a pedido, ao Servidor Público Municipal VANDERLEI DE JESUS, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Manutenção, do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 005 de 15 de janeiro de 2014, a contar de 21 de novembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de

outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

PORTARIA NO SAMAE -135 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA No SAMAE -135 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014
Concede Exoneração a Servidora Tânia Cristina Bagattoli Zumach, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional I a contar de 19.11.2014.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 49 da Lei Complementar n. 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal TANIA CRISTINA BAGATTOLI ZUMACH, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional I do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 016, de 04 de fevereiro de 2013, a contar de 19 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº SAMAE -136, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº SAMAE -136, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014
Altera Portaria referente à data do término do período de contratação de servidor lotado no SAMAE

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 3506, de 13/06/2014,

Considerando que a servidora Timberli Tatiane Weizenmann fora contratada temporariamente visando a substituição da servidora Tânia C. B. Zumach no período de férias e licença maternidade;

Considerando que fora concedida exoneração, à pedido, à servidora Tânia C. B. Zumach, através da Portaria n. SAMAE 135 de 17 de novembro de 2014;

Considerando a vacância do cargo e a ausência de candidatos aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente à data do término do período de contratação da Servidora abaixo relacionada:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Timberli Tatiane Weizenmann	SAMAE 105, de 27/08/2014	31/12/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Três Barras

PREFEITURA

PORTARIA Nº 449 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 449 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o surgimento de vagas no quadro de pessoal do magistério público municipal havido em função de afastamentos, conforme noticiado no Ofício 570/2014 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

CONSIDERANDO, a necessidade de manutenção dos serviços junto às Unidades Educacionais.

RESOLVE :

Art. 1º. Alterar temporariamente a carga horária das seguintes servidoras:

I - ANA CRISTINA SEBEN ALVES DE SOUZA, matrícula 10917.7-4, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.10.2014;

II - JULIANA KRIGINSKI, matrícula 14702.8-4, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.10.2014;

Art. 2º. A alteração de carga horária terá validade apenas para o ano letivo de 2014, cessando em caso de preenchimento da vaga a que estiver vinculado o servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 23 de outubro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

PORTARIA Nº 456 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 456 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o surgimento de vagas no quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Município, havido em função do afastamento de servidora ocupante do cargo de psicóloga, conforme noticiado no Ofício 320/2014 da Secretaria de Saúde;

CONSIDERANDO, a necessidade de manutenção dos serviços.

RESOLVE :

Art. 1º. Alterar temporariamente a carga horária da servidora HELENA MESKO DA FONSECA LUBBE, matrícula 12594.6-0, ocupante

do cargo de psicólogo, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.10.2014.

Art. 2º. A alteração de carga horária cessará em caso de preenchimento da vaga a que estiver vinculado o servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 23 de outubro de 2014.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer
Diretor

LEI Nº 3.154 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 3.154 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS/SC, NO VALOR DE ATÉ R\$ 1.738.734,75.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Autoriza Abertura de crédito adicional suplementar por anulação de dotações no Fundo Municipal de Saúde, para reforço de dotações no orçamento do exercício 2014, no valor de até R\$ 437.460,12 (quatrocentos e trinta e sete reais, quatrocentos e sessenta reais e doze centavos), como segue:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
01 – Fundo Municipal de Saúde			
010.301.0009.2060 – Atenção Básica			
3190.00.00	16405	Aplic. Diretas/ Progr. Melhoria e Acesso da Qualidade - PMAQ	R\$ 232.845,69
3190.00.00	16460	Aplic. Diretas/ ESF – Transf. Estado p/Saúde da Família	R\$ 117.338,88
3190.00.00	10200	Aplic. Dir./ Rec. Imp. e de Transf. Imp. Saúde	R\$ 49.198,75
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 38.076,80

Art. 2º - Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior no valor de até R\$ 437.460,12 (quatrocentos e trinta e sete reais, quatrocentos e sessenta reais e doze centavos), será utilizado como fonte de recurso a anulação de dotações, respectivamente como segue:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
01 – Fundo Municipal de Saúde			
010.301.0009.2060 – Atenção Básica			
3390.00.00	16405	Aplic. Diretas/ Progr. Melhoria e Acesso da Qualidade - PMAQ	R\$ 232.845,69
010.301.0009.2060 – Atenção Básica			
3390.00.00	16460	Aplic. Diretas/ ESF – Transf. Estado p/Saúde da Família	R\$ 117.338,88
010.301.0009.1020 – Constr. Posto de Saúde (Centro)			

4490.00.00	10200	Aplic. Dir./Rec. Imp. e de Transf. Imp.– Saúde	R\$ 30.075,28
010.301.0009.1072 – Construção Unidade De saúde B. João Paulo II			
4490.00.00	10200	Aplic. Dir./Rec. Imp. e de Transf. Imp – Saúde	R\$ 2.123,47
010.301.0009.1073 – Construção Unidade De saúde B. Vila Nova			
4490.00.00	10200	Aplic. Dir./Rec. Imp. e de Transf. Imp – Saúde	R\$ 17.000,00
010.301.0009.1010 – Aquisição de Veículo para Serviço da Saúde			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 35.000,00
010.301.0009.1008 – Construção e Reformas das Unidades Sanitárias de Saúde			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 3.076,80

Art. 3º - Autoriza Abertura de crédito adicional suplementar por anulação de dotações na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, para reforço de dotações no orçamento do exercício 2014, no valor de até R\$ 656.931,63 (seiscentos e cinquenta e seis mil, novecentos e trinta e um reais, sessenta e três centavos), como segue:

08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
01 – EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
012.361.0013.2026 – Coordenação Geral de Educação			
3190.00.00	10100	Aplic. Dir./Rec. Imp. e de Transf. Imp – Educ.	R\$ 13.730,00
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 25.000,00
3390.00.00	15800	Aplic. Diretas/ Salário Educação	R\$ 4.640,03
012.361.0013.2062 – Manutenção das Escolas do Ensino Fundamental			
3190.00.00	10100	Aplic. Dir./Rec. Imp. e de Transf. Imp – Educ.	R\$ 36.780,00
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 132.600,00
3190.00.00	11900	Aplic. Dir./Transf. do FUNDB (Aplic. Outras)	R\$ 45.439,67
3390.00.00	15800	Aplic. Diretas/ Salário Educação	R\$ 80.000,00
012.365.0013.2063 – Manutenção dos CMEIS – Educação Infantil			
3190.00.00	10100	Aplic. Dir./Rec. Imp. e de Transf. Imp – Educ.	R\$ 191.104,49
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 28.564,00
3190.00.00	11900	Aplic. Dir./Transf. do FUNDB (Aplic. Outras)	R\$ 22.063,44
3190.00.00	15800	Aplic. Diretas/ Salário Educação	R\$ 76.010,00
012.361.0025.2041 – Manutenção Transporte Escolar			
3390.00.00	10100	Aplic. Dir./Rec. Imp. e de Transf. Imp – Educ.	R\$ 1.000,00

Art. 4º - Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior no valor de até R\$ 656.931,63 (seiscentos e cinquenta e seis mil, novecentos e trinta e um reais, sessenta e três centavos), será utilizado como fonte de recurso as anulações de dotação, respectivamente como segue:

08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
01 – EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
012.361.0013.2026 – Coordenação Geral de Educação			

4490.00.00	10100	Aplic. Dir./Rec. Imp. e de Transf. Imp – Educ.	R\$ 13.730,00
4490.00.00	15800	Aplic. Diretas/ Salário Educação	R\$ 1.000,00
013.392.0014.2029 – Atividades de apoio à Cultura			
3390.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 25.000,00
012.361.0026.2043 – Equipamentos e Mobiliários Escolares			
4490.00.00	10100	Aplic. Dir./Rec. Imp. e de Transf. Imp – Educ.	R\$ 49.000,00
4490.00.00	11900	Aplic. Dir./Transf. do FUNDEB (Aplic. Outras)	R\$ 12.063,44
4490.00.00	15800	Aplic. Diretas/ Salário Educação	R\$ 76.010,00
3390.00.00	15800	Aplic. Diretas/ Salário Educação	R\$ 1.000,00
3390.00.00	10100	Aplic. Dir./Rec. Imp. e de Transf. Imp – Educ.	R\$ 1.000,00
012.361.0013.2062 – Manutenção das Escolas do Ensino Fundamental			
4490.00.00	10100	Aplic. Dir./Rec. Imp. e de Transf. Imp – Educ.	R\$ 36.780,00
012.361.0013.2068 – Núcleo Avançando de Ensino Supletivo			
3390.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 110.000,00
012.365.0012.1012 - Construção, Ampliação e Reformas dos C.M.E.I s			
4490.00.00	11900	Aplic. Dir./Transf. do FUNDB (Aplic. Outras)	R\$ 45.439,67
4490.00.00	15800	Aplic. Diretas/ Salário Educação	R\$ 80.000,00
4490.00.00	10100	Aplic. Dir./Rec. Imp. e de Transf. Imp – Educ.	R\$ 99.000,00
3390.00.00	10100	Aplic. Dir./Rec. Imp. e de Transf. Imp – Educ.	R\$ 1.000,00
013.392.0014.2029 – Atividade de Apoio à Cultura			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 22.600,00
012.365.0013.2042 – Ampliações e Reformas das Escolas do Ensino Fundamental			
3390.00.00	10100	Aplic. Dir./Rec. Imp. e de Transf. Imp – Educ.	R\$ 1.000,00
4490.00.00	10100	Aplic. Dir./Rec. Imp. e de Transf. Imp – Educ.	R\$ 1.678,49
4490.00.00	15800	Aplic. Diretas/ Salário Educação	R\$ 2.640,03
012.365.0013.2063 – Manutenção dos CMEIS – Educação Infantil			
4490.00.00	10100	Aplic. Dir./Rec. Imp. e de Transf. Imp – Educ.	R\$ 38.426,00

3391.00.00	11900	Aplic. Dir. DEC. OPER. ENTRE ORGAOS/ Transferências do FUNDB (Aplic. Outras)	R\$ 10.000,00
012.365.0013.2027 – Apoio ao Ensino Profissional			
3390.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 28.564,00
012.361.0025.2041 – Manutenção Transporte Escolar			
4490.00.00	10100	Aplic. Dir./Rec. Imp. e de Transf. Imp – Educ.	R\$ 1.000,00

Art. 5º - Autoriza abertura de crédito adicional suplementar por transposição/anulação de dotações, na Prefeitura Municipal para reforço de dotações no orçamento do exercício 2014, no valor de até R\$ 644.343,00 (seiscentos e quarenta e quatro mil, trezentos e quarenta e três reais), como segue:

04 – SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO			
01 – Secretaria de Administração			
009.272.0006.2011 – Encargos com Inativos e Pensionistas			
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	142.200,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO			
01 – SECRETARIA DESENVOLVIMENTO ECON. E TURISMO			
004.122.0008.2059 – Manut. da Secret. De Desenvol. Economico e Turismo			
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas / Recursos Ordinários	8.209,28

004.122.0005.2009 – Manutenção das Atividades da Administração			
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	47.925,82

03 – GABINETE DO PREFEITO			
01 – GABINETE DO PREFEITO			
004.122.0003.2005 – Manutenção do Gabinete do Prefeito			
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	205.446,23

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA			
01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA			
004.122.0007.2012 – Manutenção da Secretaria de Agricultura			
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	64.561,67

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
01 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
004.122.0017.2074 – Apoio a Secretaria de Viação e Obras			
3390.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	15.000,00

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS			
01 – Secretaria de Finanças			
028.843.0004.2007 – Amortização da Dívida			
4690.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	161.000,00

Art. 6º - Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior no valor de até R\$ R\$ 644.343,00 (seiscentos e quarenta e quatro mil, trezentos e quarenta e três reais), serão utilizados como fonte de recurso a Transposição/Anulações de dotações respectivamente, como segue:

A - Por Transposição/Anulação de Dotações:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
008.244.0010.2087 – Manutenção Programa Sacolão			
3390.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	142.200,00
008.243.0010.2090 – Manutenção do Programa PETI			
3390.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	36.925,82
008.244.0010.2016 – Assistência Comunitária			
4471.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	1.000,00
008.243.0010.2090 – Manutenção do Programa PETI			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	1.261,00
008.243.0010.2089 – Manutenção do Conselho Tutelar			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	1.901,00
008.243.0010.2023 – Atenção a Criança e ao Adolescente			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	1.000,00
008.243.0010.2023 – Atenção a Criança e ao Adolescente			
3371.00.00	10000	Transf. a Consórcios Públicos/ Recursos Ordinários	1.547,28
008.243.0010.2023 – Atenção a Criança e ao Adolescente			
3371.00.00	10000	Transf. a Consórcios Públicos/ Recursos Ordinários	500,00
008.241.0010.2023 – Atenção à Terceira Idade			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	1.000,00
008.243.0010.2089 – Manutenção do Conselho Tutelar			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	77.248,97
008.244.0010.2016 – Assistência Comunitária			
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	64.561,67

B - Por Anulação de Dotações:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA			
01 – Secretaria de Agricultura			
004.122.0032.1052 – Aquisição de Máquinas, Caminhões e Equipamentos Agrícolas			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	11.000,00
09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
01 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
004.122.0017.1068 – Desapropriação de Imóveis			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	85.020,00
015.452.0033.1053 – Aquisição de Máquinas, Caminhões e Equipamentos			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	43.177,26
02 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
01 – Procuradoria do Município			
028.846.0002.2003 – Pagamento de Ações Judiciais e Precatórios			
3390.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	15.000,00

10 – ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL DO SÃO CRISTÓVÃO			
01 – INTENDÊNCIA DISTRITAL			
004.122.0022.2036 – Manutenção da Intendência			
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	60.000,00

18 – SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA			
01 – SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA			
015.452.0017.2066 – Manutenção da Secretaria de Urbanismo e Limpeza Pública			
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	39.000,00

19 – SECRETARIA DE HABITAÇÃO			
01 – SECRETARIA DE HABITAÇÃO			
016.482.0031.2004 – Manutenção da Secretaria de Habitação			
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	62.000,00

Art. 7º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias do exercício vigente e Plano Plurianual, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 21 de novembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Treze Tílias

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 67-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TÍLIAS CNPJ: 82.777.251/0001-41 PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25 C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 67/2014 - IL
	Processo Nr.: 67/2014 Data: 27/08/2014

Folha: 1/2

Fornecedor: TATIANE RACHADEL PEREIRA DOS SANTOS 05398508962	Código: 3308
Endereço: R FREDERICO JENSEN,2230 - BLOCO 5;APT 25	
Cidade: Blumenau - SC	
CNPJ: 20.585.804/0001-07	Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Baile com 04 (quatro) horas de duração nos dias 11,12 e 13 de outubro, no horário das 20h00min às 24h00min com SOCIETY BAND LTDA, baile com 02 (duas) horas de duração no dia 10 de Outubro no horário das 22h00min às 24h00min com BANDA AS FRIDAS, 03 (três) shows com duração de 02 (duas) horas com BANDA LOS ALPINISTAS e 03 (três) shows com duração de 02 (duas) horas com GRUPO TIROLER COMBO no Parque de Exposições Padre Johann Otto Kung, em Treze Tílias, por ocasião da Tirolerfest 2014.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
2	1,00	Baile com 02 (duas) horas de duração no dia 10 de Outubro de 2014 no horário das 22h00min às 24h00min com BANDA AS FRIDAS, representada por TATIANE RACHADEL PEREIRA DOS SANTOS, inscrita no CNPJ 20.585.804/0001-07, situada na Rua Frederico Jensen,2230 - Bloco 5, apto 25, Itoupavazinha, município de Blumenau-SC. Local do evento: Parque de Exposições Padre Johann Otto Kung, no município de Treze Tílias, por ocasião da Tirolerfest 2014, (8569)	UN	6.500,00	6.500,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

JUSTIFICATIVA

É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Treze Tílias, 27 de Agosto de 2014

MAURO DRESCH
PREFEITO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TÍLIAS**

CNPJ: 82.777.251/0001-41
PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25
C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 67/2014 - IL**

Processo Nr.: 67/2014
Data: 27/08/2014

Folha: 2/2

27/08/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Treze Tílias, 27 de Agosto de 2014

Valor da Despesa: 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)

Pagamento.....: Cfe liberação do convênio

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TÍLIAS**

CNPJ: 82.777.251/0001-41
PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25
C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 67/2014 - IL**

Processo Nr.: 67/2014
Data: 27/08/2014

Folha: 1/2

Fornecedor: SOCIETY BAND LTDA - ME
Endereço: R LUIZ ALTEMBURG SENIOR, 87 - FUNDOS
Cidade: Blumenau - SC
CNPJ: 81.323.982/0001-54

Código: 3334

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Baile com 04 (quatro) horas de duração nos dias 11, 12 e 13 de outubro, no horário das 20h00min às 24h00min com SOCIETY BAND LTDA, baile com 02 (duas) horas de duração no dia 10 de Outubro no horário das 22h00min às 24h00min com BANDA AS FRIDAS, 03 (três) shows com duração de 02 (duas) horas com BANDA LOS ALPINISTAS e 03 (três) shows com duração de 02 (duas) horas com GRUPO TIROLER COMBO no Parque de Exposições Padre Johann Otto Kung, em Treze Tílias, por ocasião da Tirolerfest 2014.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	3,00	Baile com 04 (quatro) horas de duração nos dias 11, 12 e 13 de outubro de 2014, no horário das 20h00min às 24h00min com SOCIETY BAND LTDA, inscrita no CNPJ 81.323.982.0001 - 54, com sede na Rua Luiz Altemburg Senior, nº 87, Fundos, bairro Escola Agrícola na cidade de Blumenau - SC, Local do evento: Parque de Exposições Padre Johann Otto Kung, no município de Treze Tílias, por ocasião da Tirolerfest 2014. (8719)	UN	6.500,00	19.500,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

- III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

JUSTIFICATIVA

É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

- III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Treze Tílias, 27 de Agosto de 2014

MAURO DRESCH
PREFEITO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TÍLIAS**

CNPJ: 82.777.251/0001-41
PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25
C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 67/2014 - IL**

Processo Nr.: 67/2014
Data: 27/08/2014

Folha: 2/2

27/08/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Treze Tílias, 27 de Agosto de 2014

Valor da Despesa: 19.500,00 (dezenove mil quinhentos reais)

Pagamento.....: Cfe liberação do convênio

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TÍLIAS****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 67/2014 - IL**

CNPJ: 82.777.251/0001-41
PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25
C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

Processo Nr.: 67/2014
Data: 27/08/2014

Folha: 1/2

Fornecedor: CHRISTIAN MOSER 05653906948

Código: 3341

Endereço: R PREFEITO JOSE VALDOMIRO SILVA, 42 -

Cidade: Treze Tílias - SC

CNPJ: 21.252.975/0001-87

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Baile com 04 (quatro) horas de duração nos dias 11, 12 e 13 de outubro, no horário das 20h00min às 24h00min com SOCIETY BAND LTDA, baile com 02 (duas) horas de duração no dia 10 de Outubro no horário das 22h00min às 24h00min com BANDA AS FRIDAS, 03 (três) shows com duração de 02 (duas) horas com BANDA LOS ALPINISTAS e 03 (três) shows com duração de 02 (duas) horas com GRUPO TIROLER COMBO no Parque de Exposições Padre Johann Otto Kung, em Treze Tílias, por ocasião da Tirolerfest 2014.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
3	3,00	Show com duração de 02 (duas) horas com GRUPO TIROLER COMBO, representado neste ato por Christian Moser 05653906948, inscrito no CNPJ sob o nº 21.252.975/0001-87, com sede na Rua Valdomiro Silva, 42, Centro na cidade de Treze Tílias - SC. Local do evento: Parque de Exposições Padre Johann Otto Kung, no município de Treze Tílias, por ocasião da Tirolerfest 2014. (8570)	UN	2.166,667	6.500,00
4	3,00	Show com duração de 02 (duas) horas com BANDA LOS ALPINISTAS, representado neste ato por Christian Moser 05653906948, inscrito no CNPJ sob o nº 21.252.975/0001-87, com sede na Rua Valdomiro Silva, 42, Centro na cidade de Treze Tílias - SC. Local do evento: Parque de Exposições Padre Johann Otto Kung, no município de Treze Tílias, por ocasião da Tirolerfest 2014. (8571)	UN	2.166,667	6.500,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

JUSTIFICATIVA

É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Treze Tílias, 27 de Agosto de 2014

MAURO DRESCH
PREFEITO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TÍLIAS**

CNPJ: 82.777.251/0001-41
PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25
C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 67/2014 - IL**

Processo Nr.: 67/2014
Data: 27/08/2014

Folha: 2/2

27/08/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Treze Tílias, 27 de Agosto de 2014

Valor da Despesa: 13.000,00 (treze mil reais)

Pagamento.....: Cfe liberação do convênio

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO N. 088/2014

DECRETO N.º 088/2014, de 20 de novembro de 2014
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 974/2013 de 03 de dezembro de 2013:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
UNIDADE 06.01 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROJETO/ATIVIDADE 1.026 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS
Modalidade 449000.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0000.00 - Recursos Ordinários, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 R\$ 100.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 20 de novembro de 2014
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em 20/11/2014

SUELEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.344/14

DECRETO Nº 11.344/14, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
Nomeia Atendente de Consultório Dentário

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, DAIANE MARIA DE CAMPOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2014, homologado em 16 de junho de 2014, para exercer o emprego público de Atendente de Consultório Dentário - Estratégia Saúde da Família, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de novembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.347/14

DECRETO Nº 11.347/14, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13, de 06 de dezembro de 2013.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 74.899,77 (Setenta e quatro mil, oitocentos e noventa e nove reais e setenta e sete centavos) à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

12 – Fundo Municipal p/ Reeq dos Bombeiros Voluntários	
01 – Fundo Municipal p/ Reeq dos Bombeiros Voluntários	
2.072 – Manutenção do Fundo Municipal p/ Reeq dos Bombeiros Voluntários	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0026.0 – Aplicações Diretas	74.899,77
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	74.899,77

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do provável excesso de arrecadação no exercício de 2014, pelo recebimento do recurso de Convênio TR nº 1314 entre o Estado de Santa Catarina por meio da SDR - Secretaria de

Desenvolvimento Regional Videira e Município de Videira - Processo SDR 091474/2014, que tem por objeto a Construção do Quartel para o Corpo de Bombeiros Militar de Videira.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1409/14

PORTARIA nº 1409/14
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora ADRIANA GORETI MENEGON, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "E" para a referência "F", relativa ao período de avaliação de 12 de abril de 2013 até 12 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 12 de outubro de 2014.

Videira, 18 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1410/14

PORTARIA nº 1410/14
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor ALDAIR JOSÉ DA SILVA, Mecânico de Manutenção de Trator, da referência "N" para a referência "O", relativa ao período de avaliação de 05 de abril de 2013 até 05 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei

nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 05 de outubro de 2014.

Videira, 18 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1414/14

PORTARIA nº 1414/14
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor JOÃO LUIZ GONÇALVES, Auxiliar Operacional, da referência "H" para a referência "I", relativa ao período de avaliação de 14 de abril de 2013 até 14 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 14 de outubro de 2014.

Videira, 18 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1413/14

PORTARIA nº 1413/14
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor JOÃO LUIZ MEZAROBBA, Auxiliar Operacional, da referência "H" para a referência "I", relativa ao período de avaliação de 10 de abril de 2013 até 10 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 10 de outubro de 2014.

Videira, 18 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1415/14

PORTARIA nº 1415/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor JOCELITO FELICETTI, Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, da referência "H" para a referência "I", relativa ao período de avaliação de 01 de abril de 2013 até 01 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2014.

Videira, 18 de novembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1416/14

PORTARIA nº 1416/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor JORGE ADILSON DOS SANTOS, Auxiliar Operacional, da referência "H" para a referência "I", relativa ao período de avaliação de 14 de abril de 2013 até 14 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 14 de outubro de 2014.

Videira, 18 de novembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1417/14

PORTARIA nº 1417/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora LEONOR TORMEN CAMINTIA, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "H" para a referência "I", relativa ao período de avaliação de 11 de abril de 2013 até 11 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 11 de outubro de 2014.

Videira, 18 de novembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1418/14

PORTARIA nº 1418/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora LUCIA APARECIDA NESI BALENA, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "H" para a referência "I", relativa ao período de avaliação de 15 de abril de 2013 até 15 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 15 de outubro de 2014.

Videira, 18 de novembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1419/14

PORTARIA nº 1419/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora LUCIANA DE OLIVEIRA RAMOS RAMPON, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "E" para a referência "F", relativa ao período de avaliação de 02 de março de 2013 até 02 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de outubro de 2014.

Videira, 18 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1420/14

PORTARIA nº 1420/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora LUCIMAR SALETE VINCENZI, Agente Administrativo II, da referência "H" para a referência "I", relativa ao período de avaliação de 01 de abril de 2013 até 01 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2014.

Videira, 18 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1411/14

PORTARIA nº 1411/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora FATIMA ANSI-LIERO DAROS, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "H" para a referência "I", relativa ao período de avaliação de 01 de abril de 2013 até 01 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2014.

Videira, 18 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1430/14

PORTARIA nº 1430/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora SUZANA IZABEL KRAUCHUK, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "H" para a referência "I", relativa ao período de avaliação de 15 de abril de 2013 até 15 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 15 de outubro de 2014.

Videira, 18 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1431/14

PORTARIA nº 1431/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora VILMAIR OLIVO DEON, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "B" para a referência "C", relativa ao período de avaliação de 11 de abril de 2013 até 11 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 11 de outubro de 2014.

Videira, 18 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1429/14

PORTARIA nº 1429/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora SUZANA COSTA MIGLIORETTO, Técnico de Higiene Dental, da referência "D" para a referência "E", relativa ao período de avaliação de 01 de março de 2013 até 01 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2014.

Videira, 18 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1427/14

PORTARIA nº 1427/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora SAMIA ROBERTA SALHA PAZIN, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "H" para a referência "I", relativa ao período de avaliação de 15 de abril de 2013 até 15 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 15 de outubro de 2014.

Videira, 18 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1428/14

PORTARIA nº 1428/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora SONIA MARIA PITTOL, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "H" para a referência "I", relativa ao período de avaliação de 07 de abril de 2013 até 07 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 07 de outubro de 2014.

Videira, 18 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1426/14

PORTARIA nº 1426/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor ROBERTO LUIZ ZANATA, Auxiliar Operacional, da referência "H" para a referência "I", relativa ao período de avaliação de 01 de abril de 2013 até 01 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2014.

Videira, 18 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1425/14

PORTARIA nº 1425/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora RITAMAR COSTA DEON, Auxiliar de Enfermagem, da referência "J" para a referência "L", relativa ao período de avaliação de 01 de março de 2012 até 02 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de outubro de 2014.

Videira, 18 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1424/14

PORTARIA nº 1424/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora RENATA PITT HEINEMANN, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "H" para a referência "I", relativa ao período de avaliação de 01 de abril de 2013 até 01 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2014.

Videira, 18 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1423/14

PORTARIA nº 1423/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MARILIZA DA SILVA, Auxiliar de Enfermagem, da referência "J" para a referência "L", relativa ao período de avaliação de 01 de abril de 2013 até 01 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2014.

Videira, 18 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1422/14

PORTARIA nº 1422/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MARIA CANAL DE MORAIS, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "H" para a referência "I", relativa ao período de avaliação de 01 de abril de 2013 até 01 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2014.

Videira, 18 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1421/14

PORTARIA nº 1421/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MARCILEI LUCIA ALANO CEOLA, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "H" para a referência "I", relativa ao período de avaliação de 15 de abril de 2013 até 15 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 15 de outubro de 2014.

Videira, 18 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1435/14

PORTARIA nº 1.435/14

Exonera Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais de acordo com as disposto no art. 72, IX, da Lei Orgânica Municipal, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 16911/2011, bem como amparado pela Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

Considerando que em 2011 a Administração Municipal, através da Portaria nº 947/11, tornou sem efeito a Portaria nº 687/11 que nomeou LUCILA CECATTO RUBINI, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem;

Considerando a Comunicação Interna nº 329/14, de 13 de novembro de 2014, da Procuradoria Jurídica opinando pela convalidação da portaria que desfez a nomeação da Senhora Lucila Cecatto Rubini, através de portaria de exoneração, conforme preceituava os artigos 32 e 33 da Lei Complementar Municipal nº 007/97;

Considerando que, nos termos do art. 53, da Lei nº 9784/99, a administração pode e deve rever os seus próprios atos, incluindo-se os referentes aos servidores municipais,

Considerando, a lisura e a transparência de todos os atos administrativos da Administração Municipal, sempre obedecendo aos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e;

Considerando a anuência do Procurador Geral do Município e o deferimento do Secretário de Administração;

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 30 de dezembro de 2011, LUCILA CECATTO RUBINI, aprovada no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, nomeada pela Portaria nº 0687/11, e empossada, através do Termo de Posse nº 18/11, para o cargo de Técnica de Enfermagem, em virtude de não ter entrado em exercício no prazo estabelecido por Lei Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 30 de dezembro de 2011, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 947/11.

Videira, 19 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1432/14

PORTARIA nº 1.432/14

Autoriza o Uso do Ginásio Municipal Padre Bruno Pokolm

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que constam nos Processos Administrativos nº 18.665/14, 18.666/14 e 18.667/14,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Ginásio Municipal Padre Bruno Pokolm, bem como o uso de 350 (trezentas e cinquenta) cadeiras e 12 (doze) mesas pela Polícia Militar - 1ª Companhia, no dia 10 de dezembro de 2014, das 13h00min às 23h30min, a fim de realizar a formatura do PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas dos alunos da Rede Municipal, Estadual e Particular de Ensino de Videira.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- f. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- g. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes de Videira, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Ginásio Municipal Padre Bruno Pokolm quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1.399/14.

Videira, 19 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1434/14

PORTARIA nº 1434/14
Revoga a Portaria nº 0813/13

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Processo Administrativo nº 17884/2014,

RESOLVE

Revogar, a Portaria nº 0813/13, que Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00060/13-7, nos assentos funcionais da servidora LEONI APARECIDA PEREIRA FERREIRA.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei

nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 19 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.350/14

DECRETO Nº 11.350/14, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
Exonera Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 2.100/09 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 19 de novembro de 2014, GABRIEL NUNES DE OLIVEIRA, Assessor de Informática, símbolo DAS-6, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, admitido pelo Decreto nº 11.004/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 19 de novembro de 2014.

Videira, 20 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.345/14

DECRETO Nº 11.345/14, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.
Determina a formação de Comissão de Trabalho para reformulação da Relação Municipal de Medicamentos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA - SC, no uso de suas atribuições legais, a vista do que consta nos Processo Administrativo nº 19.561/14, bem como a Ata nº 010/2014 - CFT da Comissão de Farmácia Terapêutica, devidamente designada pelo Decreto nº 10.601/13;

DECRETA

Art. 1º Fica formada a Comissão de Trabalho para reformulação da Relação Municipal de Medicamentos, assim constituída:

- I - Silvane da Rocha Pinto;
- II - Jeferson Rodrigues;
- III - Luiz Felipe Scariot Grazziotin;
- IV - Paulo Roberto Pereira da Silva;
- V - Ricardo Buratto;
- VI - Luiza Sabina Gazzzi;
- VII - Eloni Maria Friguetto;
- VIII - Francieli Vizzoli de Souza.

§1º A Comissão de Trabalho reunir-se-á, preferencialmente, em todas as quartas feiras, no período vespertino.

§2º Os servidores integrantes da comissão de trabalho ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de reunião.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 19 de novembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

EXTRATO CONTRATO Nº 237/2014

EXTRATO CONTRATO Nº 237/2014

Contrato nº: CT 237/2014

Data de assinatura: 18/11/2014

Fornecedor: IVECO LATIN AMERICA LTDA

Valor: R\$ 150.000,00

Licitação: PR 29/2013-FNDE

Vigência: Início: 18/11/2014 Término: 18/11/2015

Objeto: Aquisição de um ônibus acessível de transporte escolar diário de estudante da educação básica para a rede municipal de ensino através do Termo de Compromisso PAR nº 201405924/2014, empenho nº 2014NE655373, conforme Pregão Eletrônico 29/2013 FNDE e Ata de Registro de Preços 105/2013.

DECRETO Nº 11.348/14

DECRETO Nº 11.348/14, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

Determina a formação da Equipe Técnica e da Equipe de Coordenação do Plano Municipal de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA - SC, no uso de suas atribuições legais e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 19652/14;

DECRETA

Art. 1º Fica formada a Equipe Técnica do Plano Municipal de Educação, assim constituída:

- I - Fladenice Zuleica Bruch;
- II - Lucimar Salete Vincenzi;
- III - Maria Angélica Vanz;
- IV - José Carlos de Oliveira;
- V - Magali Beatriz Augusto;
- VI - Valdenice Maria Schneider;
- VII - Roberta Aparecida Martinez;
- VIII - Marco Antonio Serighelli.

Art. 2º Fica formada a Equipe de Coordenação do Plano Municipal de Educação, assim constituída:

- I - Tânia Regina Cesco;
- II - Cátia Baraúna;
- III - Velânia Lazzari;
- IV - Rosangela Comerlato;
- V - Dirceu Paulo Moscon;

VI - Marco Antonio Serighelli.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 19 de novembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.349/14

DECRETO Nº 11.349/14, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.173/14, de 19 de novembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 825.000,00 (oitocentos e vinte e cinco mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

03 – Secretaria Municipal de Administração	
01 – Administração	
2.017 – Contribuição ao PASEP	
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000 – Aplicações Diretas	125.000,00
03 – Secretaria Municipal de Administração	
01 – Administração	
2.020 – Amortização e Encargos da Dívida	
3.2.90.00.00.00.00.0.3.0000 – Aplicações Diretas	300.000,00
4.6.90.00.00.00.00.0.3.0000 – Aplicações Diretas	200.000,00
09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
2.047 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000 – Aplicações Diretas	200.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	825.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Excesso de Arrecadação do Exercício de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de novembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

LEI Nº 3.173/14

LEI Nº 3.173/14, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 825.000,00 (oitocentos e vinte e cinco mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

03 – Secretaria Municipal de Administração	
01 – Administração	
2.017 – Contribuição ao PASEP	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000 – Aplicações Diretas	125.000,00
03 – Secretaria Municipal de Administração	
01 – Administração	
2.020 – Amortização e Encargos da Dívida	
3.2.90.00.00.00.00.00.0.3.0000 – Aplicações Diretas	300.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00.0.3.0000 – Aplicações Diretas	200.000,00
09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
2.047 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000 – Aplicações Diretas	200.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	825.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Excesso de Arrecadação do Exercício de 2014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de novembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2014 - FMS

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2014

HOMOLOGAÇÃO: 21/11/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL EM ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGIA AOS PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. FORNECEDOR: INSTITUTO PATOLOGIA MEIO OESTE CATARINENSE LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 659.496,84 (seiscentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e noventa e seis reais e oitenta e quatro centavos).

FUNDAMENTO: Art. 25 "caput", I da Lei 8.666/93 e atentando também com o Art. 26 da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 21 de Novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.351/14

DECRETO Nº 11.351/14, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13, de 06 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 502.000,00 (quinhentos e dois mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

01 - Gabinete do Prefeito Municipal

01 - Assessoria de Gabinete

2.002- Manutenção da Chefia de Gabinete

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
70.000,00

03 - Secretaria de Administração

01 - Administração

2.009- Manutenção da Secretaria de Administração

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
40.000,00

03 - Secretaria de Administração

01 - Administração

2.012- Manutenção do Departamento de Licitações

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
9.000,00

03 - Secretaria de Administração

01 - Administração

2.014 - Manutenção do Departamento de Pessoal

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
7.000,00

04 - Secretaria Municipal de Finanças
 01 - Departamento Financeiro e Tributário
 2.026- Manutenção do Departamento de Contabilidade
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 77.000,00
 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 7.000,00

04 - Secretaria Municipal de Finanças
 01 - Departamento Financeiro e Tributário
 2.027- Manutenção do Departamento de Tesouraria
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 21.000,00
 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 4.000,00

04 - Secretaria Municipal de Finanças
 01 - Departamento Financeiro e Tributário
 2.028- Manutenção do Departamento de Tributação
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 47.000,00
 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 10.000,00

06 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo
 01 - Planejamento e Urbanismo
 2.030- Manutenção da Secretaria de Planejamento e Urbanismo
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 130.000,00

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
 01 - Departamento de Turismo e Cultura
 2.056- Manutenção da Secretaria de Turismo e Cultura
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 80.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 502.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de novembro de 2014.
 WILMAR CARELLI
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
 Secretario de Administração

DECRETO Nº 11.352/14

DECRETO Nº 11.352/14, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
 Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13, de 06 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 103.900,00 (cento e três mil e novecentos reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

01 - Gabinete do Prefeito Municipal
 01 - Assessoria de Gabinete
 2.002- Manutenção da Chefia de Gabinete
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas

10.000,00

03 - Secretaria de Administração
 01 - Administração
 2.009- Manutenção da Secretaria de Administração
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 60.000,00

03 - Secretaria de Administração
 01 - Administração
 2.011- Manutenção do Departamento de Expediente
 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 1.900,00

03 - Secretaria de Administração
 01 - Administração
 2.012- Manutenção do Departamento de Licitações
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 16.000,00

07 - Secretaria Municipal de Educação
 01 - Departamento de Educação
 2.031- Manutenção da Biblioteca
 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 1.000,00

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
 01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
 2.047- Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 15.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 103.900,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

01 - Gabinete do Prefeito Municipal
 01 - Assessoria de Gabinete
 2.002- Manutenção da Chefia de Gabinete
 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 10.000,00

03 - Secretaria de Administração
 01 - Administração
 2.009- Manutenção da Secretaria de Administração
 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 60.000,00

03 - Secretaria de Administração
 01 - Administração
 2.011- Manutenção do Departamento de Expediente
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 1.900,00

03 - Secretaria de Administração
 01 - Administração
 2.012- Manutenção do Departamento de Licitações
 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 16.000,00

07 - Secretaria Municipal de Educação
 01 - Departamento de Educação
 2.032- Manutenção da Biblioteca
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 1.000,00

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
 01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
 2.047- Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 15.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 103.900,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretario de Administração

DECRETO Nº 11.353/14

DECRETO Nº 11.353/14, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13, de 06 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 5.067,60 (cinco mil, sessenta e sete reais e sessenta centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.084 – Manutenção da Casa Lar	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0415.0 Aplicações Diretas	5.067,60
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	5.067,60

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação proveniente de recursos vinculados ao Fundo Nacional de Assistência Social e destinado ao Piso de Alta Complexidade I - Criança/Adolescente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretario de Administração

PORTARIA Nº 1436/14

PORTARIA nº 1436/14

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna da Secretaria de Finanças,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 03 de novembro de 2014 até 02 de dezembro de 2014, o gozo de férias da servidora CRISTINA KLOCK, ocupante do cargo efetivo de Contadora, referente ao período aquisitivo de 16 de julho de 2012 até 15 de julho de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de novembro de 2014, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1.379/14.

Videira, 21 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Xaxim

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 006/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA AMIGÁVEL DE DÍVIDA ATIVA 006/2014 - E ATUALIZAÇÃO CADASTRAL DO MUNICÍPIO DE XAXIM SC.

- Considerando que o Tribunal de Contas do Estado de SC, exige dos gestores que seja efetuada a cobrança dos tributos municipais;
- Considerando que a Lei Complementar 101/2000 e lei 007/2002(CTM) estabelece como requisito essencial da responsabilidade fiscal a arrecadação dos tributos municipais;
- Considerando que o tributo Municipal tem por finalidade essencial ser aplicado na melhoria da infraestrutura municipal;
- Considerando que a administração de Xaxim SC, busca pautar suas atividades nos princípios da moralidade e eficiência administrativa, propiciando mais desenvolvimento municipal e melhores oportunidades para os cidadãos;
- Considerando que o departamento tributário efetuou por vários meios de comunicação levando a informação ao contribuinte das atitudes a serem tomadas no caso de inadimplência por parte dos contribuintes de tributos municipais pendentes até o exercício de 2013.

O Prefeito Municipal de Xaxim SC faz publicar o EDITAL:006/2014

Notificamos os contribuintes inscritos em Dívida do exercício de 2013 e anteriores, com o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, Imposto Sobre Serviços ISS, Taxa de Licença para Funcionamento-ALVARÁ Contribuição de Melhorias-CTML, entre outros tributos, do Município de Xaxim SC.

Os contribuintes deverão comparecer no Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Xaxim, situado na Rua Rui Barbosa 312 Centro, Xaxim SC, para emitir a guia de cota única e ou parcelar seus débitos e após efetuar o pagamento.

A não liquidação de suas dívidas com o ente público, num prazo de até 10(dez) dias da publicação deste, implicará no enviado das CDA-s, para a cobrança para a esfera Judicial e ou para protesto. Portanto, informamos que esta é mais uma oportunidade do contribuinte ficar em dia com a Fazenda Pública Municipal, evitando com isso transtornos futuros.

Maiores esclarecimentos, estamos à disposição na Divisão de Tributos desta Prefeitura e através dos do telefone (49) 3353-6977 e (49) 3353-5619

Xaxim SC 17 de Novembro de 2014.

NEUDI ANTONIO PALUDO

Secretário da Fazenda

Prefeito Municipal de Xaxim SC

DECRETO 457

DECRETO Nº. 457/2014.

Exonera servidor municipal a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 30 de novembro de 2014, o servidor municipal SEBASTIAO MOREIRA, ocupante de provimento efetivo de OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRA, portador da matrícula 4411, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, desta Prefeitura Municipal de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 20 de novembro de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira

Diretor Geral de Administração e RH

Associações

AMAUC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 05/2014 - ASSEMBLEIA GERAL

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 05/2014

O Presidente da AMAUC, Senhor Claudirlei Dorini - Prefeito do Município de Piratuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e através deste edital, convoca os Prefeitos, Prefeitas e Presidentes de Câmaras de Vereadores, para a Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC, que se realizará no dia 03 de dezembro de 2014, das 8h30 às 11h30, tendo como local a Sala de Reuniões da AMAUC, sito a Rua Marechal Deodoro, 772 - 12º andar - Edifício Mirage Offices, Município de Concórdia, com a seguinte ordem do dia:

ORDEM DO DIA

8h30	- Recepção com café - Abertura
8h45	- Apreciação da ata da Assembleia do dia 27 de agosto/2014
9 horas	- Apresentação de Relatórios de Atividades
9h30	- Apresentação de Balancetes até novembro/2014
9h45	- Pedido do Município de Arvoredo para se desfilial da Amauc
10 horas	- Apreciação do Orçamento para 2015
10h30	- Assinatura do Contrato de Rateio para 2015
10h45	- Eleição da Diretoria Executiva/2015: 1. Intervalo para montagem das Chapas; 2. Apresentação das Chapas; 3. Votação; 4. Apresentação do resultado da votação.
11h15	- Palavra Livre
11h30	- Encerramento

Após a Assembleia haverá almoço de confraternização na Sala Anexa ao Restaurante 29 de Julho.

Concórdia - SC, 20 de dezembro de 2014.

CLAUDIRLEI DORINI
Presidente da AMAUC

AMMVI

RESOLUÇÃO 23/14

RESOLUÇÃO nº 23/14

Declara inservíveis diversos bens registrados no patrimônio da AMMVI, autorizando a baixa dos registros e sua doação para entidade civil sem fins lucrativos.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e

Considerando-se que alguns bens estão obsoletos e não apresentam condições de uso para os fins da Associação, e nem mesmo alienação ou reaproveitamento;

Considerando-se que estes bens estão registrados no patrimônio contábil da Associação, necessitando da baixa para fins de correção dos registros, e que podem ser doados para entidade sem fins lucrativos que já se habilitou para seu recebimento, conforme deliberação da diretoria;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam declarados inservíveis para uso da AMMVI os seguintes bens:

Patrimônio	Descrição	Situação
s/n	Persiana de alumínio	S/ Utilid.
s/n	Quant. 09- Persianas	S/ Utilid.
Nº257	Ar Condicionado 10000 Btus Consul Air Master Q/F	S/ Utilid.
Nº19	Ar Condicionado 21000 Btus Consul Air Master Q/F	S/ Utilid.
Nº609	Depurador de Ar Consul 60cm Cat. 60 Branco 220	S/ Utilid.
S/n	Quant.01- Vasos Sanitários	S/ Utilid.
S/n	Quant.01- Louça de Banheiro	S/ Utilid.
Nº664	Balcão Pia 2/p 4/g	S/ Utilid.
Nº671	Balcão Branco MDF inferior 4/p.	S/ Utilid.
Nº666	Balcão Branco MDF 2/p (Churrasqueira)	S/ Utilid.
Nº454	Balcão Cozinha 1p/ 2prat Abermóveis	S/ Utilid.
S/n	Cuba cozinha de inox	S/ Utilid.
S/n	Quant.04- Portas de Madeira	S/ Utilid.
S/n	Enceradeira	S/ Utilid.
S/n	10 m² Piso	S/ Utilid.
Nº214	Cadeira 4 Pés Fixos Estofadas Azul	S/ Utilid.
Nº06	Cadeira Fixa Ass/enc Estrutura 041 Ski Cor.008	S/ Utilid.
Nº141	Cadeira Fixa Ass/enc Estrutura 041 Ski Cor.008	S/ Utilid.
Nº138	Cadeira Fixa Ass/enc Estrutura 041 Ski Cor.008	S/ Utilid.
Nº34	Cadeira Fixa Ass/enc Estrutura 041 Ski Cor.008	S/ Utilid.
Nº126	Sofá Um lugar Paris Es18	S/ Utilid.
Nº127	Sofá Um lugar Paris Es18	S/ Utilid.
Nº128	Sofá Três lugares Paris Es38	S/ Utilid.

Art. 2º - Fica autorizada a baixa nos registros patrimoniais dos bens móveis declarados inservíveis para Associação, na forma do artigo anterior, efetuando-se a respectiva baixa nos registros contábeis.

Parágrafo Único - Fica autorizado à doação dos bens declarados

inservíveis para CLÍNICA VETERINÁRIA PET SHOP RIGO LTDA, CNPJ nº 04.648.781/0001-86 sediada na Rua Joinville, nº128 - Vila Nova, CEP: 89035-200, na cidade de Blumenau/SC, na forma requerida pela Entidade.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 12 de novembro de 2014; 45º Ano de Fundação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Presidente da AMMVI

RESOLUÇÃO 24/14

RESOLUÇÃO nº 24/14

Declara inservíveis diversos bens registrados no patrimônio da AMMVI, autorizando a baixa dos registros e sua doação para entidade civil sem fins lucrativos.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e

Considerando-se que alguns bens estão obsoletos e não apresentam condições de uso para os fins da Associação, e nem mesmo alienação ou reaproveitamento;

Considerando-se que estes bens estão registrados no patrimônio contábil da Associação, necessitando da baixa para fins de correção dos registros, e que podem ser doados para entidade sem fins lucrativos que já se habilitou para seu recebimento, conforme deliberação da diretoria;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam declarados inservíveis para uso da AMMVI os seguintes bens:

Patrimônio	Descrição	Situação
Nº86	Impressora HP 1200 Laserjet Mct/ mf.	S/ Utilid.
Nº 97	Monitor LG 15" Plano.	S/ Utilid.
Nº55	Proc. Intel 17-3770 6,4 Ghz 8mb Lga 1155.	S/ Utilid.
Nº95	CPU Intel Pentium Iii/750 Mhz 512mb 50gb.	S/ Utilid.
S/n	Quant.02- Vasos Sanitários.	S/ Utilid.
Nº670	Balcão Branco MDF 2p Prateleiras e Escaninho Later.	S/ Utilid.
Nº668	Balcão Branco MDF 3p/corredor c/ Prateleiras.	S/ Utilid.
S/n	Aprox. 40m² Pisos de Cerâmica.	S/ Utilid.
Nº171	CPU Pentium Iv Capricorn 2400mhz 1bg 120gb placa	S/ Utilid.
Nº 601	CPU Dell Optiplex 380 Desktop/Dribe Reinstal/ Antiv.	s/ Utilid.
Nº 520	CPU Pentium Dr.Hank Dual Core 200GHZ 1GB DDR2 LG Preto.	s/ Utilid.
Nº 534	Proces. Intel 17-3770 6,4 Ghz 8mb Lga 1155	s/ Utilid.
Nº 220	CPU Intel Pentium IV 2400Ghz 1GB Placa de Vídeo	s/ Utilid.

Art. 2º - Fica autorizada a baixa nos registros patrimoniais dos bens móveis declarados inservíveis para Associação, na forma do artigo anterior, efetuando-se a respectiva baixa nos registros contábeis.

Parágrafo Único - Fica autorizado à doação dos bens declarados inservíveis para CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RICARDO MANSKE, CNPJ nº 12.465.945/0001-68 sediada na Rua Hermann Kratz - Velha Grande, CEP: 89045-700, na cidade de Blumenau/

SC, na forma requerida pela Entidade.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 19 de novembro de 2014; 45º Ano de Fundação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Presidente da AMMVI

GRANFOPOLIS

RESOLUÇÃO Nº 08/2014

RESOLUÇÃO Nº 008/2014

O Presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

1 - Autorizar a revisão salarial no percentual de 8,85%, correspondente ao INPC do período de novembro/2013 até outubro/2014 (6,34%), mais 2,51% de ganho real, totalizando a expectativa de reajuste do Salário Mínimo para 2015, nas remunerações de novembro de 2014.

2 - Autorizar a alteração do valor unitário do vale alimentação para R\$ 26,80 (vinte e seis reais e oitenta centavos), a partir de novembro/2014.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 19 de novembro de 2014.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Paulo Lopes
PRESIDENTE

PORTARIA 07/2014

PORTARIA Nº 07/2014

O Presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, no uso das suas atribuições Estatutárias e de conformidade com o disposto na Resolução nº 02/2001,

RESOLVE,

Art. 1º - Designar o servidor Luiz Antônio Gerardi, ocupante do cargo de Contador, para exercer a Função Gratificada II, de Chefe de Assessoria, a partir de 01 de outubro de 2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Florianópolis, 19 de novembro de 2014.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PRESIDENTE

Consórcios

AGIR

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2014

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2014

OBJETO: Contratação de entidade prestadora de serviços apta à oferta de curso de curta duração de 12 horas-aula na área da regulação econômica de serviços públicos de saneamento básico, em Direito da Regulação com ênfase em avaliação de ativos, sendo realizado na sede da AGIR, localizada no município de Blumenau/SC, para a inscrição de no máximo 20 participantes. O referido curso, sob responsabilidade da AGIR, tem como objetivo a capacitação de profissionais com atuação na regulação econômica de serviços públicos quanto aos processos de revisão e reajuste, Base de Ativos Regulatória (BAR), métodos do cálculo tarifário, dentre outros.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, RATIFICO os atos do procedimento em favor da empresa FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (CNPJ nº 33.641.663/0001-44), para a contratação de entidade prestadora de serviços apta à oferta de curso de curta duração de 12 horas-aula na área da regulação econômica de serviços públicos de saneamento básico, em Direito da Regulação com ênfase em avaliação de ativos, sendo realizado na sede da AGIR, localizada no município de Blumenau/SC, para a inscrição de no máximo 20 participantes. O referido curso, sob responsabilidade da AGIR, tem como objetivo a capacitação de profissionais com atuação na regulação econômica de serviços públicos quanto aos processos de revisão e reajuste, Base de Ativos Regulatória (BAR), métodos do cálculo tarifário, dentre outros. E, ordeno que se proceda a realização do respectivo contrato, bem como a publicação do objeto supramencionado, para sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau (SC), em 11 de novembro de 2014.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2014

EXTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 006/2014

OBJETO: Contratação de entidade prestadora de serviços apta à oferta de curso de curta duração de 12 horas-aula na área da regulação econômica de serviços públicos de saneamento básico, em Direito da Regulação com ênfase em avaliação de ativos, sendo realizado na sede da AGIR, localizada no município de Blumenau/SC, para a inscrição de no máximo 20 participantes. O referido curso, sob responsabilidade da AGIR, tem como objetivo a capacitação de profissionais com atuação na regulação econômica de serviços públicos quanto aos processos de revisão e reajuste, Base de Ativos Regulatória (BAR), métodos do cálculo tarifário, dentre outros.

CONTRATADO: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (CNPJ nº 33.641.663/0001-44)

VALOR DO CONTRATO: Valor unitário de R\$ 14.945,20 (quatorze

mil, novecentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos) ao final dos trabalhos, ou seja, após a realização do Curso em Direito da Regulação.

DATA VIGÊNCIA: 11/11/2014.

DATA VENCIMENTO: 31/12/2014.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005.

Blumenau (SC), em 11 de novembro de 2014.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

EXTRATO CONTRATO CL Nº 005/2014

EXTRATO

CONTRATO CL Nº 005/2014

- EXTRATOS CONTRATOS / 2014

NÚMERO DO CONTRATO: 005/2014

DATA VIGÊNCIA: 11/11/2014

DATA VENCIMENTO: 31/12/2014.

NÚMERO DO PROCESSO: 006/2014 - MODALIDADE: DISPENSA POR VALOR

CONTRATANTE: AGIR (CNPJ nº 11.762.843/0001-41)

CONTRATADA: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (CNPJ nº 33.641.663/0001-44)

OBJETO: Contratação de entidade prestadora de serviços apta à oferta de curso de curta duração de 12 horas-aula na área da regulação econômica de serviços públicos de saneamento básico, em Direito da Regulação com ênfase em avaliação de ativos, sendo realizado na sede da AGIR, localizada no município de Blumenau/SC, para a inscrição de no máximo 20 participantes. O referido curso, sob responsabilidade da AGIR, tem como objetivo a capacitação de profissionais com atuação na regulação econômica de serviços públicos quanto aos processos de revisão e reajuste, Base de Ativos Regulatória (BAR), métodos do cálculo tarifário, dentre outros.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 14.945,20 (quatorze mil, novecentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos).

Blumenau (SC), em 11 de novembro de 2014.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

CIMVI

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 - ATA - COMISSÃO ESPECIAL

ATA DE REUNIÃO RELATIVA AO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 DO CIMVI

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, as onze horas e trinta minutos, na sala de reuniões do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó - TIMBOPREV, reuniram-se os membros da Comissão Especial de concurso público e o Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - CIMVI para registro de atos e análise do edital de homologação provisória das inscrições, bem como para deliberar a respeito de requerimento para cancelamento de inscrição com restituição de preço público e revisão de ofício do indeferimento de inscrições. Declarada aberta a reunião pelo Diretor Executivo, foi registrado a dificuldade operacional enfrentada pela empresa contratada pelo CIMVI para elaboração das inscrições e das provas relativamente ao retorno de informações

bancárias eletrônicas ou físicas a respeito do pagamento dos boletos gerados no ato da inscrição online dos candidatos e a publicação da homologação provisória das inscrições na data de 17 de Novembro do corrente junto ao site do CIMVI (www.cimvi.sc.gov.br) e na data de 18 de Novembro do corrente no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, com prazo recursal para revisão dos indeferimentos, de forma que restou apresentado um requerimento para cancelamento da inscrição do candidato inscrito sob nº 144, sob justificativa da impossibilidade de comparecimento na data de realização das provas em face da mudança promovida pelo CIMVI após o prazo de inscrições, bem como a apresentação de comprovante de pagamento bancário das inscrições nº 31; 49; 86; 73; 16; 37; 99; 121; 52; 124; 97 e 111, que estavam indeferidas no edital de homologação provisória. Deste modo, deliberou-se pelo deferimento do cancelamento da inscrição, conforme solicitação encaminhada por e-mail, condicionando-se a restituição do valor pago a apresentação de requerimento na forma prevista no comunicado publicado pelo CIMVI no seu site. Por outro lado deliberou-se também pela revisão de ofício de todos os indeferimentos de inscrições cujos candidatos comprovaram posteriormente o recolhimento do preço público nas datas e condições estabelecidas no edital. Assim sendo, após as deliberações acima, foi formatado o edital para homologação final das inscrições ao Concurso Público nº 01/2014, que deverá ser publicado na data de 21/11/2014, conforme previsão editalícia. Da mesma forma, deliberou-se pela preclusão do prazo recursal relativamente às inscrições, consignando-se que eventuais candidatos que comprovarem doravante o recolhimento do preço público da inscrição e tiveram o indeferimento mantido, em razão de sua inércia em apresentar tempestivamente o comprovante para o CIMVI, não poderão participar do Concurso Público, contudo poderão requerer ressarcimento do valor pago. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, lavrando-se a presente ata que vai assinada pelos participantes e que deverá ser publicada nos meios regulares previstos no Estatuto do CIMVI.

Norma Conzatti Kades
Presidente

Silvana Vicente Roepke
Membro

Renato Carlos Brandes
Membro

Valter Conrado de Araújo
Diretor Executivo CIMVI

CIS/AMAUC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03/2014 - ASSEMBLEIA GERAL

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03/2014

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO URUGUAI CATARINENSE - CIS AMAUC, senhor VALDIR ZANELLA - Prefeito do Município de Ipumirim, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14 do Estatuto Social, CONVOCA os Prefeitos dos Municípios que integram a AMAUC, para a Assembleia Geral Ordinária que realizar-se-á no dia 03 de dezembro de 2014, a partir das 8h30min, na Sala de Reuniões da Amauc - Rua Marechal Deodoro, 772 Edifício Mirage Offices - 12º andar - Concórdia SC, para tratar da seguinte ordem do dia:

ORDEM DO DIA

- Abertura;
- Assinatura do Termo de Cessão de Uso de computadores relativos do Projeto dos Complexos Reguladores, sob a responsabilidade da Gerência de Saúde - SDR Concórdia;
- Relatório de Atividades;
- Balancetes até novembro/2014;

- Pedido do Município de Arvoredo para se desfiliar do CIS Amauc;
- Apreciação de Orçamento para 2015:
o Análise para alteração da forma de pagamentos ao CIS Amauc dos Exames e Consultas;
- Assinatura dos Contratos de Rateio para 2015: Nutricionistas e Exames/Consultas;
- Eleição do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal para 2015:
 1. Intervalo para montagem das Chapas;
 2. Apresentação das Chapas;
 3. Votação;
 4. Apresentação do resultado da votação.
- Palavra Livre.

Concórdia - SC, 20 de novembro de 2014.
VALDIR ZANELLA
Presidente do CIS Amauc

CIS/AMFRI

RESOLUÇÃO N.º 009/2014

RESOLUÇÃO N.º 009/2014

PROMOVE AJUSTES NO ORÇAMENTO VIGENTE

O Diretor Administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, pelo Regimento Interno e de conformidade com o disposto no artigo 2.º da resolução 006/2013,

RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam suplementados o seguinte item orçamentário:

ORGÃO: 01 CIS-AMFRI

UNIDADE: 08 FMS de Luís Alves

Projeto/Atividade: 2.001 - Manutenção e Funcionamento do CIS-AMFRI

Despesa: 26 3.3.90.00 Aplicações Diretas. R\$ 2.084,40

TOTAL R\$ 2.084,40

ORGÃO: 01 CIS-AMFRI

UNIDADE: 08 FMS de Luís Alves

Projeto/Atividade: 2.002 - Prestação de Serviços de Saúde

Despesa: 28 3.3.90.00 Aplicações Diretas. R\$ 9.915,60

TOTAL R\$ 9.915,60

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$12.000,00

Artigo 2.º - Para a suplementação prevista no artigo 1.º desta Resolução utilizar-se-á o resultado do excesso de arrecadação, conforme 1º termo aditivo ao contrato nº07/2014.

Artigo 3.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itajaí (SC), 21 de Novembro de 2014.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Administrativo do CIS-AMFRI

JEAN CARLOS COELHO

CONTADOR CRC/SC N.º 28.914-O/6

CONSÓRCIO LAMBARI**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03/2014 - ASSEMBLEIA GERAL**

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03/2014

O Presidente do Consórcio Lambari, Senhor Emerson Ari Reichert - Prefeito do Município de Ipira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e através deste edital, convoca os Prefeitos, Prefeitas e Presidentes de Câmaras de Vereadores, para a Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal de Gestão Ambiental Participativa do Alto Uruguai Catarinense - Consórcio Lambari, que se realizará no dia 03 de dezembro de 2014, das 8h30 às 11h30, tendo como local a Sala de Reuniões da AMAUC, sito a Rua Marechal Deodoro, 772 - 12º andar - Edifício Mirage Offices, Município de Concórdia, com a seguinte ordem do dia:

ORDEM DO DIA

8h30	- Recepção com café - Abertura
8h45	- Apreciação da ata da Assembleia do dia 19 de Fevereiro/2014
9 horas	- Apresentação andamento das atividades do PMGIRS
9h30	- Apresentação de Balancetes até novembro/2014
9h45	- Pedido do Município de Arvoredo para se desfiliar do Consórcio Lambari
10 horas	- Apreciação do Orçamento para 2015
10h30	- Assinatura do Contrato de Rateio para 2015
10h45	- Eleição da Diretoria e Conselho Fiscal/2015: 1. Intervalo para montagem das Chapas; 2. Apresentação das Chapas; 3. Votação; 4. Apresentação do resultado da votação.
11h15	- Palavra Livre
11h30	- Encerramento

Após a Assembleia haverá almoço de confraternização na Sala Anexa ao Restaurante 29 de Julho.

Concórdia - SC, 20 de dezembro de 2014.
EMERSON ARI REICHERT
Presidente do Consórcio Lambari